

DESENVOLVIMENTO HUMANO

RELATÓRIO DE 2021/2022



**Tempos incertos,
Vidas instáveis:**

**A construir o nosso
futuro num
mundo em transformação**

Copyright @ 2022

do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem permissão prévia.

Declarações gerais de exoneração de responsabilidade. As designações empregues e a apresentação do material desta publicação não implicam a expressão de opinião alguma por parte do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em relação ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, nem das respetivas autoridades, nem a respeito da delimitação das respetivas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas e tracejadas nos mapas representam linhas fronteiriças aproximadas, para as quais poderá ainda não haver um consenso.

As conclusões, análises e recomendações do presente Relatório, à semelhança dos anteriores Relatórios, não representam a posição oficial do PNUD nem de qualquer dos Estados-membros da ONU que integram o seu Conselho Executivo. Não são, ademais, necessariamente subscritas pelas pessoas mencionadas nos agradecimentos ou citadas.

A referência a empresas específicas não implica que sejam apoiadas nem recomendadas pelo PNUD em detrimento de outras de índole equiparável que não sejam mencionadas.

Alguns dos números que constam da parte analítica do relatório foram, nos casos em que tal é indicado, estimados pelo GRDH ou por outros contribuidores para o Relatório e não constituem, necessariamente, as estatísticas oficiais do país, da área ou do território em causa, que poderá recorrer a métodos alternativos. Todos os números que constam do Anexo Estatístico provêm de fontes oficiais. O GRDH tomou todas as precauções razoáveis para verificar as informações que constam da presente publicação. Todavia, o material publicado é distribuído sem qualquer garantia de índole alguma, quer explícita quer implícita.

A responsabilidade pela interpretação e utilização do material incumbe ao/à leitor(a). Em caso algum o GRDH e o PNUD serão responsáveis por prejuízos decorrentes da sua utilização.

Impresso nos EUA por AGS, RR Donnelley, com papel livre de cloro elementar certificado pelo Forest Stewardship Council. Impresso com tinta à base de óleos vegetais.

**DESENVOLVIMENTO
HUMANO**
RELATÓRIO DE 2021/2022



**Tempos incertos,
Vidas instáveis:
A construir o nosso
futuro num
mundo em transformação**

Índice do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, é o mais recente de diversos Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990, como uma análise independente e intelectual e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento.

Encontram-se disponíveis online recursos suplementares relacionados com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, em <http://hdr.undp.org>. Os recursos consultáveis na página Web incluem versões digitais e traduções do Relatório e da síntese em mais de 10 línguas; uma versão Web interativa do Relatório; um conjunto de documentos de investigação e de artigos de opinião e análise sobre o desenvolvimento humano encomendados, tendo em vista a elaboração do Relatório; visualizações interativas e bases de dados, contendo indicadores de desenvolvimento humano, explicações integrais das fontes e metodologias usadas nos índices compostos do relatório; informações dos países e outro material de base; e os anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano de cariz global, regional e nacional. Estão igualmente disponíveis online correções e adendas.

A capa tem como objetivo projetar a sensação de incerteza que perturba vidas em todo o mundo.



**RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO 2021/2022**

Tempos incertos, vidas instáveis

A construir o nosso futuro num
mundo em transformação

Equipa

Diretor e autor principal

Pedro Conceição

Investigação e estatística

Cecilia Calderón, Fernanda Pavez Esbry, Moumita Ghorai, Yu-Chieh Hsu, Ghida Ismail, Christina Lengfelder, Brian Lutz, Tasneem Mirza, Rehana Mohammed, Josefin Pasanen, Som Kumar Shrestha, Heriberto Tapia, Carolina Rivera Vázquez, Yuko Yokoi e Yanchun Zhang

Produção, digital, comunicações, operações

Rezarta Godo, Jon Hall, Seockhwan Bryce Hwang, Admir Jahic, Fe Juarez Shanahan, Sarantuya Mend, Ana Porras, Dharshani Seneviratne, Carolina Given Sjolander e Marium Soomro

Prefácio

Estamos a viver tempos incertos. A pandemia de Covid-19, agora no seu terceiro ano, continua a produzir novas variantes. A guerra na Ucrânia ecoa em todo o globo, causando um sofrimento humano imenso, incluindo uma crise de custo de vida. As catástrofes climáticas e ecológicas são uma ameaça diária.

É assaz sedutor ver as crises como uma situação pontual, esperando naturalmente por um regresso ao normal. Contudo, esconder o último incêndio ou alimentar o último demagogo será um jogo impossível de ganhar a menos que nos consciencializemos de que o mundo está a mudar profundamente. Não é possível voltar atrás.

Os níveis de incerteza estão a aumentar e a interagir para perturbar as nossas vidas de formas sem precedentes. Já enfrentámos doenças, guerras e disrupções ambientais no passado. Mas a confluência das desestabilizadoras pressões planetárias com o crescimento das desigualdades, as profundas transformações sociais para aliviar essas pressões e a polarização generalizada apresentam fontes novas, complexas e interativas de incerteza para o mundo e para todos os que o habitam.

É o novo normal. Compreender e dar resposta são os objetivos do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, *Tempos incertos, vidas instáveis: a construir o nosso futuro num mundo em transformação*. Encerra uma trilogia de Relatórios que começa com o Relatório de 2019 sobre as desigualdades, seguido do Relatório de 2020 sobre os riscos do Antropoceno, onde a Humanidade se tornou uma das principais forças motrizes das perigosas mudanças planetárias.

Há trinta e dois anos, o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano declarou corajosamente que: “as pessoas são a verdadeira riqueza das nações”. Esta poderosa afirmação guiou a PNUD e os seus Relatórios do Desenvolvimento Humano desde então, com as suas mensagens e significados a ganharem contornos mais complexos ao longo do tempo.

Atualmente, um pouco por todo o mundo, as pessoas referem sentir-se cada vez mais inseguras. O Relatório Especial sobre a Segurança Humana do PNUD, divulgado no início deste ano, revela que seis em cada sete pessoas em todo o mundo se sentem inseguras sobre diversos aspetos das suas vidas, mesmo antes da pandemia de Covid-19.

É de admirar, então, que muitas nações estejam a desconjuntar-se sob a tensão da polarização, do extremismo político e da demagogia, todas sobrecarregadas pelos meios de comunicação social, inteligência artificial e outras tecnologias poderosas?

Ou que, numa espantosa inversão de apenas uma década, o recuo democrático dos países se tenha tornado a regra e não a exceção?

Ou que, numa primeira fase surpreendente, o valor do Índice de Desenvolvimento Humano global diminuiu durante dois anos consecutivos, na sequência da pandemia de Covid-19?

As pessoas são a verdadeira riqueza das nações, mediadas através das nossas relações com os governos, o habitat natural e uns com os outros. Cada nova crise relembra-nos que quando as capacidades, escolhas e esperanças das pessoas de futuro se sentem goradas, o bem-estar das nações e do planeta é o dano colateral.

Imaginemos o inverso: como seriam as nações e o planeta se ampliássemos o desenvolvimento humano, incluindo a agência e as liberdades das pessoas. Seria um mundo onde a criatividade é libertada para redefinirmos o futuro, para renovarmos e adaptarmos as instituições, para criarmos novas histórias sobre quem somos e o que valorizamos. Não seria apenas uma forma de estar agradável, mas imprescindível num mundo em contínuo e imprevisível movimento.

Vislumbrámos o que é possível com a pandemia de Covid-19. Um conjunto de novas vacinas, incluindo algumas baseadas em tecnologia revolucionária, salvaram cerca de 20 milhões de vidas num ano. É necessário refletir sobre esse feito extraordinário nos anais da humanidade. Igualmente extraordinário é o número de vidas desnecessariamente perdidas, especialmente em países de baixo e médio rendimento, devido ao acesso altamente desigual às vacinas. A pandemia foi uma lembrança dolorosa de como as quebras de confiança e de cooperação – entre e dentro das nações – constroem insensatamente o que podemos alcançar juntos.

O herói e o vilão na história atual de incerteza são um só: a escolha humana. É demasiado fácil encorajar as pessoas a procurar por sinais de esperança ou afirmar que o copo está meio cheio em vez de meio vazio, pois nem todas as escolhas são iguais. Alguns, – sem dúvida os mais importantes para o destino da nossa espécie – são impulsionados pela inércia institucional e cultural, construídas ao longo de várias gerações.

O Relatório deste ano convida-nos a olhar atentamente para posições demasiado simplistas e rígidas sobre a tomada de decisões. As instituições assumem a confusão das pessoas: as nossas emoções, os nossos preconceitos, o nosso sentido de pertença, por nossa conta e risco.

Tal como com os seus predecessores, o Relatório também desafia as noções convencionais de “progresso”, que têm assentado em compromissos e trocas desvantajosas. Ganhos em algumas áreas, como em anos de escolaridade ou esperança de vida, não compensam as perdas noutras, como no sentido de controlo das pessoas sobre as suas vidas. De igual modo, também não podemos disfrutar da riqueza material à custa da saúde planetária.

O Relatório posiciona firmemente o desenvolvimento humano não apenas como um objetivo, mas como um meio para um caminho a seguir em tempos incertos, recordando que as pessoas – em toda a sua complexidade, a sua diversidade, a sua criatividade – são a verdadeira riqueza das nações.



Achim Steiner

Administrador

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Agradecimentos

Vivemos num mundo preocupante: a pandemia de Covid-19 em curso, os conflitos regionais e locais permanentes, as temperaturas recorde, incêndios e tempestades. Diversos relatórios documentam estes desafios e iniciativas e oferecem recomendações sobre como os enfrentar, mas, este ano, o Relatório do Desenvolvimento Humano convida-nos a recuar um passo. Em vez de serem encarados separadamente, muitos desses desafios podem constituir manifestações preocupantes de um novo e emergente complexo de incerteza, com potencial para desestabilizar vidas em todo o globo. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 explorou as desigualdades no desenvolvimento humano, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020 focou-se na forma como essas desigualdades impulsionam e são exacerbadas pelas perigosas alterações planetárias do Antropoceno e o Relatório Especial de 2022 sobre a Segurança Humana examinou a emergência de novas formas de insegurança. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022 não só agrega como também estende estas discussões assumindo como tema a incerteza – como está a mudar, o que significa para o desenvolvimento humano e como podemos prosperar face a esta realidade. Os efeitos prolongados da pandemia tornaram a preparação deste Relatório um desafio, nomeadamente devido a atrasos na disponibilização de dados fundamentais. A conclusão do Relatório só se tornou possível graças ao encorajamento, generosidade e contributo de tantas pessoas, que reconhecemos, ainda que apenas de modo imperfeito e parcial, nestes agradecimentos.

Os membros do nosso Conselho Consultivo, liderados por Michèle Lamont e Tharman Shanmugaratnam, na qualidade de copresidentes, prestaram-nos apoio em diversas e longas reuniões virtuais, oferecendo conselhos detalhados sobre as quatro versões de rascunhos demasiado extensos. Os outros membros do Conselho Consultivo eram Olu Ajakaiye,

Kaushik Basu, Diane Coyle, Oeindrila Dube, Cai Fang, Marc Fleurbaey, Amadou Hott, Ravi Kanbur, Harini Nagendra, Thomas Piketty, Belinda Reyers, Dan Smith, Qixiang Sun, Ilona Szabó de Carvalho, Krushil Watene e Helga Weisz.

Em complemento às recomendações do nosso Conselho Consultivo, o Painel de Consultores Estatísticos do Relatório ofereceu orientações sobre vários aspetos metodológicos e aos dados do Relatório, em particular no tocante ao cálculo dos índices de desenvolvimento humano do Relatório. Estamos gratos a todos os membros do painel: Mario Biggeri, Camilo Ceita, Ludgarde Coppens, Koen Decancq, Marie Haldorson, Jason Hickel, Steve Macfeely, Mohd Uzir Mahidin, Silvia Montoya, Shantanu Mukherjee, Michaela Saisana, Hany Torky e Dany Wazen.

Agradecemos, em especial, a estreita colaboração com os nossos parceiros: o CUNY Advanced Science Research Center, incluindo Anthony D. Cak, Pamela Green e Charles Vörösmarty; a parceria com o German Institute of Development and Sustainability & V-Dem Institute, incluindo Francesco Burchi, Charlotte Fiedler, Jean Lachapelle, Julia Leininger, Staffan I. Lindberg, Svend-Erik Skanning e Armin Von Schiller; o Global Policy Laboratory da Universidade da Califórnia, Berkley, incluindo Solomon Hsiang, Jonathan Proctor, Luke Sherman e Jeannette Tseng; o Institute for Economics and Peace, incluindo Andrew Etchell, David Hammond, Steven Killelea e Paulo Pinto; o Peace Research Institute Oslo, incluindo Siri Aas Rustad, Andrew Arasmith e Gudru Østby; o Stockholm International Peace Research Institute, incluindo Richard Black, Claire McAllister e Jürg Staudenmann; o Stockholm Resilience Centre, incluindo David Collste, Beatrice Crona, Victor Galaz e Louise Hård af Segerstad; e o World Inequality Lab, incluindo Lucas Chancel, Amory Gethin e Clara Martinez-Toledano.

Agradecemos, ainda, todos os dados facultados, contributos escritos e revisões por pares dos rascunhos dos

capítulos do Relatório, incluindo os de Saleem H. Ali, Elisabeth Anderson, Joseph Bak-Coleman, Sajitha Bashir, Marc Bellis, Reinette Biggs, Carl Bruch, Sarah Burch, Andrew Crabtree, Dagomar Degroot, Michael Drinkwater, Kendra Dupuy, Erle C. Ellis, Abeer Elshennawy, Benjamin Enke, Ann Florini, Ricardo Fuentes Nieva, Rachel Gisselquist, Nicole Hassoun, Tatiana Karabchuk, Patrick Keys, Erika Kraemer-Mbula, Gordon LaForge, Yong Sook Lee, Laura Lopes, Crick Lund, Juliana Martinez Franzoni, Jennifer McCoy, John-Andrew McNeish, Frances Mewsigye, Dinsha Mistree, Toby Ord, László Pintér, Tauhidur Rahman, Reagan Redd, Ingrid Robeyns, Michael Roll, Håkon Sælen, Diego Sanchez-Ancochea, Rebecca Sarku, Sunil Sharma, Landry Signé, Raimundo Soto, Casper Sylvest, Julia Thomas, Rens Van Munster e Stacy VanDeveer.

Foram realizadas diversas consultas com peritos temáticos e regionais, bem como um conjunto de consultas informais com inúmeras pessoas que, embora sem um papel consultivo formal, assumiram um papel relevante no processo de preparação do Relatório deste ano. Estamos gratos pelos contributos durante estas consultas de Khalid Abu-Ismael, Adeniran Adedeji, Ravi Agarwal, Faten Aggad, Annette Alstadsaeter, Maria Laura Alzua, Reza Anglingkusumo, Ragnheiour Elin Árnadóttir, Jai Asundi, Joseph Atta-Mensah, Vivienne Badaan, Heidi Bade, Faisal Bari, Amie Bishop, Robert Bissio, Bambang P.S. Brodjonegoro, Vural Çakır, Alvaro Calix, Diego Chaves, Hiker Chiu, Afra Chowdhury, Shomy Chowdhury, Zhang Chuanhong, Tanya Cox, Ann-Sophie Crépin, Alexis D'Marco, Cedric de Coning, Andre de Mello, Rafael del Villar Alrich, Ron Dembo, Patrick Develtere, B Diwan, Ibrahim Elbadawi, Nisreen Elsaïm, Harris Eyre, Ryan Figueiredo, Alexandra Fong, Carlos Garcia, Pablo Garron, Sherine Ghoneim, Juan Carlos Gomez, Vasu Gounden, Carol Graham, Thomas Greminger, Renzo R. Guinto, Jannis Gustke, Oli Henman, Bjørn Høyland, William Hynes, Ipek Ilkarcan,

Zubair Iqbal Ghori, Andrey Ivanov, Lysa John, Melanie Judge, Nader Kabbani, Sherif Kamel, John Kay, Nadine Khaouli, Alan Kirman, Atif Kubursi, Geert Laporte, Olivia Lazard, Santiago Levy, Yuefen Li, Kwai-Cheung Lo, Hafsa Mahboub Maalim, Keletso Makofane, Heghine Manasyan, Halvor Mehlum, Claire Melamed, Emel Memis, Juna Miluka, Roman Mogilevskii, Hårvard Mokleiv Nygård, Weyyn Muganda, Felipe Muñoz, Keisuke Nansai, Njuguna Ndung'u, Kathleen Newland, Helga Nowotny, José Antonio Ocampo, Marina Ponti, Tazeen Qureshi, Krishna Ravi Srinivas, Jose Felix Rodriguez, Michael Roll, Heidy Rombouts, Marcela Romero, Sofiane Sahraoui, Djavad Salehi-Esfahani, Sweta Saxena, Ouedraogo Sayouba, Andrew Seele, Joel Simpson, Prathit Singh, Karima Bounemra Ben Soltane, Eduardo Stein, Stephanie Steinmetz, Riad Sultan, Mitzi Jonelle Tan, Daniele Taurino, Julia Thomas, Laura Thompson, Jo Thori Lind, Anna Tsing, Ingunn Tysse Nakkim, Khalid Umar, Bård Vegard Solhjell, Bianca Vidal Bustos, Tanja Winther, Justin Yifu Lin, Jorge Zequeira, Michel Zhou e Andrew Zolli.

Também gostaríamos de agradecer a todos aqueles que entrevistaram na nossa série de seminários: Ingvid Almås, Simon Anholt, Chris Blattman, Carolina Delgado, Alexander Dill, Pamina Firchow, Aleksandr Gevorkyan, Sharath Guntuku, James Jasper, Shreya Jha, Priyadarshani Joshi, Roudabeh Kishi, Anirudh Krishna, Pushpam Kumar, Jane Muthumbi, Brian O'Callaghan e Sarah White.

Foi, ainda, prestado apoio por tantas pessoas cuja lista é demasiado numerosa para elencar neste espaço. Está disponível uma lista de consultas em <https://hdr.undp.org/towards-hdr-2022>. Os contributos, o apoio e a assistência de muitos colegas da família da ONU

são reconhecidos com gratidão. Incluem Shams Banihani, Naveeda Nazir e Xiaojun Grace Wang do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e Maren Jimenez, Jonathan Perry e Marta Roig do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas. Todos os gabinetes regionais e centrais e os escritórios nacionais do PNUD são igualmente reconhecidos com profunda gratidão.

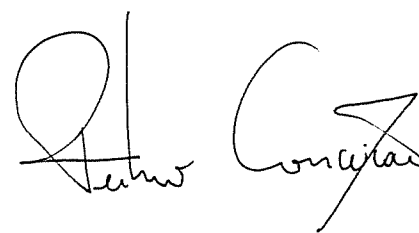
Os colegas do PNUD ofereceram aconselhamento e contributos. Estamos gratos a Aparna Basnyat, Ludo Bok, Camilla Bruckner, Farah Choucair, Mandeep Dhaliwal, Almudena Fernandez, Arvinn Gadgil, Irene Garcia, Boyan Konstantinov, Aarathi Krishnan, Anjali Kwatra, Jeroen Laporte, Sarah Lister, Luis Felipe Lopez Calva, Dylan Lowthian, Guillermina Martin, Ulrika Modeer, Shivani Nayyar, Mansour Ndiaye, Camila Olate, Anna Ortuibia, Alejandro Pacheco, Paola Pagliani, Mihail Peleah, Noella Richard, Isabel Saint Malo, Ben Slay, Mirjana Spoljaric Egger, Maria Stage, Anca Stoica, Ludmila Tiganu, Bishwa Tiwari, Alexandra Wide, Kanni Wignajara e Lesley Wright.

Tivemos a felicidade de contar com o apoio dos talentosos estagiários e verificadores de factos, Dayana Benny, Allison Bostrom, Parth Chawla, Maximilian Feichtner, Benjamin Fields, Jeremy Marand, Patricia Nogueira, Themba Nyasulu, Nazifa Rafa, Stephen Sepaniak, Zahraa Shabana, Chin Shian Lee, Anupama Shroff, Yuqing Wang e I Younan An.

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano manifesta, ainda, a sua sincera gratidão para com os governos da República da Coreia, bem como para com os Governos de Portugal, Japão e Suécia pelos seus contributos financeiros. Agradecemos imenso o seu apoio constante, que permanece essencial.

Estamos gratos pelo trabalho altamente profissional dos nossos editores e técnicos de paginação da Communications Development Incorporated, liderados por Bruce Ross-Larson com Joe Caponio, Meta de Coquereaumont, Mike Crumplar, Christopher Trott e Elaine Wilson. Agradecemos, em particular, a Bruce, pelos seus bons conselhos, mas também por ser uma fonte de inspiração e, não raramente, de motivação.

Como sempre, estamos extremamente gratos ao Administrador do PNUD, Achim Steiner. Enfrentando as exigências de liderar uma organização durante tempos sem precedentes, encontrou sempre tempo para aconselhar-nos na pesquisa e encorajar. Graças a si, a equipa tem, de forma consistente, toda a liberdade para explorar e aventurar-se para lá dos caminhos já percorridos. Numa altura em que expandir as liberdades é essencial para navegar nas incertezas, esperamos ter feito bom uso dessa incrível confiança e compromisso para com a independência editorial de cada Relatório do Desenvolvimento Humano.



Pedro Conceição
Diretor
Gabinete do Relatório do
Desenvolvimento Humano

Índice

Prefácio	iii
Agradecimentos	iv
Síntese: Tempos incertos, vidas instáveis	2

PARTE I

Tempos incertos, vidas instáveis	24
----------------------------------	----

CAPÍTULO 1

Um novo complexo de incerteza	28
-------------------------------	----

Vivemos num mundo de preocupações em tempos incertos	29
--	----

Insegurança crescente no meio de uma prosperidade material sem precedentes, para alguns	31
---	----

Incerteza impulsionada pelas perigosas alterações planetárias no Antropoceno	34
--	----

Incerteza que emerge de transições complexas para aliviar as pressões planetárias	38
---	----

Incerteza impulsionada pela polarização: atrasar a ação, agravar o conflito	46
---	----

Em relação a algo completamente diferente: novas e estratificadas forças motrizes de incerteza	47
--	----

CAPÍTULO 2

Mentes inquietas em tempos incertos: Angústia mental, um obstáculo ao desenvolvimento humano	74
--	----

Como a angústia mental condiciona o desenvolvimento humano	75
--	----

Mentes inquietas no meio de incertezas multidimensionais	78
--	----

Desenvolvimento humano em tempos incertos	92
---	----

CAPÍTULO 3

Aproveitar o desenvolvimento humano para navegar em tempos incertos	100
---	-----

Reforçar o desenvolvimento humano em tempos incertos: os fins, mas também os meios, para navegar na incerteza	101
---	-----

Ampliando a visão do comportamento humano	101
---	-----

Mudanças comportamentais e institucionais: mobilizando o desenvolvimento humano rumo a um futuro com esperança	108
--	-----

PARTE II

A construir o nosso futuro num mundo em transformação	134
---	-----

CAPÍTULO 4

O que impede a nossa atuação conjunta?	138
--	-----

Tempos incertos, sociedades divididas	139
---------------------------------------	-----

Em tempos incertos a polarização prejudica o debate público	149
---	-----

Quebrar o controlo da insegurança sobre a ação coletiva	151
---	-----

CAPÍTULO 5

Progredir no desenvolvimento humano em tempos incertos	158
--	-----

Novas possibilidades oferecidas pela inovação tecnológica	159
---	-----

A pandemia de Covid-19: uma janela para uma nova realidade	166
--	-----

CAPÍTULO 6

Delinear caminhos para a transformação: navegar na incerteza para expandir o desenvolvimento humano	176
---	-----

Um enquadramento para abarcar a incerteza	178
---	-----

Investimento, proteção e inovação rumo à contínua expansão do desenvolvimento humano	179
--	-----

Tirar proveito da mudança cultural	187
------------------------------------	-----

Para onde vamos a partir daqui é connosco	191
---	-----

Notas	215
-------	-----

Referências	230
-------------	-----

CAIXAS

S1.6.1	Choque sistémico do Haiti	65
--------	---------------------------	----

2.2	Potencial das teleconsultas para aumentar o acesso aos cuidados de saúde mental	84
-----	---	----

2.3	Violência na vizinhança é má, mas a incerteza em torno dela pode torná-la ainda pior	87
-----	--	----

2.4	Enfrentar a angústia mental a nível comunitário	90
-----	---	----

4.1	O Índice de Valor Percebido de Insegurança Humana	140
-----	---	-----

4.2	Progresso e polarização no Índice de Paz Positiva global	145
-----	--	-----

4.3	Avanços nas comunicações digitais arriscam desestabilizar as sociedades	148
-----	---	-----

5.1	A pandemia de Covid-19 como uma oportunidade? O apelo a uma abordagem contextual	169
-----	--	-----

6.1	A governação em prol da mudança sistémica e transformacional	181
-----	--	-----

6.2	A importância crucial da expansão e da inovação na proteção social	183
-----	--	-----

6.3	Navegar na incerteza: a âncora dos direitos humanos	185
-----	---	-----

6.4	Aumentar a resolução dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano utilizando imagens de satélite e inteligência artificial	188
-----	---	-----

S6.7.1	O Índice de Normas Sociais de Género que mede os desvios, preconceitos e crenças	206
--------	--	-----

FIGURAS

1	Um novo complexo de incerteza está a emergir	3
---	--	---

2	O valor do Índice de Desenvolvimento Humano mundial diminuiu dois anos consecutivos, apagando os ganhos do quinquénio anterior	4
---	--	---

3	O acesso dos países às vacinas Covid-19 continua a ser altamente desigual	6
---	---	---

4	A polarização política está a aumentar em todo o mundo	9
---	--	---

5	Notícias negativas sobre o mundo atingem níveis sem precedentes	10
---	---	----

6	A perceção da insegurança humana está a aumentar na maior parte dos países, mesmo em alguns países com o Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado	11
---	---	----

7	Os declínios recentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) encontram-se generalizados, com mais de 90 por cento dos países a sofrer um declínio em 2020 ou 2021	12	3.2	As pessoas estão a vivenciar uma maior tristeza	105
8	Quase todos os países registaram inversões no desenvolvimento humano no primeiro ano da pandemia de Covid-19, a maioria dos países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, médio e elevado registaram quedas contínuas no segundo ano	12	3.3	A Grande Reversão da racionalidade para o sentimento na argumentação baseada em factos	107
9	Existem mais possibilidades para a inteligência artificial aumentar a atividade humana do que para automatizar tarefas existentes	16	3.4	As gerações mais jovens estarão quatro a sete vezes mais expostas às ondas de calor nas suas vidas do que as gerações mais velhas	110
10	Tornar as pessoas mais seguras através do investimento, proteção e inovação	18	3.5	Respostas individuais e coletivas à incerteza podem conduzir a ciclos de incerteza	111
11	Pela primeira vez, o valor global do Índice de Desenvolvimento Humano desceu durante dois anos consecutivos	29	S3.6.1	As pessoas têm uma tendência pronunciada para tomar decisões que parecem tratar implicitamente todas as probabilidades, até certo ponto de igual modo	125
1.2	Quebras no Índice de Desenvolvimento Humano foram generalizadas durante a pandemia de Covid-19, com mais de 90 por cento dos países a sofrer um declínio em 2020 ou 2021	30	S3.6.2	Mayor incerteza cognitiva está fortemente associada a uma maior compressão das decisões em direção ao centro	126
1.3	Enquanto a maior parte dos países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado não sofreu declínios no IDH em 2021, o mesmo não se verificou na maioria dos países com IDH baixo e médio e alto	30	S3.6.3	As decisões das pessoas sobre o valor parecem tratar diferentes atrasos de tempo até certo ponto de igual modo	127
1.4	Notícias negativas sobre o mundo e o futuro atingiram níveis sem precedentes	31	S3.6.4	A incerteza cognitiva é fortemente preditiva do grau em que as decisões intertemporais das pessoas parecem tratar todos os atrasos temporais da mesma forma	128
1.5	A perceção da insegurança humana está a aumentar na maior parte dos países, mesmo em alguns países com o Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado	32	4.1	Uma maior insegurança está associada a uma menor agência pessoal	141
1.6	O efeito negativo está a crescer para todos, agravado pelas desigualdades entre grupos	33	4.2	A confiança decresce com a distância social mais acentuada nos rendimentos mais baixos e na maior insegurança	141
1.7	O <i>stress</i> é elevado e aumenta, independentemente da educação	34	4.3	Uma maior insegurança está ligada ao extremismo político	142
1.8	Ampla espectro do possível aquecimento futuro depende das nossas escolhas	36	4.4	A insegurança está associada à polarização das preferências sobre a responsabilidade governamental versus responsabilidade individual	143
1.9	Transformar o mundo para promover o desenvolvimento humano enquanto se diminuem as pressões planetárias	39	4.5	Há dez anos, havia mais países onde os elementos críticos para a governação democrática estavam a melhorar em vez de decrescer; atualmente, a situação está invertida	151
1.10	A transição energética em direção às energias renováveis pode desenrolar-se de formas diversas para diferentes setores	40	S4.1.1	O surgimento dos sistemas partidários multi elite na Austrália, na Europa e na América do Norte	154
1.11	A transição energética exige minerais e materiais que aumentam as pressões planetárias	42	S4.2.1	O apoio à democracia cai com a insegurança nos grupos mais ricos	155
1.12	A massa antropogénica excede atualmente a biomassa viva total do mundo	43	5.1	O custo das energias renováveis tem diminuído drasticamente	163
1.13	A polarização política está a aumentar em todo o mundo	47	5.2	Contrariamente à redução média anual projetada de 2,6% entre 2010 e 2020, os custos da energia solar fotovoltaica diminuíram 15% ao ano durante o mesmo período	164
S1.1.1	As cinco vias para a resiliência	53	5.3	As oportunidades para aumentar a atividade humana são muito maiores do que as oportunidades para automatizar tarefas existentes	165
S1.3.1	A curva de sobrevivência da humanidade pode descer durante períodos de risco, mas pode nunca voltar a subir	59	5.4	A pandemia de Covid-19 levou a uma crise sincronizada e multidimensional sem precedentes	167
2.1	A angústia mental condiciona a liberdade de realização, escolhas e resultados	76	5.5	Declínios generalizados, mas desiguais no valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado de Covid-19: Agregados regionais e de grupos	168
2.2	Conectar a saúde mental e física	77	5.6	A maioria dos países implementou medidas de apoio monetário e de saúde durante a pandemia de Covid-19	171
2.3	No Reino Unido a angústia mental é mais prevalente entre os grupos minoritários femininos, mas a angústia mental entre os grupos minoritários masculinos aumentou muito durante a pandemia de Covid-19	80	6.1	Um quadro de dois níveis para a transformação	179
2.4	A relação circular e intergeracional entre a insegurança económica e a angústia mental pode perpetuar a desigualdade económica entre gerações	82	6.2	Tornar as pessoas mais seguras através do investimento, proteção e inovação	180
2.5	A digitalização é uma faca de dois gumes para o bem-estar mental	83	6.3	Acompanhar as mudanças culturais com educação, reconhecimento e representação	189
2.6	A violência nas relações íntimas aumenta com a dependência económica	85	S6.5.1	Parte considerável dos utilizadores por todo o mundo recebe as suas notícias através das redes sociais	198
2.7	O aumento da violência política tem significado mais incerteza para muitas pessoas	88	S6.6.1	Movimentos sociais ligam a ação coletiva às instituições	201
2.8	Níveis elevados de angústia mental entre jovens que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, homossexuais, intersexuais ou outras minorias sexuais (LGBTQI+)	92	S6.7.1	As mobilizações feministas têm crescido em autonomia e força em todos os grupos do Índice de Desenvolvimento Humano	204
2.9	Desenvolvimento humano no meio de incertezas multidimensionais	93	S6.7.2	Os países com menos movimentos feministas têm maiores preconceitos contra a igualdade de género e o empoderamento das mulheres	205
S2.1.1	Prevalência global dos distúrbios mentais selecionados, 2019	94	S6.7.3	Apenas 10,3 por cento das pessoas em todo o mundo não têm preconceitos de normas sociais de género, incluindo 11,5 por cento de mulheres e 8,9 por cento de homens	207
3.1	Mudanças comportamentais e reforma institucional são interdependentes	101	S6.7.4	A maioria dos países registou progressos em matéria de preconceito contra a igualdade de género e a capacitação das mulheres entre 2010–2014 e 2017–2022, mas vários países registaram reviravoltas	208

DESTAQUES

1.1	Para lá da crise e do colapso: Alterações climáticas na história da humanidade	51
1.2	O nexó nuclear-ambiental e o desenvolvimento humano no Antropoceno	56
1.3	Que tipo de instituição é necessária para a segurança existencial?	58
1.4	As relações entre as pessoas e o planeta num mundo incerto e instável	60
1.5	Acerca da insegurança económica	62
1.6	Construir um ambiente de paz numa nova era de risco	64
1.7	Transformações com baixo teor de carbono: uma maldição dos recursos verdes?	68
1.8	O novo complexo de incerteza e de justiça entre as gerações	70
2.1	Medir o bem-estar mental, um esforço contínuo	94
2.2	Transtorno de stress pós-traumático, não apenas de combate	96
3.1	Como agência difere de bem-estar	114
3.2	Agência, ideias e as origens do Estado social regulador	116
3.3	O agente “racional” e a teoria da escolha racional	118
3.4	Como podem as sociedades progredir em tempos incertos? Uma questão que assume novas formas, reclamando novas ferramentas analíticas	120
3.5	Normas e cooperação num mundo multipolar: para lá da economia	122
3.6	Insegurança cognitiva	124
3.7	A agência humana pode ajudar a restaurar a biodiversidade: o caso das transições florestais	130
4.1	Desigualdade e a estrutura dos conflitos políticos nas democracias: uma perspetiva global e histórica	153
4.2	Apoio à democracia sob tensão: Resultados de países com um Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado	155
6.1	Princípios a cultivar para navegar na incerteza	192
6.2	De que forma as comunidades locais enfrentam as rápidas alterações ambientais	194
6.3	De que forma o voluntariado, a inclusão e o debate podem funcionar como seguros	195
6.4	Abordar a angústia mental: capacidades para pessoas e decisores políticos	196
6.5	Desinformação nas redes sociais e liberdade de expressão	198
6.6	A ação coletiva e os movimentos sociais moldam a cultura e lidam com a incerteza	200
6.7	Mobilizações feministas que desafiam as normas sociais de género	204

TABELAS

1.1	Alterações climáticas impulsionadas por fatores físicos agravados e pelo contexto social	48
3.1	Pressupostos comportamentais: Determinantes e âmbito das intervenções para moldar escolhas	102
S2.2.1	Sintomas de transtorno de stress pós-traumático entre adultos e crianças	96
S6.7.1	Percentagem de pessoas com pelo menos um preconceito contra a igualdade de género, 2010–2014 e 2017–2022	207
AS6.7.1	Tabela anexa: Normas Sociais de Género Valores do Índice para o período mais recente disponível (76 países e territórios com dados da vaga 6 ou da vaga 7 e 12 países ou territórios com dados da vaga 5)	210

ANEXO ESTATÍSTICO

Guia do leitor	267
----------------	-----

ÍNDICES COMPÓSITOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

1	Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	272
2	Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990-2021	277
3	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	281
4	Índice de Desenvolvimento Humano por Género	286
5	Índice de Desigualdade de Género	291
6	Índice de Pobreza Multidimensional: países em vias de desenvolvimento	296
7	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta	299

Regiões em vias de desenvolvimento	304
------------------------------------	-----

Referências estatísticas	305
--------------------------	-----

SÍNTESE

Tempos incertos, vidas instáveis

Tempos incertos, vidas instáveis

Vivemos num mundo onde as preocupações são a nota dominante. A pandemia Covid-19 em curso, que provocou atrasos no desenvolvimento humano em quase todos os países e continua a provocar variações imprevisíveis; a guerra na Ucrânia e noutros locais, mais sofrimento humano no meio de uma ordem geopolítica em mutação e de um sistema multilateral repleto de tensões; temperaturas recorde, incêndios e tempestades, cada um uma campanha de alarme dos sistemas planetários cada vez mais desequilibrados; crises agudas estão a dar lugar a uma incerteza crónica e estratificada à escala mundial, contribuindo para um quadro de tempos incertos e vidas instáveis.

A incerteza não é algo de novo. Há muito que a Humanidade se preocupa com pragas e epidemias, violência e guerra, inundações e secas. Se é verdade que várias sociedades foram subjugadas por essas circunstâncias, um igual número de sociedades aceitou essas realidades emergentes e inquietantes e encontrou formas inteligentes de prosperar. Não existem inevitabilidades, apenas duras incógnitas. A melhor resposta é uma aposta reforçada no desenvolvimento humano, procurando desencadear as capacidades criativas e cooperativas que, aliás, integram a essência da Humanidade.

Novos níveis de incertezas estão a interagir para criarem novos géneros de incerteza – um novo complexo de incerteza – nunca vistos na história da Humanidade (figura 1). Além da incerteza quotidiana, enfrentada pelas pessoas desde tempos imemoriais, navegamos

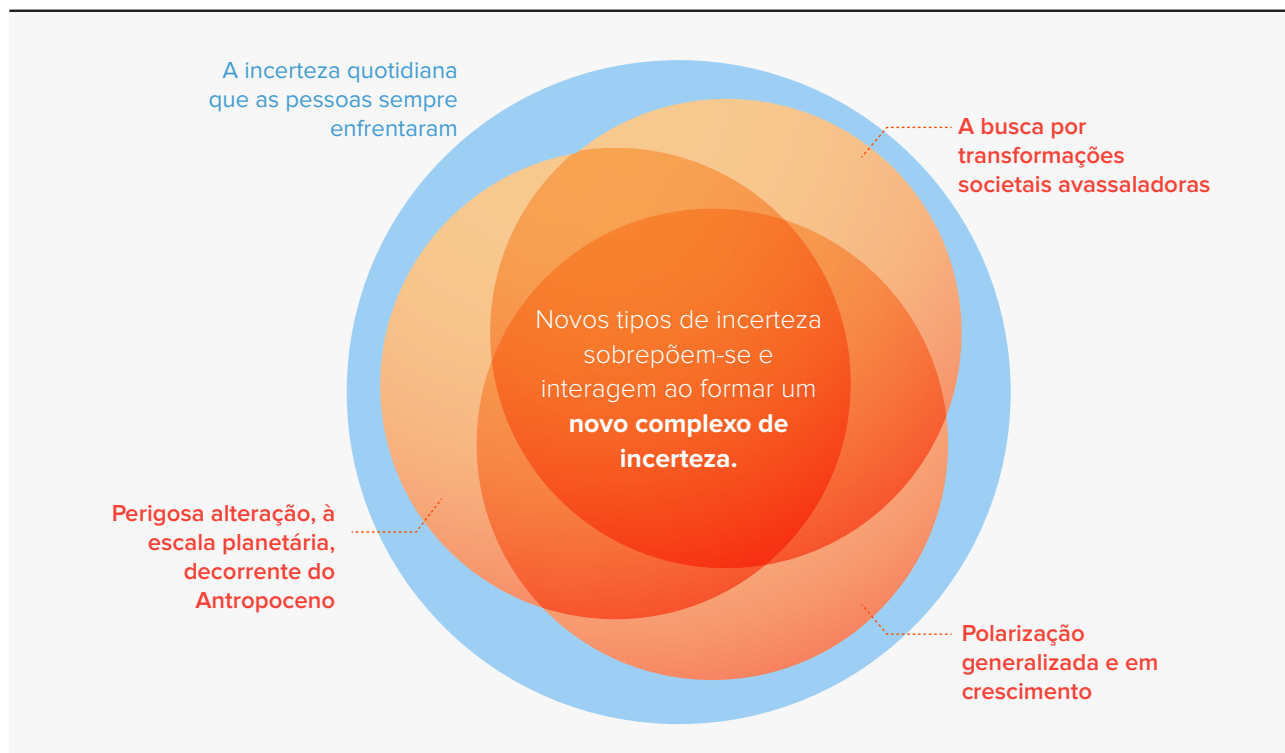
agora águas desconhecidas, apanhados em três voláteis contracorrentes:

- As perigosas mudanças planetárias do Antropoceno.¹
- A procura de amplas transformações sociais a par da Revolução Industrial.
- Os imprevistos e vacilações das sociedades polarizadas.

Navegar neste novo complexo de incerteza torna-se, ainda, mais difícil em virtude das privações persistentes e das desigualdades no desenvolvimento humano. A última década colocou – finalmente – a desigualdade sob os holofotes. Contudo, as formas como as desigualdades e a incerteza contribuem para a insegurança – e vice-versa – não têm tido o mesmo foco. A variação nas oportunidades e no resultado entre e dentro das nações é espelhada pela – e interage com – a volatilidade vivenciada pelas pessoas no decurso das suas vidas. A questão complexifica-se quando assistimos a uma ordem geopolítica em curso, que paralisa um sistema multilateral concebido para o pós-guerra (não para o pós-milénio) desafios e ruturas causados por puros interesses nacionais.

A pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia são manifestações devastadoras do complexo de incerteza que assola os dias de hoje. Cada uma delas expõe os limites e as brechas na atual governação global. Cada uma delas tem atacado as cadeias de abastecimento globais, aumentando a volatilidade dos preços da energia, dos fertilizantes, das mercadorias e de outros bens.

Figura 1 Um novo complexo de incerteza está a emergir



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

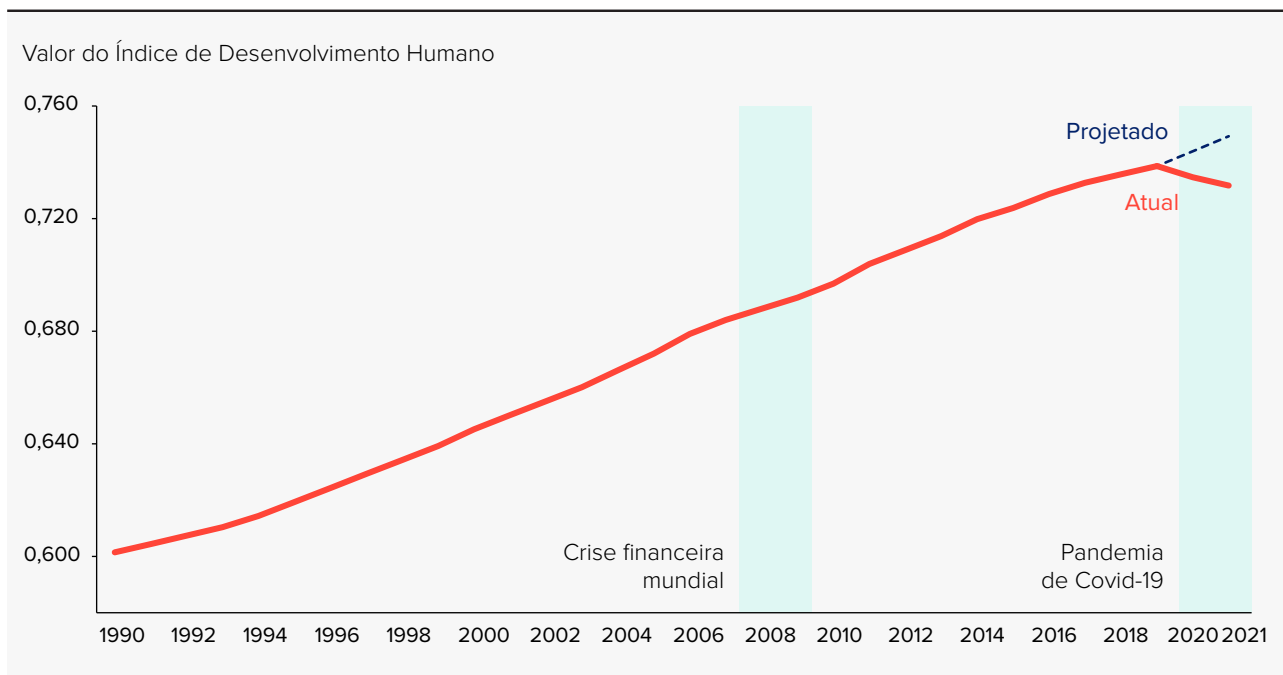
Contudo, é a sua interação que, à data do presente relatório, está a transformar esses choques numa catástrofe mundial iminente. Devido à confluência da guerra, da pandemia e do aumento das temperaturas, o Secretário-Geral das Nações Unidas António Guterres tem alertado repetidamente para uma prolongada crise alimentar mundial.² Milhares de milhões de pessoas enfrentam a maior crise de custo de vida numa geração.³ Milhares de milhões já se debatem com a insegurança alimentar,⁴ devido, em grande parte, às desigualdades de riqueza e poder que determinam os direitos à alimentação. Estes serão mais gravemente afetados por uma crise alimentar mundial.

As crises mundiais têm vindo a suceder-se: a crise financeira, a crise climática mundial em curso e a pandemia de Covid-19, uma crise alimentar mundial eminente. Existe uma sensação incómoda de que qualquer controlo que tenhamos sobre as nossas vidas está a escapar-nos, que as normas e instituições em que costumávamos confiar para a estabilidade e prosperidade não estão a corresponder às necessidades que advêm do atual complexo de incerteza. Sentimentos de insegurança estão a aumentar em todo o globo, uma tendência que se verifica há, pelo menos, uma década e que precede largamente a pandemia de Covid-19, bem como a consequente espiral descendente no desenvolvimento humano mundial (figura 2).

Mesmo antes da pandemia de Covid-19, 6 em cada 7 pessoas a nível mundial sentiam-se inseguras.⁵ Isto num cenário de incrível progresso mundial (não obstante os impactos da pandemia de Covid-19) a longo prazo sobre as medidas convencionais de bem-estar, incluindo em muitas das métricas do desenvolvimento humano seguidas pelo Relatório do Desenvolvimento Humano. O que está a acontecer? Como é que a grande lente do desenvolvimento humano nos pode ajudar a compreender e a responder a este aparente paradoxo de um progresso com insegurança? Questões como esta dinamizam o Relatório deste ano (caixa 1).

Uma das frustrantes ironias do Antropoceno é que, embora tenhamos mais poder para influenciar o nosso futuro, não temos necessariamente mais controlo sobre este. Desde a crise climática até às alterações tecnológicas de grande alcance, outras importantes forças – muitas da nossa própria lavra – estão a expandir o conjunto de resultados possíveis, alguns desconhecidos, decorrentes de qualquer ação. Para muitos, passar do ponto A ao ponto B nas suas vidas e nas suas comunidades é pouco claro, inseguro e duro, tornando-se ainda mais duro quando as desigualdades persistentes, a polarização e a demagogia dificultam um acordo relativamente ao que é realmente o ponto B e como iniciar a marcha para lá chegar.

Figura 2 O valor do Índice de Desenvolvimento Humano mundial diminuiu dois anos consecutivos, apagando os ganhos do quinquénio anterior



Nota: O período de duração da crise financeira global é indicativo.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano cálculos baseados em dados de Barro and Lee (2018), FMI (2021c, 2022c), DAESNU (2022a, 2022b), Instituto de Estatística da UNESCO (2022), UNSD (2022) e Banco Mundial (2022c).

Caixa 1 O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022 amplia os debates de Relatórios anteriores

Como compreender e navegar o complexo de incerteza dos dias de hoje, guiados pelo Antropoceno, através de uma transformação social propositada e da intensificação da polarização, é o tópico do Relatório do Desenvolvimento Humano deste ano. Ao longo da última década tem sido dada particular atenção – com razão – às desigualdades. De facto, as desigualdades e as suas dimensões emergentes foram o foco do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019,¹ transitando para o Relatório do ano seguinte sobre as pressões socioecológicas do Antropoceno.² As variações nas oportunidades e nos resultados entre e dentro das nações também se refletem nas vidas das pessoas, dando origem a mais e novas formas de insegurança, que foram exploradas no Relatório Especial sobre Segurança Humana do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no início deste ano.³ O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022 agrega e estende estas discussões sobre o tema da incerteza: como a realidade está a mudar, o que significa para o desenvolvimento humano e como podemos evoluir em face disso.

Notas

1. PNUD 2019. 2. PNUD 2020a. 3. PNUD 2022b.

Nem tudo está bem, mas nem tudo está perdido. Políticas que se foquem nos Três I's (investment, insurance e innovation), investimento, proteção e inovação, contribuirão para ajudar as pessoas a navegar no novo complexo de incerteza e, ainda assim, prosperar (ver capítulo 6).

- O *Investimento*, desde as energias renováveis à preparação para pandemias e perigos naturais extremos, aliviará as pressões planetárias e preparará as sociedades para melhor enfrentarem os choques globais. Considerando os avanços da sismologia, a ciência dos tsunamis e a redução dos riscos de catástrofe que se seguiram ao tsunami de 2004 no Oceano Índico,⁶ dir-se-á que investimentos inteligentes e práticos compensam.
- A *Proteção* também contribui para salvaguardar as pessoas das contingências de um mundo incerto. O aumento global da proteção social na sequência da pandemia de Covid-19 fez exatamente isso, ao mesmo tempo que sublinhava a pouca cobertura da segurança social existente e quanto ainda está por fazer. Os investimentos em serviços universais básicos como a saúde e a educação também têm uma função seguradora.
- A *Inovação* nas suas muitas formas – tecnológica, económica, cultural – será vital na resposta aos desafios incertos e desconhecidos que a humanidade enfrentará. Apesar de a inovação ser um tema que diz

respeito a toda a sociedade, aos governos compete a criação dos incentivos políticos certos para a inovação inclusiva, mas também tornarem-se parceiros ativos em todo o processo.

Os pressupostos subjacentes às instituições que desenvolvem e implementam políticas a diversos níveis são ainda mais complexos. Pressupostos sobre como as pessoas tomam decisões são frequentemente excessivamente simplificados. O domínio dessas assunções tem ocasionado um conjunto mais restrito de opções políticas do que o necessário para navegar no novo complexo de incerteza (ver capítulo 3). O alargamento do conjunto de opções políticas tem como ponto de partida o reconhecimento dos diversos enviesamentos cognitivos e inconsistências que caracterizam a nossa tomada de decisões. Além disso, o que decidimos está frequentemente arraigado no que valorizamos. O que nós valorizamos, por sua vez, está enraizado no nosso contexto social, ou seja, é contextual, maleável. Analisar a inutilidade de certas inércias sociais e a experimentação de novas narrativas devem integrar o conjunto de instrumentos que sirvam como uma ferramenta para o futuro (ver capítulo 3).

O mesmo se aplica à tecnologia. É verdade, a tecnologia é mais uma espada de dois gumes do que uma solução mágica. As tecnologias de combustão de combustíveis fósseis estão a aquecer o planeta enquanto a fusão nuclear promete encapsular o sol, inaugurando uma nova era de energia limpa e sem limites. Com cada pesquisa na Internet, *retweet* e like, as nossas pegadas digitais geram mais dados do que nunca, mas lutamos para usá-los para o bem comum, ao passo que outros usam-nos deliberadamente de forma indevida. Numa luta voraz pelo acesso a um maior número de dados, os gigantes da tecnologia estão a concentrar nas suas mãos cada vez mais poder sobre as nossas vidas. Na nossa opinião, é mais importante desviar a tecnologia propositadamente para soluções inclusivas, soluções criativas que permitam desafiar o antigo e o novo, em vez de a transformar numa espécie de elefante numa loja de porcelana. Precisamos de tecnologias que aumentem o trabalho em vez de o diminuir, que interfiram de forma seletiva em vez de indiscriminadamente (ver capítulo 4).

À medida que avançamos neste novo complexo de incerteza, surgem desafios desconhecidos; mais perguntas difíceis sem respostas fáceis, mais oportunidades de retrocesso dentro das fronteiras que se demonstraram tão porosas para o clima e a tecnologia como no caso da pandemia provocada pela Covid-19. Se a pandemia é vista como um teste a como navegamos no nosso futuro comum e global, então precisamos de aprender com esta, com o bem e com o mal, para descobrir como fazer melhor, muito melhor.

A pandemia de Covid-19 é uma janela para uma nova realidade

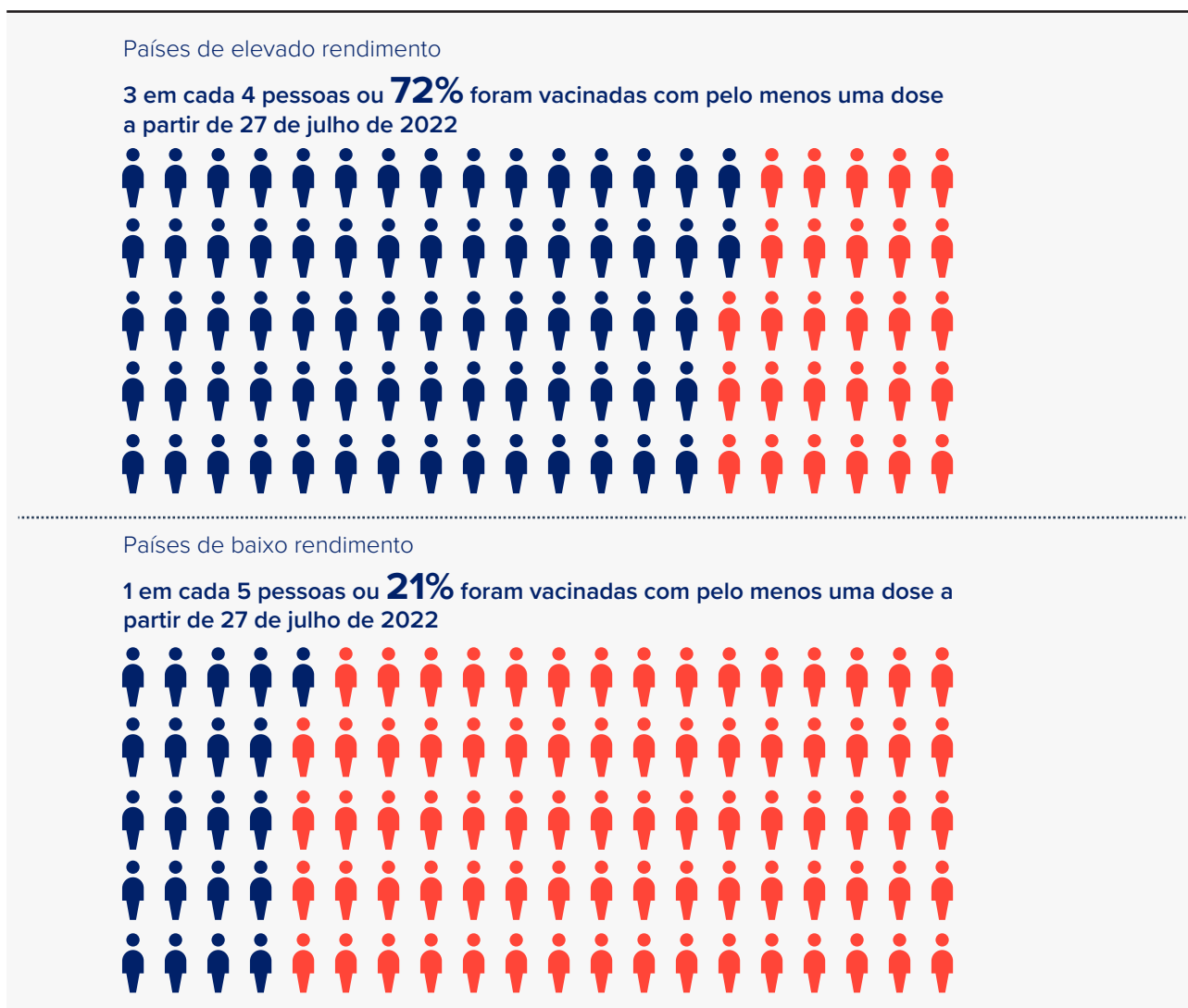
Atualmente, no seu terceiro ano, a pandemia de Covid-19 causou um terrível impacto nas vidas e nos meios de subsistência por todo o mundo. É mais do que um longo desvio do normal; é uma janela para uma nova realidade, um doloroso vislumbre de profundas e emblemáticas contradições, que expõe uma confluência de fragilidades.

Por um lado, um feito impressionante da ciência moderna: o desenvolvimento de vacinas seguras e eficazes contra um novo vírus em menos de um ano. Tendo salvado dezenas, talvez centenas, de milhões de vidas durante o século passado, especialmente de crianças, as vacinas continuam a ser uma das maiores inovações

tecnológicas da humanidade, com a melhor relação custo-eficácia de sempre.⁷ A série de vacinas contra a Covid-19 não é exceção. Só em 2021, os programas de vacinação Covid-19 evitaram quase 20 milhões de mortes⁸ É uma lição do poder da tecnologia para transformar vidas de forma positiva, numa época em que abundam os exemplos de como a tecnologia pode fazer exatamente o oposto.

No entanto, o acesso às vacinas contra a Covid-19 permanece terrivelmente baixo ou praticamente inexistente em muitos países com um baixo rendimento (figura 3), especialmente em África, que tiveram taxas de mortalidade por infeção específica da idade duas vezes superiores às dos países com elevados rendimentos.⁹ O acesso a zonas rurais com cadeias de frio mais fracas e menos profissionais de saúde continua a ser um desafio. Entretanto, a adoção de vacinas em muitos

Figura 3 O acesso dos países às vacinas Covid-19 continua a ser altamente desigual



Fonte: Painel global para a equidade das vacinas (<https://data.undp.org/vaccine-equity/>), acessado em 27 de julho de 2022.

países mais ricos estagnou, em parte devido a disputas desconcertantes sobre vacinas em geral.¹⁰ A última etapa do processo é sempre a mais difícil de percorrer em todos os países.

O acesso desigual, feito de forma injusta, às vacinas Covid-19 é uma das muitas desigualdades que marcaram toda a pandemia. De facto, essas desigualdades contribuíram para alimentar a sua propagação. Os grupos com maior probabilidade de serem deixados para trás, uma vez mais, suportaram o fardo das suas fragilidades sanitárias e económicas. Mulheres e raparigas assumiram ainda mais responsabilidades domésticas e de prestação de cuidados, enquanto a violência contra estas se agravou (ver capítulo 2).¹¹ As clivagens digitais pré-existentes aumentaram as desigualdades no acesso e qualidade da educação das crianças.¹² Há, aliás, quem tema uma “geração perdida” de alunos.¹³

A pandemia de Covid-19 gerou perguntas sem respostas fáceis em todo o globo, entre elas a mais importante: Quando é que “termina”? As respostas têm-se revelado fugazes, muitas vezes frustradas pelo aumento de casos ou pelo estabelecimento de novas restrições, forçando-nos a voltar à estaca zero. As cadeias de abastecimento mundiais permanecem teimosamente atadas, contribuindo para a inflação na generalidade dos países e, em alguns, com taxas inimagináveis durante décadas.¹⁴ As implicações das intervenções monetárias e fiscais, sem precedentes, destinadas a salvar as economias devastadas, muitas ainda marcadas pela crise financeira mundial, permanecem em larga medida incertas. Estes acontecimentos desenrolam-se diante de nós em tempo real e a par de tensões geopolíticas crescentes. A pandemia é mais do que um vírus, e simplesmente ainda não “terminou.”

Com vagas sucessivas, que têm apanhado os países desprevenidos vezes sem conta, a contínua mutabilidade e o balanço dos confinamentos, a pandemia de Covid-19 e as suas reviravoltas aparentemente intermináveis têm, talvez acima de tudo, inveterado um clima de incerteza e inquietação persistente. E esta é apenas uma pandemia, que surgiu aparentemente do nada, como um fantasma que não pode ser exorcizado. Fomos há muito avisados sobre a ameaça de novos patogénicos respiratórios¹⁵ e, à medida que avançamos para o Antropoceno, fomos avisados de que haverá mais.

Um novo complexo de incerteza está a emergir

Os impactos da pandemia de Covid-19 nas economias são insignificantes quando comparados com as convulsões esperadas pelo poder das novas tecnologias e os perigos e transformações que estas representam. O que é que são os investimentos na educação e nas

competências das pessoas – uma parte essencial do desenvolvimento humano – perante o ritmo desorientador das mudanças tecnológicas, incluindo a automatização e a inteligência artificial? Ou face a transições de energia deliberadas e necessárias que reestruturariam as sociedades? Mais amplamente, no meio de padrões sem precedentes de perigosas mudanças planetárias, que capacidades importam e de que forma?

“ Os impactos da pandemia de Covid-19 nas economias são insignificantes quando comparados com as convulsões esperadas pelo poder das novas tecnologias e os perigos e transformações que estas representam

Nos últimos anos, viram-se mais recordes de temperatura, incêndios e tempestades em todo o mundo, lembretes alarmantes de que a crise climática avança, a par com outras mudanças a nível planetário provocadas pelo Antropoceno. O colapso da biodiversidade é uma delas. Mais de 1 milhão de espécies vegetais e animais enfrentam a extinção.¹⁶ Por muito que a pandemia de Covid-19 nos tenha apanhado de surpresa, impreparados e atrapalhados na procura de um rumo, temos ainda menos ideia de como viver num mundo sem, digamos, uma abundância de insetos. Trata-se de uma realidade que nunca se verificou em aproximadamente 500 milhões de anos, desde que apareceram as primeiras plantas terrestres do mundo. Isto não é uma coincidência. Sem abundância de insetos polinizadores, enfrentamos o intrigante desafio de cultivar alimentos e outros produtos agrícolas à escala.

As sociedades humanas e os sistemas ecológicos há muito que se influenciam – e se surpreendem – entre si, mas não à escala e velocidade do Antropoceno. Os seres humanos estão agora a moldar as trajetórias planetárias,¹⁷ e a mudança dramática dos níveis basais – das temperaturas globais às diversidades de espécies – estão a alterar o quadro fundamental de referência sob o qual os seres humanos têm vivido durante milénios. É como se o chão debaixo dos nossos pés estivesse a mudar, introduzindo um novo tipo de incerteza planetária para a qual não dispomos de um verdadeiro guia.

Os ciclos de material, por exemplo, foram quebrados. Pela primeira vez na história, materiais fabricados pelo homem, tais como betão e asfalto, superam a biomassa da Terra. Os microplásticos estão agora por todo o lado: em manchas de lixo do tamanho de um país no oceano, em florestas protegidas e em montanhas distantes, bem como nos pulmões e sangue das pessoas.¹⁸ O branqueamento em massa do coral é agora comum em vez de extraordinário.¹⁹

O último Relatório do Painel Internacional sobre Alterações Climáticas é um “código vermelho para a humanidade.”²⁰ Enquanto ainda temos a possibilidade de prevenir o aquecimento global excessivo e evitar os

piores cenários, espera-se que as mudanças induzidas pelo homem no nosso sistema planetário continuem no futuro. Em essência, à medida que a ciência avançou, os modelos estão, com melhor precisão do que antes, a prever maior volatilidade.²¹

Qualquer uma das rápidas mudanças do Antropoceno, a nível planetário, induzidas pelo homem, seria por si só suficiente para injetar novas incertezas assustadoras no destino não só de indivíduos, comunidades ou mesmo nações, mas de toda a humanidade. Recordemos somente há algumas décadas quando os cloro-fluorocarbonetos entraram na consciência global. Ou o inseticida conhecido como DDT antes disso. Ou a proliferação nuclear antes disso (e, infelizmente, ainda hoje). As forças induzidas pelo homem no Antropoceno não são atomizadas ou sequenciadas ordenadamente. Não são ilhas de perturbação num mar de relativa estabilidade. Em vez disso, são empilhados uns sobre os outros, interagindo e amplificando-se de formas imprevisíveis. Pela primeira vez na história da humanidade, as ameaças existenciais antropogênicas são maiores do que as dos riscos naturais.²²

“ A estratificação e as interações de riscos multidimensionais e a sobreposição de ameaças dão origem a novas dimensões de incerteza, se, por nenhuma outra razão que não seja as escolhas humanas, tiverem impactos muito para além das capacidades de absorção dos nossos sistemas socioecológicos enfraquecidos

Por este motivo, neste retrato de incerteza, o Relatório não constrói cenários. Em vez disso, explora a forma como três novas fontes de incerteza a nível mundial se incrementam para criarem um novo complexo de incerteza que perturba vidas e arrasta o desenvolvimento humano (ver capítulo 1):

- A primeira nova incerteza está associada à perigosa mudança planetária do Antropoceno e à sua interação com as desigualdades humanas.
- A segunda é a transição, ainda que incerta, para novas formas de organização das sociedades industriais alegando transformações análogas às da transição de sociedades agrícolas para sociedades industriais.²³
- A terceira é a intensificação da polarização política e social entre e dentro dos países – e das percepções erradas tanto acerca da informação como nos grupos – facilitada pela forma como as novas tecnologias digitais são frequentemente utilizadas.²⁴

A estratificação e as interações de riscos multidimensionais e a sobreposição de ameaças dão origem a novas dimensões de incerteza, quanto mais não seja porque as escolhas humanas têm impactos muito para lá da

capacidade de absorção dos nossos sistemas socioecológicos enfraquecidos. Neste novo complexo de incerteza, os choques podem ampliar-se e interagir em vez de se dissiparem; podem propagar-se nos sistemas em vez de serem estabilizados por estes.

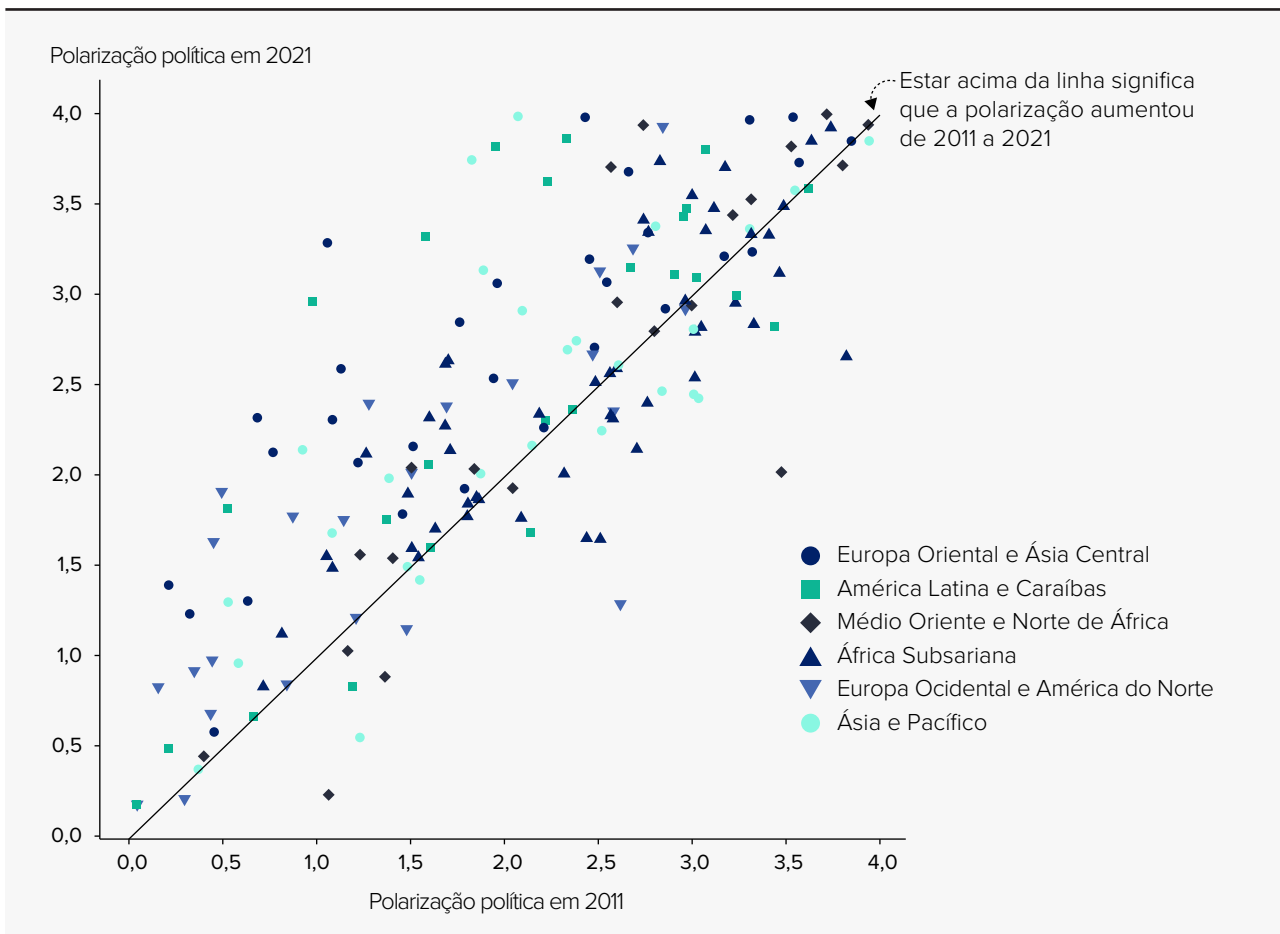
A pulsação humana dos sistemas naturais, com intensidades e escalas sem precedentes, é uma das faces desta moeda. Por outro lado, défices sociais persistentes, incluindo défices no desenvolvimento humano, tornam mais difícil navegar por resultados imprevisíveis e diminuir, desde logo, essa pulsação. Tenha-se em conta a pandemia de Covid-19, que tem tanto a ver com desigualdades, má liderança e desconfiança como com variantes e vacinas. Ou a competição pelos recursos naturais, que normalmente não resulta em conflito. Enquanto os ecossistemas em tensão podem paralisar as queixas, as queixas tornam-se conflitos devido aos desequilíbrios sociais.²⁵ O poder político, as desigualdades e a marginalização contribuem mais para o conflito ambiental do que o acesso aos recursos naturais.

A polarização política torna a situação ainda mais complexa (figura 4). Tem vindo a aumentar, e a incerteza agrava-a e é por esta agravada (ver capítulo 4). Um grande número de pessoas sente-se frustrado e alienado dos seus sistemas políticos.²⁶ Numa inversão de 10 anos, o recuo democrático é agora a tendência prevalente nos países,²⁷ apesar do elevado apoio mundial à democracia. Os conflitos armados estão também a aumentar, especialmente fora dos chamados contextos frágeis.²⁸ Pela primeira vez, mais de 100 milhões de pessoas são deslocados à força, a maioria dentro dos seus próprios países.²⁹

A conjuntura de incerteza e polarização pode ter um efeito paralisante, retardando a ação para contrariar as pressões humanas sobre o planeta. O verdadeiro paradoxo do nosso tempo reside na nossa incapacidade de agir, apesar da crescente evidência da angústia que a pressão humana, a nível planetário, está a causar aos sistemas ecológicos e sociais. A menos que consigamos controlar o estado precário das realidades humanas, enfrentamos as vicissitudes do Antropoceno com uma mão atada atrás das costas.

Mesmo quando funcionam corretamente, os mecanismos convencionais de resposta a crises e gestão de riscos, tais como várias formas de proteção ou de seguro, não conseguem fazer frente a uma disrupção de natureza interdependente e que ocorre à escala mundial. As respostas descoordenadas à pandemia de Covid-19 são um bom exemplo. São necessárias novas estratégias para eventos extremos sincronizados a nível mundial. A abordagem do risco através da diversificação é difícil quando a volatilidade afeta todo o sistema e não apenas partes do mesmo. Contudo, numerosos países em todo o mundo têm vindo a desfazer-se firmemente da partilha de risco de várias formas.³⁰ As novas formas de trabalho

Figura 4 A polarização política está a aumentar em todo o mundo



Fonte: Adaptado de Boese e outros (2022).

e as suas incertezas assumiram uma crescente importância nas economias de trabalho com base na tecnologia. No conjunto, há muito que se verifica uma tendência crescente de insegurança.

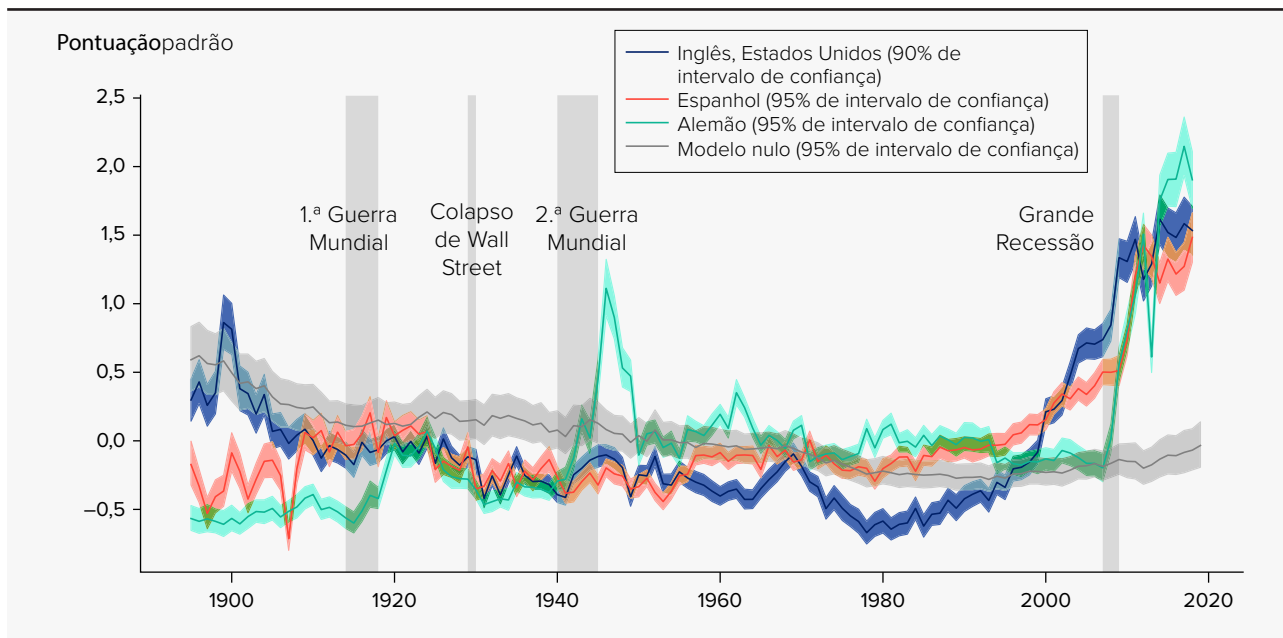
Na realidade, essa tendência tem vindo a aumentar para alguns grupos mais do que para outros. Contra um pano de fundo de incertezas novas e interativas, as pessoas com poder, riqueza ou privilégio têm os meios, até certo ponto, para se protegerem em privado e para transferirem um maior quinhão do fardo para os demais. Os grupos mais suscetíveis de serem deixados para trás enfrentam um mundo com novas e complexas incertezas – sendo que uma parte substancial estão direcionadas para si – amontoados entre a discriminação persistente e as violações dos direitos humanos.³¹ Não é só o facto de os furacões estarem a ficar maiores e mais mortais através do impacto humano no ambiente; é também como

se, através das nossas escolhas sociais, os seus caminhos destrutivos estivessem a ser dirigidos aos mais vulneráveis de entre nós.

Sentimentos de angústia estão a aumentar praticamente por todo o lado

Uma análise de mais de 14 milhões de livros publicados nos últimos 125 anos em três línguas principais mostra um aumento acentuado das expressões de ansiedade e preocupação em muitas partes do mundo (figura 5).³² Outras investigações sobre escalas temporais mais pequenas relatam um aumento constante das preocupações com a incerteza desde 2012, muito antes do surto de Covid-19.³³

Figura 5 Notícias negativas sobre o mundo atingem níveis sem precedentes



Nota: As visões negativas são definidas como analogias textuais de distorções cognitivas em seqüências de uma a cinco palavras refletindo depressão, ansiedade e outras distorções, publicadas em 14 milhões de livros em Inglês, Espanhol e Alemão ao longo dos últimos 125 anos. O predomínio destas seqüências de palavras nas publicações é convertido em *pontuações padrão* para efeitos de comparabilidade. São comparadas com um modelo nulo que contabiliza as alterações ao longo do tempo nos volumes e padrões.

Fonte: Bollen e outros 2021.

No início deste ano, o Relatório Especial sobre a Segurança Humana do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento encontrou níveis igualmente preocupantes de percepção de segurança. Mesmo antes da pandemia de Covid-19, 6 em cada 7 pessoas a nível mundial sentiam-se inseguras.³⁴ A percepção da insegurança humana é elevada em todos os grupos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e cresceu mesmo em alguns países com o IDH muito elevado (figura 6). A polarização tem-se movido em simultâneo nos últimos anos. Em paralelo, verifica-se uma quebra de confiança: globalmente, menos de 30 por cento das pessoas pensam que a maioria das pessoas é de confiança, o valor mais baixo de que há registo (ver capítulo 4).

Estes e outros dados pintam um quadro confuso no qual as percepções das pessoas sobre as suas vidas e as suas sociedades contrastam fortemente com medidas historicamente importantes de bem-estar agregado, incluindo medidas multidimensionais de bem-estar de longa data, tais como o IDH e outros índices que acompanham este Relatório. Em suma, um duplo paradoxo: progresso com insegurança e progresso com polarização.

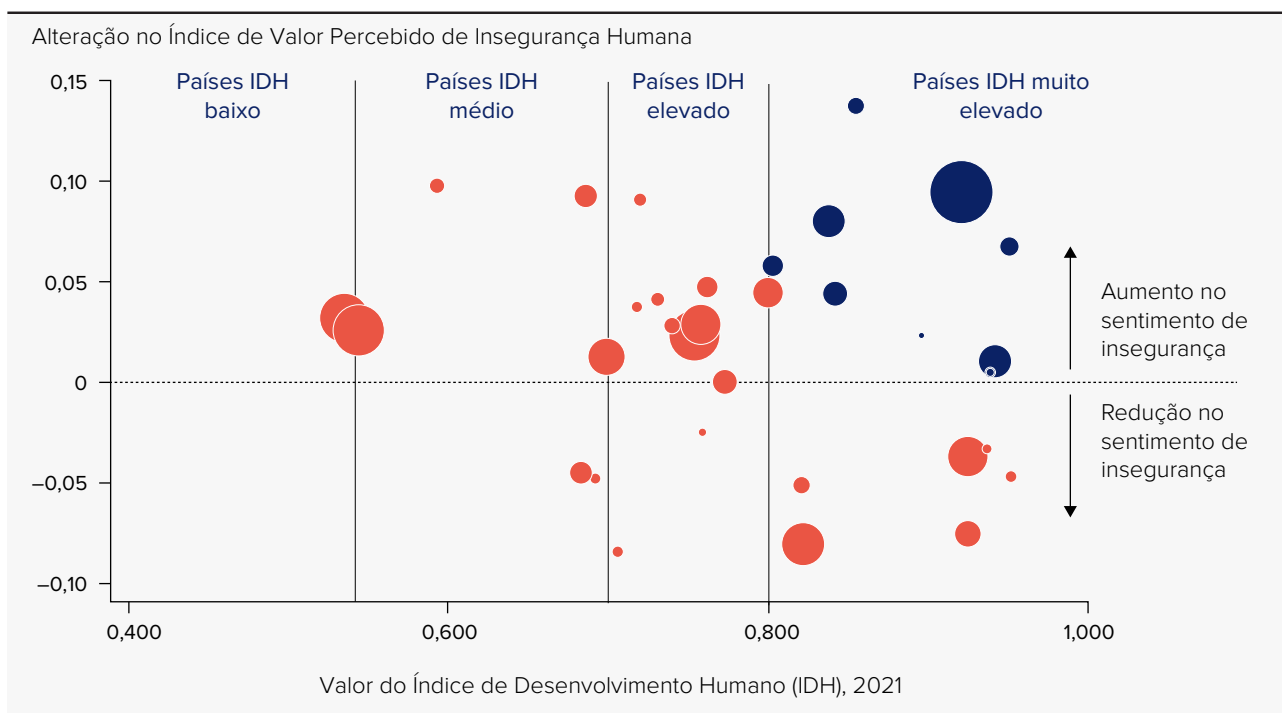
O que está a acontecer?

Demasiadas vezes a resposta é reduzida a perguntas sobre se os dados ou as pessoas estão errados. Muito provavelmente, nenhum dos dois. Embora as pessoas tendam a expressar uma visão holística da sua vivência,

as perguntas feitas sobre as suas vidas centram-se frequentemente em subsistemas específicos e mensuráveis dessa experiência: anos de escolaridade, esperança de vida, rendimentos. Contudo, por mais importantes que estas métricas sejam – e são – não captam a totalidade de uma vivência. Na verdade, nunca tiveram a intenção de refletir o conceito completo de desenvolvimento humano, que vai muito além das realizações em matéria de bem-estar, como a redução da pobreza ou da fome, incluindo noções igualmente importantes de liberdade e ação, que em conjunto ampliam o leque de escolhas na vida das pessoas. Nem as realizações individuais capturam necessariamente a coesão social e a confiança, determinantes para as pessoas por direito próprio e para trabalharem em conjunto na prossecução de objetivos comuns. Em resumo, o duplo paradoxo convida a um olhar rigoroso às conceções limitadas de “progresso.”

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 enfatizou ir além das médias para compreender a ampla e crescente variação nas capacidades no seio de muitos países. Identificou lacunas crescentes nas capacidades melhoradas, tais como o acesso ao ensino superior e a esperança de vida aos 70 anos de idade, lacunas que também podem ajudar a explicar a aparente desconexão entre o que as pessoas dizem sobre as suas vidas e o que medimos sobre elas. Estas não são explicações que se excluem mutuamente; todas são possíveis, até prováveis.³⁵

Figura 6 A percepção da insegurança humana está a aumentar na maior parte dos países, mesmo em alguns países com o Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado



Nota: O tamanho da bolha representa a população do país.

a. Refere-se à mudança no Índice de Segurança Humana Percebida entre as ondas 6 e 7 do Inquérito Mundial de Valores para países com dados comparáveis.

Fonte: PNUD 2022b.

As capacidades enfrentam futuros mais voláteis ao mesmo tempo que se tornam cada vez mais importantes para ajudar as pessoas a navegar nas incertezas sistêmicas de uma nova época. Obter ganhos pode tornar-se ainda mais difícil, assim como mantê-los. O recuo pode tornar-se mais repentino ou comum ou ambos; isso foi evidente durante a pandemia de Covid-19. Pela primeira vez, o valor global do IDH diminuiu, conduzindo o mundo de volta ao período imediatamente após a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris. Todos os anos, alguns países diferentes apresentam quedas nos respetivos valores de IDH, no entanto, 90 por cento dos países viram o seu valor de IDH cair quer em 2020 quer em 2021 (figura 7), excedendo largamente o verificado na sequência da crise financeira mundial. O ano passado assistiu a alguma recuperação a nível mundial, mas foi parcial e desigual: a maioria dos países com IDH muito elevado registou melhorias, enquanto a maioria dos restantes registou declínios contínuos (figura 8).

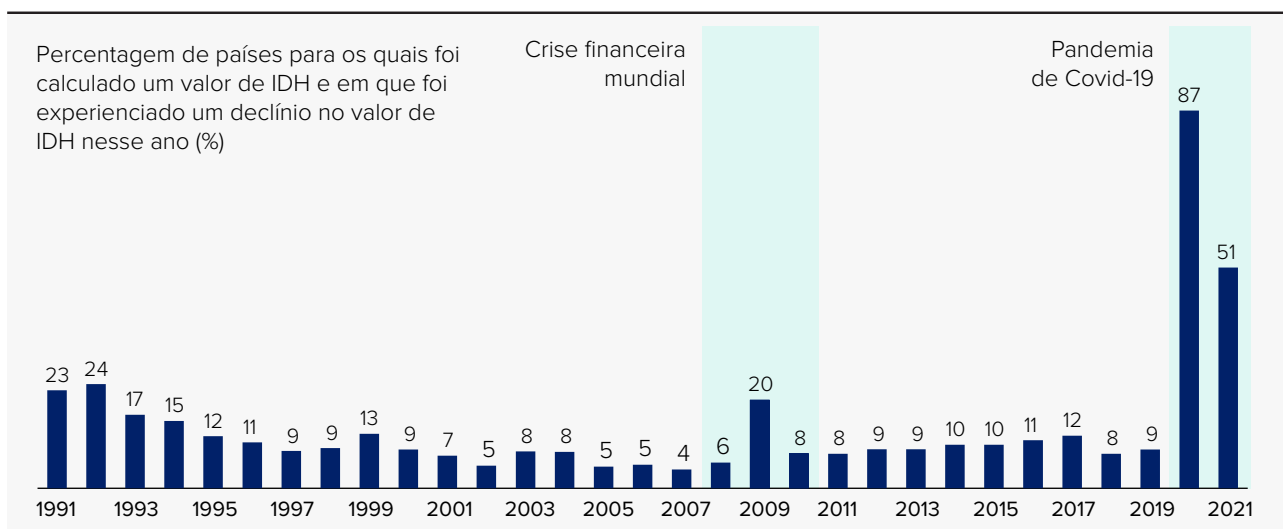
O objetivo do desenvolvimento humano é ajudar as pessoas a levarem vidas que valorizam, expandindo as suas capacidades, que vão além das conquistas de bem-estar para incluir a agência e as liberdades. Se a incerteza forma nuvens de tempestade sobre todos os

aspectos do desenvolvimento humano, então lança relâmpagos sobre a ideia de agência. Pode retirar poder. As escolhas medeiam a tradução dos nossos valores e compromissos em realizações, mas a ideia de escolha torna-se cada vez mais abstrata, por muito educados ou saudáveis que sejamos, se duvidarmos que as escolhas que fazemos produzirão os resultados que desejamos. Perder o controlo cuja percepção foi adquirida quando comparado com nunca o ter tido tem as suas próprias consequências negativas, tal como os efeitos colaterais: uma tendência para identificar culpados ou vilões, uma desconfiança nas instituições e elites, maior insularidade, nacionalismo e discórdia social. A incerteza pode contribuir para exacerbar uma mistura tóxica.

A tecnologia é uma espada de dois gumes

O poder das novas tecnologias potencia, ainda mais, esse exacerbamento. Desde as notícias, produtos e anúncios que nos servem até às relações que construímos *online* e na vida real, cada vez mais as nossas vidas estão a ser determinadas por algoritmos e, em particular, pela inteligência artificial. Para as pessoas que

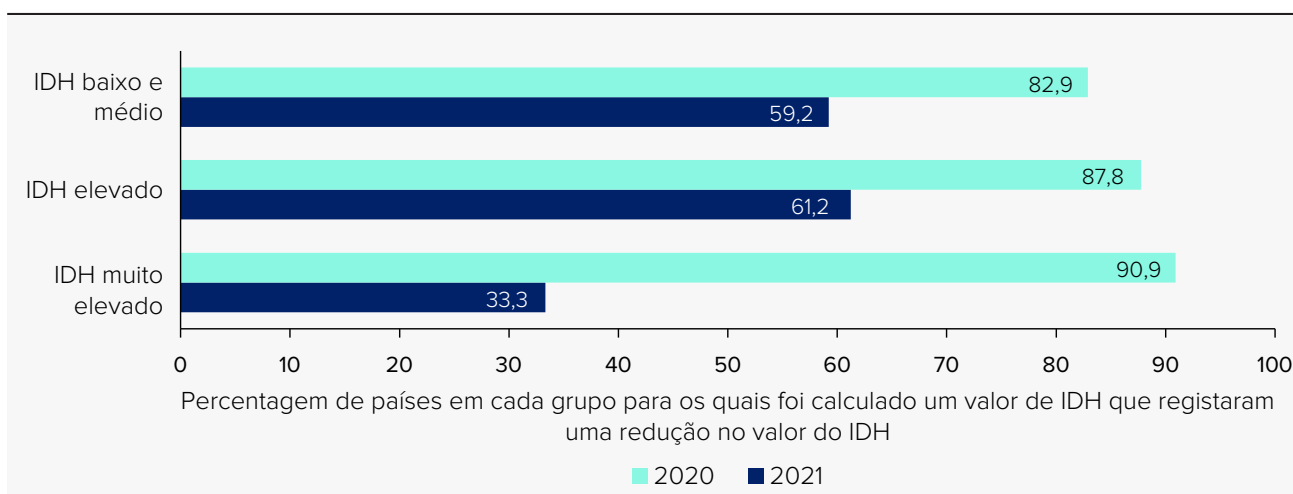
Figura 7 Os declínios recentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) encontram-se generalizados, com mais de 90 por cento dos países a sofrer um declínio em 2020 ou 2021



Nota: O período de duração da crise financeira global é indicativo.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano cálculos baseados em dados de Barro and Lee (2018), FMI (2021c, 2022c), DAESNU (2022a, 2022b), Instituto de Estatística da UNESCO (2022), UNSD (2022) e Banco Mundial (2022c).

Figura 8 Quase todos os países registaram inversões no desenvolvimento humano no primeiro ano da pandemia de Covid-19, a maioria dos países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, médio e elevado registaram quedas contínuas no segundo ano



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano cálculos baseados em dados de Barro and Lee (2018), FMI (2021c, 2022c), DAESNU (2022a, 2022b), Instituto de Estatística da UNESCO (2022), UNSD (2022) e Banco Mundial (2022c).

estão *online*, cada aspeto das suas vidas transforma-se em dados comercializáveis, levantando questões preocupantes acerca de quem tem acesso a que informação – especialmente se estiver em causa informação pessoal sensível – e como está a ser comercializada.³⁶

O político, comercial e pessoal misturam-se nos meios de comunicação social, repletos de ruidosas câmaras de eco porque atraem olhares, o que por sua vez

atrai publicidade e outras receitas. Pelo menos metade do ruído *online* é proveniente de programas concebidos para agitar as hostes.³⁷ A desinformação move-se mais depressa e vai mais longe do que a informação que foi sujeita a um escrutínio fundamentado, semeando desconfiança e avivando, talvez o mais grave tipo de incerteza: não saber distinguir entre os dois. Fazer a distinção vai além do objetivismo claro ou da dependência de um

conjunto de factos universais, científicos ou outros. O raciocínio motivado, no qual as pessoas selecionam factos, peritos e outras fontes de informação fidedignas que confirmam as suas crenças já existentes, está disseminado por todos os espetros políticos e níveis de educação (ver capítulo 3). A polarização pode assumir formas perigosas quando diferentes grupos operam com conjuntos de factos e, portanto, realidades totalmente diferentes, especialmente quando essas realidades estão ligadas a identidades de grupo. As tecnologias transformam então meros desentendimentos em batalhas campais pela sobrevivência (ver capítulo 4).

Dadas as formas como a utilização da tecnologia tem um impacto negativo a nível social, os seus efeitos nocivos a nível comunitário e individual também não constituem uma surpresa. Como está presente em tantas partes das nossas vidas, a tecnologia é uma espada de dois gumes. A inteligência artificial irá criar e destruir tarefas, provocando disrupção. A biologia sintética expande fronteiras na saúde e na medicina ao mesmo tempo que levanta questões fundamentais acerca do que significa ser humano. Desde a invenção da escrita à prensa de impressão de Gutenberg até às primeiras transmissões de rádio de Marconi, as tecnologias têm vindo a ligar as pessoas cada vez mais rapidamente de novas maneiras, sendo que hoje em dia isso ocorre de forma instantânea e através de longas distâncias. Atualmente, a telemedicina é especialmente valiosa nas zonas rurais ligadas digitalmente e tem sido vital para a saúde mental e física durante a pandemia.³⁸

Ao mesmo tempo, de forma paradoxal, a tecnologia pode isolar. Verificou-se que a utilização da Internet reduziu a interação *offline*, a participação política e várias formas de envolvimento cívico e cultural.³⁹ As consequências de substituição do digital pelo real são complexas e serão ainda mais quando os mundos virtuais – o metaverso – ocuparem mais espaço. A ciberperseguição é um problema nas redes sociais. As multidões zangadas do Twitter, mobilizadas por vezes pela desinformação, podem digitalmente colocar alcatrão e penas em alguém mais rapidamente do que na vida real. Por vezes, isso traduz-se em violência na vida real ou em política da vida real. O vício digital é uma preocupação real. As recompensas aleatórias sob a forma de *likes* no Instagram ou no TikTok ou a adrenalina do *clickbait* são essencialmente truques cognitivos que estão no centro da maioria dos casinos da vida real (ver capítulo 2).⁴⁰

O bem-estar mental está a ser atacado

O bem-estar mental é um assunto importante e complexo a nível mundial, sem qualquer condutor, tecnológico ou outro. A angústia mental, cuja prevenção é um aspeto

crítico do bem-estar mental global, é agravado por incertezas e inseguranças de todas as faixas: por grandes fenómenos antropocénicos, tais como as alterações climáticas; por flagelos antigos de discriminação, exclusão, conflito e violência; e por participantes relativamente mais recentes, tais como as redes sociais e outras tecnologias.

Espera-se que as incertezas do Antropoceno prejudiquem o bem-estar mental das pessoas através de quatro vias principais: eventos traumatizantes, doenças físicas, ansiedade climática geral e insegurança alimentar (ver capítulo 2). Os efeitos que estes e outros percursos têm sobre as crianças em particular são profundos, alterando o desenvolvimento do cérebro e do corpo, especialmente em famílias com níveis sociais mais baixos, diminuindo potencialmente o que as crianças podem alcançar no decurso da sua vida. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 explorou a forma como as desigualdades ao nível do desenvolvimento humano se perpetuam ao longo das gerações;⁴¹ não é difícil ver como a confluência de angústia mental, desigualdade e insegurança fomentam um ciclo intergeracional igualmente prejudicial que constitui um entrave ao desenvolvimento humano.

“Espera-se que as incertezas do Antropoceno prejudiquem o bem-estar mental das pessoas através de quatro vias principais: eventos traumatizantes, doenças físicas, ansiedade climática geral e insegurança alimentar

A violência, até mesmo a ameaça de violência, na sua incerteza, é o principal fator de angústia mental. Alguns sobreviventes e testemunhas de violência sofrem traumas – que se não forem tratados adequadamente podem evoluir para transtorno de *stress* pós-traumático, entre outras condições crónicas de saúde – que podem ser determinantes no conjunto de escolhas de que dispõem. A violência pode ser direcionada para uma pessoa ou grupo de pessoas, mas afeta todos no seu raio de alcance. Até mesmo os perpetradores de violência podem sofrer traumas devido ao cenário violento que frequentemente os rodeia, como acontece com o crime organizado ou a violência de grupo.⁴²

As perdas resultantes de violência estendem-se muito para lá de lesões ou traumas físicos, mentais e emocionais diretos. A violência pode causar e exacerbar todo o tipo de inseguranças – alimentares, económicas, entre outras – que são, por si só, as principais forças motrizes da angústia mental. Diversos tipos de violência, desde a violência intrapessoal ao crime organizado e ao conflito armado, minam perniciosamente a confiança nas pessoas (nas que conhecemos e nas que não conhecemos). As quebras de confiança podem gerar mais instabilidade, mais violência.

“Os distúrbios mentais pesam no desenvolvimento humano de muitas formas. Uma questão de saúde em si, estão frequentemente ligados a outros desafios de saúde. Podem impedir a frequência escolar e a aprendizagem, bem como a capacidade de encontrar um emprego e de ser plenamente produtivo. O estigma que com frequência acompanha os distúrbios mentais piora a situação

Segue-se a perda de agência devido à violência. A complexa interação de forças, arraigada em assimetrias de poder, está poderosamente em ação na violência dos parceiros íntimos, cujas sobreviventes são predominantemente mulheres e que está correlacionada com alguns indicadores de dependência económica das mulheres (ver capítulo 2). Os canais de domínio a nível social e institucional podem assumir formas concentradas e perversas, especialmente para as mulheres, crianças e pessoas idosas, atrás do que se pretende que sejam as paredes seguras de um lar, deixando as pessoas sujeitas a abusos domésticos com a percepção ou a realidade de não poderem escapar. O subsequente aprisionamento de pessoas viola os direitos humanos, constrange a agência e acaba por prejudicar a nossa capacidade coletiva de navegar numa nova era turbulenta.

Como tem acontecido, a pandemia de Covid-19 é ameaçadoramente ilustrativa. Durante o primeiro ano da pandemia, a prevalência mundial da depressão e ansiedade aumentou em mais de 25 por cento.⁴³ As pessoas de baixos rendimentos, especialmente as que lutam por satisfazer necessidades básicas como o arrendamento e a alimentação, sofreram de forma desproporcionada em vários países.⁴⁴ As mulheres, que assumiram a maior parte do trabalho adicional doméstico e de cuidados que surgiram durante os encerramentos de escolas e os confinamentos,⁴⁵ enfrentaram uma angústia mental muito maior do que antes da crise.⁴⁶

Os fatores de *stress* não precisam de atingir o nível de trauma globalizado para causar angústia mental. De facto, uma das mais graves ameaças económicas ao bem-estar mental parece resultar de repetidos choques financeiros, tais como perda de rendimentos, especialmente para as pessoas pobres e para os homens.⁴⁷ A insegurança económica – ou apenas a percepção dessa insegurança, mesmo que transitória – é um fator importante. A angústia mental é uma das razões pelas quais as deslocações económicas, seja da globalização ou automatização ou da eliminação gradual dos combustíveis fósseis, acarretam alguns grandes riscos subvalorizados.

Os distúrbios mentais, tais como o transtorno de *stress* pós-traumático e a depressão, podem desenvolver-se quando a angústia mental é grave e não é

tratada. Quase mil milhões de pessoas, uma em cada oito de nós, vive com um distúrbio mental,⁴⁸ fornecendo uma estimativa por baixo do problema mais vasto das angústias mentais. Mundialmente, os problemas de saúde mental são a causa principal de incapacidade. Contudo, dos que precisam de atenção ou tratamento de saúde mental, apenas cerca de 10 por cento o recebem.⁴⁹ Em média, os países gastam menos de 2 por cento dos seus orçamentos para a saúde com a saúde mental.⁵⁰

Os distúrbios mentais pesam no desenvolvimento humano de muitas formas. Uma questão de saúde em si, estão frequentemente ligados a outros desafios de saúde. Podem impedir a frequência escolar e a aprendizagem, bem como a capacidade de encontrar um emprego e de ser plenamente produtivo. O estigma que com frequência acompanha os distúrbios mentais piora a situação. Os distúrbios mentais são um desafio único porque o principal instrumento para navegar nos desafios da vida, a mente, é precisamente aquilo em que as pessoas que vivem com uma perturbação mental podem não ser capazes de confiar. A outra coisa em que tendemos a confiar são as relações. Se estas também sofrerem, as pessoas são deixadas ainda mais isoladas e vulneráveis.

Transformações intencionais introduzem as suas próprias incertezas

O novo e atual complexo de incerteza não se refere apenas às pressões planetárias do Antropoceno e à polarização política e social; trata-se também de transformações sociais intencionais que procuram aliviar as pressões planetárias e potenciar o potencial positivo das novas tecnologias (ver capítulo 1). Dos sistemas energéticos à produção de alimentos, passando pelos transportes, o abrandamento das pressões planetárias exige mudanças fundamentais em grande parte do funcionamento atual do mundo. É um investimento necessário e extremamente compensador – ética, ambiental e economicamente – mas vem com as suas próprias incertezas relevantes, especialmente para economias, meios de subsistência e orçamentos.⁵¹

As transições energéticas necessárias para enfrentar a crise climática serão desafiantes mesmo nos melhores tempos. Tornam-se ainda maiores quando sobrepostas sobre as desigualdades e a fragmentação social, o rápido corte de rutura tecnológica e as perigosas mudanças planetárias. A reação adversa em alguns países a várias formas de tributação da energia ou de fixação do preço do carbono é um exemplo. Contudo, por muito bem-vindas que sejam as novas tecnologias de energias renováveis, a preços de mercado competitivos, elas têm os seus

próprios custos e riscos ambientais, incluindo os relacionados com a exploração mineira para fornecer os materiais para os painéis solares e turbinas eólicas mundiais.⁵²

As pessoas preocupam-se, com razão, acerca dos vencedores e perdedores quando surgem grandes alterações no horizonte. Sim, a economia verde poderá acrescentar mais de 24 milhões de empregos em todo o mundo até 2030.⁵³ Esta é uma oportunidade fantástica para as pessoas e para o planeta. Mas estes postos de trabalho não estarão necessariamente nas mesmas regiões que estão a perder postos de trabalho à medida que as indústrias de combustíveis fósseis encerram. Nem vão requerer as mesmas competências que uma economia baseada em combustíveis fósseis. Ninguém parece especialmente interessado numa fatia global maior se temer que a sua fatia esteja a ficar mais pequena.

Não precisamos de previsões ou livros de história para sabermos que as transformações sociais, por muito bem planeadas ou não, por muito “boas” ou não, podem reformular radicalmente as comunidades, muitas vezes de formas inesperadas, onde não é possível “fazer de novo” se as coisas correrem mal. Por todo o mundo as pessoas têm vivenciado transformações, algumas em curso, ao longo das suas vidas. Vêem-nas com os próprios olhos. As transformações em energia e materiais requeridas agora e pressagiadas no Antropoceno provocam ainda mais convulsões, que alguns acreditam ser tão grandes como a passagem de sociedades agrícolas para sociedades industriais.⁵⁴

Quer seja o advento da agricultura ou da Revolução Industrial, os movimentos tectónicos anteriores estenderam-se tipicamente através de múltiplas gerações. Agora, podem acontecer numa geração, numa questão de anos, introduzindo uma nova espécie de incerteza ou preocupação. Seja através da previsão ou da experiência, isso irá influenciar a forma como as pessoas pensam e investem nas suas vidas, famílias e comunidades e irá responsabilizar os seus líderes. Estas não são razões para desistirmos de uma economia verde; não podemos dar-nos ao luxo de desistir. Mas se não compreendermos as ansiedades presentes e futuras das pessoas e não abordarmos as forças motrizes subjacentes, se não construímos confiança e a promessa de um futuro melhor, será ainda mais difícil progredirmos no sentido de transformações com propósito, justas e sustentáveis.

O resultado final do atual complexo de incerteza no desenvolvimento é profundo. Podemos estar perante um crescente desajustamento entre o que é necessário para navegar nas incertezas novas, interagindo com o atual estado de coisas, categorizado por arranjos sociais (o que fazer – em termos de políticas, instituições) e os comportamentos moldados pelo contexto social, cultura e narrativas (como

fazê-lo – em termos de identidades, valores e crenças prevalecentes). A interação de forças, as suas escalas, velocidades, interligações e consequências desconhecidas, tornaram os percursos de desenvolvimento simultaneamente muito menos óbvios e muito mais abertos. O que deve acontecer a seguir já não pode ser considerado como garantido. Uma marcha linear de progresso em que os países com um baixo rendimento perseguem os de rendimento mais elevado é menos relevante. Em certo sentido, todos os países são países em vias de desenvolvimento, traçando juntos um novo rumo planetário, independentemente de trabalharem em conjunto para o fazer.

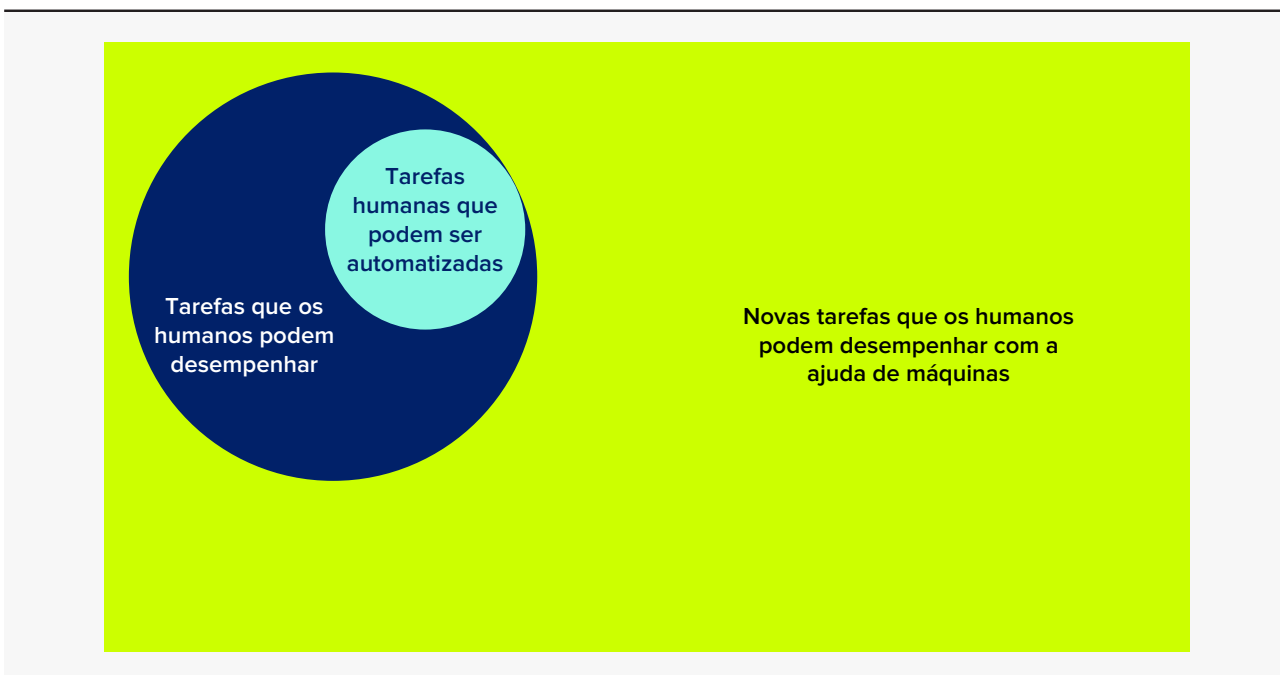
“ Em certo sentido, todos os países são países em vias de desenvolvimento, traçando juntos um novo rumo planetário, independentemente de trabalharem em conjunto para o fazer

A questão já não é simplesmente como alguns países passam do ponto A para o ponto B; em vez disso, é como todos os países começam a deslocar-se de onde quer que estejam para os pontos N, T ou W – ou letras de algum novo alfabeto – e depois corrigir o curso ao longo do caminho. O desenvolvimento é agora encarado como um processo caracterizado tanto pela adaptação a uma realidade desconhecida em desenvolvimento como pela transformação propositada das economias e sociedades para aliviar as pressões planetárias e fazer avançar a inclusão.⁵⁵

Existe promessa e oportunidade na incerteza

Se a necessidade é a mãe da invenção, então as mesmas forças que dão origem às incertezas de hoje também oferecem os meios para as navegar. A incerteza engendra a possibilidade de mudança, também para melhor. Considere-se a inteligência artificial, simultaneamente uma oportunidade e uma ameaça disruptiva. O seu potencial para melhorar a mão-de-obra é maior do que o seu potencial para a automatizar. Novas tarefas, novos empregos, novas indústrias, todos se afiguram como uma possibilidade (figura 9). Recordemos que a maioria dos empregos surgiu em parte através dos efeitos criadores de trabalho das novas tecnologias: cerca de 60% das pessoas nos Estados Unidos estão agora empregadas em cargos que não existiam em 1940.⁵⁶ Não podemos, contudo, dar-nos ao luxo de ficar à espera por muito mais tempo. Os impactos negativos do deslocamento da inteligência artificial são demasiado grandes, demasiado prováveis e demasiado rápidos, especialmente se os incentivos à substituição de mão-de-obra dominarem o seu desenvolvimento. As políticas têm de ser postas em prática e as instituições têm de assumir

Figura 9 Existem mais possibilidades para a inteligência artificial aumentar a atividade humana do que para automatizar tarefas existentes



Nota: A figura é ilustrativa.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Brynjolfsson (2022).

o seu papel, garantindo que a inteligência artificial é orientada para as pessoas e não em seu detrimento, de forma a desbloquear e antecipar o seu potencial de transformação positiva.

Já estamos a testemunhar o lado positivo da inteligência artificial em muitas áreas (ver capítulo 5). Entre as suas muitas aplicações relacionadas com o clima, ajuda a modelar os impactos das alterações climáticas e na previsão de catástrofes. Na educação, pode facilitar a aprendizagem individualizada e melhorar a acessibilidade. Na biologia, revolucionou a previsão de pagueamento de proteínas, uma enorme vantagem para a medicina.⁵⁷

Entre as muitas consequências da pandemia de Covid-19, uma delas foi o aguçar da nossa imaginação. Expandiu os pontos de referência para o que é possível (ver capítulo 5). Note-se o rápido desenvolvimento e distribuição em muitos, mas não em todos os países, de vacinas Covid-19 seguras e eficazes, algumas baseadas em novas tecnologias de mRNA que são promissoras na prevenção e tratamento de muitas outras doenças. A pandemia normalizou as licenças por doença pagas, o distanciamento social voluntário e o autoisolamento, tudo importante para a nossa resposta a futuras pandemias.

As intervenções dos bancos centrais, a uma escala sem precedentes ao longo dos últimos dois anos, anulam as suas intervenções, então inéditas, na sequência

da crise financeira global cerca de uma década antes. A política fiscal também sofreu uma alteração radical. A proteção social aumentou, protegendo muitas pessoas de impactos ainda piores da pandemia de Covid-19, ao mesmo tempo que fornece casos de ensaio em larga escala de ideias inovadoras: ligando registos nacionais e bases de dados para determinação de elegibilidade; alargamento da cobertura a beneficiários anteriormente não abrangidos, tais como refugiados, migrantes e trabalhadores informais; e adoção de sistemas de verificação digital e entrega, entre outras medidas pioneiras.⁵⁸

A sociedade civil também tem vindo a desbravar novos caminhos. Em muitos lugares a pandemia de Covid-19 galvanizou organizações da sociedade civil para dar respostas de emergência, em alguns casos assumindo novas funções.⁵⁹ Em resposta ao aumento dos poderes governamentais de emergência, algumas entidades da sociedade civil têm vindo a reforçar as atividades de vigilância, enquanto outras fazem pressão para resolver os desequilíbrios sociais, económicos e políticos postos a nu pela pandemia.

Como a pandemia de Covid-19 mostrou, o crescente desfasamento entre o mundo tal como ele é (ou está a tornar-se) e as formas convencionais de compreender e fazer as coisas – de tal forma que cada vez mais a vida carece de uma bússola ou estrutura óbvia – pode ser vista como uma oportunidade para inovar. Pode

ser uma oportunidade para imaginar, experimentar e criar, de forma semelhante ao trabalho de um cientista ou artista. As instituições existentes podem ser transformadas, e novas instituições podem ser criadas, juntamente com novos líderes, movimentos sociais e normas. Tal como muitos cientistas e artistas, que respondem com frequência a preocupações práticas pessoais e societárias, este processo de reconstrução contínua e criativa a todos os níveis é uma resposta prática ao atual complexo de incerteza. Teremos de encontrar formas de renovar, adaptar e criar instituições face às suas inevitáveis deficiências num mundo em que a mudança é imprevisível. Teremos de experimentar, de cooperar, a fim de prosperar.

Se o não fizermos – isto é, se reforçarmos o *status quo*, quando este é parte do problema, ou limitarmos as nossas aspirações a um “regressar à normalidade” – o fosso entre um mundo em mudança e um conjunto de normas e instituições intrincadas atingirá proporções abismais. As oportunidades de inovação e boa liderança são sugadas pelo poder e o fascínio pelas receitas simples e as gratificações fáceis e imediatas combinam-se para agravar o problema. Existe promessa e perigo na incerteza e disrupção; fazer pender a balança em direção à promessa, e à esperança, depende de nós.

Um portefólio de perspetivas ajuda num mundo inquieto

Fazer pender a balança em direção à promessa exige que continuemos a testar as barreiras do pensamento convencional, para abraçar um portefólio evolutivo de perspetivas a partir do qual se possa desenhar, mesclar e combinar à medida que os contextos emergentes o solicitem. Por exemplo, políticas e instituições a todos os níveis necessitam de ir além da presunção de que as pessoas estão apenas, ou mesmo predominantemente, interessadas em si próprias (ver capítulo 3). Esta presunção, apesar de extremamente relevante, não engloba a totalidade do comportamento humano. As suas limitações foram salientadas e abordadas, pelo menos parcialmente, por um trabalho complementar e pioneiro em economia comportamental. Ainda assim, devemos procurar perspetivas mais amplas no que respeita ao processo de tomada de decisões, que considerem os papéis das emoções e da cultura e que explorem a forma como, em conjunto, as pessoas se constroem e mudam narrativas impregnadas de valores sobre si próprias e sobre as várias comunidades a que pertencem. Por exemplo, a nossa relação com a natureza necessita de ser renovada, e as narrativas culturais são a base.

“ Para responder criativa e habilmente ao atual complexo de incerteza, precisamos de derrubar barreiras à imaginação das pessoas, identidades e redes, para expandir a ideia do que é possível nas vidas das pessoas

Tal como devemos alargar a visão sobre o comportamento humano, as noções de desenvolvimento humano devem ir para lá do foco nas realizações de bem-estar, por mais importantes que ainda sejam, de molde a incluir a essencialidade da agência e das liberdades, contribuindo para que as pessoas vivam vidas que valorizem (ver capítulo 3). Ao fazê-lo, iluminamos os aparentes paradoxos da nossa era: progresso com insegurança e progresso com polarização. Uma abordagem integrada do desenvolvimento humano pode ser como um farol em tempos turbulentos, especialmente quando a listagem das políticas convencionais simplesmente já não surte qualquer efeito. Para responder criativa e habilmente ao atual complexo de incerteza, precisamos de derrubar barreiras à imaginação das pessoas, identidades e redes, para expandir a ideia do que é possível nas vidas das pessoas. Embora as crises possam apresentar oportunidades para uma ação inovadora, o melhor é agir deliberada e em vez de persistirmos num estado crónico de emergência de respostas. Numa era de incertezas estratificadas e em interação, as liberdades podem não se traduzir de forma fiável em realizações ou resultados desejados. Essa é a lamentável notícia. Mas os indivíduos, as famílias e as comunidades podem ser habilitados a experimentar, a testar coisas novas, em seu benefício e para os outros, sem medo de ficar presos na pobreza, numa única identidade ou numa narrativa cultural.

A rigidez, nas suas múltiplas dimensões – nas ideias, nas redes, nas narrativas – atua como um prego na criatividade humana; refreia a criação de ideias inovadoras aptas a responder a um mundo em mudança. Agência e liberdades são antídotos. As políticas, as instituições e a mudança cultural que as promovem tendem a ser acolhidas quando estão em causa quatro princípios motivadores: flexibilidade, solidariedade, criatividade e inclusão (ver também capítulo 6). Estes princípios, que podem reforçar-se mutuamente, contribuirão em muito para tornar as políticas e instituições mais adequadas aos fins a que se destinam.

Os quatro princípios podem também ter as suas próprias tensões internas. A construção de sistemas com algumas redundâncias estabilizadoras, por exemplo, carece de ser equilibrado através de uma capacidade de resposta ágil. Ainda assim, é difícil ser-se rápido quando se está constantemente a ser derrubado por uma derrocada financeira, um novo vírus ou um furacão monstruoso. Da mesma forma, existe um

dar e receber da exploração criativa e da ação conjunta e, propositadamente, ancorada nos direitos humanos. Conseguir um equilíbrio certo entre os quatro princípios motivadores é fundamental, sendo a confiança uma condição essencial para esse propósito. As pessoas suspeitarão da mesa de negociações se acreditarem que as regras do jogo estão viciadas. O desenvolvimento de políticas será um processo reiterado, de julgamento e erro, no qual todos devemos aprender uns com os outros.

Políticas e instituições para investir, proteger e inovar

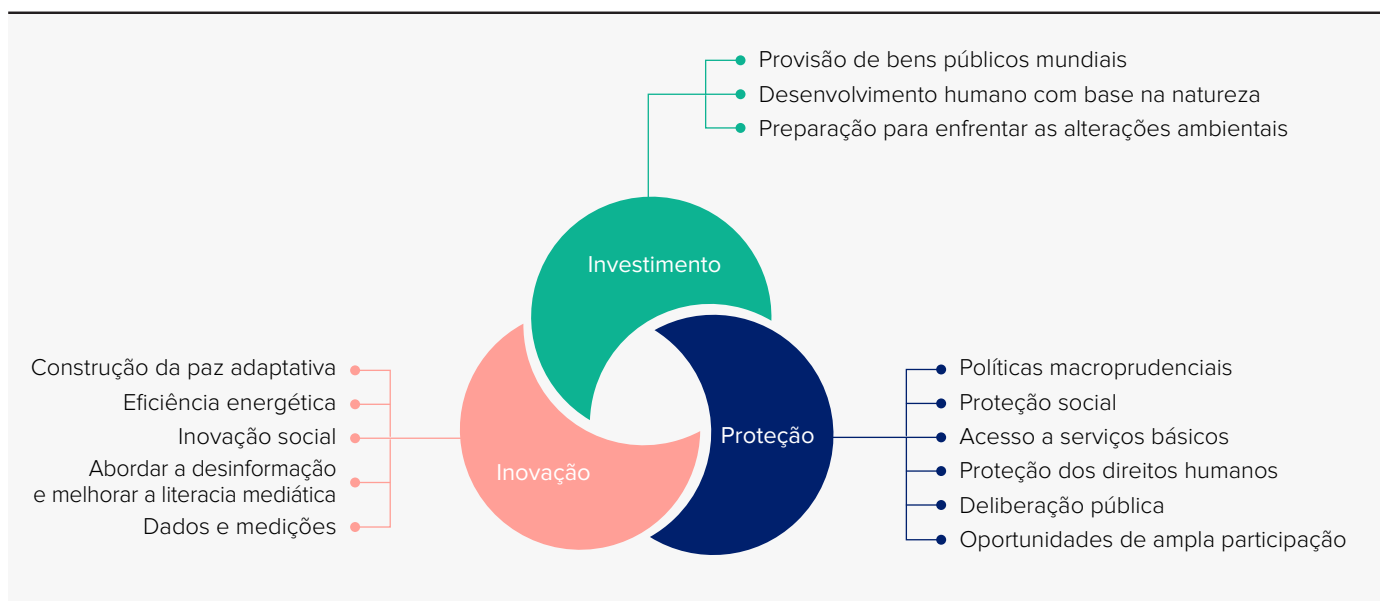
Não existem políticas panaceia, nem abordagens do tipo “pronto-a-vestir”. Mesmo assim, algumas políticas formam os alicerces para os países e comunidades enquanto navegam no complexo de incertezas que caracteriza os dias de hoje em direção a futuros mais esperançosos. Estão classificadas em três categorias sobrepostas que se reforçam mutuamente: investimento, proteção e inovação, os três I’s (figura 10; ver também capítulo 6).

O investimento deverá ligar os pontos. O desenvolvimento humano baseado na natureza pode proteger e melhorar os recursos naturais, ao mesmo tempo que protege as pessoas de choques, promovendo a segurança económica e alimentar e expandindo as escolhas que lhes são disponibilizadas. Tais investimentos são especialmente relevantes a nível local, dirigidos à necessidade de investir numa governação ligada às pessoas no terreno, que construa pontes entre os silos

políticos e institucionais e que assegure que todas as vozes são ouvidas. Os investimentos são necessários, também, por outro lado, nos bens públicos mundiais. O novo complexo de incerteza é com frequência impulsionado por fenómenos globais, pelo que dar-lhe resposta requer uma cooperação global. O investimento adicional para evitar futuras pandemias está estimado em apenas 15 mil milhões de dólares por ano.⁶⁰ Esta é uma pequena fração do custo económico da pandemia de Covid-19, um custo que excede 7 biliões de dólares em produção perdida e 16,9 biliões de dólares em respostas fiscais de emergência.⁶¹ Investimentos na preparação para uma pandemia global fazem todo o sentido, dados os custos humanos devastadores.

A proteção fornece uma força estabilizadora essencial face à incerteza. Para começar, estruturas que lidam com uma variedade de riscos na vida das pessoas, principalmente em várias formas de proteção social, precisam de ser revitalizadas e modernizadas, especialmente para pessoas em empregos informais ou outros empregos precários, incluindo trabalhadores temporários. Precisamos inverter o rumo da segmentação do risco e avançar para uma partilha mais ampla do risco. Mais medidas de proteção social contra-cíclicas podem ser automaticamente desencadeadas por certos indicadores – tais como a perda de um emprego ou uma quebra de rendimento –, assegurando ao mesmo tempo a sua inclusão. Tais indicadores desempenham um papel importante em muitos países ao protegerem as pessoas de alguns dos piores impactos da crise financeira mundial e da pandemia de Covid-19. Um dos benefícios dos gatilhos

Figura 10 Tornar as pessoas mais seguras através do investimento, proteção e inovação



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

automáticos é que requerem menos disputas políticas em momentos já angustiantes, ajudando a direcionar o capital político para as características únicas de um novo obstáculo, em vez de continuamente tapar buracos em redes de segurança com fugas.

Os serviços básicos universais, como a saúde e a educação, são importantes investimentos por direito próprio, como evidenciado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e por um desenvolvimento humano em expansão inclusiva. Também têm uma importante função seguradora, ajudando a estabilizar as pessoas face a choques aparentemente implacáveis. Isto pode ajudar a encorajar a experimentação. As pessoas são relutantes em experimentar coisas novas caso isso ponha em risco a sua saúde ou a da sua família e ameace arrastá-las, irreversivelmente, para baixo numa escada socioeconómica.

“ A inovação desempenhará um papel fundamental para uma navegação bem-sucedida face aos muitos, imprevistos e desconhecidos desafios que se avizinham

Os investimentos na preparação, para os choques e para as transições de cariz social, podem bem valer o custo. Igualmente importantes são os investimentos na promoção e proteção dos direitos humanos e em mecanismos de deliberação que permitam um diálogo público participativo e inclusivo. Juntos reforçam-se mutuamente contrariando a polarização.

A inovação desempenhará um papel fundamental para uma navegação bem-sucedida face aos muitos, imprevistos e desconhecidos desafios que se avizinham. Algumas das ferramentas atualmente ao nosso dispor serão determinantes no imediato, outras serão modificadas e atualizadas para novos contextos, enquanto outras serão construídas a partir do zero. Em parte, a inovação tem uma estreita ligação com as com novas tecnologias e com a garantia de que estas chegam a todos. As capacidades computacionais correspondentes a milhões de missões Apollo à lua estão agora ao alcance de todos através de um smartphone, algo que constitui uma realidade praticamente universal.⁶² Nos países em vias de desenvolvimento, os telemóveis redesenharam as transferências financeiras e o acesso à informação, tal como sucede, por exemplo, com as previsões meteorológicas e com os preços de mercado grossista. São necessários novos modelos de proteção que respondam a novos e complexos paradigmas de risco: riscos cada vez mais sincronizados entre geografias e setores, que abrangem gerações e que prejudicam os recursos naturais.

O papel “certo” dos governos na inovação é uma questão importante, até porque os governos são fundamentais na promoção de contextos para a inovação. Verificou-se um apoio generalizado aos governos quando estes utilizaram todo o seu peso

em prol da vacina Covid-19, especialmente quando se comprometeram com um conjunto surpreendente de pré-encomendas relativas a uma tecnologia que, até então, não fora comprovada. Ao longo de todo o processo, os governos foram uma força motriz e um parceiro ativo no desenvolvimento e distribuição, introduzindo e implementando uma nova tecnologia, com um enorme potencial para salvar vidas, a um ritmo impressionante. (O contraste com a ação relativamente anémica sobre as alterações climáticas, não menos urgente que a Covid-19, é acentuado.) Os quadros relativos às políticas de inovação, intimamente ligados a outras áreas, tais como a concorrência e a lei das patentes, têm enormes implicações em diversos setores, desde o acesso aos medicamentos e à energia, passando pela segurança alimentar e hídrica.

A inovação não tem de ser grande para produzir grandes resultados. As principais plataformas de comunicação social adotaram políticas tais como avisos, alertas e ligações a recursos numa tentativa de combater a desinformação. Por exemplo, as hiperligações para informações oficiais da Organização Mundial da Saúde são sugeridas em publicações que mencionam a Covid-19 no Instagram, Facebook, YouTube e TikTok. O Twitter recorda aos utilizadores quando estão a partilhar um artigo e não tenham aberto previamente a hiperligação que pretendem partilhar (ver capítulo 4). Em linguagem popular, seria como pedir à raposa para guardar o galinheiro. Por isso, é positivo que, em paralelo, tenham sido criadas iniciativas de verificação de factos pelos utilizadores nestas mesmas plataformas. De igual modo, é assinalável o reforço da pluralidade dos meios de comunicação, nomeadamente a nível local, de raiz e através de novos pontos de venda independentes que não existiam ou que careciam de meios para proceder à divulgação nos meios de comunicação tradicionais. Os governos também podem tomar medidas cautelares para combater a desinformação respeitando e promovendo, ao mesmo tempo, os direitos humanos e as liberdades das pessoas.

Por vezes a resposta pode não ser complexa. A simples adição do botão de *retweet* no Twitter permitiu que a informação, incluindo a desinformação, se tornasse viral. Modificar a sua utilização, como alguns têm argumentado, poderia contribuir para refrear algumas características mais preocupantes das redes sociais.⁶³ A mera correção de estratégias em curso – soluções práticas para problemas práticos – será fulcral para a navegação no novo complexo de incerteza.

A inovação é mais do que tecnologias, tal como as entendemos convencionalmente em termos de vacinas ou smartphones. Igualmente importante é a inovação social, um esforço que diz respeito a toda a sociedade. A construção da paz adaptativa, que se concentra em processos emergentes de baixo para cima e participativos, em vez da mera adesão a uma

receita definida, é um exemplo.⁶⁴ Muito pode ser aprendido com a sua aplicação no Ruanda no decurso do processo para a justiça de transição e resolução de conflitos (ver capítulo 6).

As mudanças culturais abrem oportunidades para a ação coletiva

As políticas e instituições estão inseridas em contextos sociais, pelo que aspetos como as narrativas também são determinantes. Todos estão imersos em contextos sociais, com a cultura a ser entendida não como uma variável fixa que trabalha em segundo plano, mas como um conjunto de ferramentas que indivíduos e grupos usam estrategicamente na sociedade e que é permeável ao decurso do tempo.

Quando se trata de escolhas sobre o futuro, as pessoas parecem ser menos motivadas por cenários precisos sobre o que o futuro pode reservar do que por narrativas mantidas coletivamente.⁶⁵ Grande parte da informação atual sobre o futuro, sob a forma de estudos, tais como as emitidas pelo Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas ou pela Plataforma Intergovernamental de Ciência-Política sobre Biodiversidade e Serviços Ecos Sistémicos,⁶⁶ são antecipatórias. Por muito cruciais que sejam, é importante ter em consideração estudos capazes de projetar ou imaginar futuros mais desejáveis.⁶⁷

A importância da cultura está a encontrar o seu caminho em muitas outras áreas, incluindo na economia e no direito. O trabalho de Robert Shiller explica a dinâmica dos preços dos ativos, bem como os ciclos económicos em termos de “economia narrativa.”⁶⁸ Karla Hoff e James Walsh sugerem que a lei afeta o comportamento não só através da mudança de incentivos e informação (uma função de coordenação) ou através do seu papel expressivo (como um posto de orientação para normas sociais), mas também com o potencial de mudar categorias culturais.⁶⁹

A mudança de cultura, para o bem e para o mal, é possível e pode acontecer rapidamente. A educação pode ser uma poderosa ferramenta para cultivar novos valores e atitudes nas gerações mais novas, não apenas através dos currículos, mas considerando as escolas como espaços de inclusão e diversidade. O reconhecimento social pelas elites de todos os setores, desde políticos, celebridades, influenciadores dos meios de comunicação social a líderes comunitários, é um mecanismo importante para a mudança cultural. Os meios de comunicação social nas suas múltiplas formas desempenham, neste ponto, um papel significativo. No Bangladeche um popular e animado programa de televisão reduziu o estigma cultural e religioso das raparigas que frequentam a escola nas

zonas rurais e aumentou a sua frequência.⁷⁰ No Gana e no Quênia a campanha Tempo de Mudança contribuiu para reduzir o estigma da saúde mental.⁷¹

A questão não diz respeito apenas aos destinatários dos programas ou públicos-alvo, mas também a quem está a decidir e a quem transmite as mensagens. Por exemplo, a representação das mulheres em organismos políticos altera as prioridades políticas e alarga as aspirações de outras mulheres e raparigas. Os movimentos são fundamentais para o avanço dos direitos humanos e para a mudança de normas e narrativas culturais, para a expansão da agência e das liberdades (ver capítulo 6).

“ Os muros entre as nossas ligações sociais são talvez mais insidiosamente prejudiciais e polarizantes do que os muros entre nações

Essencial para narrativas flexíveis e adaptáveis, na construção de confiança e coesão social para futuros mais esperançosos, é a liberdade de cada pessoa ter e mover-se entre diferentes identidades em diferentes contextos sociais (ver capítulo 4).⁷² Os muros entre as nossas ligações sociais são talvez mais insidiosamente prejudiciais e polarizantes do que os muros entre nações. As pontes que ligam diferentes grupos estão entre os nossos ativos mais importantes. Os bons líderes reabilitam-nos, reforçam-nos e ajudam-nos a utilizá-los, especialmente perante incógnitas. Os demagogos tentam destruí-los, substituindo a ligação fluida, a partilha e a aprendizagem por narrativas de soma nula, assentes no discurso nós-contra-eles. Em vez de experimentarem os guiões culturais precisamente quando a experimentação é mais importante, as pessoas ficam presas neles.

Para onde vamos a partir daqui é connosco

Temos de aprender a viver com o atual complexo de incerteza, tal como temos de aprender a viver com a Covid-19. O Relatório do Desenvolvimento Humano deste ano desafia-nos a ambicionar mais do que um mero ajuste. Ao libertar o nosso potencial humano, ao explorar a nossa criatividade e diversidade, ancoradas na confiança e solidariedade, desafia-nos a imaginar e criar futuros nos quais prosperamos. As palavras encorajadoras do falecido, grande poeta e ativista dos direitos civis Maya Angelou soam tão verdadeiras como sempre, lembrando-nos “de trazer todas as nossas energias a cada encontro, de permanecer flexível o suficiente para reparar e admitir quando o que esperávamos que acontecesse não aconteceu. Precisamos de nos lembrar que somos criativos e podemos inventar novos cenários com a mesma frequência com que são necessários.”⁷³

Para onde vamos a partir daqui é connosco. Uma das grandes lições da história da nossa espécie é que podemos realizar muito com muito pouco se trabalharmos em conjunto em prol de objetivos comuns. A existir um ingrediente secreto para a magia humana, será esse. Os desafios presentes no Antropoceno e nas transformações sociais radicais são enormes, assustadores, tanto mais para os países e comunidades que lutam contra as mais dramáticas e injustas privações. A insegurança e polarização pioram as coisas. No meio de tanta incerteza, a verdade é que não vamos conseguir fazer tudo

corretamente, nem sequer na maioria das situações. Nesta nova era turbulenta, podemos definir a direção, mas não podemos garantir o resultado. As boas notícias são que temos mais ferramentas que nunca para nos ajudar a navegar e a corrigir o curso. Ainda assim, nenhuma quantidade de magia tecnológica substitui uma boa liderança, ação coletiva e confiança. Se conseguirmos começar a fixar o lado humano da razão planetária – e este Relatório tenta realçar como – o futuro, apesar de incerto, será mais promissor do que perigoso, tal como deveria ser.

PARTE

I

Tempos incertos, vidas instáveis

Tempos incertos, vidas instáveis

A incerteza não é algo de novo, mas, atualmente, as suas dimensões assumem formas novas e ameaçadoras. Um novo “complexo de incerteza”, nunca antes visto na história da humanidade, está a emergir. A Parte I deste Relatório do Desenvolvimento Humano explora o significado deste complexo de incerteza, como desestabiliza vidas em todo o mundo e qual a sua relação com o desenvolvimento humano. O Capítulo 1 analisa as três linhas voláteis e interativas que o constituem: as pressões planetárias desestabilizadoras e as desigualdades do Antropoceno, a procura de amplas transformações sociais para aliviar essas pressões e a polarização generalizada

e intensificada, tanto entre países como no interior destes. O Capítulo 2 elucida como incertezas de diversas matrizes constroem o desenvolvimento humano através dos seus impactos negativos no bem-estar mental. O Capítulo 3 defende que pressupostos redutores sobre o comportamento humano, a par de noções simplistas sobre o progresso do desenvolvimento, limitam a capacidade de as pessoas responderem de forma criativa a um mundo em mutação. No que se refere ao desenvolvimento humano no seu sentido mais pleno, a assunção de riscos adicionais oferece um caminho de esperança em tempos incertos.

CAPÍTULO

1

Um novo complexo de incerteza

Um novo complexo de incerteza

Sentimentos de angústia têm vindo a aumentar de forma generalizada e a um nível global, mesmo antes da pandemia de Covid-19. No entanto, as avaliações convencionais de bem-estar sugerem que, em geral, a vida nunca foi melhor para a nossa espécie.

O que está a acontecer? Porque estão as pessoas tão preocupadas, e o que as preocupa?

Este capítulo defende que um novo complexo de incerteza está a emergir, impulsionado por três novas fontes de incerteza que interagem à escala global:

- As imbricadas pressões planetárias e desigualdades do Antropoceno.
- A procura por transformações sociais justas que aliviem essas pressões.
- Uma polarização social generalizada e intensificada, que atrasa a ação necessária para a mudança.

No seu conjunto, estes fatores retratam um quadro de tempos incertos e de vidas instáveis.

Vivemos num mundo de preocupações em tempos incertos

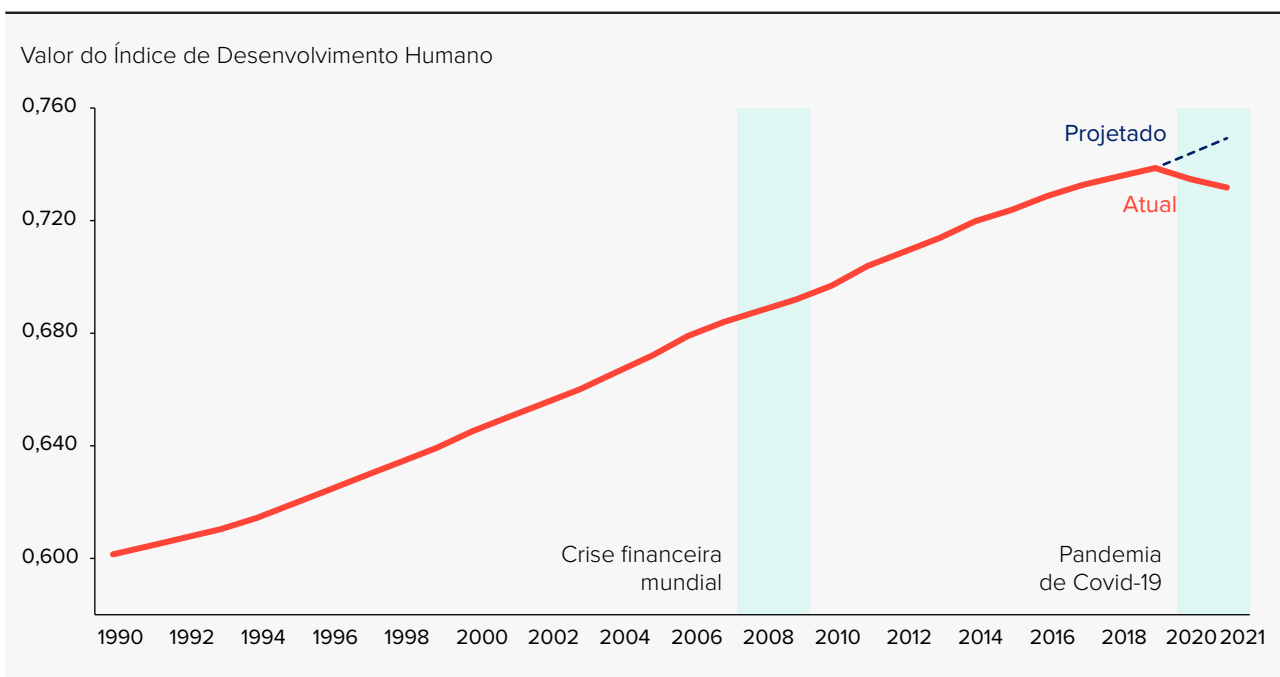
Uma guerra entre países na Europa desperta o medo da conflagração nuclear global. Um contexto geopolítico volátil¹ coexiste com uma pandemia que continua a matar e a assustar mais de dois anos após ter sido declarada. Ofuscada pelos principais cabeçalhos da atualidade há, contudo, uma realidade que também é visível: o progresso no desenvolvimento humano tem vindo a inverter-se, com tendências de agravamento da pobreza, insegurança alimentar, deslocações forçadas e o agravamento de um conjunto de outras desigualdades.² Pela primeira vez, o valor global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desceu durante dois anos consecutivos, fazendo o mundo recuar ao momento imediatamente posterior à adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris (figura 1.1). Anualmente, alguns países enfrentam quedas no IDH, mas mais de 90 por cento dos países viram o seu valor de IDH cair em 2020 ou 2021 (figura 1.2). De mais a mais, enquanto apenas um terço dos países com um IDH muito elevado registou um declínio em 2021 (em comparação com mais de 90% em 2020), esse valor aumenta para cerca de 60% no caso dos países com um IDH baixo e médio e dos países com um IDH elevado (figura 1.3).

Não existe dúvida de que vivemos tempos incertos,³ à medida que as pessoas se sentem menos seguras sobre o que o futuro lhes reserva. Mesmo antes de a pandemia de Covid-19 surgir, seis em sete pessoas no mundo relataram sentir-se inseguras sobre diversos aspetos das suas vidas, com as preocupações a aumentar mais nos países com um IDH muito elevado (ver os capítulos 3 e 4 sobre a interação entre incerteza e insegurança).⁴

A vida sempre foi incerta.⁵ O mundo enfrentou guerras, pandemias e enormes riscos naturais. A incerteza nos dias de hoje não é necessariamente superior ao que era no passado. Aliás, considerando os resultados alcançados em termos de nível de vida e rendimentos médios, com progressos tecnológicos espantosos, seria de esperar que estivéssemos mais preparados do que nunca para enfrentar tempos incertos. Todavia, mostramos uma grande, e muitas vezes crescente, preocupação com o futuro. O que está a acontecer? Porque estão as pessoas tão preocupadas, e o que as preocupa? Se o mundo de hoje não é mais incerto do que o passado, será a incerteza de hoje diferente? Se assim for, de que forma? Que relação tem com o desenvolvimento humano?

Este capítulo demonstra que as pessoas se sentem angustiadas e analisa o que as pode estar a preocupar. Embora não seja possível determinar que há uma maior incerteza hoje do que no passado, existe um novo contexto para a incerteza. A novidade provém de três

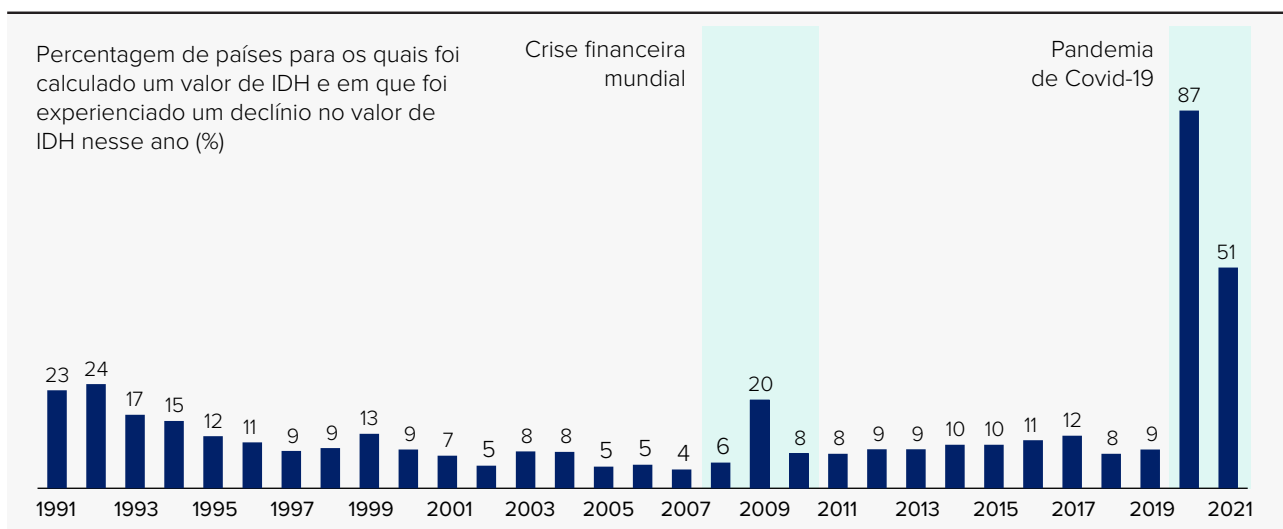
Figura 1.1 Pela primeira vez, o valor global do Índice de Desenvolvimento Humano desceu durante dois anos consecutivos



Nota: O período de duração da crise financeira global é indicativo.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano cálculos baseados em dados de Barro and Lee (2018), FMI (2021c, 2022c), DAESNU (2022a, 2022b), Instituto de Estatística da UNESCO (2022), UNSD (2022) e Banco Mundial (2022c).

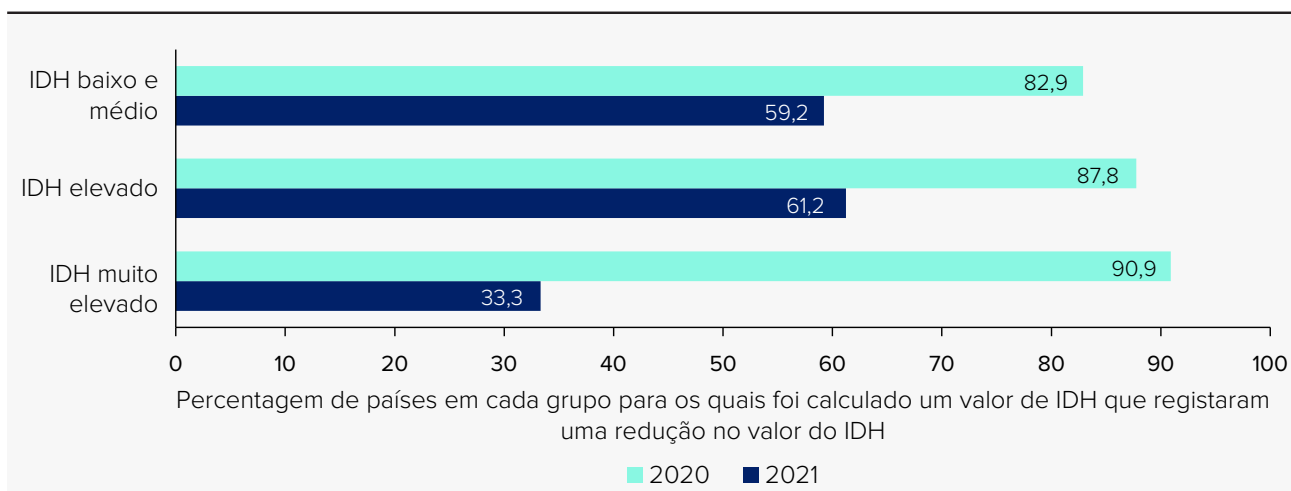
Figura 1.2 Quebras no Índice de Desenvolvimento Humano foram generalizadas durante a pandemia de Covid-19, com mais de 90 por cento dos países a sofrer um declínio em 2020 ou 2021



Nota: O período de duração da crise financeira global é indicativo.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano cálculos baseados em dados de Barro and Lee (2018), FMI (2021c, 2022c), DAESNU (2022a, 2022b), Instituto de Estatística da UNESCO (2022), UNSD (2022) e Banco Mundial (2022c).

Figura 1.3 Enquanto a maior parte dos países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado não sofreu declínios no IDH em 2021, o mesmo não se verificou na maioria dos países com IDH baixo e médio e alto



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano cálculos baseados em dados de Barro and Lee (2018), FMI (2021c, 2022c), DAESNU (2022a, 2022b), Instituto de Estatística da UNESCO (2022), UNSD (2022) e Banco Mundial (2022c).

dimensões de incerteza, interligadas, que se sobrepõem aos desafios do desenvolvimento em curso. A primeira está associada à perigosa mudança planetária da era do Antropoceno e à sua interação com as desigualdades. A segunda representa os esforços e intenções deliberados de transição rumo a novas formas de organização da sociedade industrial, propondo transformações análogas às da transição da sociedade agrícola para a sociedade industrial.⁶ A terceira é a intensificação da polarização

política e social entre e no interior dos países – e das percepções erradas tanto acerca da informação como nos grupos, facilitada pela forma como as novas tecnologias digitais são frequentemente utilizadas.⁷ Este novo e interativo “complexo de incerteza” é desigual e universal; pode agravar as desigualdades, mas, tal como a pandemia em curso, afeta-nos a todos.

A interação entre estas três dimensões de incerteza implica que as ameaças às pessoas e ao planeta se

misturam, com eventos que se multiplicam através das nossas sociedades social e ecologicamente conectadas de formas diversas e imprevisíveis. Veja-se como a guerra na Ucrânia está a expor uma crise de insegurança alimentar global.⁸ Considere-se como a pandemia de Covid-19, além do impacto na saúde, devastou as economias e inverteu o progresso na igualdade de género.⁹ Muitas das ameaças, isoladas, não são novas. Contudo, a confluência da pandemia, a invenção de vacinas em tempo recorde, a proliferação digital de desinformação, a quebra das cadeias de abastecimento, as fortes concentrações de mercado no que se refere a bens essenciais, a perda de biodiversidade: todos interagiram para apresentar uma “mistura complexa de precedentes e sem precedentes” a uma velocidade e escala nunca antes vistas.¹⁰

Insegurança crescente no meio de uma prosperidade material sem precedentes, para alguns

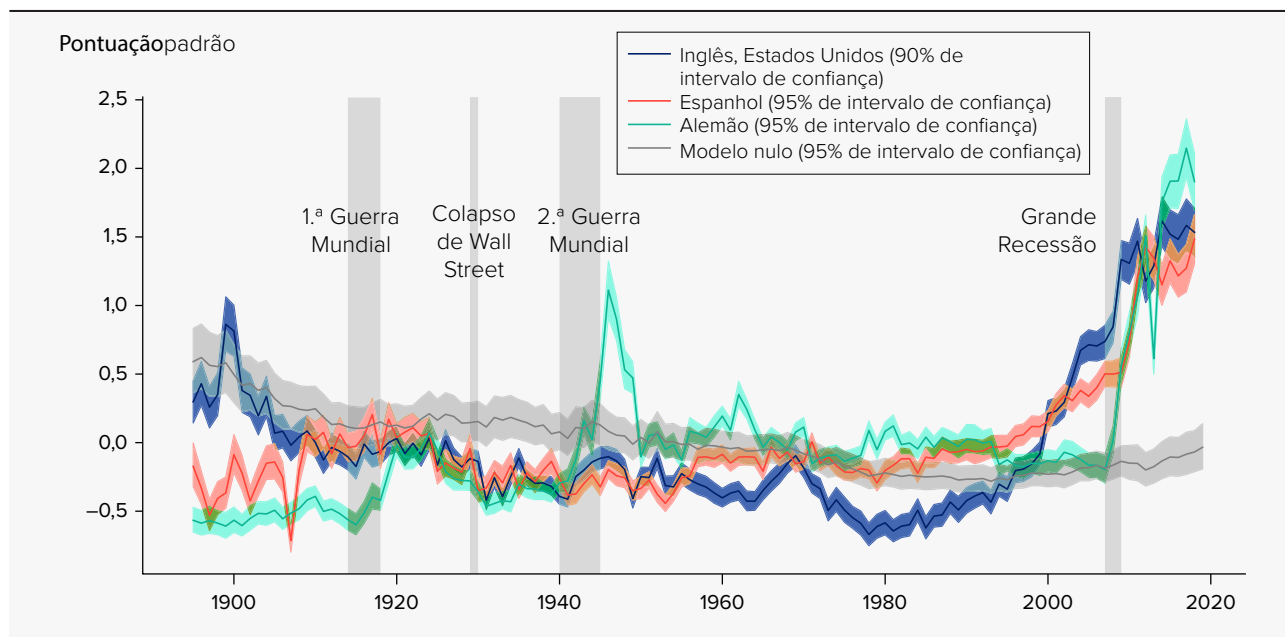
A análise de textos em grande escala que identifica as tendências linguísticas nos livros nos últimos 125 anos revela um aumento acentuado das expressões que refletem distorções cognitivas associadas à depressão e a outras formas de angústia mental (ver capítulo 2).¹¹ Durante as duas últimas décadas, a linguagem que reflete percepções demasiado negativas do mundo e do seu

futuro tem vindo a aumentar (figura 1.4).¹² De facto, os níveis de angústia atuais não têm paralelo,¹³ excedendo os da Grande Depressão e de ambas as guerras mundiais. A análise de mais de 14 milhões de livros em três línguas assinala mudanças culturais, linguísticas e psicológicas para lá das mudanças no significado das palavras, dos padrões de escrita e publicação ou dos livros considerados. Com efeito, a literatura tem sido pensada como um espelho das nossas sociedades; os estudos mostram que as expressões textuais refletem estados emocionais¹⁴ e, por vezes, antecipam alterações sociais e políticas mais amplas.¹⁵

Outros estudos sobre, por exemplo, o comportamento *online*¹⁶ e a análise das expressões emocionais nas redes sociais,¹⁷ refletem estas descobertas.¹⁸ A pandemia de Covid-19 e a incerteza sobre a sua propagação e impactos desencadeou um rápido aumento das pesquisas *online* sobre a ansiedade aguda associada à saúde, bem como à economia.¹⁹ Embora reflitam apenas as preocupações das pessoas com acesso à Internet, as medidas coincidem com os dados dos inquéritos²⁰ entre as diferentes zonas geográficas.²¹ Outros estudos mostram ainda que quando sucedem eventos súbitos ou inesperados, o comportamento *online* pode sinalizar uma partilha de emoções.²²

As pessoas relatam sentir-se mais angustiadas e inseguras sobre as suas vidas e o futuro. Embora a percepção da insegurança seja elevada nos países de baixo e médio IDH, alguns dos aumentos mais acentuados nos sentimentos de insegurança ocorrem nos países de

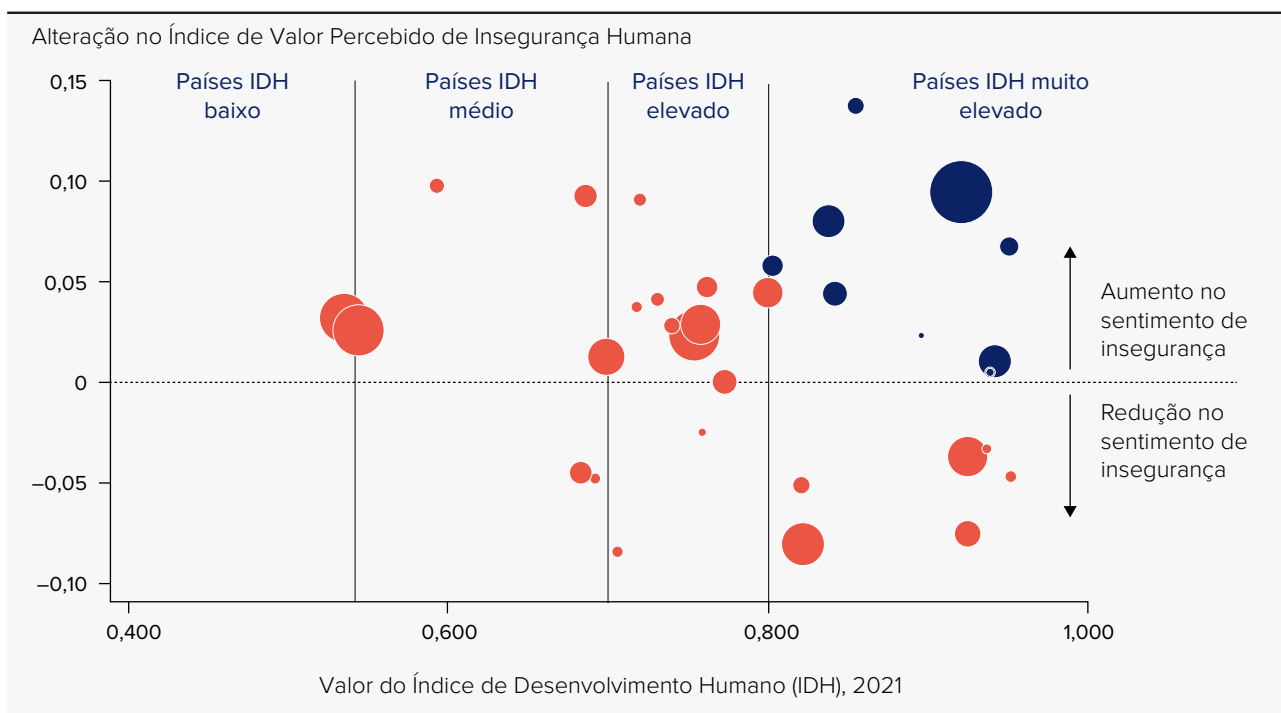
Figura 1.4 Notícias negativas sobre o mundo e o futuro atingiram níveis sem precedentes



Nota: As visões negativas são definidas como analogias textuais de distorções cognitivas em sequências de uma a cinco palavras refletindo depressão, ansiedade e outras distorções, publicadas em 14 milhões de livros em inglês, espanhol e alemão ao longo dos últimos 125 anos. O predomínio destas sequências de palavras é convertido em *pontuação padrão* para efeitos de comparabilidade. São comparadas com um modelo nulo que contabiliza as alterações ao longo do tempo nos volumes e padrões.

Fonte: Bollen e outros 2021.

Figura 1.5 A percepção da insegurança humana está a aumentar na maior parte dos países, mesmo em alguns países com o Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado



Nota: O tamanho da bolha representa a população do país.

a. Refere-se à mudança entre as ondas 6 e 7 do Inquérito Mundial de Valores para países com dados comparáveis.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseado nos dados do Inquérito Mundial de Valores.

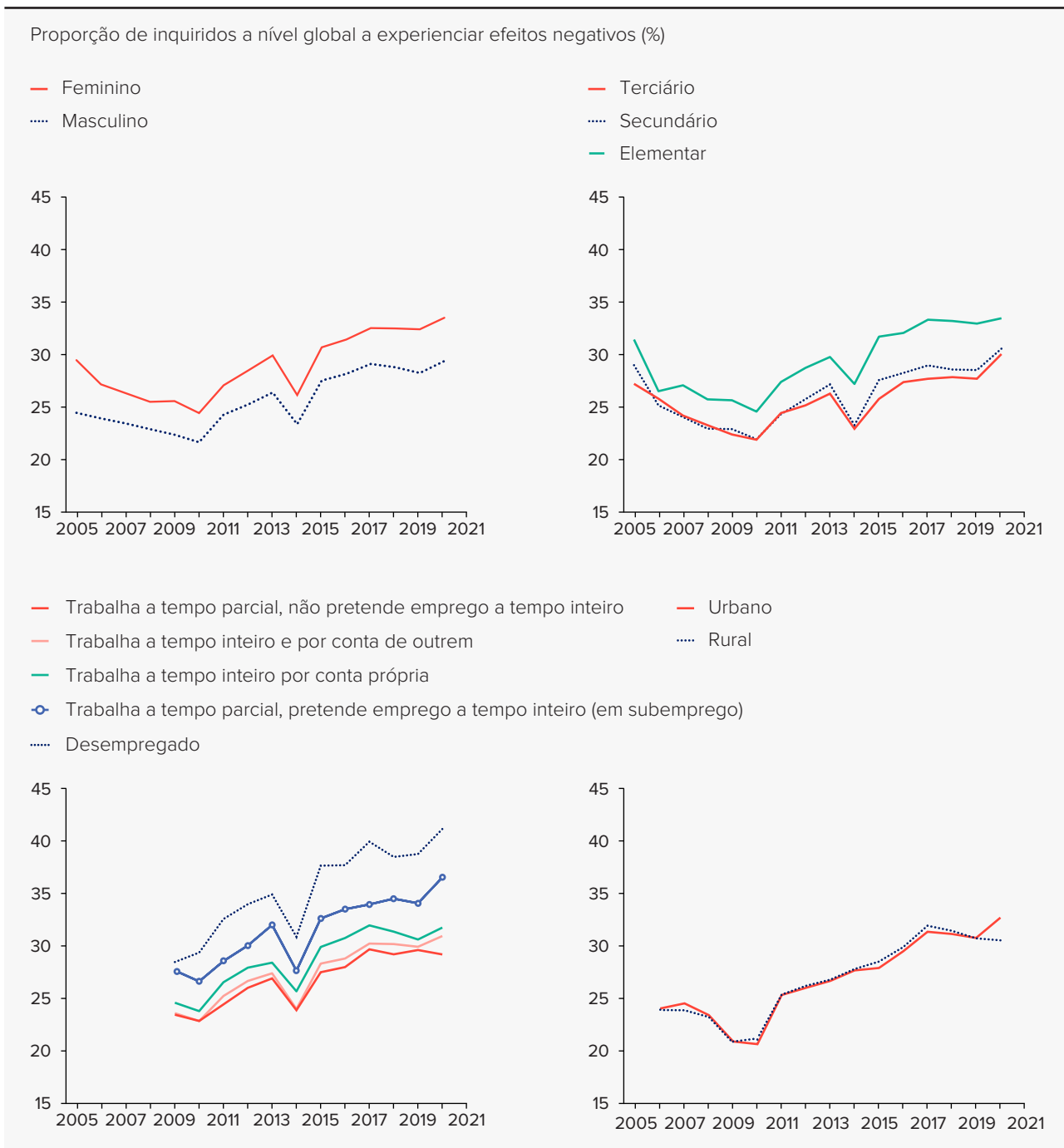
elevado IDH (figura 1.5).²³ Insegurança, descontentamento e pessimismo são motivo de grande preocupação em todas as regiões geográficas, incluindo nos países com os rendimentos mais elevados, com alguns estudos a concluírem que os mais jovens tendem a ter uma perspetiva mais positiva sobre o futuro em alguns países com um baixo rendimento.²⁴ Por exemplo, enquanto as menções de ameaças, tais como as decorrentes de conflitos ou riscos naturais, nos jornais dos Estados Unidos declinaram progressivamente entre 1900 e 2010, desde então dispararam, com previsões de novos aumentos nas próximas décadas.²⁵

O número de pessoas que referem efeitos negativos – *stress*, tristeza, raiva ou preocupação e dor física – tem aumentado na última década e atingiu um valor elevado desde que o Relatório Gallup Global Emotions começou a avaliar estas experiências em 2006.²⁶ Quando se exclui a dor física e se avaliam apenas as emoções, a investigação constata que todos os grupos relatam ter sofrido um efeito negativo, com as mulheres, as pessoas com um nível inferior à educação superior e pessoas desempregadas ou subempregadas a comunicarem níveis absolutos mais elevados (figura 1.6). É, de facto, visível uma tendência de *stress* crescente por todo o mundo e entre os grupos socioeconómicos, apesar da volatilidade verificada de ano para ano (figura 1.7).²⁷

Estes padrões elevados ou crescentes causam preocupação quanto às melhorias paralelas de alguns indicadores de prosperidade, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano global, que antes da pandemia de Covid-19 tinha atingido máximos históricos.²⁸ A perspetiva do desenvolvimento humano pode iluminar este aparente quebra-cabeças. O desenvolvimento humano refere-se, em parte, às realizações em matéria de bem-estar (na saúde, na educação e no nível de vida), um aspeto crucial das capacidades das pessoas: a sua capacidade de ser e fazer aquilo que valorizam e têm razões para valorizar. No entanto, o Capítulo 3 considera outros aspetos relacionados com as capacidades que importam além das conquistas de bem-estar. Olhando além das médias, as desigualdades horizontais nas capacidades entre grupos – refletidas, digamos, na discriminação racial e de género ou em dimensões importantes para a vida no século XXI, incluindo capacidades reforçadas, tais como o ensino superior e o acesso à banda larga²⁹ – persistiram e, em muitos casos, aumentaram durante a pandemia.

Mesmo o progresso em termos de capacidades básicas estagnou ou inverteu-se. A pandemia de Covid-19 causou atrasos na redução da pobreza extrema mundial, interrompendo o decréscimo constante do número de pessoas que vivem em pobreza extrema desde 1990. Nos dois primeiros anos da pandemia, mais de 110 a 150

Figura 1.6 O efeito negativo está a crescer para todos, agravado pelas desigualdades entre grupos



Nota: O efeito negativo é definido no Gallup Emotions Survey como o agregado de sentimentos relatados de tristeza, angústia, preocupação e raiva e exclui os sentimentos de dor física.

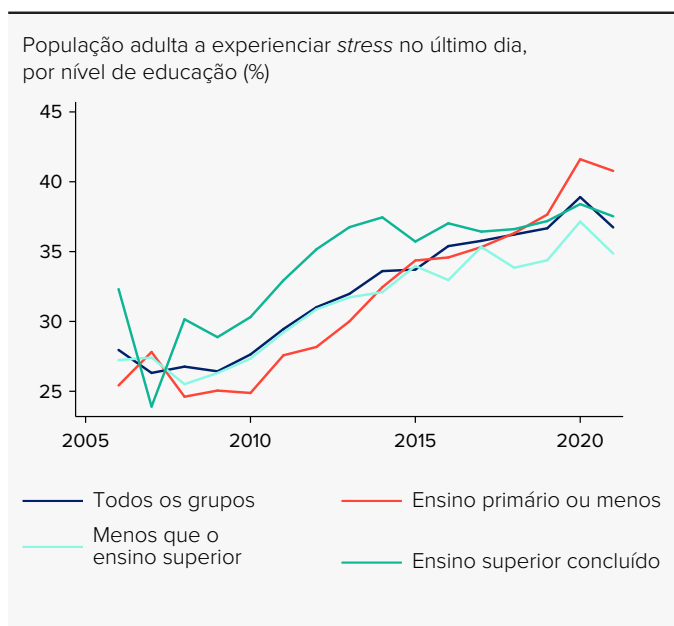
Fonte: Pinto e outros (2022) com base em dados de Gallup.

milhões de pessoas podem ter sido empurradas para a pobreza extrema, a somar aos 689 milhões de pessoas no mundo forçadas a sobreviver com menos de 1,90 dólares por dia em 2018.³⁰ Mesmo antes da pandemia, o ritmo de diminuição da pobreza estava a abrandar, de

cerca de 1 ponto percentual por ano, entre 1990 e 2015, para meio ponto percentual por ano, entre 2015 e 2017.

Além de que, pelo menos 1,3 mil milhões de pessoas vivem em pobreza multidimensional, enfrentando privações em dimensões importantes para o desenvolvimento humano que incluem a saúde, a educação

Figura 1.7 O stress é elevado e está a aumentar, independentemente da educação



Nota: Os valores médios são demonstrados devido a incoerências no número de observações entre países e anos.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base na Organização Gallup (2022).

e os padrões materiais de qualidade de vida. Metade destas pessoas são crianças.³¹ Embora a mortalidade infantil tenha diminuído globalmente desde 1990, as crianças que nascem nos países mais pobres ainda enfrentam um risco de 1 em 10 de não sobreviverem ao seu quinto aniversário, enquanto quase todas as crianças nascidas em alguns dos países mais ricos vivem para lá do seu quinto aniversário.³² Os efeitos a longo prazo da pandemia de Covid-19 e a atual inflação nos preços dos bens de consumo, especialmente o aumento do preço dos alimentos agravado pela guerra na Ucrânia, ameaçam exacerbar a situação das pessoas que vivem na pobreza – ou à beira da pobreza – em todo o mundo.

Estas privações e desigualdades em termos de recursos representam sérios desafios por si só, mas são ainda mais importantes quando as pessoas tentam sobreviver em tempos de incerteza, e são importantes não só para os excluídos e deixados para trás. Com efeito, os ciclos de retorno entre os desafios de desenvolvimento pré-existent e um novo contexto de incerteza “constituem um desafio sistémico ao progresso social”.³³ Têm assim origem ainda mais motivos para explorar a razão pela qual tantas pessoas, mesmo quando veem satisfeitas as suas necessidades básicas, se percebem a si próprias como carentes de agência (ver o capítulo 3 para uma discussão sobre a agência no quadro do desenvolvimento humano) à medida que olham para o futuro. Para o fazer é

necessário compreender o que é novo nos tempos incertos de hoje: a nova realidade planetária do Antropoceno, a transição sem precedentes das sociedades industriais e as novas formas de polarização política.

Incerteza impulsionada pelas perigosas alterações planetárias no Antropoceno

Nunca tantos dos sistemas do planeta foram intencionalmente afetados por uma única espécie. Somos nós, os seres humanos, que estamos a impulsionar as alterações climáticas³⁴ e a prejudicar a integridade de muitos dos ecossistemas que sustentam as vidas humanas e outras espécies. As nossas escolhas estão a moldar a evolução da vida na Terra através de legados que se revelarão nos próximos milhões de anos.³⁵

As alterações climáticas, a perda de biodiversidade e muitos outros desafios ambientais, desde a poluição atmosférica à utilização de plásticos, estão a receber uma atenção individual. Mas a forma como estas e outras pressões planetárias estão interligadas – e a velocidade, a escala e o âmbito das mudanças planetárias sem precedentes e suas consequências – motivou um novo enquadramento deste contexto atual como o Antropoceno (a era dos humanos, em que o impacto dos seres humanos no planeta é tão acentuado que está a provocar perigosas mudanças planetárias), formalmente proposto como uma nova época geológica.³⁶

As ameaças à vida humana no Antropoceno são fundamentalmente desiguais, pois vão afetar mais rápida e intensamente as pessoas e os países que contribuíram menos em termos relativos e absolutos para as pressões planetárias e que beneficiaram menos das alterações que impulsionam essas pressões planetárias. Tal como afirma o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020, grandes desigualdades e desequilíbrios de poder, muitas vezes crescentes, são uma característica que define o Antropoceno, sustentando as dinâmicas desestabilizadoras que desviam a atenção política e podem atrasar a ação para aliviar as pressões planetárias. Mas, dado que as ameaças que emanam das perigosas mudanças planetárias são impulsionadas principalmente pelos humanos, o contexto do Antropoceno está a gerar um sentido de responsabilidade para a humanidade agir.³⁷

Se os seres humanos têm o poder de mudar o planeta de forma prejudicial e sem igual, têm também a obrigação de agir no sentido de procurar um mundo mais seguro e mais justo.³⁸ A responsabilidade de agir recai mais fortemente sobre aqueles que são mais responsáveis pelas pressões planetárias e têm mais poder para mudar esse rumo. As pessoas não são intrinsecamente destruidoras da natureza; também moldaram os ecossistemas de formas mutuamente benéficas.³⁹ Assim, o Antropoceno oferece-nos não só a responsabilidade, mas também a oportunidade de prosseguir o

desenvolvimento humano, aliviando simultaneamente as pressões planetárias; é essa a mensagem central do Relatório de 2020.

Uma nova realidade planetária

A incerteza no Antropoceno ultrapassa em muito as alterações climáticas. Mesmo com os avanços da ciência e do poder computacional,⁴⁰ os múltiplos ciclos de retorno entre os sistemas sociais e ecológicos podem implicar que o nosso “conhecimento do mundo, dos seus ecossistemas e pessoas, do seu comportamento, valores e escolhas seja sempre parcial.”⁴¹ Um elemento-chave desconhecido é se as pessoas irão perceber – e assumir a responsabilidade de agir – o poder que temos de parar de perturbar os processos planetários. Assim, o Antropoceno é caracterizado por interações complexas e de longo alcance entre os sistemas sociais e planetários que geram um novo nível de incerteza.⁴²

Mais do que o aumento das temperaturas,⁴³ as pressões planetárias resultantes das atividades humanas dão origem a um ambiente natural profundamente diferente do anteriormente vivenciado pelo Homem (destaque 1.1). A frequência e intensidade das tempestades extremas, as secas, os incêndios e as vagas de calor têm aumentado desde os anos 50 do século passado.⁴⁴ A intensificação da urbanização e da produção agrícola tem perturbado as florestas, as zonas húmidas e as pastagens, de tal forma que a quantidade de materiais produzidos pelo homem, como o betão e o asfalto, ultrapassa agora a biomassa da Terra.⁴⁵ Mais de 1 milhão de espécies vegetais e animais enfrentam a extinção, ameaçando a integridade de todo o ecossistema.⁴⁶

“ O Antropoceno é caracterizado por interações complexas e de longo alcance entre os sistemas sociais e planetários que geram um novo nível de incerteza

Estes fenómenos reforçam-se mutuamente, aumentando a velocidade e a escala das ameaças aos nossos sistemas naturais e sociais. Por exemplo, o aquecimento e a acidificação dos oceanos provocam a migração das reservas de peixe, afetando o abastecimento alimentar e os meios de subsistência das comunidades costeiras. A insegurança alimentar e os meios de subsistência delapidados podem então levar à migração, alterar a utilização dos solos e exacerbar a poluição, enfraquecendo ainda mais os ecossistemas.⁴⁷ Um outro exemplo são as doenças zoonóticas que são uma ameaça latente: mais de 10.000 espécies de vírus têm o potencial de infetar

seres humanos.⁴⁸ Até agora, estas têm sido contidas entre as populações de animais selvagens, mas com a aceleração das alterações climáticas e o aumento da interferência humana em reservatórios zoonóticos, é expectável que a transmissão dos animais para os humanos aumente⁴⁹ e agrave o risco de novas e mais frequentes pandemias.⁵⁰ Por exemplo, a intensificada intervenção humana nos habitats animais devido à produção agrícola está associada a mais de metade de todas as doenças zoonóticas que infetam os seres humanos desde 1940.⁵¹ Além disso, as alterações climáticas podem alterar o padrão de exposição a doenças e infeções à medida que as temperaturas mais quentes alteram a gama de insetos portadores de doenças.⁵²

Espera-se também mais volatilidade. Prevê-se que as alterações climáticas aumentem tanto as temperaturas médias como a variabilidade da temperatura, projetando-se um aumento de 100 por cento nas flutuações de temperatura para as latitudes mais baixas.⁵³ Mais de 40 por cento da população mundial depende de fontes de água afetadas por uma elevada variabilidade climática. Estima-se que até 2080 mais de mil milhões de pessoas sejam afetadas pela elevada variabilidade climática e pelas ameaças à segurança hídrica relacionadas com o clima.⁵⁴ A elevada variabilidade das condições meteorológicas reduz a “capacidade de os agentes económicos planearem e funcionarem eficazmente”⁵⁵ e pode prejudicar a saúde⁵⁶ e a produtividade económica.⁵⁷ Por exemplo, a variação da temperatura não só ao longo do dia como entre dias diferentes está associada ao aumento do risco de mortalidade.⁵⁸ Muitos países com um baixo rendimento estão desproporcionalmente expostos a flutuações de temperatura crescentes e carecem de recursos para investir na adaptação, deixando-os mais vulneráveis.⁵⁹

Alterações planetárias perigosas estão a deslocar a fronteira do risco,⁶⁰ mas como estas alterações são em grande parte impulsionadas pelos humanos, as nossas escolhas são importantes. A incerteza relacionada com o conjunto de possíveis evoluções nas emissões⁶¹ é impulsionada tanto pela evolução do sistema climático como pela sua interação com as escolhas que fazemos. A implementação atempada do Acordo de Paris amplia as hipóteses de o mundo manter o aumento da temperatura média global abaixo dos 2°C (figura 1.8).⁶² Por exemplo, a diferença entre um aumento de 1,5°C e um aumento de 2°C na temperatura global expõe mais 1,7 mil milhões de pessoas às vagas de calor extremas.⁶³

A incerteza relativamente às perigosas mudanças planetárias não se traduz numa condenação inevitável e no colapso da sociedade.⁶⁴ Uma leitura equilibrada da história sugere que as sociedades humanas têm sido, na sua maioria, resilientes, flexíveis e capazes de responder, adaptar-se e prosperar quando confrontadas com grandes mudanças ambientais (ver destaque 1.1).⁶⁵ Embora as provas digam respeito a contextos

geográficos circunscritos, há razões para crer que mesmo que nem todas as opções de resposta estejam totalmente disponíveis – por exemplo, quanto à migração, quando existam menos áreas com temperaturas adequadas ao prosperar da humanidade – ⁶⁶as pessoas mantêm a sua capacidade de adaptação e de resposta, até mesmo perante uma nova realidade planetária.

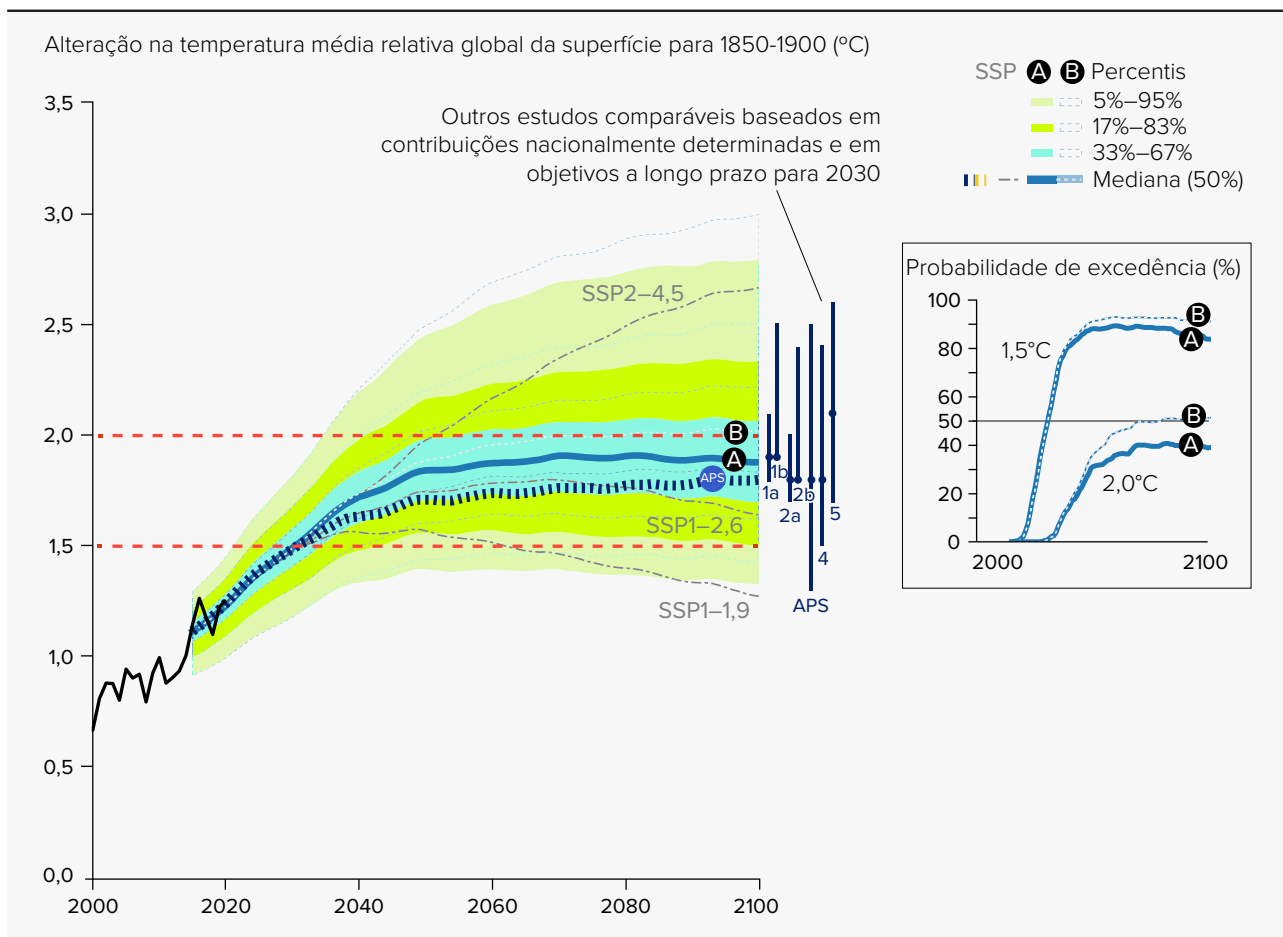
Contribuições desiguais, impactos desiguais: pressões planetárias e desequilíbrios sociais que se reforçam mutuamente

Os países e grupos de pessoas que contribuíram menos para as pressões planetárias são chamados a suportar o maior fardo das perigosas alterações planetárias.⁶⁷ Por exemplo, a mortalidade e as reduções

da produtividade do trabalho devido ao aquecimento das temperaturas serão maiores nos países de baixo e médio rendimento,⁶⁸ deixando-os com menos recursos para se adaptarem às pressões planetárias e adicionando mais níveis de vulnerabilidade.

Além disso, as alterações climáticas são um catalisador do aumento das desigualdades. Tenhamos em conta as grandes desigualdades nas contribuições e nos impactos das emissões de dióxido de carbono. Os 10 por cento de topo na distribuição global do rendimento são responsáveis por quase metade das emissões anuais globais, e os 50 por cento de base por apenas 12 por cento das emissões.⁶⁹ As desigualdades são ainda mais acentuadas no topo. Em 2019, os 50 por cento de base representaram 1,6 toneladas de emissões de dióxido de carbono *per capita*, enquanto os 10 por cento de topo representaram 31 toneladas *per capita*, os 0,1 por cento de topo por 467 toneladas *per capita* e os 0,01 por cento de topo por 2.531

Figura 1.8 Ampla espectro do possível aquecimento futuro depende das nossas escolhas



SSP significa Shared Socioeconomic Pathway (Percursos Socioeconómicos Partilhados).
Nota: A figura mostra o aquecimento global como resultado das contribuições nacionalmente determinadas para reduzir as emissões ao abrigo do Acordo de Paris, bem como as metas a longo prazo apresentadas no final da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2021 (COP 26). Mostra uma ampla gama de resultados relativos ao aumento da temperatura, dependendo se a base para análise são as contribuições nacionalmente determinadas ou apenas objetivos não condicionados.
Fonte: Meinshausen e outros 2022.

toneladas *per capita*.⁷⁰ Desde 1990 que o percentil de topo tem sido responsável por 21 por cento do aumento das emissões.⁷¹ Portanto, a desigualdade intranacional está a tornar-se rapidamente uma característica determinante das emissões globais de dióxido de carbono, enquanto persistem enormes desigualdades entre países em matéria de emissões.⁷²

“ O canal através do qual as pressões planetárias são afetadas pela desigualdade passa por escolhas reais, mas também por aspirações

Aqueles que menos contribuem para as alterações climáticas encontram-se em desvantagem. Alterações climáticas não mitigadas podem empurrar para a pobreza cerca de 132 milhões de pessoas na próxima década.⁷³ As pressões planetárias podem também exacerbar as desigualdades horizontais ou mesmo criar novas clivagens entre grupos.⁷⁴ Por exemplo, espera-se que os riscos futuros de inundações nos Estados Unidos afetem principalmente as comunidades negras de baixos rendimentos.⁷⁵ Também as barreiras à participação das mulheres na tomada de decisão atuam contra as políticas e atribuição de recursos que abordam as vulnerabilidades específicas das mulheres às mudanças ambientais.⁷⁶

Como se viu acima, a redução das emissões no topo da distribuição de rendimentos teria um grande impacto,⁷⁷ mas quando os responsáveis pelas pressões planetárias não são igualmente afetados por elas e acreditam que têm os recursos para se protegerem dos efeitos adversos, os incentivos para aliviar as pressões planetárias são distorcidos. As escolhas dos trabalhadores que auferem rendimentos elevados estão associadas ao consumo e padrões de produção que são responsáveis por uma parte desproporcionada das pressões planetárias. Estas escolhas são impulsionadas por muitos fatores, mas as normas sociais entre os indivíduos com rendimentos mais elevados e os efeitos dos pares influenciam os almejados estilos de vida.⁷⁸ O seu contexto social determina não só as escolhas, mas também as aspirações.⁷⁹

O canal através do qual as pressões planetárias são afetadas pela desigualdade passa por escolhas reais e por aspirações, que podem desempenhar um papel importante como incentivo ao esforço – com resultados individuais e coletivos positivos⁸⁰ – e na melhoria do desenvolvimento humano.⁸¹ Os quadros de referência das aspirações dos escalões de rendimento adjacentes, mas mais baixos, são influenciados pelo comportamento dos rendimentos mais elevados. À medida que os pontos de referência se alteram, cada vez mais pessoas podem ser influenciadas a comportarem-se de formas que contribuem para aumentar as pressões planetárias. Estas “cascatas de consumo”

dinâmicas mostram como a procura de grandes habitações, grandes carros e outros bens de grande porte aumentou, mesmo quando os rendimentos médios estão estagnados.⁸² Se o acesso a estes bens de posicionamento se tornar mais difícil e o indicador para as aspirações for considerado fora dos limites, os efeitos positivos da aspiração podem, em vez disso, levar à alienação e à frustração.⁸³ Este desfasamento entre aspiração e realização tem implicações no bem-estar das pessoas: pode aumentar a depressão⁸⁴ e pode alterar a sua perceção sobre o futuro de positiva para negativa. O mesmo sucede com o sentido que têm de agência sobre o futuro de elevado para reduzido,⁸⁵ conduzindo a visões mais pessimistas. Como resultado, haverá menos preocupação sobre a forma como o comportamento individual afeta os resultados futuros e a alienação e a frustração podem, por sua vez, contribuir para a polarização, tornando a ação coletiva com vista a aliviar as pressões planetárias mais difícil.

Não há segundas oportunidades: as ameaças existenciais no Antropoceno

De forma a percebermos como as incertezas do Antropoceno são novas, consideremos as ameaças existenciais. Pela primeira vez na história da humanidade, as ameaças existenciais antropogénicas são maiores do que as dos riscos naturais.⁸⁶ Tudo começou com o aparecimento das armas nucleares e com a escalada do poder tecnológico que atingiu um ponto em que somos capazes de ameaçar a nossa própria existência. A guerra nuclear representa um risco existencial:⁸⁷ a destruição irreversível do potencial da humanidade a longo prazo. Ao longo da maior parte da história da humanidade, os riscos existenciais para a nossa espécie provinham exclusivamente de perigos naturais, independentemente da ação humana, incluindo grandes impactos de asteroides ou eventos vulcânicos de grande dimensão, tais como os que levam a eventos de extinção em massa na escala temporal geológica.⁸⁸ Os humanos sempre tiveram o poder de infligir vastos danos entre si e na natureza, mas somente no Antropoceno alcançaram o poder para matar grande parte da população global e destruir o potencial das sociedades do futuro.⁸⁹

O espetro das ameaças existenciais antropogénicas é grande e continua em expansão. Além da perspectiva de uma guerra nuclear, as ameaças incluem a inteligência artificial (IA), a engenharia genética e a nanotecnologia, bem como os perigos das pressões planetárias e as suas interações.⁹⁰ Essas ameaças podem ser deliberadas, como é o caso da utilização da força nuclear, podem ser acidentais, como a propagação de um vírus a partir de um laboratório, ou podem

emergir de um desenvolvimento tecnológico ingovernável.⁹¹ O aumento da polarização política e do conflito pode aumentar as ameaças existenciais, incluindo através da guerra nuclear ou da guerra biológica.⁹² As forças motrizes de um possível conflito nuclear podem estar ligadas, tanto na exacerbação dos riscos como na ampliação dos impactos para as vidas humanas e para o planeta (destaque 1.2).⁹³

“ O aliviar das pressões planetárias implica uma transformação fundamental na forma como as sociedades vivem, trabalham e interagem com a natureza. Esta transformação origina a sua própria nova dimensão de incerteza porque, tal como a realidade do Antropoceno, é inédita e desconhecida

Enquanto os riscos existenciais de uma guerra nuclear podem ser facilmente imaginados, os riscos existenciais de alterações climáticas lentas ou de perda de biodiversidade podem não ser tão evidentes. Com a continuação das pressões humanas sobre o planeta, pontos de inflexão – sem retorno – podem infligir danos irreversíveis aos ecossistemas e aos benefícios que deles derivam para os seres humanos. Se os pontos de inflexão interatuarem, podem provocar efeitos catastróficos e em cadeia.⁹⁴ Por exemplo, as alterações climáticas estão a provocar a perda de gelo do mar Ártico, que contribui para um abrandamento da circulação atlântica, que pode perturbar a monção da África Ocidental e desencadear a seca no Sahel, secar a Amazónia e aquecer o Oceano do Sul, acelerando ainda mais o derretimento do gelo no Antártico. A destruição da floresta amazónica distorceria a estabilidade da biosfera terrestre, com consequências em grande escala, incluindo a perda maciça de biodiversidade e aumentos sem precedentes das concentrações de dióxido de carbono na atmosfera.⁹⁵ Embora subsistam incertezas quanto à “localização” exata dos pontos de inflexão e às consequências de os enfrentar, estes são “uma aposta demasiado arriscada”.⁹⁶

Perceber o poder que os seres humanos têm sobre todo o planeta implica a responsabilidade de agir. Reconhecer as ameaças existenciais antropogénicas também obriga a reduzir, ou mesmo eliminar, o risco existencial. Da mesma forma que a era do Antropoceno fornece uma estrutura unificadora para compreender como as escolhas humanas conduzem a pressões planetárias que resultam em alterações planetárias perigosas, a eliminação do risco existencial – ou a promoção da segurança existencial – é o derradeiro recurso não renovável e exige que se reflita sobre o tipo de instituições necessárias para alcançar a segurança existencial (destaque 1.3).

Incerteza que emerge de transições complexas para aliviar as pressões planetárias

A adaptação à incerteza provocada pela realidade antropocénica que acaba de ser descrita é uma ordem de grandeza. Além da adaptação, é crucial aliviar as pressões planetárias que estão a provocar alterações planetárias perigosas, mitigando assim algumas incertezas.⁹⁷

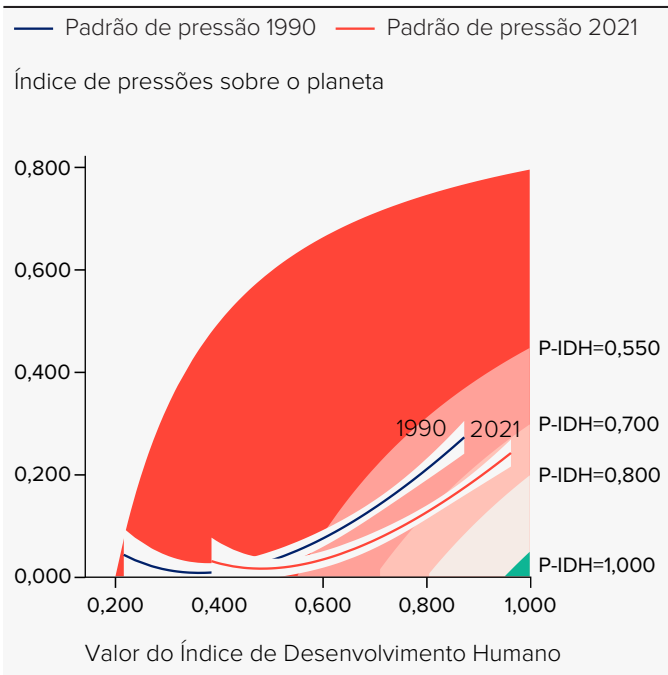
Aliviar as pressões planetárias implicaria uma transformação fundamental na forma como as sociedades vivem, trabalham e interagem com a natureza, comparável à transição para a sociedade agrícola e da sociedade agrícola para a sociedade industrial.⁹⁸ Para tal, é necessário que trabalhemos em conjunto com a natureza, não contra ela (destaque 1.4). Esta transformação origina a sua própria nova dimensão de incerteza porque, tal como a realidade do Antropoceno, é inédita e desconhecida. A incerteza emana ainda do facto de as transformações envolverem múltiplos fatores sociais e ecológicos, juntamente com as respetivas interações, a decorrer ao longo das morosas transições em causa. Mesmo que muitas destas transições tenham sido de alguma forma cartografadas e modeladas (isoladamente ou em várias partes do mundo), existe também incerteza modelar e analítica.

Transformar o modo como as sociedades geram energia e utilizam os materiais é vital nesta questão e⁹⁹ implica uma alteração dos padrões de produção e de consumo, sustentada pela forma como o comportamento humano interage com as instituições. Essa interação molda – e é moldada por – incentivos, normas e valores sociais.

O Relatório de 2020 propunha representar o avanço do desenvolvimento humano, ao mesmo tempo que diminuía as pressões planetárias à medida que os países se dirigiam para o espaço aspiracional do triângulo a verde na figura 1.9.¹⁰⁰ Embora o mundo tivesse avançado nessa direção ao longo dos últimos 30 anos, fê-lo até agora demasiado lentamente e de uma forma que deixa um desenvolvimento humano mais elevado fortemente correlacionado com maiores pressões planetárias. A escala e a velocidade necessárias desta transição não devem ser demasiado simplificadas ou minimizadas, dada a ambição dos ajustamentos necessários,¹⁰¹ e isso, juntamente com a complexidade da transição, acrescenta um novo nível de incerteza.¹⁰²

A incerteza transitória tem várias dimensões, incluindo as associadas a uma trajetória de desenvolvimento económico com baixo teor de carbono.¹⁰³ Para lá das incertezas físicas das alterações climáticas estão as incertezas associadas às nossas escolhas

Figura 1.9 Transformar o mundo para promover o desenvolvimento humano enquanto se diminuem as pressões planetárias



Nota: Os padrões transversais de pressão referentes a 1990 e 2021 foram calculados através de um modelo de regressão polinomial. As áreas sombreadas representam os intervalos de confiança. O índice das pressões sobre o planeta é construído utilizando os níveis *per capita* das emissões de dióxido de carbono e a pegada material de cada país (1 deduzido o fator de correção relativo às pressões sobre o planeta apresentado na tabela 7 do Anexo Estatístico).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano. Ver fontes específicas nos quadros 2 e 7 do Anexo Estatístico.

políticas deliberadas, tais como a alteração dos impostos sobre o carbono, o redirecionamento das economias para fora das indústrias intensivas do carbono ou a adoção de novas tecnologias.¹⁰⁴

Parte da incerteza está associada aos que ganham e aos que perdem à medida que o processo se desenrola, o que provavelmente diferirá entre regiões e grupos, reconhecendo que alguns estão mais bem equipados do que outros para beneficiarem de novas oportunidades.¹⁰⁵ Uma possível manifestação de incerteza poderia ser a insegurança económica (destaque 1.5). Por exemplo, a economia verde poderia acrescentar mais de 24 milhões de empregos em todo o mundo até 2030.¹⁰⁶ Mas estes empregos não estarão necessariamente localizados nas mesmas regiões que estão a perder postos de trabalho à medida que as indústrias de combustíveis fósseis encerram,¹⁰⁷ nem vão requerer o mesmo conjunto de ferramentas que uma economia baseada em combustíveis fósseis. Os ganhos económicos da eliminação gradual do carbono poderiam ascender a 1,2 por cento do PIB global

todos os anos até 2100, mas permanece a questão de como esses ganhos seriam distribuídos entre países e entre indivíduos.¹⁰⁸ Se os efeitos distributivos forem considerados injustos ou se as pessoas ficarem sem apoio para se adaptarem a uma nova realidade económica, as transições podem ser confrontadas com resistência, dissidência e disputa.¹⁰⁹

Os resultados das transições passadas foram em grande parte inesperados e involuntários, mas a expansão do conhecimento e da ciência – aliada à nossa consciência da realidade antropocénica – indica que as transições para aliviar as pressões planetárias são intencionais e deliberadas. O objetivo das transições é claro: avançar para o espaço aspiracional de elevado desenvolvimento humano e baixas pressões planetárias, mesmo que subsistam muitas incertezas sobre os caminhos que nos levariam até lá.¹¹⁰

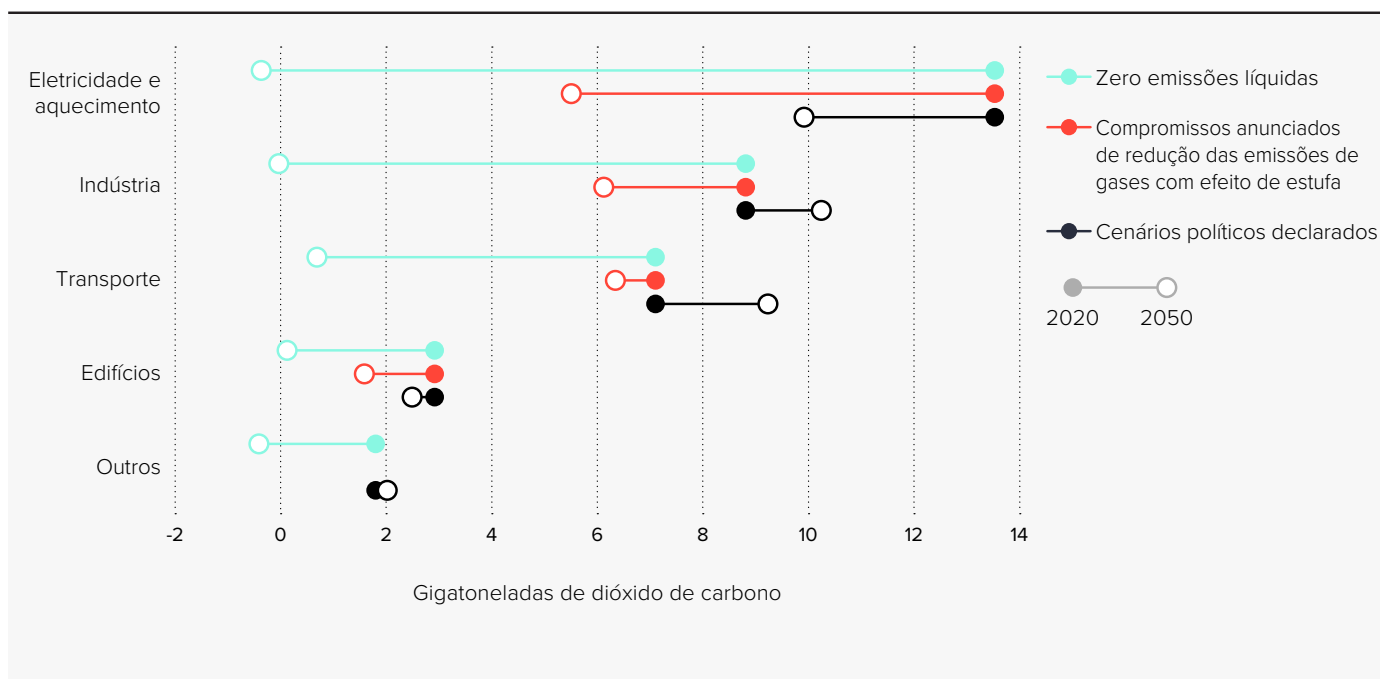
As incertezas decorrem não só dos tipos de escolhas políticas que são adotadas, mas também da forma como são concebidas e implementadas. O sucesso depende da sua perceção, da sua aceitação social por diferentes segmentos do público e dos que detêm posições de poder. As transições dependem da tecnologia, dos ganhos de eficiência daí resultantes e da forma como são distribuídos. Exploram-se aqui as alterações necessárias para aliviar as pressões planetárias e o nível de incerteza associado às transições da energia e dos recursos.

Transição energética: a caminho, mas demasiado devagar e no meio de grandes incertezas

As transições de energia dos combustíveis fósseis para as energias renováveis são impulsionadas por novas tecnologias e custos mais baixos.¹¹¹ Enquanto os combustíveis fósseis, como o carvão, o gás natural e o petróleo, ainda produzem dois terços da eletricidade mundial,¹¹² espera-se que as energias renováveis se tornem a fonte dominante de fornecimento global de energia até 2040.¹¹³ Mas este é apenas um dos muitos resultados futuros possíveis. Os resultados variam muito em três cenários da Agência Internacional de Energia: neutralidade carbónica, cenários políticos declarados e compromissos anunciados para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (figura 1.10).

A incerteza pode manifestar-se à medida que surgem as consequências. Os biocombustíveis, originalmente pensados como uma excelente alternativa para os combustíveis fósseis, também representam uma variedade de desafios,¹¹⁴ com implicações na utilização do solo,¹¹⁵ pegada de carbono,¹¹⁶ impactos da desflorestação,¹¹⁷ perda de biodiversidade,¹¹⁸ competição pela água¹¹⁹ e impactos na pobreza,¹²⁰ entre outros. A incerteza está também associada a perspectivas de desenvolvimento de tecnologias chave para

Figura 1.10 A transição energética em direção às energias renováveis pode desenrolar-se de formas diversas para diferentes setores



Fonte: IRENA 2021.

a transição energética, que ainda não estão estabelecidas. Tenhamos em conta o armazenamento de energia, fundamental para lidar com a intermitência do fornecimento devido às diferenças diárias e sazonais de energia renovável. Embora esteja disponível uma vasta gama de tecnologias, é necessário muito mais para melhorar as soluções tecnológicas, reduzir os custos e tornar a transmissão mais eficiente. Mesmo com os avanços no armazenamento de baterias, a adoção continua limitada na maioria dos países de baixo e médio rendimento devido a barreiras políticas, financeiras e regulatórias. As opções procuradas, além de soluções de armazenamento de energia a curto prazo, tais como baterias de íons de lítio, incluem sistemas de armazenamento de energia de longa duração sustentáveis e rentáveis, que estão muito distantes.¹²¹

Outra dimensão da incerteza é a forma como o sistema financeiro, que pressupõe um clima estável, irá evoluir.¹²² Um afastamento dos ativos de bens de carbono-intensivo irá expor alguns investidores, que podem resistir e tentar abrandar um movimento em direção a um caminho com baixo teor de carbono.¹²³ Os governos estão agora a prestar mais atenção aos riscos financeiros relacionados com o clima. Por exemplo, uma ordem executiva de 2021 do Presidente dos EUA, Joseph Biden, exige a divulgação clara e precisa dos riscos financeiros relacionados com o clima para salvaguardar os ativos físicos, bem como

os mercados financeiros, dos riscos relacionados com as alterações climáticas.¹²⁴ O objetivo é proteger as comunidades e as famílias, bem como a transição dos Estados Unidos para o objetivo da neutralidade carbónica até 2050.

Os mecanismos globais e regionais estão também a atuar no sentido de facilitarem uma transição com baixo teor de carbono no setor financeiro. O Grupo de Trabalho para a Divulgação de Informações sobre a exposição Financeira às Alterações Climáticas procura fornecer aos investidores informação sobre os riscos relacionados com as alterações climáticas nas suas carteiras de investimento. Com a mesma aspiração, um consórcio de bancos centrais e supervisores financeiros estabeleceu uma Rede para tornar o Sistema Financeiro mais Ecológico.¹²⁵ A taxonomia da UE, que classifica as atividades económicas ambientalmente sustentáveis, apoia a transição para a neutralidade carbónica até 2050 e a implementação do Pacto Ecológico Europeu; o Ato Delegado da UE foi formalizado para estabelecer os critérios de seleção dos objetivos ambientais das novas atividades económicas e os países europeus estão a intensificar vários esforços de mitigação, tais como acabar com a venda de novos automóveis a gasóleo e a gás em 14 anos e impor tarifas sobre mercadorias importadas de países com leis ambientais menos rigorosas.¹²⁶

A volatilidade dos preços do petróleo e do gás durante a pandemia de Covid-19 e agora com o desenrolar

da guerra na Ucrânia está a gerar ondas de choque no mundo inteiro.¹²⁷ Os países exportadores de petróleo sofreram grandes défices fiscais quando os preços do petróleo caíram.¹²⁸ Mas um conjunto de fatores, incluindo o conflito na Ucrânia e a recuperação económica, uma vez que as preocupações com a Covid-19 abrandaram, levaram a um rápido aumento dos preços do petróleo, uma vantagem para os países exportadores de petróleo, mas também um motor da inflação em quase todo o mundo.¹²⁹

A incerteza associada às transições de energia perturbou as pessoas que a percebem como injusta. Nas aldeias e pequenas cidades francesas voltaram a ver-se protestos contra o aumento dos preços da gasolina em 2021, reminiscência dos movimentos do “colete amarelo” de 2018; em Espanha, assistiu-se a manifestações contra as faturas da energia e a Grécia enfrentou a agitação social com o encerramento das minas de carvão.¹³⁰ Isto verifica-se mesmo quando se está a criar um grande número de empregos no setor das energias renováveis.¹³¹ Enquanto se preveja a criação de mais empregos do que aqueles que se irão perder com as transições ao nível da energia, as transições estarão apenas dependentes da forma como são geridas.¹³²

Os atuais compromissos globais de redução das emissões de gases com efeito de estufa, por si só, não protegem contra os perigos que advêm das alterações climáticas.¹³³ Os preços do carbono continuam a ser demasiado baixos para reduzir eficazmente as emissões. Apenas 22% das emissões globais de carbono estão abrangidas por um sistema de definição de preços para o carbono.¹³⁴ Por sua vez, a implementação continua a ser um desafio mesmo para os compromissos assumidos para eliminar gradualmente os subsídios aos combustíveis fósseis (não foi fixada qualquer data para atingir o objetivo a nível mundial, e 2021 registou o maior aumento de subsídios de combustíveis fósseis desde 2010).¹³⁵ A incerteza associada à transição pode ser aumentada pela constatação de que é necessária uma maior ambição, juntamente com a resistência à mudança por parte de poderosos grupos de pressão ou preocupações públicas com a perda de emprego em setores específicos.¹³⁶ E as transições podem ser interrompidas: a eliminação gradual do carvão na Alemanha, iniciada na década de 1980, está ainda a anos da sua conclusão, com preocupações sobre os ativos improdutivos e a insegurança dos trabalhadores e comunidades afetadas.¹³⁷

“ A transição energética voluntária está a acontecer agora, sustentada por políticas e apoiada por movimentos sociais

Mesmo assim, a transição energética é possível.¹³⁸ Um movimento em França para aumentar a capacidade nuclear fortaleceu a sua quota de poder de quatro por cento em 1970 para 40 por cento em 1982.¹³⁹ Os Países Baixos passaram de ter um abastecimento de carvão de 55

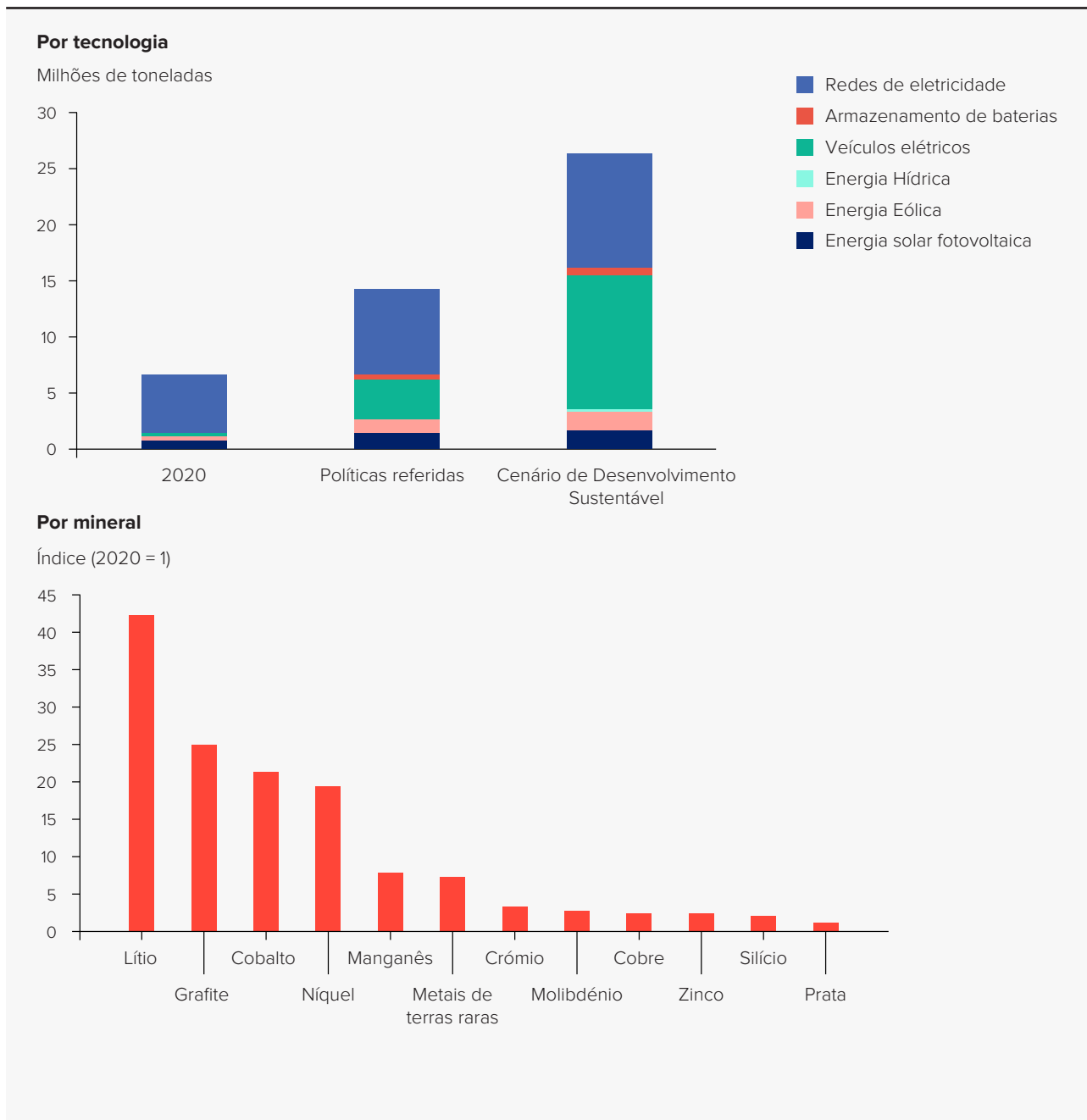
por cento da sua potência e de petróleo bruto de 43 por cento em 1959 para ter um abastecimento de gás natural de 50 por cento em 1971.¹⁴⁰ A transição energética voluntária está a acontecer agora, sustentada por políticas e apoiada por movimentos sociais.¹⁴¹

Incerteza associada à gestão da utilização do material para aliviar as pressões planetárias

A mudança para economias de baixo carbono dependerá em parte da extração de minerais e da utilização de materiais que são fundamentais para tecnologias como os veículos elétricos e os painéis solares. A mesma extração implica alterações do uso do solo e emissões que não só aumentam as pressões planetárias, como também têm sido associadas a graves violações dos direitos humanos.¹⁴² Por exemplo, elementos terrestres raros podem ser localizados em ecossistemas sensíveis com elevada biodiversidade, sumidouros de carbono cruciais e recursos hídricos, que, se forem explorados, podem danificar irreversivelmente os recursos naturais. Dos 50 milhões de quilómetros quadrados do território da Terra atualmente minado, cerca de oito por cento sobrepõe-se a áreas protegidas, sete por cento a áreas-chave de biodiversidade e 16 por cento às restantes áreas livres de atividades industriais e de outras pressões humanas.¹⁴³ A próxima vaga de crescimento das energias renováveis poderá afetar 30 por cento das áreas protegidas e áreas-chave da biodiversidade e comprometer 60 por cento das áreas restantes libertas de atividades industriais e de outras pressões humanas.¹⁴⁴ O conflito em curso desvia recursos e a atenção da proteção dos ecossistemas sensíveis e das populações vulneráveis. Com as projeções da procura de energia baseadas nas políticas e anúncios políticos existentes, espera-se que a procura de minerais duplique. E sob um cenário de desenvolvimento sustentável, em que as políticas energéticas são consistentes com os objetivos do Acordo de Paris, espera-se que a procura de minerais quadruple (figura 1.11).¹⁴⁵

Outra dimensão da incerteza está relacionada com o futuro da exploração dos fundos marinhos e do espaço. A crescente procura por energias renováveis está a levar as empresas de exploração mineira e as *start-ups* a investirem nas oportunidades existentes no subsolo do oceano.¹⁴⁶ Os cientistas alertam para o facto de que perturbar o fundo marinho, tranquilo e escuro, que proporciona um ecossistema único para a vida marinha, terá ramificações não só a nível local, mas também a milhares de quilómetros de distância. A primeira experiência de mineração de fundos marinhos ocorreu em 1989, com a DISCOL,¹⁴⁷ tendo ficado demonstrado que as espécies não se recolonizaram após mais de 30 anos. Com a tecnologia vanguardista e a regulamentação a aproximar-se, a exploração comercial dos fundos marinhos pode ser devastadora para a vida marinha e, à medida que a tecnologia avança para tornar a mineração

Figura 1.11 A transição energética exige minerais e materiais que aumentam as pressões planetárias



Nota: A procura de minerais vai depender dos tipos de energias renováveis. Por exemplo, o cobre e o silício são importantes para os painéis solares e para a potência de transmissão, e o lítio, o manganês e o zinco são importantes para a energia eólica (AIE 2021b).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base nos dados da AIE (2021b).

espacial uma possibilidade próxima, levantam-se questões sobre a regulamentação.¹⁴⁸ Não existe acordo legal entre as nações para proibir a mineração de corpos celestiais; os dois tratados em vigor permitem a livre exploração e utilização dos recursos espaciais, deixando as escolhas aos mineradores. Por outro lado, fortes pressões para procurar respostas além do nosso próprio planeta podem desviar a atenção de nós próprios.¹⁴⁹

A procura de materiais ultrapassa a da transição energética. Estão a aumentar as pressões planetárias com implicações que se irão estender ao futuro. Uma garrafa de plástico pode permanecer na natureza por aproximadamente 450 anos.¹⁵⁰ E, desde os anos 50 do século passado, produzimos mais de 8 mil milhões de toneladas de plástico.¹⁵¹ Em 2020, o consumo mundial de materiais excedeu 100 mil milhões de toneladas por ano,¹⁵² duas vezes o montante registado

em 1995.¹⁵³ Até 2060, espera-se que exceda três vezes mais o montante registado em 1995.¹⁵⁴ Apenas cerca de 8,6 por cento de tudo o que é produzido é reciclado.¹⁵⁵ Os bens produzidos pelo Homem estão a mudar a face da Terra. Para se ter uma ideia da escala, pela primeira vez na história da humanidade, a massa antropogénica ultrapassou a biomassa viva mundial (figura 1.12).¹⁵⁶

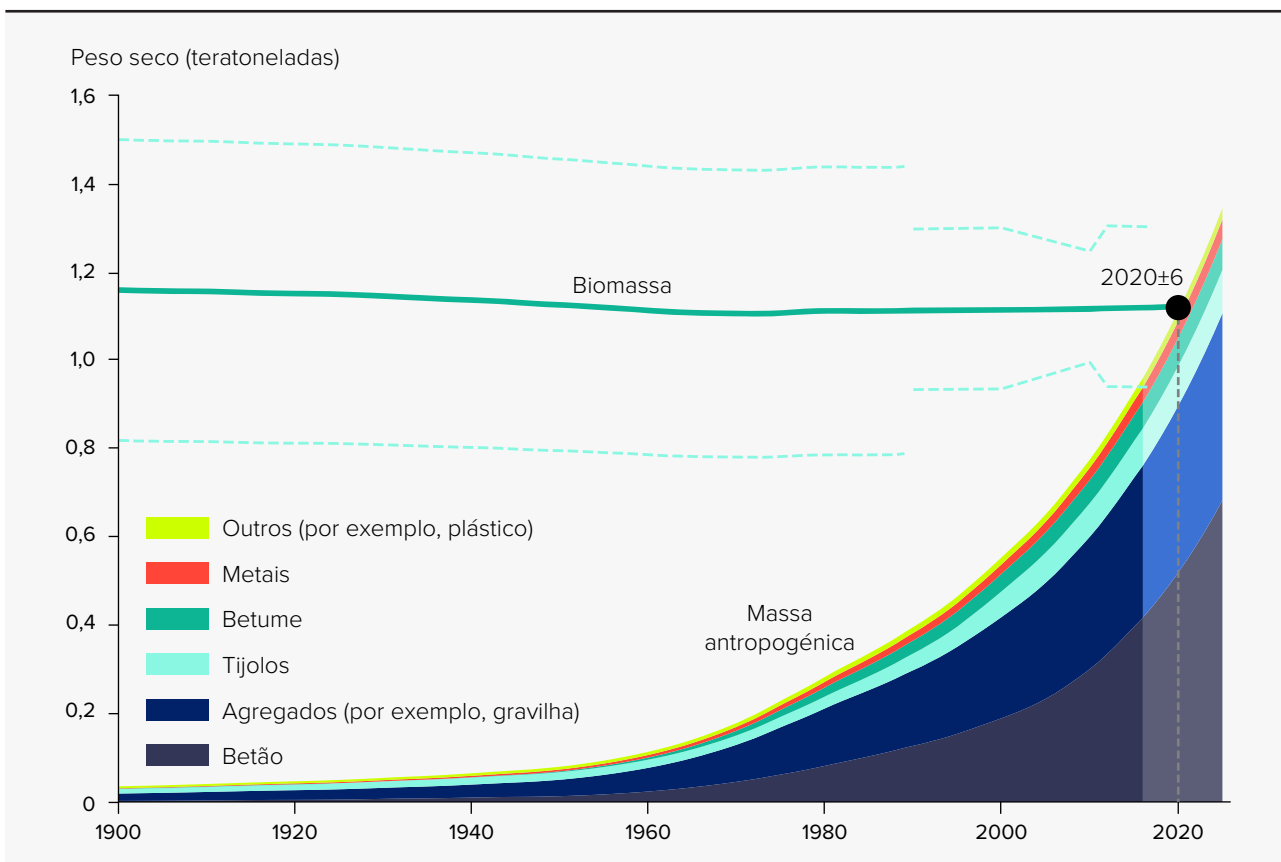
Os desafios com os resíduos nucleares também apontam para a necessidade de se considerar a utilização dos materiais de uma forma abrangente. Os recursos nucleares que são utilizados para produzir energia limpa e bens industriais e para aplicações militares também geram resíduos radioativos, que precisam de ser armazenados durante mais de meio milhão de anos, transmitindo responsabilidades e desafios às gerações longínquas.¹⁵⁷ Muitos dos resíduos são temporariamente armazenados no subsolo em tanques, que, através do desgaste, podem vaziar material radioativo para os nossos solos e água. Cerca de 95 por cento dos reatores nucleares do mundo produziram cerca de 265.000 toneladas métricas de combustível pesado usado e 38 milhões de metros cúbicos de resíduos nucleares sólidos.¹⁵⁸

As atividades antropogénicas também estão a interromper os ciclos biogeoquímicos. Os níveis de carbono são 36 vezes superiores aos níveis pré-industriais, os níveis de fósforo 13 vezes superiores e os níveis de azoto 9 vezes superiores.¹⁵⁹ O azoto nos fertilizantes acumulados na natureza polui a água (excesso de nitratos na água potável), reduz a qualidade do ar, esgota a camada de ozono e acelera o aquecimento global e a perda de biodiversidade.¹⁶⁰ O escoamento excessivo de azoto nos rios e oceanos aumenta a proliferação de algas, que estão a esgotar o oxigénio dos oceanos e a matar a flora e fauna aquáticas. As imagens de satélite sugerem que cerca de 1,15 milhões de quilómetros quadrados da superfície do oceano podem ser zonas eutróficas,¹⁶¹ sendo uma grande parte delas zonas mortas.¹⁶²

Rápidas alterações tecnológicas: um terreno movediço debaixo dos nossos pés

As rápidas mudanças tecnológicas estão a trazer novas formas de interação dos seres humanos com a tecnologia, e uns com os outros, criando mais

Figura 1.12 A massa antropogénica excede atualmente a biomassa viva total do mundo



Fonte: Elhacham e outros 2020.

incertezas.¹⁶³ Os ganhos potenciais são massivos, mas e a distribuição dos benefícios e os impactos diferenciados nas pessoas? A eventual emergência de IA de uso geral poderia multiplicar o PIB global por pessoa por um fator de 10, algo que historicamente o mundo levou 190 anos a realizar, de 1820 a 2010.¹⁶⁴ Mas estes enormes ganhos potenciais agregados podem ser concentrados apenas em alguns, deixando muitos para trás. Uma possibilidade é cair numa armadilha de Turing, em que o poder tecnológico e económico se concentra e se traduz em poder político, “aprisionando uma maioria impotente num equilíbrio infeliz”.¹⁶⁵ A reação adversa contra o comércio livre em alguns países de elevados rendimentos oferece uma história cautelosa, dado que os ganhos de rendimento agregados da globalização através da vantagem comparativa e especialização não foram distribuídos para compensar ocupações, setores ou regiões desfavorecidos. Os vencedores económicos ganharam poder e perderam interesse em assegurar a distribuição equitativa dos benefícios.¹⁶⁶

“As recentes mudanças tecnológicas superam a nossa capacidade de compreender as suas implicações sociais. Frequentemente disruptiva, a inteligência artificial, os meios de comunicação social e outras novas tecnologias estão a mudar as nossas vidas de forma profunda

As recentes mudanças tecnológicas superam a nossa capacidade de compreender as suas implicações sociais. Frequentemente disruptiva, a IA, os meios de comunicação social e outras novas tecnologias estão a mudar as nossas vidas de forma profunda.

Para ilustrar a nova dimensão da incerteza, as secções que se seguem consideram brevemente a era digital, a IA e a edição genética; ver capítulos 4 e 5 para uma análise mais aprofundada das implicações da mudança tecnológica.

O mundo digital: a transformação da interação humana

Menos de um por cento da informação tecnológica armazenada no mundo encontrava-se em formato digital no final da década de 1980, em comparação com mais de 99 por cento em 2012.¹⁶⁷ Qualquer que seja o modo como nos ligamos ao nosso trabalho, como comunicamos com amigos e familiares ou o que fazemos no nosso tempo livre, a tecnologia digital tornou-se uma parte indispensável na vida de muitas pessoas. Em 2010, o número de máquinas conectadas à Internet excedeu pela primeira vez o número

de pessoas conectadas.¹⁶⁸ Ao contrário das gerações prévias, muitas crianças nascidas depois de 2008 têm uma extensa exposição a dispositivos digitais no início da vida.

Controlar o otimismo inicial sobre as oportunidades das novas tecnologias é uma desvantagem ou consequência não intencional. Os telemóveis rastreiam os nossos movimentos. A IA, reduzindo o esforço humano em tarefas sofisticadas, pode também replicar e amplificar estereótipos. As redes sociais, originalmente destinadas a estabelecer ligações entre nós, estão a contribuir para a divisão, ilustrando a forma como as novas tecnologias trazem consigo consequências não intencionais que geram incerteza.¹⁶⁹

As empresas estão a introduzir novas tecnologias a um ritmo acelerado para automatizar a produção e reduzir os custos. Alguns empregos estão a desaparecer, como é o caso das áreas de contabilidade, administração e tradução, enquanto outros são criados nas áreas de megadados, segurança digital e engenharia robótica. O Fórum Económico Mundial prevê que, até 2025, 97 milhões de novos empregos serão criados e 85 milhões de empregos serão perdidos em 15 indústrias e 26 economias.¹⁷⁰ As indústrias que não acompanham a tendência para a automatização perdem vantagem competitiva, tal como os trabalhadores que não adquirem novas competências para acompanharem a evolução do mercado de trabalho. Isto pode também ter implicações para os países de baixo e médio rendimento, que podem ver uma realocação dos empregos.¹⁷¹

A digitalização está a mudar as interações humanas e dos humanos com a tecnologia, por vezes de forma radical. Os serviços de encontros *online* são um exemplo de interação humana alterada pela digitalização.¹⁷²

A interação humana com os algoritmos também se tornou prejudicial a vários níveis.¹⁷³ Os telemóveis e as redes sociais elevam as vozes dos grupos marginalizados e oprimidos, mas são também ferramentas para aqueles que desejam fazer mal.¹⁷⁴ Através destas plataformas, grupos com ideologias extremistas e violentas podem alargar o círculo de seguidores.¹⁷⁵

A constante ligação às redes sociais pode ter efeitos cognitivos e emocionais nocivos.¹⁷⁶ Os neurocientistas sugerem que o uso da Internet alterou a forma como o cérebro funciona, afetando a atenção e a memória e tornando-nos menos sociáveis e empáticos.¹⁷⁷ Por exemplo, adicionar uma única palavra moral-emocional a um *tweet* aumenta a sua taxa de *retweet* em 19 por cento.¹⁷⁸ Um comentário que inclui um desacordo indignado obtém duas vezes mais gostos e três vezes mais comentários.¹⁷⁹ E a elevada procura de atenção, como através da sobreutilização das redes sociais, reduz o tempo de reflexão construtiva dos jovens, diminuindo o espaço para imaginar o futuro ou refletir sobre memórias pessoais.¹⁸⁰

À medida que as nossas vidas ficam mais dependentes da IA – das previsões meteorológicas às transações do mercado financeiro ou às análises de ADN – estamos a delegar as escolhas humanas. A IA está a escolher as notícias e informações a que estamos expostos e a sugerir o que devemos comprar.

A utilização de algoritmos nas redes sociais resulta na diminuição da exposição das pessoas a notícias que suscitem atitudes contrárias, facilitando a polarização de pontos de vista.¹⁸¹ Entre os *millennials* em muitas partes do mundo, as redes sociais são frequentemente a fonte dominante de notícias sobre política e governos.¹⁸² Ao recomendarem vídeos e notícias de forma automatizada, o conteúdo manipulativo chega agora facilmente aos que o visualizam, amplificando a difusão da desinformação.¹⁸³ As redes sociais também podem alimentar ondas populistas, nacionalistas e xenófobas em todas as sociedades.¹⁸⁴

A IA está a melhorar no que respeita à criação de informações falsas e à propagação da desinformação. Tenhamos em conta a forma como as redes geradoras antagónicas criam áudios e vídeos falsos.¹⁸⁵ Estas tecnologias podem agora ser facilmente utilizadas através de aplicações para criar falsificações graves e perigosas. Em 2016, mais de 50 por cento do tráfego da Internet foi gerado por bots.¹⁸⁶ De facto, a informação falsa tende a espalhar-se mais amplamente que a verdadeira.¹⁸⁷ As redes sociais podem reduzir a avaliação crítica e facilitar a difusão de teorias da conspiração.

“ À medida que as nossas vidas ficam mais dependentes da inteligência artificial – das previsões meteorológicas às transações do mercado financeiro ou às análises de ADN – estamos a delegar as escolhas humanas

Na mesma ordem de ideias, quem é responsável por decisões erradas em matéria de IA? Os pedidos de crédito são rejeitados e as publicações nas redes sociais são eliminadas com base em decisões de IA, enquanto os mecanismos para contestar essas decisões não se encontram totalmente desenvolvidos. Muitos algoritmos são opacos, não regulamentados e difíceis de contestar.¹⁸⁸ Algoritmos de reconhecimento de padrões podem ser aplicados para atingir determinadas pessoas¹⁸⁹ ou produzir danos colaterais desproporcionais e tendenciosos devido a imperfeições no código ou nos dados de formação.¹⁹⁰ A utilização de IA nas forças armadas para a utilização de armas autónomas ou robôs assassinos levanta muitas questões.¹⁹¹

A aprendizagem automática está também a fornecer às empresas informações de mercado que nunca tiveram antes, criando novos caminhos para a publicidade enquanto violam potencialmente a privacidade do consumidor. Quando os consumidores compram *online*, revelam as suas preferências e, possivelmente, informações sobre os seus amigos e familiares, que as empresas podem utilizar para expandirem o alcance do mercado. Tais dados, frequentemente fornecidos inadvertidamente pelos consumidores, podem transferir informações para empresas sem restrições sobre a forma como podem ser utilizados.¹⁹²

Manipulação genómica: redefinindo o campo das possibilidades

A manipulação genómica revolucionou as ciências da vida e a medicina através da possibilidade de alterar as características dos organismos vivos alterando o ADN. As RPCARI podem ajudar no tratamento de uma série de condições de saúde com relativa facilidade e eficácia.¹⁹³ Pela primeira vez, é possível aumentar a longevidade das crianças com progéria, uma doença genética que promove o envelhecimento precoce e reverte a cegueira.¹⁹⁴ As RPCARI também estão a ser exploradas no âmbito das doenças neurodegenerativas como a distrofia muscular, a doença de Huntington e a doença de Alzheimer.¹⁹⁵

A manipulação genómica também levanta questões. A manipulação de células somáticas pode alterar os genes de um determinado doente, enquanto a manipulação de células germinativas de óvulos e espermatozoides pode levar o tratamento às gerações futuras. O progresso neste campo tem sido tão rápido que as questões em torno da ética, da regulamentação e das implicações sociais fazem com que os países se esforcem por recuperar o atraso. Recentemente, um investigador alarmou o mundo ao confirmar que tinha editado os genes de dois bebés gémeos.¹⁹⁶ Existem ainda muitas preocupações de segurança. Por exemplo, num embrião, uma nuclease pode não cortar necessariamente ambas as cópias dos genes alvo ou pode começar a dividir-se antes de as correções estarem completas.¹⁹⁷ A edição de genes em ratos, bovinos, ovinos e suínos também mostra que é possível apagar ou desativar genes num embrião. Os bioéticos argumentam que é impossível obter o consentimento sobre a manipulação da linha germinal a partir de um embrião ou de gerações futuras.¹⁹⁸

A manipulação genética na indústria alimentar pode aumentar a produtividade e tornar os produtos resistentes às condições meteorológicas e às doenças.¹⁹⁹ O Japão autorizou recentemente uma variante de tomates geneticamente modificados rica em aminoácidos (GABA) que pode induzir o relaxamento e baixar a pressão sanguínea.²⁰⁰ Culturas resistentes à

seca estão a ser desenvolvidas para manter rendimentos elevados em tempos de abastecimento de água reduzido, e está em curso uma investigação sobre se o arroz geneticamente modificado poderá resistir às inundações.²⁰¹

“A conjuntura de incerteza e polarização pode ter um efeito paralisante, retardando a ação para contrariar as pressões humanas sobre o planeta.

Como devem ser regulamentados os alimentos geneticamente modificados e como devem os consumidores ser informados? E quanto à rotulagem de alimentos geneticamente modificados? Várias empresas de biotecnologia, agronegócios e retalhistas do setor alimentar propõem uma campanha de rotulagem, enquanto outras defendem o inverso, mas, até que sejam dadas respostas a estas questões, é muito provável que a incerteza persista.²⁰²

Incerteza impulsionada pela polarização: atrasar a ação, agravar o conflito

A incerteza abre espaço à dispersão de opiniões²⁰³ e ao desacordo quanto ao melhor curso de ação.²⁰⁴ Isto não é necessariamente um problema. De facto, quando se deparam com o imprevisível, as sociedades tendem a aproveitar o conhecimento coletivo agregado e as narrativas para mobilizar a resiliência.²⁰⁵ Mas a insegurança também pode incentivar a polarização política, especialmente entre os que são avessos à incerteza.²⁰⁶ Por exemplo, a investigação revela que, no rescaldo incerto de um choque, como o de uma crise financeira, o apoio aos extremos políticos aumenta.²⁰⁷ A polarização política reduz a confiança generalizada e divide a sociedade entre “nós” e “eles”. Fortalece opiniões, enfraquece a deliberação pública e pode mesmo atingir níveis tóxicos, com efeitos prejudiciais para as liberdades democráticas e os direitos humanos.²⁰⁸

A última década assistiu a um rápido recuo democrático e a um aumento da polarização política em muitas sociedades (ver capítulo 4).²⁰⁹ A confiança e a crença na democracia têm vindo a diminuir em paralelo com o aumento do autoritarismo.²¹⁰ A polarização política tem crescido num conjunto diversificado de países (figura 1.13).

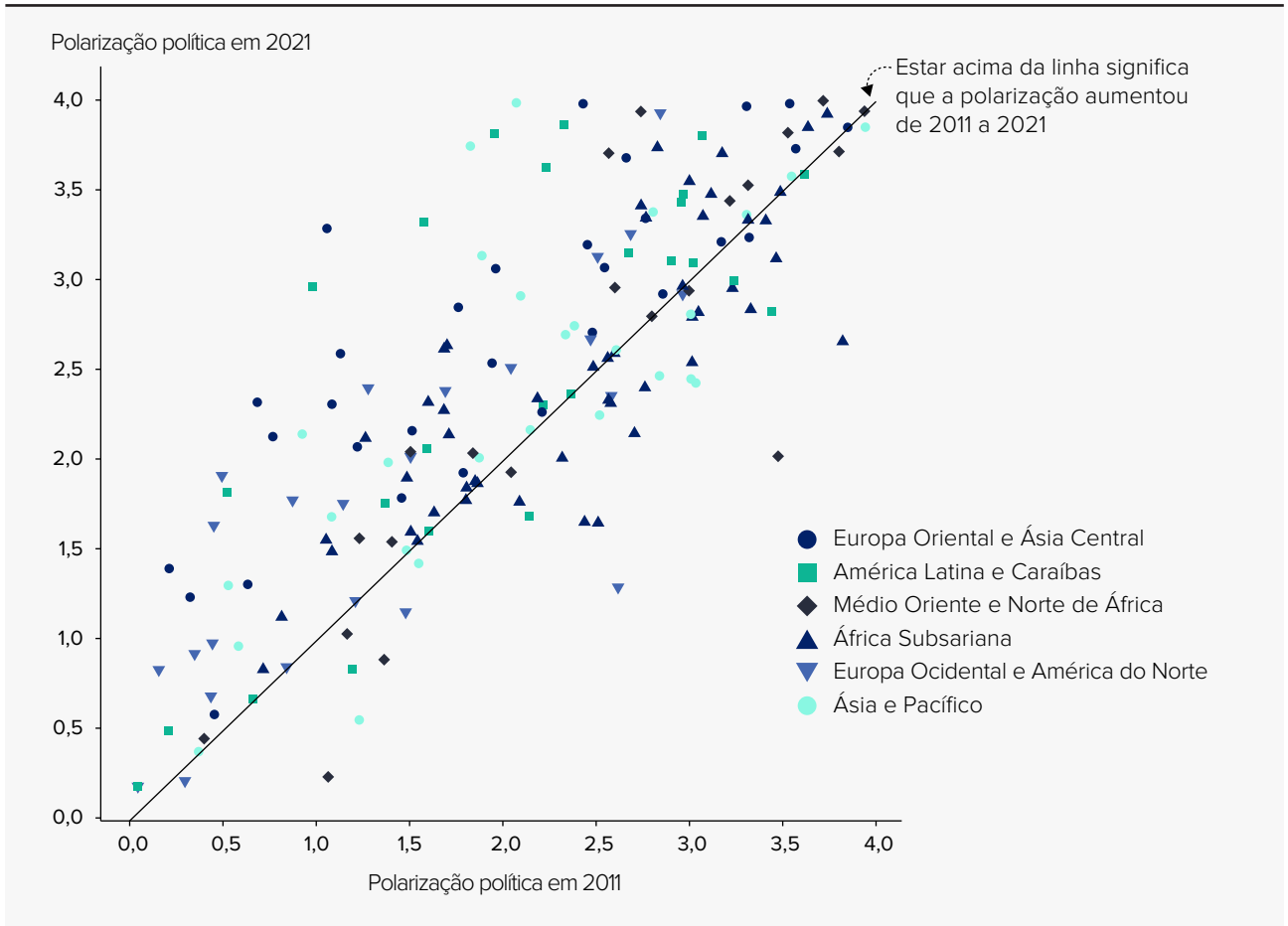
A conjuntura de incerteza e polarização pode ter um efeito paralisante, retardando a ação para contrariar as pressões humanas sobre o planeta. O verdadeiro paradoxo do nosso tempo pode ser a incapacidade de agir, apesar da crescente evidência da angústia que as pressões planetárias humanas estão a causar aos nossos sistemas ecológicos e sociais. Contudo, quando as perspetivas do futuro

são incertas, as pessoas podem tirar conclusões diferentes a partir dos mesmos dados,²¹¹ e a incerteza científica pode ser uma base para a manipulação política.²¹² Com efeito, a disseminação da desinformação contribui para deteriorar as atitudes sociais e a polarização.²¹³

Nos tempos incertos de hoje, a cooperação e o diálogo têm frequentemente ocupado um lugar secundário, à medida que os conflitos armados e as despesas militares atingem o seu auge.²¹⁴ As guerras e os conflitos violentos representam ameaças diretas às vidas e aos meios de sustento e agravam as vulnerabilidades pré-existentes. Acrescentam diversas dimensões de incerteza à vida das pessoas e impedem tanto os investimentos individuais como coletivos no desenvolvimento humano.²¹⁵ O número de pessoas a viver em áreas afetadas por conflitos violentos estava a atingir níveis recorde mesmo antes da guerra na Ucrânia. Em 2020, cerca de 1,2 mil milhões de pessoas viviam num raio de 50 quilómetros de um cenário de conflito, quase metade (560 milhões) em locais fora dos denominados cenários frágeis.²¹⁶ Além disso, uma grande parte do aumento do número de pessoas que vivem perto de cenários de conflito ocorreu em locais onde o conflito está presente, mas resulta em menos de 10 vítimas, indicando uma transição para a insegurança e incerteza que vai além dos conflitos mais violentos e mortais.²¹⁷

O conflito desvia a atenção política e os recursos do objetivo de desenvolvimento sustentável e pode dificultar os esforços de mitigação e adaptação às alterações climáticas.²¹⁸ Os estudos apontam para uma dupla crise de conflito e disrupção planetária (destaque 1.6). O aquecimento global aumenta os riscos de conflito,²¹⁹ como o documenta a história,²²⁰ com os aumentos da temperatura ligados a uma maior criminalidade e violência interpessoal, mesmo fora de cenários de conflito armado.²²¹ A natureza e os recursos naturais estão também a tornar-se uma fonte de contestação.²²² Mas a ligação entre o clima e os conflitos não é linear e abrange as esferas socioeconómica, política e ecológica.²²³ Atualmente, alguns dos locais mais expostos às alterações climáticas coincidem com contextos frágeis e assolados por conflitos, em que os recursos e a capacidade de resiliência já são baixos (ver destaque 1.6). Os conflitos prejudicam o acesso ao tão necessário financiamento climático em contextos frágeis e violentos.²²⁴ As transições de baixo-carbono em curso podem gerar insegurança ao criarem novas áreas de contestação, especialmente quando associadas a dinâmicas de poder desiguais e incertezas sobre a propriedade da terra (destaque 1.7).

Figura 1.13 A polarização política está a aumentar em todo o mundo



Fonte: Adaptado de Boese e outros (2022).

Em relação a algo completamente diferente: novas e estratificadas forças motrizes de incerteza

Os níveis de incerteza estão a aumentar e a interagir. A novidade do impacto do ser humano no planeta, os esforços intencionais de transformação, o ritmo acelerado da inovação tecnológica e o desenvolvimento humano inscrito na natureza convidam-nos a dar um passo atrás e a considerar os ciclos de reação e as interligações entre os nossos sistemas sociais e ecológicos.²²⁵ Com estreitas interligações, as ameaças podem facilmente transbordar e multiplicar-se conduzindo a uma falha sistémica.²²⁶ A interação de diferentes dimensões de incerteza transforma o contexto atual num contexto de turbulência a nível sistémico.²²⁷ Os eventos meteorológicos e climáticos extremos interagem de formas cada vez mais complexas, moldados tanto por fatores físicos como por contextos sociais.²²⁸ As instituições e os comportamentos criam conexões

não físicas, com implicações no impacto dos riscos naturais e para a gravidade de futuros eventos extremos num conjunto de complexos ciclos de reação. (tabela 1.1).

Estas interações entre os fatores físicos e sociais estiveram sempre presentes a nível local. No entanto, ao longo do século XXI, o mundo confrontar-se-á com uma mudança contínua dos níveis de base, a par de eventos de precipitação mais extremos, húmidos e secos, que colocarão desafios de adaptação muito superiores a tudo o que já foi vivido.²²⁹ De facto, o “normal” em transformação será tão substancial que, se as medidas tradicionais para identificar eventos extremos forem baseadas no que tem sido considerado “normal”, todo o final do século XXI será um único grande evento extremo.²³⁰ Por outras palavras, a interação entre os fatores físicos e as forças sociais²³¹ está fundamentalmente a deslocar tanto a fronteira do risco como o seu crescente desvio.²³² No passado, instituições e comportamentos evoluíram ao longo do tempo para gerir o impacto da incerteza e reduzir as vulnerabilidades às ameaças. No futuro,

Tabela 1.1 Alterações climáticas impulsionadas por fatores físicos agravados e pelo contexto social

Riscos	Fatores climáticos	Fatores sociais
Secas	Precipitação, evapotranspiração, humidade prévia do solo, temperatura	Gestão da água, alteração do uso do solo
Stress térmico fisiológico	Temperatura, humidade atmosférica, ciclo diurno	Urbanização, irrigação
Risco de incêndio	Temperatura, precipitação, humidade relativa, vento, relâmpagos	Urbanização, desflorestação
Inundações costeiras	Escoamento do rio, precipitação, nível da água costeira, oscilação, velocidade do vento	Infraestruturas resistentes, remoção das barreiras costeiras naturais
Inundações nas confluências fluviais	Precipitação, níveis de água dos rios, circulação atmosférica em grande escala	Gestão da água, urbanização
Calor e seca simultâneos	Temperatura, precipitação, evapotranspiração, humidade atmosférica	Gestão da água, gestão do solo, alteração do uso do solo
Ventos e precipitação simultâneos extremos	Velocidade do vento, precipitação, orografia, circulação atmosférica em grande escala	Pouco ou nenhum
Calor e poluição atmosférica simultâneos	Temperatura, radiação solar, dióxido de enxofre, óxidos de azoto, ozono, partículas em suspensão	Urbanização, atividades agrícolas e industriais

Nota: A tabela fornece exemplos de como os fatores climáticos compostos e os fatores sociais interagem para produzir extremos climáticos interligados. Os fatores sociais listados são não exaustivos e incluem apenas os que contribuem diretamente para o risco e não os que contribuem para o impacto. As alterações climáticas antropogénicas a longo prazo desempenham um papel importante em muitos destes riscos, mas são aqui omitidas para simplificar.

Fonte: Adaptado de Raymond e outros (2020).

os padrões da adaptação local serão tão perturbados como resultado das alterações climáticas²³³ que podemos estar mal equipados para lidar nacional e mesmo globalmente com a materialização simultânea de múltiplas ameaças interagindo umas com as outras de formas compostas e inovadoras (ver caixa S1.6.1 no destaque 1.6 de um exemplo de um agravamento da crise a nível nacional).

As secas raramente, se é que alguma vez, afetaram todas as principais regiões produtoras de alimentos ao mesmo tempo, proporcionando oportunidades de “proteção global” através do comércio. O declínio do abastecimento alimentar numa região afetada pela seca poderia ser compensado pelo abastecimento de outras regiões livres de seca. Agora, o risco de fracasso global das culturas resultará da ocorrência mais frequente de ondas de calor e secas que afetam os principais celeiros de trigo, milho e soja.²³⁴ Atualmente, existe quase zero probabilidade de os quatro países que representam a grande maioria das exportações mundiais de milho sofrerem perdas de colheitas simultâneas superiores a 10 por cento, mas esta probabilidade pode aumentar para quase 90 por cento com um aquecimento global de 4°C.²³⁵ O impacto global passa não só pela temperatura e alterações nos padrões hidrológicos, mas também pelas grandes alterações na produtividade global dos ecossistemas, desencadeadas pelo aumento dos níveis de dióxido de carbono.²³⁶

Estes riscos são acrescidos de fortes pressões para aumentar a eficiência através de poderosas economias de escala na produção alimentar, concentrando a produção global de alimentos somente em alguns celeiros. A homogeneização dos hábitos de consumo alimentar deixa o mundo dependente de um número limitado de culturas provenientes de um número limitado de locais para se alimentar.²³⁷ Assim, as escolhas comportamentais e sociais – escolhas de dieta e incentivos económicos para concentrar a produção – tornam-nos cada vez mais vulneráveis a falhas sincronizadas nas colheitas.²³⁸ Além disso, a perda de diversidade de culturas poderia desestabilizar ecossistemas inteiros e ter impactos económicos e sociais adversos.²³⁹

Os conflitos criam níveis adicionais de incerteza à cada vez mais concentrada e homogénea produção global de alimentos. Pensemos na guerra na Ucrânia, um dos maiores produtores e exportadores de trigo do mundo. A Federação Russa controla grande parte da quota de mercado global de fertilizantes, um fator chave na produção agrícola. O conflito afetou as exportações de cereais e fertilizantes, contribuindo para um choque no preço das mercadorias, especialmente entre as pessoas que vivem em condições de pobreza.²⁴⁰ Indo além das mortes e deslocamentos relacionadas com a guerra, a insegurança energética paira ameaçadora, uma crise de insegurança alimentar está em curso e a instabilidade geopolítica está a aumentar.²⁴¹ De facto, a guerra pode

representar um gatilho crucial, causando uma onda global de efeitos.

A pandemia de Covid-19 juntou as doenças zoonóticas, as desigualdades e a conectividade socioecológica global. Condições de mercado de trabalho desiguais levaram a que alguns trabalhadores pudessem transitar rapidamente para acordos de trabalho à distância, salvaguardando a saúde e a subsistência económica, enquanto outros tiveram de continuar a interagir com pessoas ou de deixar os seus empregos. E – embora a proteção social possa ter estabelecido a possibilidade de uma pessoa abandonar o trabalho para seguir as recomendações de saúde pública – a polarização política, a desinformação e a quebra de confiança na ciência e nas instituições também estavam em jogo, influenciando a disposição das pessoas para seguirem as recomendações das autoridades de saúde pública.²⁴²

O que o futuro pode reservar em virtude da pandemia é uma das principais causas de angústia²⁴³ e a Pandemia de Covid-19 poderá deixar marcas profundas. A igualdade no acesso às tecnologias digitais pode ter aumentado as disparidades educacionais, prejudicando as crianças nos países com um baixo rendimento.²⁴⁴ Enquanto os países com um elevado rendimento podem mobilizar recursos massivos para despesas de recuperação, frequentemente contraindo empréstimos a taxas de juro recorde baixas, os países com um baixo rendimento enfrentam condições fiscais apertadas e têm de pagar a dívida em vez de apoiar as pessoas a lidar com os impactos socioeconómicos da pandemia. De futuro, as diferenças relativamente às despesas de recuperação entre as economias desenvolvidas e em vias de desenvolvimento podem vir a exacerbar as diferenças nas trajetórias de crescimento.²⁴⁵

As doenças zoonóticas e as pandemias podem estar no centro das atenções, mas as ameaças para a saúde decorrentes dos impactos antropogénicos no planeta expandem-se além disso. A perda acelerada de biodiversidade é uma ameaça à segurança alimentar, uma vez que grande parte da nossa produção agrícola depende de polinizadores.²⁴⁶ A segurança alimentar representa uma crise global iminente, com 2,4 mil milhões de pessoas a enfrentarem uma situação de insegurança alimentar moderada a grave em 2020. A perda de polinizadores também afeta a diversidade e disponibilidade de diferentes nutrientes.²⁴⁷ A perda da biodiversidade reduz o potencial de novas descobertas médicas e representa uma ameaça direta às práticas médicas locais e tradicionais.²⁴⁸ A poluição está a tornar-se uma grave ameaça à saúde, causando aproximadamente 9 milhões de mortes prematuras a nível mundial em 2015, 92 por cento das quais em países de baixo e médio rendimento.²⁴⁹ A exposição à poluição atmosférica também tem estado ligada a uma maior mortalidade de Covid-19.²⁵⁰

Um desfasamento entre as incertezas e as estratégias de resiliência em interação

A interação de incertezas lança dúvidas sobre a eficácia de algumas estratégias de resiliência que têm sido historicamente seguidas (ver destaque 1.1). Alavancar o comércio para fazer face aos extremos climáticos locais que afetam a produção alimentar, construir sistemas de energia indiferentes à temperatura ou migrar pode ser difícil no meio de dimensões de incerteza em interação. Para onde migramos se o mundo inteiro for afetado por riscos naturais simultâneos, ou quando as desigualdades e a polarização política criam barreiras ao movimento das pessoas? Podemos diversificar o abastecimento alimentar através de importações num mundo onde o aumento da temperatura aumenta o risco de quebras simultâneas nas colheitas de trigo, milho e soja²⁵¹ ou onde a escassez de mão-de-obra induzida pela pandemia, a guerra e as tensões geopolíticas enfraquecem as cadeias de abastecimento globais?²⁵²

“ A interação de incertezas lança dúvidas sobre a eficácia de algumas estratégias de resiliência que têm sido historicamente seguidas. Para onde migramos se o mundo inteiro for afetado por riscos naturais simultâneos, ou quando as desigualdades e a polarização política criam barreiras ao movimento das pessoas?

As nossas aspirações comuns, como estabelecido na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornam-se indissociáveis. Atualmente, muitas pessoas estão a perder a fé na nossa habilidade coletiva de ir ao encontro dessas aspirações.²⁵³ De facto, as práticas democráticas têm vindo a enfraquecer,²⁵⁴ e a incapacidade dos países de se juntarem com a rapidez adequada durante a crise de Covid-19 para proporcionar um acesso justo às vacinas, outra ilustração.²⁵⁵ O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, tem alertado repetidamente para uma ordem mundial global fragilizada²⁵⁶ e apelou às nações para reconstruírem a solidariedade global e a cooperação multilateral face às ameaças sistémicas e interligadas.²⁵⁷

Para fazer face à “confluência de calamidades”²⁵⁸ no mundo atual, precisamos de mais cooperação internacional, e não menos, mais solidariedade entre as pessoas, entre gerações e com o planeta. Um dos principais desafios a ultrapassar é a necessidade de agir imediatamente para aliviar as pressões planetárias, sabendo que alguns dos benefícios só se vão materializar no futuro. Os ensinamentos das filosofias indígenas preenchem estas desigualdades intergeracionais e podem contribuir para promover a mudança. Em muitas destas filosofias, as gerações

passadas, presentes e futuras partilham “histórias entrelaçadas que moldam [...] as vidas coletivas e o mundo” e as responsabilidades entre gerações de “tutela socioambiental” estão implícitas.²⁵⁹ Restaurar a nossa ligação com o planeta e conosco próprios, incluindo através das gerações, e agir de forma a melhorar a nossa vida partilhada, entre gerações e coletiva, torna-se então um objetivo central. No entanto, estas perspetivas são frequentemente marginalizadas nos principais debates políticos, tornando a capacitação das comunidades indígenas e outras comunidades marginalizadas não apenas uma questão de justiça, mas também uma questão de obter ensinamentos e ideias que poderiam beneficiar a humanidade como um todo (destaque 1.8).²⁶⁰

Para onde vamos a partir daqui é conosco: agiremos a tempo de evitar as piores consequências, ou a polarização conduzirá ao desentendimento

e dificultará a mudança? Iremos abordar os desequilíbrios de poder e as desigualdades que impulsionam as pressões planetárias e obstruem a agência das pessoas? Serão as ações empreendidas suficientes e irão beneficiar todos, ou irão exacerbar as desigualdades, acrescentando tensão aos contratos sociais já enfraquecidos e à cooperação global? O complexo de incerteza que enfrentamos pode parecer assustador, mas a história fornece amplas provas de resiliência individual e social. A inação perante a incerteza profunda e as ameaças combinadas ao desenvolvimento humano não é uma opção. Para avançar, precisamos de ser corajosos o suficiente para desafiar o *status quo* e procurar novos lugares, novas pessoas e um conjunto diversificado de tradições de conhecimento para inspiração e soluções.²⁶¹ De facto, a agência humana pode ser um grande motor de mudança social em grande escala (ver capítulo 3).

Para lá da crise e do colapso: Alterações climáticas na história da humanidade

Dagomar Degroot, *Universidade de Georgetown*

A crise climática atual não tem precedentes na história do planeta, devido à combinação da sua velocidade, eventual magnitude, escala global e causa humana. No entanto, os climas regionais e mesmo globais mudaram profunda e muitas vezes abruptamente ao longo dos cerca de 300.000 anos de história da humanidade.¹ Antropólogos, arqueólogos, economistas, geneticistas, geógrafos, historiadores, linguistas e paleocientistas há muito que tentam identificar como estas mudanças influenciaram as comunidades e as sociedades. Os estudiosos desta área, atualmente designada de história do clima e da sociedade (HCS), identificam tipicamente relações entre as histórias climáticas e humanas não só para melhorar a compreensão do passado, mas também para esclarecer as previsões sobre um futuro mais quente.²

Durante mais de um século, os estudos mais influentes na HCS sustentaram que as tendências nas anomalias da temperatura e da precipitação levaram as populações humanas ao colapso ou a sofreram crises de subsistência. Embora os estudiosos da HCS não se tenham fixado numa definição comum e interdisciplinar de colapso, para eles o conceito envolve geralmente uma desintegração da complexidade socioeconómica, levando ao despovoamento, a novas estruturas políticas e a novos padrões de povoamento. Os estudiosos da HCS utilizaram métodos estatísticos e qualitativos para ligar a seca e o arrefecimento ao colapso de, por exemplo:

- O Império Acádio no III milénio a.C.
- As sociedades do Mediterrâneo da Idade do Bronze no II milénio a.C.
- O Império Romano Ocidental nos séculos V e VI d.C.
- As cidades dos Maias Clássicos no século X d.C.
- Angkor, capital do Império Khmer, no século XV d.C.
- As colónias nórdicas da Gronelândia ocidental no século XV d.C.³

Ao examinar períodos e lugares bem documentados e muitas vezes comparativamente recentes, os estudiosos do HCS concentram-se geralmente em crises de subsistência que culminaram na transformação política, mas não no colapso. Em tais estudos, as crises tipicamente afligiram apenas um estado – por exemplo, durante as transições

dinásticas no antigo Egito ou na China Imperial –, mas ocasionalmente também continentes inteiros, como sucedeu na Eurásia ocidental durante o século XIV ou XVII, por exemplo. Nos mesmos estudos, as civilizações mais afetadas foram aquelas com estratégias de subsistência, infraestruturas hidráulicas, pressões militares e demográficas, ou governos ineficientes e impopulares que as deixaram vulneráveis a perturbações ambientais.⁴

Os estudos da HCS sobre colapso e crise confirmam os receios mais comuns de que as civilizações atuais não possam sobreviver ao aquecimento global contínuo.⁵ As alterações climáticas atuais irão de facto reduzir a produtividade agrícola; limitar a disponibilidade de água potável; aumentar a gravidade das secas, ondas de calor e ciclones tropicais; e alterar os ambientes costeiros a uma velocidade e escala que poderá provocar respostas desestabilizadoras por parte da sociedade.⁶ No entanto, a ênfase desproporcionada colocada no colapso e na crise dos estudos da HCS reflete em parte preconceitos sistemáticos na forma como os estudos no terreno são concebidos, em vez das respostas históricas mais comuns às alterações climáticas.⁷

Os investigadores do HCS estão cada vez mais a explorar a resiliência das populações do passado às alterações e anomalias climáticas. As definições de resiliência em campos relacionados com o clima há muito que privilegiam os “ressurgimentos” no seguimento da catástrofe, sendo criticadas por assumirem que a mudança social é inerentemente indesejável. Os críticos argumentaram ainda que o conceito se desviou da prioridade mais urgente de mitigar as emissões humanas de gases com efeito de estufa. Afirmaram que o foco na resiliência encorajava o pressuposto de que as catástrofes são inevitáveis, naturalizando fontes de vulnerabilidade nas populações marginalizadas, e que deslocou a responsabilidade de evitar a catástrofe dos governos para os indivíduos.⁸

No entanto, as pessoas no passado encontraram claramente formas de lidar com as alterações climáticas, e não existe um termo tão acessível como resiliência para descrever as suas conquistas. Nem restam dúvidas de que os governos devem fomentar a resiliência ao aquecimento causado pelo homem, que já está a ser provocado com a atual crise climática. Atualmente, o Painel Intergovernamental

sobre as Alterações Climáticas (PIAC) utiliza o termo resiliência para significar a capacidade conjunta dos sistemas humanos e naturais “de lidar com um acontecimento, ocorrência ou distúrbio perigoso, respondendo ou reorganizando-se de forma a manter a sua função, identidade e estrutura essenciais.”⁹ Abrange portanto a adaptação, que o PIAC define como o “processo de ajustamento ao clima real ou esperado e aos seus efeitos, a fim de moderar os danos ou explorar oportunidades benéficas.”¹⁰ Nem a adaptação, nem a resiliência são automaticamente uma qualidade positiva. Ambas podem preservar sistemas injustos e a expensas das populações vulneráveis. Em particular, a resiliência de uma sociedade, governo, instituição ou cultura ao longo de décadas ou séculos pode contrariar a vulnerabilidade das pessoas comuns às condições meteorológicas extremas.¹¹

Estudiosos de diferentes disciplinas têm tentado identificar exemplos históricos de resiliência de diversas formas. Os arqueólogos por exemplo, enfatizam as conceções “de adaptação” das respostas passadas às alterações climáticas. Muitos definiram a resiliência utilizando a teoria da resiliência, um método baseado no modelo do ciclo adaptativo, no qual os sistemas socioecológicos perdem gradualmente a resiliência à medida que crescem em tamanho e complexidade, recuperando-a depois do seu colapso. Contudo, hoje em dia, há um desacordo generalizado sobre como, e se devemos ou não, utilizar a teoria da resiliência. As colaborações interdisciplinares utilizam, tipicamente, conceptualizações amplas de resiliência, a maioria das quais se coaduna, grosso modo, com a definição do PIAC.¹²

Uma abordagem recente consiste em identificar os caminhos comuns seguidos por populações que eram amplamente resilientes face às alterações climáticas do passado, ou seja, que evitavam perdas demográficas graves ou sustentadas. Esta abordagem pode enfatizar tanto a diversidade de respostas resilientes às alterações climáticas do passado como a existência de estratégias partilhadas que podem informar a política climática atual.¹³ Existem pelo menos cinco destas vias (figura S1.1.1):

- Identificando novas oportunidades em ambientes locais e regionais.
- Mantendo ou desenvolvendo sistemas de energia resilientes.
- Explorando diversos recursos através do comércio.
- Adaptando as instituições aos novos riscos climáticos.
- Migrando para novos ambientes.

Populações que seguiram o primeiro caminho exploraram ambientes regionais ou locais que responderam às alterações climáticas globais ou hemisféricas de forma a beneficiar a forma

como estas populações tinham organizado as suas sociedades. Os exemplos mais marcantes datam do Pleistoceno, a época geológica em que os ciclos na órbita e rotação da Terra alteraram repetidamente as concentrações de gases com efeito de estufa o suficiente para desencadear períodos glaciares e interglaciares alternados. Nos períodos glaciares, fazendo avançar os lençóis de gelo que anteriormente estavam presos nos oceanos, baixando o nível do mar e criando pontes terrestres que os seres humanos exploravam para migrar através da Terra. As mesmas forças responsáveis pelos períodos glaciares e interglaciares também reforçaram os sistemas de monções, “tornando mais ecológico” periodicamente o Sara e ajudando os pastores a migrar e a prosperar no que é hoje o maior deserto do mundo. Os pastores, por sua vez, podem ter retardado a desertificação de partes do Sara ao sustentarem ecossistemas de pastagens saudáveis.¹⁴

Bem dentro do Holocénico, a recente época geológica caracterizada por um clima interglacial relativamente estável, por dinâmicas semelhantes desempenhadas em escalas mais pequenas no tempo e no espaço. No Mediterrâneo Oriental, a precipitação aumentou durante o Inverno, a estação das chuvas da região, durante o século VI d.C. As comunidades pastoris e agrícolas beneficiaram de uma maior pluviosidade porque o sistema fiscal do Mediterrâneo Oriental permitia-lhes transportar facilmente os produtos agrícolas para os centros populacionais. O aumento da produtividade encorajou as elites a investir na agricultura orientada para o mercado; novas barragens, canais, piscinas e outras infraestruturas permitiram então aos agricultores gerir a água de forma mais eficaz.¹⁵

A segunda via envolvia o desenvolvimento ou exploração de sistemas energéticos para transporte, indústria e subsistência humana que não respondessem diretamente a mudanças de temperatura ou precipitação. Com o declínio da temperatura europeia no século VI, as comunidades da Frísia (no atual norte da Holanda) prosperaram consumindo laticínios e carne de gado, suplementados pelo peixe, o marisco e as aves aquáticas. A estratégia de subsistência era menos sensível ao arrefecimento do que outros na Europa, muitos dos quais dependiam do cultivo de grãos sensíveis às variações de temperatura.¹⁶ No mesmo século as estratégias de subsistência em grande parte da Finlândia, no norte da Suécia e na Noruega não dependiam da colheita agrícola e, de facto, exploravam principalmente recursos alimentares selvagens tais como aves, peixes de água doce, focas e mamíferos terrestres. As alterações de temperatura afetaram a disponibilidade e acessibilidade destes recursos de diversas formas.¹⁷

Figura S1.1.1 As cinco vias para a resiliência



Nota: A definição de resiliência e adaptação baseia-se no PIAC (2022a).
Fonte: Criado por Hans Sell, Michelle O'Reilly e Dagomar Degroot.

Em Cracóvia, Polónia, os preços da lenha subiram à medida que as temperaturas de Inverno diminuíram nos séculos XVII, XVIII e XIX. Como a cidade ocupava uma posição cada vez mais periférica dentro de políticas de maior dimensão, as autoridades estatais não intervieram para aliviar os elevados preços dos combustíveis. Os habitantes da cidade por conseguinte, passaram a utilizar definitivamente o carvão como combustível de aquecimento em substituição da madeira. O carvão era mais fiável e menos dispendioso do que a lenha – e, portanto, benéfico – para os orçamentos domésticos.¹⁸

Seguindo a terceira via, as populações exploraram os benefícios do comércio, incluindo o comércio dentro das fronteiras imperiais, para fazer face às alterações climáticas. As condições meteorológicas raramente afetavam as regiões longínquas de forma simultânea ou igual. O comércio permitiu assim que as populações prosperassem apesar das anomalias climáticas, importando mercadorias menos disponíveis localmente, devido em parte às condições meteorológicas extremas. A integração do mercado europeu e mais tarde mundial de cereais no segundo milénio d.C. acabou por proteger as populações no centro das redes comerciais dos aumentos dos

preços dos alimentos que foram influenciados pela precipitação ou pelas anomalias da temperatura.¹⁹ Ao mesmo tempo estas redes podiam tornar as populações na periferia mais vulneráveis às condições meteorológicas extremas. No final do século XIX milhões morreram quando as prioridades económicas e políticas conduziram o governo britânico a exigir a exportação de cereais da Índia colonizada, apesar das secas locais.²⁰

Algumas populações fizeram face à variabilidade e à mudança climática, inventando tecnologias e explorando matérias-primas que abriram novas possibilidades de comércio. Quando as secas e os períodos de alta precipitação alternaram no sudeste da Califórnia no século XV, os povoados de Mojave desenvolveram novas tecnologias cerâmicas e técnicas de fabrico de cestos para estabelecer redes comerciais centradas no milho, feijão e abóbora produzidos pelas comunidades vizinhas de Kwatsáan.²¹ Estas redes acolheram a expansão de uma dinâmica “cultura de sonho” que aumentou ainda mais o comércio de longa distância Mojave. Sonhos que com sucesso direcionaram os Mojaves para a prosperidade ou vitórias militares recompensaram os líderes com poder político, enquanto os sonhos que resultaram em fracasso minaram os líderes que os partilharam. O resultado foi uma economia mais flexível, orientada para a sazonalidade e inter-regionalidade que lidava melhor com a variabilidade climática.²²

A quarta via envolveu adaptações políticas e institucionais deliberadas que promoveram a resiliência às condições meteorológicas extremas. As cidades-estado italianas responderam às perturbações agrícolas agravadas pelo arrefecimento do século XIII, assegurando novas importações de alimentos, estabelecendo restrições aos preços dos cereais, concedendo subsídios aos cereais e proibindo as exportações de cereais. O arrefecimento em toda a Europa nas últimas décadas do século XVII reduziu as culturas cerealíferas e as receitas fiscais em toda a França, justamente quando o fornecimento de cereais já se encontrava condicionado por disposições militares. Os administradores franceses lutaram para responder eficazmente, e os fracassos das colheitas em 1693 e 1694 levaram a situações de fome catastróficas.²³ No entanto, quando condições semelhantes ocorreram em 1709, os administradores negociaram importações de emergência de cereais da Argélia que efetivamente atenuaram a escassez de alimentos.²⁴

Por último, as populações adotaram uma quinta via migrando para escapar ou explorar os impactos das alterações climáticas nos meios locais. Os refugiados climáticos que migraram para escapar à desertificação do Sara Oriental provavelmente ajudaram a estabelecer o Egito faraónico.²⁵ Em toda a Eurásia, as sociedades pastoris ameaçaram mais tarde os impérios agrários quando as mudanças de precipitação

lhes permitiram criar mais cavalos ou ameaçaram as pastagens que de outra forma os sustentavam. Algumas migrações de pastores respondiam a crises de subsistência, e, portanto, de vulnerabilidade política e militar, nos impérios agrários. Os ataques de Jurchen, por exemplo, aproveitaram as secas desestabilizadoras na China do século XVII para estabelecer a Dinastia Qing.²⁶

As populações seguiram frequentemente múltiplos caminhos ao mesmo tempo, e diferentes comunidades nas sociedades podiam seguir caminhos distintos. As populações podem também ter beneficiado de vias adicionais para suportar ou explorar as alterações climáticas. Por exemplo, as populações resilientes podem ter beneficiado de uma baixa desigualdade socioeconómica ou de meios eficazes para a satisfação das necessidades vitais dos seus membros mais pobres. Uma cultura sólida de caridade cívica nas cidades costeiras holandesas ajudou a isolar a República Holandesa dos séculos XVI e XVII das fomes que afetavam principalmente as pessoas pobres noutras partes da Europa.²⁷ Da mesma forma, a população de Tokugawa Japão disparou durante períodos de arrefecimento severo no século XVII, em parte porque se esperava que os agricultores abastados assegurassem a subsistência das pessoas pobres.²⁸ Vias adicionais podem ter sido adaptáveis para algumas comunidades, mas mal adaptadas para outras. As infraestruturas hidráulicas de capital intensivo provavelmente aumentaram a vulnerabilidade à seca das organizações políticas na América do Sul, Egito, Mesopotâmia e Camboja, todas elas dependentes de canais de irrigação, mas proporcionaram oportunidades de drenagem e transporte nas zonas costeiras dos atuais Países Baixos, estimulando assim o desenvolvimento de uma maior riqueza e potencial militar.²⁹

O que, por conseguinte, podem os decisores políticos aprender com as diversas experiências de alterações climáticas no passado para construir resiliência ao aquecimento causado pelo homem atualmente? Uma lição pode ser que os impactos das alterações climáticas sobre as populações foram e são determinados tanto pelos acordos socioeconómicos, culturais e políticos como pela magnitude das transformações ambientais. As comunidades, portanto, raramente estão condenados a um destino particular; em todos os cenários de emissões, à exceção dos mais extremos, permanece uma margem substancial para a adaptação humana e prosperidade.

Mais especificamente, o passado revela que as adaptações para construir resiliência podem envolver a identificação e exploração das raras oportunidades que o aquecimento pode proporcionar, o desenvolvimento de sistemas energéticos que tanto atenuem as emissões como sejam resistentes a condições meteorológicas extremas, a diversificação das fontes de energia e de matérias-primas, a restauração ou manutenção de sistemas políticos e legais flexíveis que

deem prioridade às redundâncias em detrimento da eficiência e normalizem a migração climática. O passado pode ainda revelar que o combate à desigualdade e à pobreza - em particular, através de políticas que promovam a justiça ambiental para as populações historicamente marginalizadas - irá fomentar a resiliência ao aquecimento global. Pode, também indicar que

as intervenções de capital intensivo para adaptação às alterações climáticas podem tornar-se fonte de vulnerabilidade. Mais estudos do HCS irão clarificar ainda mais as lições do passado, lições que podem oferecer razões convincentes de esperança e sugerir estratégias para o desenvolvimento humano sustentável nas décadas vindouras.

NOTAS

- | | | | |
|----|---|----|---|
| 1 | Osman e outros 2021; Tierney e outros 2020. | 16 | Devroey 2003; Knol e Ijssennagger 2017; Vos 2015. |
| 2 | Degroot e outros 2021. | 17 | Oinonen e outros 2020; Tvauri 2014. |
| 3 | Ver, por exemplo, Brooke (2015) e Weiss (2017). | 18 | Miodunka 2020. |
| 4 | Ver, a título de exemplo, Campbell (2016) e Parker (2013). | 19 | Epstein 2006. |
| 5 | Ver, por exemplo, Begley (2021). | 20 | Davis 2002. |
| 6 | PIAC 2021. | 21 | Anderson 2005. |
| 7 | Degroot e outros 2021. | 22 | Zappia 2014. |
| 8 | Soens 2020. | 23 | Berger 1976; Lachvier 1991; Campbell e outros 2017; Guillet e outros 2017; Lavigne e outros 2013. |
| 9 | PIAC 2022a. | 24 | Goubert 1982. |
| 10 | PIAC 2022a. | 25 | Lieberman e Gordon 2018. |
| 11 | Izdebski, Mordechai e White 2018; Soens 2018; Van Bavel e outros 2020. | 26 | Brook 2010; Cui e outros 2019. |
| 12 | Bradtmöller, Grimm e Riel-Salvatore 2017; Riede 2008. | 27 | Curtis e Dijkman 2019. |
| 13 | Degroot e outros 2021. | 28 | Parker 2013. |
| 14 | Brierley, Manning e Maslin 2018; Claussen, Dallmeyer e Bader 2017; Timmermann e Friedrich 2016. | 29 | Buckley e outros 2010; Degroot 2018; de Souza e outros 2019; Gill 2000; Manning e outros 2017. |
| 15 | Decker 2009; Izdebski e outros 2016. | | |

O nexu nuclear-ambiental e o desenvolvimento humano no Antropoceno

Rens van Munster, do *Institute for International Studies* dinamarquês, e **Casper Sylvest**, da *Universidade do Sul da Dinamarca*, Departamento de História

Quando Paul Crutzen e Eugene Stoermer criaram o termo Antropoceno em 2000 para assinalar uma época caracterizada pelo impacto geológico da espécie humana no planeta Terra, estes efeitos já eram evidentes.¹ Desde então, geólogos e outros cientistas têm debatido o ponto de partida do Antropoceno. A dispersão de isótopos radioativos de testes nucleares generalizados durante os anos 50 do século passado é um indicador destacado pelo Grupo de Trabalho do Antropoceno no âmbito da Comissão Internacional de Estratigrafia, mas também dos diversos estudiosos atrás referidos.² Entretanto, o Antropoceno tornou-se simultaneamente um conceito científico omnipresente e um símbolo político potente que se estende ao clima e aos ecossistemas da Terra. Como resultado, as questões da extinção e da sobrevivência integram o acervo de temas que se colocam nos debates políticos sobre o desenvolvimento humano nesta nova época. Esses debates fazem lembrar os da corrida às armas nucleares da Guerra Fria, e há boas razões para escrutinar as ligações intelectuais e políticas entre a era nuclear e a situação atual. De facto, um exame mais atento do nexu entre o nuclear e o ambiental oferece uma perspectiva premonitória sobre as ligações persistentes entre a militarização e as reconfigurações antropogénicas do planeta.

Historicamente, as ligações entre as armas nucleares e o ambiente são múltiplas e profundas. Que a natureza podia ser controlada e manipulada era parte integrante da noção de segurança durante a Guerra Fria. O desenvolvimento de disciplinas científicas como a meteorologia, a glaciologia e a oceanografia no pós-guerra teve lugar numa estreita relação com os preparativos para a guerra nuclear, uma vez que uma compreensão adequada dos efeitos destas armas, vitais para a estratégia e a defesa, dependem do conhecimento ecológico. Com o tempo, estes ramos da ciência produziram uma nova compreensão da Terra e dos seus sistemas interativos, o que, por sua vez, fomentou concepções de segurança comuns e ligadas ao ambiente natural.

Os ensaios nucleares e as incertezas sobre os efeitos da precipitação radioativa deram origem a medições científicas e preocupações ambientais, imbricações que persistem até hoje na modelação climática.³ Os ativistas e movimentos antinucleares criticaram incessantemente a corrida ao armamento

e o conseqüente risco de dissuasão nuclear, ao mesmo tempo que exploravam a incerteza científica e a discórdia para alargar a responsabilidade política no tempo e no espaço. Temporariamente, os efeitos das armas nucleares giraram em torno das gerações futuras. E, especialmente, os efeitos transgrediram qualquer estaca zero e passaram a incluir a preocupação tanto pela humanidade como pelo planeta, mais tarde simbolizada em fotos icónicas de uma Terra viva, mas frágil, tiradas do espaço. A corrida ao armamento nuclear desencadeou paradoxalmente uma concepção mais ecocêntrica do ambiente.⁴

A década de 1980, quando o desanuviamento tinha dado lugar à segunda Guerra Fria, testemunhou uma intensificação e síntese emergente dessas ligações, especialmente marcante na obra de Jonathan Schell, autor do best-seller *O Destino da Terra* (1982)⁵ O livro, que convida o leitor a imaginar a extinção da espécie humana como uma forma de cultivar uma consciência ecológica global, incluindo o destino das gerações futuras, desempenhou um papel central no movimento do “congelamento nuclear” e preparou o público para os debates sobre o Inverno nuclear. Com base nos últimos ensinamentos da ciência do sistema terrestre, Schell concluiu que os efeitos ambientais da guerra nuclear muito provavelmente deixariam a Terra inabitável para os seres humanos. A lição política ensinada pela ciência era clara: a sobrevivência da espécie humana dependia do funcionamento dos sistemas terrestres e tinha de ser vista num quadro ecológico mais amplo. Para Schell, as armas nucleares simbolizavam não só a incapacidade moderna para reconhecer a sua própria autodestruição, mas também uma arrogância na crença humana de que a ameaça a ecossistemas complexos, frágeis e altamente interdependentes poderia ser racionalmente gerida e contida.⁶

Após a passagem do milénio, a compreensão de Schell relativamente ao enredo entre as armas nucleares e as questões climáticas levou-o a reconhecer o valor do Antropoceno como uma ideia que explicitamente evidencia as ligações entre a modernidade ocidental e as proezas tecnológicas humanas, por um lado, e as alterações climáticas, a extinção de espécies e a perda de biodiversidade, por outro. Para Schell o Antropoceno exortou a uma

reflexão mais profunda acerca da relação homem-terra e à expansão dos horizontes convencionais do espaço, do tempo, da comunidade e da agência. Contudo, a nossa valorização como seres humanos em relação à natureza e outras formas de vida envolve uma pesada responsabilidade ética e política, e Schell temia claramente que os seres humanos não estivessem à altura da tarefa, numa altura em que o seu poder tecnológico separava forçosamente a espécie do resto da criação. Em última análise, porém, Schell insistiu no papel do ser humano como “principal valorizador” e sustentou que um verdadeiro alcance desta responsabilidade descentraria o indivíduo, quer mediante lições sóbrias sobre humildade, prudência e os limites de uma racionalidade tecnológica estreita, quer promovendo avaliações mais ecocêntricas do mundo, expressas em ideias sobre enredos interespecies, companheirismo e soluções “baseadas na natureza” para as alterações climáticas.⁷

O trabalho de Schell é um lembrete da profunda relação entre as armas nucleares e o ambiente no

Antropoceno. As armas nucleares são prejudiciais ao desenvolvimento humano e correm o risco de comprometer os sistemas ecológicos dos quais aquele depende. Os vastos recursos económicos necessários para a produção, manutenção e armazenamento de armas nucleares desviam fundos do desenvolvimento humano e da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A guerra nuclear acarretaria também graves consequências humanitárias, incluindo deslocamentos em grande escala, danos a longo prazo para a saúde humana, acesso restrito a alimentos e danos catastróficos para o ambiente. Alguns cientistas preveem que mesmo uma guerra nuclear limitada poderia desencadear um Inverno nuclear global⁸ Num mundo com armas nucleares, a sobrevivência e a sustentabilidade estão fortemente interligadas.

Fonte: Este destaque também se baseia em Bilgrami (2020), Steffen e outros (2011) e GNUAD (2018).

NOTAS

1 Crutzen e Stoermer 2000.

2 Ver Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno 2019.

3 Por exemplo, Doel (2003), Edwards (2012) e Masco (2010).

4 Worster 1985.

5 Schell 1982.

6 van Munster e Sylvest 2021.

7 Ver os últimos ensaios de Schell sobre “Nature and Value” e “The Human Shadow,” publicados postumamente em Bilgrami (2020).

8 Witze 2020.

Que tipo de instituição é necessária para a segurança existencial?

Toby Ord, *Investigador Agregado Sênior do Instituto para o Futuro da Humanidade da Universidade de Oxford, Reino Unido*

A humanidade tem enfrentado muitos riscos existenciais naturais ao longo dos 3.000 séculos a que sobrevivemos até agora, tais como riscos de impactos de asteroides ou erupções supervulcânicas. Mas os riscos antropogênicos que agora enfrentamos aparentam ser muito maiores em probabilidade e continuam a aumentar à medida que o nosso poder sobre o mundo cresce cada vez mais.¹ É incerto que consigamos sobreviver mais três séculos, quanto mais três mil.

Para sobreviver, necessitamos alcançar duas metas. Devemos primeiro reduzir o atual nível de risco existencial, resolvendo os problemas com que já nos deparamos devido à ameaça da guerra nuclear e das alterações climáticas. Mas não podemos estar sempre a lutar contra os problemas. Uma característica que define o risco existencial é que não há segundas oportunidades, uma única catástrofe existencial seria a nossa destruição permanente. Por isso, devemos também criar, nesta matéria, equivalente a brigadas de incêndio e códigos de segurança contra incêndios, efetuando mudanças institucionais para assegurar que o risco existencial (incluindo o das novas tecnologias e desenvolvimentos) permaneça baixo para sempre.

Se conseguirmos alcançar ambas as metas, teremos alcançado a segurança existencial: um retorno à segurança relativa, onde terminámos a era do risco acrescido para a humanidade.² Esta não seria uma utopia. A segurança existencial não asseguraria o desenvolvimento humano universal, a liberdade ou a saúde e prosperidade. No entanto, serviria como uma base na qual as demais metas necessariamente se sustentariam.

Uma maneira de olhar para a nossa posição atual é que a humanidade enfrenta um elevado e insustentável nível de risco. De facto, podemos encarar essa realidade como uma das vertentes fundamentais para a sustentabilidade. Pensemos na probabilidade de a humanidade continuar a sobreviver e a florescer durante um período de tempo comparável com os 3.000 séculos que vivemos até agora. Cada ano que passa sobre o nosso tempo de risco acrescido, esta probabilidade de um bom futuro diminui. E nada do que possamos fazer poderá restaurar essa possibilidade. A probabilidade de a humanidade sobreviver para viver o seu potencial é o último recurso não renovável: algo

de que dependemos completamente, sem possíveis substitutos, mas que está a perder-se. A segurança existencial significa estabilizar a curva de sobrevivência da humanidade, reduzindo o risco e assegurando que se mantém baixa. Só agindo assim podemos manter elevada a probabilidade de sobrevivência a longo prazo (figura S1.3.1).

O que seria necessário para evitar esta perda, para alcançar a segurança existencial?

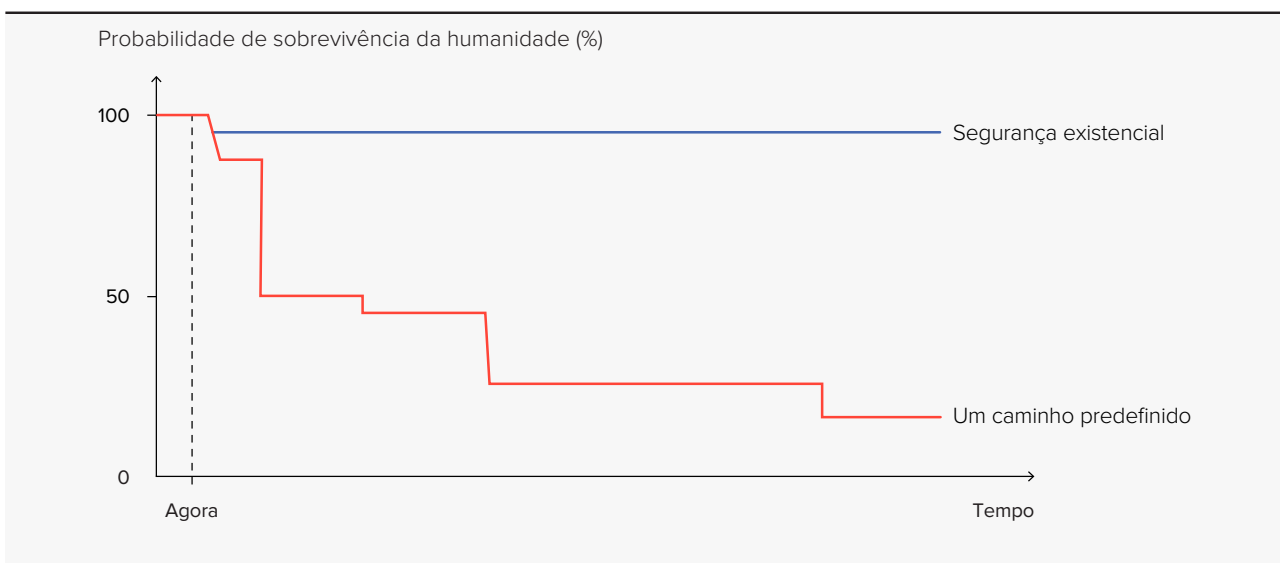
Uma grande parte da resposta tem de vir das instituições internacionais. A segurança existencial é por inerência internacional: os riscos que nos poderiam destruir ultrapassam as fronteiras nacionais, e encontrar caminhos a fim de nunca sucumbir a uma catástrofe existencial exigirá uma coordenação internacional. Enfrentar este desafio seria uma tarefa extremamente difícil, mas necessária. Seguem-se algumas linhas gerais sobre o que seria necessário.

Como escreveu Carl Sagan: “Os poderes transformadores do mundo que a tecnologia entregou nas nossas mãos requerem agora um grau de consideração e de previsão que nunca antes nos foi pedido”.³ Precisamos ter uma visão global dos riscos enquanto estes ainda estão no horizonte, dando tempo para os evitar ou, se isso for impossível, para nos prepararmos para os enfrentar. Isto envolve saber como colocar as questões certas sobre os perigos futuros. E embora seja impossível responder com precisão a tais perguntas, estão a ser feitos grandes progressos na atribuição sistematizada de probabilidades bem calibradas e precisas.⁴ Uma instituição que vise a segurança existencial teria de aproveitar este progresso e estar na vanguarda da previsão do conhecimento.

Também exigiria uma confiança extremamente elevada: tanto do público como das elites em muitas nações distintas. Talvez pudesse aprender com o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas, com as suas tentativas de estabelecer neutralmente o atual estado de consenso científico sobre as alterações climáticas de uma forma transparente, com a contribuição de todas as nações.

Uma instituição para a segurança existencial necessitaria de uma capacidade de coordenação extremamente forte. Porque o risco existencial ameaça um alicerce comum sobre o qual todas

Figura S1.3.1 A curva de sobrevivência da humanidade pode descer durante períodos de risco, mas pode nunca voltar a subir



Fonte: Criação do autor.

as nossas esperanças e futuros são construídos, é do interesse de cada nação evitá-lo. Mas porque diferentes estratégias e táticas para evitar o risco terão encargos que recaem desigualmente sobre as nações, existem ainda grandes desafios para definir um percurso que todos possam aceitar.

Finalmente, uma tal instituição exigiria uma grande adesão. Teria de ser simultaneamente forte e duradoura.

Uma forte adesão seria necessária antes que a ideia de uma instituição para governar os riscos existenciais pudesse sequer arrancar, uma vez que as nações não irão aceitar de ânimo leve os sacrifícios de soberania que seriam pedidos. Embora neste momento não haja adesão suficiente, esta situação pode mudar ao longo de anos ou décadas à medida que as pessoas enfrentam lentamente a gravidade das ameaças que a humanidade enfrenta. E tal como as Nações Unidas foi formada na sequência da crise e da catástrofe da Segunda Guerra Mundial, na sequência de novas crises e ameaças globais, a ideia de novas instituições

com o poder de alcançar a segurança existencial pode passar rapidamente de impensável para inevitável.

A nossa intenção teria de ser duradoura. As constituições nacionais fornecem provas de que é possível construir constrangimentos institucionais que duram centenas de anos. Elaborar uma constituição significa estabelecer os parâmetros para os nossos descendentes agirem ao longo das gerações, assim como os meios para ajustar esses parâmetros se as circunstâncias mudarem de forma imprevista. A construção de instituições para alcançar a segurança existencial teria muito em comum com a elaboração de uma constituição, não apenas para uma nação, mas para a humanidade, tendo como foco assegurar que cada geração coopera para dar às gerações seguintes a oportunidade de, por sua vez, existirem e florescerem.

Fonte: Este destaque também se baseia em Bostrom (2013), Leslie (1996), Ord (2020), Parfit (1984), Sagan (1983) e Schell (1982).

NOTAS

1 Snyder-Beattie, Ord e Bonsall 2019.

2 Ord 2020.

3 Sagan 1994, p. 316–317.

4 Tetlock e Gardner 2015.

As relações entre as pessoas e o planeta num mundo incerto e instável

Belinda Reyers, da Universidade de Pretória e Instituto Beijer de Estudos de Economia Ecológica da Academia Real das Ciências da Suécia

As interações entre as pessoas e o planeta sustentam muitas das diversas capacidades necessárias para abraçar a incerteza, para navegar e responder à complexa dinâmica do Antropoceno. A diversidade da vida na Terra e todas as múltiplas funções, ligações e interações que temos com ela proporciona uma capacidade para a vida (incluindo a vida humana), a curto e longo prazo, persistir e nos adaptarmos às mudanças súbitas e graduais do Antropoceno. Como modelos dominantes de desenvolvimento, com destaque para a industrialização, exploração de recursos e urbanização, continuam a prejudicar a biodiversidade e as interações humanas com ela, perdemos opções e oportunidades, reduzindo a flexibilidade e a capacidade de adaptação. De forma preocupante, estes recuos empurram ainda mais as outras pressões planetárias, tais como as alterações climáticas e a poluição, para níveis cada vez mais próximos de limiares perigosos.¹

O foco nas relações homem-natureza e nas capacidades transformadoras afasta-se das abordagens de redução de risco que se tornaram dominantes como formas de gerir a incerteza, mas que muitas vezes não conseguem resolver as causas complexas das pressões planetárias e da desigualdade.² Em vez disso, através de um estreitamento das relações, a política pode ultrapassar divisões problemáticas entre natureza e desenvolvimento para se concentrar na qualidade das relações entre as pessoas e o planeta e na reconfiguração das relações, de modo a aumentar as capacidades de navegar em futuros incertos.³ Por exemplo, novos indicadores que emergem dos sistemas de monitorização das comunidades indígenas apresentam relações que ligam as pessoas e a natureza, tais como indicadores relativos à relação do ser humano com a biodiversidade⁴ e indicadores que monitorizam as relações e a sua reação entre as componentes sociais e ecológicas de um lugar.⁵ Tais sistemas de monitorização não tratam as partes sociais e ecológicas como separáveis. Focam-se antes no que os liga e podem revelar-se uma via muito útil para abordagens mais integradas na avaliação do progresso do desenvolvimento humano.

O reconhecimento das relações entre as pessoas e o planeta alarga o foco da política a partir do nível local para ter em conta os sistemas socioecológicos globalmente interligados do Antropoceno. Um

aumento das pressões planetárias numa parte do mundo estende-se pelas regiões, com impactos materiais e outros menos tangíveis em lugares e grupos distantes, como a pandemia de Covid-19 tão graficamente destacou. O Antropoceno é um estágio mais elevado de interligação onde as teleconexões socioecológicas e as assimetrias de poder nos sistemas globais requerem novas formas de solidariedade, considerando as interdependências e realidades do Antropoceno.⁶ As transições num país de fontes de energia não renováveis (combustíveis fósseis) para energias renováveis (solar), feitas em solidariedade com grupos e locais onde se encontram os recursos minerais (cobalto ou lítio) para estas tecnologias, terão provavelmente resultados muito diferentes para o desenvolvimento humano das transições locais que não são responsáveis por impactos e dinâmicas tão distantes.⁷

A inclusão e a participação, tão centrais na jornada do desenvolvimento humano, também podem ter pontos cegos. O foco nas relações pessoas-planeta destaca barreiras adicionais e potencialmente novas dimensões de inclusão. Abre caminhos para explorar questões morais ou éticas em torno da inclusão de entidades não humanas e dos riscos e impactos impostos a essas entidades através de várias opções políticas. Esta expansão de cuidado e preocupação quanto ao desenvolvimento humano é um tema vivo que recebe cada vez mais atenção à medida que a interligação e o impacto da nossa relação com o mundo natural se tornam mais evidentes.⁸ É reforçada à medida que a política de desenvolvimento se envolve mais profundamente com múltiplos sistemas de conhecimento e de valores que rejeitam a separação entre humanos e não humanos ou entre natureza e pessoas.

Abordagens bioculturais, por exemplo, retratam os meios de subsistência humanos, paisagens e ecossistemas como tendo sido desenvolvidos ao longo de extensos períodos de tempo. A diversidade biocultural consiste na “diversidade da vida em todas as suas manifestações – biológica, cultural e linguística – que se inter-relacionam no seio de um complexo sistema adaptativo socioecológico.”⁹

Tendo em conta a dinâmica do Antropoceno, onde interações socioecológicas complexas resultam em efeitos negativos e onde as escolhas atuais estão

a comprometer o planeta para mudanças à escala global que se estenderão por milhares de anos,¹⁰ tornou-se evidente que a inclusão e a participação têm uma dimensão temporal importante. Por isso, a política deve inovar para incluir os jovens e considerar as gerações futuras cujas realidades estão a ser moldadas a longo prazo por ações e escolhas tomadas hoje em dia.

Inovação e desenvolvimento humano há muito que andam de mãos dadas. No contexto do Antropoceno, existe, contudo, o risco de muitas das políticas, práticas e intervenções inovadoras que existem e estão a surgir se manterem com uma dimensão diminuta, localizadas e de curto prazo, sem que haja uma reconstrução fundamental dos modelos e abordagens de desenvolvimento para enfrentar verdadeiramente o Antropoceno, a escala das suas pressões planetárias e os sistemas económicos e políticos e assimetrias em que se baseia.¹¹ Inovações que não consideram o que precisa de ser construído e demolido, o que precisa de proteção, ou como gerir assimetrias de poder e participação, podem acabar por aumentar a vulnerabilidade e corroer a sustentabilidade e a resiliência.¹²

A substituição de uma inovação (como os combustíveis fósseis) por outra (como as energias renováveis) sem abordar a justiça e a sustentabilidade da transição reduzirá as emissões, mas também irá provavelmente adiar muitos outros impactos e riscos para outro lugar, grupo e tempo, sem necessariamente melhorar o acesso à energia e a democracia.¹³ Tal como o Relatório de Desenvolvimento Humano de

2020 deixou claro: “Temos de reorientar a nossa abordagem, passando da resolução de problemas discretos em silos para a navegação multidimensional, interligada e cada vez mais uma causa universal.”¹⁴ Ao ancorar a inovação em considerações deliberadas da relação entre as pessoas e o planeta, as interligações e interdependências tornam-se claras e oferecem novas oportunidades para o desenvolvimento humano num futuro incerto.¹⁵ Estas interdependências não são apenas fluxos materiais de energia, recursos e resíduos; são também intangíveis, mas essenciais na forma como moldam identidades, culturas, relações, mentes, bem-estar mental e físico e, em última análise, liberdades e escolhas das quais, muitas vezes, só nos apercebemos quando as perdemos.¹⁶

Sem reconhecer estas relações na jornada do desenvolvimento humano, a retroação perigosa e as relações negativas entre as pessoas e o planeta irão comprometer os ganhos do desenvolvimento humano.¹⁷ Inúmeras inovações anteriores ignoraram estas relações em detrimento do ambiente, dos grupos vulneráveis, das capacidades adaptativas locais e das práticas culturais.¹⁸ Por outro lado, a investigação ao explorar as armadilhas de pobreza persistente que tem em conta as interações socioecológicas destaca não só causas importantes para estas armadilhas mas também novos caminhos para sair da pobreza.¹⁹ Como Michele Lee Moore e colegas realçam é “a capacidade de ver, interrogar e reconfigurar” estas relações entre as pessoas e o planeta que criará as mudanças disruptivas e radicais imprescindíveis às transformações necessárias à sustentabilidade.²⁰

NOTAS

1 Mace e outros 2014; Steffen e outros 2015.

2 Reyers e outros 2022.

3 Haider e outros 2021.

4 Lyver e outros 2017.

5 Thompson e outros 2020.

6 Rocha, Peterson e Biggs 2015.

7 Lèbre e outros 2020.

8 Díaz e outros 2019; Lee 2020.

9 Maffi 2005, p. 602.

10 Keys e outros 2019.

11 Eriksen e outros 2021; Hooli 2016.

12 Olsson e outros 2017.

13 Lèbre e outros 2020.

14 PNUD 2020b, p. 5.

15 Moore e outros 2014.

16 Njwambe, Cocks e Vetter 2019.

17 Olsson e outros 2017.

18 Haider e outros 2021.

19 Lade e outros 2017.

20 Moore e outros 2018, p. 38.

Acerca da insegurança económica

Jonathan Perry, Marta Roig e Maren Jiménez, *Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas*

A segurança económica é uma pedra angular do bem-estar. A estabilidade económica e algum grau de previsibilidade permitem às pessoas planear e investir no respetivo futuro e no dos filhos. Incentivam a inovação, reforçam as ligações sociais e criam confiança nos outros e nas instituições.¹ A preocupação e ansiedade sobre o futuro têm resultados negativos para a saúde, que vão desde problemas de saúde mental a doenças cardíacas e aumento do risco de obesidade, inclusive entre as crianças.² A insegurança económica generalizada gera descontentamento popular e põe em perigo a estabilidade política.

Mesmo antes da pandemia de Covid-19, muitas pessoas – e respetivas famílias – encontravam-se em terreno económico instável. A crescente instabilidade laboral e o trabalho cada vez mais precário e mal pago, juntamente com a persistente falta de emprego, são as causas fundamentais da crescente insegurança económica nos países de elevado rendimento. Nos países de baixo e médio rendimento o elevado trabalho informal continua a afetar a estabilidade dos rendimentos. As pessoas já não podem contar com um trabalho estável e digno para proporcionar estabilidade económica ao longo das suas vidas, uma tendência agravada pela pandemia de Covid-19 e pela crise climática emergente.

Uma maior consciência das alterações climáticas e das suas muitas implicações injetou uma incerteza crescente sobre o futuro e aumentou a preocupação das pessoas sobre o seu bem-estar a longo prazo. Embora os efeitos estejam a moldar os anseios no mundo inteiro, os impactos serão desiguais. As pessoas nos países mais pobres, particularmente as crianças e os jovens, são quem mais perde.

Efetivamente, as pessoas em situação de pobreza estão mais expostas a acontecimentos adversos, desde problemas de saúde até ao impacto crescente de choques sistémicos como as alterações climáticas e pandemias, e têm menos recursos para enfrentar e recuperar das suas consequências. Contudo, muitas pessoas que não são pobres pelos padrões nacionais ou internacionais, também são ou sentem-se economicamente inseguras. De facto, enquanto a segurança económica e a confiança no futuro têm tradicionalmente definido as características da classe média, este grupo sente-se cada vez mais inseguro.³

Os trabalhadores da economia informal e o número crescente de pessoas que se encontram em situação contratual inadequada estão altamente inseguros, bem como as pessoas com níveis de educação mais baixos, as mulheres, os jovens adultos, os membros de minorias raciais e étnicas e os chefes de família monoparentais.⁴

Não obstante a sua importância, a crescente insegurança económica tem permanecido sob o radar político em muitos países. Os peritos encontram falhas no facto de tal não ser adequadamente refletido nas estatísticas nacionais padrão.⁵ Na verdade, muitas questões de medição relacionadas com a insegurança estão ainda por resolver, e a investigação empírica sobre os países em vias de desenvolvimento é escassa.

Qualquer que seja o método utilizado para avaliar os riscos económicos, as implicações destes riscos dependem de forma crucial dos “amortecedores” disponíveis. As despesas catastróficas e o grande endividamento conduzem à pobreza quando os sistemas de proteção social não ajudam a proteger contra riscos ou a cobrir os seus efeitos. Mesmo nos países desenvolvidos com sistemas de proteção social abrangentes, os dados comparativos transnacionais sugerem que as transferências públicas protegem apenas cerca de 40% dos adultos contra grandes baixas no rendimento disponível (quedas de 25% do rendimento disponível ou superiores).⁶

Não só os riscos crescem, como também as políticas não acompanham as tendências atuais. As instituições públicas, políticas e sistemas de governação estão a lutar para se adaptarem às necessidades em rápida mutação em todos os países. A cobertura da proteção social está muitas vezes dependente de um empregador formal tradicional, a relação de trabalho e muitos regimes não são transferíveis entre trabalhos. As instituições e regulamentação do mercado de trabalho são também desafiados pela crescente diversificação dos regimes laborais.

Existem, contudo, inovações políticas tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento que demonstram a capacidade dos sistemas de proteção social, das instituições do mercado laboral e das instituições públicas para se adaptarem à alteração das circunstâncias. Estas incluem novas formas de proteção social que abrangem adequadamente os trabalhadores

informais, os trabalhadores migrantes ou aqueles com contratos atípicos.⁷ Existem também programas flexíveis que automaticamente se ajustam em resposta a choques sistémicos, tais como pandemias ou emergências relacionadas com o clima. Alguns grupos de trabalhadores informais têm procurado novos modelos de representação coletiva para proteger os seus interesses, nomeadamente através de cooperativas, grupos e associações de autoajuda. Algumas destas novas organizações ajudaram os trabalhadores a juntarem-se e a empreender ações coletivas, mas muitas carecem de capacidade jurídica para negociar condições de trabalho. Um desafio fundamental para estas organizações é que muitos trabalhadores informais não são considerados trabalhadores à luz da lei e, portanto, não têm direitos de negociação. Em alguns países, como por exemplo o Canadá, a Alemanha ou a Suécia, os direitos de negociação coletiva foram alargados a algumas categorias de trabalhadores independentes.⁸

Proporcionar segurança económica continua a ser um papel fundamental do Estado e das suas instituições e é uma base do contrato social entre o governo e os cidadãos. Muitos governos gastam uma parte substancial do PIB para a proteção contra perdas causadoras de dificuldades, através de sistemas de proteção social, cuidados de saúde e outros serviços públicos. Este é um momento crucial para refletir sobre como adaptar as políticas e instituições passadas a uma nova realidade socioeconómica.

As crises em grande escala aumentam o risco e a insegurança e têm por vezes aberto um caminho para renovar o contrato social. O apoio sem precedentes ao rendimento e as medidas sanitárias postas em prática por muitos governos em resposta à pandemia de Covid-19 atestam o papel primordial que o Estado continua a desempenhar no combate ao risco económico e à insegurança. As respostas políticas à crise têm variado desde o apoio direto aos empregadores até à cobertura das perdas de rendimentos no trabalho informal, passando pelos pagamentos de rendas e moratórias de despejo, para

não mencionar a expansão da cobertura de cuidados de saúde em áreas tradicionalmente carenciadas.⁹

Contudo, muitas destas medidas são temporárias. A maioria deles deixa os seus beneficiários igualmente vulneráveis a choques futuros, uma vez abolidas. Sistemas de proteção social abrangentes e universais, quando em vigor, desempenham um papel muito mais duradouro na proteção dos trabalhadores e na redução da prevalência da pobreza do que medidas pontuais de curto prazo, uma vez que atuam como estabilizadores automáticos. Proporcionam segurança básica aos rendimentos em todos os momentos e, portanto, aumentam a capacidade das pessoas para gerir e superar os choques.

Os países com sistemas de proteção social já em vigor conseguiram ampliá-los rapidamente durante a pandemia de Covid-19. Os investimentos na construção e expansão de sistemas de proteção social em alguns países da América Latina nas últimas décadas amorteceram as consequências da crise, pelo menos a curto prazo.¹⁰ No entanto, muitos outros países de baixo e médio rendimento entraram na crise em condições financeiras fracas. A sua capacidade de ampliar a proteção social tem sido limitada pela falta de espaço orçamental, bem como pela falta de mecanismos existentes sobre os quais se possa construir. No geral, o apoio financeiro aos indivíduos e às famílias tem variado drasticamente entre países, tal como o acesso às vacinas e, conseqüentemente, a rapidez da recuperação económica. Sem uma ação corretiva urgente da comunidade internacional, a crise atual é suscetível de aumentar as disparidades tanto a nível interno dos países como entre eles.¹¹

O foco nos desafios que as pessoas enfrentam atualmente, desde o emprego cada vez mais precário a cuidados de saúde inadequados e dificuldades de acesso à proteção social, habitação e outros serviços públicos, pode reduzir as clivagens sociais, económicas e políticas e prevenir a próxima crise global.

NOTAS

1 Para uma ampla avaliação da insegurança económica e da sua mensuração, ver Stiglitz, Fitoussi e Durand (2018).

2 Ver Rohde e outros (2017) e Watson e Osberg (2017).

3 Hacker 2018b.

4 Hacker 2018a.

5 Durand, Fitoussi e Stiglitz 2018; Stiglitz, Fitoussi e Durand 2018.

6 Em média, embora a percentagem varie muito de país para país. Ver Hacker (2018a).

7 Ver, por exemplo, ADB 2016.

8 Para detalhes sobre programas específicos nestes países, ver OCDE (2019b).

9 OIT 2020a.

10 Blofield, Giamburro e Pribble 2021; Lustig e outros 2019.

11 Ferreira 2021.

Construir um ambiente de paz numa nova era de risco

Iniciativa Ambiental pela Paz, Instituto de Investigação para a Paz Internacional de Estocolmo

A humanidade entrou numa nova era de risco criada pela confluência de crises paralelas, uma radicada no obscurecimento do horizonte de segurança global, a outra decorrente da destruição ambiental em curso. Os riscos são complexos e muitas vezes imprevisíveis. Embora não consigam abordar adequadamente qualquer uma das crises, os governos não estão a prestar atenção suficiente aos pontos de intersecção onde estão a surgir as situações mais perigosas.

Existem mais pessoas com fome e deslocadas do que há uma década,¹ o dobro dos conflitos de Estado e o dobro das mortes nesses conflitos.² Os governos estão a gastar mais com as suas forças militares.³ Mesmo antes da guerra na Ucrânia, os Estados que possuem armas nucleares estavam a aumentar o número de ogivas em prontidão para utilização.⁴ Entretanto, os impactos das alterações climáticas estão a agravar-se,⁵ a poluição provocada pelo plástico e o esgotamento dos recursos continuam quase inalterados, enquanto a saúde dos ecossistemas decresce.

Há meio século atrás, na Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Ambiente em Estocolmo, os governos reconheceram formalmente que a integridade ecológica é essencial para o desenvolvimento humano.⁶ Agora, as consequências do declínio da integridade ecológica são claras. Os países que enfrentam a maior ameaça ecológica estão, estatisticamente, entre os menos pacíficos. Também tendem a estar marcados pela fragilidade e baixa capacidade de resiliência.⁷ Metade das operações de paz em curso da ONU estão nos países com maior exposição aos impactos das alterações climáticas.⁸

Um impacto das alterações climáticas ou o desaparecimento de um recurso alimentar importante não causa axiomáticamente insegurança e conflito, mas aumenta o risco.⁹ O risco será maior se a sociedade em questão já estiver inquieta, frágil ou insegura e será menor se for bem governada e bem dotada de recursos (caixa S1.6.1). Além disso, a insegurança pode levar a que as pessoas tomem decisões que prejudicam a integridade ambiental.

Para ter sucesso, as transições devem ser justas e pacíficas

É necessário inverter a maré de declínio ambiental a fim de reduzir os riscos e assegurar um ambiente de paz. Implicará grandes transições em setores como a energia, a indústria e o ordenamento do território.¹⁰ Transições que precisam ocorrer rapidamente e com sucesso. Contudo, as intervenções destinadas a enfrentar um problema ambiental podem exacerbar a insegurança ou causar uma forma diferente de dano ambiental.

Em 2000, a corrida aos biocombustíveis levou a uma situação em que os produtores procuravam satisfazer a procura estimulada pelas escolhas políticas no hemisfério norte. O que contribuiu para o aumento dos preços dos alimentos e a consequente agitação em países como o Burquina Faso, Egito e Haiti.¹¹

A construção de barragens hidroelétricas deslocou no total cerca de 80 milhões de pessoas em cada continente povoado.¹² A construção da barragem de Myanmar obrigou a deslocar pessoas para áreas povoadas por outros grupos étnicos, originando confrontos.¹³ Uma vez em funcionamento, as barragens restringem a disponibilidade de água para utilização a jusante, perturbam a biodiversidade e os recursos piscícolas importantes para a alimentação, inundam terras agrícolas e dividem comunidades.

O cumprimento da meta de atingir os 1,5°C do Acordo de Paris poderia implicar uma expansão 10 vezes superior da energia hidroelétrica em África.¹⁴ Governos e empresas, tais como companhias aéreas, propõem o aumento da produção de biocombustíveis.¹⁵ A menos que seja adotada uma abordagem diferente, o conflito e o deslocamento podem ocorrer novamente.

Com a sexta extinção em massa de espécies na história da Terra possivelmente em curso, as tentativas para proteger a natureza e a biodiversidade estão atingiram o ponto crítico. Mais de 90 governos apoiam agora o objetivo de proteger 30% da superfície terrestre através da conservação até 2030, a chamada iniciativa 30×30,¹⁶ que está para negociação na Cimeira da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica de 2022.¹⁷ No entanto, com

Iniciativa Ambiental pela Paz, Instituto de Investigação para a Paz Internacional de Estocolmo

O Haiti, o país de mais baixo rendimento do continente americano, tem sido assolado por décadas de instabilidade política, riscos naturais (incluindo um terremoto maciço na Península do Sul do país em 2010) e a remoção do coberto arbóreo, deixando por sua vez as comunidades expostas a tempestades e deslizamentos de terra.¹ Em janeiro de 2020, o Parlamento haitiano dissolveu-se após as eleições terem sido adiadas, com o Presidente Jovenel Moïse a tentar governar por decreto, num cenário de contínua agitação pública.² Dois meses depois, o Haiti comunicou os seus primeiros casos de Covid-19. O governo declarou emergência sanitária, com uma mistura que nos é familiar de encerramentos de escolas e empresas, limitações nos transportes e reuniões, e recolher obrigatório noturno.³

Com três quintos da população já abaixo do limiar da pobreza e um sentimento antigovernamental elevado,⁴ as pessoas recusaram-se a cumprir as ordens, aumentando a taxa de infeção.⁵ A produção agrícola caiu, e os preços dos alimentos subiram mais de 25 por cento.⁶ Em Agosto a tempestade tropical Laura chegou ao Haiti, arruinando 50 a 80 por cento de certas colheitas no sudeste do país.⁷ Seguiram-se meses invulgarmente secos e colheitas desanimadoras numa percentagem que rondou os 80 por cento. Ao entrar em 2021, os preços dos alimentos estavam 40 por cento acima do normal.⁸

Em maio de 2021, com o aumento dos casos Covid-19, o governo declarou novamente o estado de emergência.⁹ Em julho, a tempestade tropical Elsa atingiu as mesmas regiões do sudeste devastadas pela tempestade tropical Laura no ano anterior.¹⁰ Quatro dias mais tarde, por razões que permanecem pouco claras, atiradores assassinaram o Presidente Moïse, desencadeando um novo período de tumulto político.¹¹ Pouco tempo depois, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura declarou que quase metade da população haitiana se encontrava em situação de insegurança alimentar aguda.¹²

É possível que um país com uma política estável pudesse ter enfrentado a rápida sucessão de tempestades. É possível que sem as restrições em torno da Covid-19, a ordem política pudesse ter sido restaurada. Mas a combinação nas décadas anteriores da destruição ambiental com o tumulto político, a agitação nas ruas, a Covid-19 e as duas grandes tempestades infligiram ao Haiti um golpe sistêmico. Milhões de pessoas ficaram sem alimentos suficientes ou perspetivas, com a única certeza de que tinham mais insegurança pela frente.

Notas

1. USAID 2020. 2. Freedom House 2021. 3. Díaz-Bonilla e outros 2021. 4. Freedom House 2021; USAID 2020. 5. Fujita e Sabogal 2021. 6. Díaz-Bonilla e outros 2021. 7. UN OCHA 2020. 8. FEWS NET 2021a. 9. FEWS NET 2021b. 10. FAO 2021. 11. BBC News 2021. 12. FAO 2021.

300 milhões de pessoas a viver em áreas-chave da biodiversidade, a iniciativa 30×30 tem provocado preocupação acerca do direito à terra, dos direitos dos povos indígenas e da segurança alimentar.¹⁸ Dois relatores especiais da ONU alertaram para a “fortaleza da conservação.”¹⁹

A energia eólica e solar, que se pretende sejam as principais fontes de energia num mundo em rápida descarbonização, geraram historicamente muito pouco conflito. No entanto, existem problemas potenciais em ambos os extremos do ciclo de vida do produto, tal como acontece com as baterias para armazenamento de energia e veículos elétricos. A nascente, as preocupações centram-se nos abusos dos direitos humanos relacionados com algumas atividades mineiras de extração de minerais como o lítio, o cobalto e elementos raros da terra.²⁰ A jusante, as turbinas eólicas, os painéis solares e as baterias têm de ser totalmente recicláveis, para evitar a criação de potenciais enormes fluxos de resíduos.²¹

A urgência da crise na natureza e das alterações climáticas é tão aguda que são necessárias transições rápidas e profundas para a travar e inverter. Caso contrário, inevitavelmente, haverá mais riscos de segurança associados a impactos continuamente

crescentes. No entanto, o fracasso em promulgar transições de forma justa e pacífica será uma receita garantida para criar mais insegurança e riscos de conflito e comprometer as perspetivas de progresso.

Início de uma nova segurança

Apesar da gravidade da situação global, há sinais de esperança desde projetos comunitários até ao nível das instituições supranacionais.

O reconhecimento nas Nações Unidas da relação entre degradação ambiental e segurança data de, pelo menos, Janeiro de 1992, quando o Conselho de Segurança declarou que “fontes não militares de instabilidade nos domínios económico, social, humanitário e ecológico se tornaram ameaças à paz e à segurança.”²² A ligação foi desde então reconhecida em muitas outras declarações e iniciativas, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a iniciativa de Apoio à Paz.²³ No entanto, as agendas de segurança e ambiental progrediram em grande medida ao longo de caminhos separados. A criação do Mecanismo de Segurança Climática em 2018

construiu uma ponte, mas o veto em série das resoluções sobre alterações climáticas e segurança dentro do Conselho de Segurança é um entrave a uma coordenação mais completa.

Vários blocos regionais reconhecem também as ligações entre degradação ambiental e segurança, incluindo a União Africana, a União Europeia, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e a Associação das Nações do Sudeste Asiático. A União Africana reconhece que abordar os impactos humanos no planeta, tais como as alterações climáticas, reduzirá o risco de conflito e compromete-se a enfrentá-los como uma via para assegurar o desenvolvimento.²⁴

Ao nível operacional, a Missão de Assistência da ONU na Somália representa um importante passo em frente. É a primeira missão que inclui um conselheiro dedicado ao ambiente e à segurança climática.²⁵ As Nações Unidas está a colocar conselheiros análogos noutros locais.

Organizações da sociedade civil e agências internacionais lançaram muitas iniciativas para promover a paz e abordar simultaneamente a degradação ambiental em áreas historicamente propensas ao conflito. No Sahel, onde o impacto das alterações climáticas e sobreutilização da água exacerbaram a tensão entre pastores e agricultores, vários projetos estão a melhorar a gestão dos recursos e a saúde animal, facilitando o acesso aos mercados, ajudando os pastores a diversificar as fontes de rendimento e a gerir os conflitos.²⁶ Através das fronteiras de Israel, Jordânia e do Estado da Palestina, a organização não governamental EcoPeace constrói uma compreensão mútua entre as comunidades cuja segurança é afetada por insuficiências no acesso à água e à energia relacionadas com o declínio ambiental.²⁷ No Uganda, o projeto Reforçar a Resiliência e a Governança Inclusiva tem como objetivo aliviar as tensões entre os refugiados e as comunidades de acolhimento que, de outra forma, estariam a competir pelos mesmos recursos de carvão e, no processo, utilizá-los de forma insustentável.²⁸ Todos estes exemplos podem ser aprendidos e ampliados.

Em direção a um ambiente de paz

Existem, em geral, duas áreas em que os governos e outras instituições com poder de decisão precisam de tomar medidas para mitigar a crescente ameaça à paz colocada pelas crises simultâneas.

Uma delas é ligar as respostas à insegurança e à degradação ambiental, a todos os níveis, desde a formulação de políticas até aos projetos, para que as manifestações das crises sejam abordadas de forma

holística. Isto não pode ser apenas uma questão de respostas a situações emergentes, deve também ser antecipatório, envolvendo a exploração do horizonte, a previsão, a partilha de conhecimentos e a construção de resiliência.

A segunda consiste em prosseguir com a resolução das ameaças ambientais subjacentes. Os riscos de segurança continuarão a crescer até que a sociedade reconstrua a base de recursos naturais, restaure a biodiversidade, limite eficazmente a poluição e reduza as emissões de gases com efeito de estufa a zero emissões. Os passos para o fazer devem ser tomados de uma forma justa e pacífica, mas devem ser tomados.

O Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo no seu relatório *Ambiente de Paz*,²⁹ apresentado em Maio de 2022, concluiu com seis recomendações de ação e cinco princípios para as orientar. Os princípios incluem uma abordagem cooperativa das crises, porque uma abordagem nacionalista das ameaças enfrentadas em comum é claramente ilógica e ineficiente. Os governos precisam de combinar visão de longo alcance e estratégia com ação urgente e adaptar estratégias à medida que avançam, porque as manifestações da dupla crise irão evoluir. Todas as transições necessárias para travar e inverter a degradação ambiental, incluindo as alterações climáticas, têm de ser feitas de forma justa e pacífica, o que também implica a sua implementação de forma inclusiva, assegurando que as pessoas afetadas são envolvidas na tomada de decisões e partilhem dos benefícios.

As próprias recomendações incluem alguns princípios para a construir resiliência. Por exemplo:

- Todos os governos devem realizar uma avaliação de risco sobre os riscos de segurança colocados pelo declínio ambiental.
- Todos os recursos transfronteiriços, como as bacias hidrográficas, devem ser abrangidos por acordos de partilha de recursos, e esses acordos devem ser adaptados ao fim a que se destinam numa era de alterações climáticas.
- Os sistemas de alerta prévio para conflitos devem incluir indicadores de mudança ambiental.

Outros princípios referem-se às causas principais. Por exemplo:

- Os governos devem, tanto quanto possível e rapidamente, deixar de financiar o risco de conflito através da construção de armamento e do subsídio aos combustíveis fósseis e, em vez disso, financiar a restauração ambiental e a paz.
- Os setores público e privado devem identificar e reduzir proativamente os riscos de conflito na cadeia de fornecimento de tecnologias limpas.
- Os povos indígenas e outros grupos marginalizados devem ser envolvidos sistematicamente na tomada de decisões que lhes digam respeito.

Todas as recomendações devem poder ser implementadas nos próximos anos. E todas devem ser. Os governos concordaram, ao aprovar o relatório do Grupo de Trabalho 2 do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas em fevereiro de 2022, que existe “uma janela breve e que rapidamente se fechará para assegurar um futuro viável e sustentável

para todos.”³⁰ O contexto das suas declarações foi a mudança climática; mas são igualmente aplicáveis em toda a paisagem de risco da dupla crise de segurança e ambiental. Uma vez identificados os riscos crescentes, é claramente no interesse próprio de cada governo agir.

NOTAS

- | | | | |
|----|---|----|--|
| 1 | ACNUR 2021; von Grebmer e outros 2021. | 17 | O Grupo de Trabalho Aberto sobre o Quadro Global da Biodiversidade Pós-2020, 2022. |
| 2 | Pettersson e outros 2021. | 18 | Iniciativa Direitos e Recursos 2020. |
| 3 | Lopes da Silva, Tian e Marksteiner 2021. | 19 | Boyd e Keene 2021; Tauli-Corpuz, Alcorn e Molnar 2018. |
| 4 | Kristensen e Korda 2021. | 20 | Searcey, Lipton e Gilbertson 2021. |
| 5 | PIAC 2022b. | 21 | Harper e outros 2019; Månberger e Stenqvist 2018; Morse 2021; Pavel e outros 2017. |
| 6 | ONU 1972. | 22 | Conselho de Segurança das Nações Unidas 1992. |
| 7 | IEP 2021, p. 4. | 23 | ONU 2020b. |
| 8 | Krampe 2021. | 24 | União Africana 2015. |
| 9 | Mobjörk, Krampe e Tarif 2021. | 25 | Hodder 2021. |
| 10 | PIAC 2019, p. 15; Lebling e outros 2020, p. 8. | 26 | Banco Mundial 2017a, 2022a, 2022b. |
| 11 | Headey e Fan 2010; Zoellick 2008. | 27 | EcoPaz Médio Oriente s.d. |
| 12 | Walicki, Ioannides e Tilt 2017. | 28 | CARE 2019. |
| 13 | International Rivers Network 2011. | 29 | Black e outros 2022. |
| 14 | AIE 2021a. | 30 | Ver nota 6 do PIAC (2022b). |
| 15 | Comissão Europeia 2021; OACI 2019. | | |
| 16 | High Ambition Coalition for Nature and People 2022. | | |

Transformações com baixo teor de carbono: uma maldição dos recursos verdes?

Novas tecnologias de baixo carbono, tais como veículos elétricos e geração de energias renováveis, exigirão consumos de minérios não renováveis muito maiores do que os necessários para as fontes de energia de elevado teor de carbono, tais como os automóveis movidos a petróleo.¹ Em muitos casos, estes minérios são encontrados num número muito limitado de locais, frequentemente em países de baixo e médio rendimento.²

África acolhe algumas das maiores reservas do minério utilizado para produzir tecnologia de baixo teor de carbono à escala.³ E até 2040 as energias renováveis deverão representar 75 por cento da nova geração de energia em África e 40 por cento da sua geração total de energia.⁴ Estas duas tendências poderiam impulsionar o crescimento económico e melhorar o nível de vida. Mas muitos países ricos em recursos naturais sofreram com uma “maldição dos recursos”, com a riqueza dos recursos a alimentar conflitos violentos, pobreza acrescida e desigualdade social.⁵ A mudança para tecnologias com baixo teor de carbono e energias renováveis suscita preocupações sobre uma potencial “maldição dos recursos verdes”.

Existem múltiplos canais para as transições com baixo teor de carbono que conduzem ao conflito e ao desapossamento. Um mapeamento recente de projetos de energias renováveis e locais de conflito em cinco países africanos revelou uma correlação substancial. A proximidade com um sítio de energias renováveis foi fortemente associada a um maior risco de conflito entre atividades verdes, desde o estabelecimento de projetos de energias renováveis à extração de minério verde até à produção de energia renovável.⁶

O estabelecimento e a exploração de projetos de energias renováveis estão frequentemente repletos de tensão sobre a aquisição da terra, as oportunidades de emprego e a partilha de benefícios, frequentemente acrescida da falta de consulta aos proprietários e utilizadores das terras existentes, especialmente quando os utilizadores habituais das terras podem não ter registos documentais das suas reivindicações. As queixas foram agravadas por preocupações sobre oportunidades de emprego local e pela falta de um mecanismo para reinvestir as receitas dos projetos na comunidade local.⁷ Acresce que muitos residentes nas comunidades mais próximas dos locais do

projeto não tiveram acesso à rede elétrica nacional, apesar de cederem as suas terras ancestrais para o desenvolvimento do projeto.

As tensões persistem frequentemente depois dos projetos se tornarem operacionais. As principais razões incluem oportunidades de emprego limitadas e uma perceção de falta de partilha de benefícios entre as comunidades mais afetadas por tais projetos. Quando os benefícios e o valor produzido por tais projetos são vistos como beneficiando elites distantes ou grupos rivais, o potencial de conflito é elevado. Este risco pode ser reduzido através da inclusão das comunidades locais e dos grupos indígenas e marginalizados no planeamento dos projetos.

A mineração de minério verde é também um exemplo clássico de uma potencial maldição dos recursos. Do cobalto e do coltan na República Democrática do Congo ao lítio na Zâmbia e no Zimbabué ao cobre em grande parte da África Austral, a região detém riqueza mineral suficiente para apoiar a produção em massa de tecnologias de baixo teor de carbono.⁸ Contudo, a dinâmica da maldição dos recursos é uma ameaça onde a diversificação económica é limitada, as instituições são fracas e o potencial de captura de recursos é elevado.

Mesmo onde o conflito é menos prevalente, muitos desses projetos enfrentam o flagelo de condições inseguras, degradação ambiental e benefícios que não revertem para as comunidades locais.⁹ As iniciativas voluntárias de governação, tais como a limitação da venda de diamantes de sangue, podem ajudar a evitar a dinâmica da maldição dos recursos verdes, mas requerem coordenação ao longo da cadeia de abastecimento dos produtores, transformadores e consumidores de minerais.

Os impactos adversos associados à produção de energias renováveis ainda não alcançaram os conflitos desencadeados pela produção de combustíveis fósseis. Mas dado o crescimento previsto das energias renováveis, serão necessárias intervenções políticas ativas para reduzir os riscos de conflito associados às transições com baixo teor de carbono.¹⁰

Fonte: Este destaque baseia-se em Aas Rustad e outros (2022).

NOTAS

1 Leonard e outros 2022; Aas Rustad e outros 2022.

2 Ver, por exemplo, AIE (2021b).

3 Aas Rustad e outros 2022; AIE 2021b.

4 AIE 2014, 2019.

5 Aas Rustad e outros 2022; Leonard e outros 2022.

6 Aas Rustad e outros 2022.

7 Aas Rustad e outros 2022; Schilling, Locham e Scheffran 2018.

8 Aas Rustad e outros 2022; AIE 2021b; Leonard e outros 2022.

9 Aas Rustad e outros 2022; Frankel, Mucha e Sadof 2018; Ochab 2020.

10 Leonard e outros 2022; Schilling, Locham e Scheffran 2018.

O novo complexo de incerteza e de justiça entre as gerações

Krushil Watene (Ngāti Manu, Te Hikutu, Ngāti Whātua o Orākei, Tonga), *universidade de Massey, Nova Zelândia*

Perseguir a justiça socioambiental agora e deixar um planeta próspero para as gerações que se seguem requer tanto conhecimento como imaginação. Não só precisamos de saber como perseguir e concretizar aspetos como justiça social e a saúde do ecossistema, como também precisamos de ser capazes de imaginar relações e responsabilidades muito para lá das nossas próprias vidas temporais e espacialmente vinculadas. Por exemplo, para “[ir ao encontro] das necessidades do presente, sem prejudicar a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades,”¹ devemos ambos saber o que satisfazer necessidades requer agora e ser capazes de imaginar como poderão ser as vidas das gerações futuras num cenário de futuro diferente e distante.

Os filósofos desenvolveram várias teorias de justiça entre gerações que motivam os fundamentos normativos das nossas responsabilidades para com as gerações futuras.² Algumas teorias consideram que a justiça exige que nos imaginemos a escolher princípios para governar as responsabilidades entre gerações. Para impor a equidade, o procedimento de escolha elimina o conhecimento de qual a geração a que nós (os decisores) pertenceremos.³ Outras teorias afirmam que a justiça requer que imaginemos ter de justificar quaisquer cursos de ação que tomemos agora diretamente aos nossos descendentes que herdarão as consequências dessas ações.⁴ Para outras teorias, a justiça intergeracional exige que nos imaginemos situados de tal forma que devemos justificar as nossas ações agora diretamente aos nossos antepassados, tendo em conta os seus valores, aspirações e expectativas.⁵ Do mesmo modo, outras teorias partem do argumento de que essa justiça exige que nos imaginemos como parte de comunidades intergeracionais ligadas e sobrepostas que se estendem para trás e para a frente no tempo.⁶ De acordo com esta visão as filosofias indígenas situam cada geração como parte de uma “série de inícios sem fim”,⁷ cada um nascido na imaginação de gerações passadas, com a responsabilidade de definir o rumo para as viagens que se seguem.⁸

Os nossos valores culturais, narrativas e práticas têm um papel vital na proteção e viabilização de ligações entre gerações, ligando as gerações passadas, presentes e futuras.⁹ As narrativas polinésias de viagens oceânicas, por exemplo, traçam linhas de descida através das extensões do Oceano Pacífico, o maior corpo de água na Terra, em alguns casos até

ao Oceano Sul e à Antártida.¹⁰ Narrativas baseadas na terra e em migrações ancestrais contam a história sobre o estabelecimento de redes de comunidades por terra e através de vias navegáveis – ligações e responsabilidades passadas por e para múltiplas gerações¹¹ As práticas socioambientais estabelecem valores que preservam as relações e a transmissão de conhecimentos.¹² Juntas, estas teorias, valores e práticas culturais fornecem ferramentas conceptuais e cognitivas críticas que ligam pessoas e lugares distantes de formas que situam a geração atual como tendo responsabilidades enquanto parte de uma comunidade intergeracional, de longo alcance.¹³

Outras teorias, valores e práticas alicerçam-se na aspiração de deixar ficar um planeta próspero. Esta aspiração reflete-se na forma como vivemos as nossas vidas individuais e coletivas com esperança de que aquilo que valorizamos, criamos e perseguimos perdure. Reflete-se igualmente na forma como elaboramos políticas com base, em parte, nos legados que essas políticas irão traçar e permitir a longo prazo. Por outras palavras, tende a existir “uma ligação conceptual entre valorizar algo e querer que ele seja sustentável.”¹⁴ De facto, o que deixamos para as gerações futuras molda não só o quão significativas serão as suas vidas, mas também o quão significativas as nossas vidas podem ser consideradas como tendo sido.

O complexo de incerteza delineado no Relatório deste ano, ao mesmo tempo que reforça esta aspiração, realça também uma aspiração e um desafio fundamental: a saber, a de que haverá um futuro de alguma forma. Enquanto as gerações anteriores foram em grande parte capazes de tomar como certo um sistema planetário estável, a nossa geração enfrenta o desafio de assegurar a sobrevivência do planeta a longo prazo. Tal dilema reforça a necessidade urgente de caminhos através dos quais diferentes ideias, novas perspetivas e práticas socioambientais apropriadas possam ser viabilizadas e implementadas desde já. Mais especificamente, o nosso desafio coletivo proporciona uma oportunidade de adotar o tipo de pensamento entre gerações a longo prazo que fundamenta as filosofias indígenas (e muitas outras) a que Tim Mulgan se refere como “multigeracionalismo”.¹⁵ De acordo com esta visão, a melhor maneira de encontrar significado no mundo de hoje é de empreender projetos que se estendem

por várias gerações e que só se concretizam muito depois de a atual geração ter desaparecido.

Para o multigeracionalismo funcionar bem, ou funcionar de todo, devemos ter presente aquilo de que realmente precisamos para florescer,¹⁶ e devemos ser corajosos o suficiente para refazer os nossos sistemas locais e globais de forma a permitir e sustentar verdadeiramente esse florescimento.¹⁷ Ainda mais importante, temos de encontrar a coragem de mudar

radicalmente os nossos valores e narrativas para que os nossos descendentes ainda possam estar aqui para perseguir o bem-estar e a justiça planetária muito depois de termos partido.¹⁸ Talvez o mais importante seja termos uma “esperança radical”;¹⁹ devemos esperar por um mundo que sabemos que pode nunca se materializar no futuro e ainda assim encontrar a coragem de, independentemente de tudo, manter o rumo em direção a esse futuro.

NOTAS

1 CMAD 1987, p. 37.

2 Ver, por exemplo, Gardiner (a publicar) e Mulgan e outros (2021).

3 Rawls 1971.

4 Darwall 2009; Mulgan 2018.

5 Watene 2022.

6 De-Shalit 1995.

7 Jackson 2020, p. 99.

8 Kelbessa 2022; Watene 2022, a publicar; Whyte 2013.

9 Epeli Hao'ofa 2008; IPBES 2019b; Kimmerer 2013; Mutu e McCully 2003.

10 Wehi e outros 2021a, 2021b.

11 Ver, por exemplo, Watene (a publicar).

12 Grix e Watene 2022.

13 Watene 2022.

14 Scheffler 2013, p. 60.

15 Mulgan a publicar.

16 Grix e McKibbin 2015, p. 292–306.

17 Táíwò 2022; Watene 2022.

18 Bendik-Keymer 2016; Táíwò 2022.

19 Lear 2006. Ver também van der Lugt (2022) e Whyte (2017).

CAPÍTULO

2

Mentes inquietas em tempos incertos

Angústia mental: um obstáculo ao desenvolvimento humano

Mentes inquietas em tempos incertos: Angústia mental: um obstáculo ao desenvolvimento humano

Vidas incertas significam mentes incertas.

O que tem isso a ver com o desenvolvimento humano?

Este capítulo defende que a angústia mental pesa no desenvolvimento humano de muitas maneiras, limitando, em última análise, a liberdade das pessoas para viverem as vidas que têm razões para valorizar. Os efeitos são especialmente prejudiciais para as crianças e podem perpetuar a desigualdade em ciclos intergeracionais de angústia mental e dificuldades socioeconômicas. Quebrar estes ciclos requer ação das pessoas e dos decisores políticos em três frentes: prevenir a angústia, mitigar as crises e construir resiliência psicológica.

O capítulo anterior descreveu as incertezas novas e sem precedentes que afetam a vida das pessoas. Este capítulo mergulha na forma como a incerteza pode causar angústia mental,¹ com implicações na forma como as pessoas sentem, pensam, agem e interagem umas com as outras ao longo das suas vidas, restringindo a sua liberdade de alcançar e de viver vidas que têm razões para valorizar.² Mostra como a angústia mental pode condicionar o desenvolvimento humano e reforçar e perpetuar as desigualdades. Também destaca a primeira infância, crucial para o desenvolvimento do cérebro e do corpo, mas sujeita às consequências devastadoras do *stress* tóxico.

O bem-estar mental molda a forma como as pessoas pensam, agem e interagem.³ Emoção individual,⁴ percepção, cognição e motivação⁵ são inseridas num contexto social de circunstâncias, relações e cultura.⁶ Emoções, tais como a raiva, podem levar as pessoas à violência interpessoal ou a conflitos violentos, mas também podem desencadear ações contra as injustiças (ver capítulo 3).⁷ E as emoções podem ajudar a lidar com um mundo imprevisível (com alguns a argumentar que as emoções refletem adaptações evolutivas).⁸ Uma regulação saudável das emoções e do bem-estar mental em geral são cruciais para sociedades pacíficas e coesas e, portanto, para o desenvolvimento humano.

“ Uma regulação saudável das emoções e do bem-estar mental em geral são cruciais para sociedades pacíficas e coesas e, portanto, para o desenvolvimento humano

A angústia mental pode impedir as pessoas de desenvolverem todo o seu potencial.⁹ Por exemplo, mesmo quando a educação gratuita de alta qualidade está universalmente disponível, um estudante que sofre de ansiedade e insónia tem a opção de ir à escola, mas pode não ser capaz de se concentrar devido à angústia mental e, portanto, não será capaz de aprender tão facilmente como os seus pares. Estas limitações individuais num aspeto do desenvolvimento humano podem ser transpostas para outras dimensões e diferentes fases do ciclo de vida, como quando o mesmo estudante procura emprego mais tarde, e pode mesmo agir intergeracionalmente através da angústia durante a gestação e para além dela.

Uma tarefa crucial para as pessoas e para os decisores políticos é, portanto, prevenir e mitigar a angústia mental. Uma vez que nem toda a adversidade pode ser prevenida ou mitigada, este capítulo e as opções políticas apresentadas no capítulo 6 sublinham a importância da resiliência psicológica que permite às pessoas prosperar apesar da adversidade e que está intrinsecamente ligada à

agência, uma componente crítica do desenvolvimento humano (ver o capítulo 3).¹⁰

Como a angústia mental condiciona o desenvolvimento humano

Na ausência de resiliência psicológica, a angústia mental pode resultar em distúrbios mentais. Estes estão associados a uma educação deficitária,¹¹ baixa produtividade laboral,¹² pobreza,¹³ mortalidade prematura e em excesso¹⁴ e uma saúde em geral deficiente. Muitas pessoas sofrem de problemas relacionados com a saúde mental, geralmente medidos pelo número de distúrbios mentais diagnosticadas (destaque 2.1).

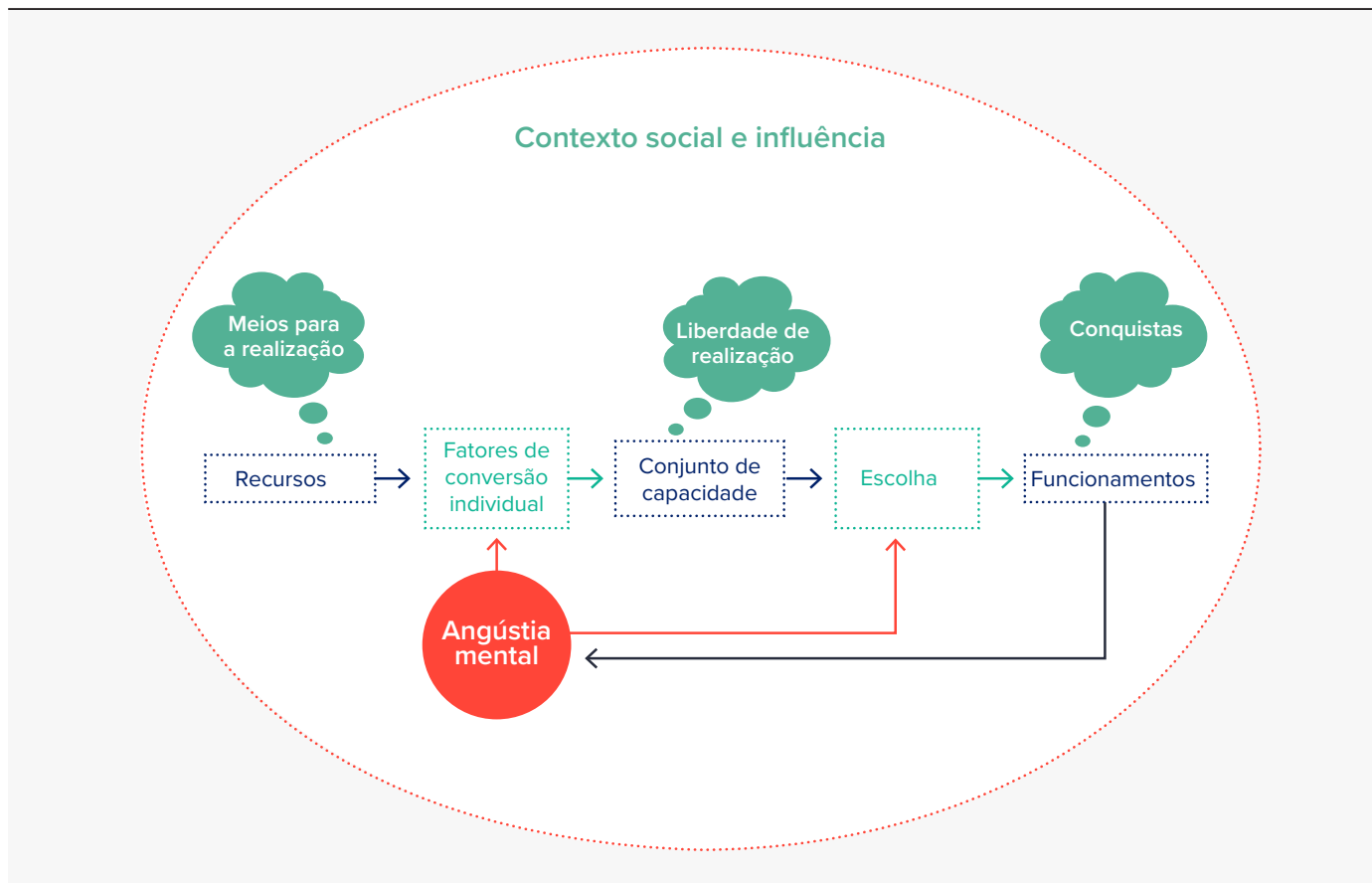
Para compreender as ligações entre a angústia mental, o bem-estar mental e o desenvolvimento humano, a abordagem com base nas capacidades, centrada nas capacidades que permitem às pessoas expandir as suas liberdades para fazer e ser aquilo que valorizam e têm razões para valorizar, pode ser útil. A capacidade é uma combinação de coisas que uma pessoa é capaz de fazer ou ser, das várias funções que pode alcançar.¹⁵ Cada pessoa tem a sua função de conversão, com fatores de conversão individuais que determinam a capacidade de transformar recursos em capacidade (figura 2.1).

Enquanto o bem-estar mental pode influenciar escolhas e comportamentos em múltiplas fases e pode ser um funcionamento em si, a angústia mental molda fatores de conversão individuais, afetando a capacidade de cada pessoa converter bens e serviços em capacidade. O conjunto completo de funções alcançadas também afeta a quantidade e a intensidade da angústia mental a que uma pessoa está exposta. Por exemplo, uma pessoa com rendimentos elevados pode dar-se ao luxo de viver num bairro seguro, mas uma pessoa com baixos rendimentos não pode. Assim, a pessoa de baixos rendimentos ficará exposta a mais angústia mental causada pela insegurança da vizinhança, o que por sua vez afetará os seus fatores de conversão.

Na infância

O impacto do sofrimento mental nos fatores de conversão e, conseqüentemente, nos conjuntos de capacidades, molda não só a vida individual das crianças, mas também as perspetivas de desenvolvimento humano na vida adulta, com implicações para a sociedade. A exposição a *stress* ou adversidade tóxica frequente ou a longo prazo, combinada com sistemas de apoio fracos, prejudica o desenvolvimento de circuitos neurais responsáveis pela autorregulação emocional,

Figura 2.1 A angústia mental condiciona a liberdade de realização, escolhas e resultados



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Lengfelder (2021) e Robeyns (2017).

cognição e comportamento.¹⁶ Em alguns casos, isto cria problemas de saúde física e mental a longo prazo, incluindo danos no cérebro em desenvolvimento.¹⁷ O desenvolvimento do cérebro de uma criança estabelece as bases para a aprendizagem, comportamento e saúde futuros.¹⁸ Os danos são difíceis, embora não impossíveis, de remediar mais tarde na vida.

Quando fatores de *stress* como a violência doméstica, ou maus-tratos ou a pobreza extrema ativam o sistema de resposta ao *stress* frequentemente ou durante um período prolongado, as respostas fisiológicas que normalmente lidam com o *stress* a curto prazo permanecem ativadas ou tornam-se permanentemente calibradas para se ativarem mais facilmente e não se desligam tão facilmente como deveriam. Eles podem então sobrecarregar o sistema biológico (é o que se chama de sobrecarga alostática) e prejudicar o desenvolvimento das ligações neurais (figura 2.2).¹⁹ Abundantes provas empíricas mostram que este processo, além de causar distúrbios mentais (crônicos), pode aumentar a possibilidade de obesidade, cancro, diabetes,

doenças cardiovasculares, abuso de substâncias, doenças autoimunes, deficiência de cognição e violência interpessoal e autodirigida.²⁰ E mesmo sem distúrbios mentais, as emoções e a cognição podem ser prejudicadas com um efeito semelhante em algumas partes do corpo, uma vez que os processos no cérebro estão ligados com os do microbioma e do intestino.²¹

Estas interações moldam as possibilidades de aprendizagem, de obter bons rendimentos e de levar uma vida longa e saudável. Podem assim limitar a função de conversão e a capacidade de transformar recursos em capacidades e podem moldar escolhas com efeitos potencialmente duradouros ao longo do ciclo de vida. A confiança básica estabelecida durante a infância²² e as relações de apoio com os prestadores de cuidados e outros adultos da comunidade podem amortecer alguns destes efeitos²³ e construir resiliência. Os exemplos a seguir são especialmente importantes, tal como a percepção de autoeficácia, ambos moldam as aspirações e crenças das crianças no quanto podem alcançar.²⁴ Mas quando os cuidadores e outros adultos da própria rede

social enfrentam adversidades ou *stress* permanente, estas estruturas de apoio podem ser fracas ou mesmo contraproducentes. O *stress* materno grave também parece alterar o ADN.²⁵ A exposição das mães à adversidade pode aumentar o comportamento defensivo entre os descendentes, o que pode ser biologicamente útil em ambientes nocivos, mas também pode levar a patologias, mesmo entre crianças criadas em ambientes seguros depois de a adversidade desaparecer.²⁶

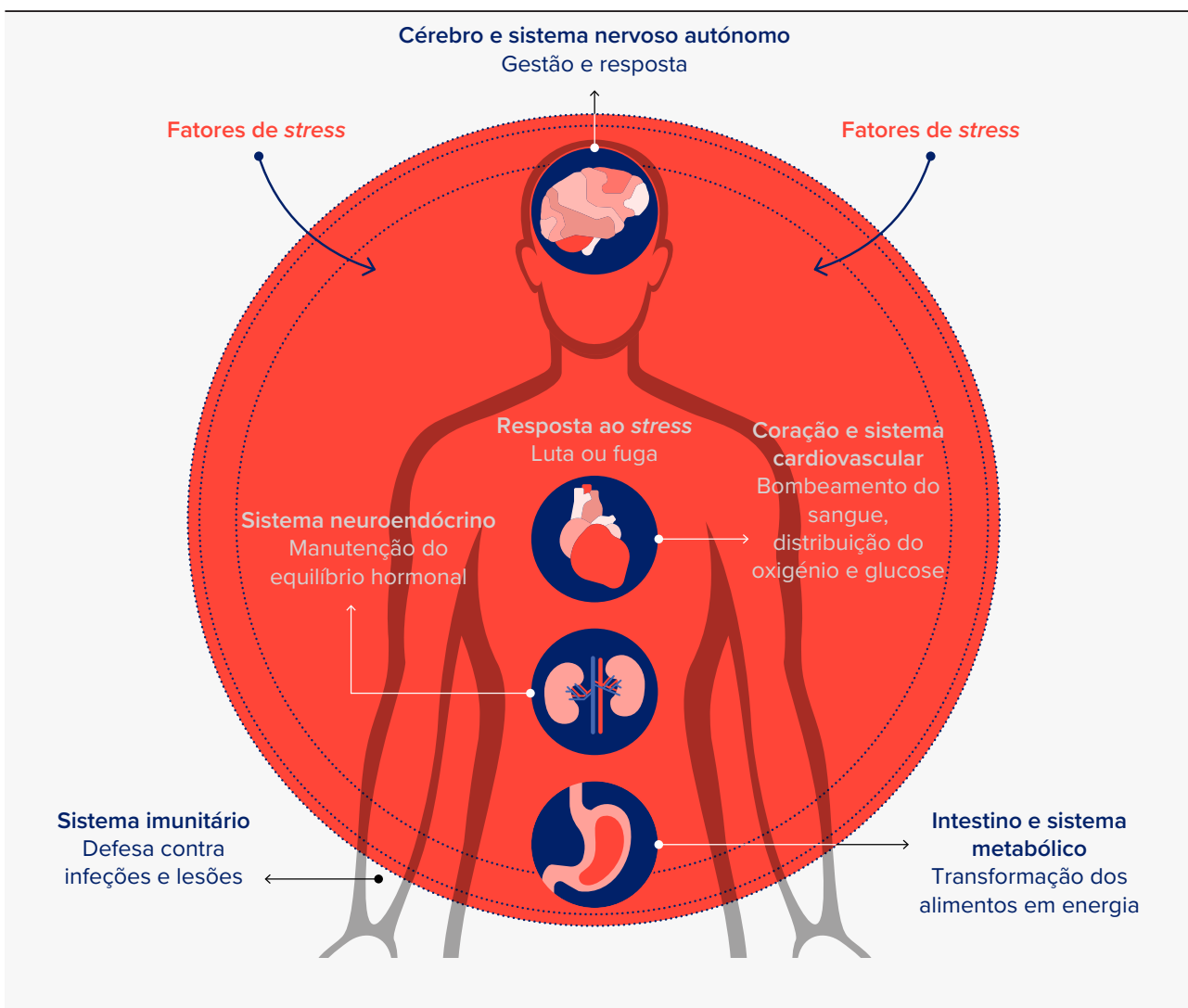
Essas crianças não estão necessariamente condenadas para toda a vida. Múltiplos sistemas biológicos, psicológicos, sociais e ecológicos interagem para construir resiliência, o que os ajuda a absorver alguma angústia ao longo do ciclo de vida. A interação de fatores individuais, sociais e comunitários pode produzir vínculos seguros, reavaliações cognitivas, coesão familiar,

estruturas sociais e redes de apoio.²⁷ A exposição à natureza também pode fazer a diferença. As pessoas, particularmente as crianças,²⁸ que estão frequentemente expostos à natureza ou passam muito tempo ao ar livre tendem a ser mais resistentes à adversidade e à angústia mental do que aqueles que não o fazem.²⁹

Na idade adulta

Para os adultos, a angústia mental pode prejudicar a capacidade de forma semelhante, mas numa altura em que o desenvolvimento do cérebro e de outros órgãos já está avançado ou concluído. Ainda assim, os adultos que sofrem de angústia mental durante um período prolongado têm

Figura 2.2 Conectar a saúde mental e física



Fonte: Conselho Científico Nacional sobre a Criança em Desenvolvimento 2020.

os fatores de conversão comprometidos, o que resulta num estabelecimento da capacidade limitado (ou liberdades a alcançar). Isso inclui a capacidade de continuar a aprender, de trabalhar e ganhar rendimentos, de levar uma vida longa e saudável, de ter apego a objetos e pessoas, de formar percepções do bem e do mal, de planejar a própria vida, de se relacionar com os outros, de se preocupar com as outras espécies e de desfrutar de atividades recreativas,³⁰ mesmo que as condições externas sejam favoráveis. Algumas condições externas, tais como o acesso à informação ou aos serviços de saúde, podem também ajudar a construir resiliência psicológica entre os adultos, o que pode absorver parte do *stress* e proporcionar espaço para lidar com futuras adversidades.³¹ A saúde mental nas idades mais avançadas reflete em parte as adversidades e a resiliência individuais, mas algumas outras perturbações mentais comuns entre as pessoas mais idosas têm outras causas.³²

“ Em tempos incertos, a angústia mental entre os indivíduos pode ter custos para a sociedade, uma vez que impede as pessoas de atingirem o seu pleno potencial ao longo do ciclo de vida

Em tempos incertos, a angústia mental entre os indivíduos pode ter custos para a sociedade, uma vez que impede as pessoas de atingirem o seu pleno potencial ao longo do ciclo de vida, limitando assim o desenvolvimento humano. E como diferentes pessoas estão expostas a diferentes níveis de angústia mental, isso pode aumentar as desigualdades e até perpetuá-las quando o sofrimento é transferido dos prestadores de cuidados para as crianças.

Mentes inquietas no meio de incertezas multidimensionais

Novos e persistentes fatores de insegurança perturbam a vida das pessoas no contexto da incerteza (ver o capítulo 1). Incluem múltiplas formas de violência, que compreendem conflitos violentos entre grupos e violência interpessoal, desde a violência doméstica à violência de vizinhança. Outros fatores de *stress* nem sempre ameaçam o bem-estar físico, mas podem ainda causar séria angústia mental: discriminação, exclusão, insegurança económica e incertezas associadas quer aos perigos mais frequentes e extremos do Antropoceno, quer às transições e rápidas mudanças tecnológicas, como acontece com a digitalização.

O contexto do Antropoceno é um fator de incerteza sem precedentes na história da humanidade. Manifesta-se não só nas alterações climáticas, mas

também na perda de biodiversidade e no esgotamento e contaminação dos recursos naturais.³³ Os próprios esforços para aliviar as pressões planetárias são também uma fonte de incerteza, conduzindo a ameaças, reais ou percebidas, associadas às transições nos sistemas económicos e sociais, num contexto de rápida transformação digital. Os empregos precários, a desigualdade digital, os ciberataques, a fraude informática e a concentração do poder digital podem todos causar séria angústia mental. Esta secção discute as provas que demonstram como estas manifestações de incerteza afetam o bem-estar mental e podem também conduzir a desigualdades no desenvolvimento humano.

Mentes pressionadas no Antropoceno

Como discutido no capítulo 1, a perigosa mudança planetária no Antropoceno reflete-se nas alterações climáticas, na perda de biodiversidade e na ocorrência ou recrudescimento mais frequente de doenças zoonóticas, sendo a Covid-19 provavelmente a mais recente. Os efeitos no bem-estar mental passam por vários canais:

- *Acontecimentos traumatizantes.* O aumento de fenómenos climáticos extremos é frequentemente acompanhado de perdas ou danos nas habitações ou nas culturas, bem como de ferimentos e mesmo da morte de entes queridos. Estas experiências podem causar um tremendo sofrimento humano, levando frequentemente ao *stress* pós-traumático (destaque 2.2), ansiedade, depressão, angústia, dor, sentimento de culpa por sobrevivência, abuso de substâncias e até suicídio³⁴
- *Integridade física.* A exposição ao calor extremo pode causar exaustão, levando à angústia mental.³⁵ Picos bruscos de temperatura causam irritabilidade, pensamentos e sentimentos mais agressivos, e até um comportamento violento.³⁶ Após a angústia e a dor que a Covid-19 tem causado em todo o mundo (ver abaixo), a possibilidade constante de outra variante mortal ou uma nova doença zoonótica também pressiona as mentes no Antropoceno.
- *O Clima Geral ou a eco-ansiedade e a nostalgia.* As alterações climáticas podem ter dois efeitos diferentes nas pessoas, dependendo em parte da sua resiliência psicológica. Aumenta a ansiedade geral e as preocupações com o futuro,³⁷ o que encoraja algumas pessoas a tornarem-se agentes de ação climática, mas pode deixar outras ansiosas e incapazes de alterar seja o que for.³⁸ Os jovens afirmam que os governos de todo o mundo rejeitaram ou negligenciaram os seus pedidos de ação urgente.³⁹ Os povos indígenas do mundo

inteiro, entre os mais afetados pelas alterações climáticas, sofreram angústia mental devido a mudanças sazonais e condições meteorológicas agudas.⁴⁰

- *Insegurança alimentar.* Com o aumento dos fenômenos climáticos extremos que perturbam a produção e o acesso aos alimentos, a insegurança alimentar está de novo a aumentar após décadas de declínio.⁴¹ Além de ser uma ameaça para a saúde física, é também um grave fator de *stress* mental.⁴² Tem estado associado a angústia psicológica tanto em países com um nível baixo como com um nível elevado de desenvolvimento humano.⁴³ Em vários países africanos as mulheres e as pessoas mais velhas são especialmente afetadas. As intervenções mais eficazes visam apenas os meios de subsistência em oposição aos rendimentos.⁴⁴
- *Perda de biodiversidade.* A perda de biodiversidade pode causar angústia mental, especialmente entre comunidades indígenas e marginalizadas, levando a impactos psicológicos e comportamentais adversos a longo prazo, tais como aumento do *stress* familiar, amplificação de traumas anteriores, maior probabilidade de abuso de substâncias e maior prevalência de ideias suicidas.⁴⁵ Embora os mecanismos causais ainda não tenham sido completamente compreendidos, algumas razões podem incluir que a perda de biodiversidade causa perturbações na saúde física através de sistemas alimentares alterados ou leva a um sentido diferente do lugar que pode minar as práticas culturais e os sistemas de conhecimento. Além disso, pode prejudicar a autodeterminação, reduzindo a suficiência dos recursos localmente disponíveis, e pode resultar numa perda de capital social, uma vez que os membros da comunidade dependem cada vez mais de fontes externas de ajuda e rendimento do que uns dos outros.⁴⁶

As consequências adversas das alterações climáticas já estão a afetar pessoas que dependem mais diretamente da agricultura e dos recursos naturais para a sua subsistência, incluindo as que vivem em comunidades em zonas rurais, costeiras, montanhosas ou florestais, muitas delas indígenas.⁴⁷ Uma vez que muitas destas pessoas vivem em países com um baixo rendimento e já são desfavorecidas, a angústia mental e os seus efeitos sobre os fatores de conversão podem aumentar ainda mais as desigualdades nas liberdades a alcançar.

O esgotamento dos recursos naturais e as alterações do uso do solo através da desflorestação e para uso agrícola estão a exercer pressões sobre a biodiversidade e a ameaçar a integridade das funções do ecossistema, com várias ameaças desconhecidas

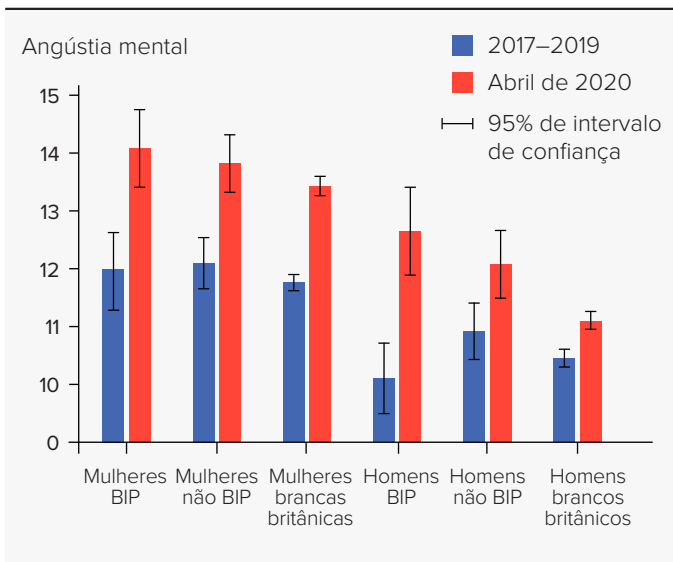
potencialmente vindouras, incluindo doenças zoonóticas mais frequentes.⁴⁸ Como discutido no capítulo 1, a pandemia de Covid-19 pode ser a mais recente, mas, certamente, não será a última, com implicações que incluem múltiplos confinamentos em todo o mundo que podem causar angústia mental no futuro, como sucedeu durante a Covid-19.⁴⁹

“ A perda de biodiversidade pode causar angústia mental, especialmente entre comunidades indígenas e marginalizadas, levando a impactos psicológicos e comportamentais adversos a longo prazo

Durante o primeiro ano da pandemia, a prevalência mundial da depressão e ansiedade aumentou mais de 25 por cento.⁵⁰ O aumento foi maior entre as mulheres do que entre os homens, muito provavelmente porque as mulheres foram mais afetadas pelas consequências socioeconómicas dos confinamentos.⁵¹ Num inquérito global, 77 por cento dos inquiridos relataram *stress* moderado a grave e sono deficiente, 59 por cento sofriam de ansiedade e 35 por cento de depressão (apenas 18 por cento tinham sido previamente diagnosticados com angústia mental).⁵² Os jovens sofreram, muito provavelmente devido às oportunidades perdidas durante os vários confinamentos.⁵³ As pessoas de baixos rendimentos, que lutam por satisfazer necessidades básicas como o arrendamento e a alimentação, sofreram de forma desproporcionada em vários países.⁵⁴

As mulheres, que assumiram a maior parte do trabalho adicional doméstico e de cuidados que surgiram durante os encerramentos de escolas e nos confinamentos,⁵⁵ enfrentaram uma angústia mental muito maior do que antes da pandemia de Covid-19.⁵⁶ Um inquérito transnacional revelou que 27 por cento das mulheres lutaram com angústia mental, em comparação com 10 por cento dos homens. As mulheres citaram a sua crescente carga de cuidados não remunerados como um fator crítico de *stress*, a par das preocupações com a alimentação, os cuidados de saúde e os meios de sustento. Dadas as ligações entre emprego, rendimento, segurança alimentar e saúde mental, é digno de nota que 55 por cento das mulheres declararam a perda de rendimento como o principal impacto da pandemia (contra 34 por cento dos homens) e que 41 por cento das mulheres (contra 30 por cento dos homens) declararam não ter alimentos suficientes.⁵⁷ As minorias étnicas de ambos os sexos foram gravemente afetadas no Reino Unido, com o maior aumento da angústia mental entre os homens com origens no Bangladesh, Índia ou Paquistão (figura 2.3).⁵⁸

Figura 2.3 No Reino Unido a angústia mental é mais prevalente entre os grupos minoritários femininos, mas a angústia mental entre os grupos minoritários masculinos aumentou muito durante a pandemia de Covid-19



BIP refere-se a pessoas com origens no Bangladesh, Índia ou Paquistão.
Nota: As alterações na angústia mental foram medidas pelo ponto 12 do Questionário Geral de Saúde. Pontuações mais elevadas (numa escala de 0 a 36) significam mais angústia mental.
Fonte: Proto e Quintana-Domeque 2021.

Mais de dois anos após a pandemia de Covid-19, as preocupações com o vírus dissiparam-se de certa forma em algumas partes do mundo. Mas a ansiedade sobre novas variantes, e a possibilidade de quarentenas obrigatórias, confinamentos e cancelamentos, prevalece em todo o mundo. A paragem abrupta e a incerteza relacionada que a pandemia infligiu à vida de muitas pessoas irá provavelmente perdurar por algum tempo.

A insegurança económica conduz à angústia mental

A insegurança económica, expressa em períodos de baixos rendimentos, desemprego, más condições de trabalho, pobreza, instabilidade habitacional e choques financeiros, pode causar angústia mental. Até mesmo a percepção de que tais resultados se podem materializar pode dar às pessoas motivos de preocupação, particularmente em contextos de precariedade económica ou de deslocalização. E mesmo quando esta deslocalização é transitória ou pequena relativamente à escala de uma economia, pode surgir como uma ameaça assustadora em determinadas regiões ou setores.⁵⁹

A relação causal também funciona no sentido inverso: as pessoas com problemas de saúde mental (e física) têm menos oportunidades de emprego e podem enfrentar penalizações no rendimento pelas suas condições.⁶⁰ Especialmente em contextos económicos onde as competências baseadas no cérebro, tais como inteligência emocional, criatividade, flexibilidade cognitiva, autocontrolo ou pensamento sistémico são mais importantes do que as competências manuais,⁶¹ sendo o bem-estar mental cada vez mais importante para prosperar no mundo profissional, enquanto a sua falta pode exacerbar ainda mais as desvantagens. Noutros contextos em que as pessoas trabalham na agricultura, estão cada vez mais expostas ao *stress* de fenómenos climáticos extremos que põem em risco a sua fonte de rendimento e segurança alimentar, e com ela o bem-estar físico e mental.

A associação da insegurança económica à angústia mental começa muito cedo na vida, na verdade começa mesmo no ventre da mãe. Alguns fetos estão expostos a mais *stress* e preocupações relacionadas com a pobreza, subnutrição, violência ou agentes irritantes ambientais associados à pobreza (tais como poluição ou temperaturas extremas) do que outros.⁶² O efeito intergeracional continua durante a infância, quando a angústia mental dos pais prejudica o bem-estar das crianças, com efeitos na idade adulta.⁶³ Se a situação continuar durante toda a infância, isto pode levar a comportamentos adaptativos e patologias de longo prazo que são difíceis de quebrar mais tarde na vida.⁶⁴ Por exemplo, as crianças que crescem com insegurança alimentar continuam frequentemente a comer em excesso, mesmo depois de superadas as dificuldades.⁶⁵ Estes efeitos podem ser amortecidos por instituições sociais ou ajuda informal na comunidade, tais como transferências de rendimento para as mães, que demonstraram melhorar a atividade cerebral infantil e as subsequentes competências cognitivas e bem-estar mental.⁶⁶

Mesmo condições menos graves de baixo estatuto socioeconómico e estruturas sociais relacionadas podem afetar o desenvolvimento cerebral e corporal, o funcionamento cognitivo e a saúde mental e física das crianças. Por exemplo, as crianças em famílias que vivem em condições de grande aglomeração, caóticas ou ruidosas ou em bairros inseguros e que carecem de organização e rotinas diárias estão geralmente expostas a uma maior angústia mental.⁶⁷ E a crença no quanto se é capaz de alcançar, que é geralmente mais baixa nas famílias de baixo estatuto socioeconómico, pode diminuir as aspirações e realizações das crianças.⁶⁸ Estes fatores podem acumular-se,⁶⁹ em linha com os modelos de vantagens e desvantagens cumulativos que têm em conta as disparidades socioeconómicas em geral e as disparidades em matéria de saúde em particular.⁷⁰ O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019

analisou em pormenor como este mecanismo atua de forma intergeracional, perpetuando desigualdades multidimensionais no desenvolvimento humano.⁷¹

Durante a idade adulta, a perceção e a atual insegurança económica, bem como os riscos de futuros riscos de depressão, são prejudiciais para o bem-estar mental em todos os níveis de rendimento, especialmente para os homens.⁷² Demonstrou-se que os choques nos rendimentos aumentam os suicídios em alguns contextos, um efeito que pode ser mitigado por transferências de rendimento.⁷³ Uma das mais graves ameaças económicas ao bem-estar mental parece resultar de repetidos choques financeiros, tais como perda de rendimentos, especialmente para as pessoas pobres e para os homens.⁷⁴ Choques já sentidos, como o desemprego, pioram as expectativas para o futuro e reduzem a satisfação de vida.⁷⁵ O emprego continuado não só é importante para evitar o *stress* financeiro; tem também efeitos psicossociais positivos, tais como estimular o sentimento de pertença a uma comunidade e contribuir de forma produtiva para a sociedade.⁷⁶

Os baixos rendimentos persistentes estão também associados a uma saúde mental e bem-estar mais pobres, especialmente quando se gera uma sensação de escassez ou insuficiência em comparação com os seus pares na comunidade.⁷⁷ As pessoas no extremo

inferior do espectro de rendimentos sofrem de angústia mental 1,5 a 3 superiores à sofrida pelas pessoas que estão no extremo superior⁷⁸ e são mais propensas a vivenciar crimes violentos e eventos traumáticos,⁷⁹ o que pode fazer com que algumas pessoas queiram deixar o seu lugar de origem (caixa 2.1). Contudo, mesmo as pessoas com rendimentos mais elevados podem sentir ressentimentos e frustrações devido a preocupações financeiras, especialmente quando as aspirações são muito elevadas e o ambiente social é tal que as pessoas percecionam uma grande desigualdade em comparação com os seus pares.⁸⁰

A incongruência da sua condição é um conceito importante aqui. Por exemplo, ter um alto nível de educação numa ocupação manual ou numa ocupação não manual pouco qualificada demonstrou causar desconforto emocional, como sentimentos de vergonha e ansiedade,⁸¹ perspetivas pessimistas e um bem-estar mental globalmente pobre. Com o aumento dos níveis de educação e mercados de trabalho incapazes de absorver toda a mão-de-obra qualificada, os casos de incongruência de condição têm aumentado e espera-se que se tornem ainda mais predominantes.⁸² As expectativas positivas e a crença na capacidade de alcançar os seus objetivos podem compensar parcialmente os efeitos negativos no bem-estar mental.⁸³ Finalmente, em idades mais avançadas, um maior

Caixa 2.1 As incertezas multidimensionais podem tornar as pessoas em vítimas do tráfico de seres humanos - outra fonte de grave angústia mental

As incertezas multidimensionais fazem com que algumas pessoas queiram procurar um futuro melhor noutra lugar. Mas os obstáculos burocráticos impedem muitas vezes a livre migração, de modo que algumas pessoas são vítimas do tráfico de seres humanos. Redes de crime organizado constituídas por traficantes fazem normalmente falsas promessas de educação ou de oportunidades de emprego utilizando agências de emprego fraudulentas para enganar as vítimas antes de aplicar a violência e a coerção.¹ A experiência de ser traficada é frequentemente traumática, com restrição de movimentos e violência, e medo de ser descoberto, detido e deportado.² Um estudo realizado na Etiópia descobriu que entre as pessoas repatriadas traficadas a prevalência de depressão era de cerca de 58 por cento, a da ansiedade de 52 por cento e a do transtorno de *stress* pós-traumático (TSPT) de 35 por cento. A restrição de movimentos estava associada à ansiedade, depressão e TSPT, enquanto a violência durante o tráfico estava ligada à ansiedade e ao TSPT. A privação de liberdade contribuía para as três perturbações.³

Um estudo sobre mulheres e raparigas traficadas de Monterrey e Reynosa (México) revelou que todas as participantes do estudo sentiam tensão, *stress*, ansiedade, preocupação e raiva e que a maioria delas chorava mais do que o habitual (86 por cento), tinha falta de apetite (86 por cento) e pensamentos suicidas (80 por cento).⁴ Entre os sobreviventes do tráfico de seres humanos na sub-região do Grande Mekong, homens, mulheres e crianças que sofreram violência durante o tráfico enfrentaram uma maior prevalência de ansiedade, depressão e TSPT do que os restantes.⁵ A par da angústia mental, muitas vítimas de tráfico humano não encontram o que esperavam no seu destino, mas enfrentam novos desafios, tais como a adaptação a um novo ambiente e por vezes até a dependência e as violações dos direitos humanos por parte dos seus traficantes.

Numa perspetiva de desenvolvimento humano, o tráfico de seres humanos retira a agência e a liberdade às pessoas, bem como a possibilidade de fazerem as suas próprias escolhas e determinarem o seu futuro. A gestão da migração segura é crucial para combater o tráfico de seres humanos e deve ser abordada através da cooperação e parceria entre os países.

Notas

1. UNODC 2021. 2. Acharya e Sanchez 2018; Gezie e outros 2018; Iglesias-Rios e outros 2018; Mumey e outros 2020; Ottisova e outros 2018.
3. Gezie e outros 2018. 4. Acharya e Sanchez 2018. 5. Iglesias-Rios e outros 2018.

endividamento pode causar solidão social e emocional, independentemente da participação social, da dimensão da rede social e de estados anteriores de ansiedade ou depressão.⁸⁴ Adicionalmente, há uma compreensão crescente dos impactos a longo prazo das quebras de rendimentos.⁸⁵ Quando uma desaceleração económica coincide com um choque de saúde, como sucedeu com a Covid-19, as implicações podem ser ampliadas e perpetuadas por gerações.⁸⁶ O canal que permite que grande parte das cicatrizes duradouras se instalem diz respeito principalmente aos impactos comportamentais e psicológicos que têm implicações ao longo da vida, mesmo depois do retorno da economia.⁸⁷

A causalidade também funciona em sentido inverso. A angústia mental diminui a capacidade das pessoas de trabalhar de modo produtivo e distorce a forma como as pessoas pensam, com consequências na forma como procuram trabalho, interagem com os outros e executam o seu trabalho.⁸⁸ O alívio das preocupações financeiras melhora a produtividade dos trabalhadores, tornando-os mais atentos, mais rápidos e menos propensos a erros,⁸⁹ dado que a pobreza parece sobrecarregar a capacidade cognitiva (mas veja-se o capítulo 3 onde se sugere que o ónus pode estar dependente do contexto social).⁹⁰ Pode também modificar o conteúdo da cognição, acrescentando uma perspetiva monetária a muitas dimensões da vida, o que é difícil de suprimir e pode moldar a tomada de decisões e as relações sociais.⁹¹ Por outro lado,

a redução da pobreza pode melhorar a socialização e outras competências não cognitivas, tais como o convívio e a consciencialização, ao mesmo tempo que diminui a hostilidade e a agressão.⁹²

Uma grande angústia mental pode prejudicar a saúde física, o que pode levar à incapacidade de realizar certos trabalhos, e aumentar as despesas de saúde quando existem lacunas nos seguros de saúde ou na prestação pública de serviços de saúde.⁹³ Acrescenta-se ainda que a angústia mental pode resultar em perda de emprego ou declínio de rendimentos, até porque afeta as preferências, as crenças, o funcionamento cognitivo e, em última análise, a tomada de decisões económicas.⁹⁴ As pessoas com depressão ganham cerca de 34 por cento menos do que a média, as pessoas com doença bipolar cerca de 38 por cento menos e as pessoas com esquizofrenia cerca de 74 por cento menos. As pessoas com estas condições enfrentam também um risco muito mais elevado de não terem rendimentos e de serem portadoras de deficiência.⁹⁵ E a falta de rendimentos pode causar ainda mais angústia mental. Verificou-se que a relação circular quase duplica o impacto negativo dos choques financeiros, explicando a baixa resiliência financeira numa armadilha de angústia mental-pobreza a longo prazo.⁹⁶

A relação circular e intergeracional entre a insegurança económica e a angústia mental pode perpetuar a desigualdade económica entre gerações (figura 2.4).

Figura 2.4 A relação circular e intergeracional entre a insegurança económica e a angústia mental pode perpetuar a desigualdade económica entre gerações



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

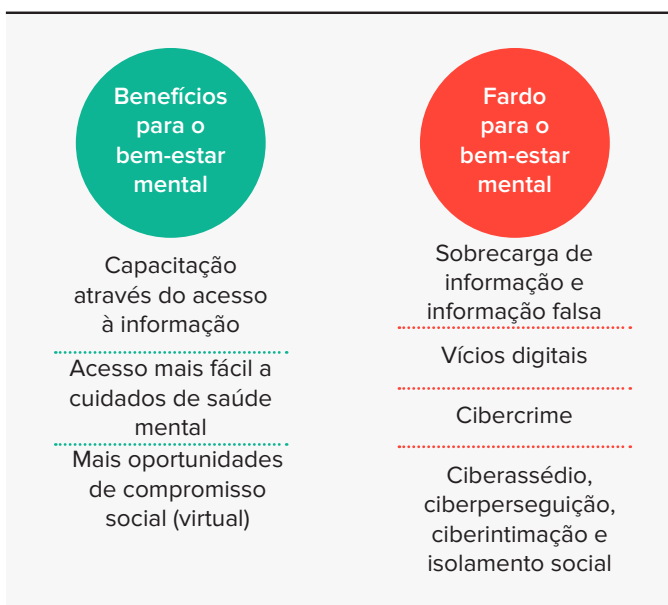
As tecnologias digitais podem geralmente melhorar a vida, uma vez que facilitam muitos processos, aumentam a eficiência e interligam pessoas de diferentes partes do mundo. Podem mesmo acelerar a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).⁹⁷ Um estudo recente abrangendo mais de 200 países concluiu que o acesso por telemóvel estava associado a uma maior igualdade de género através de múltiplos canais (menor mortalidade materna, melhor informação sobre serviços de saúde sexual e reprodutiva, maior capacitação para tomar decisões independentes, com maiores ganhos entre os países menos desenvolvidos e entre os grupos mais desfavorecidos).⁹⁸ Neste sentido, a digitalização pode contribuir para o empoderamento, essencial ao bem-estar mental.

Mas os benefícios destas novas tecnologias também surgem acompanhados de desafios. A digitalização coloca várias ameaças sociais e económicas, incluindo, mas não só, uma menor procura de mão-de-obra para algumas tarefas,⁹⁹ desigualdade digital e exclusão,¹⁰⁰ cibercriminalidade e o roubo de recursos financeiros e de informações pessoais com eles relacionados,¹⁰¹ transferência de poderes de tomada de decisão para máquinas, concentração de poder digital,¹⁰² dependências digitais,¹⁰³ violência,¹⁰⁴ e redução da segurança da vida pessoal.¹⁰⁵ Um dos mais sérios desafios da digitalização é a desigualdade digital.¹⁰⁶ As pessoas pobres e que sofrem de distúrbios mentais têm uma maior probabilidade de serem excluídos digitalmente, o que potencialmente aumenta as desigualdades noutras áreas.¹⁰⁷

Alguns destes desafios podem causar angústia mental, apesar do facto de alguns dos benefícios das tecnologias digitais promoverem o bem-estar mental (figura 2.5). Por exemplo, o ciberassédio e a ciberperseguição têm sido associados à ansiedade, ataques de pânico, ideias suicidas¹⁰⁸ e depressão.¹⁰⁹ Dispositivos móveis, redes sociais e serviços de computação em nuvem podem ser utilizados para perseguir pessoas e efetuar vigilância.¹¹⁰ As plataformas digitais tais como o Facebook, o Instagram e o Twitter podem também ser utilizadas de forma semelhante para comparação social, interações negativas, *cyberbullying*, partilha de conteúdos violentos e linguagem violenta ou discriminatória.¹¹¹ Isto tem sido associado à angústia mental e ao comportamento suicida, com uma maior prevalência entre as raparigas.¹¹² Os mais velhos podem sentir-se excluídos da sociabilização quando a geração mais nova passa o tempo nas redes sociais ou a utilizar outras tecnologias.

A exclusão digital pode ser encontrada entre os serviços de saúde. Embora os serviços de saúde

Figura 2.5 A digitalização é uma faca de dois gumes para o bem-estar mental



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

digitais possam proporcionar benefícios substanciais às pessoas com ligações rápidas à Internet e competências digitais, tendo assim potencial para alargar o acesso aos serviços de saúde entre algumas populações mais remotas (caixa 2.2), as pessoas sem estas vantagens são menos suscetíveis de beneficiar dos serviços.¹¹³

Embora o acesso à informação possa ser capacitador, a informação abundante e por vezes falsa (que é fácil de difundir através das redes sociais) pode também ser uma fonte de ansiedade. As pessoas não só podem sentir-se ansiosas por causa de demasiada informação, por vezes contraditória, como também podem sentir-se angustiadas com informações que nem sequer são verdadeiras. Durante o início da pandemia de Covid-19, e muitas vezes prolongando-se para além dela, informações falsas sobre o vírus, as suas curas e vacinas tornaram-se virais em plataformas de comunicação como o Facebook e o Twitter, causando ansiedade em muitas pessoas.¹¹⁴ A abundância de informação parece constituir um fator de *stress* (sobrecarga de informação), o que torna mais provável que as pessoas partilhem informações falsas.¹¹⁵

Outra forma de a digitalização poder causar angústia mental é a utilização obsessiva das tecnologias digitais, plataformas digitais e dispositivos digitais.¹¹⁶ O uso obsessivo de smartphones pode resultar em privação crónica do sono e prejudicar o controlo cognitivo e o funcionamento sócio-emocional.¹¹⁷ A tecnologia

Caixa 2.2 Potencial das teleconsultas para aumentar o acesso aos cuidados de saúde mental

A digitalização pode melhorar os sistemas de saúde e a prestação de serviços de saúde¹ desde que as tecnologias digitais estejam facilmente disponíveis para toda a população. A utilização dos meios móveis eletrônicos permite o acesso fácil a serviços de saúde mental e informação sobre prevenção, aconselhamento e tratamento.² A telessaúde, que envolve telefone ou vídeo através de várias aplicações baseadas na web³ tem vindo a ganhar destaque mundial ao longo dos anos. Em 2016, mais de 50 por cento dos países que responderam a um inquérito da Organização Mundial da Saúde declararam ter uma política nacional de telessaúde, cerca de 70 por cento afirmaram ter um programa de telerradiologia e aproximadamente 25 por cento afirmaram ter realizado uma avaliação do programa de telessaúde⁴. Em muitas partes de África, particularmente nas zonas rurais povoadas principalmente por jovens, existe um grande potencial para expandir os serviços de telessaúde⁵. A pandemia de Covid-19 aumentou massivamente os programas e plataformas de telessaúde. No Reino Unido, a proporção de consultas médicas por telefone ou por videochamada aumentou de 13 por cento em 2019 para 48 por cento em meados de 2020.⁶ Em alguns países da Ásia Oriental e do Pacífico⁷ e nos Estados Unidos,⁸ o número de utilizadores da telessaúde mais do que duplicou no primeiro mês da pandemia.

Uma vez que a maioria dos serviços de saúde mental não requer exames físicos, os serviços digitais são especialmente promissores, permitindo que pessoas de áreas remotas obtenham ajuda *online* sem terem de percorrer longas distâncias. Tais serviços podem ser mais eficientes em termos de tempo e custos, prestando apoio enquanto as pessoas esperam por intervenções presenciais.⁹

A subutilização destes benefícios resulta de infraestruturas de rede deficientes, financiamento inadequado para apoiar programas de telessaúde, prioridades concorrentes do sistema de saúde, desigualdades no acesso à Internet e falta de competências digitais entre a totalidade ou parte da população.¹⁰ Por conseguinte, para que as intervenções de saúde mental digital melhorem os resultados de saúde sem aumentar a desigualdade, os países precisam de aumentar os orçamentos para a telessaúde, expandir o acesso à Internet nas comunidades carenciadas e capacitar as pessoas dessas comunidades através da educação e formação sobre como utilizar dispositivos e plataformas digitais.

Notas

1. Ricciardi e outros 2019. 2. Apolinário-Hagen 2017. 3. Aref-Adib e Hassiotis 2021. 4. OMS 2016. 5. Holst e outros 2020. 6. UIT 2021. 7. Dados para a Austrália, China, Indonésia e Singapura. Kapur e Boulton 2021. 8. Koonin e outros 2020. 9. Fundação para a Saúde Mental 2021. 10. Kearns e Whitley 2019; Skinner, Biscope e Poland 2003; OMS 2016.

digital também pode promover o jogo - uma atividade associada a distúrbios mentais.¹¹⁸ Os jovens, em particular, parecem empenhar-se no jogo digital em plataformas sociais, smartphones e sítios Web especializados.¹¹⁹ A Organização Mundial da Saúde reconheceu o transtorno de jogo como uma questão de saúde mental, dado o seu impacto negativo na saúde e a sua crescente prevalência.¹²⁰

A cibercriminalidade, nomeadamente a fraude, o roubo, esquemas e outras formas de exploração financeira em linha, pode causar preocupação e ansiedade excessivas e tem estado ligado à depressão entre os adultos mais velhos.¹²¹ Além disso, a utilização da Internet reduz a interação *offline*, a participação política e o envolvimento cultural cívico.¹²² potenciando a probabilidade de isolamento social.¹²³ Em contrapartida, a tecnologia digital pode também criar oportunidades de envolvimento social que ajudam a eliminar a solidão e o isolamento social¹²⁴ e a melhorar o bem-estar,¹²⁵ por exemplo, interligando as pessoas com interesses ou problemas semelhantes a longas distâncias (fóruns de autoajuda). Ao fazê-lo, a tecnologia digital pode também aliviar a angústia mental.¹²⁶

A violência assusta, inquieta e marca vidas

Dada a ameaça direta à integridade física, a maioria das formas de violência causam angústia mental, levando frequentemente a distúrbios mentais como o transtorno de *stress* pós-traumático (TSPT), ansiedade e depressão, e cada forma de violência vem com desafios adicionais, dependendo do contexto e do cenário. A violência interpessoal inclui violência doméstica e comunitária, tais como violência do parceiro íntimo, abuso de crianças ou idosos e agressões por estranhos. A violência coletiva ocorre entre grupos maiores, tais como o crime organizado e os conflitos armados.¹²⁷

A violência interpessoal pode aumentar as desigualdades de oportunidades

Psicologicamente, a violência doméstica é extremamente tóxica, pois o lar é um local que deve proporcionar proteção e segurança, constituindo um local para descansar e relaxar longe de outros fatores de *stress* ambiental. Quando várias formas de violência doméstica acontecem simultaneamente, podem

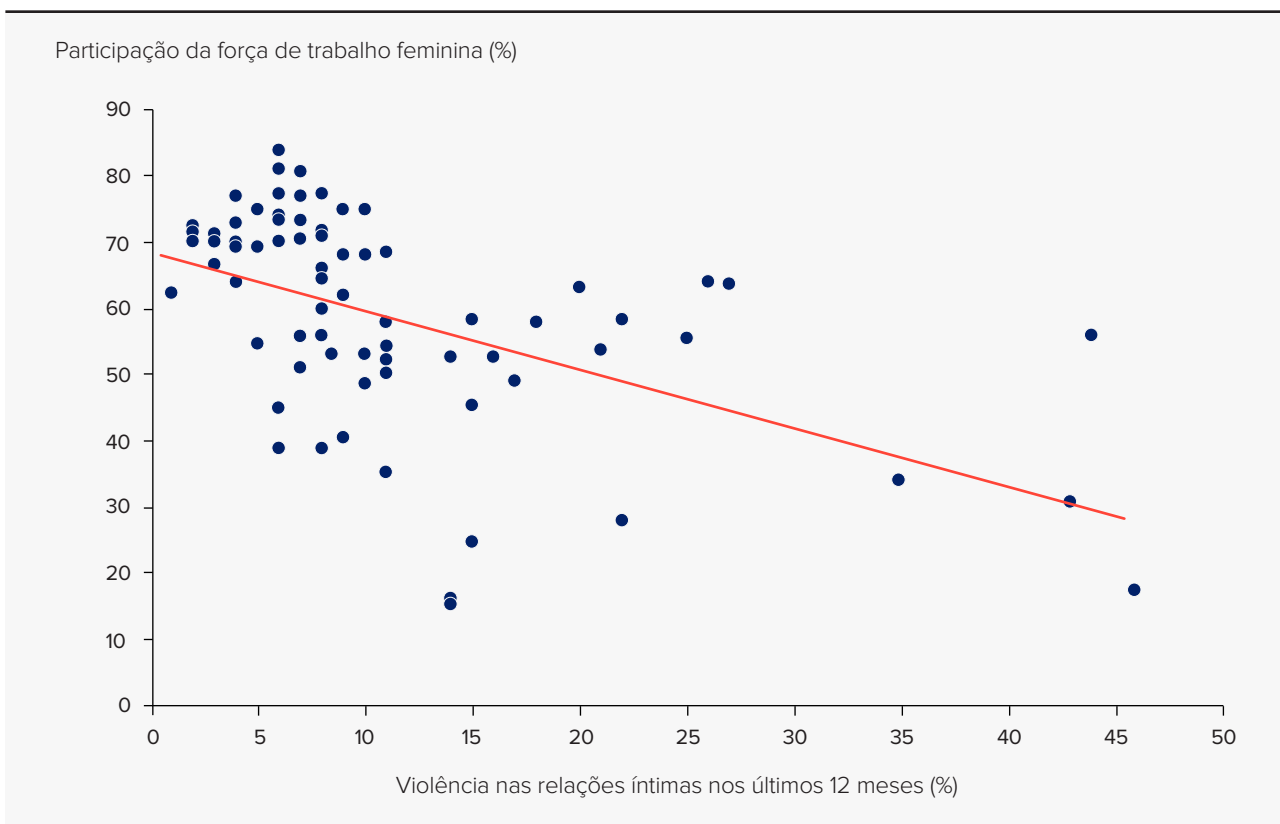
criar um ciclo vicioso de dependência e abuso. Por exemplo, quando o perpetrador controla os recursos financeiros do agregado familiar, tornando a vítima financeiramente dependente,¹²⁸ apelando ao medo e minando a autovalorização e autoestima através do abuso verbal, da crítica constante e do isolamento social, o que pode levar à retirada da força de trabalho, ao *stress* habitacional e, em última análise, à perda da autoidentidade.¹²⁹ A chave aqui é o domínio sobre o parceiro através de abuso emocional, económico ou psicológico,¹³⁰ o que então limita também substancialmente as possibilidades de escapar à violência física. Este mecanismo reflete-se em dados que mostram que em países com menor participação feminina na força de trabalho, mais mulheres experimentam a violência do parceiro íntimo (figura 2.6). Embora os homens também possam certamente ser afetados, a maioria das vítimas da violência do parceiro íntimo são mulheres.¹³¹

Os homens bissexuais e gays relatam piores consequências psicológicas após a violência do parceiro íntimo do que os homens heterossexuais.¹³²

Isto deve-se possivelmente ao peso combinado dos fatores de *stress* mental, incluindo a discriminação, e às pressões sociais das normas de masculinidade interiorizadas, sugerindo que os homens devem ser mais resistentes à opressão e à violência.¹³³ Devido aos estereótipos de género em alguns sistemas de justiça criminal, também parece haver hesitação em denunciar agressões por medo de ser mal julgado como sendo o perpetrador. Nos contextos de vários países, os homens que tinham apresentado denúncias relatavam que as autoridades tinham respondido ao seu pedido de ajuda com desconfiança, troça ou mesmo detenção.¹³⁴

Quando os idosos vivem num agregado familiar com membros da família, o que é comum em alguns contextos culturais, a violência doméstica também pode ser dirigida contra eles, afetando a sua saúde física e mental.¹³⁵ Isto acontece mais frequentemente entre as pessoas idosas com deficiências físicas (49 por cento) e com deficiências psicológicas (7 por cento). Muitas, embora não todas, as pessoas idosas afetadas são do sexo feminino (63%).¹³⁶

Figura 2.6 A violência nas relações íntimas aumenta com a dependência económica



Nota: A violência relatada por parceiros íntimos nos últimos 12 meses inclui mulheres e raparigas com mais de 15 anos de idade que sofreram violência física e/ou sexual do parceiro. A participação feminina na força de trabalho refere-se à percentagem de mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos que nela participaram de acordo com os dados mais recentes disponíveis. Apenas os países com dados sobre a participação da força de trabalho feminina em 2019 ou posteriormente são incluídos para permitir comparações diretas com o mais recente conjunto de dados do Fundo das Nações Unidas para a População acerca do problema da violência exercida pelos parceiros íntimos. Do mesmo modo, apenas os países com dados sobre a participação das mulheres na força de trabalho, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, são incluídos para controlar os efeitos potenciais da idade. O coeficiente de correlação estatisticamente significativo é de -0,53019.

Fonte: Cálculos do Gabinete de Relatórios de Desenvolvimento Humano utilizando dados da OIT (2021a) e da FNUAP (2021).

As consequências da violência doméstica para o bem-estar mental variam desde sintomas mais leves, como *stress* psicológico elevado, até autênticas formas clínicas de distúrbios mentais como o TSPT, as fobias, o abuso de substâncias, a depressão e a ansiedade.¹³⁷ Os sobreviventes da violência doméstica física são também propensos a lesões cerebrais traumáticas, com consequências devastadoras para a sua capacidade de funcionar na sociedade, incluindo para trabalhar e sociabilizar.¹³⁸ Tudo isto pode eventualmente resultar numa perda de agência: quando os indivíduos já não se sentem capazes de moldar e mudar as suas circunstâncias, perdem completamente a esperança e tornam-se vulneráveis à sobre vitimização.¹³⁹

“ Mais de metade das crianças do mundo com idades compreendidas entre os 2 e os 17 anos, cerca de mil milhões, sofreram violência emocional, física ou sexual, com consequências devastadoras para o seu bem-estar mental

Mesmo quando os ataques físicos não são dirigidos contra eles, as crianças são afetadas através de três canais:

- Testemunham os ataques a um dos seus prestadores de cuidados.
- Sintomas de TSPT nos prestadores de cuidados que comprometem a capacidade de prestar cuidados
- Modelos parentais traumatizantes ou indisponibilidade emocional que surge como resultado da angústia mental dos cuidadores.¹⁴⁰

Quando as próprias crianças são vítimas de abuso psicológico, sexual ou físico, a angústia mental é mais grave. Mais de metade das crianças do mundo com idades compreendidas entre os 2 e os 17 anos, cerca de mil milhões, sofreram violência emocional, física ou sexual.¹⁴¹ Quando os fatores de *stress* vêm de fora de casa, as relações estáveis com os prestadores de cuidados funcionam tipicamente como amortecedores para o bem-estar mental das crianças. Mas quando os cuidadores se tornam agressores, um dos instintos mais importantes, a confiança nos cuidadores, é danificada, igualando a traição por parte das pessoas de quem a criança depende.¹⁴² Prejudica a confiança básica na vida e pode ter consequências graves a longo prazo, e por vezes irreversíveis, para a saúde psicológica e física das crianças, bem como para o seu funcionamento geral, causando o que se chama trauma complexo da infância ou do desenvolvimento.¹⁴³ A função de conversão destas crianças difere assim da das crianças que cresceram num agregado familiar não violento, a menos que uma combinação muito favorável de fatores de construção resilientes se

junte e absorva parte do *stress* tóxico que a criança sofreu.¹⁴⁴ Intervenções culturalmente alinhadas são aqui cruciais, uma vez que as discussões sobre violência doméstica ainda são tabu em muitas sociedades, impedindo os assistentes sociais de intervir e disponibilizar tratamentos de saúde mental para as crianças.

A violência comunitária vai desde atos isolados de agressão por estranhos ou conhecidos, tais como *bullying*, assalto à mão armada e abuso sexual, até à violência institucional ou no local de trabalho.¹⁴⁵ Os bairros não são simplesmente os locais físicos em que residimos; são também locais com intrincadas ligações sócio-económico-espaciais (caixa 2.3).¹⁴⁶ Embora as características da vizinhança, incluindo a educação e as instalações de cuidados de saúde, a conectividade dos transportes e os níveis de criminalidade, bem como a perceção da segurança e coesão social, possam afetar resultados como a saúde, educação e rendimentos,¹⁴⁷ esses mesmos resultados, por sua vez, determinam quais os bairros que são acessíveis às pessoas.¹⁴⁸ Este resultado constitui um obstáculo à mobilidade intra e intergeracional, pois pode aprisionar as pessoas em ciclos de baixos rendimentos, saúde e educação deficientes, e ambientes propensos a agravar estas desvantagens.¹⁴⁹ A angústia mental é um fator de risco adicional nesta armadilha, dadas as suas consequências para a cognição, produtividade e funcionamento em geral.¹⁵⁰ Para as crianças, que normalmente dependem das decisões de habitação dos pais, o efeito é igualmente forte, se não mais grave, uma vez que são muito mais vulneráveis à angústia mental do que os adultos (ver a primeira secção deste capítulo).¹⁵¹ No seu conjunto, estes fatores podem perpetuar desigualdades, não só entre bairros, mas também entre cidades, países e regiões, uma vez que os níveis de violência variam entre diferentes áreas.

A violência coletiva pode aumentar as desigualdades entre grupos de pessoas

Em algumas regiões do mundo, a causa principal da violência nos bairros é o crime organizado. As pessoas que residem em bairros onde operam cartéis de droga ou outros grupos criminosos experimentam mais angústia mental, nomeadamente por causa da ameaça de violência sentida. Dados sobre o México mostram que a informação sobre atos brutais, tais como execuções, e sobre confrontos violentos entre a polícia local e grupos criminosos causou uma angústia mental substancial aos membros da comunidade. Em algumas ocasiões, esta informação pode ser difundida propositadamente para incutir medo na comunidade.¹⁵² A angústia mental causada pelo

Caixa 2.3 Violência na vizinhança é má, mas a incerteza em torno dela pode torná-la ainda pior

A exposição direta à violência e a possibilidade de sofrer violência como residente de um bairro considerado inseguro são fatores de risco significativos para a angústia mental. Em Buenos Aires, Lima, Medellín, Cidade do México e São Paulo a exposição à violência interpessoal, por exemplo, o ser espancado, testemunhar a morte ou alguém ser ferido, ser assaltado ou ameaçado com uma arma, e a violência sexual, bem como a experiência de viver em bairros com maior prevalência de crimes violentos (depois de contabilizada a exposição individual à violência) está associado a maiores probabilidades de ansiedade e distúrbios de humor.¹

Em Baltimore, Maryland, os inquiridos que vivem em zonas de criminalidade violenta denunciam taxas mais elevadas de depressão (61 por cento mais elevadas) e transtorno de *stress* pós-traumático (85 por cento mais elevadas) do que os residentes em zonas menos críticas.² A depressão pode ser causada por exposição indireta ou por outros fatores relacionados com a vida em bairros violentos. Em alguns casos, a percepção do nível de violência no bairro e a incerteza em torno da exposição a ela pode ser pelo menos igualmente preocupante.

Os adolescentes na Califórnia que consideram o seu bairro como inseguro têm o dobro da probabilidade de experimentar grave angústia mental do que os seus pares que consideram o seu bairro como seguro. São também mais suscetíveis de sofrer de angústia do que os adolescentes que vivem em bairros considerados violentos, com base em medidas objetivas (figura 1 da caixa).³

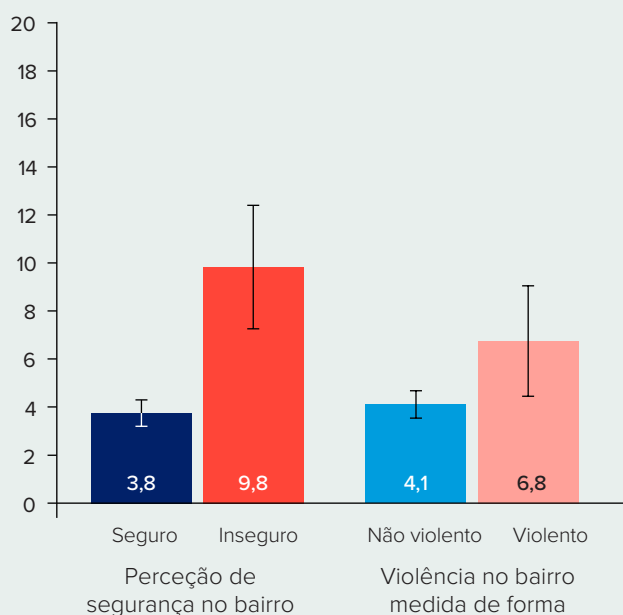
A angústia mental também pode ser exacerbada pela interação de outros fatores. Vários destes fatores num inquérito à população de adultos que vivem num grupo de *favelas* no Rio de Janeiro, especificamente por serem jovens, mulheres ou desempregados; por terem um rendimento mais baixo; e por terem experimentado e temerem a violência nos bairros, foram separada e significativamente associados a resultados de saúde mental mais pobres. Estes fatores, juntamente com experiências passadas de violência e o medo da violência, foram também significativamente associados a níveis mais elevados de angústia mental.⁴

Notas

1. Benjet e outros 2019. 2. Weisburd e outros 2018. 3. Goldman-Mellor e outros 2016. 4. Cruz e outros 2021.

Figura 1 da caixa O risco percebido pode induzir mais stress do que o risco real

Percentagem de adolescentes na Califórnia com perturbações psicológicas graves (%)



Nota: Whiskers indica um intervalo de confiança de 95 por cento.

Fonte: Goldman-Mellor e outros 2016.

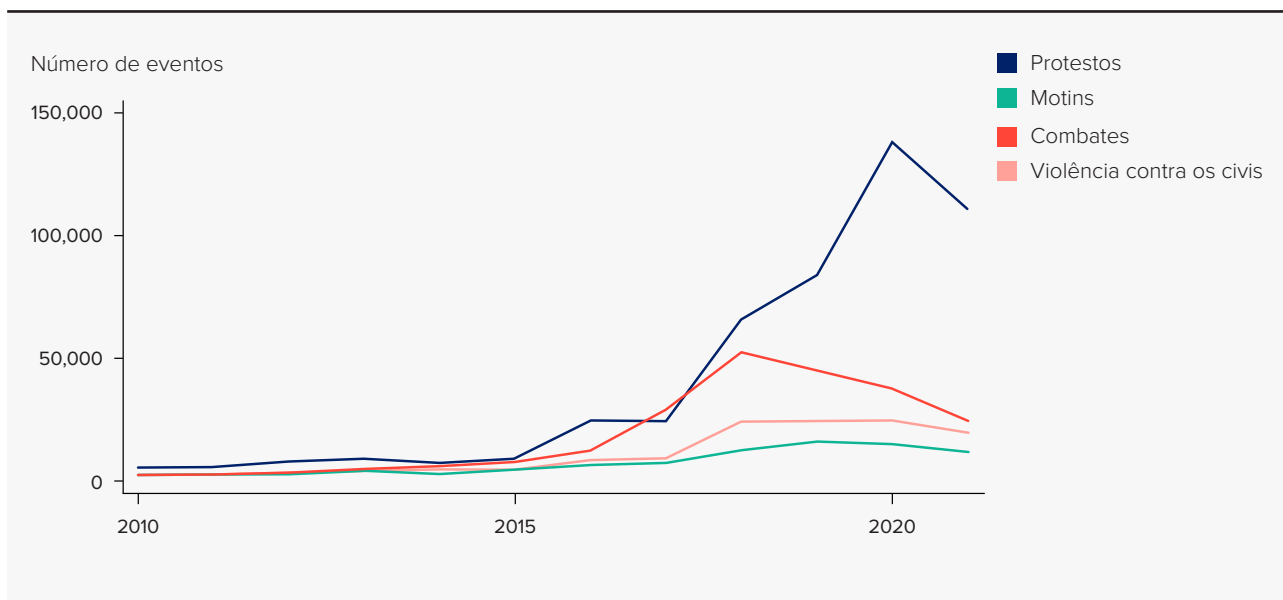
crime organizado não está limitada às vítimas e à comunidade. Os membros de grupos criminosos também sofrem de angústia mental devido à exposição crónica à violência, potencialmente aumentando os ciclos de violência, uma vez que alguns tipos de angústia mental podem resultar em comportamentos agressivos.¹⁵³

A violência durante protestos, motins e confrontos com a polícia pode causar desequilíbrios emocionais, medos, preocupações e até traumas psicológicos. Na última década, os protestos, por vezes acompanhados de violência política associada, aumentaram substancialmente, até que a pandemia de Covid-19 surgiu (figura 2.7).¹⁵⁴ Quando o clima político muda

e as autoridades não respeitam plenamente o direito à liberdade de expressão, as pessoas podem sentir a repressão e começar a sentir-se impotentes ou indefesas.

Por vezes, a frustração em toda a população pode também transformar-se em confrontos entre manifestantes e polícia, causando angústia mental. Um manifestante na Índia afirma: “[Eu] congelo, sinto-me paralisado e hesitante em qualquer altura [eu] vejo um polícia, ou alguém a empunhar um pau, ou quando as luzes da rua se apagam... Vejo as pessoas a separarem-se em concentrações... amigos a ter ataques de pânico explosivos.”¹⁵⁵ O efeito pode ser tão grave como os causados pelo

Figura 2.7 O aumento da violência política tem significado mais incerteza para muitas pessoas



Nota: *Protesto* é definido como uma manifestação pública em que os participantes não se envolvem em violência, embora a violência possa ser usada contra eles. *Combate* é definido como uma interação violenta entre dois grupos armados politicamente organizados numa determinada altura e num determinado local. Os combates podem ocorrer entre grupos armados e estatais, não-estatais e externos e em qualquer combinação dos mesmos. *Motim* é definido como um evento violento em que manifestantes ou multidões se envolvem em atos perturbadores, incluindo, mas não se limitando, ao lançamento de pedras, destruição de propriedade e similar. *Violência contra civis* é definido como eventos violentos em que um grupo armado organizado inflige deliberadamente violência a não combatentes desarmados. Os autores de tais atos incluem as forças do Estado e seus afiliados, rebeldes, milícias e forças externas ou outras (ACLED 2019).

Fonte: Cálculos do Gabinete de Relatórios de Desenvolvimento Humano utilizando dados do ACLED (2021).

conflito armado, no qual a OMS estima que a taxa de TSPT seja um pouco mais de 21 por cento.¹⁵⁶ Um estudo proveniente da Região Administrativa Especial de Hong Kong, China, encontrou uma prevalência combinada de depressão e TSPT de 21,8 por cento entre a população adulta durante os distúrbios sociais de 2019-2020. Havia também uma forte associação entre o pesado uso dos meios de comunicação social relacionados com a política e a angústia mental, atribuível ao contágio de emoções.¹⁵⁷ Após a violência na República Árabe da Síria, civis manifestaram sofrer de ataques de pânico, especialmente em relação à possibilidade de “desaparecerem” enquanto eram transferidos sob detenção.¹⁵⁸ O conflito sírio também mostra como a violência coletiva, tais como motins, confrontos ou violência contra civis pode escalar para conflitos armados e guerras civis.¹⁵⁹

Quando isso acontece, a angústia mental grave e duradoura pode ser a consequência para grandes partes da população, dada a natureza das experiências traumáticas relacionadas com cenários de guerra. Desde o início dos anos 2000 até ao início da guerra na Ucrânia, houve poucos conflitos entre Estados, mas na última década assistiu-se a um aumento das mortes relacionadas com conflitos civis, alguns sujeitos a intervenções de Estados estrangeiros.¹⁶⁰ Em cenários pós-guerra, cerca de

uma em cada cinco pessoas sofre de problemas de saúde mental.¹⁶¹ O TSPT é muito comum entre os sobreviventes de guerra, afetando cerca de 354 milhões de sobreviventes de guerra adultos,¹⁶² não menos importante devido à ameaça direta de sofrer violência e à constante possibilidade de perda ou ferimento de entes queridos.¹⁶³ O luto e a tristeza têm estado relacionados com o comportamento viciante, particularmente com o aumento do abuso de substâncias.¹⁶⁴ Isto pode representar um encargo adicional para os sistemas de saúde pública, considerando as consequências a longo prazo do abuso de substâncias para a saúde mental e física.

Os dados comparativos globais sobre a prevalência do TSPT continuam a ser um desafio, mas exemplos mais específicos de países dilacerados pela guerra podem fornecer ensinamentos mais profundos sobre o número de pessoas afetadas e sobre os mecanismos e nexos de causalidade por detrás delas. Devido às guerras e conflitos armados recorrentes no Iraque, por exemplo, a prevalência do TSPT entre os jovens dos 17 aos 19 anos é de 25 por cento,¹⁶⁵ e mais de dois terços dos homens adultos sofrem de ansiedade e instabilidade emocional.¹⁶⁶ Na Nigéria, a insurreição de Boko Haram contribuiu para grande angústia mental, incluindo graves perturbações emocionais, angústia psicológica, distúrbios

psicóticos, TSPT e depressão.¹⁶⁷ As agressões sexuais das milícias às mulheres e raparigas,¹⁶⁸ conduzem ao isolamento social, à depressão e a ideias suicidas.¹⁶⁹ O pessoal militar estacionado nas zonas de conflito armado nigeriano tem também uma elevada probabilidade de sofrer de TSPT e de fugir dos sintomas.¹⁷⁰ Mas os sobreviventes não são frequentemente diagnosticados com o TSPT e não identificam a sua condição como tal. Existem outras explicações, culturalmente alinhadas, para o que as pessoas sentem e passam e, seguindo-as, as pessoas podem procurar abordagens alternativas para a saúde integradora e o bem-estar mental.¹⁷¹

Cerca de 450 milhões de crianças, ou uma em cada seis, vivem atualmente em zonas de conflito, com consequências devastadoras para a sua saúde mental,¹⁷² incluindo o TSPT.¹⁷³ A taxa de prevalência do TSPT foi de 44 por cento entre as crianças sobreviventes do genocídio ruandês e 87 por cento entre as crianças expostas aos bombardeamentos em Gaza.¹⁷⁴ Na Nigéria, o Boko Haram recrutou crianças pequenas para se juntarem às suas milícias, causando severa angústia mental associada à guerra.¹⁷⁵ Alguns destes efeitos podem ser duradouros se não forem adequadamente tratados: as crianças que sobreviveram à guerra do Vietname mostram um aumento dos sintomas de depressão na idade adulta.¹⁷⁶

Além da ameaça à integridade física, os conflitos armados podem expor as pessoas a deslocamentos, destruir infraestruturas críticas, perturbar as cadeias de abastecimento, dificultar o investimento e, assim, minar o crescimento económico e o desenvolvimento, resultando possivelmente em desemprego maciço, tudo isto aumentando a angústia mental de grandes partes da população.¹⁷⁷ Quando as forças de conflito armadas forçam as pessoas a abandonar as suas casas, essa realidade é exponenciada. Estima-se que, em meados de 2022, pelo menos 100 milhões de pessoas tenham sido deslocadas à força das suas casas em todo o mundo devido aos conflitos, com deslocamentos importantes no Afeganistão, Burquina Faso, República Democrática do Congo, Etiópia, Mianmar, Nigéria e Ucrânia.¹⁷⁸

A guerra na Ucrânia causou um grande aumento de deslocados, com mais de 7 milhões de deslocados internos e mais de 5,6 milhões de refugiados.¹⁷⁹ As crianças, que representam cerca de metade dos deslocados, ficam expostas a todo o tipo de angústia mental.¹⁸⁰ A nível mundial, existem atualmente quase 37 milhões de crianças deslocadas, o número mais elevado alguma vez registado.¹⁸¹ Quando deslocadas, as pessoas podem perder os seus bens materiais, ligações comunitárias e redes de assistência social. E se fugirem para outro país, possivelmente até os seus deveres cívicos, acesso a serviços sociais, profissões, identidade profissional

e muito mais, todos fatores de risco de angústia mental que afetam a capacidade das pessoas.¹⁸² Num ambiente em que as pessoas sofrem de problemas de saúde, oportunidades de educação limitadas e desemprego, é mais provável que a angústia mental se instale, mas menos provável que seja tratada porque os recursos são particularmente escassos para fazer face a todas as necessidades. De facto, os países em conflito apresentam o maior fosso entre as pessoas que necessitam de serviços de saúde mental e as pessoas que têm acesso aos mesmos.¹⁸³ As abordagens a nível comunitário são promissoras para facilitar o acesso aos serviços de saúde mental nestes contextos (caixa 2.4).

“
Alguns grupos de pessoas têm sido excluídos, desrespeitados e discriminados durante séculos, com efeitos devastadores no seu bem-estar mental e no desenvolvimento humano em geral

Uma vez que, alguns grupos de pessoas são mais afetados pela violência do que outros e, portanto, sofrem mais de angústia mental do que outros, a alteração dos seus fatores de conversão limita a sua liberdade de alcançar e, portanto, aumenta a desigualdade de oportunidades entre bairros, distritos e mesmo países, dependendo do nível de violência que as pessoas estão a sofrer (e do acesso a serviços de saúde mental e outros recursos que podem mitigar a angústia). Além disso, a própria exposição à violência pode criar ciclos viciosos de ainda mais violência se deixada sem vigilância.

A discriminação desestabiliza as mentes ao atacar a dignidade humana

Alguns grupos de pessoas – incluindo mulheres, certos grupos étnicos, pessoas de cor, pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais ou outras minorias sexuais (LGBTQI+) e pessoas com deficiência – têm sido excluídos, desrespeitados e discriminados durante séculos, com efeitos devastadores no seu bem-estar mental e no desenvolvimento humano em geral. A nível institucional, as normas e leis discriminatórias de alguns países ainda enviesam o sistema de justiça criminal e bloqueiam o acesso a serviços de educação e saúde de alta qualidade, oportunidades económicas e acumulação de riqueza, atacando a dignidade humana e aumentando as desigualdades.¹⁸⁴

Caixa 2.4 Enfrentar a angústia mental a nível comunitário

A lógica subjacente aos serviços de saúde mental baseados na comunidade é que tendem a ter uma maior aceitabilidade entre a população e uma melhor acessibilidade e viabilidade económica do que a maioria das outras opções de cuidados de saúde. Normalmente permitem o envolvimento da família, são menos propensos ao estigma e à discriminação, promovem a consciência da saúde mental e têm uma maior eficácia clínica dado o envolvimento de fornecedores locais de confiança.¹ Um exemplo é o Modelo de Saúde Mental e Desenvolvimento das Necessidades Básicas da Rede de Inovação em Saúde Mental, que já abrangeu mais de 650.000 pessoas e seus familiares em diferentes países de baixo e médio rendimento. Aumentou o acesso ao tratamento entre os utilizadores do serviço em 84 por cento, e os utilizadores comunicaram uma redução de 75 por cento nos sintomas, tudo isto custando apenas 9,67 dólares por mês por pessoa.² Em alguns países, incluindo o Ruanda, o Sudão do Sul e o México, o combate à angústia mental a nível da comunidade tornou-se uma parte importante da estratégia de saúde pública.

Ruanda

O genocídio de 1994 no Ruanda teve inúmeros e duradouros efeitos adversos na saúde mental dos cidadãos, incluindo altas taxas de depressão e transtorno de *stress* pós-traumático (TSPT)³ Tal como outros países, o Ruanda tem feito esforços para resolver a angústia mental da população. Ao procurar assegurar a disponibilidade de serviços de saúde mental a nível da comunidade até 2024,⁴ o governo tem utilizado várias estratégias, tais como o estabelecimento de instalações de saúde mental em todas as unidades comunitárias e centros de saúde, a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde mental através da construção de um Centro Nacional de Saúde Mental, e a melhoria dos sistemas de informação e vigilância para gerir e conduzir o acompanhamento dos pacientes.⁵ Ao longo do tempo o governo descentralizou os cuidados de saúde mental e manteve pelo menos um psicólogo e uma enfermeira psiquiátrica por hospital.⁶ Tais intervenções ajudam as pessoas que sofrem de distúrbios mentais a recuperar, a estabelecer redes sociais fortes a nível comunitário e a tornar-se emocionalmente mais resiliente.⁷

Sudão do Sul

O povo do Sudão do Sul também luta com problemas mentais, tais como depressão, ansiedade e TSPT causados por conflitos, violência, dificuldades económicas e mau acesso aos cuidados de saúde, entre outros.⁸ Para ajudar as pessoas que sofrem de angústia mental, incluindo as que foram expostas a conflitos armados e violência, as equipas de saúde mental do Comité Internacional da Cruz Vermelha prestam serviços de aconselhamento em estabelecimentos de saúde do Sul do Sudão, tais como centros de saúde primários, centros de reabilitação física e enfermarias cirúrgicas.⁹ Esta abordagem é semelhante à ruandesa, na medida em que tenta aproveitar as infraestruturas locais de saúde pública e as redes de confiança para difundir o acesso aos cuidados de saúde mental.

México

A política de saúde mental do México preconiza o aumento da consciência da saúde mental pública, cuidados comunitários e serviços de ambulatório, bem como manter a necessidade de hospitalização a um mínimo, entre outros.¹⁰ Especificamente, para tratar de distúrbios mentais, o México utiliza o modelo comunitário de cuidados de saúde mental, que envolve o desenvolvimento de clínicas ambulatoriais, centros de reabilitação e centros de acolhimento,¹¹ de modo a assegurar o acesso aos serviços de saúde mental mesmo em áreas remotas.¹²

Notas

1. Kohrt e outros 2018. 2. MHIN 2022. 3. Ministério da Saúde do Ruanda 2018. 4. Ministério da Saúde do Ruanda 2018. 5. Ministério da Saúde do Ruanda 2018. 6. Smith e outros 2017. 7. Hynie e outros 2015. 8. CICV 2020. 9. CIVC 2020. 10. Block e outros 2020. 11. Alvarado e outros 2012. 12. Block e outros 2020.

Uma vez que muitas das medidas de desenvolvimento captam resultados a um nível agregado, as desigualdades horizontais permanecem frequentemente não reveladas, resultando em políticas que não abordam a discriminação estrutural. Mas as pessoas também sofrem de discriminação na sua vida diária, quando são atacadas ou excluídas por colegas, vizinhos ou nas ruas. Ambos os tipos de discriminação podem causar angústia mental e interagir com as desigualdades, reforçando-se mutuamente e criando ciclos intergeracionais de desigualdade e discriminação.

A discriminação estrutural reforça as desigualdades

Verificou-se que a discriminação estrutural e o racismo aumentam as disparidades globais em matéria de saúde através de vários canais,¹⁸⁵ incluindo angústia mental, adversidades ambientais e cuidados de saúde desiguais.¹⁸⁶ A discriminação pode ser vista como uma forma latente de violência, constituindo um fator de *stress* psicológico que tem estado empiricamente relacionado com depressão;

ansiedade; comportamento delinquente; álcool, tabaco e uso de drogas como mecanismos de sobrevivência; doenças metabólicas; doenças cardiovasculares; baixo peso à nascença; e prematuridade.¹⁸⁷ A discriminação estrutural ou sistêmica pode por vezes transformar-se em violência real, andando de mãos dadas com as violações dos direitos humanos. O caso mais extremo é o genocídio, mas outras formas de violação dos direitos humanos e desrespeito pela dignidade humana deixaram grupos minoritários inteiros, como as populações Rohingya ou Yazidi, também com graves problemas de saúde mental.¹⁸⁸ A exclusão e a discriminação podem prejudicar o bem-estar mental de certos grupos, como acontece com os migrantes que lutam para se adaptarem ao país de acolhimento, especificamente com a coerência cultural, a identidade e mesmo o luto.¹⁸⁹ Abordagens de tratamento culturalmente alinhadas são aqui especialmente importantes, porque pessoas diferentes acreditam em coisas diferentes, o que pode alterar a eficácia de algumas intervenções de saúde mental.

No caso do racismo, o efeito no bem-estar mental pode ser intergeracional: o racismo vicário, que é o racismo experimentado pelos pais e depois transmitido às crianças, pode afetar a saúde mental, física e sócio-emocional das crianças (alguns exemplos incluem o aumento do índice de massa corporal, depressão, ansiedade, uso de substâncias, atrasos no desenvolvimento cognitivo e aumento do uso de cuidados de saúde para visitas de doentes).¹⁹⁰ Este efeito passa principalmente pelo aumento da percepção de ameaças por parte das crianças, práticas parentais mais severas, relações mais complicadas entre pais e filhos e sociabilização racial, isto é, a informação que as crianças recebem sobre raça e racismo.¹⁹¹ As crianças mais novas correm maior risco de desenvolver padrões defensivos a longo prazo quando indiretamente expostas ao racismo (ver acima sobre os efeitos da ameaça nas consequências comportamentais a longo prazo). As crianças que são afetadas pela discriminação e não têm resiliência psicológica ou recursos suficientes para a construir podem ficar ainda mais desfavorecidas em relação aos seus pares.

A discriminação interpessoal prejudica as sociedades

A discriminação estrutural envolvendo instituições, regras e normas não é o único ataque à dignidade das pessoas. A discriminação e a exclusão entre pares, colegas ou vizinhos ou na rua podem também deixar cicatrizes psicológicas que duram uma vida inteira se não forem tratadas. Além da raça e etnia, as pessoas são por vezes discriminadas devido à sua orientação sexual ou identidade de género.

Em alguns países, as pessoas LGBTI+ têm 4,5% de sintomas de depressão forte e uma taxa de ansiedade de interação social 40% mais elevada do que as suas homólogas não LGBTQI+.¹⁹² Quando os estatutos de minoria se sobrepõem, por exemplo, quando uma pessoa LGBTQI+ se identifica como minoria étnica, os efeitos da discriminação podem multiplicar-se, tornando a pessoa mais vulnerável do que os indivíduos com um único estatuto de minoria.¹⁹³ Os jovens LGBTQI+ parecem ser especialmente vulneráveis à discriminação, o que é importante, dado o seu delicado estágio de desenvolvimento e formação de identidade. Alguns inquéritos nacionais sobre este grupo minoritário descobriram que:

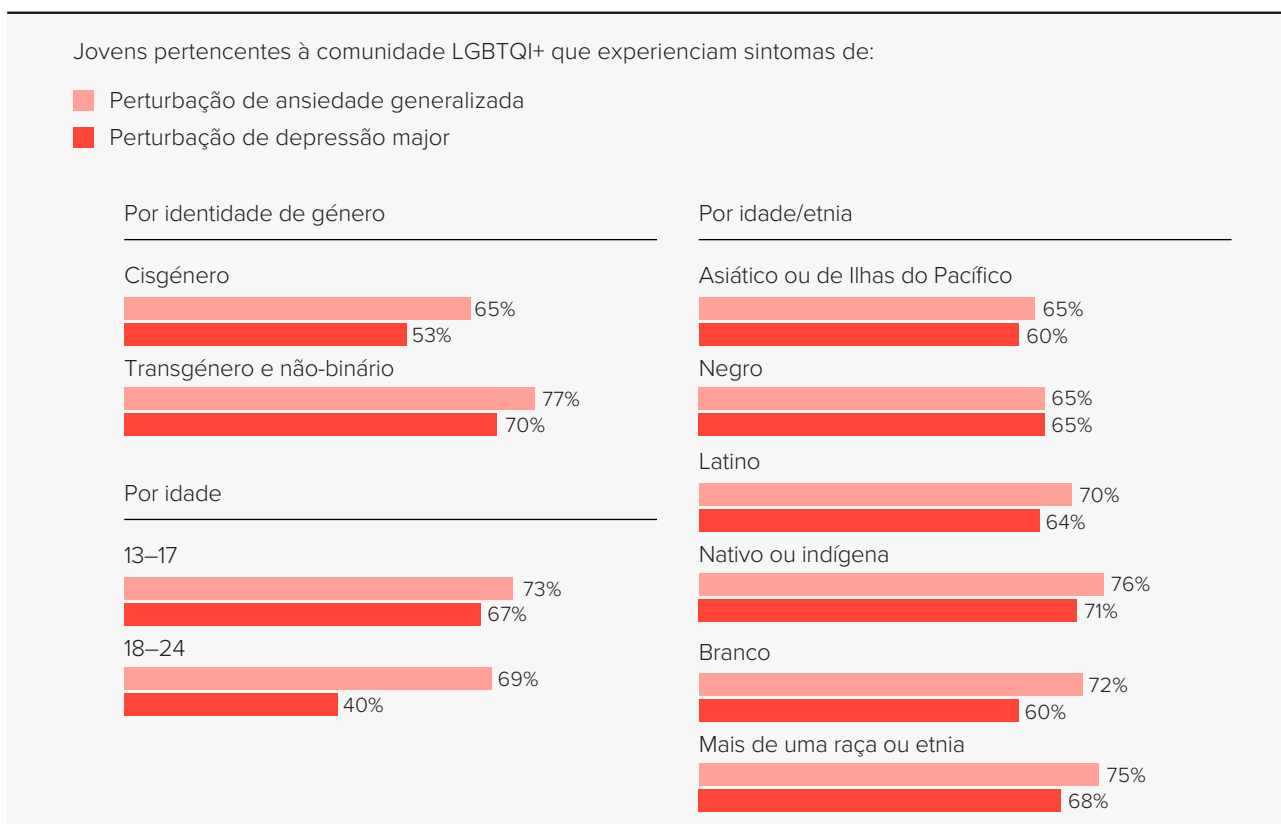
- Mais de 75 por cento dos jovens LGBTQI+ relatam ter sofrido discriminação com base na sua orientação sexual ou identidade de género.
- Mais de metade dos jovens transgénero e não binários consideraram seriamente o suicídio no último ano, 71 por cento experimentaram sintomas de distúrbios de ansiedade e cerca de 62 por cento tiveram grandes distúrbios depressivos.¹⁹⁴
- Quase todos os participantes no inquérito (95 por cento) relatam dificuldades em dormir à noite, e 70 por cento, tinham-se sentido inúteis ou sem esperança durante a última semana.
- Apenas 26 por cento dos participantes se sentem seguros na escola.¹⁹⁵

Os dois principais distúrbios mentais são também mais comuns entre os jovens LGBTQI+, embora não haja uma variação significativa entre as diferentes identidades étnicas (figura 2.8).¹⁹⁶

“ A angústia mental causada pela exclusão, desrespeito e discriminação é mais um fator que pode aumentar as desigualdades multidimensionais dentro das sociedades

A angústia mental causada pela exclusão, desrespeito e discriminação é mais um fator que pode aumentar as desigualdades multidimensionais dentro das sociedades. Quando a discriminação não aumenta diretamente as disparidades em matéria de saúde, é contígua, ainda assim, à angústia mental, que acaba por prejudicar a saúde física, impedindo as pessoas de desenvolverem todo o seu potencial e de viverem vidas que têm razões para valorizar. Estas pessoas desfavorecidas têm então diferentes fatores de conversão dos seus pares e, portanto, diferentes conjuntos de capacidades (liberdade de alcançar), o que aumenta ainda mais as desigualdades multidimensionais. Em alguns casos, isto irá exacerbar ainda mais a discriminação, a exclusão e o desrespeito porque as vítimas são frequentemente culpadas pela sua condição de desfavorecida nas sociedades meritocráticas.¹⁹⁷ Cabe-nos a nós lutar

Figura 2.8 Níveis elevados de angústia mental entre jovens que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, homossexuais, intersexuais ou outras minorias sexuais (LGBTQI+)



Fonte: O Projeto Trevor 2021.

contra a discriminação, protegermos uns e outros em sociedades socialmente coesas e exercer a agência quando se trata de construir resiliência.

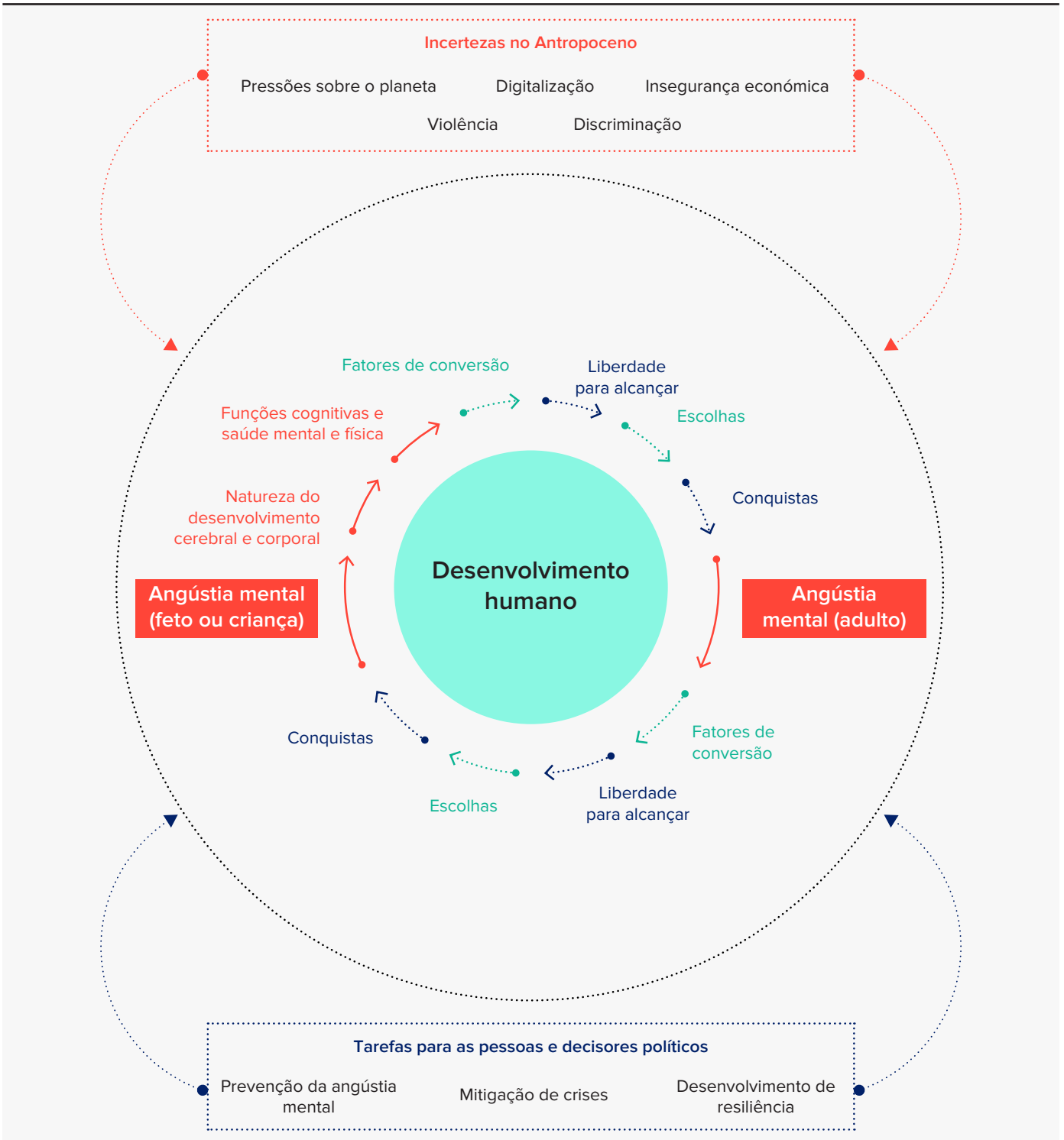
Desenvolvimento humano em tempos incertos

Este capítulo mostra como os fatores de *stress* mental não atuam no vazio, estão interligados e podem reforçar-se mutuamente,¹⁹⁸ particularmente no contexto de incerteza descrito no capítulo 1. Ao mesmo tempo, múltiplos fatores sistêmicos podem ajudar a construir a resiliência,¹⁹⁹ tal como explorado na parte II do Relatório. Diferentes fontes de *stress* tóxico afetam não só o bem-estar mental das pessoas, mas também a sua saúde física, especialmente numa fase precoce do ciclo de vida, dado que o corpo e o cérebro ainda se estão a desenvolver. O desenvolvimento infantil, juvenil e mesmo fetal são funções das estruturas socioeconômicas, políticas e sociais, entre muitas outras, as quais determinam o nível de adversidade e angústia a que as pessoas estão expostas. Assim, os fatores de conversão individuais,

que significam a capacidade de cada indivíduo de converter recursos em capacidades (liberdade para alcançar) e mais tarde em funções (realizações), vão variar entre as pessoas e ao longo do ciclo de vida. O efeito intergeracional deste mecanismo é notável devido ao forte impacto do *stress* tóxico e das adversidades durante a gravidez e a primeira infância. A angústia mental também pode afetar o conjunto de capacidades dos adultos, como vários exemplos ao longo do capítulo o demonstram. Em ambos os casos, a expansão da capacidade será travada, restringindo as escolhas das pessoas para viverem vidas que têm razões para valorizar. A angústia mental pode assim moldar os níveis de desenvolvimento humano dos indivíduos, bem como o nível agregado de desenvolvimento humano dos países e regiões, com consequências na desigualdade dentro e entre países e regiões (figura 2.9).

Este capítulo mostra as implicações de tempos incertos - desde a insegurança econômica, pressões antropogênicas, digitalização, violência, discriminação e exclusão - para a angústia mental e como a angústia mental pode, por sua vez, restringir o desenvolvimento humano de algumas pessoas

Figura 2.9 Desenvolvimento humano no meio de incertezas multidimensionais



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

em alguns lugares, aumentando potencialmente as desigualdades. As tarefas das pessoas e dos decisores políticos para prevenir a angústia mental, mitigar

crises e construir resiliência psicológica são notadas na figura 2.9 e são elaboradas na parte II do Relatório.

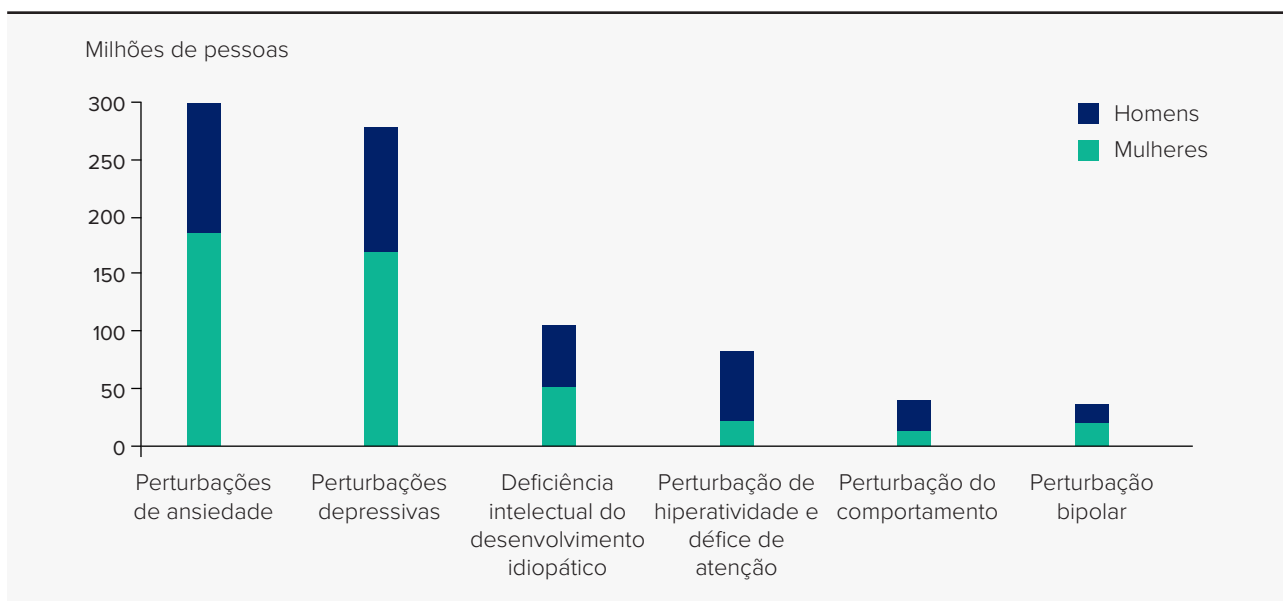
Medir o bem-estar mental, um esforço contínuo

Medir o bem-estar mental é um desafio porque o conceito é muito mais amplo do que a mera ausência de perturbações mentais.¹ Nem todas as pessoas que sofrem de angústia mental desenvolvem distúrbios mentais, e muitas pessoas não procuram ajuda profissional devido ao estigma ou à falta de acesso aos serviços de saúde mental (incluindo por falta de cobertura de seguro). Assim, podem não identificar a sua condição como um distúrbio mental.² Por conseguinte, os números que contabilizam estas perturbações são subestimados. Além disso, o bem-estar mental não é binário nem constante ao longo de todo o ciclo de vida. É um conjunto complexo que pode compreender todos os tipos de fases, desde o bem-estar ideal até à dor emocional severa, desorientação e sofrimento.³

Não se faz o suficiente para melhorar o bem-estar mental e fornecer ajuda às pessoas que passam por fases de angústia mental. Em média, os países gastam menos de 2 por cento dos seus orçamentos para a saúde com a saúde mental.⁴ Devido à falta de recursos, avaliações incorretas e falta de pessoal médico treinado e de prestadores de cuidados de saúde, apenas cerca de 10 por cento das pessoas em todo o mundo que necessitam de intervenções de saúde mental as recebem.⁵

Mesmo com informação parcial e incompleta sobre a extensão dos distúrbios mentais, as evidências mostram que elas colocam um fardo maciço em todos os aspetos da subsistência humana, nas relações, educação, trabalho e participação comunitária.⁶ Antes da pandemia de Covid-19, uma em cada oito pessoas no mundo, ou 970 milhões de pessoas, sofria

Figura S2.1.1 Prevalência global dos distúrbios mentais selecionados, 2019



Nota: Os distúrbios de ansiedade incorporam incapacidades causadas por experiências de medo e angústia intensas em combinação com outros sintomas fisiológicos. Os distúrbios depressivos incluem incapacidade por doença depressiva grave e distímia ou Transtorno Depressivo Persistente; as doenças depressivas graves envolvem a experiência de humor depressivo ou perda de interesse ou prazer quase todo o dia, todos os dias, durante duas semanas, e os sintomas de distímia são menos graves, mas crónicos. A deficiência intelectual de desenvolvimento idiopático capta a perda de saúde resultante da deficiência intelectual que surge de qualquer fonte desconhecida. O transtorno de déficit de atenção/hiperatividade é um transtorno externo, que incorpora incapacidade por desatenção persistente e/ou hiperatividade/impulsividade. Os distúrbios de conduta ocorrem nos menores de 18 anos e incorporam o distúrbio por comportamento antissocial que viola os direitos básicos dos outros ou as principais normas sociais adequadas à idade. A doença bipolar é um distúrbio do humor que incorpora uma desordem que se manifesta através de episódios maníacos, hipomaníacos ou de grandes depressões (IMAS 2021).

Fonte: Cálculos do Gabinete de Relatórios de Desenvolvimento Humano utilizando dados do IMAS (2021).

de um distúrbio de saúde mental, mais mulheres do que homens.⁷ E mais de 700.000 pessoas suicidam-se todos os anos, predominantemente em países de baixo e médio rendimento, sendo responsáveis por uma em cada 100 mortes a nível mundial (a segunda principal causa de morte entre aqueles com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos). Mas por cada morte por suicídio há pelo menos mais 20 tentativas, uma expressão de grande sofrimento humano.⁸ Embora mais homens do que mulheres morram por suicídio, mais mulheres tentam o suicídio.⁹

Os problemas de saúde mental são também a causa principal de incapacidade a nível mundial.¹⁰ As crianças, adolescentes e pessoas mais velhas são os mais afetados. A OMS estima que, globalmente, aproximadamente 20 por cento das crianças e adolescentes¹¹ e cerca de 15 por cento das pessoas com 60 anos ou mais sofrem de distúrbios mentais.¹²

Os distúrbios mentais mais comuns são a ansiedade (que afeta 300 milhões de pessoas em todo o mundo) e a depressão (que afeta 280 milhões de pessoas, figura S2.1.1).¹³ A maioria destas pessoas vive com a sua condição sem nunca receber tratamento.¹⁴ É necessário muito mais trabalho para acolher estatisticamente o conceito de bem-estar mental, desenvolver medidas adequadas para o mesmo e oferecer serviços universais para o melhorar.

A causa dos distúrbios mentais diagnosticados varia com o contexto e evolui com o tempo, interagindo com vários fatores, desde os genes até ao ambiente. Apenas cerca de 26 por cento da variação da ansiedade¹⁵ e 37 por cento da variação da depressão deve-se à variação dos genes (hereditariedade).¹⁶ Para outros distúrbios mentais, a proporção pode ser mais elevada.¹⁷ Este capítulo centra-se nos efeitos da angústia no bem-estar mental para os quais os fatores não hereditários são mais relevantes.

NOTAS

- 1 Embora a literatura ainda careça de uma definição clara de bem-estar mental, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a saúde mental como “um estado de bem-estar em que cada indivíduo realiza o seu próprio potencial, pode lidar com as tensões normais da vida, pode trabalhar produtiva e proficuamente e é capaz de dar uma contribuição para si ou para a sua comunidade” (OMS 2022b)
- 2 OMS 2022c.
- 3 UNICEF 2021c; OMS 2022c.
- 4 OMS 2022c.
- 5 PAHO 2019; OMS 2021c.
- 6 OMS 2021e, 2022b.
- 7 OMS 2022c.

8 OMS 2021d, 2021f.

9 OMS 2022c.

10 PAHO 2019.

11 OMS 2021f.

12 OMS 2017.

13 IHME 2021.

14 OMS 2022c.

15 Purves e outros 2020.

16 Lee e outros 2013.

17 Lee e outros 2013.

Transtorno de *stress* pós-traumático, não apenas de combate

O transtorno de *stress* pós-traumático (TSPT) tornou-se conhecido sobretudo como uma condição psicológica comum entre os veteranos de guerra que regressaram do combate e foram gravemente traumatizados pelas suas experiências no campo de batalha. Menos conhecido é o facto de o TSPT ser comum entre a população em geral, causado pelo abuso infantil, violência doméstica, acidentes com risco de vida, violência política, violações dos direitos humanos e desastres associados a riscos naturais.

O trauma é “uma experiência pessoal direta de um evento que envolve morte ou ameaça de morte ou

lesão grave, outra ameaça à integridade física de uma pessoa; testemunhar um evento que envolve morte, lesão ou ameaça à integridade física de outra pessoa; tomar conhecimento de uma morte inesperada ou violenta, lesão grave, ameaça de morte ou lesão experimentada por um membro da família ou por outro associado próximo.”¹

Podem desenvolver-se uma vasta gama de sintomas (tabela S2.2.1). Uma vez que cada ser humano e cada evento traumático é diferente, a força, a duração e os tipos de sintomas variam entre os sobreviventes. Inicialmente, as experiências

Tabela S2.2.1 Sintomas de transtorno de *stress* pós-traumático entre adultos e crianças

Sintomas em adultos	Sintomas em crianças
<ul style="list-style-type: none"> → Evitar pensamentos, sentimentos ou conversas associadas ao evento, bem como de pessoas, locais ou atividades que possam desencadear recordações do evento → Pensamentos ou sentimentos relacionados com o trauma (tais como medo, horror, raiva, culpa ou vergonha) → Intrusão: Recordações recorrentes, involuntárias e intrusivas → Perturbações dissociativas → Incapacidade de recordar um aspeto importante do evento (a qual não se deve a lesão na cabeça, álcool ou drogas), geralmente provocada por amnésia dissociativa → Crenças negativas persistentes e exageradas → Incapacidade persistente de sentir emoções positivas → Diminuição do interesse ou da participação em atividades → Todos os sintomas resumidos como depressão → Crenças persistentes e distorcidas acerca da causa ou consequências do evento que podem levar o indivíduo a culpar-se a si ou outros → Sentimentos de distanciamento ou indiferença em relação aos outros → Comportamento de irritabilidade ou agressivo e acessos de raiva → Comportamento autodestrutivo ou imprudente → Hipervigilância → Resposta de sobressalto exagerada → Problemas de concentração → Perturbação do sono (pesadelos traumáticos) 	<ul style="list-style-type: none"> → Desregulação emocional → Agressão contra si próprio e outros → Agressividade não modulada e controlo de impulsos → Sintomas dissociativos (entorpecimento, divisão, fragmentação) → Depressão → Perturbação da ansiedade de separação → Transtorno desafiador de oposição → Perturbações fóbicas → Perturbação dos padrões de fixação → Regressão comportamental rápida e alteração do estado emocional → Perda de autonomia → Incapacidade de alcançar as competências de desenvolvimento → Representações alteradas do mundo → Comportamento antecipatório e expectativas traumáticas → Sentimento crónico de ineficácia → Falhas de memória → Redução de concentração → Disfunção visceral e contração muscular → Ansiedade → Somatização (por exemplo, desconforto gastrointestinal, enxaquecas, doenças crónicas das costas) → Problemas de atenção e dissociativos → Dificuldade em negociar relações com prestadores de cuidados, pares e, subsequentemente, parceiros íntimos → Inflamação crónica → Diabetes tipo 2 → Obesidade → Especialmente com agressões sexuais: <ul style="list-style-type: none"> • Abuso de substâncias • Personalidade <i>borderline</i> e antissocial • Distúrbios alimentares, dissociativos, afetivos, somatoformes, cardiovasculares, metabólicos, imunológicos e sexuais • A perda da regulação corporal nas áreas do sono, alimentação e cuidados pessoais • A aparente falta de consciência do perigo e dos comportamentos voluntários de risco resultantes • Autoaversão e autoculpabilização

Fonte: Lengfelder (2021) com base em Associação Psiquiátrica Americana (2013), Center on the Developing Child (2013), Danese e Lewis (2017), Danese e outros (2014), Hackett e Steptoe (2017), Heller e LaPierre (2012) e Van der Kolk e outros (2005).

traumáticas desencadeiam a resposta “luta ou fuga” no corpo. Quando esta resposta biológica não é processada, uma vez que através do sono ou terapia de movimento rápido dos olhos, ela permanece ativada mais tarde, no decurso da vida, quando já não é necessária ou útil. Os sobreviventes do trauma permanecem hipervigilantes, com respostas alarmantes muito tempo após o evento traumático.² Podem também desenvolver crenças negativas depressivas persistentes e exageradas sobre si próprios, sobre os outros e sobre o mundo, combinadas com uma incapacidade de experimentar sentimentos positivos e uma perda de interesse em atividades importantes anteriores ao trauma. Os indivíduos deprimidos podem sentir-se desligados ou afastados dos outros com um sentimento crescente de isolamento, exacerbando a visão negativa do mundo.³

Alguns indivíduos tendem a evitar pensamentos ou emoções relacionadas com o acontecimento traumático, enquanto outros experimentam emoções ou pensamentos especialmente fortes relacionados com o trauma. O significado desproporcional do trauma pode impedir a concentração sobre outros aspetos da vida. Alguns pensamentos podem ser intrusivos, levando a lembranças involuntárias da memória que tinham sido perdidas devido à fragmentação ou amnésia (parcial).⁴ Outras consequências podem incluir

problemas de concentração, perturbações do sono,⁵ ou comportamento agressivo, imprudente ou autodestrutivo.⁶

O trauma da primeira infância é um caso especial em que o impacto na vida quotidiana vai para lá dos sintomas do TSPT convencional.⁷ Mesmo depois de as crianças serem retiradas do cenário traumatizante, os problemas de autorregulação, adaptabilidade emocional, relação com os outros e autocompreensão podem continuar ao longo da vida.⁸ E o *stress* pós-traumático na primeira infância está associado à obesidade, inflamação crónica e diabetes tipo 2.⁹ A dissociação crónica e a amnésia parcial são dois sintomas comuns dos traumas da primeira infância que podem afetar o funcionamento e o desenvolvimento do cérebro com consequências duradouras.¹⁰ A dissociação crónica separa as situações da vida real das emoções, suprimindo respostas naturais (como o choro quando algo triste acontece), que são importantes para o bem-estar mental. A dificuldade em recordar memórias da própria infância pode levar ao desenvolvimento de uma identidade distorcida quando não se sabe o que aconteceu onde, quando ou porquê durante certas fases da vida, e pode causar dúvidas quando nos sentimos incapazes de confiar na nossa própria mente e memória.

NOTAS

1 Associação Psiquiátrica Americana 2013.

2 Herman 1992; Levine 2008, 2010; Levine e Frederick 1997; Van der Kolk 2015; Van der Kolk e outros 2005.

3 Associação Psiquiátrica Americana 2013.

4 Van der Kolk e Fislser 1995.

5 Herman 1992.

6 Associação Psiquiátrica Americana 2013.

7 Alguns dos sintomas dos traumas de adulto e infância sobrepõem-se, mas são geralmente mais fortes nos traumas da primeira infância (Heller e LaPierre 2012).

8 Center on the Developing Child 2013; McEwen e McEwen 2017.

9 Danese e Lewis 2017; Danese e outros 2014; Hackett e Steptoe 2017.

10 Heller e LaPierre 2012.

CAPÍTULO

3

Aproveitar o desenvolvimento humano para navegar em tempos incertos

Aproveitar o desenvolvimento humano para navegar em tempos incertos

Existe promessa e perigo na incerteza. Fazer pender a balança em direção à promessa, depende de nós.

Mas de que forma o podemos fazer?

Grande parte deste capítulo aborda o desenvolvimento humano. As conquistas de bem-estar são importantes, mas é necessário mais para expandir a agência e as liberdades das pessoas para podermos navegar e florescer em tempos de incerteza.

Neste capítulo também se defende o alargamento da perspectiva do comportamento humano, indo além dos modelos de interesse próprio racional de modo a incluir as emoções, os enviesamentos cognitivos e os papéis fundamentais que a cultura desempenha.

Reforçar o desenvolvimento humano em tempos incertos: os fins, mas também os meios, para navegar na incerteza

Estar ciente do que está a acontecer atualmente no mundo implica tomar consciência de um novo complexo de incerteza que está a perturbar a vida das pessoas, tal como documentado nos capítulos 1 e 2. Mas a incerteza, sendo potencial motor de mudança, também pode mobilizar a ação e ser uma fonte de esperança. Isto não quer dizer que o aumento de imprevisibilidade seja melhor, mas que as injustiças gritantes, e frequentemente crescentes, que prevalecem atualmente exigem uma mudança. O mesmo se aplica à urgência de aliviar as pressões planetárias. Ambos apelam à transformação, tal como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com o título “Transforming Our World”.

A transformação é uma oportunidade para moldar um mundo mais justo para as pessoas do presente e do futuro, abordando as insuficiências comportamentais e as lacunas institucionais e políticas.¹ Então, de que forma devem ser tratadas as deficiências?² A mudança comportamental e a reforma institucional e política são mutuamente interdependentes: as escolhas institucionais e a respetiva eficácia na formação de melhores resultados dependem de comportamentos e de circunstâncias sociais, económicas, políticas e culturais variáveis.³ A interação de comportamentos e instituições é moldada pela maneira de pensar do público e pelos procedimentos de escolha social (figura 3.1).⁴ Uma vez que os resultados dependem do comportamento e das circunstâncias, de que forma a escolha social pode ser moldada para impulsionar uma transformação para um mundo mais justo, e que simultaneamente alivie as pressões planetárias?

É aqui que entra o fortalecimento do desenvolvimento humano. O avanço do desenvolvimento humano,

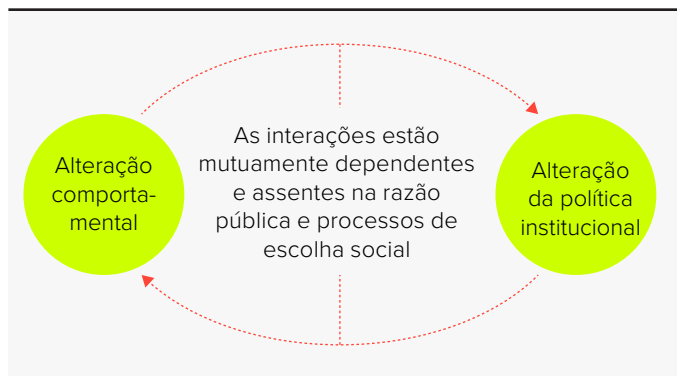
a aspiração por detrás de cada Relatório de Desenvolvimento Humano, não é apenas o fim, mas também o meio para as pessoas se debaterem por uma mudança que produza melhores resultados, integrando visões diversas e plurais, de uma forma produtiva. O desenvolvimento humano está relacionado com a expansão das capacidades, pelo que a expansão equitativa das capacidades é central na avaliação do progresso do desenvolvimento e na avaliação das políticas.⁵

As capacidades não se esgotam com as conquistas de bem-estar. Uma distinção essencial está relacionada com a diferença entre promover o bem-estar de uma pessoa e promover a sua agência (destaque 3.1; ver também destaque 3.2).

O fortalecimento do desenvolvimento humano (bem-estar e agência) abre espaço para explorar opções que moldem o nosso futuro. Muitas instituições são concebidas e políticas implementadas com base em pressupostos comportamentais específicos (de que as pessoas só são racionais quando procuram a maximização do seu bem-estar individual, partindo do princípio de que todos os outros estão a fazer o mesmo). Mas é possível recorrer a uma compreensão mais abrangente do comportamento humano e da motivação.⁶ No centro da abordagem do desenvolvimento humano encontramos a importância que é dada à capacidade das pessoas de participarem individual e coletivamente no pensamento público - sujeitando as crenças prevalecentes e alegadas razões a um exame crítico, retendo as que se demonstrem sustentadas.

A busca do desenvolvimento humano reconhece que as pessoas têm identidades e filiações plurais e valorizam uma miríade de dimensões, frequentemente em simultâneo. Alargar a visão de como as pessoas se comportam - um resumo que pode ser consultado mais adiante - sugere de que forma uma abordagem centrada na busca do desenvolvimento humano pode ser o meio para navegar na incerteza. O desenvolvimento humano promove uma compreensão mais abrangente da forma como as pessoas se comportam, bem como o potencial de escolha social, através do escrutínio individual e público de crenças e razões, para a concentração de instituições e políticas públicas que promovam a justiça, ao mesmo tempo que aliviam as pressões planetárias. Como fazê-lo na prática é o tema da parte II do Relatório.

Figure 3.1 Mudanças comportamentais e reforma institucional são interdependentes



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Ampliando a visão do comportamento humano

Muitos projetos institucionais e recomendações políticas assumem que as pessoas se comportam como agentes “racionais”.⁷ (ver destaque 3.3). A utilização deste pressuposto para compreender

de forma descritiva muitos dos processos sociais e económicos e para esclarecer normativamente as implicações das diferentes escolhas sociais pode produzir bastantes resultados (coluna 1 na tabela 3.1). Mas, descritivamente, esta suposição corresponde a um meio particularmente limitado de representar a forma como as pessoas fazem as suas escolhas. Por exemplo, exige muito do poder de processamento cognitivo das pessoas, que durante muito tempo motivou enquadramentos alternativos de racionalidade limitada.⁸ Também corresponde a um entendimento bastante limitado do papel do contexto social,⁹ que motivou argumentos que especificam a importância do enraizamento social.¹⁰ A explosão da economia comportamental e da ciência comportamental tem documentado muitos desvios no comportamento humano real relativamente às previsões desta suposição.¹¹ O papel das emoções, e a forma como as pessoas chegam e se agarram às crenças, tem sido também cada vez mais explorado. Isto proporcionou um quadro mais amplo para compreender o comportamento humano e a razão pela qual, por vezes, as pessoas têm dificuldade em agir individual e coletivamente quando confrontadas com a incerteza. Este entendimento mais abrangente aumenta o conjunto de justificações e a inspiração para políticas e instituições (coluna 2 na tabela 3.1).

Ao considerar a agência juntamente com o bem-estar, a abordagem do desenvolvimento humano sublinha a relevância da expansão para lá do pressuposto de que as escolhas são motivadas exclusivamente pela busca de condições de vida dos indivíduos, grupos de interesse ou países - reconhecendo que esta busca é importante e frequentemente dominante.¹² Mas não precisa de ser o fator exclusivo de escolha. Amartya Sen

descreveu as pessoas que supostamente perseguem sempre exclusivamente recompensas individuais egoístas, assumindo que todos fazem o mesmo, como “tolos racionais”,¹³ porque as escolhas mútuas baseadas neste pressuposto conduzem frequentemente a resultados subótimos para todos os envolvidos.¹⁴ Defendeu também que elementos como o processo de escolha (incluindo a variedade das opções de escolha disponíveis) e o facto de que as escolhas podem ter de ser feitas antes de concluir um julgamento também apontam para um conjunto mais rico de determinantes de escolha do que a maximização dos interesses materiais individuais. Isso liberta espaço para “a exploração sociológica dos valores complexos que influenciam a conduta das pessoas”.¹⁵

Provas recentes de nuances cognitivas neurocientíficas demonstram que o que as pessoas valorizam é simplesmente o que lhes dá felicidade, recompensas ou prazer. As pessoas podem valorizar algo devido aos objetivos que perseguem, e estes objetivos (e, portanto, o que valorizam) podem mudar com as circunstâncias (por exemplo, uma bússola é mais importante do que um diamante para alguém perdido no deserto). Esta utilidade dependente do objetivo é fundamental para orientar o comportamento e construir valor - e é particularmente importante quando as circunstâncias mudam.¹⁶ Mas o que as pessoas valorizam não está apenas associado à necessidade; pode também ser o resultado de noções de responsabilidade.¹⁷ A noção de responsabilidade pode ser influenciada por normas sociais de conduta ou reflexão ética individual, mas leva-nos ao domínio da agência. Em particular, Sen defendia que a responsabilidade poderia ser crucial para aquilo que ele designou “o funcionamento dos 'valores ambientais', que é uma das razões pelas

Tabela 3.1 Pressupostos comportamentais: Determinantes e âmbito das intervenções para moldar escolhas

	Agente “racional”	Agente comportamental	Agente enculturado
Determinantes individuais da escolha	Preferências (estáveis, autónomas); crenças (isoladas das preferências, baseadas na recolha e processamento de informação)	Preferências (podem variar), crenças (podem ser motivadas), mais emoções (podem alterar as preferências e as crenças)	Preferências, crenças, emoções moldadas por construções sociais (modelos mentais culturais)
Conhecimento	Maximiza a utilidade e assume que todos estão a fazer o mesmo	Limitações cognitivas e enviesamentos (efeito dotação) universais e indissociáveis, contexto social (normas, preferências sociais)	A cultura molda os traços psicológicos; a cultura depende do contexto e evolui ao longo do tempo
Determinantes sociais da escolha	Preços, regras do jogo (emergem de um equilíbrio único)	Preços, regras do jogo, mais o contexto social (normas, enquadramento das escolhas)	Experiência e exposição à cultura, o que cria modelos mentais (categorias)
Âmbito de ações para moldar as escolhas	Incentivos para corrigir falhas do mercado (externalidades), governação (melhorar as regras do jogo)	Incentivos, governação, mais arquitetura da escolha (nudge, prime), normas sociais	Incentivos, governação, contexto social, mais identidades sociais, mundividências, narrativas (que primam por certos comportamentos)

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em Hoff e Stiglitz (2016).

quais a analogia do mercado é frequentemente bastante enganadora na avaliação dos 'valores de existência' de aquilo que as pessoas tentam ativamente preservar na natureza".¹⁸

“As pessoas tendem a fazer escolhas sob o que é designado como enquadramento restrito. Ou seja, não avaliam todos os resultados possíveis e comparam-nos entre si, mas concentram-se em um ou alguns que se destacam por diferentes motivos

As revelações aqui revistas resumidamente não são novas, mas a incerteza dos tempos atuais tornam-nas mais relevantes - e podem, de facto, exigir ferramentas analíticas completamente novas (destaque 3.4; ver também destaque 3.5). Ir além do agente “racional” e do agente comportamental e reconhecer o papel do contexto social mais amplo na formação das escolhas das pessoas leva-nos ao agente enculturado (coluna 3 na tabela 3.1).¹⁹ Isto proporciona um âmbito ainda mais amplo de intervenções, que inclui uma descrição mais proeminente do papel do contexto social e do potencial de ampliação das formas de intervenção para enfrentar essa incerteza que marca os tempos atuais. Ao desenvolver este argumento, o capítulo explica a relevância da abordagem do desenvolvimento humano para aproveitar esse potencial.

Uma descrição psicologicamente mais rica do comportamento face à incerteza

Um exemplo em que os desvios do modelo de escolha racional são importantes para a análise deste Relatório está relacionado com a forma como as pessoas fazem escolhas face à incerteza. Em muitos casos, as escolhas parecem basear-se na avaliação das mudanças no bem-estar a partir de um determinado ponto de referência,²⁰ em vez de se basearem na avaliação dos níveis de bem-estar.²¹ Poderá existir uma justificação profunda biológica e cognitiva para isto,²² uma vez que os sistemas perceptivos humanos são amplamente adaptáveis: quando consideramos algo frio ou quente ou brilhante ou escuro, fazemo-lo com base num contraste com um quadro de referência, tipicamente a nossa experiência recente com a temperatura ou a luz.²³

Quando fazem escolhas, as pessoas tendem dar frequentemente mais importância às perdas do que aos ganhos. Ou seja, são frequentemente mais relutantes em escolher um resultado se houver uma hipótese de perder 100 dólares do que um em que exista a mesma probabilidade de ganhar o mesmo valor – aversão à perda.²⁴ Isto pode explicar o

enviesamento do *status quo*,²⁵ ou o efeito dotação, em que as pessoas pedem uma maior compensação para vender algo que já possuem do que estariam dispostas a pagar se ainda não a possuísem – um agente racional não teria razão para valorizar a mesma coisa de forma diferente.²⁶ Um comportamento relacionado é a ponderação de probabilidades, em que as pessoas atribuem uma probabilidade mais elevada a eventos que têm uma probabilidade muito baixa de ocorrerem (como por exemplo, ganhar a lotaria), enquanto assumem que eventos com uma probabilidade muito elevada de ocorrerem são menos prováveis do que são na realidade.²⁷

Os sociólogos têm enfatizado durante muito tempo que as pessoas olham frequentemente para o dinheiro como algo diferente de um fluxo fungível e homogêneo de rendimento. Em muitos casos, criam contas mentais atribuindo diferentes significados e valores a diferentes fluxos de rendimento, dependendo de fatores que vão desde a forma como o dinheiro foi ganho até ao seu destino.²⁸ O dinheiro também serve diferentes funções, desde providenciar um sentido de autonomia até ser valorizado pela segurança que proporciona para o futuro, que pode variar consoante o contexto cultural e a distribuição do rendimento.²⁹ Finalmente - se bem que a lista poderia continuar mesmo para este conjunto restrito de comportamentos ligados à escolha sob incerteza - as pessoas tendem a fazer escolhas sob o que é designado como enquadramento restrito.³⁰ Ou seja, não avaliam todos os resultados possíveis e comparam-nos entre si, mas concentram-se em um ou alguns que se destacam por diferentes motivos (porque são surpreendentes, digamos).³¹

Para ilustrar de que forma este conjunto de desvios do modelo de escolha racional pode ser importante no contexto de mudanças para fazer face aos desafios discutidos neste Relatório, imaginemos o seguinte cenário: um decisor político mostra de que forma os subsídios existentes para os combustíveis fósseis são ineficientes e regressivos, poluem o ar e podem ser gradualmente eliminados e substituídos por transferências de rendimentos ou despesas públicas com a saúde e a educação, ao mesmo tempo que dão incentivos a investimentos menos intensivos em energia e inovações que ajudam a combater as alterações climáticas.³²

De que forma um agente comportamental encararia a proposta? Possíveis desvios da escolha racional (interligados, não necessariamente sequenciais e independentes) incluem os descritos de seguida. Em primeiro lugar, o subsídio torna-se conhecido (o agente pode nem sequer ter tido conhecimento anterior que tal existia) e um foco principal de avaliação (enquadramento restrito). Em segundo, o efeito dotação sugere que o agente comportamental não está inclinado a simplesmente aceitar perder algo que já tem. Em terceiro, por mais apelativos

que os ganhos potenciais da política sejam para o agente comportamental consciente das alterações climáticas, a aversão à perda pode prevalecer, e os supostos ganhos podem não compensar as potenciais perdas.³³ Em quarto, as contas mentais significam que todo o dinheiro pode já estar destinado a finalidades e objetivos dos quais o agente não se quer afastar. Em quinto, embora o decisor político seja de integridade irrepreensível e muito suscetível de levar a cabo o esquema de compensação, a ponderação da probabilidade pode vir a ser considerada, levando o agente comportamental a acreditar que não é assim tão provável.

“Amplamente reconhecidos e aceites atualmente, os enviesamentos cognitivos deram lugar a uma compreensão muito mais rica do comportamento humano e um âmbito mais alargado para a gama de políticas e instituições que podem ser consideradas além das que emanam do modelo de escolha racional

No mínimo, poderia esperar-se que o agente comportamental fosse menos favorável, se não totalmente contrário, eliminando gradualmente o subsídio aos combustíveis fósseis, independentemente da economia política e dos efeitos de enquadramento. Na realidade, existem poderosos interesses económicos que procuram influenciar a opinião pública contra a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis com o objetivo de manterem o seu poder económico e político,³⁴ construindo, possivelmente, narrativas que se baseiam em algumas destas perceções comportamentais. O cenário não implica que o agente comportamental se situe longe do alcance da razão: cada uma das etapas poderia ser escrutinada criticamente, mesmo que tal tarefa fosse complexa e cognitivamente exigente. Nem é inevitável que todos se oponham à eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis – muito pelo contrário, tal como é sugerido na discussão que se segue. Este cenário destina-se simplesmente a ilustrar de que forma uma descrição psicologicamente mais rica do comportamento face à incerteza cria espaço para considerar um âmbito mais amplo além dos incentivos materiais para moldar as escolhas das pessoas.³⁵

Amplamente reconhecidos e aceites atualmente, os enviesamentos cognitivos (com referência ao que seria um comportamento esperado como agente “racional”) e as limitações cognitivas (as pessoas são incapazes de processar tanta informação como seria necessário face a um modelo de escolha racional) deram lugar a uma compreensão muito mais rica do comportamento humano. Este entendimento pode dar lugar a um leque de políticas e instituições mais

alargado, as quais podem ser consideradas além das que decorrem do modelo de escolha racional. As implicações continuam a ser exploradas em campos que vão desde a tributação ideal³⁶ a questões baseadas no progresso da economia comportamental como exemplo da “idade de ouro das ciências sociais.”³⁷ A teoria das perspetivas (que explica vários dos enviesamentos associados ao comportamento face à incerteza)³⁸ tem sido utilizada para campos como a perceção da política³⁹ ou as relações internacionais.⁴⁰ Isso tem inspirado o interesse político a realizar intervenções de “nudging” ou de “priming” que preservam a liberdade de escolha, mas alteram a arquitetura da escolha de formas que procuram “corrigir” os enviesamentos cognitivos.⁴¹ Estas ações não fiscais e não regulamentares levam as pessoas a comportarem-se de uma certa forma, preservando plenamente a liberdade de escolha. Um exemplo é a iniciativa Save More Tomorrow, intervenções comportamentais que incitam as pessoas a poupar mais, cujos princípios foram incorporados na Lei de Proteção de Pensões (Pension Protection Act) dos Estados Unidos de 2006.⁴²

Nenhum modelo unificado é responsável por todos os enviesamentos cognitivos documentados.⁴³ Assim, uma intervenção que procure resolver um tipo de enviesamento pode afetar negativamente o comportamento em outra instância.⁴⁴ Algumas intervenções comportamentais podem mesmo tornar-se demasiado marcantes e produzirem o efeito oposto, tais como a afixação da contagem de mortos em sinais de rua para encorajar uma condução mais segura, que tem revelado um aumento do número de acidentes de viação.⁴⁵ Os estímulos visam intervir em situações em que as pessoas pensam rápida e automaticamente, implicando que tomem decisões de uma forma diferente de quando são capazes de pensar lenta e de forma refletiva.⁴⁶ Mas esta dicotomia pode implicar que se percam oportunidades, reconhecendo que é possível incorporar elementos de reflexão mesmo nos estímulos⁴⁷ ou aumentar a capacidade das pessoas para tomar decisões, melhorando a sua agência na tomada de decisões.⁴⁸ A eficácia dos estímulos e dos reforços também pode variar em função do contexto cultural.⁴⁹

Mais do que rever todos os enviesamentos relevantes e as respetivas implicações, o objetivo aqui é sugerir que os enviesamentos cognitivos e as limitações moldam frequentemente a forma como as pessoas se comportam, em especial face à incerteza. Mas esse comportamento, mesmo que se desvie da previsão do modelo de escolha racional, não implica que as pessoas estejam desprovidas de razão – tal comportamento pode ser preferível, em particular face à incerteza.⁵⁰ Assim, a sensibilização para estas considerações é particularmente importante quando confrontados com incertezas. Uma descoberta promissora com implicações políticas potencialmente

abrangentes é a identificação de processos cognitivos essenciais que podem ser responsáveis por muitas das escolhas comportamentais observadas face à incerteza (destaque 3.6).

Quando as emoções fazem variar as preferências

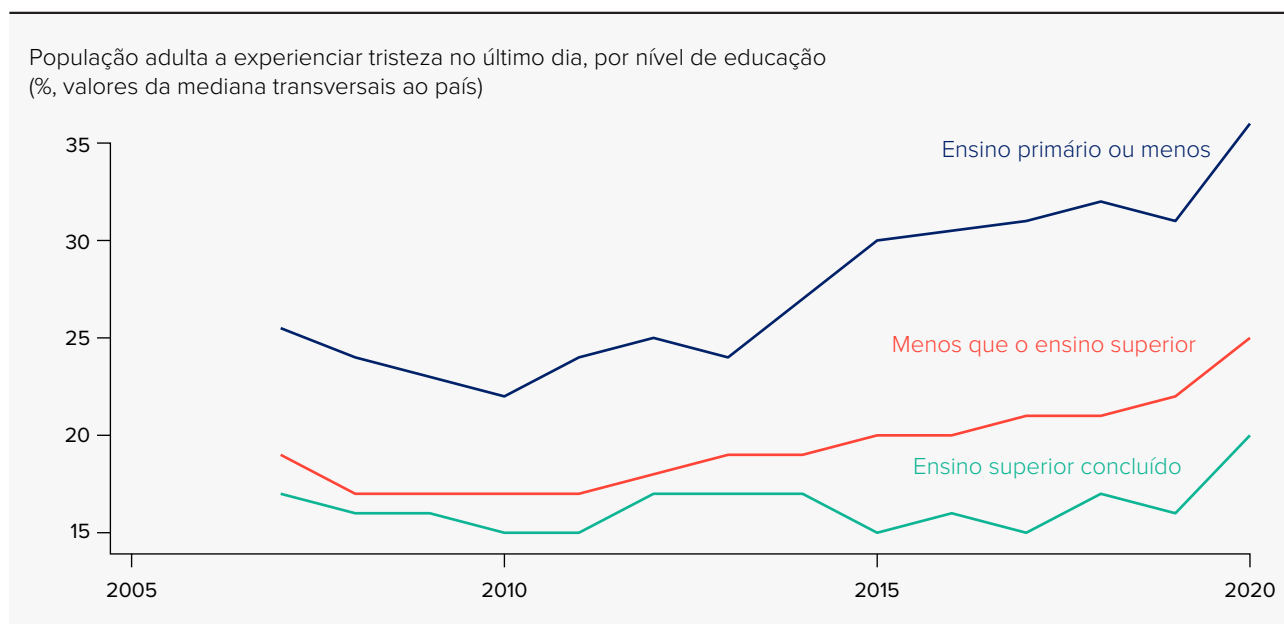
O medo, desencadeado pela crença de uma ameaça, tende a tornar as pessoas mais avessas ao risco, enquanto a raiva tende a torná-las mais propensas a correr riscos.⁵¹ Este é apenas um exemplo de como as crenças podem mudar as preferências através das emoções.⁵² A teoria da escolha racional assume não só que as crenças e as preferências são importantes, mas que também são dissociadas. As emoções resultam da recolha de informação, da aprendizagem e da experiência.⁵³ Pensar e sentir são processos simultâneos que moldam cognitivamente a percepção, atenção, aprendizagem, memória, raciocínio e resolução de problemas de um indivíduo, afetando até mesmo a direção dos enviesamentos cognitivos. Por exemplo, o crescimento da tristeza a nível mundial durante a última década, com mais intensidade entre os menos instruídos, muitas vezes inverte o efeito dotação: quando as pessoas estão tristes, os preços de escolha excedem os preços de venda (figura 3.2).⁵⁴ A tristeza também pode aumentar o uso de substâncias viciantes.⁵⁵ Além disso, a raiva pode ser responsável por grandes mudanças na história política que a escolha racional por si só não consegue explicar,⁵⁶ e as emoções

de uma forma mais ampla podem ser decisivas em relatos de ação e pensamento históricos.⁵⁷ A esperança pode levar a escolhas que melhoram a saúde⁵⁸ e mediar a relação entre o rendimento e as medidas subjetivas de bem-estar.⁵⁹

A relevância das emoções parece ter fundamentos neuroanatômicos profundos, isto pode ser comprovado pela forma como pessoas com diferentes tipos de lesões cerebrais tomam decisões.⁶⁰ Descobertas recentes da neurociência sugerem que a tomada de decisões racional pode depender de um processamento emocional correto prévio.⁶¹ Embora algumas das conclusões específicas possam não ser conclusivas,⁶² um conjunto crescente de provas documenta de múltiplas formas que as emoções são importantes no momento de fazer escolhas,⁶³ despoletando o “aumento do afetivismo”⁶⁴ Foi proposto um modelo de escolha repleto de emoções.⁶⁵

Um sentimento instintivo de raiva que pode desencadear um curso de ação arriscado – que, no discernimento e após um raciocínio crítico é visto como prejudicial para si próprio ou para os outros – pode ser perigoso. Por outro lado, as emoções são frequentemente desencadeadas pela compreensão racional das ligações – por exemplo, a causa de uma injustiça manifesta que nos enfurece face à discriminação ou a tortura. A retórica irritada dos escritos de Mary Wollstonecraft no século XIX contra as desigualdades sofridas pelas mulheres foi seguida de um forte apelo à razão para a igualdade dos direitos de todos os seres humanos.⁶⁶ O facto de as emoções serem importantes para o comportamento não é,

Figura 3.2 As pessoas estão a vivenciar uma maior tristeza



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados da Gallup.

contudo, uma negação da racionalidade ou da razão ou uma justificação para não sujeitar as emoções a uma avaliação fundamentada, da mesma forma que as motivações e crenças têm de ser.

Crenças motivadas e raciocínio motivado: Quando mais e melhor informação pode não ser suficiente

As preferências, objetivos e motivações podem afetar diretamente as crenças, tal como é documentado pela literatura cada vez mais abundante sobre crenças motivadas e raciocínio motivado – as pessoas distorcem a forma como processam novas informações em prol das crenças que favorecem.⁶⁷ Na escolha racional, as crenças são baseadas no processamento racional da informação e, por isso, pressupõe que as pessoas não podem ser sistematicamente enganadas. Mas as crenças também satisfazem necessidades psicológicas e de outros tipos, com implicações no comportamento e na escolha.

A ilusão é um exemplo de raciocínio motivado, que parece ter um valor positivo, fazendo com que as pessoas se sintam melhor e mais otimistas sobre o mundo, tendo assim também uma componente emocional. Mas também tem um valor funcional, permitindo às pessoas levar a cabo uma tarefa face à adversidade.⁶⁸ Contudo, também pode originar comportamentos perigosos, tais como persistir em fumar, acreditando que a sua saúde não será afetada, apesar de todas as provas científicas em contrário.⁶⁹

As crenças sobre si próprio ou sobre o mundo podem persistir apesar das informações que sugerem (num modelo de escolha racional) a necessidade de atualizar as crenças. Esta persistência pode ter lugar através de diversos mecanismos de autoengano ou de redução de dissonâncias.⁷⁰ A propensão para racionalizar provas que colidem com as crenças tem sido documentada como sendo mais elevada em alguns casos para indivíduos mais sofisticados do ponto de vista analítico e mais instruídos, pelo que não se pode assumir que a importância da cognição motivada irá diminuir à medida que os níveis de educação aumentam.⁷¹ As provas também sugerem que o raciocínio motivado é persistente nos líderes políticos, que dependem mais de atitudes políticas anteriores e menos de novas informações políticas do que o público em geral.⁷²

Crenças desafiadoras que são mantidas profundamente porque estão associadas aos objetivos ou compromissos de uma pessoa – por exemplo, religiosos, morais ou um aspeto saliente da identidade ou política de uma pessoa – podem desencadear fortes respostas emocionais de raiva ou mesmo de ódio e repugnância.⁷³ O raciocínio motivado pode levar à polarização das crenças em

torno de questões como a imigração, a mobilidade dos rendimentos e a forma de lidar com o crime.⁷⁴ Ou seja, algumas das clivagens nas crenças estão ligadas não necessariamente a interesses materiais, mas a diferentes mundividências ou identidade social. E quando estas adquirem maior relevância, a polarização pode tornar-se mais correlacionada entre questões, levando a “constelações de valor-crença”.⁷⁵ onde as pessoas tendem mais a associar-se a um grupo com base em ideias partilhadas do que em interesses económicos.⁷⁶

“ O reconhecimento de crenças motivadas pode proporcionar uma compreensão mais ampla não só das escolhas económicas, mas também das dinâmicas sociais e políticas que não podem ser contabilizadas assumindo que os eleitores e grupos de pressão perseguem os seus interesses materiais e atualizam as suas crenças com base em novas provas

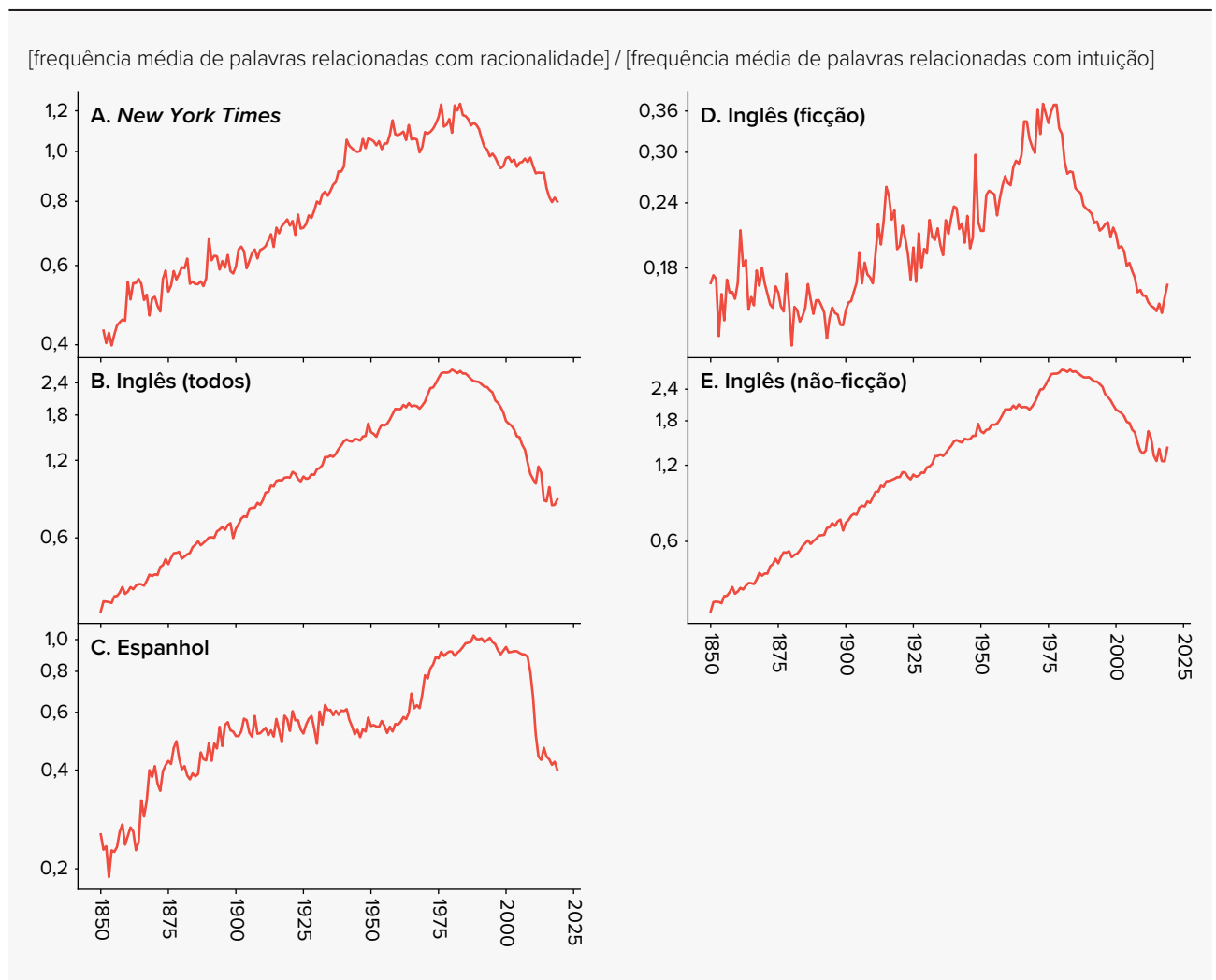
Uma ilustração das potenciais implicações do raciocínio motivado está associada a normas (epistémicas) que moldam o que as pessoas consideram ser verdadeiro, para além do raciocínio individual.⁷⁷ As crianças em idade muito jovem (4 anos, com alguns aspetos rudimentares a emergir durante a infância) podem determinar crenças que são a norma no seu contexto e identificar falsas crenças – de acordo com a norma social vigente.⁷⁸ Diferentes grupos podem assumir diferentes normas epistémicas que colocam diferentes níveis de confiança em diferentes fontes de informação, instituições, peritos e líderes. Os indivíduos podem rejeitar ou evitar publicamente certos comportamentos (por exemplo, atitudes em relação às vacinas ou à utilização de máscaras para evitar a propagação da Covid-19)⁷⁹ para assinalar o seu compromisso com um determinado grupo e a constelação de valores de crença que detém.⁸⁰ Isto pode “criar uma tensão entre normas epistémicas que conduzem de forma fiável a verdadeiras crenças e aquelas que efetivamente desempenham [...] funções de sinalização associadas à identidade social e à filiação num grupo.”⁸¹

Assim, o reconhecimento de crenças motivadas pode proporcionar uma compreensão mais ampla não só das escolhas económicas, mas também das dinâmicas sociais e políticas que não podem ser contabilizadas assumindo que os eleitores e grupos de pressão perseguem os seus interesses materiais e atualizam as suas crenças com base em novas provas.⁸² Outra aplicação muito convincente de crenças motivadas pode ser a forma como as pessoas podem convencer-se de que as alterações climáticas não serão muito sérias porque as ajuda a justificar o

motivo pelo qual não adotam determinadas medidas.⁸³ Compreender o raciocínio motivado ajuda a perceber algumas dinâmicas de polarização observadas no capítulo 1 e exploradas de forma mais aprofundada na parte II do Relatório. A forma como os objetivos e valores podem motivar crenças pode ser relevante quando confrontamos incertezas e, particularmente, quando há uma inversão na importância dada no debate público aos sentimentos e não às razões. Desde a década de 1980 tem havido uma inversão de uma tendência, que vem desde meados do século XIX, de uma linguagem racional que domina uma linguagem carregada de sentimentos em argumentos baseados em factos (figura 3.3).⁸⁴

Esta evidência não sugere que as crenças nunca, ou mesmo pouco frequentemente, são atualizadas com base em novas informações. No entanto, mostra de que forma a cognição motivada pode proporcionar uma compreensão mais rica do comportamento humano.⁸⁵ Mostra também que a polarização não deve ser vista como inevitável e predestinada – e que a afirmação de uma identidade social mais saliente, acima de todas as outras, não deve ser vista como uma definição única de uma pessoa e, portanto, deve ser aceite sem escrutínio.⁸⁶ Ainda mais importante do ponto de vista do desenvolvimento humano, o raciocínio individual e a deliberação pública são motores de mudança social poderosos – as pessoas não são prisioneiros indefesos de uma única identidade social,

Figura 3.3 A Grande Reversão da racionalidade para o sentimento na argumentação baseada em factos



Nota: Sun (2022) sugere uma interpretação diferente das mudanças na linguagem, associando-as a uma mudança de termos mais formais para mais informais, mas Scheffer e outros (2022) argumentam que a sua interpretação é válida. Rácio de palavras relacionadas com intuição e racionalidade no *New York Times* (A) e vários corpora de livros representados na base de dados Ngram do Google (B-E), com as linhas que retratam o rácio das frequências médias relativas dos conjuntos de palavras identificadas e relacionadas com racionalidade e intuição utilizadas na análise.

Fonte: Scheffer e outros 2021.

das suas emoções ou das suas crenças motivadas. De facto, o aproveitamento da diversidade de objetivos, motivações, valores, crenças e emoções depende da forma como os comportamentos interagem com as instituições e com os procedimentos de escolha social que podem aproveitar a pluralidade das formas produtivas, como exploramos a seguir.

Mudanças comportamentais e institucionais: mobilizando o desenvolvimento humano rumo a um futuro com esperança

Como vimos anteriormente, as mudanças de comportamento e as reformas institucionais são interdependentes. A compreensão mais rica do comportamento humano, assinalada anteriormente, sugere uma possibilidade muito maior de mudança em ambos do que poderia ser suposto. Isto é central para explorar como lidar com um contexto de incerteza, nomeadamente, para mobilizar ações para um futuro mais esperançoso. Esse âmbito expande-se ainda mais com o entendimento de que os enviesamentos cognitivos e limitações não são indissociáveis e universais para todos os seres humanos da mesma forma⁸⁷ e não são necessariamente uma parte inerente da nossa psicologia.⁸⁸ Da mesma forma, o papel das emoções na mudança das preferências e do condicionamento do comportamento também depende do contexto. As emoções desempenham um papel na conformidade das pessoas com as normas sociais, mas a importância de o fazer para evitar a vergonha ou a culpa depende do contexto cultural.⁸⁹ Tem-se argumentado que a socialização e o contexto cultural determinam quais as emoções que são importantes para o comportamento e de que forma,⁹⁰ sendo que as preferências e as motivações que podem conduzir a determinadas crenças – em todos os domínios, desde atitudes perante o risco a preferências de equidade e distribuição do rendimento – variam amplamente entre indivíduos e países.⁹¹

Trazer a cultura de volta: A importância do contexto social

O reconhecimento da cultura (discutido abaixo) é apenas parte de um ponto mais amplo e fundamental: a necessidade de dar maior relevo à forma como os contextos sociais moldam as preferências, perceções e conhecimento – não apenas o que as pessoas fazem, mas também quem as pessoas acreditam que são. Isso leva-nos do agente racional e além do agente comportamental até ao agente

enculturado (ver tabela 3.1).⁹² Perceções recentes da sociologia reconceitualizaram a cultura a partir de algo que permanece no segundo plano da vida política e económica, num conjunto de recursos muito mais dinâmico, fluido e adaptável. Isto implica um efeito causal bidirecional entre a cultura e as instituições.⁹³ Também significa que as pessoas fazem escolhas estratégicas do conjunto de recursos para dar significado, interpretação e justificação ao seu comportamento.⁹⁴ Estudos sobre a pobreza que incidem sobre a forma como a escassez influencia as capacidades cognitivas e as funções das pessoas⁹⁵ certamente beneficiariam se considerassem a forma como as pessoas percebem e identificam as necessidades com base no que tiram do conjunto de recursos culturais à sua disposição.⁹⁶ Quando a incerteza se torna evidente, diferentes grupos de jovens protegem-se contra um futuro sombrio de diferentes formas, recorrendo aos recursos culturais à sua disposição.⁹⁷ Esta perspetiva da cultura inspira novas tomadas de posição no desenvolvimento económico, explorando a forma como configurações culturais altamente adaptáveis e fluidas interagem com o poder político e os incentivos económicos para produzir diferentes resultados sociais, económicos e políticos.⁹⁸

Da evolução cultural emerge uma variação cultural prevacente,⁹⁹ mesmo que continue a ser uma perspetiva objeto de discussões calorosas.¹⁰⁰ Nesta avaliação, os traços psicológicos evoluem em conjunto com o contexto cultural mais lato em combinações que tornam as sociedades mais bem adaptadas às diferentes circunstâncias ao longo do tempo.¹⁰¹ Estas perspetivas sugerem também que o que se assume ser um comportamento humano universal é baseado frequentemente no que é observado a partir de uma pequena porção da humanidade.¹⁰² Assim, existe uma diversidade muito mais ampla de comportamentos, psicologia e instituições em todo o mundo e ao longo do tempo. E existem ainda mais variações na mesma cultura do que quando comparamos diferentes culturas.¹⁰³

“ O reconhecimento da cultura é apenas parte de um ponto mais amplo e fundamental: a necessidade de dar maior relevo à forma como os contextos sociais moldam as preferências, perceções e conhecimento – não apenas o que as pessoas fazem, mas também quem as pessoas acreditam que são

A cultura, nestas avaliações, “representa informação armazenada nas cabeças das pessoas através da aprendizagem cultural ou experiência direta induzida por vários produtos culturais, como normas, tecnologias, línguas ou instituições”.¹⁰⁴ As culturas podem variar de forma sistemática em

dimensões que vão desde a aplicação rigorosa de normas culturais¹⁰⁵ ao quão individualistas elas são.¹⁰⁶ Mas as culturas não podem ser categorizadas de forma firme em diferentes categorias – ainda menos de formas dicotômicas, como a associação de culturas individualistas com “o Ocidente” e culturas interdependentes com “o Oriente”.¹⁰⁷

Nos relatos de evolução cultural, a mudança cultural é em grande parte impulsionada pela emergência de traços culturais e psicológicos mais bem adaptados para lidar com o novo ambiente.¹⁰⁸ Ao longo do tempo, isto resultou em combinações de cultura-psicologia que permitiram às pessoas cooperarem a uma maior escala – milhões de estranhos nas sociedades atuais – concebendo arranjos sociais específicos (instituições, políticas) que resultaram em tecnologias cada vez mais complexas e sofisticadas, levando a um maior rendimento e bem-estar material.¹⁰⁹ A evolução cultural é uma forma de ter em conta as mudanças nos valores morais, com variações em todo o mundo associadas em parte à forma como diferentes sociedades responderam ao problema da cooperação.¹¹⁰

Um desfasamento dos padrões de comportamento e dos cenários institucionais nos tempos incertos atuais?

A cultura é simultaneamente persistente, o que ajuda as pessoas a navegar e a tomar decisões no seu mundo social, e mutável, particularmente quando o mundo social ou o ambiente à sua volta sofre alterações.¹¹¹ Quando a incerteza aumenta ou muda, o potencial para um desfasamento cultural aumenta entre aqueles que confiam na cultura dominante e aqueles que tentam inovar para se adaptarem às novas circunstâncias.¹¹² A mudança cultural pode desempenhar um papel na forma como o contexto social influencia a emergência de comportamentos e configurações institucionais. Mas como Amartya Sen defendeu: “Prestar atenção ética reflexiva ao comportamento não anula, nem é anulado pela importância das forças evolutivas.”¹¹³ O raciocínio ético tem sido descrito como uma forma poderosa de “escapar do tribalismo”, manifestado em padrões de progresso moral que excluem cada vez menos grupos de pessoas.¹¹⁴ Oferece também oportunidades para uma governação baseada em normas enfrentar desafios globais de ação coletiva, tais como as alterações climáticas.¹¹⁵

Os processos evolutivos e o raciocínio ético podem ter interagido para alcançar as configurações atuais prevalentes de comportamentos e instituições. Mas os tempos incertos de hoje têm elementos novos que apresentam desafios fundamentalmente novos, e essas configurações podem não ser uma boa

combinação. Alguns dos desafios do Antropoceno são existenciais; outros requerem cooperação, uma cooperação não só com esta geração, mas também com as próximas gerações.¹¹⁶ A realidade do Antropoceno, que assenta num conjunto de desafios partilhados à escala planetária, requer cooperação – ou, no mínimo, coordenação – entre países.

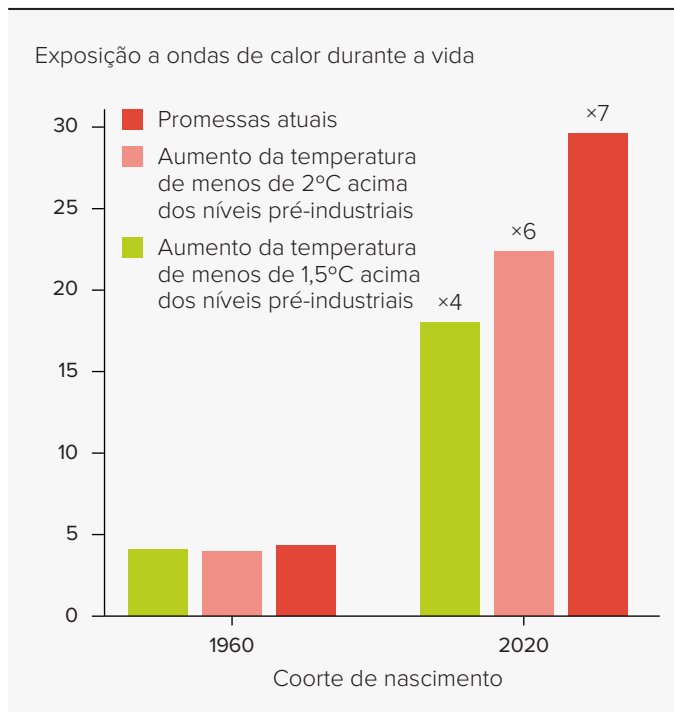
“Existe tensão entre a conformidade com as instituições existentes (incluindo as normas) e os comportamentos que têm movido o mundo para um recorde de conquistas no bem-estar material – e a falta de resposta dessas normas, instituições e comportamentos a um contexto novo e sem precedentes

As soluções individuais para desafios partilhados podem criar tensões entre autonomia e eficiência coletiva. Um país ou grupo de pessoas pode ter a possibilidade de se manter protegido de uma pandemia utilizando meios privados. O que pode dificultar a cooperação e até mesmo a coordenação, numa tragédia moderna do cidadão comum.¹¹⁷ A certeza sobre os limites biofísicos das alterações climáticas e outros padrões perigosos de mudança planetária que representariam uma catástrofe tornaria mais provável a coordenação por agentes com interesses próprios. Mas a grande incerteza sobre esses limites torna a ação coletiva menos provável e mais difícil.¹¹⁸

Assim, a incerteza do nosso tempo pode ser caracterizada, em parte, como um desfasamento entre as configurações culturais que permitiram determinados percursos de desenvolvimento até agora¹¹⁹ e as e as novas dimensões de incerteza introduzidas no Antropoceno, as transições e a polarização. Os desacordos e mesmo os conflitos nas sociedades podem refletir esse desfasamento. Existe tensão entre a conformidade com as instituições existentes (incluindo as normas) e os comportamentos que têm movido o mundo para conquistas recordes de bem-estar material – e a falta de resposta dessas normas, instituições e comportamentos a um contexto novo e sem precedentes.

Este desfasamento pode estar a ocorrer em muitas dimensões. Uma delas, tem a ver com as desigualdades geracionais na exposição a extremos climáticos. Para os nascidos na década de 1960, a exposição às ondas de calor ao longo da vida é essencialmente a mesma em todos os cenários de alterações climáticas. Mas mesmo que as temperaturas permaneçam abaixo de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, as pessoas nascidas em 2020 sofrerão quatro vezes mais exposição – e sete vezes mais sob os compromissos atuais (figura 3.4). Não surpreende, pois, que os jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos, em todo o mundo, associem as alterações climáticas a uma

Figura 3.4 As gerações mais jovens estarão quatro a sete vezes mais expostas às ondas de calor nas suas vidas do que as gerações mais velhas



Fonte: Thiery e outros 2021.

série de emoções com efeitos negativos, desde a raiva à ansiedade: dois terços relatam sentir-se tristes, e dois terços relatam sentir medo.¹²⁰ Outra faceta de desacordo são as diferenças entre grupos de pessoas, os que negam as alterações climáticas e os que duvidam delas. Grupos na Europa mais preocupados com a sua segurança económica e menos seguros quanto ao futuro são muito mais propensos a rejeitar as alterações climáticas – e a serem “menos prósperos, mais rurais e economicamente mais dependentes dos combustíveis fósseis”.¹²¹ As atitudes individualistas estão associadas a uma menor preocupação com a ação ambiental¹²² e à resistência à utilização de máscaras durante a pandemia de Covid-19.¹²³

O potencial deste desfasamento, e o leque mais vasto de determinantes do comportamento humano para além dos agentes racionais e comportamentais, também revela oportunidades para mobilizar tempos incertos para melhores resultados individuais e sociais. As perspetivas de uma escolha racional e a ênfase nos incentivos continuam a ser relevantes. Compreender de que forma o contexto no momento da decisão influencia as escolhas, uma das perceções da ciência comportamental, e o papel das emoções e do raciocínio motivado alarga o âmbito para lá dos incentivos que moldam

as escolhas dos agentes com interesses próprios. Mas o reconhecimento do papel da cultura amplia ainda mais o âmbito. Leva-nos além de considerar de que forma os interesses e as instituições pautam o comportamento das pessoas, levam-nos a reconhecer o poder das ideias.¹²⁴

As ideias com potencial para moldar a escolha individual e coletiva vão desde identidades sociais e mundividências¹²⁵ a narrativas e contextos.¹²⁶ Joel Mokyr enfatizou os “empresários culturais” como agentes capazes de mudar as crenças das pessoas durante transformações importantes da história, tais como durante o Iluminismo e a Revolução Industrial.¹²⁷ Caroline Schill e colegas argumentam que esta “compreensão mais dinâmica do comportamento humano” é essencial no Antropoceno.¹²⁸

Este Relatório estende o argumento à incerteza que caracteriza os nossos tempos.¹²⁹ Analisa as discordâncias e diferenças de perspetiva atuais entre grupos de pessoas menos como motivo de desespero e mais como o tipo de diversidade e pluralismo que pode ser necessário numa busca aberta das inovações – sociais, tecnológicas, institucionais – necessárias para responder a desafios novos e sem precedentes. No “paradoxo da diversidade”, esta procura pode exigir prazos mais longos para chegar a acordo sobre ações coletivas e implementar decisões coletivas.¹³⁰ Nas palavras de David Byrne: “O futuro é certo; deem-nos tempo para o resolver.” Este paradoxo dá ainda mais motivos para abordar as desigualdades consideradas injustas ou divisórias, preservando ao mesmo tempo a pluralidade de pontos de vista e um debate público aberto e fundamentado.¹³¹

Avançar o desenvolvimento humano para aprender, e expandir o âmbito da aprendizagem, em tempos de incerteza

O Capítulo 1 documentou de que forma a interação das novas dimensões de incerteza está a aumentar os sentimentos de insegurança,¹³² apontando para uma desconexão entre as conquistas de bem-estar e a segurança. A que nos podemos agarrar, então, quando até o nosso sentido de orientação parece submerso na incerteza? Conquistas de bem-estar com insegurança e progresso com polarização¹³³ lançam dúvidas no momento de encarar o desenvolvimento como um processo sem percalços em termos de conquistas de bem-estar. As ideias, as instituições e as políticas que procuram fazer avançar o desenvolvimento não estão a produzir os resultados esperados, mas estão também a criar problemas novos e perigosos, minando a integridade

ecológica da nossa biosfera e deixando muitas pessoas para trás.¹³⁴

Para onde vamos a partir daqui é conosco. O nosso planeta e as nossas sociedades já passaram por períodos de mudança e volatilidade. Mas uma característica essencial que faz com que esta era seja única é o papel dos humanos na condução das ameaças – e a nossa capacidade potencial de moldar as mudanças para construir um futuro mais esperançoso (destaque 3.7).¹³⁵ Um verdadeiro paradoxo do nosso tempo é a nossa tentativa de agir apesar da crescente evidência do sofrimento que a nossa busca de desenvolvimento está a infligir às nossas sociedades e ao planeta. Uma contribuição deste Relatório é explorar de que forma a compreensão da incerteza e da sua relação com as escolhas individuais e coletivas pode explicar por que razão a ação pode ser atrasada, mesmo perante ameaças iminentes, e sugerir formas de avançar que nos levem além da paralisia.¹³⁶

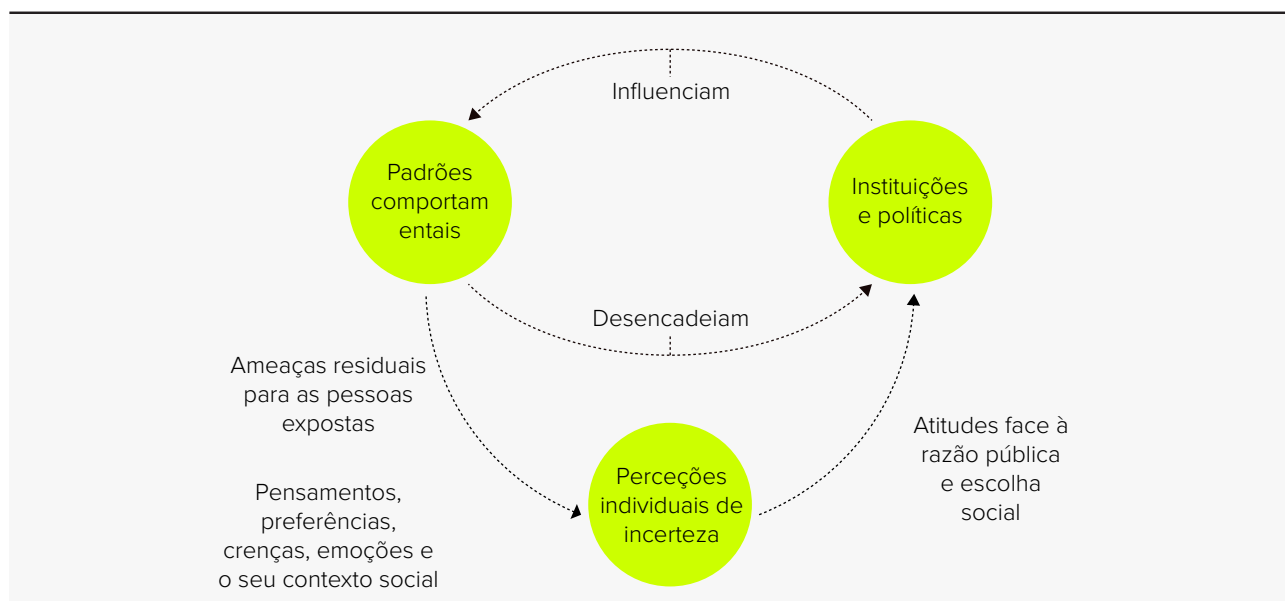
Porque é que as sociedades não podem responder adequadamente à incerteza? Consideremos a interação entre as diferentes incertezas de natureza distinta, quer a nível do comportamento como das instituições (figura 3.5). As sociedades respondem a choques através de múltiplos mecanismos institucionais e políticos. Estas instituições são frequentemente concebidas para absorver os choques e moderar as ameaças que as pessoas enfrentam. Sob o modelo de escolha racional, este processo depende da capacidade do estado, da distribuição dos recursos e das preferências sociais, tal como acontece com a forma como as sociedades

gerem as potenciais tensões entre a segurança social e a responsabilidade individual.¹³⁷

Consideremos agora de que forma as disposições sociais (instituições e políticas) são influenciadas por um conjunto mais vasto de fatores individuais e sociais que interagem com uma realidade em evolução. Na presença de novas ameaças, o comportamento das pessoas é largamente mediado pela sua perceção da incerteza.¹³⁸ Esta perceção manifesta-se através de diferentes canais. Em primeiro lugar, temos o aumento da incerteza residual, a que não é absorvida pela resposta coletiva. Seguido da perceção da adequação da resposta social e a medida em que as crenças anteriores sobre a forma como as coisas funcionam se mantêm, o que determina a confiança nas instituições e a confiança no interior e entre grupos. Em terceiro lugar temos o contexto social e cultural que define a interpretação das novas ameaças à luz das narrativas predominantes. Será isto um sinal de fracasso pessoal? Será que isto vai afetar a minha posição e perspetivas futuras na sociedade?¹³⁹ Em quarto lugar temos as emoções em torno do aumento da incerteza, que vão desde o medo, à indiferença até à esperança. Desta feita, o mesmo choque pode causar diferentes níveis de incerteza individual, de acordo com as narrativas prevaletentes sobre os processos subjacentes e a perceção da eficácia das políticas.

A incerteza dos indivíduos molda o comportamento individual e as atitudes, com impacto nas interações sociais. As respostas coletivas à incerteza que sejam percecionadas como ineficazes ou injustas podem desencadear animosidade e polarização – especialmente

Figura 3.5 Respostas individuais e coletivas à incerteza podem conduzir a ciclos de incerteza



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

na presença de narrativas políticas que manipulam a situação para acentuarem ainda mais as divisões sociais.¹⁴⁰ Esta polarização foi documentada em vários países na resposta à pandemia da Covid-19,¹⁴¹ onde as medidas de saúde pública postas em prática encontraram menos resistência devido a uma avaliação pessoal dos riscos de, por exemplo, ser vacinado, e mais resistência quando era expectável um conjunto de comportamentos que contribuíam para a definição e identificação com um determinado grupo. A descrença nas alterações climáticas está mais associada à fidelidade política do que à desinformação.¹⁴² Esta animosidade e polarização conduzem não só à resposta coletiva específica, mas também à forma como a resposta coletiva interage com a ameaça, acabando por aumentar a incerteza. Assim, este tipo de ciclo de incerteza pode contemplar estas perceções de insegurança que são elevadas e em muitos casos crescentes.

Expandir o desenvolvimento humano para promover a aprendizagem e o raciocínio público

A compreensão mais ampla do comportamento humano destacado neste capítulo ajuda a explicar algumas das escolhas que tantas pessoas estão a fazer em todo o mundo, resultando em padrões que vão da polarização política à rejeição ou desconsideração da ciência das alterações climáticas e pandemias. Mas a compreensão não significa submissão. O reconhecimento do papel das emoções não significa que devemos esperar até que os resultados catastróficos se tornem emocionalmente destacáveis para agir. Eventos que se tornam destacáveis e emocionalmente ressonantes podem motivar ação, por vezes em direções que eram consideradas impensáveis antes desse evento.¹⁴³ Mas as dimensões de incerteza descritas no capítulo 1 implicam que não nos resta outra opção senão antecipar e agir com sentido de urgência, uma vez que em muitos casos não teremos segundas oportunidades.¹⁴⁴

Compreender que as pessoas estão frequentemente presas a raciocínios motivados e crenças das quais é difícil desapegarem-se¹⁴⁵ não é motivo para não escrutinarmos as razões e as crenças. A sujeição das crenças prevalecentes e alegados motivos a um exame crítico, através de processos devidamente abrangentes (ver abaixo) e com informação relevante, pode resultar em crenças objetivas. De facto, estudos têm mostrado que a incerteza sobre as crenças e atitudes políticas de outras pessoas pode levar as pessoas a reforçar as suas próprias crenças.¹⁴⁶ Muitas vezes, as pessoas não percebem o verdadeiro sentido das atitudes e valores dos outros, consequentemente, a polarização pode ser cimentada em espaços e em questões onde as diferenças de

atitudes ou opiniões são, de facto, bastante insignificantes.¹⁴⁷ Esta designada “falsa polarização” foi identificada como a origem de uma polarização política real.¹⁴⁸ Compreender os processos que criam equívocos de perceção vai criar espaço para intervenções que podem corrigir estes equívocos e mitigar a polarização política.¹⁴⁹

“ A sujeição das crenças prevalecentes e alegados motivos a um exame crítico, através de processos devidamente abrangentes e com informação relevante, pode resultar em crenças objetivas

Este exame das razões e crenças deve acontecer a nível individual, mas aqui temos de estar atentos também às limitações cognitivas e aos preconceitos discutidos anteriormente (ver também destaque 3.6). É por isso que o raciocínio público – sempre importante em qualquer circunstância – adquire maior relevância no mundo de hoje. Os nossos cérebros individuais são limitados, mas o nosso cérebro coletivo¹⁵⁰ é muito mais poderoso. Uma pluralidade de fontes de vozes e de poder não é uma fraqueza nos tempos incertos atuais, mas pode ser uma fonte de força, desde que os processos sustentados por práticas democráticas garantam que o raciocínio público tenha lugar num contexto e através de processos em que quem toma decisões não é sempre um grupo económico ou político poderoso ou um crente altamente motivado que se recusa a submeter as suas crenças a um exame crítico.¹⁵¹ Os processos de prática democrática, em múltiplas escalas, devem também evitar o domínio paroquial e acolher perspetivas de “espetadores imparciais” – ou seja, as opiniões de pessoas que podem não fazer parte de uma jurisdição política específica. E dado que as novas dimensões de incerteza têm relevância planetária, o papel do multilateralismo torna-se mais relevante do que nunca.¹⁵²

Então, o que devemos fazer? A Parte II do Relatório aborda esta questão, mas ao concluir a Parte I, é importante reafirmar o argumento central deste capítulo, de que a aposta reforçada no desenvolvimento humano não é apenas a aspiração central, mas representa também os meios para enfrentar tempos de incerteza e realizar mudanças comportamentais e reformas institucionais que nos permitam moldar um futuro mais esperançoso. Fazer avançar o desenvolvimento humano significa prosseguir todos os aspetos das capacidades, e não apenas o impulso para melhorar as conquistas de bem-estar. A agência é importante, tal como as liberdades no bem-estar e na agência – opções que devem permanecer amplas, uma vez que a procura do conjunto adequado de instituições e comportamentos ainda está em aberto. De certa forma, a expansão do desenvolvimento humano em tempos de incerteza

também pode ser um processo de aprendizagem, onde as capacidades – bem-estar e agência, conquistas e liberdades – permitem que as mudanças de comportamento e instituições tomem forma, além de ampliarem o âmbito da aprendizagem. Confrontar as dimensões de incerteza que enfrentamos atualmente significa reforçar a cooperação em múltiplas escalas e ter a “agilidade da mente” para utilizar estruturas novas e adequadas para compreender o nosso mundo

e as respostas necessárias para enfrentar os desafios que temos pela frente.¹⁵³

A Parte II do Relatório propõe princípios motivadores cujo desenvolvimento pode permitir a razão pública, bem como áreas políticas prioritárias, para que o desenvolvimento humano avance de uma forma que permita às pessoas aproveitar a incerteza para um mundo mais esperançoso – mais justo para esta geração e para as seguintes.

Como agência difere de bem-estar

Agência é a capacidade de manter valores e assumir compromissos que podem – ou não – promover o bem-estar da pessoa.¹ O indivíduo pode estar empenhado em combater as alterações climáticas a ponto de faltar à escola ou renunciar a um trabalho bem remunerado, escolhas que podem não promover o bem-estar, mas que expressariam agência. Outra distinção importante é entre as conquistas reais e as opções ou liberdades que as pessoas têm disponíveis, independentemente das suas escolhas. Independentemente do que as pessoas acabam por assegurar, as opções ou liberdades de que as pessoas dispõem são intrinsecamente valiosas.²

Estas distinções resultam em quatro aspetos de capacidades de interesse:

- Conquistas de bem-estar.
- Conquistas de agência.
- Liberdades de bem-estar.
- Liberdades de agência.³

Ao avaliar o progresso do desenvolvimento, o foco tende a incidir sobre as conquistas de bem-estar, tais como os padrões de vida, e muito menos sobre as liberdades disponíveis para as pessoas e sobre sua agência.⁴

Mas estes quatro aspetos das capacidades são relevantes no contexto do aproveitamento da abordagem do desenvolvimento humano para apoiar a mudança comportamental e a reforma institucional para navegar os atuais tempos de incerteza. Os Capítulos 1 e 2 sugerem a necessidade de ir além - e não substituir - de considerar apenas as conquistas de bem-estar, por dois motivos. Em primeiro lugar, os destaques das conquistas de bem-estar podem desconsiderar outros aspetos da vida que são importantes para as pessoas, como por exemplo sentir-se muito ou cada vez mais inseguro, apesar

das elevadas conquistas de bem-estar. Em segundo lugar, não há garantia de que a concentração apenas nas conquistas de bem-estar equiparia as pessoas com a capacidade de navegar na incerteza dos tempos atuais e, em particular, de liderar mudanças transformacionais fundamentais para se adaptarem e se afastarem das dimensões de nova incerteza que caracterizam o mundo de hoje.

As liberdades e a agência foram sempre intrinsecamente importantes. Também são instrumentalmente importantes, como por exemplo para facilitar a ação coletiva no sentido de providenciar bens públicos.⁵ E podem ser indispensáveis sempre que as sociedades tiverem de explorar transições em grande parte desconhecidas para um potencial espaço de expansão do desenvolvimento humano, ao mesmo tempo que aliviam as pressões planetárias.⁶

O desenvolvimento humano, entendido como a expansão dos quatro aspetos das capacidades, torna-se assim tanto o fim como o meio. A agência adquire relevância porque é difícil, se não impossível, conceber pessoas que liderem as transformações necessárias se forem encaradas apenas como potenciais recetores de assistência, como simples “veículos de bem-estar,”⁷ como meros pacientes, em vez de agentes capazes de julgar, de se comprometerem e de darem prioridade a objetivos e valores que podem ir além do melhoramento do seu bem-estar. O reconhecimento da agência afirma as pessoas não só como objeto de políticas de bem-estar ou de melhoria das condições de vida (embora estas sejam importantes), mas também como promotores e catalisadores ativos da mudança social e económica⁸ – além do seu interesse próprio limitado.

NOTAS

- 1 Sen (1985) sugeriu que a negligência da agência é ensombrada pela consideração de que as pessoas são orientadas exclusivamente pelo seu interesse próprio material.
- 2 Sen (1985) argumentou que a negligência das opções resulta do pressuposto de que só contam as conquistas reais, ou aquilo que as pessoas acabam por escolher. Consultar Sen (1999) para uma elaboração sobre encarar o desenvolvimento como liberdade. Isto refere-se principalmente ao que Sen chamou de liberdades de oportunidade, reconhecendo que as liberdades de processo, algumas das quais podem não estar associadas às capacidades, também são importantes.
- 3 O enquadramento original em torno destas quatro categorias de capacidades foi proposto por Sen (1985). A presente discussão, incluindo os exemplos, decorre principalmente do tratamento simplificado de Sen (2009b).
- 4 Estes quatro aspetos da capacidade reforçam-se frequentemente uns aos outros, mas não precisam. Por exemplo, estar bem nutrido é certamente algo importante para a vida humana e faz parte do aspeto de bem-estar das capacidades. Mas por vezes um compromisso de jejum (por razões religiosas ou políticas), que está no domínio do aspeto da agência das capacidades, pode sobrepor-se à esmagadora importância que uma nutrição correta tem para a maioria das pessoas, a maior parte das vezes. E embora o Estado deva ter a obrigação de assegurar que todos tenham a liberdade de ter uma nutrição correta, o facto de a conquista de bem-estar de ter uma boa nutrição é importante, isto não significa que o Estado deva proibir o jejum. Isso seria uma limitação não só nas liberdades das pessoas em termos de conquistas de bem-estar, por excluir a possibilidade de escolherem não comer, mas também na sua agência, ao excluir a possibilidade de assumirem um compromisso de jejum (Sen 1985).
- 5 Shi e outros 2020.
- 6 Nos modelos da teoria da escolha racional padrão, discutidos mais adiante no capítulo, as preferências dependentes do tempo e do contexto são muitas vezes vistas como desvios subótimos da escolha normativa. Mas estudos recentes mostram como a adaptação das preferências é essencial para representar eficazmente a informação em contextos voláteis e incertos: "A adaptação de valores confere diferentes benefícios a um decisor num mundo dinâmico". (Khaw, Glimcher e Louie 2017, p. 2700).
- 7 Sen 2009b, p. 288.
- 8 De facto, organizações da sociedade civil, iniciativas comunitárias, movimentos sociais e ativistas em todo o mundo trabalham incansavelmente utilizando a sua agência para provocar mudanças sociais.

Agência, ideias e as origens do Estado social regulador

Elisabeth Anderson, *Universidade de Nova Iorque Abu Dhabi*

Pode um indivíduo alterar o curso da história política? Podem estes indivíduos ser motivados por ideias partilhadas das quais podem não beneficiar diretamente? A resposta a ambas as perguntas, que defendo no meu livro recente, *Agents of Reform: Child Labor and the Origins of the Welfare State*, é um “sim” condicionado. Em determinadas circunstâncias, e apenas com a cooperação de outras, os reformadores individuais da classe média exerceram uma influência decisiva sobre a legislação inicial para proteger os trabalhadores. Partindo de ideias culturalmente incorporadas sobre o motivo pelo qual as condições de trabalho industrial eram problemáticas, exerceram uma agência criativa para construir coligações políticas e ultrapassar obstáculos institucionais à mudança. Numa altura em que o trabalho ainda não tinha o poder de exigir por si só legislação de proteção, estes reformadores merecem muito do crédito por terem criado o Estado social regulador.

O Estado social regulador refere-se à teia de políticas que protegem os trabalhadores, limitando o poder arbitrário dos empregadores sobre eles. A legislação laboral sobre trabalho infantil promulgadas nas décadas de 1830 e 1840 foram as primeiras a intervir na relação entre a nova burguesia industrial e a mão-de-obra “gratuita” que empregava. Estas leis formaram o alicerce sobre o qual foram eventualmente construídas proteções vitais para os trabalhadores adultos – incluindo regulamentação de saúde e segurança no trabalho, bem como o dia normal de trabalho. Ainda assim, os estudiosos tendem a prestar pouca atenção a este lado regulador do Estado social. *Agents of Reform* pretende corrigir esta situação através de sete estudos de caso das origens políticas do trabalho infantil e da legislação de inspeção de fábricas na Bélgica, França, Alemanha e Estados Unidos da América do século XIX.

Ao longo de grande parte do século XIX, as pessoas da classe trabalhadora foram marginalizadas politicamente. Em muitos países nem sequer podiam votar. Além disso, muitos trabalhadores não consideravam o trabalho infantil como um problema que exigisse atenção legislativa; alguns dependiam dos rendimentos dos seus filhos para sobreviver, e outros estavam mais concentrados em questões de interesse direto para os homens adultos. Nestas condições, foram os reformadores da classe média que lideraram os esforços para promulgar

a legislação laboral sobre trabalho infantil e, mais tarde, para criar os sistemas inspetivos necessários à sua aplicação.

O motivo pelo qual estes reformadores se deram ao trabalho de investir tempo e energia na defesa de políticas das quais eles próprios não podiam beneficiar diretamente é um quebra-cabeças. Para compreender esta questão, é necessário analisar as ideias que motivaram estas políticas – as quais, afinal, eram surpreendentemente diversas. Ideologicamente, os reformadores do trabalho infantil e da inspeção de fábricas tinham raízes tão distintas como o liberalismo clássico, o conservadorismo religioso ou o socialismo democrático. O que as unia, porém, era a crença de que o trabalho excessivo e prematuro infligia danos duradouros à mente, corpo e alma das crianças. Permitir que esses abusos continuassem constituía uma ameaça terrível, não só para o bem-estar das crianças da classe trabalhadora, mas também para a nação no seu conjunto. A forma como interpretaram esta ameaça variou. Por exemplo, alguns viam as crianças trabalhadoras como potenciais criminosas ou revolucionárias que exigiam a influência disciplinadora da escola, enquanto outros as consideravam como recursos nacionais cujo capital humano estava a ser esbanjado. Ideias como estas estiveram na base do entendimento do problema do trabalho infantil por parte dos reformadores, levando-os a prosseguir a legislação. Não estavam, pelo menos num sentido direto, motivados por simples interesses próprios.

É claro que nem todos os candidatos a reformadores foram igualmente influentes. Precisavam de aliados. Ao analisar de que forma alguns o conseguiram, enquanto outros não, foi possível constatar que os reformadores efetivos se distinguiram de duas formas: os que procuraram construir alianças e os que procuraram resolver problemas.

Construção de alianças

Os reformadores utilizaram várias estratégias de construção de alianças – incluindo o enquadramento, a citação, o *piggybacking*, o compromisso e a sinalização de competências – de formas que estavam de acordo com as prioridades e expectativas do público

que precisavam convencer. Vejamos a primeira destas estratégias: os enquadramentos são ideias que os atores políticos utilizam para converter os públicos em aliados. Para serem eficazes, os enquadramentos devem ressoar com as ideias ou interesses existentes dos membros do público; caso contrário, cairão por terra e podem mesmo surtir o efeito oposto.¹

Para ilustrar este assunto, compare-se de que forma dois reformadores – um bem sucedido, outro não – enquadraram o problema do trabalho infantil em momentos chave da criação de coligações. Quando Charles Dupin, um legislador francês, argumentou perante a Câmara dos Pares que o trabalho infantil tornava “o país fraco no poder militar e pobre em todas as ocupações de paz,”² estava a enquadrar inteligentemente a questão como vital para os interesses económicos e de segurança nacional da França. Prosseguiu argumentando que as crianças trabalhadoras podiam tornar-se criminosos e desviantes que desestabilizariam a ordem social. Estes enquadramentos apelaram diretamente às preocupações das elites políticas e ajudaram Dupin a construir uma coligação sólida em torno da sua proposta de lei sobre o trabalho infantil.

Em contraste, quando Édouard Ducpétiaux, um administrador público belga, enquadrou o trabalho infantil como uma violação grave dos direitos da criança, o seu argumento foi imediatamente utilizado contra ele pelas câmaras de comércio institucionalmente habilitadas para considerarem a legislação económica – e cujo apoio Ducpétiaux precisava de fazer avançar. A noção de que as crianças tinham direitos que, por vezes, ultrapassavam os dos pais ainda não tinha sido estabelecida por lei ou costume, pelo que os empregadores acusaram Ducpétiaux de tentar acabar com os privilégios sagrados dos *pater familias* numa perseguição mal orientada de objetivos políticos “estrangeiros”. Passos em falso como estes contribuíram para o fracasso do Ducpétiaux como reformador do trabalho infantil e, por extensão, para a incapacidade da Bélgica em aprovar a regulamentação do trabalho infantil até muito mais tarde, no século XIX.

Resolução de problemas

A segunda forma de os reformadores bem sucedidos se distinguirem foi através da sua vontade de tentar estratégias criativas, e por vezes arriscadas, de resolução de problemas. Quando os opositores

políticos impediram repetidamente as suas ambições de reforma, reagiram subvertendo os canais normais de formulação de políticas de formas não convencionais. Por exemplo, quando Theodor Lohmann, um funcionário do ministério prussiano do comércio, viu a sua procura por um sistema de inspeção de fábricas em todo o Reich frustrada a cada curva pelo seu formidável chefe, Otto von Bismarck, recusou-se a desistir. Em vez disso, redigiu artigos de opinião anónimos para angariar apoio, nas costas do chanceler, recrutando amigos para pressionarem os seus contactos políticos e, de forma mais decisiva, partilhando secretamente a sua própria lei de inspeção de fábricas com os líderes do segundo partido político mais poderoso da Alemanha. Ao forjar uma aliança não autorizada e altamente arriscada com o poder legislativo, Lohmann acabou por ser capaz de aproveitar o poder do Reichstag e contornar a autoridade executiva de Bismarck. Sem as intervenções ousadas de Lohmann, a Alemanha não teria podido impor inspeções de fábrica em todo o império, pelo menos não antes do final da governação de Bismarck.

* * *

Os estudos sobre a mudança de agências e políticas destacam frequentemente os empresários políticos ou institucionais e sublinham que estes atores são, antes de mais, criadores de coligações.³ A minha análise baseia-se nesta literatura, especificando várias estratégias relacionais a nível micro, através das quais os reformadores forjam alianças e ultrapassam as barreiras institucionais. Ao fazê-lo, dá precisão à alegação geral de que a sua agência é importante. Mostra, além disso, que as proteções laborais do século XIX não foram simplesmente o resultado de uma compaixão ou moralidade dedicada dos reformadores. Pelo contrário, foram decretadas proteções quando os reformadores persuadiram os legisladores de que as crianças trabalhadoras representavam ameaças ocultas, ou abrigavam recursos latentes, que eram relevantes para os interesses das elites e do Estado. Numa altura em que o poder político do trabalho sofreu uma erosão e em que o progresso político ainda exige uma adesão substancial das elites políticas, estes conhecimentos continuam a ser relevantes para os reformadores atuais do bem-estar social.

Fonte: Anderson 2018, 2021; Béland e Cox 2016; Fligstein e McAdam 2012; Kingdon 1984; Mintrom 1997; Sheingate 2003.

NOTAS

1 Ver, por exemplo, Snow e Benford 1988.

2 Parlement Français 1840, p. 82.

3 Ver, por exemplo, Béland e Cox 2016; Fligstein e McAdam 2012; Kingdon 1984; Mintrom 1997; Sheingate 2003.

O agente “racional” e a teoria da escolha racional

Um agente (alguém que age) faz uma escolha racional quando age da melhor forma possível para alcançar as suas preferências.¹ Existem três ingredientes independentes na escolha racional: preferências estáveis, processamento de informações e crenças racionais, e maximização.² O que alguém deseja (preferências) é autónomo e não muda. É o que move as pessoas a perseguir o seu interesse próprio individual, o seu próprio bem-estar (a sua utilidade). Formam a sua crença com base em informações recolhidas para ajudar o agente a tomar uma decisão específica. Por exemplo, se alguém preferir não se molhar depois de sair de casa, como é que ela escolhe se quer levar um guarda-chuva? A escolha racional pressupõe que ela toma a decisão com base na combinação da preferência (não se molhar) e a crença sobre se vai chover - por exemplo, olhando pela janela ou consultando as previsões meteorológicas, dependendo de quão importante é para ela não se molhar.³

Este conceito de agente é muito geral e é amplamente utilizado para descrever e explicar o comportamento humano com modelos económicos,⁴ enquadrando a escolha racional como maximização das condições de vida do indivíduo (tipicamente representadas por uma função de serviço público que traduz as escolhas de consumo em condições de vida).⁵ As preferências são assim representadas por uma função de serviço público que cada pessoa procura maximizar. As extensões poderosas carecem de contextos mais gerais. Quando dois ou mais agentes se encontram numa situação em que as suas escolhas dependem das ações de outras pessoas, precisam de adotar expectativas racionais (ou seja, assumir que todos os outros se comportam de acordo com uma escolha racional) sobre o que os outros farão. Este tipo de tomada

de decisões interdependente é estudado na teoria dos jogos, que pode ser aplicada a muitos cenários económicos, políticos e sociais. Mais relevante para este Relatório, onde existe incerteza - ou seja, onde são possíveis diferentes resultados, cada um com um nível diferente de utilidade associado - o modelo é reformulado como teoria da utilidade esperada. A utilidade (que representa as preferências do agente) associada a cada resultado possível é avaliada pela sua probabilidade de ocorrência e calculada como média sob a forma de utilidade esperada, que então representa o que o agente procura maximizar.

Em condições claras específicas (por exemplo, todos têm acesso à mesma informação), os agentes económicos fazem escolhas sobre o que consumir e produzir, através da troca de bens nos mercados, conduzindo a um equilíbrio económico que é alcançado quando todos os agentes fazem a melhor escolha possível no cumprimento das suas motivações individuais.⁶ O equilíbrio económico é tal que nenhum agente pode melhorar a sua utilidade sem prejudicar a de outra pessoa - designado como ótimo de Pareto. Estes resultados são frequentemente a justificação de muitas políticas e instituições. O seu alcance justifica-se por corrigir violações das condições em que este equilíbrio emerge (ou seja, corrigir falhas do mercado, desde externalidades, quando as escolhas têm efeitos secundários que não estão incluídos no momento da escolha, até situações em que alguns agentes têm mais informação do que outros). As políticas e instituições centram-se frequentemente na estruturação de incentivos - alteração de preços através de impostos, por exemplo, para aproximar as condições reais em que as pessoas fazem escolhas das condições especificadas sob as quais o modelo produz o equilíbrio ótimo de Pareto pretendido.

NOTAS

- 1 A descrição da escolha racional neste destaque é fortemente inspirada em Elster (2021b). Um tratamento mais extensivo é apresentado em Elster (2015).
- 2 Uma declaração canônica provém de Becker (1976, p. 143): “todo o comportamento humano pode ser visto como envolvendo participantes que maximizam a sua utilidade, formam um conjunto estável de preferências e acumulam uma quantidade ótima de informação e outros inputs numa variedade de mercados”.
- 3 Este exemplo também é avançado por Elster (2021b).
- 4 Grande parte da inspiração para a discussão deste destaque vem de Hoff e Stiglitz (2016).
- 5 Também inclui um conjunto de axiomas que são plausíveis a nível comportamental e impõem uma estrutura lógica aos atos de escolha que são permitidos (por exemplo, se alguém preferir maçãs a laranjas e laranjas a peras, também tem de preferir maçãs a peras). Para um tratamento formal, incluindo algumas das extensões discutidas neste parágrafo, ver Mas-Colell, Whinston e Green (1995). Os axiomas-chave destinam-se a assegurar comportamentos onde existe coerência de escolha, mas Sen (1993) argumentou que comportamentos aparentemente inconsistentes não implicam falta de racionalidade, uma vez que podem refletir a utilização consistente de estratégias de decisão baseadas em regras. Sen (2002) argumentou que não existe forma de estabelecer coerência interna de escolha sem se referir a algo externo ao ato de escolha (tais como valores ou normas). Arkes, Gigerenzer e Hertwig (2016) argumentam que a coerência na escolha não pode ser uma referência universal de racionalidade.
- 6 O modelo formaliza a intuição de Adam Smith de que a busca do interesse próprio no contexto de um intercâmbio económico potencialmente benéfico para ambas as partes deixaria ambos numa melhor situação, sem a necessidade de compromissos morais para fazer algo de bom ou sob a direção de uma autoridade supra-individual. É irónico que Adam Smith seja lembrado principalmente por esta perceção, quando muito do seu trabalho foi explorar a importância de diferentes motivações para o comportamento humano, incluindo o papel dos compromissos morais ou expectativas sociais sobre o que é um comportamento aceitável. Estas observações resultam de Sen (2009b).

Como podem as sociedades progredir em tempos incertos? Uma questão que assume novas formas, reclamando novas ferramentas analíticas

Diane Coyle, *Cambridge University*.

Em tempos de incerteza, a questão perpétua de como podem as sociedades humanas progredir assume novas formas. Este Relatório diagnostica as múltiplas fontes de insegurança e angústia que afetam atualmente tantas pessoas em todo o mundo e, ao fazê-lo, explora algumas ações possíveis que os decisores políticos podem tomar. Mesmo pondo de lado pressões imediatas tais como a escassez de alimentos e o aumento dos preços relacionados com conflitos, todos nós enfrentamos dois desafios a longo prazo. Um é lidar com as consequências das alterações climáticas. O outro é responder às mudanças estruturais económicas e sociais que estão a ser provocadas pelas tecnologias digitais disruptivas. Há muito tempo em desenvolvimento, ambos precisam de ação imediata, ou irão aumentar as desigualdades e inseguranças além dos níveis intoleráveis que já atingiram.

A resposta a estes desafios exigirá novas ferramentas analíticas. Isto deve-se ao facto de os danos ambientais, por um lado, e da transformação digital, por outro, não estarem em conformidade com os pressupostos subjacentes a muitas análises económicas convencionais e recomendações políticas. Ambas as áreas estão repletas daquilo a que os economistas se referem como externalidades ou repercussões, em que as decisões têm subprodutos sob a forma de consequências substanciais para os outros, bem como para o decisor. Por exemplo, as empresas que emitem poluentes ou dióxido de carbono, causando danos ambientais e sociais que não têm de pagar, ou, no domínio digital, o fornecimento de dados pessoais que revelam informações sobre outros indivíduos – ou que inversamente permitem às plataformas fornecer um serviço melhor a todos os seus utilizadores. As externalidades ambientais são geralmente negativas, uma vez que os recursos naturais são muitas vezes comercializados a um preço reduzido. As externalidades digitais podem ser tanto negativas como positivas.

Nos manuais de economia, a regra geral é que os preços de mercado captam a informação relevante para a melhor utilização e atribuição de recursos; mas também consta nos manuais de economia que esta presunção não se mantém quando existem externalidades generalizadas. Pelo contrário,

tais situações de falha do mercado dão origem a problemas de ação coletiva. Os incentivos individuais produzem resultados piores do que os possíveis se houver coordenação, liderada por governos e organismos públicos ou instituições organizadas pela comunidade, como no trabalho inspirador de Elinor Ostrom.

No entanto, embora isto seja do conhecimento geral, os instrumentos normais de política económica continuam a assumir um mundo mais simples onde se pode acreditar razoavelmente que as decisões individuais empresariais ou pessoais conduzem geralmente a bons resultados económicos, enquanto as falhas de mercado individuais podem ser enfrentadas uma a uma com soluções específicas. Esta forma padrão de pensar sobre política económica, profundamente enraizada na educação e tradições dos decisores políticos durante décadas, precisa de mudar. O mundo mudou para lá do reconhecimento dos modelos mentais de escolha individual.

Para dar um exemplo, os modelos empresariais digitais que utilizam dados e algoritmos para fornecer serviços estão a tornar-se cada vez mais difundidos em muitos países. São muito promissores para os consumidores individuais – por exemplo, melhorando o acesso a serviços financeiros de baixo custo ou fornecendo acesso a mercados para pequenas e médias empresas. Mas precisam de um quadro político adequado para governar a sua utilização de dados e assegurar que os mercados permanecem abertos a novos operadores.

Os dados são um recurso essencial na economia digital, mas as características dos dados não são as mesmas de um ativo económico padrão. Os dados são “não rivais” na medida em que podem ser utilizados por muitas pessoas simultaneamente e não se esgotam, e os dados podem causar danos (uma externalidade negativa) ao revelarem involuntariamente demasiada informação sobre as pessoas em detrimento da sua privacidade e oferecerem benefícios (externalidades positivas) quando são combinadas diferentes partes de dados para fornecer informação útil. As empresas que adquirem muitos dados sobre utilizadores também podem transformar esses dados numa barreira à

entrada para limitar a sua concorrência, uma vez que estão numa posição muito melhor tanto para melhorar o serviço como para obter receitas.

Desde 2019, o debate sobre a política de concorrência tem reconhecido cada vez mais o desafio que o domínio de algumas empresas representa nos mercados digitais, que por vezes são descritos como economias de “o vencedor fica com tudo” ou de “superestrelas”. No entanto, os progressos na mudança de políticas para combater o domínio do mercado têm sido lentos, mesmo no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, onde o debate académico e político já começou há alguns anos. Os instrumentos políticos práticos e quotidianos para a análise e as medidas ainda não existem.

Além disso, os debates sobre políticas de governação apropriadas para os dados em geral ainda se encontram nas suas fases iniciais. Os dados devem ser considerados “propriedade” como se fossem um ativo quando a informação que os dados fornecem é sempre relacional ou contextual? Em caso afirmativo, dado que a utilização de dados cria tanto valor, a quem devem ser atribuídos os direitos de propriedade: a quem recolhe os dados ou ao sujeito ou fonte original? Em caso negativo, qual o quadro de direitos de acesso e responsabilidades que produziria valor para a sociedade? De que forma devem os utilizadores de dados ser obrigados a ter em conta o enviesamento de dados devido à desigualdade da sociedade – e, na verdade, das pessoas que não têm “voz” relativamente aos dados, cujas atividades e necessidades não são tidas em conta?

Outro exemplo de uma área com muitas questões em aberto, devido à ausência até agora de um quadro político de referência apropriado, são as políticas de biodiversidade. A análise histórica de Partha

Dasgupta de 2020 da economia da biodiversidade para o Tesouro de Sua Majestade no Reino Unido sintetizou o quadro teórico relevante, mas, mais uma vez, é necessário fazer o trabalho de preparação para transformar os conhecimentos concetuais em intervenções práticas. De que forma podem ser reconhecidos os alertas precoces de pontos de inflexão irreversíveis nos ecossistemas? Qual é o âmbito geográfico adequado para avaliar e agir sobre a perda de biodiversidade? De que forma se integra na produção agrícola ou afeta a saúde humana?

Em ambas as arenas, ambiental e digital, tem havido considerável investigação académica de excelência na fronteira do conhecimento. Mas, para transformar isto em perceções acionáveis, a presunção por defeito deve ser que este é um mundo de pontos de inflexão, de múltiplos resultados possíveis dependendo das escolhas atuais, externalidades e problemas de ação coletiva. A análise económica precisa de ser integrada com conhecimentos científicos ou técnicos para fornecer instrumentos políticos práticos. São necessários diferentes conjuntos de dados, indo além das métricas e painéis de instrumentos económicos padrão.

Existem debates ativos entre investigadores e decisores políticos sobre este tipo de desafios e considerável progresso recente – como o desenvolvimento de normas estatísticas para medir o capital natural e os serviços ecossistémicos. Mas moldar uma mentalidade apropriada para este mundo incerto, instável e interligado continua a ser um desafio.

Fonte: Com base em Coyle (2021).

Normas e cooperação num mundo multipolar: para lá da economia

Kaushik Basu, *Cornell University*

À medida que o mundo se debate com múltiplos desafios – desde a fraturação da sociedade, causada pela mudança das regras de interação económica e social, causada por sua vez pelo avanço rápido da tecnologia digital, até ao aumento das catástrofes relacionadas com o clima, a pandemia da Covid-19 que alastra e diminui, mas que se recusa a desaparecer, e à guerra na Ucrânia – é chegada a hora de repensar não só as nossas políticas, mas também os fundamentos das ciências sociais. Uma vez que grande parte do desafio político atual reside em aspetos relacionados com a economia, os economistas têm publicado inúmeros trabalhos sobre estes temas, grande parte das suas conclusões foram incluídas neste Relatório. Existe, contudo, uma contribuição crescente das disciplinas vizinhas – filosofia, política e sociologia – que contribuem com conhecimentos e que incitam os economistas a questionar alguns dos pressupostos ocultos nas bases do trabalho da sua própria disciplina. É importante perceber que o mundo que analisamos é, em parte, uma construção da nossa disciplina.¹ À medida que tentamos compreender a sociedade, que está, por um lado, em constante globalização e, por outro, a tornar-se politicamente polarizada com conflitos crescentes entre as nações e dentro delas, é fundamental ultrapassar as fronteiras e recorrer a estes paradigmas disciplinares alternativos.

Desde o Século das Luzes, e mesmo antes disso, os filósofos estão conscientes da necessidade de a sociedade alimentar a cooperação. Parte disto acontece naturalmente a partir dos incentivos da mão invisível, mas também precisamos de acordos e convenções que coordenem os comportamentos dos indivíduos. Tais acordos parecem uma tarefa impossível para o nosso vasto e multipolar mundo. A esperança reside no facto de agora compreendermos melhor em que termos a cooperação acontece e porque é que muitas vezes deixa de funcionar. Isto deve-se a um instrumento que os filósofos do Iluminismo não possuíam, mas os seus descendentes têm, a saber, a teoria dos jogos. Como resultado, tem havido uma série de trabalhos recentes que formalizam ideias dos séculos XVII e XVIII e nos ajudam a pensar em novas formas de gerir a sociedade, evitar conflitos e fomentar o desenvolvimento.²

Esta nova literatura está a ajudar-nos a lidar com problemas do mundo real, desde conflitos

e desigualdades sociais até ao papel dos líderes políticos. Atualmente compreendemos estas matérias melhor do que nunca. De que forma os líderes adquirem poder? Porque é que têm tanta influência sobre os indivíduos, ferindo por vezes as próprias pessoas que os seguem? Surpreendentemente, grande parte da capacidade do líder de agitar a ação entre as pessoas surge do nada, mais do que das crenças dos indivíduos comuns. As declarações e as ordens do líder criam pontos focais. As pessoas acreditam que, dada a ordem de um líder ou sugestão de ordem, outros a seguirão, e que por sua vez faz com que seja do seu interesse segui-la também. Quando se verifica tal confluência de crenças, um discurso ou mesmo uma declaração de um líder pode desencadear torrentes de comportamento entre indivíduos, apoiados por nada mais do que crenças do que outros indivíduos irão fazer.

Esta análise pode ser levada a cabo em questões práticas, tais como a responsabilidade das pessoas para com a sua comunidade³ e a responsabilidade de um líder pelo comportamento dos seus seguidores. A convenção é responsabilizar um líder por determinado comportamento de grupo se for possível demonstrar que a sua intenção era desencadear tal comportamento. Na sequência da análise anterior, é possível argumentar que um líder também deve ser responsabilizado por um comportamento de grupo injustificado, se for possível demonstrar de forma razoável que o líder estava ciente de que o seu discurso ou comportamento resultaria no comportamento do grupo, mesmo que essa não fosse a intenção do líder.⁴ Esta visão alterada pode ter grandes implicações na forma como interpretamos a lei, regulamos e punimos.

Devido à grande influência dos economistas, grande parte da análise formal continua confinada ao comportamento racional individual. Tentamos explicar todas as formas de cooperação por referência ao interesse próprio. Isto conduz frequentemente a modelos matemáticos emocionantes, mas uma consequência desta obsessão é esquecermos que o comportamento universal de interesse próprio é uma dessas suposições no trabalho base, que tomamos como certa, mas que não é verdadeira.

Praticamente todos os seres humanos têm na cabeça alguma forma de bússola moral. Desistem de numerosos comportamentos não por interesse

próprio, mas porque não são permitidos pela sua ética e muitas vezes os seus princípios deontológicos. Acredito que não roubamos as outras pessoas não porque, depois de fazer uma análise custo-benefício, concluímos que o custo de roubar é maior que o benefício, mas porque se trata de um código moral incorporado em nós.

Isto, por sua vez, levanta questões sobre o próprio significado da cooperação. A cooperação de Adam Smith foi a mesma que a de filósofos e estudiosos da política?⁵ Basear a nossa avaliação numa base disciplinar mais ampla também levanta questões vitais sobre custo, valor e igualdade. Podemos estigmatizar indivíduos, banir indivíduos para as margens e exacerbar as desigualdades de várias maneiras.⁶ Estas desigualdades podem dar origem a fraturas e polarizações que pouco têm a ver com a desigualdade económica.

Porque estes são temas à margem das ciências sociais, sabemos pouco sobre a ligação entre a natureza das normas e códigos morais a que aderimos e o nível do nosso crescimento económico e bem-estar. É necessário investigar mais a fundo esta matéria. É discutível que para sustentar o

desenvolvimento económico, precisamos de progressos morais simultâneos. Michele Moody-Adams argumenta que o “progresso” moral pode ser contestado, mas podemos, no entanto, tomar uma posição relativamente ao que representa, e expressou otimismo quanto à possibilidade de o progresso moral evoluir.⁷ Allen Buchanan e Russell Powell vão além e demonstram que o mesmo se pode aplicar aos códigos de inclusão, de importância vital no mundo polarizado atual.⁸

Ao compreendermos estas motivações que vão além da racionalidade individual, podemos tentar cultivar instintos morais que conduzam a uma maior harmonia e cooperação na sociedade. O cerne do desafio é pensar em códigos de comportamento a que os indivíduos, os coletivos e as nações aderem. O objetivo é ter acordos, tais como constituições mínimas, que sejam construídas cientificamente. Isto não excluirá os conflitos, uma vez que as raízes de alguns conflitos vão além do interesse próprio.⁹ No entanto, alimentando certos códigos de comportamento, que de qualquer forma são muitas vezes inatos em nós, podemos esperar estimular a empatia e promover o bem coletivo para o mundo.

NOTAS

1 Mitchell 2005.

2 Basu 2022; Moehler 2019; Thrasher e Vallier 2015; Vanderschraaf 2019.

3 Deb 2020.

4 Basu 2022.

5 Brennan e Sayre-McCord 2018.

6 Goffman 1963; Lamont 2018; Lindbeck, Nyberg e Weibull 1999.

7 Moody-Adams 1999.

8 Buchanan e Powell 2018.

9 Muldoon e outros 2014.

Insegurança cognitiva

Benjamin Enke, *Harvard University*

Muitos dos mais importantes desafios que a humanidade enfrenta exigem compromissos que envolvem incerteza e tempo. Por exemplo, as medidas de mitigação das alterações climáticas são arriscadas, no sentido em que não sabemos exatamente qual será o seu funcionamento. Além disso, a ação climática envolve compromissos intertemporais porque proporciona benefícios principalmente no futuro, mas representa custos atualmente. Em contextos como estes, a tomada de decisões adequadas por parte de decisores políticos e indivíduos requer um raciocínio sofisticado sobre o risco e o tempo. No entanto, uma perspetiva essencial da investigação recente em economia comportamental é que muitas decisões economicamente relevantes que envolvem risco ou compromissos intertemporais são cognitivamente muito difíceis. Considerem-se os dois seguintes exemplos ilustrativos:

- Suponha que lhe é oferecido um investimento que paga 1000 dólares com uma probabilidade de 35 por cento e zero com uma probabilidade de 65 por cento. Quanto estaria disposto a pagar por esse ativo? Talvez 220 dólares? Tem a certeza? E que tal 185 dólares? Ou 342 dólares?
- Agora imagine que ganhou realmente 1000 dólares e que o seu banqueiro lhe oferece uma taxa de juro anual segura de 4%. Quanto da sua nova riqueza gostaria de poupar a esta taxa de juro em vez de gastar este ano? 600 dólares? Tem a certeza? Não 775 dólares ou 452 dólares?

Estes exemplos ilustram um princípio que é muito geral: numa grande variedade de decisões, as pessoas exibem incerteza cognitiva, o que significa que não sabem qual é a melhor decisão para elas, dadas as suas preferências. A incerteza cognitiva refere-se a uma forma de incerteza puramente cognitiva interna, em vez de uma incerteza objetiva sobre o mundo físico. A incerteza cognitiva é o resultado da capacidade imperfeita das pessoas para determinar o curso de ação ideal em situações complexas. A realidade empírica de que as pessoas exibem frequentemente incerteza cognitiva contrasta com a abordagem tradicionalmente adotada pelos economistas comportamentais, que consiste em assumir que as pessoas podem cometer erros, mas não estão conscientes das suas próprias imperfeições cognitivas.¹

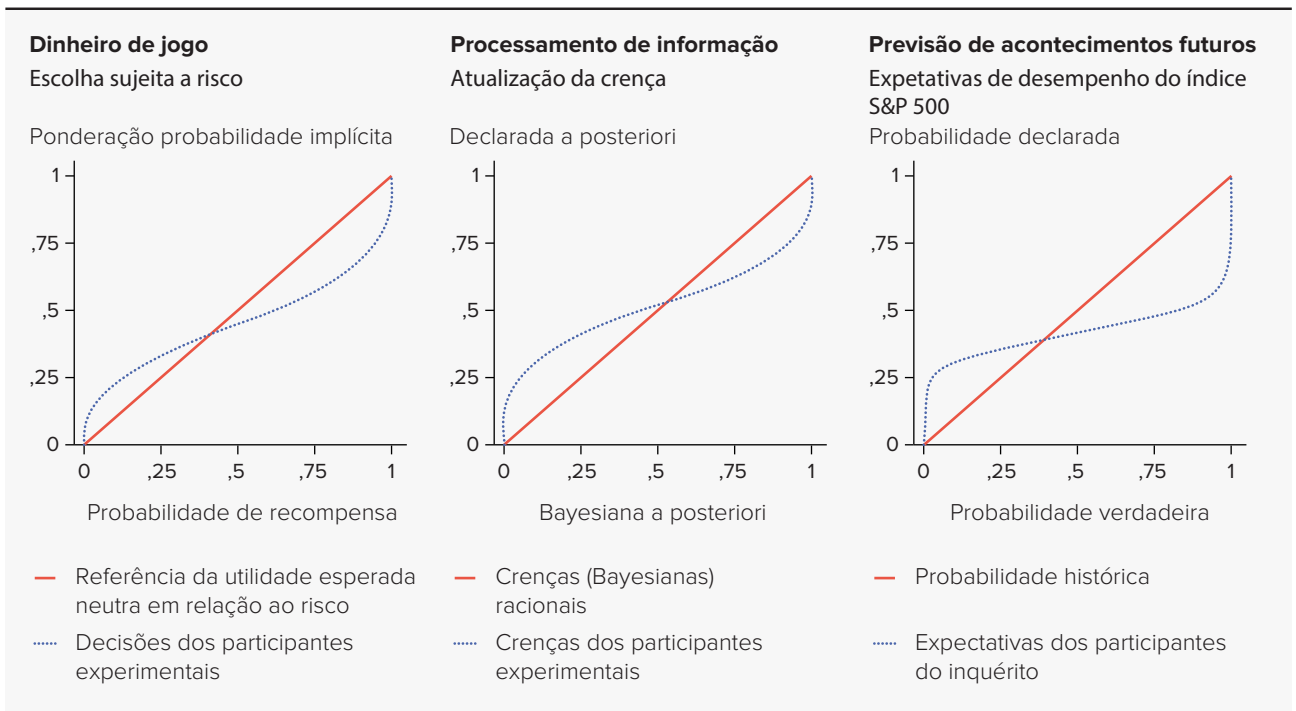
Porque é que a incerteza cognitiva é importante? Uma razão principal é que existe um número crescente de experiências e inquéritos que demonstram que quando as pessoas são cognitivamente incertas, ficam presas a uma decisão do designado padrão cognitivo.² Uma decisão do padrão cognitivo é a decisão ingénua que as pessoas tomariam na ausência de qualquer deliberação: o que fariam se não pensassem realmente no assunto. Em contextos em que as pessoas já tenham experiência, podem tomar uma decisão que já tomaram anteriormente. Em contextos em que as pessoas não têm experiência, o padrão cognitivo é muitas vezes escolher algo intermédio ou um compromisso. Independentemente da decisão, grande parte dos estudos mostram que quando as pessoas estão perante uma realidade cognitivamente incerta, prendem-se ou regridem a um padrão cognitivo.³ Como resultado, as decisões são frequentemente, de forma indevida, ajustadas ao conjunto de circunstâncias prevaletentes, em particular face a novas condições ambientais.

Nas seções que se seguem, exploramos estas ideias abstratas em contextos mais concretos, através da análise da forma como as pessoas pensam as probabilidades (incerteza) e os compromissos intertemporais e a seguir pela discussão mais especulativa sobre de que forma a incerteza cognitiva e os padrões cognitivos podem ser importantes para a compreensão e abordagem dos atuais desafios sociais.

Tomada de decisões face à incerteza

Praticamente todas as decisões economicamente relevantes envolvem algum tipo de risco. Como resultado, muitos estudos em economia e psicologia analisam a forma como as pessoas aprendem com a informação, como fazem previsões sobre eventos futuros (como a probabilidade de perderem o seu emprego) e como escolhem de entre diferentes estratégias de investimento (por exemplo, se e como investir na bolsa de valores). Todos estes domínios exigem que as pessoas processem probabilidades. No entanto, um grande número de estudos tem documentado que as pessoas têm uma tendência pronunciada para tomar decisões tratando

Figura S3.6.1 As pessoas têm uma tendência pronunciada para tomar decisões que parecem tratar implicitamente todas as probabilidades, até certo ponto de igual modo



Fonte: Enke e Graeber 2019.

implicitamente todas as probabilidades de forma semelhante em certa medida, o que produz um efeito de compressão ao centro (figura S3.6.1).⁴

O painel esquerdo da figura S3.6.1 mostra a função de ponderação de probabilidade canónica que retrata de que forma as pessoas avaliam normalmente as probabilidades quando escolhem entre diferentes jogos a dinheiro. Por exemplo, pessoas sobrevalorizam uma probabilidade de 5 por cento de ganhar 100 dólares, mas subvalorizam uma probabilidade de 95 por cento de ganhar esse montante. Assim, na essência, as pessoas tratam tanto as probabilidades altas como as baixas como mais intermédias do que realmente são. Trata-se de uma regularidade à qual os economistas têm dedicado muita atenção, uma vez que ajuda a explicar fenómenos como o jogo de casino, o excesso de preços dos ativos financeiros positivamente enviesados, o prémio do capital próprio e a razão pela qual as pessoas preferem apólices de seguro com franquias baixas.⁵

O painel do meio ilustra uma forma comum em que as inferências das pessoas a partir de novas informações tendem a estar sistematicamente erradas. Quando as pessoas recebem informações que sugerem que um evento específico tem uma probabilidade objetiva elevada de não acontecer, sobestimam frequentemente essas probabilidades diminutas. Por outro lado, quando as pessoas recebem

informações que sugerem que um evento tem uma probabilidade muito elevada de ocorrer, subestimam essas probabilidades elevadas, o que leva novamente a um efeito de compressão em direção ao centro.

Finalmente, o painel direito mostra um padrão típico em relação às expetativas das pessoas sobre quanto o mercado de ações irá subir, em função de probabilidades objetivas. Mais uma vez, as estimativas de probabilidade das pessoas são geralmente fortemente comprimidas em direção ao centro, o que significa que as pessoas são demasiado otimistas no que se refere a cenários muito improváveis, mas demasiado pessimistas quando se trata de cenários muito prováveis.

A semelhança dos efeitos de compressão nestes três domínios de probabilidade é impressionante. No entanto, até recentemente, os economistas e psicólogos consideravam-nos frequentemente como fenómenos separados, em vez de serem conduzidos por um mecanismo cognitivo comum.⁶

Uma forma de contabilizar conjuntamente estes padrões em diferentes domínios é a simples percepção de que as pessoas consideram ser cognitivamente difícil pensar em probabilidades e, portanto, prendem-se a uma decisão do padrão cognitivo intermédia.⁷ A ideia principal é que as pessoas partem mentalmente de uma decisão intermédia, algo que está longe dos extremos e que aparenta ser moderada.

Após deliberação, não se ajustam suficientemente na direção da decisão racional (a decisão que seria esperada sob um modelo de escolha racional padrão). Crucialmente, a ideia é que a magnitude do ajustamento para a decisão racional diminui a incerteza cognitiva. Assim, as pessoas que são demasiado cognitivamente incertas decidirão apenas com base na decisão do padrão cognitivo, enquanto as pessoas que não exibem qualquer incerteza cognitiva tomarão uma decisão racional. De acordo com esta hipótese, as decisões cognitivamente incertas são mais comprimidas para o centro.

O teste desta hipótese através de uma série de experiências e inquéritos que mediram a incerteza cognitiva das pessoas revelou que nos três domínios de decisão da figura S3.6.1, a essência dos resultados era a mesma: uma maior incerteza cognitiva está fortemente associada a uma maior compressão das decisões para o centro (figura S3.6.2).⁸ Intuitivamente, isto faz sentido: quando as pessoas não sabem como avaliar um ativo de risco, ou se não sabem como formar estimativas probabilísticas sobre variáveis como os retornos da bolsa de valores, ancoram-se numa decisão intermédia e depois apenas se afastam parcialmente da mesma. Como resultado, as pessoas com incerteza cognitiva sobrestimam a probabilidade de eventos improváveis e atribuem demasiado peso a probabilidades baixas quando enfrentados com decisões arriscadas. Da mesma

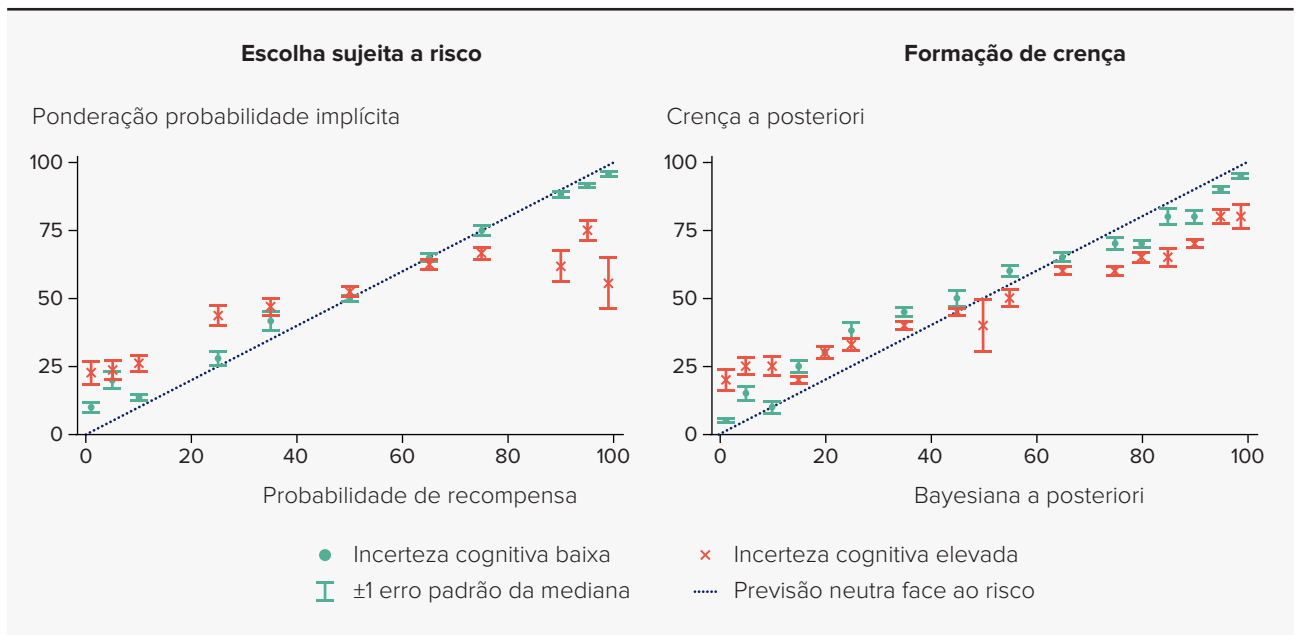
forma, pessoas com incerteza cognitiva subestimam a probabilidade de eventos prováveis e atribuem demasiado peso a probabilidades baixas quando enfrentados com decisões arriscadas. No entanto, estes padrões não surgem porque as pessoas adquiriram erros específicos de domínio ou mesmo preferências – em vez disso, refletem uma heurística geral segundo a qual as pessoas têm dificuldade em pensar nas probabilidades e, por isso, tratam probabilidades diferentes até certo ponto de igual modo.

Decisões intemporais

Considere agora um conjunto de decisões totalmente diferente, em que as pessoas trocam dinheiro (ou outros bens) em diferentes momentos. Por exemplo, pode ser perguntado a um participante na experiência se prefere receber 90 dólares hoje ou 100 dólares daqui a um ano. Um grande volume de trabalho empírico documentou que as decisões intertemporais das pessoas são frequentemente caracterizadas por um tipo de efeito de compressão que é muito semelhante ao que se observa no caso das probabilidades.⁹

S3.6.3 ilustra este aspeto mostrando o quanto as pessoas normalmente valorizam um pagamento de 100 dólares a ser recebido em diferentes pontos no

Figura S3.6.2 Maior incerteza cognitiva está fortemente associada a uma maior compressão das decisões em direção ao centro



Nota: O painel esquerdo ilustra a função de ponderação de probabilidade nas escolhas entre lotarias monetárias, e o painel direito mostra crenças relatadas em experiências de formação de crenças em laboratório.

Fonte: Enke e Graeber 2019.

tempo. Por exemplo, o painel da esquerda mostra que, em média, as pessoas valorizam 100 dólares a nove meses tanto quanto 60 dólares hoje e que valorizam 100 dólares a quatro anos tanto quanto 40 dólares hoje. O principal argumento é que as decisões das pessoas parecem tratar da mesma forma diferentes atrasos de tempo até certo ponto. Por exemplo, as pessoas parecem comportar-se como se quase não fizesse diferença se recebem 100 dólares em dois anos ou em três. Globalmente, isto conduz a um efeito de compressão, segundo o qual a avaliação das pessoas de um pagamento atrasado de 100 dólares é novamente comprimida para um valor intermédio de cerca de 50 dólares.

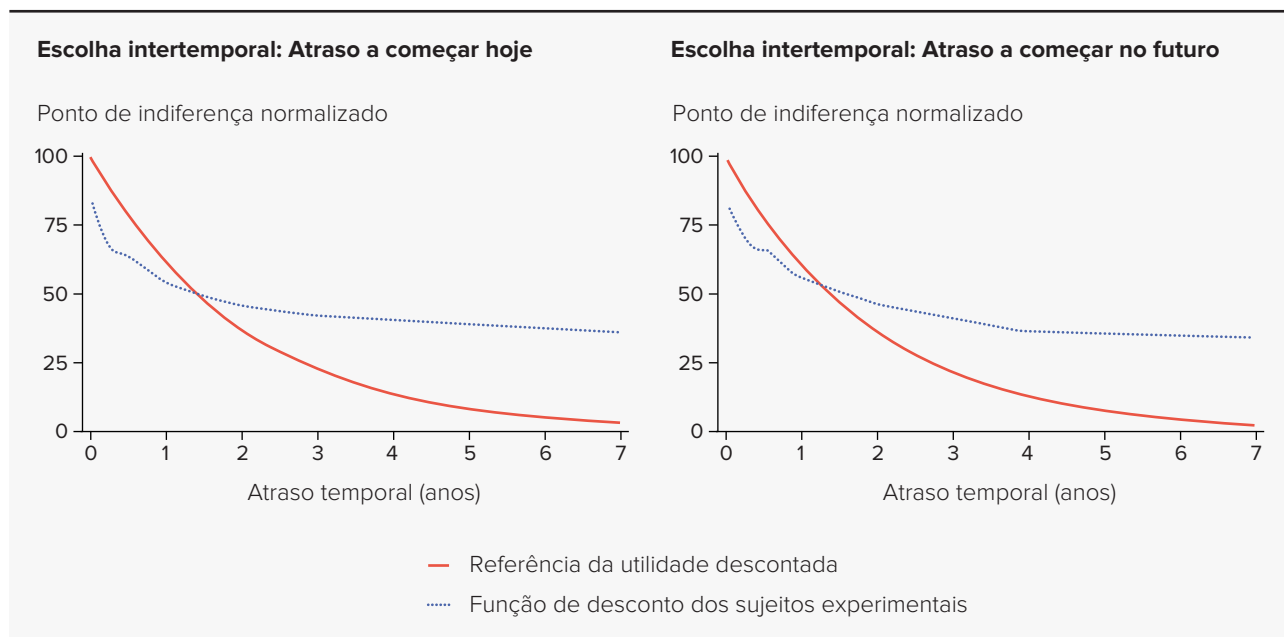
Modelos populares tais como o modelo de utilidade padrão com desconto esperado, ou modelos de enviesamento atual,¹⁰ não podem explicar estes padrões enigmáticos. Por exemplo, o efeito de compressão extrema em relação ao centro também ocorre quando as pessoas tomam decisões que envolvem compromissos entre duas datas futuras (painel direito da figura S3.6.3), de tal forma que o enviesamento atual não pode desempenhar um papel.

Uma hipótese é que estes padrões não refletem (apenas) o enviesamento atual ou outras preferências não padronizadas, mas que são novamente impulsionados pela complexidade e consequente incerteza cognitiva.¹¹ A intuição é que quando as

pessoas estão cognitivamente incertas sobre o valor exato de um pagamento de 100 dólares em três anos, elas ancoram-se novamente numa decisão do padrão cognitivo intermédia e depois ajustam-se a partir daí – mas de forma insuficiente. De acordo com esta hipótese, em relação à referência de um decisor racional, as pessoas com incerteza cognitiva parecerão menos pacientes em horizontes curtos (porque o padrão cognitivo intermédio “arrasta para baixo” a sua paciência), mas parecerão mais pacientes em horizontes longos.

As experiências que medem a incerteza cognitiva das pessoas ao tomar estes tipos de decisões intertemporais mostram que a incerteza cognitiva é fortemente preditiva do grau em que as decisões intertemporais das pessoas parecem tratar todos os atrasos temporais da mesma forma (figura S3.6.4).¹² Como resultado, as pessoas cognitivamente incertas exibem uma impaciência excessivamente elevada em horizontes curtos, tais como nos compromissos entre hoje e daqui a três meses. Contudo, em contraste com as contas convencionais baseadas em preferências de escolha intertemporal, tal impaciência não reflete em grande medida uma paciência genuinamente baixa, mas sim a incapacidade de as pessoas pensarem através do problema da decisão.

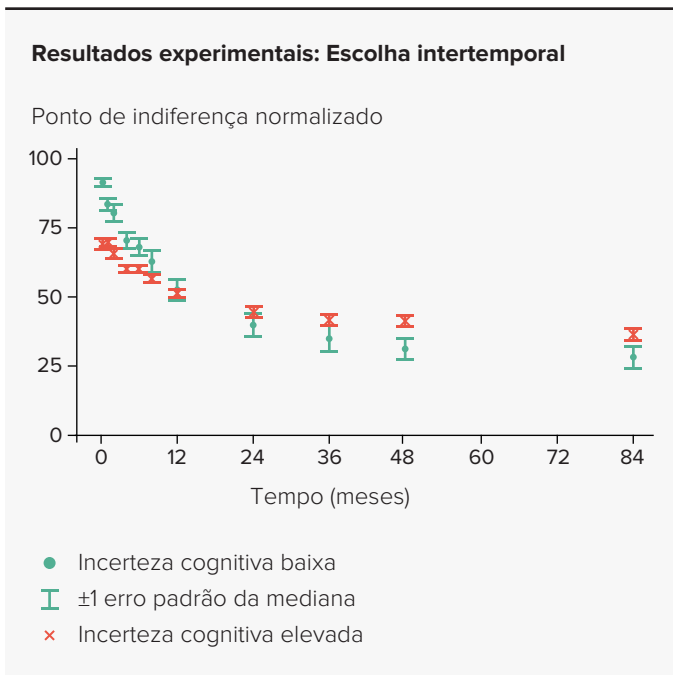
Figura S3.6.3 As decisões das pessoas sobre o valor parecem tratar diferentes atrasos de tempo até certo ponto de igual modo



Nota: O painel esquerdo mostra o comportamento típico das pessoas em compromissos entre o presente e o futuro, e o painel direito mostra o comportamento típico das pessoas em compromissos entre dois pontos diferentes no futuro.

Fonte: Enke e Graeber 2021.

Figura S3.6.4 A incerteza cognitiva é fortemente preditiva do grau em que as decisões intertemporais das pessoas parecem tratar todos os atrasos temporais da mesma forma



Nota: Os pontos mostram o quanto os participantes valorizam um pagamento em dinheiro ou um vale refeição de 100 dólares em diferentes momentos.
Fonte: Enke e Graeber 2021.

Recapitulando: Aspectos comuns aos domínios de decisão

O tema comum que emerge da discussão anterior é que a incapacidade das pessoas para pensar face a problemas de decisão complicados é um elemento unificador que liga vários comportamentos. De que forma as pessoas atualizam as suas crenças à luz de novas informações, como escolhem entre diferentes ativos de risco e como negociam as diferentes recompensas temporais são, em princípio, três domínios diferentes da tomada de decisões económicas. De facto, os economistas conceberam modelos sofisticados para cada um destes domínios. No entanto, embora existam muitos benefícios em focar cada domínio de decisão isoladamente, fazê-lo também obscurece por vezes importantes pontos comuns entre domínios. Em particular, vimos que muitas vezes as pessoas não sabem qual é a melhor decisão, que a incerteza cognitiva está fortemente ligada à tomada de decisões “intermédias” que fazem parecer que as pessoas tratam as diferentes probabilidades e atrasos temporais da mesma forma e que este mecanismo gera muitas das famosas regularidades empíricas que os economistas

e psicólogos comportamentais acumularam ao longo dos anos. De acordo com a lógica da incerteza cognitiva, todas estas regularidades estão intimamente ligadas.

Potenciais implicações para os desafios societais

A principal conclusão dos estudos resumidos acima é que quando as pessoas são cognitivamente incertas – isto é, quando acham que é difícil pensar num problema de decisão – elas fixam-se num padrão cognitivo e depois não se ajustam suficientemente na direção da decisão racional. Em resultado disso, as decisões parecem ser tomadas como se as pessoas não reagissem às mudanças nas circunstâncias prevaletentes, tais como as probabilidades de diferentes eventos.

Em experiências a decisão padrão é consistentemente intermédia por natureza, o que poderia refletir uma diversificação ingénuo ou uma lógica de compromisso. No entanto, todas estas experiências de escolha envolvem contextos com os quais a maioria das pessoas tem pouca ou nenhuma experiência. Isto levanta a questão do que constitui a decisão do padrão cognitivo das pessoas em situações com as quais têm experiência, como é normalmente o caso na realidade.

Uma conjectura plausível é que quando as pessoas estão cognitivamente incertas “na natureza”, ficam intuitivamente presas à sua decisão passada típica e depois ajustam-se a partir daí. Por exemplo, as pessoas que poupam sempre 100 dólares do seu salário podem continuar a fazê-lo mesmo quando a taxa de juro muda subitamente – só porque acham a decisão muito difícil de pensar e, portanto, ficam presas à sua decisão passada.¹³ Uma vez mais, este padrão de comportamento produziria uma reação passiva às alterações das condições ambientais.

Esta perspetiva proporciona uma nova lente através da qual o comportamento do público em geral relativamente aos desafios da sociedade pode ser compreendido. Por exemplo, pensar nas consequências das alterações climáticas para a própria vida é cognitivamente extremamente desafiante. Mesmo que tivéssemos a certeza de que as temperaturas irão aumentar 3 °C nos próximos 30 anos, é muito difícil (mesmo para os peritos) pensar em como isso afetaria a estrutura das nossas economias e estilos de vida. Por outras palavras, é muito provavelmente verdade que as pessoas exibem uma incerteza cognitiva muito elevada quando pensam sobre quais as decisões pessoais que devem tomar face às alterações climáticas. Quais as competências que serão valorizadas daqui a 30 anos? Como deve ser o meu comportamento ideal face a

estas alterações? Como e onde devo escolher viver idealmente, tendo em conta estes desenvolvimentos?

Mesmo na ausência de qualquer incerteza objetiva sobre a palavra física, estas questões são extremamente difíceis de processar cognitivamente. Esta dificuldade cognitiva pode induzir as pessoas a ficarem presas no incumprimento cognitivo de tomar as mesmas decisões que no passado, o que produz mecanicamente uma reação passiva às alterações das condições económicas e climáticas. Por exemplo, o investimento relativamente baixo na adaptação às alterações climáticas no passado pode servir como âncora cognitiva para determinar os investimentos atualmente. Se for verdade, isto sugere que a aparente reação passiva da população a novas condições económicas ou climáticas reflete em parte a dificuldade cognitiva de pensar através de tópicos complexos, em vez de preferências

necessariamente egoístas ou limitadas. Esta conta é potencialmente valiosa porque adiciona uma nova perspectiva e prescrição política. Em vez de lamentar as preferências das pessoas ou mesmo tentar alterá-las, os decisores políticos podem ter mais sucesso em induzir as pessoas a ajustar os seus comportamentos, ajudando-as a imaginar e a pensar num futuro com as alterações climáticas: como será a vida das pessoas, quais os tipos de empregos pelos quais irão competir, como se irão deslocar para o trabalho e o que é que os seus filhos irão aprender. Apenas quando as pessoas compreenderem as implicações das discussões políticas abstratas para as quais precisam de tomar decisões para se prepararem para o futuro – uma vez que as pessoas reduziram a sua incerteza cognitiva – poderão ser capazes de tomar as decisões que os decisores políticos e as organizações internacionais esperam.

NOTAS

-
- | | |
|---|---|
| 1 Benjamin 2019. | 7 Enke e Graeber 2019. A ideia de que as pessoas exibem ruído nas probabilidades de processamento está presente em vários modelos teóricos, incluindo Erev, Wallsten e Budescu (1994), Khaw, Li e Woodford (2021) e Viscusi 1985, 1989. |
| 2 Enke e Graeber 2019, 2021; Xiang e outros 2021. | 8 Enke e Graeber 2019. |
| 3 Enke e Graeber 2019, 2021; Xiang e outros 2021. | 9 Ver, por exemplo, Cohen e outros (2020) para uma análise. |
| 4 Benjamin 2019; Fischhoff e Bruine De Bruin 1999; Kahneman e Tversky 1979. | 10 Laibson 1997. |
| 5 Ver Barberis (2013) para uma análise. | 11 Enke e Graeber 2021. |
| 6 Por exemplo, a teoria das perspectivas de Kahneman e Tversky's (1979) aplica-se apenas à forma como as pessoas traduzem crenças probabilísticas em decisões; não aborda a forma como as pessoas formam crenças probabilísticas em primeiro lugar. De igual forma, os modelos económicos e psicológicos formais de formação de crenças preveem por vezes que as crenças relatadas são excessivamente comprimidas para 50:50, mas não preveem que as decisões arriscadas das pessoas são funções comprimidas de crenças (ver Benjamin 2019 para uma análise). | 12 Enke e Graeber 2021. |
| | 13 Por exemplo, D'Acunto e outros (2021) documentam que as pessoas com menores capacidades cognitivas reagem menos a alterações nas taxas de juro do que as suas contrapartes de maior capacidade. Isto pode refletir que as pessoas tomam uma decisão do padrão cognitivo de repetir o que fizeram no passado. |

A agência humana pode ajudar a restaurar a biodiversidade: o caso das transições florestais

Erle C. Ellis, *University of Maryland, Baltimore County*

As perdas de biodiversidade são cada vez mais reconhecidas como uma crise global que exige mudanças transformadoras nas sociedades humanas de modo a travar mais perdas e melhor conservar e restaurar a biodiversidade.¹ Os habitats florestais sustentam geralmente mais espécies do que outros biomas terrestres, e as florestas tropicais húmidas estão entre os ecossistemas mais biodiversos da Terra.² Como resultado, a conversão, degradação e fragmentação de florestas e outros habitats selvagens biodiversificados pela agricultura e outros usos intensivos do solo são atualmente a principal causa de perdas de biodiversidade em toda a biosfera terrestre.³

Durante mais de um século, a procura humana de alimentos, fibras e outros produtos de uso da terra aumentou para sustentar o crescimento de populações cada vez mais abastadas, bem como a sua escolha de dietas mais ricas, incluindo produtos de origem animal e outros produtos que exigem terra.⁴ Para satisfazer estas exigências, o ordenamento do território para culturas e pastagens substituiu as florestas e outros habitats em mais de 35 por cento da superfície terrestre sem gelo.⁵ No entanto, apesar desta tendência alarmante a longo prazo, a área global de terras agrícolas não aumentou significativamente desde a década de 1990, mesmo quando a quantidade de alimentos produzidos *per capita* aumentou mais rapidamente do que a população durante mais de meio século.⁶

As perdas de biodiversidade continuam a ser uma preocupação grave já que a área global utilizada para culturas intensivas continua a crescer, tanto dentro das áreas agrícolas existentes como através da desflorestação, em especial nas regiões tropicais menos desenvolvidas, onde as perdas de biodiversidade resultantes da conversão da terra são mais significativas.⁷ No entanto, a desflorestação tropical parece estar a abrandar, e as florestas e outros habitats selvagens estão a regenerar-se nas regiões temperadas mais desenvolvidas do mundo, onde as terras agrícolas menos adequadas estão a ser abandonadas.⁸ Embora continue a ser improvável que a área florestal global em 2030 possa aumentar 3% em relação a 2015 para atingir a meta 1.1 do Plano Estratégico da Organização das Nações Unidas para as Florestas, a perda líquida anual de florestas foi reduzida para cerca de 0,1% por ano

desde os anos 90, como resultado da diminuição das taxas de desflorestação e do aumento das taxas de regeneração florestal.⁹ É evidente que algumas tendências florestais estão a ir na direção certa, em especial nas regiões mais desenvolvidas do mundo.

A regeneração das florestas em grande escala após o abandono das terras agrícolas foi identificada pela primeira vez como um padrão geral de recuperação florestal nas regiões desenvolvidas da Europa a partir dos finais do século XIX.¹⁰ Nas últimas décadas, as designadas transições florestais, definidas como mudanças regionais sustentadas de desflorestação líquida para reflorestação líquida, estão a ser cada vez mais observadas nas regiões temperadas e tropicais em todo o mundo.¹¹ As primeiras transições florestais da Europa, dos Estados Unidos e de outros países foram inicialmente explicadas por uma via de desenvolvimento económico em que a urbanização e a industrialização conduziram à escassez de mão-de-obra na agricultura, levando à intensificação da agricultura para aumentar a produção total utilizando as terras mais adequadas, permitindo maximizar os lucros e levando ao abandono de terras agrícolas menos produtivas, onde as florestas a seguir se regeneraram espontaneamente.¹²

Mais recentemente, as transições florestais “económicas” também foram explicadas, até certo ponto, através de “percursos de deslocamento do ordenamento do território”, nos quais as florestas recuperam numa região enquanto potencialmente se perdem noutra, quando a procura agrícola é externalizada através de cadeias de abastecimento globalizadas, frequentemente para regiões em desenvolvimento dos trópicos.¹³ Nos percursos de deslocamento do ordenamento do território, os benefícios da regeneração florestal para a biodiversidade podem ser invertidos muitas vezes, a menos que a região agrícola de destino tenha rendimentos muito elevados (e, portanto, menores necessidades de área líquida de terra), devido à maior biodiversidade da maioria das regiões tropicais e ao potencial de conversão do ordenamento do território através da desflorestação.¹⁴ Nas últimas décadas surgiram percursos adicionais para as transições florestais, incluindo programas de plantação de árvores apoiados por organizações estatais e não governamentais e através de políticas de ordenamento do território e percursos regulamentares de apoio à

conservação e restauração florestal para cumprir as metas internacionais de carbono e biodiversidade.¹⁵

Iniciativas globais de transparência da cadeia de abastecimento e certificação voluntária da produção sustentável estão a ajudar a reduzir as perdas de florestas tropicais produzidas através do deslocamento do ordenamento do território.¹⁶ Mas há ainda um longo percurso a percorrer.¹⁷ Embora as transições florestais sejam cada vez mais evidentes em todo o mundo, incluindo em muitas regiões tropicais em desenvolvimento,¹⁸ à escala global, as perdas de biodiversidade continuam a ser inevitáveis sempre que o ordenamento do território é simplesmente exportado para outras regiões,¹⁹ a menos que a sua produtividade seja substancialmente maior ou que a sua biodiversidade seja substancialmente menor.

As perspetivas finais de uma transição florestal global para travar as perdas de biodiversidade

dependerão do grau em que as exigências de mercadorias possam ser satisfeitas através de práticas cada vez mais intensivas do ordenamento do território que reduzam a procura global de terra – a via clássica “económica” do desenvolvimento urbano e industrial – combinada com esforços para dar prioridade à conservação e restauração das regiões mais biodiversas da Terra.²⁰ O ritmo deste desenvolvimento, incluindo a urbanização e a intensificação agrícola, e a governação das cadeias de abastecimento globais de mercadorias²¹ acabará por determinar não só o destino da biodiversidade remanescente da Terra, mas também o futuro das oportunidades humanas em matéria de alimentação, habitação, emprego, recreação e outras condições essenciais.

NOTAS

- 1 Díaz e outros 2019; IPBES 2019b; Pereira, Navarro e Martins 2012; WWF 2020.
- 2 Barlow e outros 2018; FAO e PNUA 2020.
- 3 Díaz e outros 2019; IPBES 2019b; WWF 2020.
- 4 Alexander e outros 2015; Ellis 2019; Sanderson, Walston e Robinson 2018.
- 5 Ramankutty e outros 2018.
- 6 Ellis 2019; FAO 2017.
- 7 Barlow e outros 2018; Curtis e outros 2018; Ramankutty e outros 2018.
- 8 FAO e PNUA 2020; Keenan e outros 2015.
- 9 FAO e PNUA 2020.
- 10 Mather 1992; Rudel e outros 2020.
- 11 Ellis 2021; Meyfroidt e outros 2018; Rudel e outros 2020.

- 12 Meyfroidt e outros 2018; Rudel e outros 2020.
- 13 Meyfroidt e Lambin 2011; Meyfroidt e outros 2018; Rudel e outros 2020.
- 14 Schwarzmuller e Kastner 2022.
- 15 Meyfroidt e outros 2018; Rudel e outros 2020; Wolff e outros 2018.
- 16 Lambin e outros 2018.
- 17 Curtis e outros 2018.
- 18 Hosonuma e outros 2012.
- 19 Meyfroidt e Lambin 2011.
- 20 Curtis e outros 2018; Ferreira e outros 2018; Meyfroidt e Lambin 2011; Strassburg e outros 2020.
- 21 Chung e Liu 2022; Lambin e outros 2018; Pimm 2022.

PARTE



A construir o nosso futuro num mundo em transformação

A construir o nosso futuro num mundo em transformação

Além de causarem frustração e inquietação (capítulo 2), as incertezas descritas no capítulo 1 também podem minar a capacidade de agir coletivamente. A incerteza tem diferentes manifestações. A nível individual, pode ser visto sob a forma de insegurança humana. Este capítulo mostra que as percepções de insegurança estão associadas à desconfiança e à polarização política – as pessoas que se sentem inseguras confiam menos nos outros e são mais propensas a posições politicamente extremas. Entretanto, as alterações aos nossos sistemas de informação estão a remodelar a forma como as

pessoas formam crenças e como interagem umas com as outras. As mudanças sociais provocadas pela rápida evolução da tecnologia das comunicações digitais colocam pressões adicionais sobre a interação humana. Em conjunto, estas duas mudanças estão a comprometer a deliberação pública e a escolha social (capítulo 4). Mas a incerteza também pode abrir novas possibilidades de ação, uma vez que pode reestruturar o que é percebido como possível e necessário: isto é explorado no capítulo 5 e no capítulo 6, que fornece sugestões sobre o caminho a seguir.

CAPÍTULO

4

O que impede a nossa atuação conjunta?

O que impede a nossa atuação conjunta?

O paradoxo do nosso tempo é a paralisia: sabemos quais são os problemas, temos mais recursos do que nunca para os resolver, mas não estamos a agir.

Porquê? O que nos está a impedir?

Este capítulo aponta a polarização e como a incerteza e a insegurança podem exacerbá-la. A confiança está em baixo; o extremismo político está em alta. A hiperinformação está a fomentar a divisão. Os espaços de deliberação pública estão a diminuir quando são mais necessários.

As várias dimensões de um conjunto de incertezas sem precedentes – decorrentes do contexto Antropoceno, das transformações sociais e tecnológicas e da polarização política – testam as nossas instituições sociais, económicas e políticas, bem como os padrões de comportamento que moldam e são moldados por essas instituições. A ligação entre os dois, tal como é discutido no capítulo 3, é o resultado de procedimentos de escolha social, refletidos na forma como as sociedades elaboram respostas coletivas.

Porque é que se revelou tão difícil elaborar estas respostas coletivas, que exigem mudanças tanto no comportamento como nas instituições, apesar das provas evidentes de danos futuros para pessoas, sociedades e planeta? O capítulo 3 argumenta que as configurações atuais de comportamento e instituições não estão a responder eficazmente a um novo contexto de incerteza. Este desfasamento aumenta a importância dos processos de deliberação pública e de escolha social para moldar as mudanças comportamentais e institucionais necessárias num mundo incerto. Processos de escolha social que aproveitam os diversos objetivos, motivações, crenças e emoções das pessoas podem ser uma força motriz poderosa de mudança social.

No entanto, em muitos países, os processos de deliberação pública e de escolha social estão atualmente sob tensão no meio da intensificação da polarização política e da divisão.¹ A polarização política pode ser entendida como “a medida em que os cidadãos se enraizam ideologicamente nos seus próprios valores e crenças políticas, aumentando assim a divisão com os cidadãos que possuem valores e crenças políticas diferentes”.² A polarização tende a fazer com que as pessoas se aproximem dos seus grupos internos e sejam relutantes em interagir, trocar e comunicar com os grupos externos. Polarização afetiva – tendência para ver os membros fora do grupo de forma negativa e os membros dentro do grupo de forma positiva³ – antagoniza as pessoas que se encontram noutra linha de militância.⁴ Esta animosidade é acrescentada às outras formas de polarização temática e ideológica entre grupos há muito estudados pela sociologia e pela ciência política.⁵

Neste capítulo explora-se de que forma a polarização pode intensificar-se devido a duas circunstâncias que se encontram interligadas. Em primeiro lugar, a perturbação da vida das pessoas e as experiências de insegurança humana. Em segundo lugar, a enorme mudança económica, social e política impulsionada por um contexto de informação (digital) em rápida mudança. No presente capítulo também se discute o modo como a polarização política pode diminuir o espaço para ações imaginativas, eficazes e justas, necessárias nos dias de hoje, antes de sugerir como

se pode quebrar a incerteza nas respostas coletivas, levando-nos de um modo reativo e confuso a um aproveitamento intencional da incerteza, na direção de um futuro esperançoso.

Tempos incertos, sociedades divididas

As diversas dimensões de incerteza discutidas no capítulo 1 interagem e produzem novos choques e distorções. Mas a incerteza não recai apenas nos choques e distorções. Recai também sobre lacunas crescentes na nossa capacidade coletiva de perceber o mundo durante o processo de tomada de decisão tendente à ação. O progresso nas últimas décadas tem sido notável em muitos aspetos do desenvolvimento humano, particularmente nas conquistas em matéria de bem-estar, apesar das desigualdades marcadas (e em alguns casos crescentes) (ver capítulo 1).⁶ Mas apesar desses progressos generalizados, cerca de metade da população não vê progressos no seu nível de vida em relação ao dos seus pais. Cerca de 40 por cento das pessoas com mais estudos do que os seus pais não percebem o progresso intergeracional, mostrando vividamente como as expectativas de padrões de vida futuros mais elevados estão a ser frustradas.⁷

A incerteza e a insegurança humanas aumentam simultaneamente a polarização

Quando a incerteza se traduz em vidas instáveis e insegurança humana, a polarização tende a aumentar, influenciando os processos de escolha social. Com base na análise do capítulo 3, a discussão que se segue destaca a importância de considerar as crenças, motivações e emoções como fatores que explicam a dificuldade das pessoas em agirem individual e coletivamente face à incerteza. Juntos, estes fatores moldam as questões que as pessoas consideram importantes, as atitudes e comportamentos das pessoas em relação aos outros, e ações que as próprias pessoas apoiam ou empreendem.⁸

“ Quando a incerteza se traduz em vidas instáveis e insegurança humana, a polarização tende a aumentar, influenciando o processo de escolha social

Qual é a ligação entre tempos incertos e uma série de crenças que são importantes para a deliberação pública? Aqui utilizamos o Inquérito Mundial de Valores, cuja amostra representativa abrange cerca de 80% da população global, para

verificar de que forma as percepções de insegurança das pessoas parecem estar ligadas a crenças que agravam a polarização. A insegurança humana percebida é uma medida parcial da incerteza individual que reflete a forma como as liberdades fundamentais das pessoas (de carência, medo e indignidade) estão a ser afetadas atualmente (caixa 4.1). Primeiro mostramos de que forma a percepção de insegurança humana está ligada ao sentimento de agência e controlo das pessoas sobre as suas vidas e com a sua confiança nos outros. As provas aqui apresentadas sugerem que uma maior insegurança humana está ligada a uma menor agência e confiança individual. A seguir exploramos associações entre a percepção de insegurança humana e as preferências políticas das pessoas, mostrando que uma maior insegurança humana está ligada a pessoas com preferências políticas extremas. A combinação de insegurança elevada, menor confiança interpessoal e polarização elevada é mais prevalente em países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e entre as pessoas de menor rendimento.

Uma maior insegurança humana está ligada a uma menor agência e confiança individual

A insegurança humana pode restringir diretamente a agência humana. A insegurança humana elevada reduz a capacidade de as pessoas tomarem decisões autónomas por falta de recursos, por medo ou por discriminação social. Estes efeitos estendem-se frequentemente à percepção global da agência para fazer escolhas sobre as suas próprias vidas: as pessoas com maior insegurança humana tendem a perceber uma agência mais baixa (figura 4.1).⁹

A confiança de uns nos outros influencia as perspetivas de cooperação de um grupo. As pessoas tendem a confiar mais em quem lhe é próximo (como a família) do que em quem não conhecem ou com uma origem social diferente (como com nacionalidades ou religiões diferentes). Uma menor confiança em pessoas socialmente “distantes” influencia a discriminação social,¹⁰ entre outros resultados socioeconómicos.¹¹ Este padrão tende a ser mais forte entre indivíduos com baixos rendimentos e com maior insegurança humana (figura 4.2).¹² Por outras palavras, as pessoas com rendimentos elevados e segurança humana elevada têm mais confiança em pessoas de grupos socialmente mais distantes.

Enfrentar os desafios comuns atuais requer cooperação em contextos para lá daqueles em que a cooperação entre grupos tende a ser elevada – em particular, enfrentar os desafios planetários implica a colaboração não só entre governos, mas também através de outras instituições (capítulo 6). A confiança interpessoal (a confiança mais geral, em

Caixa 4.1 O Índice de Valor Percebido de Insegurança

Humana

Para acompanhar a insegurança humana, utilizamos o Índice de Valor Percebido de Insegurança Humana. Com base na onda 6 (2010-2014) e na onda 7 (2015-2022) do Inquérito Mundial de Valores¹ e reflete principalmente um contexto pré-Covid-19. O índice é calculado para 77 países e territórios, cobrindo cerca de 80% da população mundial. Combina 17 variáveis que abrangem conflitos violentos e insegurança socioeconómica, pessoal e a nível comunitário. Estas inseguranças refletem obstáculos à liberdade de querer, à liberdade de temer e à liberdade de dignidade.

- Para a insegurança de um conflito violento, o índice utiliza variáveis que refletem preocupações sobre uma guerra envolvendo o país de residência, uma guerra civil ou um ataque terrorista.
- Para a insegurança socioeconómica, o índice utiliza variáveis que representam preocupações explícitas (perder o emprego, não poder proporcionar uma educação às crianças) e privações de saúde reais, alimentação e segurança económica.
- Para a insegurança a nível pessoal e comunitário, o índice utiliza variáveis de exposição ao crime, mudança de hábitos devido a preocupações de segurança, percepção global de segurança do bairro e avaliação de riscos específicos (incluindo roubo, álcool e drogas nas ruas, abuso pela aplicação da lei e racismo).

Nota

1. Ver Haerpfer e outros (2022).

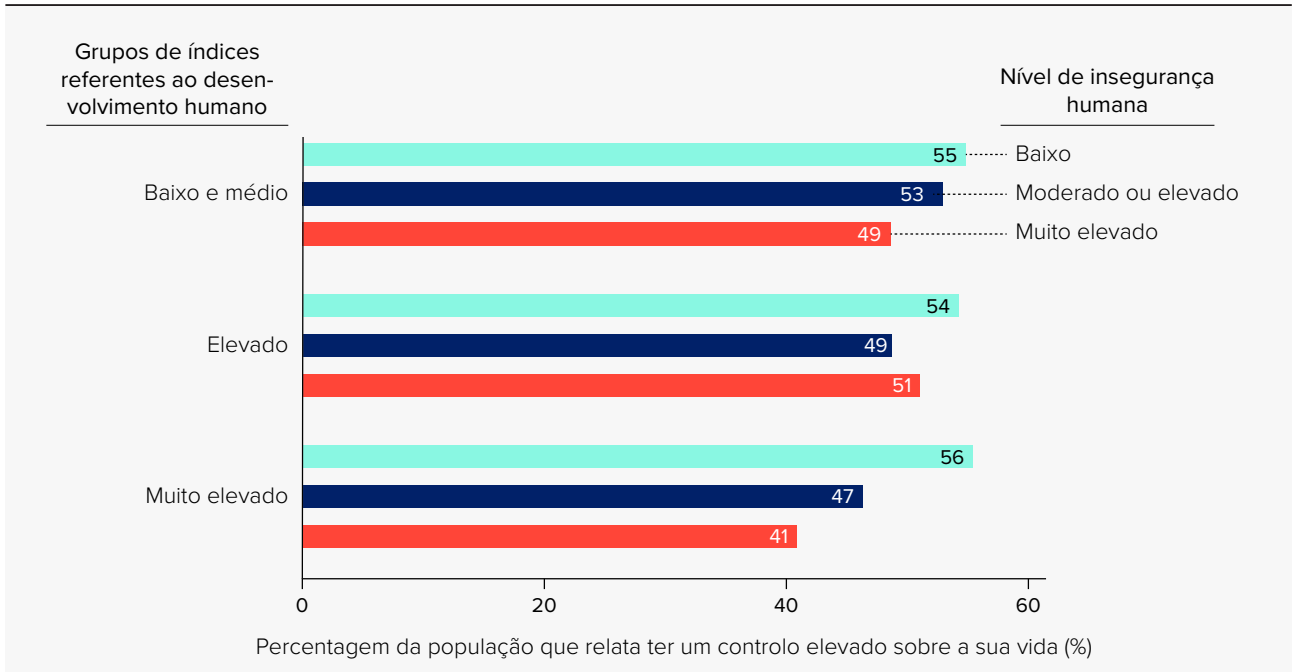
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em PNUD (2022b).

essencialmente qualquer ser humano) tem vindo a diminuir ao longo do tempo. Globalmente, menos de 30 por cento das pessoas pensam que “a maioria das pessoas é de confiança”, o valor mais baixo alguma vez registado. Existe uma estreita associação entre a confiança interpessoal e a segurança humana.¹³

Uma maior insegurança humana está ligada ao extremismo político

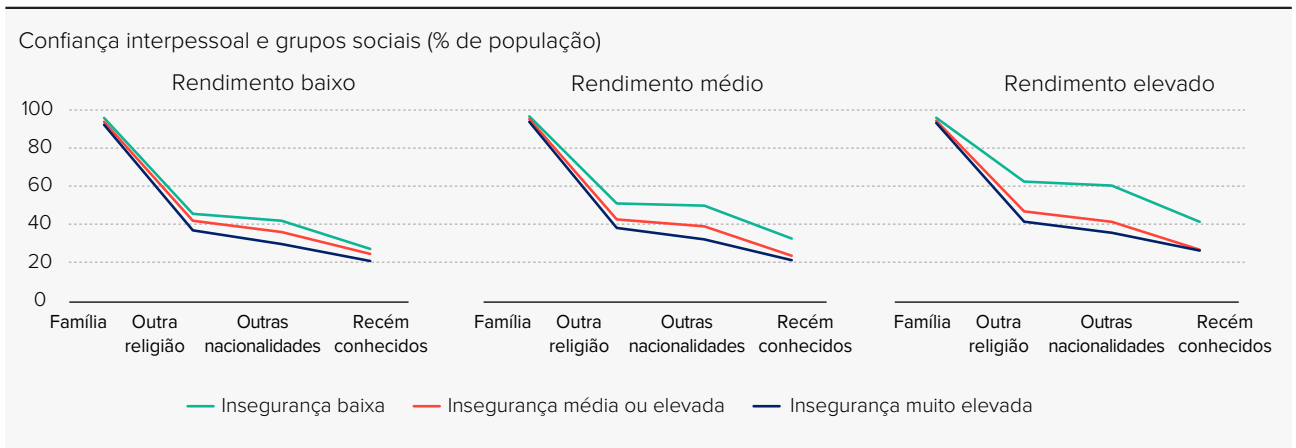
Uma maior insegurança humana está também ligada ao extremismo político, entendido como atitudes e comportamentos que representam visões polarizadas ou a perseguição de um objetivo em detrimento de outros.¹⁴ Captamos o primeiro aspeto utilizando preferências ao longo do espectro político esquerda-direita. As pessoas com maior insegurança humana tendem a ter uma preferência mais forte pelos extremos polarizados do espectro político: a proporção de pessoas com preferências políticas extremas é duas vezes maior entre as que se

Figura 4.1 Uma maior insegurança está associada a uma menor agência pessoal



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base no Inquérito Mundial de Valores, 6.ª e 7.ª edições. Ver Haerpfer e outros (2022).

Figura 4.2 A confiança decresce com a distância social mais acentuada nos rendimentos mais baixos e na maior insegurança



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base no Inquérito Mundial de Valores, 6.ª e 7.ª edições. Ver Haerpfer e outros (2022).

sentem muito inseguras do que entre as que se sentem relativamente seguras (figura 4.3).¹⁵

Além disso, as pessoas com maior insegurança humana tendem a ter preferências por opiniões extremas sobre o papel do governo na economia (plena responsabilidade do governo num extremo e plena responsabilidade individual no outro; figura 4.4).¹⁶

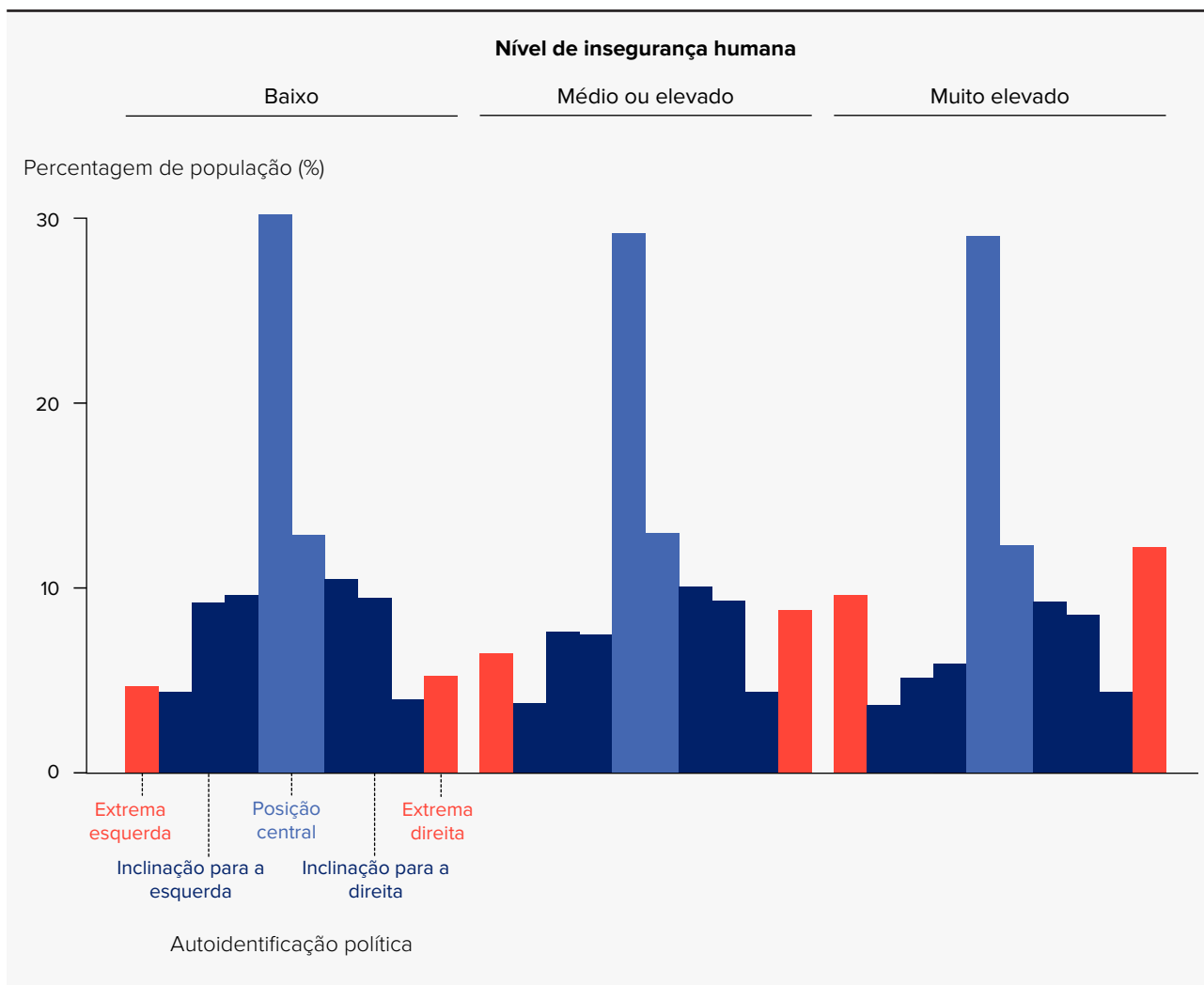
Trata-se de uma barreira à deliberação pública em tempos de incerteza: onde a insegurança é maior, uma maior polarização de opiniões sobre o papel do governo

na economia pode levar a um ciclo vicioso que dificulta a procura de mecanismos de segurança social nas próprias sociedades que mais necessitam deles.¹⁷

Em que medida a incerteza afeta a polarização?

Estudos sobre a polarização apontam vários fatores que podem levar as pessoas a fortalecerem as suas crenças sobre os seus próprios grupos dentro e fora

Figura 4.3 Uma maior insegurança está ligada ao extremismo político



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base no Inquérito Mundial de Valores, 6.ª e 7.ª edições. Ver Haerper e outros (2022).

do grupo. Eis as provas que consideramos sobre alguns dos fatores conhecidos que contribuem para a polarização:

- Os fatores comportamentais afetados por um contexto de incerteza podem intensificar a identificação das pessoas com os seus próprios grupos sociais. Além disso, as pessoas de um grupo também são geralmente propensas a formar crenças incorretas sobre pessoas de outros grupos, com implicações para as perspectivas de cooperação entre grupos.
- Fatores institucionais, em especial os associados a desigualdades e mudanças disruptivas nos nossos sistemas de informação.

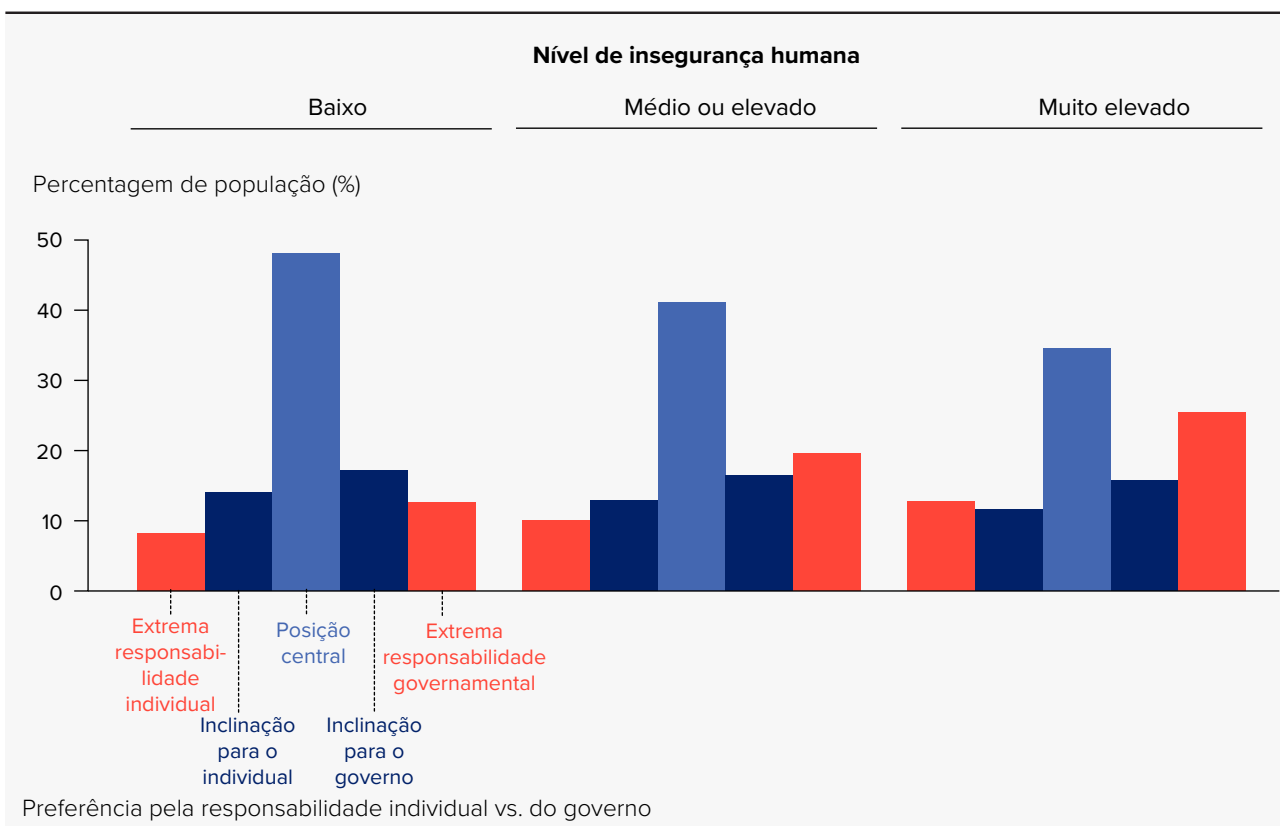
As provas empíricas apresentadas acima sugerem que a incerteza individual (representada através da percepção da insegurança humana) está associada a um conjunto particular de crenças: agência diminuída,

falta de confiança nos outros e crenças políticas mais extremas. A secção seguinte expande esta discussão a fatores de comportamento adicionais que podem contribuir para a polarização, bem como a condições institucionais que promovem a polarização.

Fatores comportamentais

Existem provas de uma ligação causal entre múltiplas manifestações de incerteza e polarização política.¹⁸ Tem origem em diferentes disciplinas, as quais constataam a necessidade de os seres humanos reduzirem ou “resolverem” a incerteza.¹⁹ Por exemplo, a “necessidade de uma conclusão” ou o “desejo de uma resposta evidente sobre algum tema, qualquer resposta em oposição à confusão e ambiguidade...”²⁰ aparece como uma motivação chave para o comportamento humano.

Figura 4.4 A insegurança está associada à polarização das preferências sobre a responsabilidade governamental versus responsabilidade individual



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base no Inquérito Mundial de Valores, 6.ª e 7.ª edições. Ver Haerpfer e outros (2022).

De acordo com a teoria da procura de significado, as pessoas precisam de valor e significado social.²¹ Esta necessidade é ativada pela privação (arraigada no fracasso, humilhação ou rejeição) ou pelo incentivo (a oportunidade de aumentar o seu significado), que estão ligados a manifestações de insegurança humana e incerteza em geral. Quando ativada, a procura de significado reforça as narrativas ideológicas que apoiam os valores do grupo ou cultura das pessoas que dão sentido às suas vidas. Como resultado, as pessoas podem ser atraídas para a afiliação com identidades sociais que se tornam um “antídoto” para a incerteza, identidades sociais que se afirmam como sendo diferentes – no limite, completamente opostas – de outras, o que pode levar à polarização.²²

Uma outra forma de ajustamento pode ser através da identificação de grupos, como na teoria da identidade incerta: sentimentos de incerteza (particularmente relacionados com o eu) motivam as pessoas a identificarem-se com grupos sociais, a mudarem de grupo ou a reformarem grupos existentes para lidar com esses sentimentos.²³ A autocerteza reforça a identificação de grupos, favorecendo grupos com maior distinção e liderança clara. Através deste

processo, a autocerteza facilita a radicalização (autoidentificação com grupos mais extremos e identidades bem delimitadas), culminando potencialmente no apoio de líderes mais autoritários.²⁴ De uma forma geral, a análise experimental da atividade cerebral através da ressonância magnética indica que as pessoas com maior intolerância à incerteza têm mais probabilidades de mostrar uma maior sincronia neural com pares politicamente semelhantes e menos com adversários, alimentando a formação de crenças polarizadas.²⁵

Estes mecanismos podem ser explorados por entidades e líderes políticos, visando indivíduos que lutam com elevada incerteza pessoal através de narrativas convincentes que são aceites mesmo que incluam a justificação de comportamentos extremos, tais como a violência política.²⁶ O apelo das ideologias políticas extremas está frequentemente ligado ao sofrimento das pessoas, à simplicidade cognitiva (como uma perceção a preto e branco do mundo social), ao excesso de confiança no julgamento e à intolerância para com opiniões alternativas devido à perceção de superioridade moral.²⁷ As elites são frequentemente incentivadas politicamente a

fomentar a polarização, com campanhas negativas diretas, discurso rude e cáustico contra adversários políticos²⁸ ou a potencializar divisões sobre questões sociais litigiosas, como a imigração e a etnia em alguns contextos.²⁹ A polarização das elites resulta numa maior polarização afetiva no eleitorado – quando as posições das elites são polarizadas, as pessoas exprimem um sentimento mais negativo em relação aos partidos opostos³⁰ e tornam-se mais tolerantes a comportamentos antidemocráticos.³¹

“A confluência de uma incerteza acrescida com uma elevada desigualdade parece muitas vezes favorecer o apoio a líderes autoritários, que têm menos probabilidades de fomentar a cooperação intragrupos e intergrupos

O estilo de liderança apoiado em tempos incertos também pode favorecer o apoio a líderes autoritários. A antropologia e a psicologia social identificaram duas vias através das quais os líderes emergem.³² Uma delas é a aquisição de prestígio, respeito e admiração e ser reconhecido como possuidor de competências, conquistas ou conhecimentos superiores. A outra é tornando-se dominante, assertivo, controlador, decisivo e confiante, muitas vezes coagindo ou induzindo o medo. Em contextos de incerteza económica, os líderes dominantes parecem frequentemente ter maior apelo do que os líderes de prestígio.³³ Sendo que uma maior desigualdade económica também atrai e muitas vezes favorece o apoio aos líderes orientados para o domínio. A desigualdade proporciona igualmente incentivos para que os líderes persigam os seus interesses próprios em detrimento dos interesses dos grupos que lideram.³⁴ A confluência de uma incerteza acrescida com uma elevada desigualdade parece assim favorecer frequentemente o apoio a líderes autoritários, que são menos suscetíveis de fomentar a cooperação intragrupos e intergrupos.

A polarização tem a ver com um grupo que forma crenças negativas sobre outros grupos, sendo as pessoas geralmente propensas a formar tais crenças de uma forma incorreta. Existem muitas provas que mostram que as percepções das pessoas sobre os outros são geralmente tendenciosas.³⁵ As pessoas podem julgar incorretamente o que outros indivíduos da sociedade pensam, sentem e fazem.³⁶ Não só a percepção incorreta dos outros é generalizada, como também tende a ser assimétrica: muito mais pessoas acreditam que as outras pessoas se enquadram num lado da verdade do que no outro.³⁷ Mais especificamente, as pessoas têm mais tendência a julgar incorretamente os outros quando consideram essas pessoas como estando fora dos

seus próprios grupos sociais, do que aqueles que lhes estão mais próximos. As percepções imprecisas sobre os grupos externos são generalizadas, com provas nesse sentido sobre pontos de desacordo localizados em 26 países.³⁸

De facto, a percepção das pessoas de que outros ocupam posições mais extremas do que elas próprias contribui para a polarização. Verificou-se que a percepção das pessoas de que as pessoas de partidos opostos ocupam posições extremas está mais fortemente associada à animosidade em relação aos membros de fora do partido do que às diferenças reais nas preferências políticas.³⁹ As pessoas que se identificam com um grupo específico subestimam a medida em que concordam com as opiniões dos opositores de outros grupos.⁴⁰ As pessoas também tendem a interpretar mal a forma como os outros as veem. Estas percepções estão exclusivamente associadas à hostilidade, à agressão e, em alguns contextos, à vontade de violar as normas democráticas.⁴¹

O que poderá explicar as tendências das pessoas para interpretarem incorretamente os outros? Uma possibilidade é a estereotipagem, onde as pessoas tendem a adotar modelos mentais demasiado genéricos de membros exteriores ao grupo. Outra é o raciocínio motivado: as pessoas são tendenciosas a interpretar a informação de formas que afirmem as suas crenças. Assim, os fatores afetivos podem estar a contribuir para uma má percepção (e não o contrário - as percepções incorretas podem levar as pessoas a ter atitudes negativas em relação aos outros).⁴²

Fatores institucionais

O atual aumento da polarização acompanha o progresso noutras dimensões do bem-estar humano – maior prosperidade económica, adoção de novas tecnologias e melhorias na saúde, educação e igualdade de género – e apesar do reforço formal das instituições socioeconómicas (caixa 4.2). A polarização crescente apesar dos sinais evidentes de progresso (aquilo a que muitas vezes se chama “desenvolvimento) pode nem sempre dar às pessoas o que se espera.

A polarização dentro do grupo ou fora do grupo pode ser enquadrada no contexto do potencial desfasamento discutido no capítulo 3. Uma transformação rápida com novas dimensões de incerteza pode abalar normas e valores que estão mal adaptados às realidades atuais. Isto despoleta os defensores de novas respostas, arriscando uma polarização entre os defensores da mudança e os que rejeitam a mudança ou são alienados por ela.⁴³ A coesão intragrupo pode aumentar quando as pessoas são confrontadas com ameaças, mas muitas vezes à custa da cooperação intergrupo. Por exemplo,

Caixa 4.2 Progresso e polarização no Índice de Paz Positiva global

O Índice de Paz Positiva mede a paz positiva de 163 países, abrangendo 99,6 por cento da população mundial. A paz positiva é definida como as atitudes, instituições e estruturas que criam e sustentam sociedades pacíficas. Baseia-se em mais de 45.700 séries de dados, índices e variáveis de inquéritos comportamentais em conjunto com o pensamento atual sobre os fatores de conflito violento, resiliência e tranquilidade. O índice abrange oito pilares, utilizando três indicadores para cada um. Os pilares são:

- Governo funcional.
- Distribuição equitativa de recursos.
- Livre circulação da informação.
- Boas relações com os vizinhos.
- Capital humano elevado.
- Aceitação dos direitos dos outros.
- Baixo nível de corrupção.
- Ambiente empresarial sólido.

Os 24 indicadores enquadram-se em três domínios:

- Atitudes, que medem perspectivas, tensões ou percepções sociais.
- Instituições, que estão associadas ao funcionamento das organizações formais e informais que gerem e influenciam o sistema socioeconómico.
- Estruturas, que estão embutidas no quadro da sociedade, como a pobreza e a igualdade, ou são o resultado de uma atividade agregada, como o PIB.

Os seis indicadores no domínio das atitudes são as elites facciosas, queixas de grupo, qualidade da informação, exclusão por condição socioeconómica, hostilidade para com os estrangeiros e a liberdade de imprensa. Estes indicadores foram utilizados como substitutos de atitudes sociais - ou seja, a forma como indivíduos e grupos percebem e interagem dentro da sua sociedade.

- Deteriorações nas atitudes são mudanças nas percepções sociais e padrões de interação entre indivíduos e grupos que produzem uma maior desarmonia social, mais violência ou medo da mesma, instabilidade política mais profunda ou ineficiências económicas mais perturbadoras.
- As melhorias nas atitudes são mudanças nas percepções sociais e padrões de interação entre indivíduos e grupos que conduzem a uma maior coesão social, menos violência, mais cooperação política, maior transparência institucional e eficiência económica.

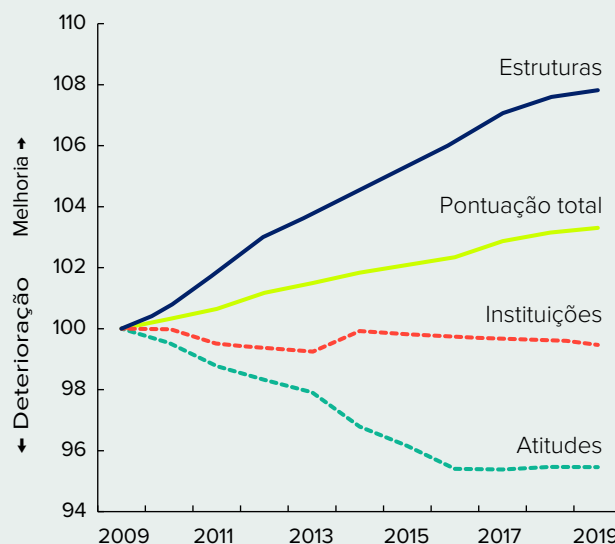
Utilizando este quadro de classificação, os dados sugerem uma divergência acentuada nos padrões de desenvolvimento ao longo dos últimos 10 anos (figura 1 da caixa). A média global do domínio das estruturas sugere um progresso ininterrupto, uma vez que os indicadores de desempenho económico agregado, desenvolvimento científico e tecnológico, e indicadores empresariais têm melhorado continuamente desde 2009. Pelo contrário, as médias globais do domínio das atitudes deterioraram-se acentuadamente - um indicador de polarização. O domínio das instituições também se deteriorou, embora modestamente.

Este é o paradoxo do progresso económico e empresarial face à crescente polarização social. Apesar das melhorias no desempenho económico agregado, do avanço tecnológico e das oportunidades de negócio, as sociedades parecem ter-se tornado menos harmoniosas, e as preferências políticas parecem ter-se tornado mais facciosas e intolerantes.

Fonte: Pinto e outros 2022.

Figura 1 da caixa Melhorias no Índice de Paz Positiva durante a última década foram impulsionadas pelo progresso no domínio das estruturas e não no domínio das atitudes

Pontuação do Índice da Paz Positiva (2009 = 100)



Fonte: Pinto e outros 2022.

após conflitos violentos, a confiança e a cooperação aumentam dentro dos grupos, mas não entre eles.⁴⁴ A guerra também parece fomentar a religiosidade, outra forma de afiliação com um grupo social com

base em crenças partilhadas.⁴⁵ As pessoas procuram reduzir a ambivalência na sua perceção dos outros, criando limites claros entre “nós” e “eles”.⁴⁶ A restrição⁴⁷ das normas sociais e a sua aplicação

ou sanção reforçada são também uma resposta coletiva para fazer face às ameaças e incertezas⁴⁸ – talvez uma adaptação cultural evoluída para lidar coletivamente com a incerteza.⁴⁹ Mas podem ocorrer desfasamentos quando algumas sociedades reforçam excessivamente as normas face a ameaças tangíveis percebidas e as são menos exigentes face a ameaças reais⁵⁰

As dificuldades económicas e a desigualdade de rendimentos podem ocorrer paralelamente às tendências de polarização.⁵¹ Crenças e comportamentos que dão prioridade à filiação em grupo podem emergir como mecanismos de resposta em tempos de volatilidade económica e desigualdade crescente, levando possivelmente à polarização do grupo.⁵² Isto adquire diferentes manifestações em diferentes contextos geográficos, mas um grande número de pessoas em todo o mundo já está a sentir as distorções associadas às implicações do comércio, da tecnologia ou de ambos. Em quase todos os países de rendimento elevado e médio superior, os rendimentos salariais dos trabalhadores estão a diminuir como parte do PIB.⁵³ As perspetivas melhorarão para algumas pessoas – as pessoas com capacidades reforçadas para aproveitarem as oportunidades do século XXI.⁵⁴ Mas outros grupos não se sentirão tão seguros – os que veem os seus meios de subsistência ou estatuto social ameaçados. Em tempos de dificuldade ou em locais onde as distorções causam dificuldades económicas, a polarização intensifica-se e o apoio pode aumentar para os líderes que rejeitam o pluralismo, incluindo os hostis aos estrangeiros e migrantes.⁵⁵

As desigualdades e percepções de desigualdade⁵⁶ podem minar a promessa básica de igualdade política fundamental.⁵⁷ Argumenta-se que estamos a assistir à secessão da vida política⁵⁸ dos que se encontram no topo, isolados e desligados através do seu privilégio, e dos que se encontram na base, descontentes e marginalizados na sua agência e voz. Estas desigualdades – especialmente as desigualdades de rendimento e de riqueza – têm um impacto no compromisso político,⁵⁹ que se traduz frequentemente numa baixa participação política entre os mais desfavorecidos.⁶⁰ As instituições têm lutado para salvaguardar a integridade dos rituais de escolha através dos quais as sociedades podem desenhar o seu destino coletiva e iterativamente e determinar as posições políticas vencedoras e perdedoras sem minar os sistemas formais e sem que o desacordo se transforme em desrespeito dos outros e das instituições.⁶¹ Nas últimas décadas, as desigualdades têm sido acompanhadas por um nacionalismo crescente e por políticas baseadas na identidade em muitos países. Existe uma variação substancial entre países na forma como as desigualdades baseadas na classe interagem com

outras clivagens sociais, levando a padrões diversos nas clivagens políticas; a forma como as instituições políticas gerem estas clivagens também influencia a dinâmica entre grupos (destaque 4.1).

“Desigualdades e percepções de desigualdade podem minar a promessa básica de igualdade política fundamental

O aumento das desigualdades e o agravamento das perspetivas para muitos trabalhadores em todo o mundo estão ligados ao aumento global do poder do mercado de algumas empresas: como a estruturação das novas tecnologias numa lógica assente na premissa de que “o vencedor fica com tudo” a par com a desobediência a políticas antimonopólio, permite que algumas empresas prosperem com lucros elevados, enquanto as quotas mais baixas de rendimento revertem a favor dos trabalhadores.⁶² O aumento do poder de mercado pode levar a uma concorrência monopolista, aumentando os lucros da empresa e mantendo os salários dos trabalhadores baixos.⁶³ As empresas que foram capazes de inovar em novas plataformas de informação são agora gigantes da tecnologia. Estas empresas “superestrelas”, com uma elevada capacidade de inovação e lucros muito elevados, viram o seu poder de mercado aumentar. As suas margens de lucro (a diferença entre preços de venda e custos de produção) são elevadas, contribuindo para o declínio da parcela de rendimento da mão-de-obra.⁶⁴

A hiperinformação está a potenciar a divisão social e a polarização

Como argumentado no capítulo 3, podemos estar a confrontar-nos com um desfasamento entre o comportamento e as instituições que existem atualmente e as que são necessárias para navegar através de um novo contexto de incertezas multidimensionais.⁶⁵ Além disso, o mundo enfrenta outro desfasamento entre a disponibilidade da informação (sobre as ações, interações e percepções das pessoas, capturada através de múltiplas plataformas e meios de comunicação social) e a nossa capacidade de a aproveitar eficazmente em processos de escolha social.⁶⁶ As mudanças na forma como produzimos e partilhamos informação fazem parte de uma mudança social e cultural mais ampla. A ubiquidade das tecnologias de informação e comunicação significa hoje um mundo substancialmente diferente do de apenas algumas décadas atrás. Os avanços tecnológicos estão a alterar dramaticamente a forma como as pessoas

formam as suas crenças e valores e como estes são transmitidos através de ligações e redes sociais. As pessoas que interagem umas com as outras em redes digitais estão a envolver-se em novas práticas culturais.⁶⁷ Podem surgir novos grupos e redes sociais *online* que são amplamente distribuídos e descentralizados, envolvendo apenas indivíduos vagamente ligados. Como se discute nesta secção, as mudanças sociais geradas pelo ecossistema de informação (digital) em rápida evolução estão a introduzir novas vulnerabilidades nos processos de deliberação pública, mesmo quando apoiam a ação coletiva de outras formas.

Os avanços na tecnologia digital estão a perturbar o tecido social

Em muitos aspetos, as redes sociais digitais podem apoiar processos de deliberação pública. O fluxo livre de informação é fundamental para os processos democráticos. Informações precisas permitem às pessoas desenvolver preferências políticas bem informadas, responsabilizar os detentores do poder e participar de forma significativa no debate democrático. A informação é uma parte importante de qualquer estratégia para enfrentar os desafios complexos com os quais nos deparamos. Por exemplo, a informação sobre a extensão e escala das alterações climáticas é importante para estimular ações destinadas a minimizar as pressões induzidas pelo homem no planeta. As tecnologias de partilha de informação, tais como os meios de comunicação social, desempenham um papel importante no apoio à ação coletiva. As redes sociais digitais proporcionam novas formas para os grupos interagirem, encontrarem terreno comum e até de se organizarem em movimentos. Existem vários exemplos de meios digitais que apoiam a ação coletiva, desde o protesto contra a violência racial ou étnica, à defesa dos direitos dos trabalhadores e dos direitos dos grupos diversificados de género e dos povos indígenas. A tecnologia das comunicações promete um meio para que grupos marginalizados, minoritários ou ameaçados se organizem e promovam a mudança.

No entanto, os recentes avanços na tecnologia das comunicações digitais também têm perturbado o nosso tecido social e respetivas interações, mais do que os avanços nas comunicações no passado (caixa 4.3). Existem pelo menos quatro mudanças fundamentais nos nossos sistemas sociais em resultado dos avanços rápidos nas tecnologias de informação e comunicação.⁶⁸ Alteraram drasticamente a estabilidade e funcionalidade das redes sociais.

- *Alterações na escala.* As redes sociais expandiram-se maciçamente em escala, para quase 7,8 mil milhões de pessoas.⁶⁹ O elevado número de pessoas envolvidas complica a tomada de decisões,

a cooperação e a coordenação.⁷⁰ Os mecanismos de cooperação ou coordenação podem estar dependentes da escala, podendo ser necessárias novas instituições para cumprir estas funções à medida que as redes sociais crescem.⁷¹ As alterações de escala podem minar a cooperação e impedir o consenso.⁷²

“As redes sociais digitais proporcionam novas formas de interação, de encontrar pontos comuns e até de se organizarem em movimentos, mas os recentes avanços na tecnologia das comunicações digitais também têm perturbado as nossas redes sociais humanas, mais do que os avanços nas comunicações no passado

- *Alterações na estrutura.* A estrutura das redes sociais humanas mudou. Uma combinação de grande parte da população e tecnologia, que liga grupos de outra forma díspares e que permite estruturas de rede que antes não eram possíveis. Antes, os humanos tinham ligações sociais com, no máximo, algumas centenas de outras pessoas, as plataformas de meios de comunicação *online* ligam agora redes muito maiores de pessoas umas às outras, tal como as fontes de meios de comunicação tradicionais. Os aspetos positivos destas redes incluem a maior possibilidade de colaboração além fronteiras, a difusão de ideias científicas e a expansão das redes daqueles que de outra forma poderiam estar isolados. No entanto, algumas características destas redes, tais como longos laços e desigualdade de influência, podem facilitar os danos.⁷³ Por exemplo, estas redes podem fomentar câmaras de eco e difundir informação enganosa ou imprecisa.
- *Fidelidade da informação.* As novas tecnologias de comunicação permitem que a informação seja transmitida sem alteração ou interferência através de vários graus de separação.⁷⁴ Isto facilita a difusão rápida a larga escala de informações falsas e enganosas. Os rápidos fluxos de informação podem sobrecarregar os processos cognitivos e levar a decisões menos precisas.⁷⁵ Uma vez que a informação é mais barata de produzir e distribuir, a informação de baixa qualidade pode espalhar-se mais facilmente.
- *Tomada de decisão algorítmica.* Os algoritmos são amplamente utilizados para filtrar, curar e exibir informação *online*. Quando concebidos para partilhar informação com base nas preferências e padrões de utilização dos utilizadores, funcionam como ciclos de retorno e conduzem a novas exposições de conteúdo que se tornam mais extremas com o tempo.⁷⁶ Dada a tendência das pessoas para procurar ambientes sociais amigáveis, o *feedback* algorítmico pode limitar a informação e

Caixa 4.3 Avanços nas comunicações digitais arriscam desestabilizar as sociedades

A nossa espécie tem gozado de uma existência relativamente estável há mais de 100.000 anos. Os seres humanos viveram e espalharam-se em grupos de caçadores-recoletores com escassas ligações, na ordem das dezenas ou poucas centenas. A nossa biologia naquela época não era fundamentalmente diferente do que é atualmente, exibindo características culturais ricas como a utilização de recursos, laços sociais, língua, conflitos intergrupais, arte e partilha de conhecimento.

A estabilidade da nossa espécie, por quase todas as medidas, mudou drasticamente com a primeira revolução agrícola há 12.000 anos. O cultivo de culturas e a criação de animais levaram muitos grupos de caçadores-recoletores a abandonar um estilo de vida móvel para formar colónias. A distribuição organizada do trabalho permitiu a coexistência de grupos maiores numa determinada área geográfica. A conversão de terras para uso agrícola forneceu nutrição para apoiar o rápido crescimento populacional. Outros avanços tecnológicos alteraram fundamentalmente a forma como a maioria dos seres humanos interage. A escrita, por exemplo, abriu o potencial para realizar registos, economias, leis codificadas e captura de riqueza. A prensa de impressão permitiu uma distribuição de informação em grande escala por aqueles capazes de suportar os custos iniciais de produção.

A Revolução Industrial permitiu-nos extrair e converter recursos naturais a um ritmo dramaticamente mais rápido. A fotografia, o rádio, o telefone, o trânsito motorizado e a televisão fomentaram a comunicação através de vastos espaços a alta velocidade. Estes avanços fizeram com que as gerações seguintes tivessem cada vez menos semelhança com as gerações anteriores. Embora a tecnologia nos tenha trazido muitas coisas, a estabilidade não se encontra entre elas.

As discussões sobre a tecnologia das comunicações digitais, dos meios de comunicação social e motores de busca à inteligência artificial e à moeda criptográfica, ocorrem frequentemente neste contexto. Estudiosos, tecnólogos, políticos e leigos argumentam frequentemente que a Internet é simplesmente a imprensa gráfica da nossa geração. Os danos são vistos como meras dores de crescimento e uma dor muito longe do existencial. A nossa existência contínua é apresentada como prova de uma mão invisível de comportamento coletivo que nos guiará para o futuro tal como nos trouxe até aqui.

No entanto, há razões para acreditar que as tecnologias de comunicação digital são atualmente quantitativamente e qualitativamente distintas dos avanços do passado. As decisões de engenharia que remodelam a nossa sociedade podem agora ser implementadas instantaneamente e sem supervisão para milhares de milhões de utilizadores, ultrapassando dramaticamente os prazos históricos de adoção e criando novos desafios para uma regulamentação baseada em provas. Diferenciando ainda mais os avanços atuais dos do passado, a tecnologia de comunicação moderna alavanca vastos conjuntos de dados e algoritmos complexos para acoplar os sistemas sociais aos tecnológicos.

Mais importante, os avanços tecnológicos do passado não produziram dinâmicas sociais estáveis, particularmente nas nossas interações com o mundo natural. A tecnologia das comunicações digitais, embora nascente, tem mais potencial do que qualquer avanço passado para alterar as dinâmicas sociais. Dado o estado precário do nosso mundo natural e as desigualdades globais, as perturbações que provocam mais instabilidade são ameaças existenciais para muitos.

Fonte: Bak-Coleman 2022.

as redes a que os utilizadores estão expostos: para que possam induzir enviesamentos na realidade percebida e contribuir para a polarização.⁷⁷ Os algoritmos que as plataformas de meios de comunicação *online* utilizam são tipicamente exclusivos, e há uma transparência limitada na forma como as decisões algorítmicas de fluxos de informação podem estar a alterar o comportamento coletivo humano.⁷⁸

Alterações perturbadoras nos sistemas de informação podem comprometer a deliberação pública

As alterações descritas acima estão a alterar os processos de deliberação pública. Mais informação

e redes maiores não são inequivocamente empoderadoras. Além dos fluxos de informação benigna ou socialmente benéfica, a informação não fiável e não verificada também pode ser transmitida com facilidade através das redes sociais atuais. Uma área de preocupação é a proliferação da desinformação.⁷⁹ Os espaços *online* tornaram-se focos de desinformação politicamente motivados, com efeitos negativos nas dinâmicas e processos sociais, tais como eleições⁸⁰ e tratamento das minorias.⁸¹ Embora a desinformação em si não seja um fenómeno novo, os meios de comunicação *online* aumentaram o alcance, a influência e o impacto da informação imprecisa.⁸² A desinformação pode emergir de uma série de atores, incluindo governos, grupos e *bots* concebidos para convencer as pessoas de que são utilizadores autênticos.⁸³ A difusão de informações falsas pode ser especialmente prejudicial em tempos

de crise, como ficou claramente demonstrado durante a pandemia da Covid-19. Em muitas partes do mundo, ondas de informação não fiável precederam aumentos nas infeções por Covid-19.⁸⁴

“As redes sociais podem levar as pessoas a perceberem que as divisões políticas são mais extremas, a polarizarem-se de forma mais eficiente, a ficarem encerradas nas suas próprias opiniões e a terem um discurso hostil ou negativo sobre os outros a ser recompensado ou reforçado através de um maior envolvimento nas redes sociais

A cognição humana pode facilitar a propagação e a influência da desinformação. Em contraste com os modelos de escolha racional, as pessoas recorrem rotineiramente a atalhos mentais para contornar algumas das informações que encontram quando tomam decisões (ver capítulo 3).⁸⁵ A heurística permite às pessoas reduzir a complexidade destes julgamentos a uma escala mais controlável. É em conjunção com as tendências cognitivas e comportamentais das pessoas que as tecnologias de comunicação avançadas atuais podem pressionar a forma como as sociedades processam a informação e formam crenças. Por exemplo, o facto de as mensagens falsas se espalharem mais rapidamente do que as notícias verdadeiras *online* tem sido atribuído ao facto de ser mais provável que os seres humanos espalhem informações falsas do que os resultados serem um artefacto de escolhas algorítmicas.⁸⁶ As pessoas tendem a virar-se para informações que reforçam as suas crenças existentes - uma manifestação de enviesamento confirmatório. A “aversão” de pontos de vista opostos também é um motivo poderoso.⁸⁷

A tomada de decisões algorítmicas e as reações em espaços *online* podem influenciar o fluxo de informação de formas imprevisíveis, e muitas vezes opacas. Algumas características de concepção de plataformas de meios de comunicação *online* podem facilitar a polarização. Os algoritmos de recomendação podem moldar a forma como a informação se espalha nas redes sociais, encorajando as pessoas a votar contra os seus interesses.⁸⁸ A pesquisa da equipa de aprendizagem automática, ética, transparência e responsabilização do Twitter indicou que os seus algoritmos de recomendação de conteúdo parecem amplificar os políticos de direita na maioria dos países inquiridos.⁸⁹ Embora não conseguissem identificar a razão pela qual o algoritmo exibiu este comportamento, é concebível que tal comportamento algorítmico inesperado possa afetar os resultados democráticos de formas que os observadores externos não podem avaliar.

As interações nas redes sociais podem aumentar as percepções da diferença.⁹⁰ A exposição seletiva a conteúdos comportamentais semelhantes aumenta a polarização reforçando as atitudes existentes.⁹¹ Existem provas de triagem política nas redes sociais: as pessoas ajustam os seus laços sociais *online* para evitar as notícias de fontes não preferenciais, levando à homogeneização das redes *online*.⁹² Além disso, o discurso negativo externo ao grupo pode obter reforços positivos através de um maior envolvimento nas redes sociais em comparação com a linguagem no interior do grupo.⁹³

Dito de uma forma mais simples, as redes sociais podem levar as pessoas a perceberem que as divisões políticas são mais extremas, a polarizarem-se de forma mais eficiente, a ficarem encerradas nas suas próprias opiniões e a terem um discurso hostil ou negativo sobre os outros a ser recompensado ou reforçado através de um maior envolvimento nas redes sociais. Embora as redes sociais não sejam certamente responsáveis por toda a polarização, têm proporcionado um espaço para novas táticas e caminhos para a desinformação e polarização.⁹⁴

Em tempos incertos a polarização prejudica o debate público

Como a análise mostra, a incerteza cria um terreno fértil para a polarização política, com consequências preocupantes para a deliberação pública, precisamente quando as sociedades têm de se reunir para enfrentar as ameaças emergentes. A polarização é muito mais do que simples diferenças nas preferências ou crenças. Afinal de contas, as diferenças entre grupos de pessoas não precisam de impedir a nossa capacidade de trabalhar em conjunto e gerar uma política sólida. Algumas diferenças entre as pessoas são frequentemente benéficas.⁹⁵ E a posse de muitos interesses, identidades e ligações sociais diferentes pode limitar a fragmentação social. Mesmo quando as pessoas discordam por motivos ideológicos ou questões políticas, é menos provável que experimentem o isolamento político em virtude da diversidade das interações sociais e identidades sobrepostas.⁹⁶ Quando as pessoas partilham crenças entre grupos, o espaço para uma interação e deliberação saudável aumenta.

Em vez de uma questão de preferências ou crenças diferentes, a polarização documentada em muitas sociedades atuais é mais pernicioso: “a multiplicidade normal de diferenças na sociedade alinha-se cada vez mais ao longo de uma única dimensão, as diferenças transversais reforçam-se, e as pessoas percebem e descrevem cada vez mais a política e a sociedade em termos de 'nós' versus 'eles'.”⁹⁷ Por outras palavras, a polarização tem a ver com o aprofundamento das divisões sociais entre

grupos, onde as relações intergrupais se tornam hostis e desarmoniosas, a desconfiança entre grupos intensifica-se, os grupos opostos tendem para posições mais extremas e as possibilidades de cooperação diminuem.

Em muitos cenários, a polarização está a alastrar para espaços que de outra forma seriam de coexistência, tais como famílias e bairros.⁹⁸ Quando as redes sociais se tornam segregadas, os grupos têm informação limitada sobre as preferências dos outros, diminuindo os impulsos para a cooperação e coordenação. Em vez de quaisquer diferenças sobre valores, trata-se da quebra na comunicação entre grupos que impede a deliberação pública.⁹⁹ Chegar a um consenso sobre questões leva mais tempo quando os grupos opostos são homogeneizados, e a deliberação dentro de grupos homogêneos tende a levar as pessoas a adotarem posições mais extremas do que de outra forma o fariam por si próprios.¹⁰⁰ A polarização contribui para o descontentamento com os sistemas democráticos. Numa sociedade polarizada, um grupo (“nós”) pode ver as ações de outros grupos opostos (“eles”) como impedindo os seus esforços para moldar a política dentro dos sistemas democráticos.

“ A polarização severa pode tornar as pessoas cegas ao facto de existirem estratégias onde todos os lados podem ganhar

Frustração com processos democráticos pode ser o resultado, especialmente onde os impulsos de colaboração já se encontram enfraquecidos por processos de homogeneização de grupos.¹⁰¹ As próprias instituições democráticas podem ter dificuldade em acomodar as prioridades de grupos profundamente polarizados, resultando em impasses e desinteresse do público.¹⁰² A polarização dentro do grupo ou fora do grupo pode tornar-se um fator impulsionador no apoio a líderes autoritários,¹⁰³ colocando assim os processos democráticos sob pressão.¹⁰⁴ Tendo em conta a ascensão dos partidos radicais e populistas, os académicos têm demonstrado que o declínio da confiança nas instituições está associado à diminuição do apoio aos partidos tradicionais.¹⁰⁵ A tolerância das pessoas a ações antidemocráticas aumenta, criando condições para o declínio democrático ou mesmo para a sua inversão. Existem provas de desgaste de atitudes em relação à democracia e à deliberação pacífica em países com IDH elevado associado à insegurança humana (destaque para 4.2).¹⁰⁶ Na política nacional, a polarização beneficia os líderes que evitam a negociação e o compromisso e prejudicam de forma duradoura as normas que

sustentam a democracia, tais como a tolerância para com opiniões divergentes.¹⁰⁷

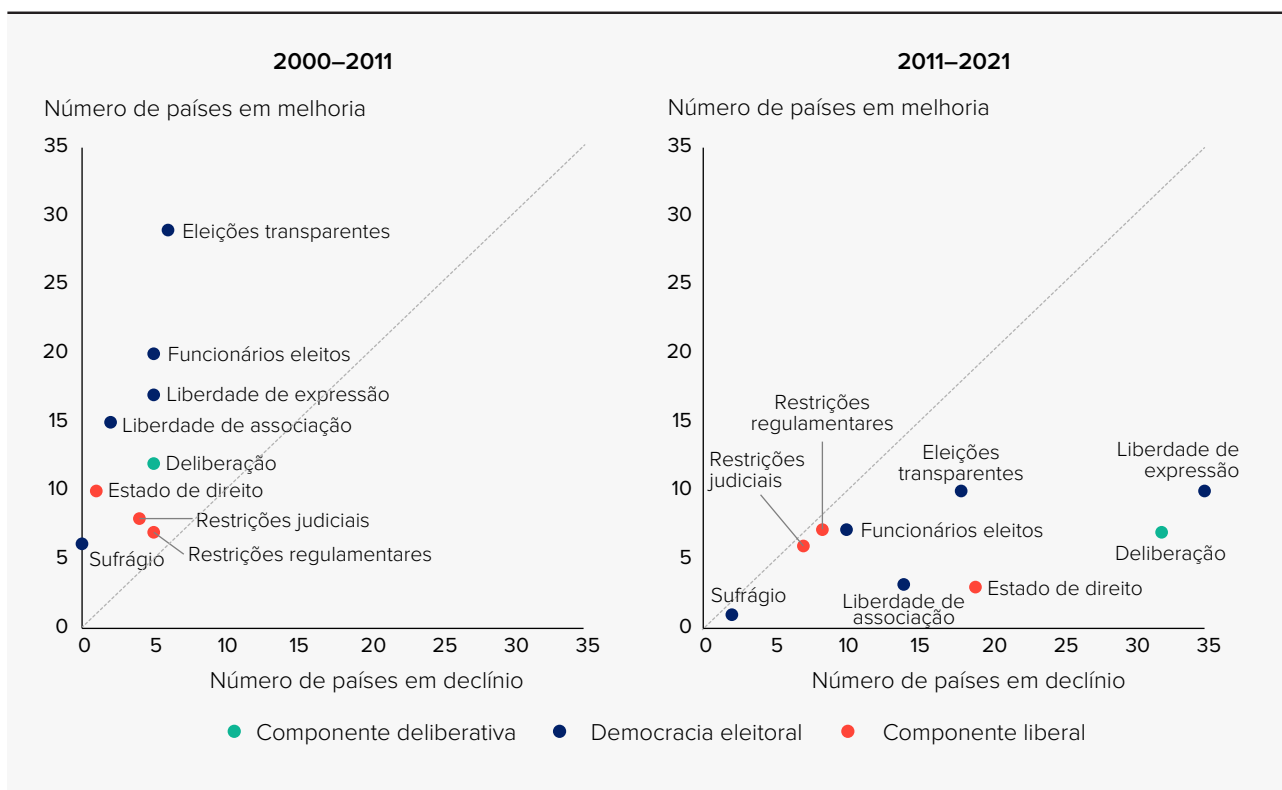
O aumento da polarização política está a ocorrer no contexto de um desinteresse a longo prazo e global com as práticas democráticas.¹⁰⁸ A abordagem Varieties of Democracy faz um esforço para capturar este processo e argumenta que tem havido uma deterioração dos componentes fundamentais da democracia (figura 4.5). A liberdade de expressão está a diminuir em cerca de 35 países, mais do triplo do número de países onde está a aumentar. De igual modo, a deliberação está em declínio em mais de quatro vezes o número de países onde está a melhorar. As eleições justas, o Estado de direito e a liberdade de associação estão também em declínio em mais países do que aqueles onde estão a melhorar.

Uma polarização severa pode tornar as pessoas cegas ao facto de que existem estratégias onde todos os lados podem ganhar. Em vez disso, podem acabar por se comportar como se a vida fosse um jogo de soma zero. Esta dinâmica pode ser autoperpetuante: “quanto menos eles [*pessoas*] empreendem ações coletivas conjuntas, mais as suas perceções da diferença, e mais provável é que percebam os seus interesses como sendo de soma zero.”¹⁰⁹ As dinâmicas de polarização afetam não só o que as pessoas sentem sobre os outros que pensam de forma diferente, mas também a forma como as pessoas agem. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, o distanciamento social, a utilização de máscaras, a vacinação e as crenças sobre o risco durante a pandemia da Covid-19 correlacionam-se com divisões partidárias.¹¹⁰ A polarização também dificulta a cooperação internacional. Por exemplo, a polarização partidária tem consequências negativas para os compromissos nacionais em matéria de acordos ambientais internacionais.¹¹¹ Arriscamo-nos a perder alguns dos benefícios de viver em sociedades plurais – uma diversidade de conhecimentos e ideias, bem como uma tomada de decisões que responda ao maior número possível de pessoas e grupos.¹¹²

Preocupantemente, a polarização é difícil de inverter quando envolve um mecanismo de reações positivo. Quando a reação positiva aumenta (por exemplo, partidos políticos que adotam posições mais extremas), a polarização pode ascender a um ponto de inflexão, após o qual se torna um processo autoperpetuante e de fuga.¹¹³ E, uma vez instalada, a polarização é difícil de inverter, mesmo face a choques externos.¹¹⁴

A discussão neste capítulo explica de que forma a polarização pode emergir e persistir num contexto de incerteza e como o apelo dos líderes autoritários pode aumentar. Mas estes resultados não são mecânicos e pré-determinados. Uma maior incerteza não tem de conduzir a uma polarização. Existem

Figura 4.5 Há dez anos, havia mais países onde os elementos críticos para a governação democrática estavam a melhorar em vez de decrescer; atualmente, a situação está invertida



Nota: A figura mostra o número de países a melhorar e a diminuir de forma significativa e substancial para diferentes componentes da democracia.
Fonte: Boese e outros 2022.

múltiplos exemplos na história em que a incerteza foi enfrentada através de uma ampla colaboração. Face à incerteza, as pessoas podem recorrer a valores que vão além do pensamento estratégico sobre a procura do interesse próprio. Se houver confiança, esse valor pode ser a solidariedade.

As provas experimentais indicam que a incerteza pode afetar a moralidade dos indivíduos. Os participantes em experiências pareciam menos propensos a mentir e mais propensos a partilhar recursos face à incerteza, reduzindo a margem para comportamentos puramente estratégicos de interesse próprio.¹¹⁵ Mais importante, o poder de raciocínio e deliberação pública não é diminuído em tempos de incerteza, particularmente quando se considera a noção ampla das capacidades, enfatizando a agência e as liberdades.

Quebrar o controlo da insegurança sobre a ação coletiva

A polarização política associada à insegurança humana, e a inadequação das nossas instituições em tempos de mudança estão a impedir uma ação conjunta mais decisiva para enfrentar desafios

comuns. Apesar de progressos claros em muitas frentes, a insegurança humana está a colocar as pessoas sob *stress* e a afastá-las. A insegurança humana está associada a uma menor confiança interpessoal e tendências para o extremismo político.

Entretanto, as rápidas mudanças nos sistemas de informação são uma fonte de instabilidade adicional nos nossos sistemas sociais. Muitos dos desafios da sustentação de sistemas de informação que apoiam a deliberação democrática não são novos. Afinal, a disseminação de informação enganosa, censura e outros obstáculos ao debate democrático já existia muito antes do advento das tecnologias de comunicação digital. A diferença atualmente é que os nossos sistemas de informação operam agora a uma escala tão vasta que representam um desafio sistémico à deliberação pública, precisamente quando a nossa capacidade de agir em conjunto para lidar com desafios sociais de grande escala é tão importante.

O progresso do desenvolvimento – com conquistas em diferentes dimensões do desenvolvimento humano – foi acompanhado por instituições que estruturaram as interações humanas¹¹⁶ e tornou possível esse mesmo progresso. Mas, tal como se argumenta no capítulo 3, podemos estar a atingir

um ponto de desfasamento entre as instituições e as configurações sociais que até agora têm promovido o progresso e as necessárias para enfrentar novos desafios, exemplificados pelo complexo de incerteza.¹¹⁷ Os dois processos que atualmente contribuem para a polarização podem refletir este desfasamento das instituições, respondendo inadequadamente à inquietação e insegurança das pessoas e a um contexto de informação (digital) em rápida mudança. Como quebrar o ciclo vicioso da polarização crescente, o espaço reduzido para a colaboração, as várias dimensões das incertezas? A promoção do desenvolvimento humano (em termos de bem-estar e agência, conquistas e liberdades) continua a ser a base para moldar as mudanças comportamentais e institucionais necessárias para navegar tempos de incerteza. A expansão das capacidades proporciona uma forma de aumentar a diversidade de vozes envolvidas na deliberação pública para este fim, na medida em que os processos de deliberação permitem que todas as crenças e motivações das pessoas sejam escrutinadas e fundamentadas.

“ A polarização impede a deliberação pública, agindo assim contra a cooperação necessária para enfrentar incertezas novas e multidimensionais

A polarização impede a deliberação pública, agindo assim contra a cooperação necessária para enfrentar incertezas novas e multidimensionais. Existem dois elementos essenciais que estão profundamente interligados para acabar com o domínio da incerteza sobre a ação coletiva.

Em primeiro lugar, combater a inquietação das pessoas e a insegurança humana. Crescer em tempos de incerteza requer segurança humana, ultrapassando o desfasamento entre aspiração e conquistas.¹¹⁸ A nossa capacidade de implementar as muitas transformações necessárias atualmente – locais, nacionais e globais – depende da nossa capacidade de chegar a acordo sobre o que é necessário fazer, de criar um amplo apoio social e depois implementar mudanças políticas criativas em contexto de incerteza. É essencial abordar os fatores básicos de perturbação e insegurança na vida das pessoas.

É necessário atualizar as estratégias existentes para a segurança humana. Um conceito alargado de segurança humana para o Antropoceno combina

estratégias de proteção, capacitação e solidariedade (onde a solidariedade reconhece a interdependência entre as pessoas e entre as pessoas e o planeta).¹¹⁹ Esta agenda depende de várias ações, e existem alguns exemplos práticos, tais como o reforço dos sistemas de proteção social com capacidades adaptativas incorporadas. Uma proteção social robusta não só permite às pessoas resistirem melhor a choques, mas também ajuda a sustentar o bem-estar das pessoas e uma ampla participação na tomada de decisões. Por outras palavras, os sistemas de proteção social eficazes podem apoiar a agência. Para abordar diretamente a propagação da polarização, as políticas que procuram contrariar o ciclo de reações entre a desigualdade e a polarização são também cruciais.¹²⁰

Em segundo lugar, orientar a expansão das redes sociais para fazer avançar o desenvolvimento humano. É imperativo reconhecer que o mundo digital ocupa um papel central nas nossas interações sociais e estabelecer princípios e normas para orientar a sua expansão, de modo a favorecer o florescimento humano e uma deliberação coletiva equitativa e eficaz. Uma abordagem de não envolvimento não é suficiente – são escassos os indícios que sugerem que um ecossistema de informação organizado para interesses privados limitados (incluindo o aumento do envolvimento, vendas de anúncios ou lucros a curto prazo) possa evoluir organicamente para um espaço de deliberação coletiva livre, aberta e informada.¹²¹ Princípios de conservação, comparáveis à gestão de ecossistemas complexos, têm relevância para o reforço dos nossos sistemas de informação.¹²² Neste quadro podem ser consideradas três etapas:

- Aumentar a transparência sobre a forma como as empresas optam por ordenar, filtrar e apresentar informação aos utilizadores.
- Melhorar o acesso e a equidade no aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação.
- Melhorar a nossa compreensão mais ampla de como as novas tecnologias estão a moldar o discurso e a deliberação pública.¹²³

Como detalhado no capítulo seguinte, estão a surgir novas oportunidades de transformação num contexto de rápidas mudanças tecnológicas e da recente crise da Covid-19. O capítulo 6 sugere um caminho a seguir, com um quadro de ação em tempos de incerteza.

Desigualdade e a estrutura dos conflitos políticos nas democracias: uma perspectiva global e histórica

Amory Gethin (Escola de Economia de Paris–École des hautes études en sciences sociales e Laboratório Mundial da Desigualdade), **Clara Martínez-Toledano** (Imperial College London e Laboratório Mundial da Desigualdade), **Thomas Piketty** (Escola de Economia de Paris –École des hautes études en sciences sociales e Laboratório Mundial da Desigualdade)

No nosso livro, *Political Cleavages and Social Inequalities*,¹ investigamos onde e como surgem as divisões de classe e como estas interagem com outros conflitos sociais (étnicos, regionais, geracionais, de género e afins). Em que contextos é que vemos a desigualdade tornar-se politicamente relevante e porquê? O que determina a força das divisões baseadas na identidade, e como é que estes conflitos interagem com a estrutura das desigualdades sociais? Com base num conjunto único de inquéritos realizados entre 1948 e 2020, em 50 países dos cinco continentes, o nosso volume lança uma nova luz sobre estas questões e fornece uma nova fonte de dados para investigar os comportamentos de voto numa perspectiva histórica e global: a World Political Cleavages and Inequality Database (<http://wpid.world>).

Entre as muitas conclusões do livro, três factos interessantes emergem da análise deste novo conjunto de dados.

A intensidade das divisões de classe varia muito nas democracias contemporâneas

Documentamos uma dissociação gradual de duas medidas complementares de classe social em muitas democracias europeias e norte-americanas: rendimento e educação. No início das décadas pós Segunda Guerra Mundial, os sistemas partidários destas democracias eram baseados na classe: os partidos social-democratas e filiados representavam tanto os eleitores de baixa educação como os de baixa renda, enquanto os partidos conservadores e filiados representavam tanto os eleitores de alta educação como os de alta renda (figura S4.1.1). Estes sistemas partidários evoluíram gradualmente para o que podemos chamar sistemas partidários multi-elite: os partidos social-democratas e filiados tornaram-se os partidos de elites de elevado nível de educação, enquanto os partidos conservadores e filiados continuam a ser os partidos de elites de elevado rendimento.

Em contraste com a dissociação gradual entre rendimento e educação que encontramos em muitas democracias europeias e norte-americanas, noutras regiões existem grandes variações na configuração e intensidade das divisões de classe. Estas variações podem muitas vezes ser explicadas pela importância relativa de outras dimensões do conflito político. A interação entre classes, regionais, étnicas, religiosas, geracionais, de género e outras formas de divisões desempenha assim um papel fundamental na determinação das formas através das quais as desigualdades se encontram politicamente representadas nas democracias em todo o mundo.

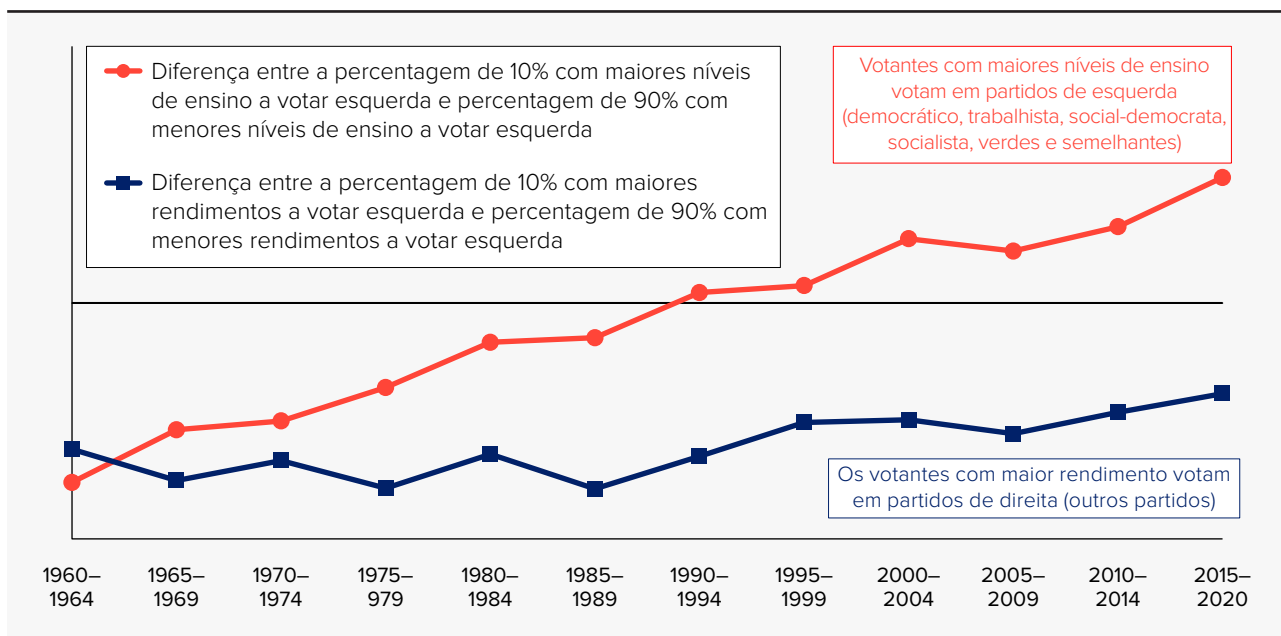
A diversidade étnica não é sinónimo de conflito étnico

Outra grande descoberta da nossa perspectiva global sobre as clivagens políticas é que os conflitos étnicos e religiosos variam muito entre países e ao longo do tempo. Em particular, os países mais diversificados não são necessariamente aqueles onde os conflitos étnicos ou religiosos são mais intensos. Em vez disso, as variedades de estruturas de clivagem política podem ser contabilizadas em parte pela história, tais como a capacidade dos movimentos de libertação nacional de reunir eleitores de diferentes origens. Têm também uma importante componente socioeconómica: nas democracias em que os grupos etno-religiosos tendem a agrupar-se entre regiões e diferem marcadamente nos seus padrões de vida, os partidos políticos também tendem a refletir em maior medida as filiações étnicas.

As políticas de identidade assumem diferentes formas

As grandes variações nas divisões de classe e socioculturais nas democracias contemporâneas apontam para um padrão mais geral. As clivagens políticas podem assumir múltiplas formas, dependendo da natureza dos conflitos sociais subjacentes e da capacidade dos partidos políticos de encarnar estes conflitos na arena democrática.

Figura S4.1.1 O surgimento dos sistemas partidários multi elite na Austrália, na Europa e na América do Norte



Nota: Na década de 1960, tanto os eleitores com formação superior como aqueles com rendimentos mais elevados estavam menos propensos a votar em partidos de esquerda (democráticos, trabalhistas, social-democratas, socialistas, verdes) do que os eleitores com menor nível de instrução e com baixos rendimentos em mais de 10 pontos percentuais. O voto na esquerda começou gradualmente a ser associado aos eleitores com formação superior, dando origem a um sistema partidário multi elite. Os dados são médias de cinco anos para Austrália, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. Controlo de estimativas do rendimento, educação, idade, género, religião, frequência da igreja, localização rural ou urbana, região, raça, etnia, situação profissional e estado civil (nos países-anos em relação aos quais os dados estão disponíveis).

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da Base de Dados World Political Cleavages and Inequality (<http://wpid.world>).

Nas democracias europeias e norte-americanas, por exemplo, o aumento dos conflitos sobre a imigração e o ambiente juntaram-se ao declínio das divisões de classe e dos partidos tradicionais de esquerda, talvez porque são vistos como incapazes de propor plataformas redistributivas convincentes. Também coincidiu com um declínio na afluência às urnas entre os eleitores de baixos rendimentos e com baixo nível

de instrução, apontando para uma insatisfação mais geral entre estes eleitores com o funcionamento da democracia. No entanto, a mudança para uma política de identidade observada em muitas democracias atuais em dia não é nem inevitável nem generalizada. Em vários países fora da Europa e da América do Norte, a dimensão de classe dos conflitos políticos tem-se intensificado nas últimas décadas.

NOTA

1 Gethin, Martínez-Toledano e Piketty 2021.

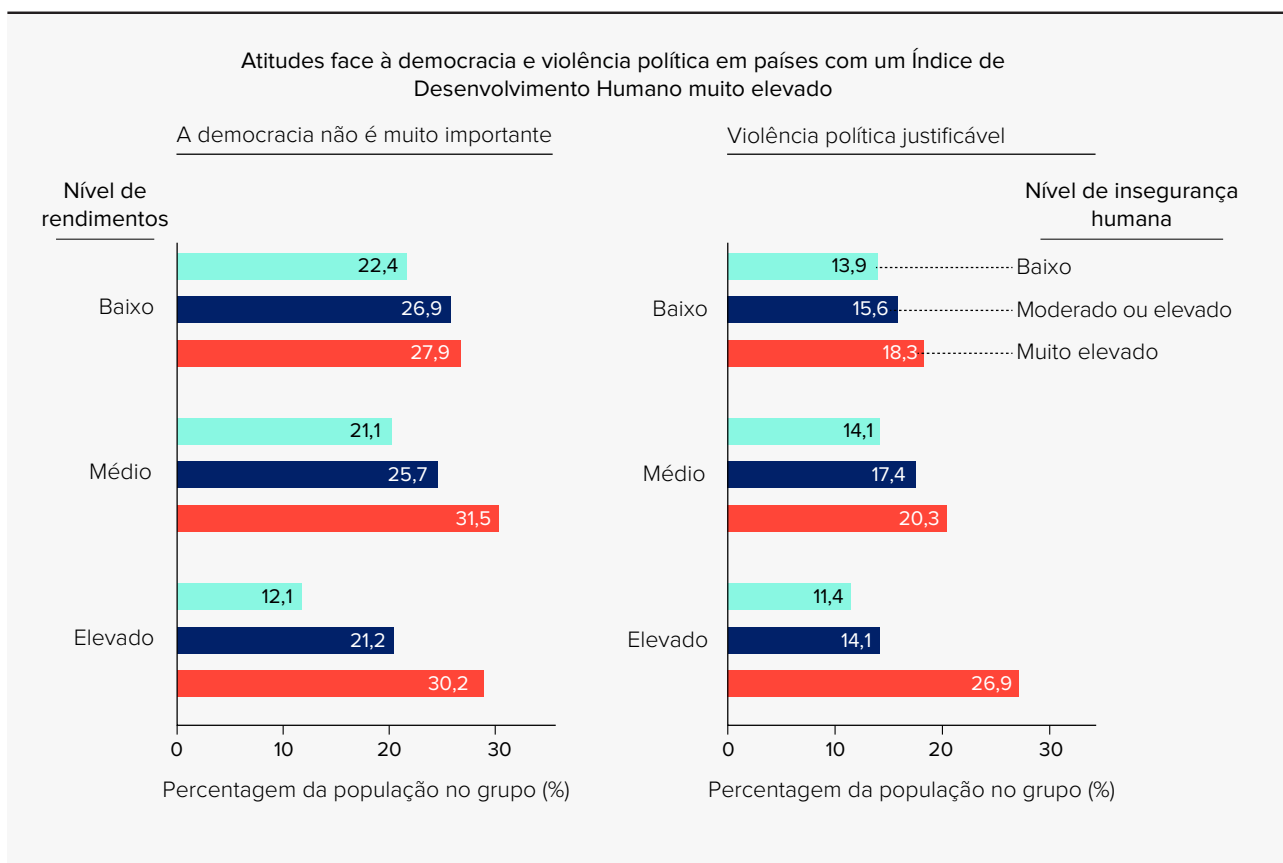
Apoio à democracia sob tensão: Resultados de países com um Índice de Desenvolvimento Humano muito elevado

As instituições democráticas constituem meios para honrar as escolhas coletivas. A incerteza pode afetar este papel, através da polarização, que, por sua vez, pode afetar a confiança nas instituições democráticas. De uma forma geral, o apoio à democracia é elevado a nível global. No entanto, a percentagem de pessoas que considera a democracia muito importante é sensível às perceções da insegurança humana, em particular nos países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado e entre grupos de elevados rendimentos (figura S4.2.1, painel da esquerda). Além disso, a justificação das pessoas para a violência como ferramenta política também parece estar altamente interligada com a insegurança humana, em particular entre os segmentos de

rendimentos elevados (figura S4.2.1, painel da direita).¹ Entre os grupos de elevados rendimentos, uma pessoa insegura tem duas vezes mais probabilidades de justificar a violência ou não considerar a democracia muito importante do que uma pessoa segura. Estes resultados indicam uma dinâmica potencialmente desestabilizadora de atitudes negativas em relação à cooperação no topo. Esta tendência deve constituir um motivo de apreensão, tendo em conta que as pessoas afetadas por um elevado nível de insegurança representam mais de 40 por cento da população em países com um IDH muito elevado (mesmo antes da pandemia de Covid-19).

Por que razão as pessoas nos países com um IDH mais elevado são mais sensíveis à insegurança humana

Figura S4.2.1 O apoio à democracia cai com a insegurança nos grupos mais ricos



Nota: Os valores são dados partilhados (pooled data) centrados no indivíduo com ponderações iguais entre países. O painel da esquerda refere-se a respostas de 1 a 7 numa escala de 1 a 10; o painel da direita refere-se a respostas de 4 a 10 numa escala de 1 a 10.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base no Inquérito Mundial de Valores, 6.ª e 7.ª edições. Ver Haerpfer e outros (2022).

(medida por atitudes e percepções)?² As pessoas próximas do topo do IDH beneficiam normalmente de maior segurança humana do que aquelas que vivem em contextos de IDH mais baixos. Também devido ao facto de as pessoas próximas do topo do IDH conhecerem uma maior segurança humana, é provável que se sintam “no direito” a ela e, portanto, percecionem a insegurança como uma perda. Esta pode ser uma razão pela qual as pessoas em países com um IDH mais elevado se sentem mais angustiadas devido à insegurança humana.³

O sentimento de incerteza entre as categorias de IDH também pode ser afetado pelo desfasamento entre as expetativas e a realidade: as pessoas que sofrem com a insegurança em países com um IDH muito elevado e em países de elevado rendimento estão mais expostas

ao desfasamento cognitivo entre o desenvolvimento e a insegurança: o rendimento, um indicador de valor e sucesso que muitas vezes orienta o comportamento e os incentivos das pessoas, não pode, nestes casos extremos, proteger contra ameaças, como se poderia esperar. Atendendo a que os mecanismos de segurança baseados no mercado e as políticas regulares baseadas no Estado têm dificuldades em apresentar resultados satisfatórios, as abordagens autoritárias podem tornar-se atrativas, consistente com a discussão anterior sobre o apelo dos líderes do tipo dominante.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

NOTAS

- 1 Todas as diferenças entre as pessoas que sentem uma insegurança humana muito elevada e as pessoas que sentem uma insegurança humana baixa são estatisticamente significativas ao nível de 1 por cento.
- 2 O índice de percepção de insegurança é criado usando uma agregação linear de ameaças à insegurança e não pode explicar o seu impacto subjetivo nas pessoas. Ver PNUD (2022b).

- 3 A maior sensibilidade dos grupos mais ricos à insegurança humana é consistente com a existência de efeitos de dotação (Thaler 1980)— as pessoas que vivem num contexto de segurança humana elevada (tanto numa base objetiva como subjetiva) tenderão a valorizar mais os benefícios de um ambiente de segurança humana elevada — e com aversão à perda (Tversky e Kahneman 1991, p. 1047)— “As perdas (resultados abaixo do status de referência) são maiores do que os ganhos correspondentes (resultados acima do status de referência).” Em consonância com a ideia de que a teoria da aversão à perda pode ser sensível ao contexto (Gal e Rucker 2018), o texto aprofunda mais o significado da perda num contexto de um país com um IDH muito elevado.

CAPÍTULO

5

Progredir no desenvolvimento humano em tempos incertos

Progredir no desenvolvimento humano em tempos incertos

A incerteza não precisa de ser algo paralisante. Na verdade, apresenta oportunidades para testar as limitações do pensamento convencional e para perseguir futuros reimaginados.

Como se apresentam hoje estas oportunidades? Quão grandes são?

Conforme se argumenta neste capítulo: enormes.

Entre as muitas consequências da pandemia de Covid-19, uma delas foi o aguçar da nossa imaginação, desde as vacinas revolucionárias às intervenções fiscais e monetárias sem precedentes. Tecnologias em rápida evolução, como a inteligência artificial e a biologia sintética, e de fronteira, como a fusão nuclear, podem iniciar uma nova era de prosperidade para as pessoas e para o planeta. As oportunidades abundam. Cabe-nos a nós orientá-las para o desenvolvimento humano.

A incerteza não tem necessariamente de conduzir a resultados negativos. Um contexto de incerteza e mudança pode também alterar a referência para o que é possível ou desejável, abrindo novas oportunidades para expandir o desenvolvimento humano nos quatro aspetos das capacidades salientadas no capítulo 3: realizações de bem-estar (tipicamente o foco dominante das avaliações do progresso e das políticas), liberdades associadas ao bem-estar, liberdades associadas à agência e realizações de agência.

As mudanças transformadoras surgem no contexto das incertezas discutidas na Parte I. Algumas das implicações associadas às alterações climáticas são assustadoras, como ficou salientado nas avaliações mais recentes do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas.¹ No entanto a capacidade de resposta das sociedades não é predeterminada. Um modelo recente de comportamento humano que analisou as interações entre sistemas sociais, políticos, económicos, técnicos e climáticos concluiu que as interações à escala individual, comunitária, nacional e global poderiam conduzir a uma ação de mitigação substancial.² De facto, a realidade do Antropoceno é a de que a agência humana sinaliza a esperança de gerir conscientemente os ecossistemas planetários de uma forma que alivie as pressões planetárias.³

Este capítulo chama a atenção para o potencial de expansão do desenvolvimento humano em tempos incertos. Argumenta que tal expansão pode ser aproveitada em parte precisamente porque os tempos incertos oferecem um contexto no qual os indivíduos e a sociedade veem alterações mais fundamentais como possíveis ou necessárias. A incerteza, por si só, pode ser uma fonte de conhecimento a ser mobilizada para agir de forma diferente,⁴ algo que incentiva os indivíduos e as sociedades a adotarem mudanças fundamentais nas escolhas,⁵ que leva as pessoas a agir de acordo com novos códigos morais⁶ e que pode aumentar a cooperação quando assume maior relevância a reflexão no futuro.⁷ Foi inclusive sugerido que a maior fonte de legitimidade política pode ter de evoluir para lá da legitimidade processual (obedecendo a procedimentos que articulem as aspirações e preferências das pessoas com as decisões políticas) e a legitimidade substantiva (proporcionando resultados importantes para as pessoas). Pode também provir da legitimidade promissória (justificando decisões e persuadindo outros a agir com base em alegações sobre o que o futuro reserva).⁸ Com a democracia, a incerteza anuncia a liberdade de escolha. Institucionalizando uma configuração iterativa e envolvendo vencedores e vencidos, a incerteza sobre os resultados políticos mantém muitas possibilidades diferentes em aberto, apoiando assim o pluralismo e a participação.⁹ A

incerteza pode, assim, ajudar a aproveitar a energia e o desejo das pessoas pela mudança.

A incerteza obriga-nos a fazer escolhas, entre manter caminhos conhecidos e explorar novos, entre ceder à paralisia e polarização ou enfrentá-las de frente.¹⁰ Tanto os cenários mais pessimistas como os mais otimistas podem parecer plausíveis, mas os caminhos estão abertos e serão moldados por escolhas. Várias narrativas estão a ser discutidas e debatidas sobre o que o futuro reserva,¹¹ e esta diversidade pode ser mobilizada para permitir que as pessoas cooperem.¹² Quando o modo antigo de fazer as coisas parece já não funcionar e os caminhos de desenvolvimento parecem menos óbvios do que no passado, as oportunidades para repensar ideias e práticas abrem-se.¹³ A incerteza pode constituir um terreno fértil para a experimentação, a inovação e a transformação intencional.¹⁴ Por outras palavras, é possível abraçar a incerteza e não ficar paralisado por ela.¹⁵ Podemos fazer muito atualmente para garantir que o ser humano prospere e floresça, mesmo em tempos de crise e turbulência.

“ É possível abraçar a incerteza e não ficar paralisado por ela. Podemos fazer muito atualmente para garantir que o ser humano prospere e floresça, mesmo em tempos de crise e turbulência

Este capítulo considera algumas dessas possibilidades. Explora o exemplo oferecido pelos avanços tecnológicos, argumentando que o contexto de incerteza oferece um espaço para orientar o progresso tecnológico de formas que façam progredir o desenvolvimento humano. Mostra também que os tempos de crise podem alterar o horizonte daquilo que é possível fazer. Mesmo entre falhas significativas, a pandemia de Covid-19 mudou os nossos pontos de referência para o que podemos alcançar em muitos aspetos da vida. Estes são exemplos das novas possibilidades no mundo incerto de hoje.

Novas possibilidades oferecidas pela inovação tecnológica

Os avanços tecnológicos têm estado na origem de importantes desenvolvimentos e na prosperidade da vida humana. Têm sido o motor do crescimento económico, alimentando a Revolução Industrial, construindo cidades e permitindo a circulação de pessoas e bens. A imprensa e a fotografia expandiram o conhecimento humano. As tecnologias de comunicação ligaram pessoas a grandes distâncias, permitiram uma rápida divulgação da informação e expandiram as nossas ligações sociais em redes de grande escala. Inúmeras inovações no campo da

saúde, desde a anestesia às vacinas, permitiram-nos viver vidas mais longas e mais saudáveis.

No entanto, a inovação tecnológica não é uma atividade autónoma, nem tem vida própria: a tecnologia somos nós. As nossas escolhas sociais, económicas e políticas sobre para onde a inovação pode ser direcionada, para que prioridades e para servir que pessoas, determinam a forma como a tecnologia muda e a forma como as inovações fazem progredir o desenvolvimento humano. Consideremos o caso pertinente da vacinação durante a pandemia de Covid-19. Os avanços na ciência e no fabrico permitiram que múltiplas vacinas altamente eficazes contra a Covid-19 fossem desenvolvidas em tempo recorde, num feito notável da ciência moderna. No entanto, no contexto de uma incapacidade global de partilhar vacinas de forma equitativa, surgiram grandes disparidades: até junho de 2022, menos de 15 por cento das pessoas nos países com um baixo rendimento receberam um protocolo completo de vacinas contra a Covid-19, em comparação com quase 75 por cento das pessoas nos países de elevado rendimento.¹⁶ O acesso desigual a vacinas que salvam vidas teve um impacto trágico em termos de vidas humanas e do bem-estar.

“As nossas escolhas sociais, económicas e políticas sobre para onde a inovação pode ser direcionada, para que prioridades e para servir que pessoas, determinam a forma como a tecnologia muda e a forma como as inovações fazem progredir o desenvolvimento humano

Esta disparidade chocante no acesso à vacinação reflete, em parte, padrões na difusão de inovações tecnológicas. A percentagem da população que beneficia quando uma nova tecnologia é introduzida é pequena. Então, tipicamente, a percentagem cresce lentamente no início, em seguida aumenta muito rapidamente após um limiar ser alcançado e, em seguida, abranda à medida que a percentagem da população com acesso se aproxima dos 100 por cento, no que é bem conhecido, nos estudos de difusão tecnológica, como uma curva S. Dependendo da inovação em questão, muitas vezes as pessoas que dispõem de maiores rendimentos, de maior poder e estatuto social beneficiam primeiro dos avanços tecnológicos. Este padrão está bem documentado, em particular, no domínio das inovações ao nível da saúde,¹⁷ em parte, porque os utilizadores iniciais beneficiam de um melhor acesso à informação.¹⁸ Verificou-se que as disparidades nos resultados em termos de saúde aumentaram nas doenças com melhores ferramentas para a prevenção e tratamento, porque as pessoas com mais recursos estão em melhores condições de usar os novos conhecimentos.¹⁹ Como tal, uma aceleração da nova

tecnologia relacionada com a saúde pode agravar as desigualdades na saúde dentro e entre países por algum tempo, mesmo que eventualmente impulse melhorias em geral.²⁰ Em termos de vacinas contra a Covid-19, embora o fosso entre os países mais ricos e os países mais pobres tenha diminuído ao longo do tempo, ainda há um longo caminho a percorrer.²¹

A fase inicial do processo de difusão tecnológica, de melhorias notáveis juntamente com um agravamento das disparidades, acaba eventualmente por terminar, não só à medida que as inovações tecnológicas se tornam mais acessíveis como também à medida que mudanças complementares nos acordos económicos e sociais logram maiores benefícios e preços mais baixos devido a uma maior difusão.²² Ao mesmo tempo, as pessoas excluídas, à medida que a tecnologia alcança uma parte cada vez mais alargada da população, são duplamente desfavorecidos, na medida em que não só não participam nos benefícios da inovação, como também ficam fora daquilo que é cada vez mais a norma. A revolução digital em curso é um exemplo, prometendo melhorar consideravelmente as possibilidades de produção do mundo, mas arriscando-se a deixar uma parte substancial das pessoas excluídas e, em última análise, pior se não for prestada a devida atenção a essas exclusões.²³

Os avanços tecnológicos do passado têm gerado grandes perturbações a par de oportunidades e preocupações profundas sobre o futuro, bem como a promessa de progressos vindouros. A rápida evolução tecnológica faz parte do complexo de incertezas que assola o mundo de hoje. As novas tecnologias estão a subverter as nossas economias e sociedades, e muitos aspetos dos nossos sistemas sociais terão de adaptar-se antes que o vasto potencial da inovação tecnológica possa fazer progredir o desenvolvimento humano. Tal como defendido no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019, estes ajustamentos devem prestar inequivocamente atenção às desigualdades para evitar outra grande divergência.²⁴ A passagem do acesso concentrado e da grande desigualdade para a convergência ao longo do tempo depende de escolhas sociais e políticas. No contexto de transformações tecnológicas tão rápidas e desestabilizadoras como aquelas a que assistimos atualmente, a necessidade de uma transformação institucional e comportamental torna-se não só mais relevante como também necessária e exequível. Períodos de turbulência provocaram novas políticas radicais no passado: a Grã-Bretanha, durante Revolução Industrial, assistiu a intervenções profundas para melhorar as condições laborais e de trabalho (incluindo a regulação do horário de trabalho e a tributação dos rendimentos), o que ajudou a converter a mudança estrutural da economia em melhores oportunidades e bem-estar.²⁵

As fases iniciais da difusão caracterizam-se pela crescente desigualdade no acesso e, tipicamente, também pela rutura social. No entanto, este contexto abre uma oportunidade de ação: as escolhas feitas nesta fase determinam a trajetória do futuro. A expansão do desenvolvimento humano torna-se ainda mais importante nesta fase, com a preocupação com as desigualdades no centro, o que implica que os tempos incertos não precisam de ser encarados como um impedimento à ação. Pelo contrário, proporcionam um contexto em que surgem novas possibilidades de ação.

Muitas das esperanças de hoje numa mudança transformacional positiva dependem de inovações tecnológicas. As novas tecnologias ajudaram a concretizar rápidos avanços no desenvolvimento humano. Por exemplo, ao nível da saúde, os antibióticos e as vacinas melhoraram consideravelmente a esperança de vida em apenas algumas décadas em África, na Ásia e na América Latina. Na Europa a mesma melhoria precisou de bem mais de um século, a partir do início de 1800, quando tal tecnologia não existia.²⁶ Os avanços tecnológicos mais recentes têm sido cruciais para travar as pressões induzidas pelo homem no planeta, permitindo um ordenamento do território mais eficiente, sistemas alimentares mais sustentáveis e uma transição de combustíveis fósseis para combustíveis alternativos. As transformações tecnológicas afetam as capacidades humanas de várias maneiras: não só expandem a capacidade das pessoas de fazerem mais coisas (como facilitadoras), como também afetam o nosso contexto social e a agência das pessoas.²⁷ A inovação é mais do que novas invenções ou máquinas, trata-se de novas ideias para fazer as coisas e aproveitar os recursos existentes para que essas ideias se concretizem. A este respeito, a inovação está ligada à agência – a capacidade das pessoas de agir com base nos seus valores, ideias e prioridades. Trata-se de um processo de transformação vasto, onde a iniciativa humana e a criatividade interagem com as escolhas sociais, económicas e políticas.

Os avanços tecnológicos oferecem um potencial transformador

Atualmente, vários desenvolvimentos, ao nível da ciência e da tecnologia, assinalam o potencial de transformação de longo alcance. Registaram-se importantes desenvolvimentos na computação, na biologia e na energia, como discutido no Capítulo 1. Estes avanços estão a ocorrer naquilo que foi descrito como a era exponencial, fomentado por melhorias notáveis no poder da computação e ligações entre pessoas e máquinas.²⁸ O desenvolvimento

exponencial das novas tecnologias não se limita apenas a invenções individuais, é o resultado de várias novas tecnologias que se desenvolvem em paralelo e que se alimentam umas às outras.²⁹ Nas tecnologias digitais, a nossa capacidade de gerar inovações à custa de tecnologias antigas ou existentes expandiu consideravelmente. Muitas tecnologias importantes atualmente são padronizadas e interoperáveis³⁰ – isto é, tornadas compatíveis com outras tecnologias na conceção. A Internet assenta em protocolos web normalizados, e muito desenvolvimento de *software* moderno depende de blocos de código modulares e padrão. Estas condições ajudam a tornar possíveis inovações revolucionárias.

“ Uma mudança disruptiva nos principais setores tecnológicos tem o potencial de alterar dramaticamente as sociedades e as economias

As condições económicas e políticas são uma parte importante deste quadro. A disponibilidade de mercados para bens e serviços novos, facilitados pelo comércio e pela globalização, tem ajudado a difundir amplamente as novas tecnologias. Isto tem-nos permitido aprender fazendo: mais produção permite-nos aprender como melhorar ainda mais o processo de produção. Este efeito de aprendizagem representa uma força motriz essencial subjacente ao desenvolvimento exponencial da tecnologia de energia solar.³¹ As nossas redes de partilha de informação são também maiores e mais complexas do que nunca, facilitando fluxos de dados, de ideias e de *know-how*. Consideremos alguns fatores que tornaram possível as vacinas contra a Covid-19, tais como a colaboração científica global, a partilha de dados abertos e a divulgação das investigações mais recentes em servidores de pré-impressão, tudo capacidades baseadas em redes de informação.³² Impulsionados pela crise da Covid-19, os avanços nas vacinas com tecnologia mRNA estão agora a abrir novas possibilidades para controlar a doença.³³

Uma mudança disruptiva nos principais setores tecnológicos tem o potencial de alterar dramaticamente as sociedades e as economias. Muitas tecnologias novas são genéricas, com aplicações que vão além de um único setor. As tecnologias genéricas são transformadoras porque criam novos produtos e processos e novas formas de organizar a atividade económica. As tecnologias genéricas de hoje incluem novas formas de computação (como a inteligência artificial), entre muitas outras, com uma vasta panóplia de aplicações para a promoção do desenvolvimento humano. As secções a seguir consideram algumas das possibilidades oferecidas pelos avanços tecnológicos na energia, na computação e na biologia.

O facto de mesmo os avanços mais benéficos, muitas vezes, gerarem consequências negativas apenas reforça a importância de gerir conscientemente a disrupção tecnológica. A inovação tecnológica está longe de ser determinista, os riscos e impactos relacionados e as perspectivas de transformação positiva são, em última análise, moldados por escolhas sociais e políticas. Ainda que uma inovação tecnológica promova incerteza, também abre espaço para a ação. Há um enorme potencial a ser realizado e com as políticas e ações corretas implementadas (conforme discutido em profundidade no capítulo 6), o futuro deve ser de ganhos notáveis para o desenvolvimento humano.

As tecnologias de energias renováveis estão a tornar-se melhores e mais baratas

Fazer progressos em matéria de energia limpa é essencial para quebrar os padrões de melhorias do bem-estar humano geradores de pressões planetárias. Uma vez que a energia é tão crucial para o desenvolvimento humano em geral, é pouco provável que o consumo de energia abrande num futuro próximo, em particular nos países em vias de desenvolvimento. Por conseguinte, na ausência de avanços tecnológicos para uma energia limpa abundante, existem poucos caminhos viáveis para atenuar as pressões planetárias.

Na frente tecnológica há sinais positivos notáveis ao nível dos resultados e dos processos. Os novos aumentos de capacidade foram dominados pelas energias renováveis, representando 72 por cento de aumento em todo o mundo em 2019.³⁴ O custo da tecnologia de energias renováveis e do armazenamento de energia têm diminuído drasticamente nos últimos anos. O preço da energia solar fotovoltaica em escala de utilidade caiu 89 por cento entre 2009 e 2019 (figura 5.1).³⁵ O preço das baterias de iões de lítio caiu 97 por cento desde a sua introdução comercial em 1991.³⁶ O amadurecimento tecnológico contribuiu para a redução de custos e preços. Para a tecnologia de energia solar, a capacidade instalada aumentou exponencialmente, acompanhada por declínios exponenciais no custo dos módulos solares.³⁷ Desde a década de 1970, os custos unitários da energia solar fotovoltaica diminuíram 24 por cento cada vez que a capacidade instalada cumulativa duplicou. A taxa de aprendizagem equivalente para baterias de iões de lítio foi de cerca de 20 por cento.³⁸ Outras tecnologias de armazenamento de energia seguiram curvas de aprendizagem igualmente acentuadas.³⁹ As baterias também estão a ficar cada vez mais pequenas e mais leves. Entre 1991 e 2018, a densidade energética das

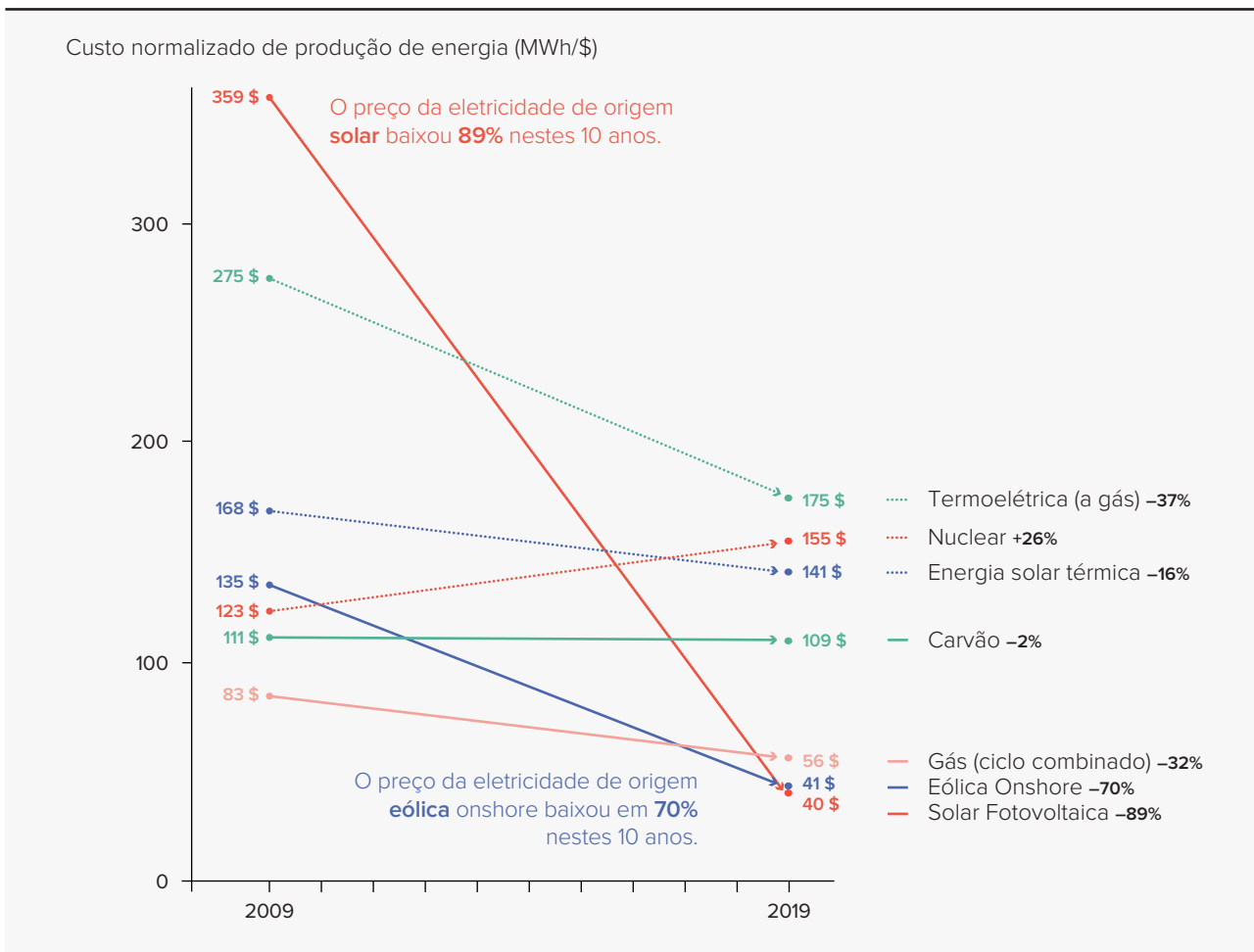
baterias de iões de lítio aumentou 3,4 vezes.⁴⁰ As reduções dramáticas de custos nas tecnologias de energia renovável têm excedido consistentemente as expectativas: ao contrário da redução média anual prevista de 2,6 por cento entre 2010 e 2020 (com base em 2.905 modelos globais de economia de energia), os custos da energia solar fotovoltaica diminuíram 15 por cento ao ano durante o mesmo período (figura 5.2).⁴¹

Registaram-se grandes avanços na fusão nuclear. Tirar partido do enorme potencial da fusão nuclear exigirá inovações substanciais antes de poder ser implantada em escala. Esta transição levará tempo, mas os recentes desenvolvimentos oferecem algumas razões para otimismo. Houve avanços importantes em algumas experiências de fusão nuclear, e pelo menos três podem, em breve, gerar fatores de ganho de energia (o rácio entre a energia de fusão e a potência de aquecimento aplicada externamente) superior a 1 – o National Ignition Facility e a SPARC deverão fazê-lo em 2020, e o ITER até 2040.⁴² Em fevereiro de 2022, cientistas do Joint European Torus geraram mais do dobro do anterior recorde de energia gerada numa reação de fusão, um passo importante para a fusão nuclear se tornar uma fonte de energia limpa viável.⁴³ Existem, também, sinais de novas tecnologias interagindo de forma a acelerar o progresso. Técnicas de aprendizagem automática estão a ser utilizadas na configuração do tokamak (uma forma de confinamento magnético utilizada na investigação de fusão nuclear).⁴⁴

“ Fazer progressos em matéria de energia limpa é essencial para quebrar os padrões de melhorias do bem-estar humano geradores de pressões planetárias

Contudo, é provável que o caminho a seguir seja volátil no contexto da incerteza que enfrentamos atualmente. Durante a pandemia de Covid-19, os progressos na inovação em energia limpa podem ter sido afetados por pressões sobre os orçamentos públicos e privados, criando um ambiente mais arriscado para o capital de risco de energia limpa e perturbando as cadeias de abastecimento globais. As emissões globais de dióxido de carbono diminuíram 5,8 por cento em 2020, com a pandemia a afetar a procura de petróleo e carvão, mas recuperaram quase 5 por cento em 2021, aproximando-se do pico 2018–2019.⁴⁵ Ainda assim, a pandemia pode apresentar uma oportunidade única para tirar partido da inovação em energia limpa, dada a procura global por uma recuperação mais verde.⁴⁶ Novos atores com novas ideias que visam substituir os produtores de alto

Figura 5.1 O custo das energias renováveis tem diminuído drasticamente



Nota: Os preços são expressos em custo normalizado de produção de energia, o que reflete o custo de construção da própria central elétrica, bem como os custos contínuos para o combustível e exploração da central ao longo da sua vida útil.

Fonte: Roser 2020.

carbono e escalar rapidamente podem encontrar um ambiente de apoio se conseguirem entrar no mercado no momento certo. Os planos de estímulo económico podem ser uma oportunidade para impulsionar a inovação em tecnologia de energia limpa. Este potencial está a ser subaproveitado: uma revisão de 75 programas do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 65 países mostra que o indicador para a recuperação verde é muito baixo, em 0,59 (numa escala de 0 a 3).⁴⁷

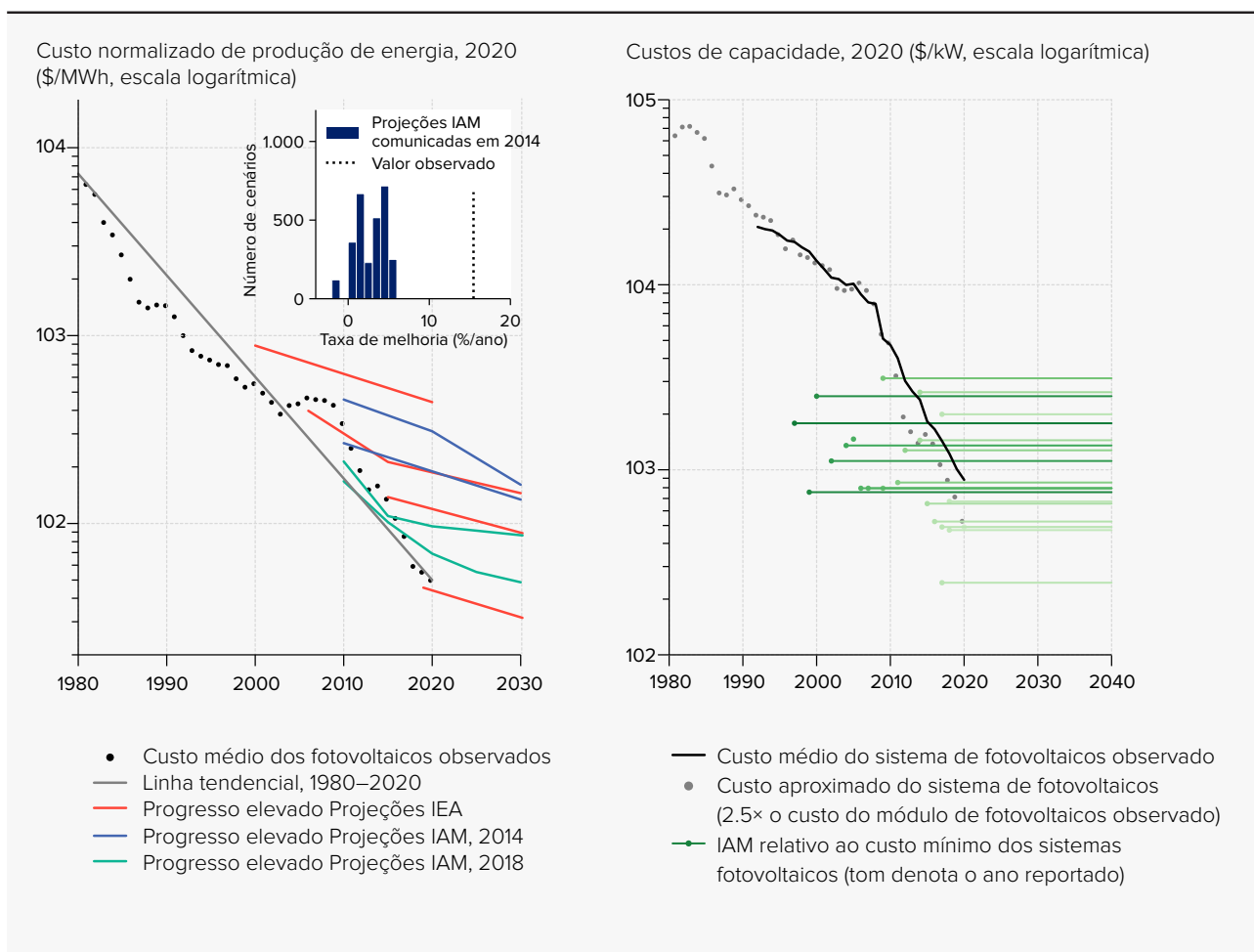
Atualmente, existe potencial de expansão nesta área. O Guia sobre Tecnologias de Energia Limpa Energy Technology Perspectives da Agência Internacional de Energia inclui informações sobre o nível de maturidade de mais de 400 projetos e componentes de tecnologia, bem como uma compilação de metas de melhoria de custos e desempenho e principais intervenientes no campo.⁴⁸

Cerca de 5 por cento dos projetos e componentes tecnológicos analisados encontram-se numa fase de maturidade. Cerca de 60 por cento não estão disponíveis comercialmente atualmente, e 35 por cento estão na fase inicial de adoção.⁴⁹

Aproveitando a inteligência artificial para aumentar a procura de mão-de-obra

Os rápidos avanços na computação, ao longo da última década, chamaram a atenção para as possibilidades de uma poderosa inteligência artificial (IA). Algumas das maiores oportunidades de aplicação de IA estão na automatização que aumenta, em vez de substituir, a procura de tarefas humanas em vários setores da economia. Os sistemas baseados em IA estão a impulsionar grandes

Figura 5.2 Contrariamente à redução média anual projetada de 2,6% entre 2010 e 2020, os custos da energia solar fotovoltaica diminuiram 15% ao ano durante o mesmo período



IAM significa Modelo de Avaliação Integrado. AIE significa Agência Internacional de Energia.

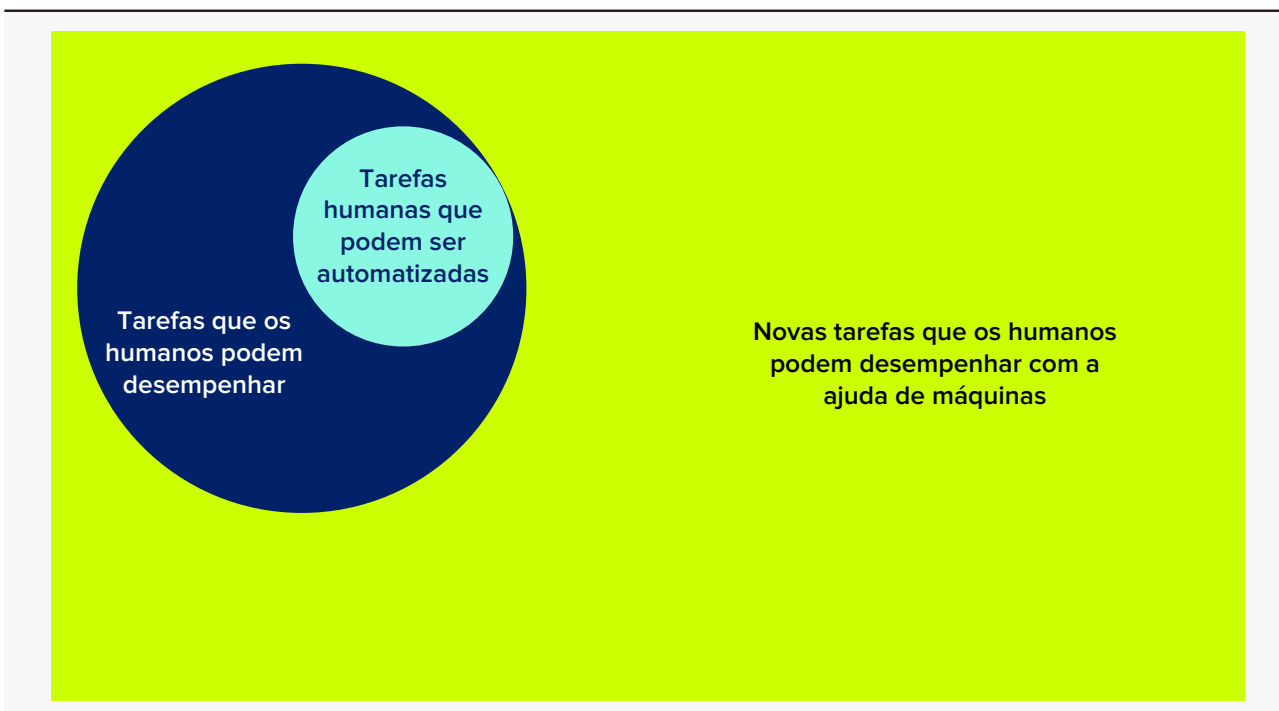
Fonte: Way e outros 2021.

desenvolvimentos tecnológicos em várias aplicações, tais como veículos autônomos, diagnóstico médico e gestão de inventário, para referir apenas alguns exemplos.⁵⁰ Isto significa que algumas tarefas podem ser executadas por máquinas, mas há poucas provas de que as máquinas possam substituir profissões inteiras.⁵¹ Em vez disso, as aplicações para aprendizagem automática (um subconjunto de IA) que explodiram em inúmeros campos estão a abrir uma série de novas possibilidades para a promoção do bem-estar humano. Para as alterações climáticas, a aprendizagem automática está a ajudar na previsão de catástrofes e na modelização dos impactos das alterações climáticas, entre muitas outras aplicações. Nos cuidados de saúde, a aprendizagem automática está a oferecer novas formas de detetar e diagnosticar doenças.⁵² As aplicações de aprendizagem automática têm o potencial

de melhorar os resultados da educação através de técnicas de aprendizagem individualizadas e aplicações de acessibilidade⁵³

Aumentar o que os humanos podem alcançar usando a IA de uma forma complementar em vez de substituir o que os humanos podem fazer oferece uma enorme promessa. O que as pessoas podem alcançar com estas máquinas pode ser maior do que o que as pessoas podem alcançar sem elas (figura 5.3). As aplicações de IA podem complementar tarefas cognitivas humanas. Por exemplo, existem provas do potencial da IA para apoiar a tomada de decisões humanas através do ensino de estratégias cognitivas das pessoas.⁵⁴ Ao aumentar o processo de invenção tecnológica, as aplicações de IA poderiam aumentar consideravelmente a taxa a que as capacidades humanas se expandem ainda mais.⁵⁵

Figura 5.3 As oportunidades para aumentar a atividade humana são muito maiores do que as oportunidades para automatizar tarefas existentes



Nota: A figura é ilustrativa.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Brynjolfsson (2022).

Um dos impactos mais discutidos da IA diz respeito aos seus efeitos no mundo do trabalho. A possibilidade de deslocação laboral é uma fonte de ansiedade, como tem sido em fases anteriores de automatização.⁵⁶ A deslocação de mão-de-obra induzida pela IA pode agravar a desigualdade, tanto dentro como entre países.⁵⁷ No entanto a IA também oferece um potencial de aumento do trabalho.⁵⁸ Quando as máquinas substituem o trabalho, o poder de negociação e a influência dos trabalhadores diminuem. Em contrapartida, quando a IA aumenta a atividade humana, as pessoas continuam a ser importantes para a criação de valor e continuam a exercer poder e influência. Existem algumas provas de que os efeitos de aumento da introdução da IA podem superar os efeitos da automatização, mas isso requer incentivos adequados.⁵⁹ Além disso, a introdução de tecnologia pode gerar novas tarefas e atividades que exigem trabalho humano.⁶⁰ A maioria dos empregos realizados atualmente surgiu, em parte, através dos efeitos criadores de trabalho das novas tecnologias: nos Estados Unidos cerca de 60 por cento das pessoas estão agora empregadas em cargos que não existiam em 1940.⁶¹ A expansão da IA para o mundo do trabalho poderia igualmente gerar novas tarefas, novas profissões e novas indústrias.

Tirar partido da biologia sintética

Os avanços em várias frentes estão agora a impulsionar o que foi descrito como a Idade Sintética, onde os sistemas biológicos podem ser redesenhados e remodelados para uma variedade de fins úteis.⁶² A biologia sintética baseia-se em avanços em vários campos ao longo da última década, incluindo declínios dramáticos no custo do sequenciamento e síntese de ADN, o desenvolvimento de ferramentas de modificação genética sofisticadas como a RPCARI e ferramentas computacionais de alta potência.⁶³

Redesenhar organismos para se obter novas capacidades poderia ter inúmeras aplicações na área da saúde, da agricultura, do fabrico e da gestão de ecossistemas. A biologia sintética está a apoiar novos avanços na medicina, para tratar o cancro,⁶⁴ melhorando as terapias celulares e genéticas⁶⁵ e desenvolvendo medicamentos novos.⁶⁶ Na agricultura existem agora possibilidades de fixação de azoto nas culturas e aumento da resistência das culturas a pragas e agentes patogénicos.⁶⁷ As aplicações potenciais da biologia sintética na gestão do ambiente incluem a redução de poluentes⁶⁸ e o apoio à biodiversidade e à restauração de habitats.⁶⁹ Existe também potencial para o desenvolvimento de alternativas sintéticas aos combustíveis fósseis.⁷⁰

Os tempos de mudança vêm com espaço para intervenção intencional

Além das grandes oportunidades, as tecnologias em rápida mudança criam igualmente novos desafios: o potencial de utilização indevida, questões políticas e éticas difíceis e riscos de consequências não intencionais e até desconhecidas. Por exemplo, aplicações de biologia sintética, como a modificação do genoma humano, envolvem questões éticas urgentes.⁷¹ Alguns dos desafios introduzidos pelas aplicações de biologia sintética são de natureza sem precedentes, tais como os novos riscos de introdução de formas de vida artificiais. A expansão das aplicações de IA também introduz riscos consideráveis. A IA e a digitalização, de uma forma mais abrangente, podem contribuir para a concentração da riqueza e do poder do mercado.⁷² Para além do impacto em alguns setores da economia, a utilização da IA para ajudar o julgamento humano e as previsões em vários domínios (saúde, educação e governação para citar alguns) introduz novos riscos, incluindo o enviesamento algorítmico e a discriminação (ver capítulos 1 e 2).⁷³

“ Dada a rapidez com que se estão a desenrolar os avanços tecnológicos, existe o risco de, sem incentivos e regulamentação adequados, novos problemas se acumularem tão rapidamente enquanto os de longa data são ainda mais exacerbados.

O potencial destas tecnologias, aliado aos novos desafios que representam, aumenta a importância de orientar intencionalmente o progresso tecnológico de forma a expandir as capacidades humanas. Com efeito, dada a rapidez com que se estão a desenrolar os avanços tecnológicos, existe o risco de, sem incentivos e regulamentação adequados, novos problemas se acumularem tão rapidamente, enquanto os de longa data (como as desigualdades) são ainda mais exacerbados. Muitos dos novos avanços tecnológicos refletem o que foi considerado uma época em que as implicações sociais são extremamente complexas e exigem uma governação e uma formulação de políticas sofisticadas.⁷⁴ Novas questões sociais e éticas podem desenvolver-se mais rapidamente do que as respostas apropriadas.⁷⁵ Além disso, a pandemia de Covid-19 gerou um enorme revés para o progresso do desenvolvimento humano. É neste contexto que a faca de dois gumes da mudança tecnológica deve ser cuidadosamente empunhada.

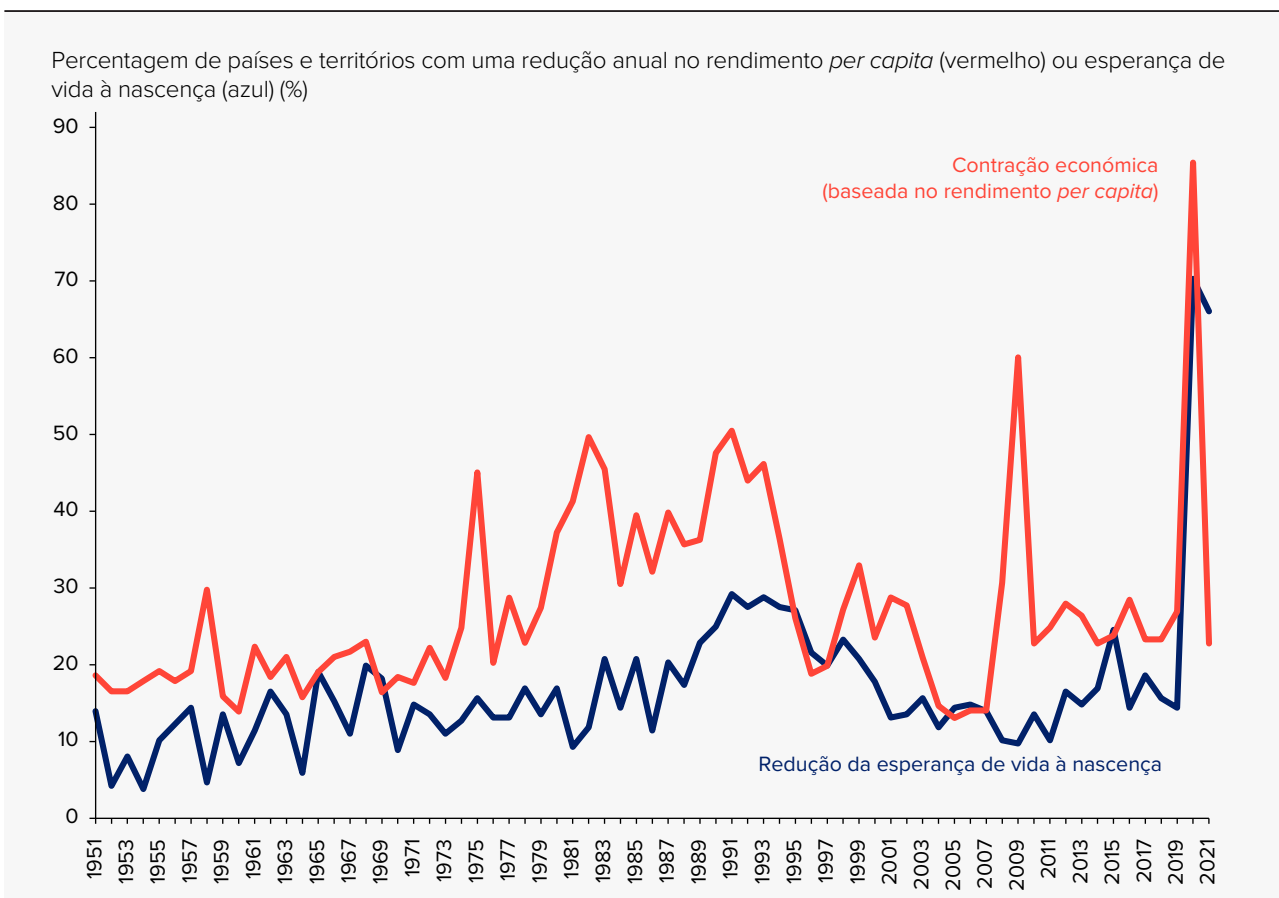
Estas condições sublinham a importância de promover intencionalmente todo o potencial das novas tecnologias para o desenvolvimento humano. Por exemplo, em vez de deixar a evolução das novas tecnologias para os mercados ou para os incentivos limitados de alguns intervenientes, é essencial orientar ativamente as novas tecnologias para a expansão das capacidades humanas. As intervenções políticas e regulamentares são importantes a este respeito, assim como uma evolução mais alargada das normas para uma inovação responsável e para evitar danos. A abertura de espaços para uma ampla deliberação e superação do fosso entre debates técnicos e sociais sobre novos avanços serão essenciais para o avanço do potencial de desenvolvimento humano das novas tecnologias disruptivas.⁷⁶

Um contexto de incerteza pode proporcionar as condições em que tais ações se tornam possíveis. Navegar na nossa realidade atual requer novas formas de pensar. Nestas condições surgem oportunidades para repensar ideias e práticas antigas e experimentar formas diferentes de fazer as coisas. Por exemplo, tem sido sugerido que gerir a disrupção tecnológica hoje exige repensar a política de concorrência e a legislação de defesa da concorrência.⁷⁷ Coisas que outrora pareciam impossíveis ou inviáveis estão a tornar-se possíveis na governação, na ciência, na tecnologia e na inovação. Com efeito, como a próxima secção discute, os tempos de crise podem alterar os nossos pontos de referência para o que podemos alcançar – e abrir novas vias de ação em tempos incertos.

A pandemia de Covid-19: uma janela para uma nova realidade

A pandemia de Covid-19 tem tido um custo elevado ao nível das vidas humanas, não só através da perda de vidas, mas também através de danos a longo prazo para economias e comunidades. Trata-se da maior crise global no desenvolvimento humano desde a 2.ª Guerra Mundial. A informação harmonizada desde 1950 sobre o rendimento *per capita* e a esperança de vida mostra a magnitude da crise e o seu carácter global na perspetiva histórica (figura 5.4): em 2020, 85 por cento dos países sofreram uma diminuição do rendimento *per capita* e 70 por cento dos países e territórios enfrentaram uma redução da esperança de vida à nascença. A comparação entre o rendimento e a esperança de vida lembra-nos também a importância de olhar para lá do rendimento: apesar da significativa recuperação económica em 2021, a crise da saúde intensificou-se, com dois terços dos países a registarem ainda mais reduções na esperança de vida à nascença.

Figura 5.4 A pandemia de Covid-19 levou a uma crise sincronizada e multidimensional sem precedentes



Nota: Com base em países com dados disponíveis em cada ano. Os dados para 2020 e 2021 são estimativas preliminares.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base nos dados de Bolt e van Zanden (2020), FMI (2022), DAESNU (2022a), UNSD (2022) e Banco Mundial (2022c).

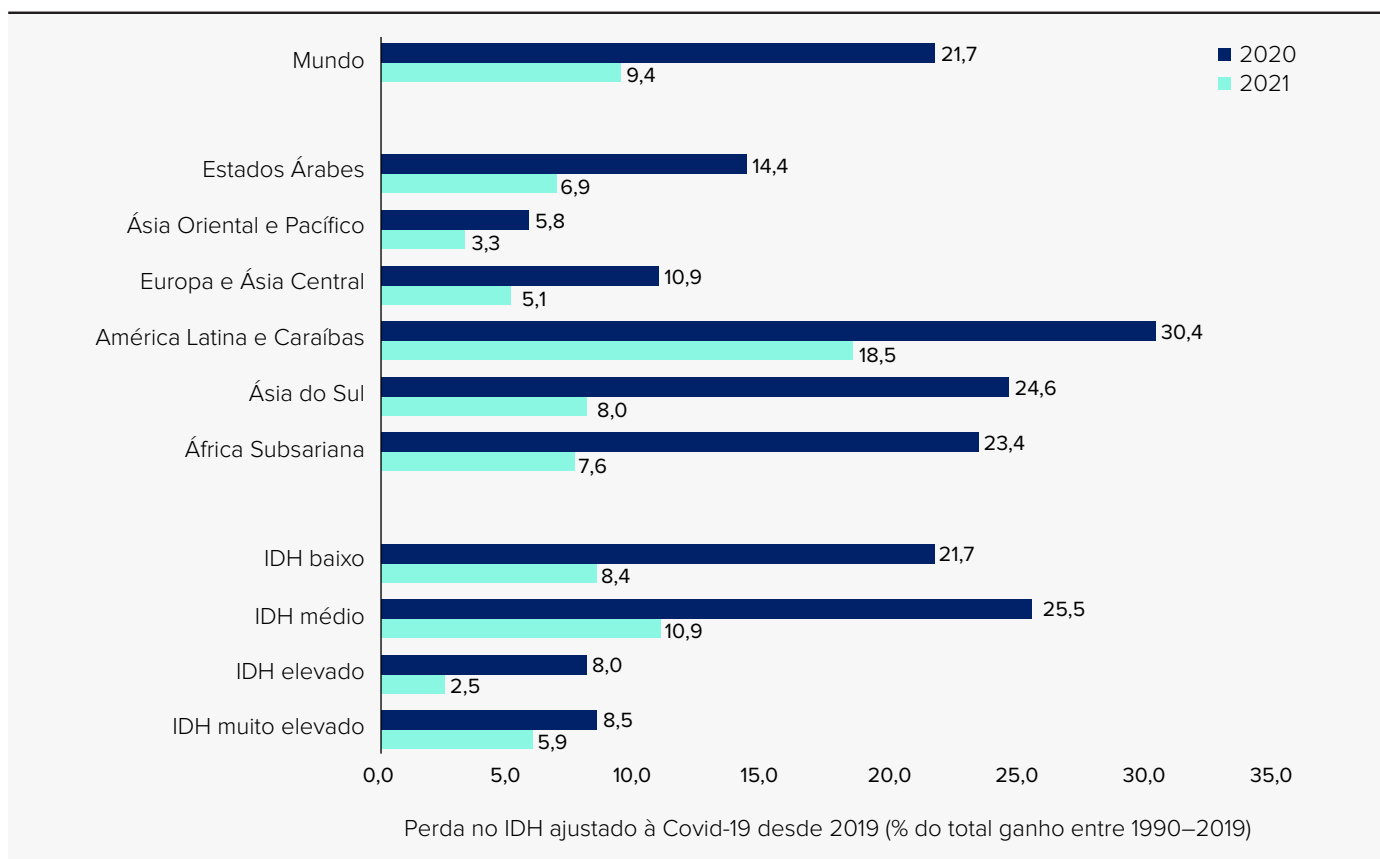
O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Covid-19 quantifica a profundidade da crise numa perspetiva multidimensional. O índice mantém as dimensões padrão do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas modifica os anos esperados do indicador de escolaridade para refletir os efeitos do encerramento das escolas e a disponibilidade de aprendizagem *online* sobre taxas de frequência efetivas.⁷⁸ A pandemia de Covid-19 afetou quase todas as pessoas no mundo, com todas as regiões a enfrentar declínios (figura 5.5). Em 2020, o mundo sofreu uma perda no valor de IDH ajustado à Covid-19 equivalente a mais de um quinto dos progressos de 1990 a 2019. A América Latina e as Caraíbas foram a região mais afetada, perdendo, num ano, o equivalente a 30 por cento dos seus progressos pré-Covid-19 desde 1990.

Em 2021 houve uma recuperação, mas foi parcial e desigual. Para países com um IDH muito elevado, o choque do IDH ajustado à Covid-19 em 2020 não

foi tão grande como em outros grupos de países, mas foi mais sustentado, com uma recuperação lenta em 2021.

Crises de tão grande amplitude são um espelho das sociedades. A Covid-19 pôs a nu as enormes disparidades pré-pandémicas na capacidade de as pessoas lidarem com choques, acederem aos cuidados de saúde e reconstruírem-se a partir da perda. Este evento expôs as fragilidades dos mecanismos de coordenação global na preparação e resposta às pandemias. O Painel Independente para a Preparação e Resposta às Pandemias encontrou “lacunas e falhas em todas as fases críticas de preparação”: medidas de contenção demasiado lentas, falta de liderança global coordenada, financiamento de emergência que demorou demasiado tempo a concretizar-se e grandes omissões nos sistemas de proteção social.⁷⁹ O acesso desigual às vacinas que salvam vidas contra a Covid-19 demonstrou um fracasso trágico da solidariedade global.⁸⁰ Estes fracassos desempenharam um papel nos

Figura 5.5 Declínios generalizados, mas desiguais no valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado de Covid-19: Agregados regionais e de grupos



Nota: O IDH ajustado à Covid-19 mantém as dimensões padrão do IDH, mas modifica os anos previstos do indicador de escolaridade para refletir os efeitos do encerramento das escolas e a disponibilidade de aprendizagem *online* sobre taxas de frequência efetivas.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

impactos desproporcionados da pandemia nas pessoas em todo o mundo.

No entanto, mesmo que as crises espelhem fraquezas e injustiças, a atual crise mostra-nos também que existem oportunidades. Guerras, pandemias e desastres podem desencadear mudanças de longo alcance. A pandemia da gripe de 1918 ajudou a estimular os investimentos na medicina em alguns países, e a peste bubônica desencadeou esforços para melhorar o saneamento e as condições de trabalho.⁸¹ Noutras alturas, os choques fomentaram políticas repressivas ou prejudiciais ou não resultaram em mudança.⁸² As oportunidades para transformações positivas são específicas do contexto e estão longe de ser inevitáveis (caixa 5.1). A secção seguinte sugere que, no contexto de falhas coletivas significativas, a resposta do mundo à pandemia oferece novas possibilidades de transformação. Na nossa resposta à Covid-19 existem novos pontos de referência para o que podemos alcançar em tempos de crise, desencadeando inovação tecnológica inovadora,

proporcionando uma proteção social inclusiva e alterando as normas sociais.

Novos pontos de referência para avanços tecnológicos

Menos de dois anos após a identificação da nova estirpe de coronavírus, várias vacinas altamente eficazes contra a Covid-19 foram distribuídas em todo o mundo.⁸³ A disponibilidade de vacinas contra a Covid-19 representou um ponto de viragem crucial. A rapidez do desenvolvimento destas vacinas, apenas 11 meses após a publicação da sequência do SARS-CoV-2, é um feito notável. Este resultado foi possível, em parte, graças a anos de trabalho científico, incluindo três décadas de investigação prévia sobre vacinas baseadas em RNA, implementadas agora pela primeira vez para combater a Covid-19. A história do desenvolvimento da vacina mRNA começa na

Caixa 5.1 A pandemia de Covid-19 como uma oportunidade? O apelo a uma abordagem contextual

Os choques criam oportunidades para a mudança de políticas? De que forma a pandemia de Covid-19 ajuda a garantir que, no futuro, a maior parte da população tenha acesso a água potável, saneamento, cuidados de saúde, serviços escolares e outros benefícios sociais, por uma questão de direito? Estas questões surgiram no rescaldo de uma pandemia que subverteu todas as dimensões da vida quotidiana. Os decisores políticos progressistas, os ativistas sociais e as organizações internacionais identificaram a atual crise como uma oportunidade de promover uma mudança radical da política.

Um importante conjunto de trabalhos de investigação identifica os choques como gatilhos para a mudança das políticas. As pandemias também geraram oportunidades de mudança já no século XIV, contribuindo para o crescimento das instituições públicas e do estado moderno.¹ A medida em que as pandemias desencadearam oportunidades de mudança inclusiva dependia, pelo menos em parte, do papel das ideias, incluindo as ideias científicas, e da forma como moldaram as narrativas em relação às respostas políticas. Cada narrativa é uma história sobre um problema e a sua solução por vezes óbvia.²

Quadros analíticos que ultrapassam grandes proclamações sobre como os choques aumentam as oportunidades para políticas sociais inclusivas podem ser úteis. Para determinar se tais políticas criaram oportunidades de longo prazo, propomos focar-nos em três variáveis-chave. Em primeiro lugar, nos incentivos que os próprios instrumentos políticos criam.³ Em segundo lugar, nas respostas aos choques que também podem modificar a distribuição de poder entre os atores estatais. Em terceiro lugar, nas narrativas que são particularmente importantes como mecanismo de mudança, o que merece uma atenção especial aqui. Desta forma, as ideias são um recurso de poder para definir qual é o problema sujeito à intervenção do Estado, enquadrar os resultados possíveis e desejáveis e liderar a implementação da política.⁴

As oportunidades são específicas do contexto e giram em torno da combinação de narrativas, instrumentos políticos e atores estatais pró-equidade. Tomemos o exemplo das transferências de rendimento de emergência no âmbito do programa Bono Proteger, que atenuou a perda brusca de rendimentos na Costa Rica. A pandemia, juntamente com a elevada incerteza e o receio da agitação social, impôs restrições e abriu espaço à implementação de novas medidas políticas. O programa habilitou entidades estatais focadas em alcançar objetivos sociais e criou aberturas para novas narrativas e instrumentos políticos.⁵ Uma segunda lição é que a pandemia pode gerar tantos desafios como oportunidades quando narrativas de austeridade, incluindo a alegação de que mais impostos não são politicamente possíveis ou mesmo desejáveis, se mantêm.

Este facto recorda-nos o poder da ideia de que os Estados devem viver dentro das suas reais possibilidades, o que muitas vezes também implica que devem evitar o aumento dos impostos tanto quanto possível. A austeridade é tanto uma ideia científica como um imperativo moral associado à moderação e ao sacrifício.⁶ Altera a relação entre o Estado e os cidadãos e tornou-se um poderoso instrumento contra tentativas sérias de redistribuição.⁷ Nas últimas décadas, a austeridade tornou-se apelativa para os atores políticos conservadores críticos do Estado-Providência, porque é “politicamente mais conveniente argumentar que o governo vive acima das suas possibilidades do que atacar diretamente os pobres”.⁸

Para avançar e lutar contra esta narrativa dominante, há ainda muito a mudar. A combinação de fraquezas do Estado e de atores pró-*status quo* (como as elites económicas) que acabaram por inibir a rápida utilização das oportunidades criadas para expandir a política social inclusiva deve ser analisada de forma mais aprofundada.

Notas

1. McMillen 2006. 2. Stone 2011. 3. Martínez Franzoni e Sánchez-Ancochea 2016; Pierson 1994; Pribble 2013. 4. Swinkels 2020. 5. A Costa Rica respondeu à pandemia de Covid-19 e aos confinamentos através da adoção de um programa de transferência de rendimento de emergência, Bono Proteger, que proporcionou a 676.340 pessoas (13 por cento da população) dois a três pagamentos até 214 dólares cada (Contraloría General de la República de Costa Rica 2020). Martínez Franzoni e Sánchez-Ancochea (2022a) compararam a experiência costarriquenha com a da Guatemala e de El Salvador e chegaram a conclusões semelhantes. 6. Schui 2014. 7. Blyth 2013. 8. Jabko 2013, p. 706.

Fonte: Martínez Franzoni e Sánchez-Ancochea 2022b.

década de 1960.⁸⁴ No entanto, só em 1993 é que a primeira vacina foi testada para a gripe em ratos. A investigação e desenvolvimento comerciais começou apenas no final da década de 1990, com a Agência de Projetos de Investigação Avançada de Defesa dos EUA (US Defense Advanced Research Projects Agency) a financiar uma grande parte da investigação. Esta longa história de desenvolvimento tornou possível o desenvolvimento da vacina a partir do início da pandemia.

Mesmo com estes avanços na tecnologia da vacina criados a partir de uma fundação pré-existente, o surgimento da Covid-19 imprimiu um sentimento de urgência sem precedentes no trabalho científico, produzindo uma mudança sistémica na oferta e na procura. Abordar a pandemia através da vacinação tornou-se uma missão, e as cadeias de abastecimento de vacinas emergiram.⁸⁵ Além disso, graças à redução constante do tempo de sequenciação do ADN, muitos países poderiam receber informações atuais

sobre as estirpes prevaletentes do vírus e agir em conformidade. As linhas de publicação trabalharam horas extraordinárias para acompanhar a investigação em rápida evolução.⁸⁶ A taxa de terapias relacionadas com a Covid-19 nas vias de investigação e a taxa de publicação académica de artigos sobre a Covid-19 excederam a das recentes crises de Ébola, Zika e H1N1 em, pelo menos, uma ordem de grandeza.⁸⁷

O sucesso do desenvolvimento das vacinas mostra que os governos, a indústria e as instituições académicas podem trabalhar em conjunto, com êxito, numa crise. Foram implementados processos regulamentares para apoiar a aceleração do desenvolvimento clínico, dos ensaios e a autorização de utilização de emergência. Os governos fizeram grandes investimentos na capacidade de produção e no apoio à investigação e desenvolvimento privados. As vias de fabrico foram desenvolvidas juntamente com ensaios clínicos para permitir uma expansão rápida. Os investimentos governamentais ajudaram a apoiar o desenvolvimento de vários potenciais candidatos a vacinação, aumentando as probabilidades de que pelo menos alguns possam ter sucesso. Os Estados Unidos e a Alemanha foram os maiores investidores em investigação e desenvolvimento de vacinas, injetando cerca de 2 mil milhões e 1,5 mil milhões de dólares, respetivamente, nas empresas farmacêuticas.⁸⁸ A Covid-19 também impulsionou grandes avanços tecnológicos na nossa capacidade de desenvolver vacinas para doenças futuras: a nova tecnologia de RNA parece definida para transformar permanentemente a forma como as vacinas podem ser desenvolvidas e fabricadas no futuro.⁸⁹

Novos pontos de referência para a proteção social e política económica

Nos mais de dois anos desde que o vírus SARS-CoV-2 foi identificado pela primeira vez, os governos adotaram medidas políticas novas e sem precedentes para proteger as populações vulneráveis e as economias nacionais de danos duradouros.⁹⁰

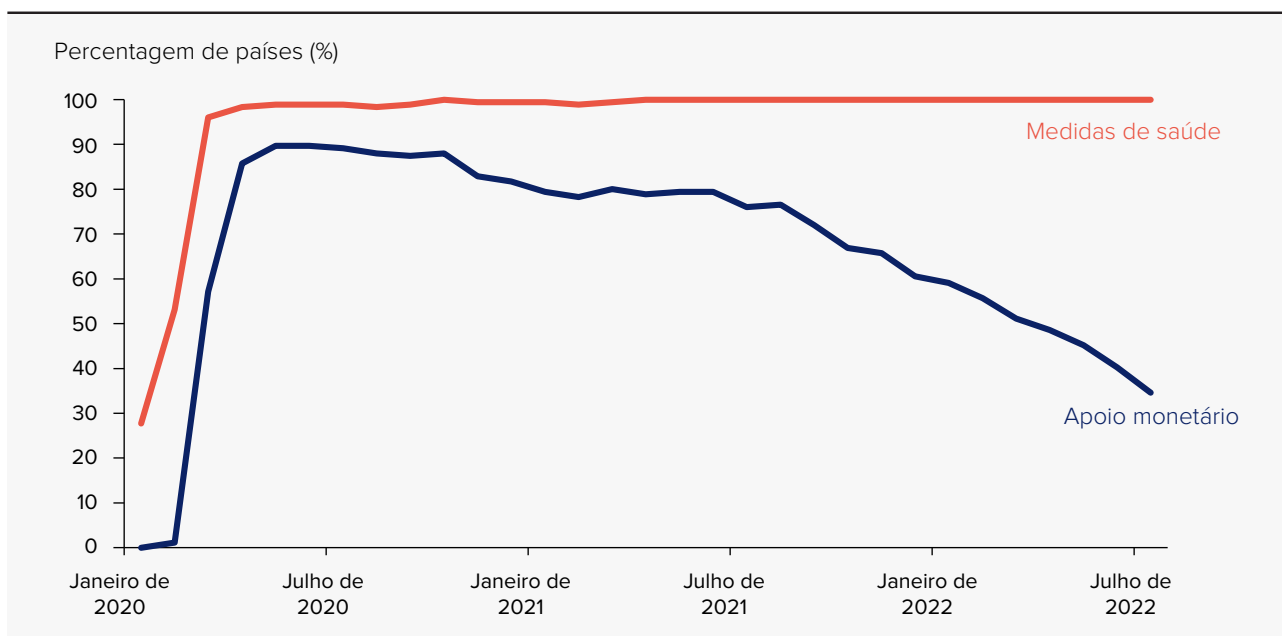
Os instrumentos de política económica foram utilizados a uma escala extraordinária. Em agosto de 2021, o FMI emitiu um equivalente a 650 mil milhões de dólares em novos Direitos de Saque Especiais, o maior da história do fundo, ainda que o processo tenha demorado muito mais do que o que seria viável. Os novos Direitos de Saque Especiais proporcionaram um apoio vital às economias nacionais na medida que os governos lutavam contra os danos causados à saúde e os prejuízos económicos da pandemia. Uma Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, patrocinada pelo G20, concedeu a 73 países um alívio temporário nos pagamentos do serviço da dívida até dezembro de 2021. As respostas fiscais dos governos

foram das maiores da história recente, totalizando 16 mil milhões de dólares em apoios entre abril de 2020 e abril de 2021.⁹¹ Estes recursos foram gastos para ajudar as famílias e as empresas a sobreviverem à crise através de uma variedade de instrumentos, incluindo transferências diretas, benefícios alargados, diferimentos de pagamentos e injeções de liquidez. Para concretizar estas medidas maciças de apoio financeiro, os governos avançaram rapidamente na atualização dos sistemas de proteção social existentes e no desenvolvimento de novos mecanismos, como os pagamentos digitais.

“ A resposta à pandemia de Covid-19 lembrou-nos como as políticas centradas nas pessoas podem aumentar substancialmente o bem-estar humano

A resposta à pandemia de Covid-19 lembrou-nos também como as políticas centradas nas pessoas podem aumentar substancialmente o bem-estar humano. À medida que os impactos económicos, sociais e de saúde da pandemia aumentavam, os governos de todo o mundo implementaram uma profusão de medidas de proteção social expansivas para apoiar as pessoas durante a crise. Mais de 1.600 medidas de proteção social foram comunicadas em praticamente todos os países e territórios em fevereiro de 2020 e janeiro de 2021.⁹² O âmbito e a escala destas medidas não tinham precedentes em muitos contextos. Em vários países, os governos ampliaram medidas de proteção para a perda de meios de subsistência e rendimentos (ver medidas de apoio monetário na figura 5.6). Muitos começaram a alargar as transferências diretas, sob a forma de pagamentos em numerário e de rendimentos garantidos. Quando já existiam programas de transferência, os governos aumentaram os benefícios e alargaram a cobertura para incluir mais beneficiários.⁹³ No final de 2020, as transferências de rendimento atingiram quase 1,1 mil milhões de pessoas em todo o mundo, com a cobertura a crescer 240 por cento em média em relação aos níveis pré-pandémicos.⁹⁴ Segundo algumas estimativas, quase 17 por cento das pessoas do mundo receberam pelo menos um pagamento de transferência de rendimento relacionado com a Covid-19 entre 2020 e 2021.⁹⁵ Vários países fizeram pagamentos pontuais às suas populações numa base universal ou quase universal.⁹⁶ Além de amortecer a queda abrupta de meios de subsistência, os programas de apoio ao rendimento ajudaram a conter a propagação da Covid-19. Nos países com um baixo rendimento, medidas de apoio ao rendimento foram consideradas eficazes na redução da taxa de crescimento dos casos de Covid-19, e nos países de rendimento médio ajudaram a reduzir as taxas de crescimento dos casos e as mortes associadas à Covid-19.⁹⁷

Figura 5.6 A maioria dos países implementou medidas de apoio monetário e de saúde durante a pandemia de Covid-19



Nota: A figura acompanha o “fluxo” de políticas ativas em todo o mundo, mostrando a porcentagem de países que tiveram medidas monetárias e sanitárias ativas em qualquer mês durante a pandemia de Covid-19. Dados referentes a 177 países. Por apoio monetário entende-se as medidas consideradas de apoio ao rendimento e de alívio da dívida ou do contrato. As medidas de saúde referem-se à política de testes, ao rastreamento de contactos, ao investimento de emergência nos cuidados de saúde, ao investimento em vacinas e à política de vacinação.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Hale e outros (2021) e Oxford COVID-19 Government Response Tracker (<https://www.bsg.ox.ac.uk/research/research-projects/covid-19-government-response-tracker>, acessado em 29 de julho de 2022).

Muitos regimes de proteção social viram o seu âmbito expandir-se a uma escala sem precedentes, atingindo grupos que foram excluídos do apoio no passado, como os trabalhadores do setor informal e os trabalhadores independentes.⁹⁸ Governos de vários países disponibilizaram ajuda alimentar, entregando cabazes de alimentos básicos às famílias gratuitamente.⁹⁹ Alguns suspenderam pagamentos e contribuições de rotina, incluindo para contas de serviços públicos, empréstimos e regimes de pensões. Foram implementados sistemas de pagamento móvel para prestação de apoio financeiro – no Bangladesh, na Jordânia e no Mali, por exemplo – para minimizar a necessidade de se deslocarem pessoalmente aos bancos e aos prestadores de serviços. Os países recorreram a sistemas de aplicação *online* para chegarem ao maior número possível de cidadãos. O Brasil alargou a cobertura para as famílias já registadas como potenciais beneficiários e depois registou cerca de 27 milhões de famílias em poucas semanas através de um sistema *online*.¹⁰⁰

Desde que a Covid-19 desencadeou uma crise de saúde pública, foram implementadas medidas para expandir a cobertura de saúde em todo o mundo (ver medidas de saúde na figura 5.6). Vários países procuraram garantir que as instalações de identificação, diagnóstico e tratamento da Covid-19 estivessem prontamente disponíveis a baixo

custo ou a custo zero. Muitos países procuraram colmatar lacunas na cobertura de saúde, expandindo os regimes existentes para cobrir segmentos adicionais das suas populações, como trabalhadores temporários e migrantes. Foram alargadas as licenças por doença pagas e outras formas de apoio, tais como a compensação pelos ganhos perdidos devido ao autoisolamento e à quarentena.¹⁰¹

Estes esforços refletiram a urgência da crise e é pouco provável que as medidas de emergência se mantenham indefinidamente, como a figura parece confirmar. Ainda assim demonstraram que as desigualdades e as lacunas na proteção social não são intransponíveis. Mostraram que os governos podem fazer mais para tornar a proteção social uma realidade. Demonstraram, também, que as intervenções em matéria de segurança dos rendimentos e dos cuidados de saúde, em particular, podem fazer uma enorme diferença na vida das pessoas. A pandemia de Covid-19 pode ter ajudado a aumentar a apreciação por parte da opinião pública pela proteção social e a melhorar a experiência do governo na sua prestação. Reforçou também numa base crescente de dados concretos sobre a eficácia de medidas de proteção social relativamente não testadas, como os rendimentos básicos garantidos.

A pandemia de Covid-19 trouxe também preocupações anteriormente negligenciadas para

a vanguarda da agenda de reformas. Colmatar as disparidades digitais tornou-se mais urgente do que nunca, uma vez que a pandemia tornou o acesso à Internet acessível, essencial para a educação no contexto do encerramento das escolas (reconhecendo, no entanto, que não deveria ser encarada como uma substituição da educação presencial). Governos de todo o mundo aumentaram as estruturas do governo eletrônico para continuar a prestar serviços governamentais essenciais, gerir novas exigências (incluindo a administração de programas de proteção social alargados) e fornecer portais de informação dedicados à Covid-19.¹⁰² Viver com a Covid-19 está a dar um novo impulso aos esforços de digitalização, reforçados por uma renovada consciência de que ligar-se à Internet pode criar novas possibilidades para a administração pública e que o reforço do acesso à Internet e das infraestruturas pode ser essencial para criar resiliência contra futuras catástrofes.¹⁰³

Ferramentas como o *nowcasting* (ferramenta que fornece informações em tempo real sobre os processos económicos e sociais à medida que se desenrolam, em oposição à espera da informação estatística oficial) já estão a ganhar força nos esforços para compreender e responder à crise altamente dinâmica provocada pela Covid-19. Fontes alternativas de dados como dados de mobilidade, dados de congestionamento, padrões de pagamento móveis e atividade de pesquisa na Internet estão a ser incorporadas em modelos para compreender padrões de surtos e a atividade económica.¹⁰⁴

Esta onda de ativismo político, através do aumento da proteção social e de novos mecanismos de execução, pode ter repostado as expectativas do público sobre o que os governos são capazes de fazer, pelo menos para algumas pessoas. Se apoiada, uma nova mentalidade sobre o que os governos podem fazer pelas pessoas abre novas possibilidades para transformar o pensamento e abordagens da política económica à medida que enfrentamos os desafios que o futuro reserva.

Novos pontos de referência para alterar normas e comportamentos

A Covid-19 mostrou-nos que pessoas em todo o mundo estão dispostas a alterar drasticamente os seus comportamentos diários ao serviço de um propósito comum. Embora as respostas à pandemia de Covid-19 tenham estado no centro de divisões na sociedade por vezes associadas à polarização política, como discutido no capítulo 3, assistiu-se a mudanças institucionais e comportamentais notáveis e sem precedentes. O combate à propagação da Covid-19 exigiu uma série de mudanças sociais e comportamentais, tais como o distanciamento social, o rastreio de contactos, o uso de máscara e as

restrições aos convívios. Estas alterações não poderiam ter sido mantidas sem a cooperação voluntária da grande maioria da população mundial. Um inquérito realizado a pessoas em 58 países durante as fases iniciais da pandemia revelou um elevado cumprimento voluntário de várias medidas comportamentais: 91 por cento dos inquiridos afirmaram que não participaram em convívios sociais, 78 por cento afirmaram que ficaram em casa na semana anterior ao inquérito e 93 por cento afirmaram que teriam informado aqueles que lhe são mais próximos se tivessem tido sintomas da Covid-19.¹⁰⁵ Um estudo diferente sobre comportamentos relacionados com a pandemia em 28 países, em agosto de 2020, concluiu que 58 por cento dos inquiridos comunicavam sempre ou evitavam, frequentemente, receber convidados em casa e que 78 por cento comunicavam sempre ou evitavam, frequentemente, multidões.¹⁰⁶

“ A Covid-19 mostrou-nos que pessoas em todo o mundo estão dispostas a alterar drasticamente os seus comportamentos diários ao serviço de um propósito comum

Comportamentos que eram extremamente raros em muitas sociedades tornaram-se uma norma comum, como o uso de máscaras, sugerem o surgimento de novas normas sociais. Isto significa que as pessoas são motivadas não só pela necessidade de se protegerem a si próprias, mas também por um sentimento de responsabilidade partilhada, pela percepção de que os outros estão a fazer o mesmo ou pela possibilidade de desaprovação social por incumprimento. Pessoas em vários países declararam sentir-se orgulhosas da sua contribuição para parar a propagação da Covid-19 e que acreditavam que estavam a dar um bom exemplo ao usarem uma máscara.¹⁰⁷ Uma variedade de intervenções baseadas em novas normas sociais geradas pela Covid-19 pode ser considerada para o futuro controlo da doença, incluindo a normalização das licenças por doença pagas, o distanciamento social voluntário e o autoisolamento em caso de exposição à infeção.¹⁰⁸

* * *

O futuro próximo mantém-se incerto. As convulsões sociais, as crises climáticas e ambientais e a tecnologia em rápida mudança podem ter chegado para ficar por algum tempo. A pandemia de Covid-19 deu-nos um vislumbre do tipo de realidade que podemos ter de enfrentar. Mostrou-nos, também, quem somos em tempos de crise, como podemos mobilizar-nos com um sentido de propósito comum e como podemos ainda moldar o nosso destino comum. Aquilo de que somos capazes nesta era de incertezas depende de nós.

A nossa capacidade de gerir esta nova realidade só será reforçada com uma nova determinação para uma mudança profunda. A pandemia perturbou o mundo, e é improvável, mesmo indesejável, que as coisas voltem a ser como eram. E ainda há muito mais por fazer. A nossa resposta à crise mostrou-nos algumas das possibilidades no sentido de garantir que o mundo seja mais justo e resiliente. Vimos que é possível reorientar substancialmente as relações das pessoas com os governos e que esta reorientação pode trazer enormes melhorias à vida das pessoas. A pandemia mostrou que a proteção social pode funcionar melhor quando corresponde à forma como as pessoas vivem, trabalham e navegam em tempos de crise. Vimos como as pessoas possuem

uma capacidade incomensurável de cuidar umas das outras, e como os nossos laços uns com os outros fornecem uma infraestrutura invisível para a prosperidade humana. Vimos, também, que a nossa capacidade de estimular a inovação tecnológica pode expandir drasticamente as nossas possibilidades de sobrevivência e prosperidade. Mais do que qualquer tecnologia ou invenção, é a nossa capacidade de inovação em geral que mais importa. Os avanços tecnológicos serão vitais para as mudanças estruturais necessárias nas nossas economias e na nossa sociedade. A direção da mudança tecnológica continua a ser uma responsabilidade nossa e muito pode ser alcançado, transformando o seu potencial para responder aos desafios que enfrentamos.

CAPÍTULO

6

Delinear caminhos para a transformação

**Navegar na incerteza para expandir
o desenvolvimento humano**

Delinear caminhos para a transformação: navegar na incerteza para expandir o desenvolvimento humano

O herói e o vilão na atual história de incerteza são um só: a escolha humana.

Então, que escolhas práticas podem ser feitas para melhor?

Este capítulo enfatiza as políticas que se centram nos Três I's: investment, insurance e innovation (investimento, proteção e inovação). Juntos, promoverão, protegerão e estimularão o desenvolvimento humano para que as pessoas e o planeta prosperem perante novas incertezas.

A cultura também desempenha um papel fundamental. O capítulo identifica três facilitadores da mudança cultural: a educação para cultivar valores em evolução, o reconhecimento social para os legitimar e a representação para proteger a sua inclusão e traduzi-los em políticas.

Melhorar o desenvolvimento humano, expandindo as liberdades e realizações no bem-estar e na agência, é um processo aberto, repleto de novas possibilidades. A incerteza faz parte dessa jornada, e à medida que o engenho humano faz avançar a fronteira do possível, novas consequências não intencionais surgirão, boas e más. E novos desafios podem significar espaço para novas oportunidades. Prosperar sob a incerteza, tão importante como evitar as consequências negativas de ações bem intencionadas, é agarrar as oportunidades que surgem.

Atualmente parecemos viver várias consequências não intencionais do progresso, como se reflete, em parte, nas três camadas (ou dimensões) de incerteza - as perigosas mudanças planetárias no Antropoceno, a imprevisibilidade das e nas transições desconhecidas, e a divisão social e polarização das sociedades. As nossas escolhas e os valores que lhes subjazem têm, por vezes, promovido políticas e caminhos de desenvolvimento insustentáveis, a nível social, económico e ambiental. As desigualdades permitiram que alguns beneficiassem, enquanto muitos são deixados para trás.

“As nossas escolhas e os valores que lhes subjazem têm por vezes promovido políticas e caminhos insustentáveis a nível social, económico e ambiental

A imagem da “caixa vazia” no capítulo 1, sem que nenhum país atinja até agora um valor muito elevado do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com baixas pressões no planeta, sugere que as nossas sociedades precisam de conceber novas formas de prosseguir o desenvolvimento. Perseguir valores de PIB *per capita* mais elevados ou mesmo valores de IDH mais elevados por si só não é suficiente.

O apelo é, portanto, para uma mudança transformadora, o que exige o reforço dos pactos sociais para fazer face à insegurança e à inquietação das pessoas. Contudo isto fornece apenas uma resposta parcial. Não estamos perante um pequeno ajustamento ou um desequilíbrio transitório. Navegamos em território desconhecido, onde os sistemas sociais e planetários se estão a adaptar simultaneamente. O pressuposto, em muita análise económica, de que todas as outras condições permanecem inalteradas não se mantém.

Podem ser necessárias mudanças transformadoras além das políticas e dos acordos institucionais. As sociedades também podem precisar de mudar as normas sociais, as crenças e os valores (introduzidos no capítulo 3 como cultura). O Relatório Dasgupta sobre a economia da biodiversidade defende a garantia de que as exigências das sociedades sobre a natureza não

excedam a oferta sustentável da natureza, a adoção de diferentes métricas de sucesso económico e a transformação das nossas instituições e sistemas, em particular os das finanças e da educação, para permitir estas mudanças e preservá-las para as gerações futuras.¹ Contudo o relatório vai mais longe, chegando a uma conclusão surpreendente: “Nenhum mecanismo social pode resolver totalmente este problema, o que significa que nenhuma instituição pode ser concebida para impor uma conduta socialmente responsável.”²

O problema é que os seres humanos estão incorporados na natureza, pelo que o bem-estar, atual e futuro, depende da manutenção da integridade da biosfera. No entanto, a conduta das pessoas está a minar essa integridade. Como se isso não fosse suficientemente desafiante, o Relatório Dasgupta sustenta que “ao contrário da economia das alterações climáticas, [...] a economia da biodiversidade [...] requer não só o envolvimento nacional e intergovernamental, mas também o envolvimento de comunidades e sociedades civis em todo o mundo.”³ De que forma, então, é que um problema desta natureza pode ser resolvido? Se estas conclusões são surpreendentes, a recomendação sobre o que fazer pode parecer ainda mais: “Parece então que, em última análise, cada um de nós tem de ser o juiz e júri das nossas próprias ações. E isso não pode acontecer a menos que desenvolvamos uma afeição pela Natureza e pelos seus processos.”⁴

Os mecanismos sociais para fazer face aos problemas coletivos dependem geralmente do apelo aos interesses das pessoas (como incentivos aos preços para tributar a poluição) ou da criação de instituições (direitos de propriedade sobre a terra ou um recurso específico, como uma floresta). Interesses e instituições claramente importam, mas a recomendação principal do Relatório de Dasgupta pode ser interpretada para nos levar ao mundo das ideias - ou da cultura (capítulo 3).

E por que razão invocar a relevância das ideias, da cultura, agora? Muitas comunidades na história têm tido uma profunda afeição pela natureza. O Chefe Elesi de Odogbolu, que vive na Nigéria, afirmou em 1917: “Eu concebo que a terra pertence a uma vasta família da qual muitos estão mortos, poucos estão vivos e inúmeros outros por nascer.”⁵ O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020 documentou a forma como os povos indígenas ao longo do tempo têm mantido (e atualmente em muitas comunidades em todo o mundo continuam a manter) crenças e valores que refletem “uma afeição pela Natureza e pelos seus processos.”⁶ Muitos são perseguidos e assassinados quando as suas ações, baseadas em tais crenças, entram em conflito com interesses moldados pelas instituições existentes, desde a

exploração mineira até à agricultura em expansão.⁷ Contudo, os desafios que enfrentamos agora vão além das alterações climáticas e da preservação da integridade das funções de biodiversidade: estas são apenas duas das manifestações do nosso contexto Antropoceno.

Além das perigosas mudanças planetárias, as outras dimensões de incerteza documentadas neste Relatório estão a perturbar a vida das pessoas. Os conflitos que se colocam a nível local entre povos indígenas e empresas ou autoridades são um microcosmo de um conjunto mais alargado de tensões que podem não ser resolvidas através da arbitragem entre interesses concorrentes. Parece razoável sugerir, além de reexaminar políticas e instituições (que é tipicamente a missão de um trabalho como o Relatório do Desenvolvimento Humano), que o contexto cultural (as ideias, amplamente definidas para incluir práticas, crenças, normas, valores e tecnologias) implica, também, um reexame para explorar um caminho a seguir à medida que navegamos no mundo incerto de hoje.

A análise da cultura abre novas perspetivas para o leque de ações possíveis por parte daqueles que estão em posições de poder e o potencial de novos mecanismos sociais para enfrentar os desafios sem precedentes que enfrentamos hoje. Contudo, para tal são necessárias duas coisas. Em primeiro lugar, alargar a nossa perspetiva sobre os fatores determinantes das escolhas das pessoas. Em segundo lugar, refletir sobre perspetivas mais recentes relativas ao conceito de cultura, como muda entre contextos e com o tempo bem como aferir de que forma é usada pelas pessoas de formas estratégicas, em vez de como uma variável fixa e latente que trabalha silenciosamente em segundo plano. A chave para ambos é reconhecer a importância da agência e da liberdade, os princípios da abordagem do desenvolvimento humano (capítulo 3).

Um enquadramento para abarcar a incerteza

Navegar no complexo de incertezas exige duplicar o desenvolvimento humano para garantir que as pessoas têm capacidades para aproveitar o potencial incorporado em tempos incertos. “A astúcia da incerteza abre novos espaços e facilita o surgimento de opções alternativas. As ambiguidades permitem passar fronteiras onde reinou o encerramento entre domínios de conhecimento ou áreas de especialização rigorosamente definidas. Ambiguidades não significam que tudo se torne confuso e poroso ou que vale tudo. Significam reconhecer que a vida social está cheia de contradições e que os seres sociais têm a capacidade de navegar entre as mesmas. Uma

vez que tenham os recursos necessários, também negociam uns com os outros opções viáveis para viverem juntos.”⁸

“ Navegar no complexo de incertezas exige duplicar o desenvolvimento humano para garantir que as pessoas têm capacidades para aproveitar o potencial incorporado em tempos incertos

Propomos um quadro a dois níveis para responder a uma dupla lacuna nos nossos tempos incertos. Por um lado, um desfasamento entre os atuais acordos sociais que lutam para promover a segurança humana e para combater a inquietação das pessoas. Por outro lado, um desfasamento entre crenças e valores predominantes e o que poderia ser necessário para navegar através do complexo de incertezas (figura 6.1).

O primeiro nível é sobre o que fazer, centrando-se em transformações concretas em três frentes: investimento, proteção e inovação.

- Investimento, nas capacidades que as pessoas precisarão para permitir condições socioeconómicas e planetárias para o florescimento humano.
- Proteção, para proteger as pessoas das contingências inevitáveis de tempos incertos, salvaguardando as suas capacidades, incluindo as suas liberdades fundamentais (reforço da segurança humana).
- Inovação, para promover capacidades que podem não existir atualmente.

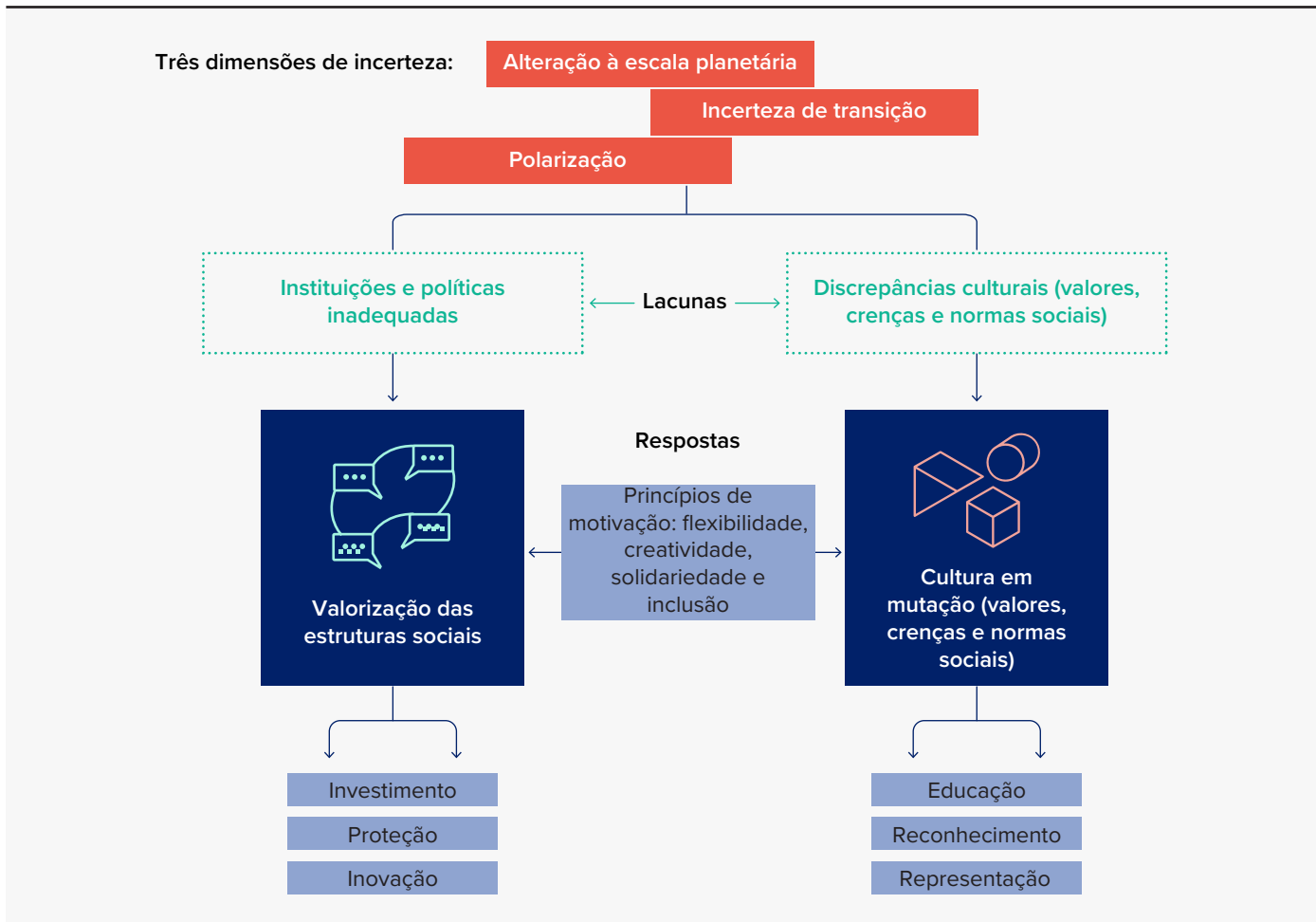
O segundo nível é sobre como gerar as condições sociais e contextuais mais amplas para a mudança ter lugar, reconhecendo o papel da cultura como descrito no capítulo 3.

- Educação, para fortalecer a agência e encorajar as pessoas a moldar o seu próprio futuro.
- Reconhecimento, para reconhecer os direitos humanos, o respeito pelas identidades e os valores das pessoas para mudar os guiões e as narrativas que criam esperança na sociedade.
- Representação, para amplificar o poder e a voz que fortalecem a representação e a agência.

Os ensinamentos da mudança cultural sugerem cultivar princípios motivadores que tanto podem potenciar os pactos sociais como moldar a evolução cultural em tempos incertos.⁹ Os princípios motivadores destacados no presente Relatório são a flexibilidade, a criatividade, a solidariedade e a inclusão (destaque 6.1).

Nenhum conjunto de recomendações políticas individual é capaz de satisfazer todos os contextos e todos os países, mas usar estes princípios como bússola pode ajudar a navegar através das dimensões

Figura 6.1 Um quadro de dois níveis para a transformação



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

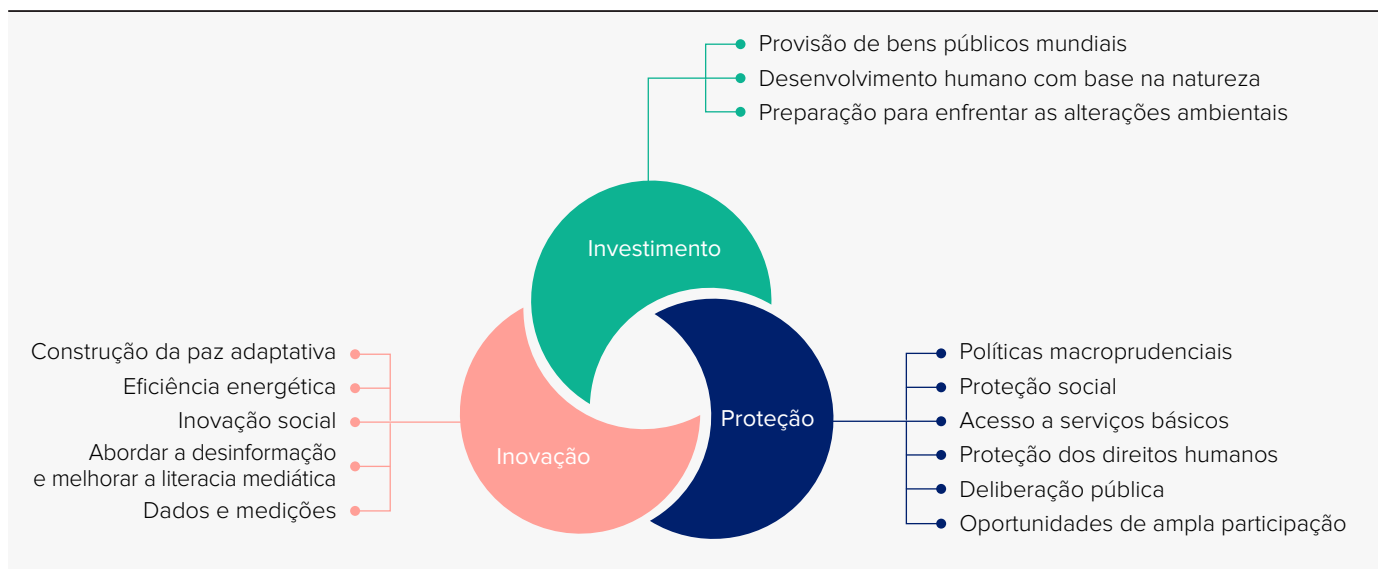
de incerteza e inspirar as pessoas a abraçar a incerteza. Flexibilidade, criatividade, solidariedade e inclusão traçam caminhos para a transformação, reforçando a resiliência¹⁰ e a agência,¹¹ à medida que aumentam a capacidade das comunidades para prosperar em ambientes caracterizados pela mudança. Por exemplo, no contexto das respostas sociais à Covid-19 nos países do G7, as diferenças de solidariedade e de agência foram muito mais acentuadas do que nas políticas económicas e ambientais prosseguidas, apontando para a importância de complementar as políticas económicas com ações solidárias e de reforço da agência.¹²

Investimento, proteção e inovação rumo à contínua expansão do desenvolvimento humano

Prosperar em contexto de incerteza é possível. Três blocos de construção de políticas que moldariam

transformações para expandir o desenvolvimento humano poderiam fornecer apoio para enfrentar as dimensões de incerteza de mudanças planetárias perigosas, transições desconhecidas e polarização. O primeiro é o investimento, abrangendo pessoas e recursos financeiros e naturais. O segundo são os mecanismos de segurança que garantem proteção ou compensação em caso de choques ou ameaças provenientes de desequilíbrios ou inseguranças planetárias e que podem trazer uma maior sensação de controlo. O terceiro é a inovação: abraçar a mudança, procurar novas soluções através da criatividade, aprendizagem iterativa e perspetivas diversas. Investimento, proteção e inovação salvaguardam e promovem a agência, fazendo progredir assim o desenvolvimento humano. A implementação destes mecanismos visa aumentar as oportunidades para o futuro, ao mesmo tempo que faz progredir o potencial humano no presente.¹³ A figura 6.2 identifica alguns dos exemplos políticos a seguir explorados.

Figura 6.2 Tornar as pessoas mais seguras através do investimento, proteção e inovação



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Investimento – em capacidades para prosperar em contexto de incerteza

O primeiro bloco de construção engloba o investimento nas capacidades necessárias para navegar com sucesso num futuro incerto. Inclui políticas centradas no reforço das capacidades, bem como na formação dos ativos para o fazer, o que significa diferentes formas de capital, incluindo o capital natural.

O contexto das incertezas multidimensionais cria novos desafios, mas também novas possibilidades para a aspiração de longa data de fornecer bens públicos globais.¹⁴ Sobre os desafios, os três níveis de incerteza dificultam os investimentos em bens públicos globais: a escala planetária dos desafios do Antropoceno gera um desfazamento com o âmbito geográfico dos governos nacionais,¹⁵ enquanto a polarização política e a incerteza de transição complicam a forma como as prioridades internas são ponderadas em relação aos desafios internacionais. Isto ficou bem claro durante a pandemia de Covid-19, uma vez que o mundo lutou e não conseguiu garantir o acesso universal a equipamentos de proteção individual e depois às vacinas, apesar de dispor das capacidades científicas, tecnológicas e financeiras para fazer os investimentos necessários para tal.¹⁶

Contudo, o complexo da incerteza também torna mais urgente o investimento na oferta de bens públicos globais. O investimento adicional para evitar futuras pandemias está estimado em 15 milhares de milhões de dólares por ano.¹⁷ Esta é uma pequena fração do custo económico da

pandemia de Covid-19 (sem considerar qualquer custo humano em vidas perdidas ou perda de aprendizagem): mais de 7 biliões de dólares em produção perdida e mais de 16,9 biliões de dólares em respostas fiscais de emergência.¹⁸ O investimento também é muito pequeno em comparação com a emissão de 650 milhares de milhões de dólares de direitos de saque especiais.¹⁹ O argumento racional para investir em bens públicos globais tem sido feito frequentemente, assim como a necessidade de elaborar disposições adequadas que sustentem a coordenação ou a cooperação internacionais.²⁰

Todavia com o reconhecimento do complexo da incerteza reside a oportunidade de olhar através das interações das dimensões de incerteza e não só trabalhar através de estruturas e regras formais existentes, mas também incentivar a experimentação e a inovação.²¹ Isto pode ser iniciado reconhecendo que o fornecimento de bens públicos globais num contexto de nova incerteza pode ser reforçado com instituições de governação multinível que oferecem narrativas convincentes que fomentam a cooperação e a coordenação através da legitimidade de prever melhores futuros.²² Estas instituições abraçariam a incerteza, o que significa a adoção de políticas e estratégias robustas para diversos futuros alternativos. Os objetivos normativos, se formulados com participação, flexibilidade para iterar e investigação rigorosa informada, poderiam ajudar a produzir avaliações que oferecem opções políticas mais robustas, além de somente alertar o mundo para as possibilidades extremas que estão por vir.²³ Poderiam ser ainda mais robustos se estas avaliações tivessem uma visão holística, centrando-se

no comportamento dos componentes e agentes individuais nos sistemas socioecológicos, bem como nas suas interações e relações.²⁴

O investimento é também essencial em sistemas de governação complexos (governamentais e não só) que podem experimentar, responder rapidamente, tirar partido de todos os conhecimentos relevantes e ter em conta a heterogeneidade das sociedades, ao mesmo tempo que superam os desequilíbrios de poder que entrincheiram os interesses instalados.

Isto promoveria a inclusão e criaria confiança para uma ação coletiva sustentada e solidária (caixa 6.1). Investir na governação significa, também, criar sistemas que possam corrigir as desigualdades e proporcionar reconhecimento individual e de grupo para garantir a dignidade através de, entre outras coisas, o reforço das políticas sociais e a promoção do envolvimento e (re)empenho cívicos.²⁵

São também necessários investimentos no desenvolvimento humano baseado na natureza,

Caixa 6.1 A governação em prol da mudança sistémica e transformacional

O Antropoceno representa um conjunto complexo de um tipo de crises que a humanidade nunca enfrentou anteriormente. O impacto humano no planeta e os sistemas económicos e sociais insustentáveis praticamente garantem a agitação ambiental e social num futuro previsível. Todas as políticas experienciarão os efeitos para as gerações vindouras.

A teoria da complexidade ajuda-nos a compreender o que é preciso para gerir tais problemas sistémicos: análise holística, experimentação constante e inclusão de muitas disciplinas e perspetivas. Contudo, os nossos processos de governação existentes destinam-se, em grande parte, a classificar pessoas e questões em caixas fragmentadas nas quais podem ser aplicados procedimentos “ideais”, afastando a diversidade e a volatilidade que caracterizam a realidade.

É perfeitamente possível governar para os problemas sistémicos complexos que enfrentamos.¹ Esta governação deve centrar-se não só no comportamento de componentes e intervenientes individuais em sistemas interligados, mas também nas suas interações e relações.² Deve adotar políticas e estratégias robustas para futuros alternativos e adaptáveis face a mudanças rápidas. Especificamente, deve visar (re)construir capital social em escala, construir redes significativas através de silos de decisão e criar níveis de governação eficazes e inclusivos que mantenham a tomada de decisões o mais próxima possível do conhecimento local. Para estes fins, a governação deve basear-se em quatro princípios: pensamento sistémico, transparência, inclusão social e subsidiariedade.

A mudança mais importante que a governação do Antropoceno requer é a mudança para o pensamento sistémico e a tomada de decisões. Algumas das ações que os decisores podem tomar estão a mapear o sistema usando a análise de redes sociais ou organizacionais;³ empregando ferramentas como o planeamento baseado em cenários para uma variedade de resultados e condições alternativos;⁴ e monitorização contínua, avaliação e apreciação do impacto das políticas.

A transparência na governação refere-se ao grau de disponibilização de informação a todas as partes interessadas e permite-lhes ter uma voz informada nas decisões, bem como avaliar as escolhas feitas pelos *insiders*.⁵ É essencial tanto para a responsabilização como para tornar a governação eficaz e reativa, uma vez que uma transparência significativa permite respostas sobre o bom funcionamento das políticas e experiências e sobre as adaptações que podem ser necessárias.

A inclusão na governação refere-se à expansão significativa da participação a um vasto leque de partes interessadas e à garantia de que possuem poderes deliberativos e de tomada de decisões. A governação deve dar prioridade à inclusividade por três razões: é necessário para reduzir os desequilíbrios de poder, as redes com uma estrutura diversificada e distribuída são mais resistentes aos choques e perturbações, e uma maior inclusão fomenta a legitimidade.

A subsidiariedade possibilitada pela transparência e inclusão adequadas torna-se, então, um princípio fundamental para a criação de resiliência numa estrutura de governação multidimensional. Refere-se à forma como “as questões sociais e políticas devem ser tratadas ao nível mais imediato, em conformidade com a sua resolução adequada.”⁶ Se bem praticada, a governação baseada na subsidiariedade pode reforçar a eficácia e a legitimidade das respostas políticas, porque as autoridades locais tendem a ser fisicamente mais próximas, mais ligadas e mais visíveis para as pessoas que servem.

A governação baseada nestes princípios dá à humanidade a sua melhor oportunidade de transformar, de forma eficaz e justa, os sistemas existentes para a criação, utilização e eliminação do substrato material da sociedade humana. Essa governação tem o potencial de nos deslocar para uma maior adaptabilidade, para reforçar a confiança social que é fundamental para uma governação eficaz em tempos desafiantes e para melhorar as perspetivas de desenvolvimento sustentável no Antropoceno.

Notas

1. Florini, LaForge e Sharma 2022. 2. Colander e Roland 2014; Florini, LaForge e Sharma 2022. 3. Yang, Keller e Zheng 2016. 4. Kupers e Wilkinson 2014. 5. Florini 2013. 6. Arato, Cohen e von Busekist 2018, p. 43.

incluindo esforços, da base para o topo, que dependem da inclusão, participação e conhecimento das comunidades locais e dos povos indígenas,²⁶ aproveitando o seu potencial para aprender e ampliar a mudança transformadora.²⁷ Exemplos incluem o investimento em áreas verdes para gerir o risco de temperaturas extremas, reduzir o risco de desastres baseados no ecossistema, melhorar a qualidade da água, garantir a disponibilidade de água e melhorar as práticas agrícolas para garantir a segurança alimentar. O valor destes esforços vai muitas vezes além das contribuições para as comunidades. Assim, em vez de as tratar como iniciativas isoladas, os países devem integrá-las nas prioridades nacionais de desenvolvimento em todos os domínios, incluindo a segurança hídrica, a segurança alimentar, a redução do risco de catástrofes e o desempenho económico. O desenvolvimento humano baseado na natureza depende de e pode melhorar a agência das comunidades locais e dos povos indígenas. Também fornece visões diversas do que é uma boa vida, incorpora justiça e inclusão na conservação e promove a educação e partilha de conhecimentos.²⁸

“ Investir em mecanismos que preparem as comunidades locais para enfrentar mudanças ambientais rápidas, como a insegurança alimentar, pode aumentar a agência e as liberdades, fomentando a inclusão e a solidariedade

Investir em mecanismos que preparem as comunidades locais para enfrentar mudanças ambientais rápidas,²⁹ como a insegurança alimentar, pode aumentar a agência e as liberdades, fomentando a inclusão e a solidariedade (destaque 6.2).

Proteção – contra a interação entre as diferentes dimensões de incerteza

A proteção garante segurança ou compensação contra choques provenientes da interação entre as diferentes dimensões da incerteza. Um objetivo fundamental é aumentar a segurança humana. Como descreve o capítulo 4, a insegurança humana não só limita a agência e as liberdades fundamentais, como também dificulta a ação coletiva. As pessoas enfrentaram sempre resultados adversos - doenças, morte ou lesões que impedem alguém de prover ao sustento do agregado familiar - e famílias alargadas, amigos e comunidades locais têm sido muitas vezes uma fonte de apoio.

As instituições de caridade ou religiosas têm, por vezes, ajudado. Grupos que se dedicam a profissões

perigosas, como a exploração mineira, criaram sociedades mútuas para que um membro lesado ou incapacitado do grupo recebesse apoio dos outros, e alguns seguros de mercado acabaram por ser desenvolvidos a partir destes acordos.

É fundamental expandir os seguros de mercado, sob quadros devidamente regulamentados que protejam os utilizadores e abordem várias das conhecidas falhas de mercado nos mercados de seguros (incluindo o risco moral e a seleção adversa). Igualmente importante, os prestadores de seguros de mercado enfrentarão o desafio de inovar para oferecer serviços que abordam o novo contexto de incerteza, para o qual as práticas atuariais existentes podem não ser plenamente adequadas.

É também crucial expandir, e inovar, na segurança social. Ao longo do século XX, os programas de segurança social financiados pelo governo expandiram em todo o mundo. Os gastos com a segurança social pública nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) cresceram de uma mediana de 0,4 por cento do PIB em 1900 para 18,6 por cento em 2017. A despesa com a segurança social privada (obrigatória e voluntária) também aumentou nas últimas décadas, passando de uma mediana de 1,1 por cento do PIB nos países da OCDE em 1980 para 2,1 por cento em 2017 – atingindo mais de 10 por cento nos Países Baixos, na Suíça e nos Estados Unidos.³⁰

Existe uma grande diversidade entre os países ao nível e categorias de despesas, na combinação de impostos para financiar programas governamentais e na dependência do regime privado. Ainda assim a maior parte do aumento nos países da OCDE está relacionada com programas de segurança social contributivos para apoiar os idosos e pagar as despesas de saúde, com os trabalhadores e os funcionários a contribuírem para financiar programas governamentais. A Dinamarca e a Nova Zelândia baseiam-se, em vez disso, apenas nas receitas fiscais gerais. O mais impressionante, porém, é o valor muito inferior das despesas nos países não membros da OCDE: a despesa total com a proteção social aumentou de uma mediana de 4,5 por cento do PIB em 2000 para apenas 6,3 por cento em 2015 em 46 países que representam a maior parte da população mundial. Em vários países africanos, menos de 3 por cento da população que vive nos 40 por cento inferiores da distribuição de rendimentos deverá contar com o apoio de governos ou organizações não governamentais – e o resto deverá contar com a família e os amigos (caixa 6.2).³¹

Podem ser implementadas medidas macroprudenciais para promover a estabilidade financeira, aprendendo em parte com as lições da crise financeira global. A maioria dos bancos centrais tem objetivos de estabilidade, e aplicam diferentes ferramentas que funcionam como

Caixa 6.2 A importância crucial de expandir e inovar na proteção social

Expandir e melhorar a segurança social, reconhecida como determinante há algum tempo, adquire maior relevância nos tempos incertos de hoje. A segurança social reforça a segurança humana e pode estimular a tomada de riscos e o investimento, apoiando outros elementos de mudança institucional e políticas. Vale o mesmo para o inverso: alguns investimentos podem fornecer um seguro. Por exemplo, os investimentos no desenvolvimento humano baseado na natureza podem ser uma ferramenta eficaz para alcançar a resiliência aos choques.¹

As principais políticas neste domínio dizem respeito à proteção social² que pode proteger as pessoas contra choques, alcançando um duplo propósito: proteção e promoção.³ A necessidade de equilibrar ambas levanta questões sobre a combinação adequada de políticas direcionadas e universais. A interação das desigualdades, os desequilíbrios do poder hierárquico, a polarização e os conflitos podem complicar a obtenção de consensos para as políticas sociais.⁴ O rendimento da proteção social e a prestação de bens públicos podem reduzir as desigualdades, evitando simultaneamente a polarização política, potencialmente invertendo atitudes polarizadas arraigadas.⁵ Por conseguinte, é importante concretizar mecanismos que cheguem a todos, independentemente do estatuto económico. Por exemplo, um modelo de proteção social que nasceu para abordar a proteção social simultaneamente com a adaptação climática e os riscos de catástrofes é uma proteção social adaptativa.⁶ A proteção social adaptativa constrói redes de segurança (poupança, seguros, informação) para preparar as famílias para agir em situações imprevistas, para que possam facilitar o consumo, reter ativos e reduzir a exposição a choques.⁷

Notas

1. Dasgupta 2021; DeFries 2020; PNUD 2020a. **2.** A proteção social está relacionada com a proteção e a ajuda àqueles que são desfavorecidos, marginalizados ou que lidam com riscos acrescidos. A proteção social inclui um conjunto de medidas previstas pelo Estado, como a assistência social (transferências não contributivas em numerário, vales, em espécie, isenções e subsídios), segurança social, serviços de assistência social e programas do mercado de trabalho (Carter e outros 2019). **3.** Drèze e Sen 1989. **4.** Ravallion 2017. **5.** Stewart, Plotkin e McCarty 2021. **6.** Arnall e outros 2010; Bahadur e outros 2015; Davies e outros 2013. **7.** Bowen e outros 2020.

instrumentos de seguro para criar resiliência.³² Os mecanismos mais comuns são os amortecedores contra-cíclicos de capital e os requisitos de capital, que funcionam como um amortecedor, requisitos de capital específicos do setor para o setor bancário, e rácios empréstimo-rendimento (loan-to-income) ou empréstimo-valor (loan-to-value) que aumentam o capital bancário acima do mínimo.³³ Embora na maioria dos países estes instrumentos estejam sob o controlo do Banco Central, em alguns (como o Brasil e a África do Sul) a responsabilidade da tomada de decisões é partilhada. Nem todos os países têm os mesmos mecanismos disponíveis. Por exemplo, a Argentina, o Brasil, o Chile, a China, a Colômbia, o Peru e a Turquia utilizam outros instrumentos prudenciais, como constituição de reservas mínimas ou de caixa em depósitos nacionais. A redução dos custos de futuros choques sistémicos e a contenção de vulnerabilidades requerem uma prudência macroeconómica em coordenação com a política monetária.³⁴

Abordagens como instrumentos de dívida pública contingente podem ajudar as economias a responder a choques de forma rápida e previsível. Estes instrumentos permitem aos países gerir os seus pagamentos de dívida soberana, dependendo das alterações na sua capacidade de pagamento em resultado de choques.³⁵ O México, a Nigéria e a Venezuela associaram estes instrumentos aos preços das *commodities* (como os preços do petróleo). A

Argentina, a Grécia e a Ucrânia associaram-nos às variações do PIB, e Barbados e Granada associaram-nos aos efeitos dos perigos naturais. Os instrumentos de dívida pública contingente funcionam como um seguro que permitem aos países espaço para aplicarem políticas contra-cíclicas e de estabilização que são imediatamente desencadeadas após a ocorrência de eventos adversos bem especificados. Após o evento, e por contrato, quer a maturidade quer o volume de pagamentos aos credores (ou ambos) é ajustado para dar mais espaço fiscal ao devedor soberano. Os credores podem contar com uma resposta previsível, tal como especificado no contrato, em vez de estarem sujeitos a processos *ad hoc* e imprevisíveis de potencial reestruturação da dívida.³⁶

O acesso aos serviços financeiros pode contribuir muito para a capacidade de as pessoas navegarem em condições económicas em mudança e incertas. A inclusão financeira pode reduzir a pobreza e as desigualdades através do acesso ao crédito e aos seguros.³⁷ Além disso, os serviços de banca digital e de pagamentos, empréstimos e crédito permitem uma inclusão financeira mais ampla, especialmente entre grupos menos favorecidos e em países de baixo e médio rendimento.³⁸ A literacia financeira é um importante complemento para uma maior inclusão financeira porque desenvolve ferramentas, conhecimento, confiança e consciência relacionados com as finanças pessoais e empresariais. Existem

importantes iniciativas estatais e privadas para fortalecer estas capacidades, incorporando, por exemplo, conteúdos de literacia financeira nos currículos educativos.³⁹

Um dos principais desafios que os decisores políticos enfrentam é a cobertura inadequada das pessoas mais suscetíveis de serem deixadas para trás. Políticas sociais direcionadas baseadas no rendimento podem facilmente excluir trabalhadores informais. Tais políticas podem ter requisitos que deixam os indivíduos em maior risco de deslizar através das fendas.⁴⁰ Com estes desafios, combinados com outras ameaças recentes, como a pandemia de Covid-19, o foco do debate mudou mais para o universalismo. Um exemplo para tirar partido das estruturas que já foram criadas é a implementação de sistemas que beneficiam todos, como o acesso universal à saúde, à educação, cuidados ou rendimento.⁴¹

Um rendimento mínimo garantido foi testado através de projetos-piloto na Índia, no Quênia e na Namíbia.⁴² Um dos principais desafios operacionais para estes programas é o facto de serem financiados pelos impostos, e os países com rendimentos mais baixos têm sistemas fiscais e dados de rendimentos formais limitados.⁴³ Outra preocupação é que um rendimento mínimo garantido não proporcione uma solução integrada noutras dimensões do desenvolvimento humano, para que possa desviar recursos de outros serviços subsidiados pelo governo ou universais, como a educação, e distorcer os incentivos económicos. No entanto, um rendimento básico universal precisa de ser visto não só no contexto do mundo de hoje, em que os recursos governamentais são limitados e as necessidades prementes podem inclinar o argumento para transferências direcionadas, mas também como preparação para o mundo de amanhã, quando a natureza do trabalho futuro pode mudar.⁴⁴

Muitos têm defendido a mudança do debate para os serviços básicos universais, de forma a garantir que todos satisfaçam as suas necessidades básicas e tenham oportunidades e participação alargadas independentes das contingências.⁴⁵ O acesso universal aos serviços pode ainda conduzir a desigualdades no desenvolvimento humano. E como salienta o recente Relatório Especial sobre a Segurança Humana, o universalismo deve considerar a equidade e a qualidade e não apenas cobrir necessidades essenciais.⁴⁶ Em alguns países, a saúde e a educação já assentam em princípios de serviço básico universal, mas isso pode ser expandido para habitação, cuidados, transportes, informação, segurança e nutrição.⁴⁷ O acesso universal aos serviços de saúde mental⁴⁸ permite que as pessoas lidem com a angústia mental e progridam, e estes serviços poderiam ser oferecidos dentro das estruturas sociais existentes, como escolas e centros comunitários.

“ As boas práticas na promoção dos direitos humanos apontam para identificar o que nos une e envolver as pessoas no diálogo sobre os direitos humanos no seu dia-a-dia

Os serviços básicos universais também assentam na solidariedade, pois reconhece-se que as necessidades e a responsabilidade de os cumprir são partilhadas no coletivo. Um estudo de 19 países na América Latina e nas Caraíbas determinou que as políticas em toda a região mencionam, explicitamente, que nenhuma criança ou adolescente deve ser deixado de fora do sistema educativo e concebeu metodologias com base no Desenho Universal para a Aprendizagem.⁴⁹ No Modelo Escuela Inclusiva de Tiempo Pleno, em El Salvador, foram adaptados programas pedagógicos flexíveis para diferentes alunos com base em princípios de inclusão.⁵⁰ O estudo sublinha ainda que o desafio para uma educação inclusiva está a conseguir não só uma mudança técnica, mas também uma mudança social. Ao abordar as políticas universais na prática, é importante considerar todos os intervenientes (professores, administradores, pais), criar redes de apoio locais e transformar a cultura institucional com uma mudança de atitudes e normas.⁵¹

A proteção dos direitos humanos pode funcionar como um seguro, protegendo as pessoas em tempos de incerteza (caixa 6.3). Mecanismos que restabelecem a confiança e promovem a compreensão,⁵² o respeito, a inclusão e a igualdade podem ajudar a navegar pelos conflitos e impactos da deslocação. Em alguns casos, a conceção de políticas e a seleção de programas que considerem os direitos humanos e ambientais podem ser úteis num contexto de futuros incertos que podem ser alvo de contestação.⁵³ Exemplos incluem avaliações estratégicas de impacto, avaliações de impacto regulamentar e análises custo-benefício que consideram regulamentos internacionais e locais, tais como o acesso à água e a cidadania plena e o reconhecimento de pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, intersexo ou outra minoria sexual (LGBTQI+).⁵⁴

As boas práticas na promoção dos direitos humanos apontam para identificar o que nos une e envolver as pessoas no diálogo sobre os direitos humanos no seu dia-a-dia.⁵⁵ Práticas como o voluntariado e os mecanismos políticos que favorecem a inclusão e que potenciam os processos deliberativos também podem ser interpretados como o avanço do seguro (destaque 6.3) além da promoção dos direitos humanos.

Caixa 6.3 Navegar na incerteza: a âncora dos direitos humanos

Num contexto de incerteza, é extremamente difícil (talvez impossível) pensar em cenários ideais ou políticas ótimas. Ainda mais num contexto de pluralidade de pontos de vista, em que as decisões são fortemente afetadas pelo contexto cultural e pelas emoções (capítulo 3).¹ Amartya Sen defendeu que é possível fazer progressos na avaliação dos objetivos políticos sem necessariamente procurar as condições de um mundo ideal. A chave é identificar “injustiças claramente sanáveis”.² O que também não é uma tarefa fácil. Contudo a humanidade fez progressos notáveis na definição de alguns princípios normativos que devem permanecer válidos no novo contexto. Provavelmente, o consenso mais importante está codificado na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, acordada a nível internacional.

Os direitos humanos e o desenvolvimento humano estão ligados.³ Os seus conceitos têm uma motivação comum, e vários direitos humanos podem ser vistos como direitos a capacidades. No entanto, as capacidades tendem a referir-se à oportunidade de escolher entre diferentes alternativas para o que se gostaria de fazer (liberdades de oportunidade), enquanto os direitos humanos também englobam a oportunidade de escolher livremente (liberdades de processo).⁴

Em tempos de mudança e de profunda incerteza, os direitos humanos tornam-se ainda mais pertinentes para orientar as nossas ações coletivas por três razões principais.

Em primeiro lugar, num contexto de profundas transformações sociais e planetárias, mantêm o foco nas pessoas.

Em segundo lugar, a sua ênfase nas liberdades fundamentais, que dependem não só das conquistas, mas também da agência das pessoas (uma dimensão que muitas vezes tem faltado nos debates públicos; ver capítulo 3). Neste espaço, a segurança humana é um subconjunto destas liberdades fundamentais (liberdade face ao medo, face à vontade e face à indignidade), explicitamente referidas no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Em terceiro lugar, a sua universalidade. Isto define um espaço de igualdade para todas as pessoas do planeta. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 destaca que esta condição (herdada pela descrição de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) permite que a análise das desigualdades seja reorientada para lá do rendimento, incluindo nas lacunas na agência e nas liberdades.⁵ O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020 sublinha que a falta de reconhecimento dos direitos humanos no contexto de mudanças planetárias perigosas pode perpetuar a discriminação e a injustiça e dificultar a navegação no contexto Antropoceno.⁶

A universalidade dos direitos humanos também garante a sua validade no mundo digital em expansão. Isto é fundamental para proteger o direito de participar na vida cultural das comunidades, o direito à liberdade de expressão ao mesmo tempo que aborda o discurso de ódio *online* e a desinformação, e o direito à privacidade.⁷

Notas

1. Como indicado na introdução deste capítulo, nestes tempos os humanos terão de ser juiz e júri das suas próprias ações (Dasgupta 2021).
2. Ver a discussão, em Sen (2009b).
3. Sen 2005.
4. Sen 2005.
5. PNUD 2019.
6. Leach e outros 2018; PNUD 2020a.
7. Bachelet 2022.

Inovação: expandindo as possibilidades de as sociedades prosperarem na incerteza

A inovação refere-se a mecanismos que procuram novas abordagens através da criatividade e da aprendizagem iterativa, a partir de diversas perspetivas. Como menciona o capítulo 5, a inovação tecnológica pode expandir as possibilidades de as sociedades prosperarem na incerteza. É importante dar prioridade aos investimentos na investigação e na ciência para impulsionar as fronteiras do conhecimento e mobilizar as mudanças tecnológicas para complementar, e não substituir, as pessoas. Como salienta o capítulo 1, é também fundamental inovar de forma responsável, abordando a justiça e a sustentabilidade, procurando evitar a concentração de poder.

A construção da paz é um espaço onde se aplicam abordagens inovadoras para gerir a complexidade. Nascida da nova compreensão da complexidade e da resiliência, a construção de paz adaptativa prioriza a aprendizagem iterativa para sustentar a paz, na qual esta é encarada como um processo contínuo e não como um fim.⁵⁶ Baseando-se em ensinamentos da teoria da complexidade, a abordagem reconhece que a construção da paz deve responder a circunstâncias em constante mudança. Os objetivos dos construtores da paz passam então a ser trabalhar com comunidades e pessoas afetadas por conflitos, facilitando a criação de instituições sociais auto-organizadas e resilientes que possam abraçar incertezas e canalizar respostas não violentas a fatores de tensão e choques.⁵⁷ Isto é conseguido através da tomada de decisões participativas, iteração constante e variedade de soluções.⁵⁸ Lições de grupos baseados na igreja, iniciativas de organizações não

governamentais locais e governamentais para a construção adaptativa da paz no Ruanda apontam para o enfoque nas necessidades locais para a justiça transitória. As instituições religiosas facilitaram os espaços para os Hutu, os Tutsi e os Twa se unirem e processarem a sua dor e honrarem os seus entes queridos após o genocídio. Os líderes da sociedade civil encorajaram os ruandeses a socorrerem-se dos seus repertórios culturais para o processo de cura. Através do *kwihangana*,⁵⁹ as comunidades chegaram à resolução de conflitos através da paciência e generosidade. Organizações não-governamentais locais focaram-se no combate às condições socioeconómicas e na saúde mental das mulheres que tinham enfrentado violência sexual. O governo implementou esforços para ressoar com estratégias locais de construção da paz adaptativas,⁶⁰ ensinando a reconciliação nas escolas e proporcionando um espaço de comemoração e memória pública.

Uma vez que choques, crises e conflitos podem ter efeitos graves no bem-estar mental, devem idealmente ser evitados. Isto nem sempre é possível, mas podem ser implementadas medidas para mitigar crises e as inovações podem ajudar a melhorar o bem-estar mental. Por exemplo, mecanismos que ligam o bem-estar mental à construção da paz ou a técnicas de construção de resiliência psicológica.⁶¹ (Ver destaque 6.4 para elaboração do quadro “Prevenir a angústia, mitigar crises e criar resiliência” introduzido na figura 2.9 do capítulo 2).

“ Mesmo políticas bem intencionadas podem ignorar as condições que afetam os grupos mais suscetíveis de serem deixados para trás. Nestes casos, os movimentos sociais e iniciativas comunitárias inovam e experimentam visões alternativas, códigos, valores e práticas utilizando símbolos, seminários, *workshops* educacionais e sensibilização

É provável que as comunidades urbanas tenham redes mais fortes devido à elevada densidade e proximidade de serviços, atores e recursos,⁶² que estabelecem as condições para iniciativas inovadoras. Na Índia é muito comum que, em nome da solidariedade, as comunidades se mobilizem para criar unidades de compostagem descentralizada de pequena escala. A Iniciativa dos Residentes para um Ambiente Seguro começou em Bengaluru com 1.200 famílias a coordenar a separação e recolha de resíduos em locais de compostagem. A iniciativa dependia da participação de muitas famílias sem apoio externo e da sua vontade de contribuir financeiramente.⁶³

A inovação requer energia criativa para resolver problemas complexos através de interações

comunitárias.⁶⁴ Mudanças planetárias perigosas e novas ameaças estão a pressionar alguns países para a transição para sistemas de energia limpa. Na Índia, um dos desafios da distribuição de energia são as zonas rurais, pelo que o país introduziu a Missão Solar Nacional, com mecanismos para incentivar projetos não ligados à rede baseados na comunidade.⁶⁵ Duas iniciativas sediadas nas províncias de Rajasthan e Uttar Pradesh tentaram diferentes soluções para levar eletricidade para as suas comunidades.

Ações organizadas inovadoras podem fortalecer os repertórios e poder individuais e comunitários, influenciar os decisores e transformar as normas sociais tradicionais e os comportamentos culturais.

O envolvimento da comunidade pode igualmente assegurar que as políticas reflitam as prioridades das pessoas. Até mesmo políticas bem intencionadas podem ignorar as condições que afetam os grupos mais suscetíveis de serem deixados para trás. Nestes casos, movimentos sociais e iniciativas comunitárias inovam e experimentam visões alternativas, códigos, valores e práticas⁶⁶ utilizando símbolos, seminários, *workshops* educacionais e atividades de sensibilização.⁶⁷ Em Israel, foi implementado um programa de assistência à procura de emprego destinado a desempregados de longa duração, exigindo a participação a tempo inteiro de todos os adultos das famílias beneficiárias. Contudo, o programa não teve em conta as necessidades daqueles que dependem do trabalho não remunerado de prestação de cuidados. Um grupo local de homens e mulheres numa das áreas que carecem de creches começou a defender o seu direito de participar no mercado de trabalho e de ter acesso a cuidados de saúde. O grupo organizou uma avaliação participativa das necessidades para expressar as necessidades da comunidade.⁶⁸ Este exemplo alinha-se com o localismo inclusivo, focado em mobilizar e investir nas capacidades e agência das comunidades locais.⁶⁹

A inovação também pode resultar de recombinação ou iteração.⁷⁰ Iniciativas como Pensar e Trabalhar Politicamente (Thinking and Working Politically) e Adaptação Iterativa Orientada por Problemas (Problem-Driven Iterative Adaptation) têm uma vantagem quando o problema é complexo, o contexto é novo ou as soluções são controversas.⁷¹ Por exemplo, a organização Funda Wande foi criada com base no facto de 58 por cento das crianças na África do Sul não conseguirem ler para entender o significado em qualquer língua no final do 4.º ano.⁷² A organização tinha como objetivo melhorar as competências de leitura das crianças. Usando a abordagem de adaptação iterativa⁷³ para desconstruir o problema, identificou

quatro principais causas: fraca funcionalidade institucional, influência sindical indevida, conteúdos e competências pedagógicas dos professores deficientes e tempo de aprendizagem desperdiçado.

“ Outra área que requer inovação é o combate à desinformação. As principais redes sociais adotaram políticas tais como avisos, alertas e ligações para recursos numa tentativa de combater a desinformação

Intervenientes locais, falantes de línguas nativas, professores e outras partes interessadas relevantes foram submetidos a outro diagnóstico, que identificou a formação dos professores e os materiais de leitura como pontos de entrada de ação. No Cabo Oriental e no Limpopo, duas das províncias com pior desempenho, as práticas de iteração e revisão permitiram que os materiais didáticos fossem produzidos em línguas locais, adaptando-os assim a cada contexto. Só um conjunto mais barato de materiais em línguas nativas conseguiria obter leitores generalizados. A organização realiza atualmente o seu programa em 30 escolas do Cabo Oriental, 80 escolas no Limpopo e 50 escolas no Cabo Ocidental.⁷⁴

Outra área que exige inovação é o combate à desinformação. As redes sociais transformaram os métodos, a velocidade e a escala da difusão da desinformação, especialmente onde é organizada e intencional (destaque 6.5). As principais redes sociais adotaram políticas tais como avisos, alertas e ligações para recursos numa tentativa de combater a desinformação. Por exemplo, as ligações para informações oficiais da Organização Mundial da Saúde são sugeridas em publicações que mencionam a Covid-19 no Instagram, no Facebook, no YouTube e no TikTok. E o Twitter alerta os utilizadores que partilham um artigo sem abrir primeiro a ligação. Em paralelo, foram criadas iniciativas de verificação de factos pelos utilizadores destas mesmas plataformas e a pluralidade dos meios de comunicação foram reforçados, através de novos pontos de venda independentes que não existiam ou que careciam de meios para proceder à divulgação nos meios de comunicação tradicionais, frequentemente a nível local e de base.

A inovação também é importante quando se trata de novas formas de medir o desenvolvimento humano (caixa 6.4). Cientistas motivados podem desempenhar um papel social⁷⁵-, por exemplo, ao contribuir para as transições verdes através da defesa de impostos sobre a poluição.⁷⁶ Investigadores e cientistas empenhados que permitem que os seus valores guiem o seu trabalho

são uma força poderosa, pois podem chamar a atenção da sociedade para os perigos das alterações climáticas⁷⁷ ou outros desafios ligados ao desenvolvimento. Neste sentido, é também necessário alargar a investigação e a medição das normas sociais (percepções e valores),⁷⁸ uma vez que compreendê-las é também fundamental para coordenar socialmente as pessoas.⁷⁹ Além da recolha de dados, a investigação está a desenvolver modelos para prever a mudança de normas sociais e ferramentas metodológicas para testar o efeito causal das normas sociais.⁸⁰

Tirar proveito da mudança cultural

Para estratégias de investimento, proteção e inovação para promover a agência e fazer progredir o desenvolvimento humano, são importantes as oportunidades de deliberação comum para acompanhar a mudança cultural (figura 6.3). A construção de uma capacidade institucional sólida, aberta à diversidade e à deliberação, pode ser vista como um seguro em tempos incertos. Em contexto de incerteza, podem surgir desfasamentos entre instituições atuais e necessárias.⁸¹ Reforçar o contacto intergrupo⁸² pode reduzir as hostilidades contra outras partes e proporcionar oportunidades de deliberação comum que promova a mudança cultural.⁸³

Educação, reconhecimento social e representação⁸⁴ são algumas das formas pelas quais as partes interessadas podem incentivar a mudança cultural, apoiando o investimento, a proteção e a inovação.⁸⁵

Educação para cultivar valores em evolução

A educação, uma ferramenta poderosa para promover raciocínio e pensamento crítico, abrindo possibilidades para novos valores e atitudes nas gerações mais novas, é fundamental para a agência. Pode incentivar as pessoas a agir em relação às alterações climáticas e outras pressões do Antropoceno, proporcionando-lhes apropriação e agência para moldar o seu próprio futuro e responsabilizar os decisores.⁸⁶ Os governos e outras organizações exploraram vários currículos educativos para moldar o bem-estar das próximas gerações. Um é uma educação sexual abrangente,⁸⁷ uma abordagem que as escolas de todo o mundo estão a implementar para melhorar a saúde sexual reprodutiva, prevenir a violência no namoro e aumentar a compreensão de diversas orientações sexuais e identidades de género. O currículo tem contribuído para a normalização das relações românticas entre pessoas do mesmo

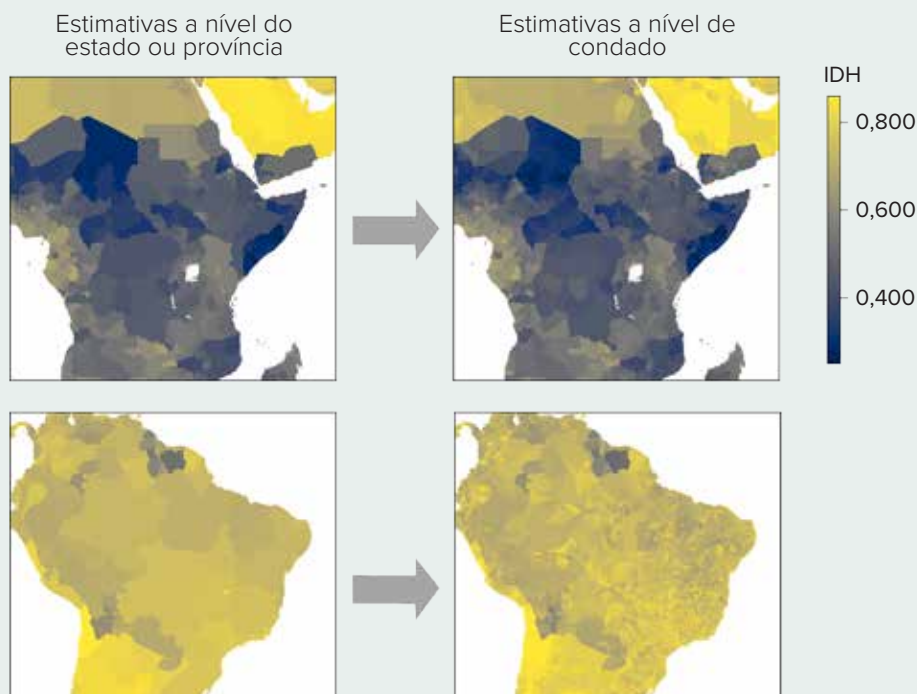
Caixa 6.4 Aumentar a resolução dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano utilizando imagens de satélite e inteligência artificial

A recolha de dados para medir o desenvolvimento humano é um desafio. É difícil obter informações precisas e de alta qualidade para algumas regiões do mundo. Neste contexto, a tecnologia remota e as imagens de satélite podem ajudar os investigadores e os decisores a observar, explorar e avaliar o estado do desenvolvimento humano¹ de forma oportuna, consistente e acessível² e pode preencher lacunas nas estatísticas oficiais.³

A disponibilidade de dados geolocalizados e de imagens de satélite pode informar os decisores sobre onde implementar políticas, quem visar e como alocar recursos de forma eficiente.⁴ Por exemplo, políticas ou programas direcionados que requerem monitorização dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a nível local. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estima os valores do IDH a nível nacional com base em dados a nível nacional, mas alguns países produzem estimativas subnacionais. Houve esforços prévios para medir os valores do IDH localmente, produzindo um retrato a nível do estado ou da província utilizando dados de inquérito e administrativos,⁵ mas estes continuam a ser espacialmente grosseiros e de produção dispendiosa.

Uma colaboração recente entre o PNUD e investigadores académicos utiliza imagens de satélite diurnas e noturnas para estimar os valores de IDH numa resolução geográfica altamente desagregada (figura 1 da caixa).⁶ Utilizando uma técnica de aprendizagem automática, é possível formar um algoritmo de inteligência artificial que associa elementos de imagem com valores de IDH, utilizando estes elementos de imagem para estimar os valores de IDH à escala local.

Figura 1 da caixa Estimativas dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano ao nível do estado ou da província e dos condados em países selecionados da África, do Médio Oriente e da América Latina



Fonte: Com base em Sherman e outros (2022) e Smits e Permanyer (2019). Mapas de <https://globaldatalab.org/shdi/maps/>.

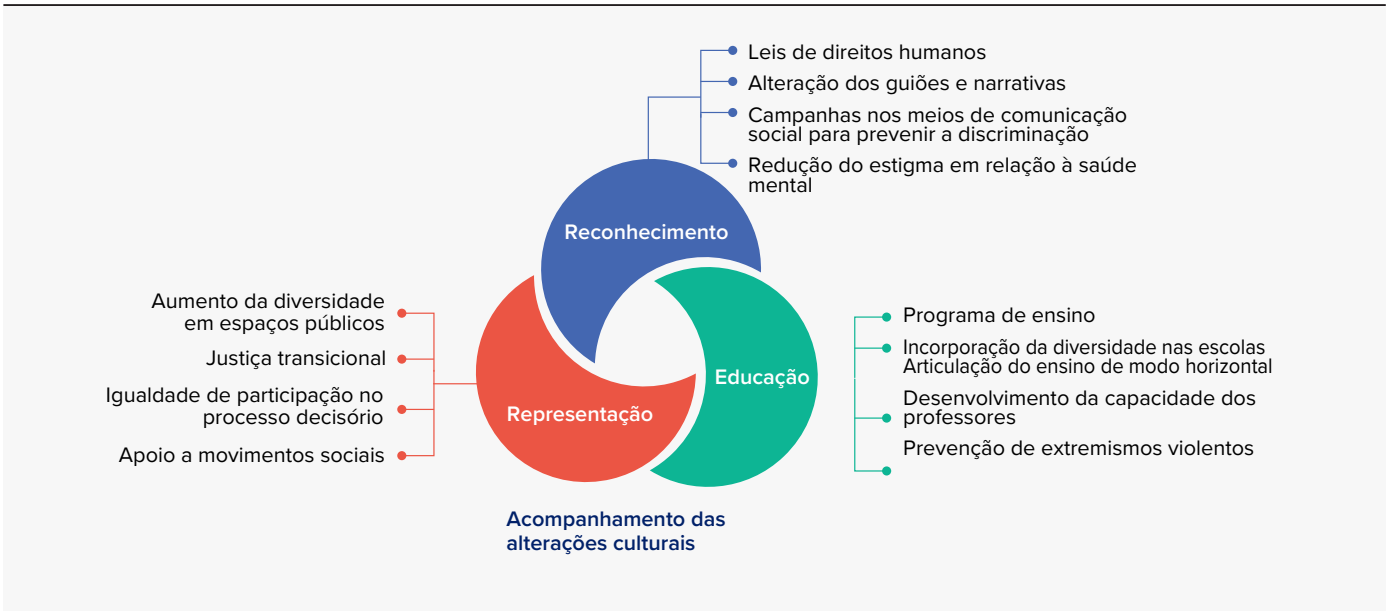
Estes resultados são experimentais, uma vez que não existem valores oficiais locais de IDH para validar integralmente estas estimativas. No entanto, as novas ferramentas de medição são promissoras e têm um grande potencial para serem ampliadas, com aferição do desempenho adequada e calibração de dados.⁷ Combinar imagens de satélite e aprendizagem automática é uma direção excitante para futuras pesquisas para expandir a forma como o IDH é usado para a tomada de decisões.

Notas

1. Doll, Muller e Elvidge 2000. **2.** Qi, Wang e Sutton 2021. **3.** Andreano e outros 2021. **4.** Bedi, Coudouel e Simler 2007. **5.** Smits e Permanyer 2019. **6.** Sherman e outros 2022. **7.** Head e outros 2017.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Sherman e outros (2022).

Figura 6.3 Acompanhar as mudanças culturais com educação, reconhecimento e representação



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Lamont (por publicar).

sexo e para a redução da homofobia e do *bullying* homofóbico e assédio nas escolas. Também conduziu a uma mudança de normas em torno da violência entre parceiros íntimos, o que permitiu, como consequência, a redução desses casos.⁸⁸

As discussões sobre o papel da educação para a mudança das normas sociais encaram as escolas como um espaço que personifica a inclusão e a diversidade. As práticas pedagógicas também afetam as crenças dos alunos e a confiança nas instituições. A educação não só dita o conteúdo da aprendizagem dos alunos – o quê – mas também o como e com quem. O como refere-se a práticas pedagógicas que têm um impacto nas crenças e mundividências dos alunos. Em alguns casos, o nível de instrução molda as crenças pessoais. Em todos os países, as mulheres com um nível de instrução superior têm menor tendência a acreditar que os maridos podem bater nas suas esposas verificando-se uma discussão entre o casal.⁸⁹ Além disso, a investigação esclarece como diferentes estilos de ensino têm impactos divergentes nos valores dos alunos. Os alunos que são ensinados com práticas de ensino horizontais que implicam trabalhar em grupos em projetos têm mais tendência a participar na vida cívica, acreditam na cooperação com os outros e toleram ideias diferentes.⁹⁰

A questão de saber com quem os alunos recebem educação é igualmente crítica. A educação que oferece espaço aos alunos de várias origens contribui para mudar as normas, especialmente no que diz respeito à tolerância pelas diferenças e pela diversidade.⁹¹ Por exemplo, os alunos podem entender, pelas suas

experiências vividas, que o género não determina a capacidade de aprender ou realizar. As atitudes dos professores em relação às alunas também afetam a forma como os alunos percebem a igualdade entre os sexos. Na Índia, quando o governo de Deli criou uma política para assegurar pelo menos 20 por cento dos lugares em escolas de elite a estudantes de famílias de baixos rendimentos, os estudantes com elevado estatuto económico foram mais compreensivos e tinham opiniões menos discriminatórias em relação aos estudantes mais desfavorecidos.⁹² Assim, as interações pessoais regulares possibilitadas pela política de inclusão e diversidade na educação desestigmatizaram indivíduos economicamente marginalizados.

Da mesma forma, os esforços para evitar o extremismo violento através da educação visam utilizar a educação para criar um espaço de inclusão e um sentimento de pertença aos jovens em risco de se juntarem a grupos extremistas violentos. Aqui, a educação serve como alternativa para esses jovens, uma vez que uma das forças motrizes subjacentes a grupos extremistas violentos parece residir no facto de sentirem-se excluídos e marginalizados na comunidade e procurarem um sentimento de pertença em grupos de milícias.⁹³ A educação também fornece novos conhecimentos e fomenta o pensamento crítico para fortalecer a resiliência dos alunos e impedi-los de subscrever ideologias extremistas quando expostos a estas. Pode, assim, ser um catalisador para a mudança de normas e um

instrumento que capacita os alunos a moldar novas normas e cultura.

Reconhecimento para aumentar a legitimidade

O reconhecimento social pode ser atingido através de alterações nas leis e regulamentos para reconhecer os direitos humanos, campanhas midiáticas para sensibilizar ou alterar as narrativas políticas para reconhecer o interesse dos titulares dos direitos e o respeito pelas suas identidades e valores. Assumir políticas para reconhecer relações entre pessoas do mesmo sexo. Um estudo recente com dados dos Inquéritos Sociais Europeus avaliou a mudança de narrativas e atitudes em relação a diferentes orientações sexuais na Europa, após 17 países legalizarem o casamento entre pessoas do mesmo sexo e legalizarem 11 uniões civis entre pessoas do mesmo sexo. Os indivíduos que vivem em países onde as relações entre pessoas do mesmo sexo são legalmente reconhecidas mostraram atitudes mais positivas em relação às pessoas LGBT. Estes resultados são consistentes com modelos de legitimidade, em que o reconhecimento legal legitima um grupo na sociedade e as atitudes em relação ao grupo se ajustam como resultado.⁹⁴

“ O reconhecimento social pode ajudar a mudar guiões e narrativas para retratar grupos de diferentes maneiras e construir esperança na sociedade

O reconhecimento social pode ajudar a mudar guiões e narrativas para retratar grupos de diferentes maneiras e construir esperança na sociedade. O ativismo no contexto das alterações climáticas entre os jovens indígenas da Nova Zelândia enfrentou múltiplos desafios para transformar narrativas, como o antropocentrismo, o racismo, o adultismo ou recomendações genéricas para combater as mudanças planetárias. No entanto, através do ativismo e das mudanças na educação, as narrativas juvenis de Māori baseadas em histórias de colonização e sistemas indígenas de valores e crenças tiveram um efeito propagador, permitindo às crianças e jovens terem um sentimento de esperança e capacitação.⁹⁵ “A governação do clima e dos recursos naturais surge melhor quando arraigada em histórias sobre o propósito humano, a identidade, o dever e a responsabilidade.”⁹⁶

Os mecanismos de não discriminação podem aumentar a capacidade de escolha de um indivíduo. Entre estes pontos inclui-se evitar que aqueles mais suscetíveis de serem deixados para trás sejam

discriminados no acesso a recursos como a saúde, a educação, a terra, os recursos naturais e aos mercados laboral e financeiro. As campanhas midiáticas para prevenir a discriminação, reduzir o estigma ou promover narrativas que influenciam o equilíbrio de poder são exemplos. Consideremos as altas taxas de violência contra mulheres e raparigas na África Oriental. Uma recente inovação implementou aleatoriamente uma campanha mediática em 112 aldeias, alcançando mais de 10.000 cidadãos. Os resultados das entrevistas realizadas vários meses após a experiência mostraram um aumento na vontade de denunciar a violência contra mulheres e raparigas às autoridades.⁹⁷

As campanhas mediáticas também podem reduzir a discriminação e o estigma, contribuir para a igualdade de acesso aos recursos e aumentar as liberdades e agência. No Bangladeche, um popular programa de televisão de animação, Meena, retratou uma protagonista feminina de nove anos que sonhava aprender e descobriu as suas competências de matemática e escrita através dos episódios. O programa reduziu o estigma cultural e religioso das raparigas que frequentam a escola nas zonas rurais e aumentou a sua frequência.⁹⁸ Centrou-se em descrever a forma como as práticas religiosas e culturais podem gerar discriminação e afetar a vida e a saúde das raparigas. Influenciando as crenças em torno das raparigas que acedem à educação, as narrativas podem equilibrar o poder e mudar as normas sociais.

É necessário consagrar mais atenção também para dismantelar a estigmatização da saúde mental, que pode ser alcançada através da mudança de normas sociais e narrativas.⁹⁹ No Gana e no Quênia, a campanha Time to Change Global abordou o estigma e a discriminação em relação à saúde mental, divulgando nas redes sociais vídeos de experiências reais com estigma e mitos sobre saúde mental. De acordo com uma avaliação, houve um impacto positivo significativo: no Gana, o desejo de distanciar-se socialmente de pessoas com desafios de saúde mental foi reduzido, e no Quênia o conhecimento da saúde mental aumentou.¹⁰⁰ As narrativas podem, assim, funcionar como lentes que permitem às pessoas olhar para a saúde mental de uma perspetiva diferente.

Representação para promover a inclusão

Finalmente, a representação, o poder e a voz podem fomentar a capacidade das pessoas de influenciar e participar, ao mesmo tempo que encorajam os outros. Aumentar a representação, o poder e a voz de diferentes experiências em espaços públicos, instituições, processos de governação, cargos

de liderança, arte, cinema, fotografia, música e escrita pode moldar as definições de quem importa, fomentar a sua agência e incentivar outras pessoas a participar. Pesquisas recentes para explorar o impacto da representação das mulheres no parlamento camaronês concluíram que a sua presença aumenta a sua participação em estruturas de tomada de decisões e influencia as matérias que o parlamento debate.¹⁰¹

Considerar as relações entre gerações pode, também, apontar mecanismos relacionados com reparações, reconciliação e justiça transitória.¹⁰² O parlamento australiano emitiu um reconhecimento oficial e um pedido de desculpas às Gerações Roubadas¹⁰³ e às suas famílias, bem como um relatório que delineia recomendações de apoio à reconciliação.¹⁰⁴ A Rede Comunitária de Artes iniciou um programa para ampliar as vozes dos anciãos indígenas para contar as suas histórias de opressão, sofrimento e sobrevivência. Os elementos comuns nas suas narrativas eram ciclos de desapropriação, consequências da desapropriação nas suas vidas e continuidade cultural e sobrevivência. Através de espaços de representação, os anciãos indígenas deram voz à sua história como parte do processo de cura, e a comunidade mais alargada foi convidada a reconhecer as histórias e o legado para entender a terra em que habitam.¹⁰⁵

A participação na tomada de decisões e na construção de teias sociais são fundamentais para reforçar a representação e a agência. A inclusão é essencial para que o poder de tomada de decisões evolua para os contextos locais, através do qual se pode alcançar a participação e a cooperação iguais a nível comunitário.¹⁰⁶ Em Kutna Hora, Chéquia, o governo realizou orçamentos participativos com jovens e crianças em 2019. Tanto os alunos do ensino primário como os do ensino secundário participaram na dotação orçamental do governo local. Cada turma nomeou representantes para apresentar um projeto em nome das suas escolas para o orçamento desde o nível escolar até ao nível municipal. Os jovens desempenharam o papel de coordenadores nas rondas locais de dotações orçamentais. Na fase final a dotação orçamental foi aberta para todos os alunos votarem. A ideia inicial do governo local era que os jovens vivessem a democracia por si só como executores e decisores. Ao contrário de exercícios

semelhantes, este caso foi motivado pelo objetivo de incorporar os jovens.¹⁰⁷

A ação coletiva e os movimentos sociais moldam a cultura e lidam com a incerteza

A ação coletiva, através de movimentos sociais e iniciativas a nível comunitário, pode ser uma fonte de inspiração para investigadores, decisores políticos e defensores (destaques 6.6 e 6.7).

Para corrigir as desigualdades e proporcionar igualdade de oportunidades para as pessoas expandirem a sua agência e promoverem o desenvolvimento humano, a transformação é imperativa ao nível das normas sociais e da cultura. Os movimentos sociais são fundamentais para o conseguir.

Para onde vamos a partir daqui é connosco

Temos de aprender a viver com tempos incertos e vidas conturbadas. O Relatório do Desenvolvimento Humano deste ano desafia-nos a ambicionar mais do que uma mera acomodação. Libertar o nosso potencial humano exigirá que deixemos que a flexibilidade, a criatividade, a solidariedade e a diversidade nos orientem para imaginar e criar futuros nos quais prosperamos.

Para onde vamos a partir daqui é connosco. Uma das grandes lições da história da nossa espécie é que podemos conseguir muito com muito pouco se trabalharmos em conjunto em prol de objetivos comuns. Mudanças planetárias perigosas, transições desconhecidas e polarização estão a tornar a incerteza mais desafiante. Ainda assim, temos mais ferramentas que nunca para nos ajudar a navegar e a corrigir o curso, sendo que nenhuma quantidade de magia tecnológica substitui uma boa liderança, coesão social e confiança. Se conseguirmos começar a fixar o lado humano da razão planetária – e este Relatório tenta realçar como – o futuro, apesar de incerto, será mais promissor do que perigoso, tal como deveria ser.

Princípios a cultivar para navegar na incerteza

A flexibilidade deve ser entendida como a rejeição de soluções políticas únicas e a prática deliberada de iteração, variação e recombinação na formulação de políticas. Por exemplo, o capítulo 4 baseia-se na necessidade de atualizar estratégias para a segurança humana, tais como o reforço dos sistemas de proteção social com capacidades adaptativas incorporadas. Práticas como ciclos de reação, aprendizagem iterativa e projeto iterativo podem ser ferramentas valiosas para navegar em contextos incertos e encontrar soluções que se adaptem melhor a diferentes contextos e momentos.

Um fator chave para criar conhecimento e transmitir ideias é a evolução cultural cumulativa.¹ Uma vez que a evolução não significa necessariamente eficiência e igualdade de resultados, requer estratégias para favorecer a flexibilidade, permitindo a adaptação a condições em constante mudança. Contudo a eficiência e a flexibilidade não precisam de ser permutáveis nos resultados das políticas se a flexibilidade se basear em mecanismos dinâmicos que permitam a mudança.² Na verdade, um equilíbrio de ambos pode ser superior em contextos incertos.³

A criatividade teria dificuldade em prosperar em contextos homogêneos e rígidos, e soluções adequadas sensíveis ao contexto são difíceis de encontrar através da repetição segura de um conjunto restrito de políticas. No capítulo 3, os reformadores políticos bem sucedidos foram caracterizados pela sua vontade de tentar estratégias criativas de resolução de problemas. A incerteza significa que estamos sempre perante novos e multifacetados desafios. As soluções para estes desafios só podem surgir em ambientes com dinamismo correspondente. O capítulo 5 salienta como a nossa capacidade de prosperar em contexto de incerteza e de alcançar transformações dependerá da mudança através de políticas criativas. Na prática, a criatividade requer a exploração de ferramentas e abordagens como a aprendizagem iterativa, diversas perspectivas e gestão de riscos. A criatividade depende da interligação das sociedades, da fidedignidade das informações e da aprendizagem transmitida, e da diversidade dos traços culturais.⁴

A solidariedade deve ser entendida como reconhecendo a nossa interligação. “A solidariedade não assume que as nossas lutas são as mesmas lutas, ou que a nossa dor é a mesma dor, ou que a nossa esperança é para o mesmo futuro. A solidariedade

implica empenho, trabalho, assim como o reconhecimento de que, mesmo que não tenhamos os mesmos sentimentos, ou as mesmas vidas, ou os mesmos corpos, vivemos em terreno comum.”⁵ Por exemplo, políticas redistributivas como uma proteção social robusta reconhecem como as desigualdades na agência, liberdades e capacidades têm consequências diretas e indiretas para todos os indivíduos, grupos e sociedades.

Incorporar solidariedade significa reconhecer que as nossas vidas estão interligadas pelos impactos multidimensionais das nossas escolhas e pelos nossos espaços físicos, económicos e sociais partilhados. Perante a incerteza, as pessoas podem recorrer a valores padrão que vão além do pensamento estratégico, e num ambiente de confiança, o padrão pode ser a solidariedade (capítulo 4). E as transições para as energias renováveis podem ser feitas em solidariedade com os grupos e locais onde se encontram os recursos (capítulo 1), enquanto acordos insustentáveis poderiam impedir a consolidação dos ganhos de desenvolvimento humano para todos.

A inclusão pode permitir transformações, como se vê em exemplos ao longo do Relatório. O capítulo 4 destaca a garantia de acesso e equidade nas tecnologias de comunicações. Os capítulos 2 e 5 discutem a regulamentação da inteligência artificial para abordar o enviesamento algorítmico e a discriminação. A inclusão vai além do aumento da participação e da diversidade; exige mudanças nas normas e atitudes das instituições e a cooperação das partes interessadas relevantes, da sociedade e dos decisores políticos para abordar as raízes do tratamento desigual.⁶

Estes quatro princípios motivadores não são exaustivos, mas equilibrá-los pode ajudar a delinear caminhos para a transformação. Conduzir a transformação requer o reconhecimento das ligações e tensões entre eles. Estes princípios não são mutuamente exclusivos. Muitas vezes coexistem e cooperam entre si. Por exemplo, a inclusão pode desbloquear a inovação.⁷ A exposição à diversidade (de pessoas, práticas e instituições)⁸ motiva as pessoas a aprender,⁹ e a aprendizagem iterativa faz parte da inovação.¹⁰

Solidariedade e inclusão¹¹ são interdependentes. A solidariedade exige reconhecer e incorporar a diversidade de indivíduos, grupos, perspectivas e experiências vividas que coexistem. Ao mesmo tempo, uma maior inclusão contribui para a solidariedade

através do combate às divisões e às desigualdades. Os movimentos sociais podem ensinar-nos muito sobre solidariedade na procura de inclusão, liderando o caminho para que ninguém fique para trás. As instituições podem apoiar as transformações impulsionadas pelos movimentos sociais e iniciativas comunitárias, ouvindo as diversas vozes daqueles cujos direitos estão a ser abreviados, alocando recursos e informando as suas agendas de investigação para complementar as ações coletivas.¹²

Para lá dos múltiplos cruzamentos, pode também haver algumas tensões entre estes princípios motivadores. O paradoxo da diversidade representa um exemplo, como discute o capítulo 3.¹³ A diversidade de traços culturais tem talvez o maior potencial para potenciar a criatividade porque aumenta as possibilidades recombinatórias. Contudo também aumenta os custos de coordenação devido à multiplicidade de perspetivas. Para resolver este

problema, a abordagem da evolução cultural analisa a elevada diversidade cultural que permite uma evolução de abordagens favorecendo os traços que melhor se adaptam às circunstâncias atuais,¹⁴ compreendendo que estes traços podem diminuir se as circunstâncias mudarem. Isto exige uma elevada tolerância à diversidade, mas também significa que haverá desigualdade de resultados, porque algumas abordagens suportadas pela recombinação podem falhar e ser descartadas. No entanto, os bem sucedidos espalhar-se-ão e beneficiarão todos.¹⁵ Por conseguinte, embora seja geralmente possível alinhar a flexibilidade, a criatividade, a solidariedade e a inclusão, não há um caminho simples para que trabalhem em conjunto, e as tensões podem significar compromissos ao longo do caminho.

NOTAS

1 Muthukrishna e Henrich 2016.

2 Adler, Goldoftas e Levine 1999.

3 Phillips, Chang e Su 2019.

4 Schimmelpennig e outros 2022. A diversidade de traços culturais refere-se às diferenças de crenças, comportamentos, pressupostos, valores, tecnologias e outros traços transmissíveis.

5 Ahmed 2013, p. 189.

6 UNESCO 2021.

7 Hewlett, Marshall e Sherbin 2013.

8 Swidler 2013.

9 Garrett 2016; Gutiérrez e Rogoff 2003.

10 Por exemplo, um estudo recente apresentou provas a nível nacional sobre como a tolerância social em relação à homossexualidade está positivamente correlacionada com atitudes positivas para uma maior inovação tecnológica (Vu 2022).

11 De futuro, esta transformação deve ser orientada por uma igualdade de dignidade e voz e solidariedade entre os membros da comunidade (Bowles e Carlin 2021).

12 Levine 2019.

13 A tensão entre os traços adaptados a um contexto específico e a necessidade de diversidade para permitir a adaptação a novos contextos está presente mesmo no comportamento coletivo das bactérias (Mattingly e Emonet 2022).

14 Schimmelpennig e outros 2022.

15 Schimmelpennig e outros 2022.

De que forma as comunidades locais enfrentam as rápidas alterações ambientais

Considere-se a África do Sul, onde as comunidades rurais empobrecidas se tornaram pró-ativas na melhoria da sua qualidade de vida. As mulheres organizaram iniciativas que vão desde clubes de poupança local e cooperativas até sistemas tradicionais de artesanato e permuta.¹ Para o Projeto Comunitário das Mulheres de Zamukphila, as mulheres nas aldeias de Upsher formaram uma comunidade de cultivo de vegetais, cultivando 70 por cento para vender nas estradas e o resto para autoconsumo. O projeto recebeu apoio de uma empresa que atribuiu uma parcela de terreno irrigado adjacente à aldeia, enquanto as mulheres forneceram fertilizantes e sementes.²

Outro projeto na África do Sul - a iniciativa Mansomani, liderada por mulheres negras - mobilizou apoio comunitário para converter uma parcela de terreno num campo de cana-de-açúcar irrigado e estabelecer ligação com um moinho de açúcar local. Isto ajudou a garantir uma fonte de rendimento para os produtores da comunidade. Os principais fatores de sucesso foram a liderança, que persistiu por mais de 20 anos, e o apoio externo. Nesta linha, agentes externos, como organizações não governamentais ou governos podem apoiar iniciativas sensíveis às necessidades e aspirações locais, preservando a agência da comunidade.³ Através deste projeto, as mulheres usaram o que já existia - terra e irrigação - e

investiram em recursos agrícolas para terem mais independência económica e estarem mais preparadas para enfrentar choques.

Em 2012, um grupo de clínicos na República Democrática do Congo criou o Instituto Africano de Respostas Integradas à Violência Contra as Mulheres e HIVAIDS no Hospital Panzi para investigação no domínio da saúde mental em contextos africanos. O hospital associou-se a uma organização feminista local para prestar aconselhamento e formação em Kiswahili. Capacitação do pessoal médico, juntamente com sessões de aconselhamento individual e em grupo, utilizando música e dança para facilitar a cura e a terapia, e atribuição de terras e ferramentas para as mulheres reiniciarem a agricultura ou reconstruírem os ativos.⁴ A construção da agência emocional e económica das mulheres traduziu-se numa maior inclusão nos espaços políticos, capacitando as mulheres a expressarem solidariedade, organizando-se para angariar fundos através da venda de produtos locais.⁵ Ter a perspetiva das mulheres locais afetadas pelas mesmas desigualdades estruturais facilitou a coordenação e a comunicação e abriu um conjunto diferente de soluções possíveis.

NOTAS

1 Nel e Binns 2000.

2 Nel e Binns 2000.

3 Nel e Binns 2000.

4 Permitir que as mulheres que sofrem de angústia, estigmatização e isolamento incorporem estados positivos de conexão espiritual e social pode ajudá-las a curar à medida que encontram sentimentos de conexão e pertença à voz coletiva, movimento e autoexpressão criativa (Horn 2020).

5 Horn 2020.

De que forma o voluntariado, a inclusão e o debate podem funcionar como seguros

O voluntariado pode ser visto como um seguro coletivo arraigado na solidariedade que pode preparar as comunidades para choques ambientais. No Sudão durante estações de alta procura ou seca, as comunidades trabalham em conjunto através de *nafeer* (apelos à mobilização), onde as pessoas se ajudam mutuamente nas atividades de cultivo e colheita. Os militares também se envolvem, protegendo as colheitas contra roubos e na reconstrução de mesquitas e outros edifícios danificados durante o conflito. Sem confiança, colaboração e comunicação para construir um sentimento de solidariedade, esta atividade não poderia ser realizada por apenas um agricultor. Mas quando as pessoas se juntam, as colheitas podem ser colhidas de forma mais rápida e produtiva.¹

Os mecanismos políticos que favorecem a inclusão eliminam tipicamente barreiras ou atitudes e comportamentos discriminatórios para garantir a participação das pessoas em esferas sociais, económicas, políticas e cívicas.² A igualdade de participação fomenta a agência e aumenta a diversidade através de oportunidades e escolhas. A inclusão pode funcionar como um seguro. Por exemplo, incluindo os pequenos agricultores na conceção, nos modelos de negócio e na tomada de decisões dos fornecedores de plataformas digitais, contribuiria grandemente para permitir todo o potencial e benefícios das inovações tecnológicas de informação e comunicação em África.³ Há uma procura crescente de políticas de inclusão, uma vez que as mulheres, os povos indígenas e os migrantes continuam a ser excluídos.⁴ Desde 2017, o governo colombiano concedeu uma autorização especial para autorizar os imigrantes venezuelanos a trabalharem. Em geral, o programa alargou o acesso ao mercado de trabalho, mas persistem barreiras como o reconhecimento de credenciais ou o acesso aos mercados financeiros, limitando as oportunidades dos trabalhadores imigrantes.⁵ Como parte de um conjunto de métodos

de avaliação flexíveis e inclusivos, os Países Baixos têm trabalhado com organizações locais de migrantes e refugiados para oferecer provas de credenciais equivalentes às neerlandesas e facilitar a avaliação e o reconhecimento das qualificações dos cidadãos sírios.⁶

O debate pode funcionar como seguro para a polarização⁷ e é uma das chaves para alcançar o reconhecimento.⁸ Embora seja uma capacidade humana natural, requer esforços intencionais e concertados: regras, para suscitar uma reflexão inclusiva e civil; histórias que fazem sentido, dão sentido e instilam um sentido coletivo de compromisso; liderança que envolve os cidadãos numa retórica de debate; resultados que importam para as pessoas; e a possibilidade de transmitir e aprender as competências para instilar uma cultura de deliberação.⁹ O debate é especialmente importante para permitir o raciocínio público de forma participativa e inclusiva, em que as ideias são representadas e apresentadas por todos os grupos, independentemente do seu estatuto político, económico ou outro (ver capítulo 4). Mesmo na ausência de debates organizados, o contacto entre grupos tem demonstrado diminuir a desumanização entre grupos¹⁰ e reduzir a hostilidade.¹¹ No entanto, o contacto negativo pode exacerbar as hostilidades,¹² sublinhando a importância da criação de diálogo e de contacto intergrupo para o sucesso através das condições e configurações em que são encorajadas. Além do debate, o voto também é eficaz porque permite que os cidadãos restrinjam trânsfugas e tranquilizem os cidadãos cooperantes de que os seus esforços não são inúteis. O acompanhamento da mudança cultural poderia consistir numa mudança de mentalidade de procurar exclusivamente o interesse próprio para acreditar que as pessoas podem tomar decisões para um bem maior.¹³

NOTAS

- 1 Lough e outros 2018.
- 2 Yang e outros 2016.
- 3 Sarku 2022.
- 4 Yang e outros 2016.
- 5 Selee e Bolter 2022.
- 6 Desiderio 2016.
- 7 Fishkin e outros 2021.

8 Fuentes-Nieva 2022.

9 Ryfe 2005.

10 Bruneau e outros 2021.

11 Wojcieszak e Warner 2020.

12 Wojcieszak e Warner 2020.

13 Hauser e outros 2014.

Abordar a angústia mental: capacidades para pessoas e decisores políticos

A angústia mental pode tornar-se um obstáculo ao desenvolvimento humano em determinadas circunstâncias (ver capítulo 2). Para evitar isto, os decisores políticos, bem como as próprias pessoas, podem tomar medidas e prevenir situações que causam angústia mental, mitigar crises e criar resiliência psicológica sem deixar ninguém para trás.

Prevenção da angústia

O primeiro nível de políticas para combater o ciclo de angústia e o desenvolvimento humano limitado consiste em prevenir a angústia. Criar ambientes seguros através de instituições nacionais fortes e cooperação internacional é o cenário ideal. A formulação de políticas socioeconómicas pode contribuir para este objetivo. O apoio ao rendimento, por exemplo, tem demonstrado diminuir significativamente a angústia mental das crianças e jovens que vivem num agregado familiar.¹ A educação é fundamental para a capacitação, permitindo que as pessoas filtrem informação de boa qualidade a partir da informação abundante durante a era digital. Pode também incentivar as pessoas a agir em relação às alterações climáticas e outras pressões do Antropoceno, proporcionando-lhes apropriação e agência para moldar o seu próprio futuro.² E pode prevenir a discriminação.³

A diplomacia e a negociação podem evitar alguns conflitos violentos. Contudo outros conflitos podem ser impedidos de se tornarem violentos numa fase muito mais precoce através de comunidades socialmente coesas, bem como de redes de apoio fortemente unidas.⁴ Além disso, foi demonstrado que o enraizamento social - conexões sociais e relações interpessoais dentro das redes sociais e identidades de grupo - reduz o *stress* e a ansiedade.⁵ Perante a ameaça e a incerteza, as normas culturais são cruciais para manter as sociedades coesas e organizadas⁶

Mitigar crises

Conforme ficou demonstrado pela pandemia de Covid-19, bem como por múltiplos eventos climáticos extremos em todo o mundo, a prevenção de crises

pode nem sempre ser possível à luz de ameaças sem precedentes. Nesse caso, as políticas socioeconómicas podem proporcionar continuidade e estabilidade transitórias. Durante os múltiplos confinamentos causados pela pandemia, as economias com contratos sociais fortes e sistemas de proteção social robustos causaram menos preocupações às pessoas e foram menos afetadas pelas consequências económicas.⁷ Exemplos incluem pagamentos universais de emergência comparáveis a um rendimento básico universal temporário⁸ e algumas políticas tradicionais de proteção social, tais como o alargamento do desemprego e os benefícios para as famílias e os idosos.⁹ A pandemia demonstrou que instituições sociais fortes podem ajudar a mitigar crises, contribuindo para a estabilidade. Contudo algumas destas medidas também podem ajudar em eventos climáticos extremos, quando secas ou inundações prejudicam as colheitas, ou quando os meios de subsistência são danificados durante conflitos armados. Confiar em sistemas de proteção social coesos assegura o sustento das pessoas e pode, assim, aliviar a angústia mental até que as crises sejam ultrapassadas.

Criar resiliência

Nem todas as incertezas e crises podem ser prevenidas ou atenuadas, mas isso não significa que as pessoas tenham de desenvolver distúrbios mentais. Com acesso universal a serviços de saúde mental, bem como outras abordagens de resiliência e cura culturalmente alinhadas,¹⁰ as pessoas são muitas vezes capazes de absorver a angústia mental e prosperar no contexto de incertezas. Muitos destes serviços poderiam ser oferecidos dentro das estruturas sociais existentes, como escolas e centros comunitários.

Há uma grande variedade de intervenções de saúde mental e bem-estar, mas algumas demonstraram ser especialmente eficazes para a angústia. Por exemplo, a dessensibilização e reprocessamento através do movimento ocular tem demonstrado uma melhoria significativa dos sintomas de transtorno de *stress* pós-traumático,¹¹ incluindo em veteranos e crianças,¹² ultrapassando o sucesso da farmacoterapia.¹³ O Yoga pode aliviar a ansiedade, a depressão e a somatização¹⁴

e libertar tensões musculares relacionadas com o *stress* que podem causar enxaquecas.¹⁵ Exercícios de *mindfulness* e meditação são usados há muito tempo em psicoterapia,¹⁶ e provas empíricas mostram que podem melhorar a depressão¹⁷ e comportamentos agressivos.¹⁸ Acessível em larga escala, isto pode quebrar ciclos de violência e angústia mental - um passo para a criação de sociedades pacíficas. É necessário prestar mais atenção ao acesso

universal a estas e outras técnicas, bem como ao desmantelamento da estigmatização em torno da saúde mental. Narrativas dentro do discurso político podem ajudar a alcançar isso e fomentar a esperança coletivamente.¹⁹

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

NOTAS

- 1 Angeles e outros 2019; Costello e outros 2003.
- 2 PNUD 2020a.
- 3 Gronholm e outros 2017; Jaramillo 2022; UN 2013; Winthrop 2020.
- 4 Aall e Crocker 2019.
- 5 Jetten e outros 2009.
- 6 Jackson, Gelfand e Ember 2020.
- 7 Abdoul-Azize e El Gamil 2021; Razavi e outros 2020.
- 8 Ver Sérvia, Singapura e Estados Unidos.
- 9 Razavi e outros 2020. Outros exemplos incluem o apoio às empresas na retenção de trabalhadores através de benefícios de retenção no emprego, a fim de prevenir o desemprego, como foi o caso da Dinamarca, República Dominicana, Alemanha, Itália, Japão, Malásia, Países Baixos e Tailândia; políticas ativas do mercado de trabalho para facilitar a correspondência de competências, o aconselhamento em linha e a mediação laboral, tais como na Bélgica, na China, na Estónia, na República da Coreia e na Malásia; e licenças para assistência à família alargadas e prestações de acolhimento de crianças durante o encerramento das escolas.
- 10 Dein 2020; Igreja, Kleijn e Richters 2006; Kpobi e Swartz 2019.
- 11 Associação Americana de Psiquiatria 2013; Shapiro 1996.
- 12 van den Berg e outros 2015. Para um estudo sobre veteranos, ver Silver, Rogers e Russell (2008). Para o efeito nas crianças ver Rodenburg e outros (2009). Os resultados podem variar de acordo com os níveis de dissociação em pacientes, que se demonstrou reduzir a eficácia da terapia de dessensibilização e reprocessamento através do movimento ocular (Bae, Kim e Park 2016). No entanto, nesse caso, a terapia pode ser combinada com exercícios de *mindfulness* que podem reduzir a dissociação.
- 13 van der Kolk e outros 2007.
- 14 Brown e Gerbarg 2005; Saeed, Antonacci e Bloch 2010. Para a ansiedade, ver também Gabriel e outros (2018).
- 15 Gabriel e outros 2018.
- 16 Smith 1975.
- 17 Butler e outros 2008.
- 18 Singh e outros 2007.
- 19 Lamont 2019. Sobre a controvérsia em torno do conceito de esperança, ver Schlosser (2013).

Desinformação nas redes sociais e liberdade de expressão

As redes sociais transformaram o panorama do consumo e difusão da desinformação. As pessoas podem agora encontrar e partilhar imediatamente conteúdos com milhares de milhões de outros utilizadores *online* através de plataformas como o Facebook, Instagram, LinkedIn, Reddit, Snapchat, TikTok, Twitter, WhatsApp e YouTube, entre muitas outras. A publicidade, as artes, o entretenimento, o comércio, a defesa, a educação, o jornalismo e até as entidades públicas adaptaram estratégias para chegar aos utilizadores em espaços de socialização *online*. O mesmo se aplica à distribuição de notícias. Até 2021, cerca de 60 por cento dos utilizadores em algumas regiões do mundo usavam plataformas como o Facebook e o WhatsApp para acompanharem as notícias (figura S6.5.1).¹

Juntamente com os potenciais benefícios de expandir rapidamente os espaços sociais virtuais, as redes sociais fornecem terreno fértil para espalhar desinformação² e *fake news*³, assim como o uso direcionado e intencional de plataformas para aumentar a polarização e radicalização.⁴ Plataformas proeminentes das redes sociais foram convocadas para agir nesta frente por utilizadores, decisores políticos, autoridades, mas também o fizeram de acordo com a sua própria convicção.

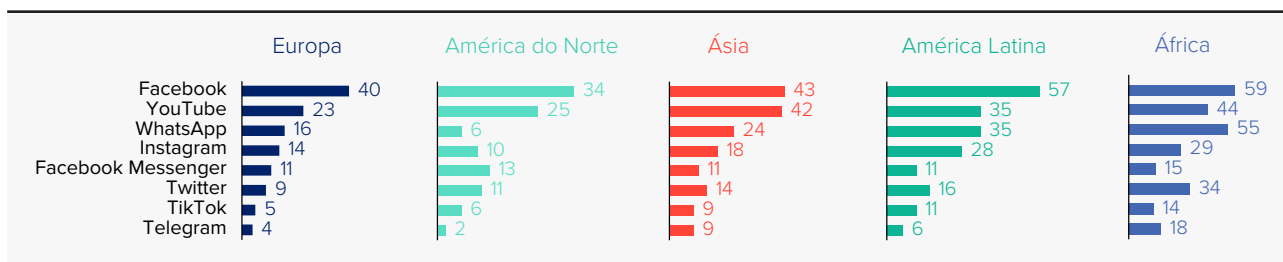
A discussão política sobre a desinformação encontra frequentemente tensão na interseção entre a liberdade de expressão, a importância de uma difusão de informação precisa, verificada e fiável e a determinação dos limites do respeito e da civilidade no comportamento *online*. “Queremos ajudar as pessoas a manter-se informadas sem asfixiar o discurso público produtivo. Existe também uma linha ténue entre notícias falsas e sátira ou

opinião.”⁵ “Não é apenas o que retiramos, mas a forma como tratamos todo o conteúdo que deixamos que nos dá o melhor caminho para avançar. (...) Uma abordagem excessivamente agressiva em relação às remoções também teria um efeito inibidor na liberdade de expressão.”⁶ As grandes plataformas de comunicação social têm agora políticas e orientações sobre a desinformação e desenvolveram estratégias variadas para a combater, desde funcionalidades de denúncia iniciadas pelo utilizador até à eliminação da desinformação e restrição de contas.

Os órgãos governativos, nacionais e internacionais, têm demonstrado mais interesse nos efeitos da desinformação dos meios de comunicação social. O Roteiro do Secretário-Geral da ONU para a Cooperação Digital e o próximo Pacto Global Digital no contexto da Agenda Comum incorporam a prioridade da confiança e segurança digitais para o presente e o futuro do desenvolvimento digital.⁷ As recomendações políticas sobre a desinformação a nível internacional sublinham a importância de proteger os direitos humanos e a liberdade de expressão; enfatizam métodos que criam confiança, literacia mediática e cooperação; e enfatizam os perigos da utilização excessiva e de situações abusivas de censura.⁸

A União Europeia aumentou a sua regulamentação sobre a desinformação e a utilização das redes sociais. A Comissão Europeia desenvolveu um plano de ação que inclui um Código de Prática sobre Desinformação, o Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais e o Plano de Ação para a Democracia Europeia, com diretrizes para as obrigações e a responsabilização das plataformas *online*.⁹ A Lei dos Serviços Digitais, um “conjunto abrangente de novas

Figura S6.5.1 Parte considerável dos utilizadores por todo o mundo recebe as suas notícias através das redes sociais



Fonte: Newman e outros 2022.

regras que regulamentam as responsabilidades dos serviços digitais que atuam como intermediários na UE para ligar os consumidores a bens, serviços e conteúdos,”¹⁰ foi acordado em abril de 2022 e irá reformular as obrigações e relações entre os serviços

digitais e as estruturas de governação na Europa. Isto irá estabelecer novas regras e mecanismos de aplicação sobre atividades digitais, incluindo a gestão da desinformação.

NOTAS

1 Newman e outros 2022.

2 Waszak, Kasprzycka-Waszak e Kubanek 2018.

3 Di Domenico e outros 2021.

4 Thompson 2011; Tucker e outros 2018.

5 Meta 2022.

6 Mohan 2021.

7 ONU 2020c.

8 ONU 2022b.

9 Parlamento Europeu, Conselho Europeu e Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões Europeu 2018.

10 Comissão Europeia 2022.

A ação coletiva e os movimentos sociais moldam a cultura e lidam com a incerteza

Quer se esforce por mudar configurações culturais ou tente adaptar-se às dificuldades, a ação coletiva tem um poder transformador que transmite ideias e molda narrativas, bem como percepções, que podem ser vitais para a adaptação.¹

Face à incerteza e às deficiências institucionais,² sentimentos de descontentamento e insatisfação transversais podem motivar um impulso de solidariedade no seio das comunidades ou grupos sociais. Isto pode traduzir-se em organização e ação coletiva em busca de resiliência comunitária e melhores resultados de desenvolvimento. Os movimentos sociais são um exemplo claro de como as escolhas das pessoas têm apoiado as transformações. Ao longo da história, o mundo testemunhou o poder dos movimentos sociais, onde pessoas ligadas por um propósito comum ou identidade comum desencadearam mudanças transformadoras para sociedades inteiras.³

Uma vasta gama de movimentos sociais desenvolve-se devido a expectativas não satisfeitas e a crenças morais de equidade e justiça social.⁴ Alguns fazem-no através da identidade coletiva.⁵ Em todos os casos o processo está ligado a emoções e ideias culturais com o poder de transformar um objetivo ou interesse pessoal, de adotar os objetivos e interesses de um grupo.⁶ Os indivíduos que se envolvem num movimento social desenvolvem uma perspetiva normativa partilhada, ou preocupações partilhadas de mudança, que lhes dão um sentido de propósito comum.⁷

Os indivíduos juntam-se aos movimentos sociais e sustentam a sua mobilização devido a fatores racionais, emocionais, comportamentais, de liderança, organizacionais e sócio normativos.⁸ Ainda que as emoções estejam presentes em todas as fases do ciclo de vida de um movimento social⁹, e motivem positivamente os indivíduos, têm sido frequentemente descartadas ou julgadas injustamente por pessoas de fora.¹⁰ Por exemplo, os manifestantes são frequentemente retratados como irracionais ou imaturos,¹¹ hostis ou violentos, ou como necessitando de ser disciplinados.¹² O estudo das emoções na política e nos movimentos sociais surgiu para reconhecer que as emoções permeiam qualquer ação política,¹³ moldam os objetivos dos movimentos e determinam o seu sucesso. Esta análise pode fornecer ensinamentos para as mudanças necessárias

à transformação, encorajando novas formas de pensar e de abordar os mecanismos políticos.

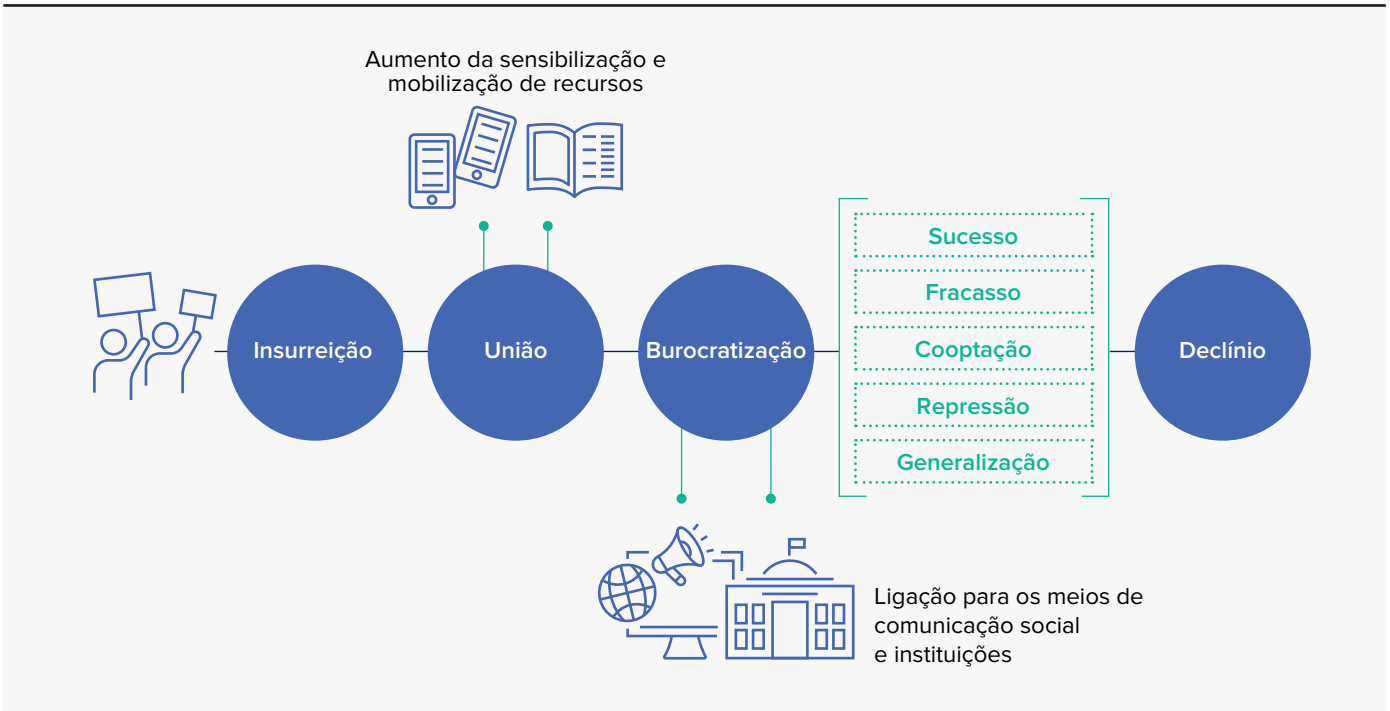
Para que um movimento social tenha sucesso, um dos fatores mais importantes é que conduza à mudança e transformação social, bem como a escolhas estratégicas.¹⁴ Os movimentos sociais podem surgir quando um grande grupo de pessoas fica angustiado com uma situação particular ou é impulsionado por líderes que as mobilizam e facilitam uma maior consciência das preocupações, coalescendo-se depois quando se tornam mais organizados de forma a aumentar a consciência e mobilizar recursos. Após as instituições formais e informais tomarem conhecimento de um movimento e o burocratizarem, um movimento social pode seguir vários caminhos antes de começar a sofrer uma desaceleração. (figura S6.6.1).¹⁵

Os movimentos sociais bem sucedidos têm demonstrado um empenho em mudar normas e atitudes, e não apenas reformas políticas. Por exemplo, os ativistas LGBTQI+ utilizaram a pesquisa de sondagens para reestruturar as mensagens da campanha pública sobre os direitos, de modo a incluir também palavras sobre amor e compromisso; isto acabou por se tornar no slogan “Amor é amor” e contribuiu para a mudança do direito matrimonial.¹⁶

A frequência dos protestos sociais aumentou em média 11,5 por cento por ano entre 2009 e 2019 em todas as regiões do mundo, com a maior concentração de atividade no Médio Oriente e no Norte de África e o crescimento mais rápido na África Subsaariana.¹⁷ A pandemia de Covid-19 parou os protestos em massa de março a maio de 2020, mas em vez de desaparecer, os movimentos sociais adaptaram-se às medidas pandémicas e voltaram à medida que as restrições diminuam.¹⁸

Os movimentos sociais de identidade surgem para desafiar os entendimentos tradicionais de distribuição de poder e repensar a forma como certos grupos são vistos. Estes movimentos visam recuperar e transformar as narrativas em torno da identidade de um grupo que tem sido historicamente discriminado e oprimido. Confrontar crenças e comportamentos tradicionais constitui uma reivindicação de poder e proporciona um sentido de agência, orgulho, autoconfiança e igualdade.¹⁹ Este tipo de movimento é ao mesmo tempo reformador e transformador,

Figura S6.6.1 Movimentos sociais ligam a ação coletiva às instituições



Fonte: Elaboração do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano adaptado de Blumer (1995), Mauss (1975) e Tilly (1977).

uma vez que procura expandir as oportunidades, mas também as liberdades. Tomemos o exemplo do movimento feminista (destaque 6.7).

Embora determinantes na sua capacidade transformadora e como exemplos de solidariedade intergrupo, as lutas baseadas na identidade podem também reificar narrativas contraditórias entre grupos e reafirmar divisões estruturais e sociais baseadas em certas dimensões de identidade. Isto pode trazer desafios numa cooperação global mais ampla e levar à violência e ao conflito. Pode também ofuscar a liberdade no seio da autoidentificação e a sobreposição de identidades multidimensionais em todo o mundo. Isto é especialmente preocupante para os movimentos que procuram atentar contra as liberdades dos outros. Como argumentado no capítulo 3, a chave para enfrentar estes desafios é reconhecer que cada pessoa compreende identidades múltiplas e sobrepostas que podem adquirir relevância diferente dependendo do contexto, podendo mudar com o tempo.

Os impactos duradouros dos movimentos sociais permeiam os repertórios culturais e transformam as sociedades. Podem mudar a nossa maneira de viver, fazer-nos questionar crenças tradicionais, reposicionar identidades e eliminar estereótipos e preconceitos. As mudanças políticas que surgiram de protestos e movimentos dependeram de amplas mudanças nas atitudes públicas.²⁰ As mobilizações

mudam a cultura através de diferentes canais: opinião pública, memórias, língua, estilo de vida, meios de comunicação, e instituições políticas e não políticas.²¹ São uma forma de imprimir ímpeto e direção ao ciclo de respostas entre as atitudes e normas sociais e as respostas institucionais e políticas.

A natureza e o tom da cobertura mediática podem mudar as perceções da opinião pública, mesmo que indiretamente. Um estudo documentando a mudança da opinião pública como resultado do movimento feminista nos Estados Unidos argumenta que a cobertura mediática teve um efeito significativo nas atitudes de género, de tal forma que o público começou a reconsiderar os papéis tradicionais e a adotar pontos de vista alternativos.²² Embora os meios noticiosos tradicionais ainda dominem a recolha de notícias na Europa e nos Estados Unidos²³ e tenham uma forte influência sobre a política, as redes sociais têm tido um impacto significativo nestas dinâmicas nos últimos anos, uma vez que a circulação de notícias é cada vez mais apresentada em plataformas como o Facebook, Instagram, TikTok, Twitter e YouTube. Através dos meios de comunicação social e das redes sociais, os ativistas desafiaram as representações tradicionais de grupos, combateram o estigma e aumentaram a representação de grupos entre escritores, produtores e intérpretes.²⁴ O acesso mais descentralizado e aberto aos media aumentou a representação e a diversidade de perspetivas numa

plataforma. Contudo também levantou preocupações sobre a qualidade da informação e a necessidade de ferramentas para filtrar, discernir e gerir a violência, o ódio e a desinformação. Nestes contextos, existe o risco de algumas formas de movimentos sociais difundirem desinformação e promoverem formas de injustiça, domínio e opressão.

Mudanças nos comportamentos do dia-a-dia, tais como estilo de vida ou linguagem, são outros canais para movimentos que desencadeiam mudanças. As mudanças na lei para o casamento entre pessoas do mesmo sexo desencadearam rápidas mudanças em termos de atitudes. Combinadas com o ativismo do movimento de direitos LGBTQI+, as mudanças combateram o estigma, redefiniram o género como uma construção social e incorporaram uma linguagem inclusiva e pronomes neutros em termos de género para pessoas não binárias e queer.²⁵ No entanto, em alguns países onde as categorias de terceiro género são oficialmente reconhecidas há décadas, muitos ativistas LGBTQI+ estão a fazer campanha contra a imposição forçada de pronomes de terceiro género, salientando a importância de as pessoas terem a agência para determinar a sua própria identidade em vez de a terem imposta por atores externos.²⁶ Graças ao movimento feminista, os termos machismo ou machista, feminista e sexista tornaram-se mais amplamente utilizados e compreendidos.²⁷

Outros movimentos como os ligados ao ambientalismo e justiça social produziram mudanças de estilo de vida nas sociedades onde são mais proeminentes.²⁸ As pessoas modificam o seu comportamento para serem coerentes com as suas ideologias, valores e ações. Exemplos de mudanças nos comportamentos diários incluem boicotes a

empresas que não cumprem os padrões elevados de comportamento sustentável. Estes consumidores conscientes são mais propensos a tornarem-se politicamente ativos²⁹ e podem apresentar incentivos para que as empresas declarem e atuem cada vez mais sobre os seus princípios sociais e ambientais com práticas mais inclusivas e sustentáveis.³⁰ As comunidades locais estão também a transformar as práticas para sistemas alimentares sustentáveis. As comunidades indígenas aprenderam a viver da terra sem prejudicar a integridade dos ecossistemas. Māori e as comunidades do povo Quechua, construíram uma plataforma para recuperar direitos culturais sobre paisagens alimentares, promovendo direitos e responsabilidades coletivas sobre a terra e os alimentos, com base nas suas práticas comunitárias para preservar a agrobiodiversidade.³¹

Quando os indivíduos pertencentes a uma comunidade percebem que as instituições ou autoridades governamentais não são fiáveis e não apoiam, as políticas e a regulamentação podem parecer insuficientes. Isto cria uma necessidade de ação, sendo a colaboração utilizada como um mecanismo de sobrevivência.³² Nestes contextos, os movimentos sociais estão arraigados na solidariedade, chave para vencer a injustiça, o domínio e a opressão.³³

NOTAS

- 1 Por volta da década de 1980, os esforços dos movimentos sociais para transformar os comportamentos e identidades culturais dominantes começaram a ser reconhecidos (Goodwin e Jasper 2006; Johnston, Larana e Gusfield 1994).
- 2 Fransen e outros 2021.
- 3 Zald, Morrill e Rao 2005.
- 4 Jenkins, Wallace e Fullerton 2008.
- 5 Polletta e Jasper 2001.
- 6 Os movimentos sociais questionaram o *status quo* de políticas, instituições e estruturas e lançaram luz sobre as violações dos direitos humanos, discriminação e violência (Blumer 1951; Christiansen 2009).
- 7 DeFronzo e Gill 2020; James e Van Seters 2014.
- 8 Bate, Bevan e Robert 2004.
- 9 Jasper 2011.
- 10 Ferree 1992; Flam 1990.
- 11 Goodwin, Jasper e Polletta 2000.
- 12 Jasper 2021.
- 13 Goodwin e Jasper 2006.

- 14 Crutchfield 2018. Ter liderança implica ter um líder eficaz e pessoas dispostas a partilhar o poder e liderar a partir dos bastidores, capacitando múltiplos líderes locais de base e pessoas com uma "experiência vivida" para falar e agir em nome da questão que defendem.
- 15 Blumer 1951; Christiansen 2009.
- 16 Crutchfield 2018.
- 17 Brannen, Haig e Schmidt 2020, p. 1.
- 18 Pleyers 2020.
- 19 DeFronzo e Gill 2020; Gill e DeFronzo 2009.
- 20 Amenta e Polletta 2019. Os impactos culturais da mobilização têm sido documentados nas arenas políticas e económicas (Bosi, Giugni e Uba 2016; Snow e outros, 2018).
- 21 Amenta e Polletta 2019.
- 22 Banaszak e Ondercin 2016.
- 23 Mitchell e outros 2016; Taylor e Keeter 2010. Como salientado no destaque 6.3, em África e no Sul da Ásia, em particular, uma percentagem muito mais elevada da população consome notícias através de aplicações nas redes sociais.
- 24 Cockrill e Biggs 2018; Perlman 2016.

25 Um dos elementos-chave do discurso mediático tem sido a condição estigmatizada, que é vista primeiro como involuntária e mesmo ligada ao destino (Garretson e Suhay 2016).

26 Human Rights Watch 2020b, 2021; Khadgi 2021.

27 Mansbridge e Flaster 2007.

28 Haenfler, Johnson e Jones 2012.

29 Willis e Schor 2012.

30 Crutchfield 2018.

31 Huambachano 2020.

32 Fransen e outros 2021.

33 Gould 2018.

Mobilizações feministas que desafiam as normas sociais de gênero

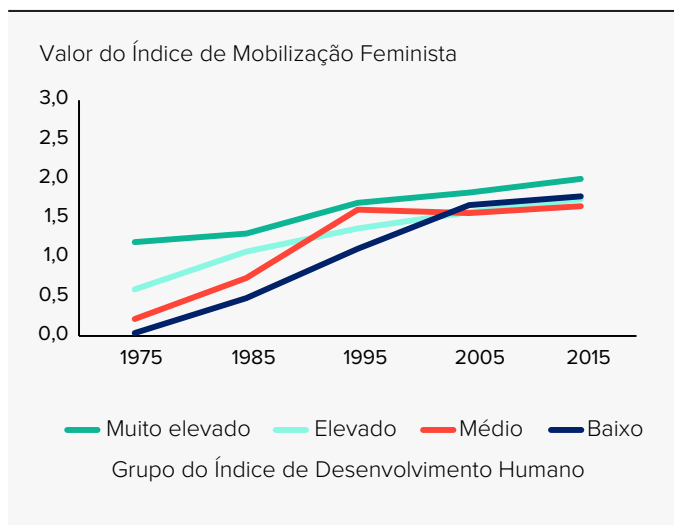
Os movimentos feministas e das mulheres têm promovido os direitos das mulheres numa variedade de questões, tanto a nível nacional como mundial. As mobilizações feministas estão associadas a melhores direitos legais de participação na vida económica, maior representação na política, melhor apoio ao trabalho doméstico remunerado e não remunerado, melhor proteção contra o assédio sexual, melhor acesso à posse da terra, inclusão financeira,¹ superar o estigma e aumentar a consciência em torno da violência contra mulheres e raparigas.² As mobilizações feministas têm crescido em todos os grupos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os países com um IDH baixo e médio registaram os maiores aumentos na autonomia e força dos movimentos feministas (figura S6.7.1). Entre os países com um baixo IDH que registaram um maior aumento dos movimentos feministas

contam-se o Burquina Fasso, o Haiti, a Libéria, o Ruanda, o Senegal e o Uganda. Entre os países com um IDH médio, encontram-se o Bangladesh, os Camarões, a Índia e Marrocos, entre outros. O Sul da Ásia e a América Latina têm tido as pontuações mais altas do Índice de Mobilização Feminista em média desde 1995, enquanto os Estados Árabes têm tido as pontuações mais baixas.

As mobilizações feministas desafiam estereótipos, redefinem fronteiras e expandem a agência para mulheres e raparigas. Podem abrir caminhos para o bem-estar e agência das mulheres que ocupam espaços em todas as esferas da vida, usando as suas vozes para trazer novas perspetivas, participar igualmente na sociedade e responsabilizar governos e outros em posições de poder. Os países com movimentos feministas poderosos ou uma representação mais elevada das mulheres nos parlamentos adotaram em média mais cinco medidas relacionadas com gênero em resposta à pandemia de Covid-19 do que os países sem estas características.³ Os ativistas nestes países desenvolveram planos feministas e avaliações orçamentais de gênero, para além de exigirem ações para combater a violência contra as mulheres e raparigas e para melhorar o acesso aos serviços públicos. Dois exemplos são a Mesa Redonda Género e Covid-19 com 79 organizações da sociedade civil no Chile⁴ e o Women's Caucus na legislatura do Brasil⁵ (Bancada Feminina) que defende que as estruturas que ajudam as mulheres e raparigas sujeitas a violência sejam declaradas serviços públicos essenciais.

A participação das mulheres nos movimentos sociais tem promovido mudanças nas normas tradicionais de gênero através de duas vias principais: reformas políticas e reformulação dos papéis em função do gênero e das relações de poder.⁶ Os países com menor presença de movimentos ou protestos de mulheres (conforme medido pelo Índice de Mobilização Feminista) têm os maiores níveis de preconceito contra a igualdade de gênero e capacitação das mulheres (conforme medido pelo Índice de Normas Sociais de Género; figura S6.7.2; ver também a caixa S6.7.1). Os elevados riscos e custos da mobilização das mulheres nestes contextos são provavelmente muito mais elevados, alimentando um ciclo vicioso. A associação entre a presença de preconceitos e uma menor mobilização feminista

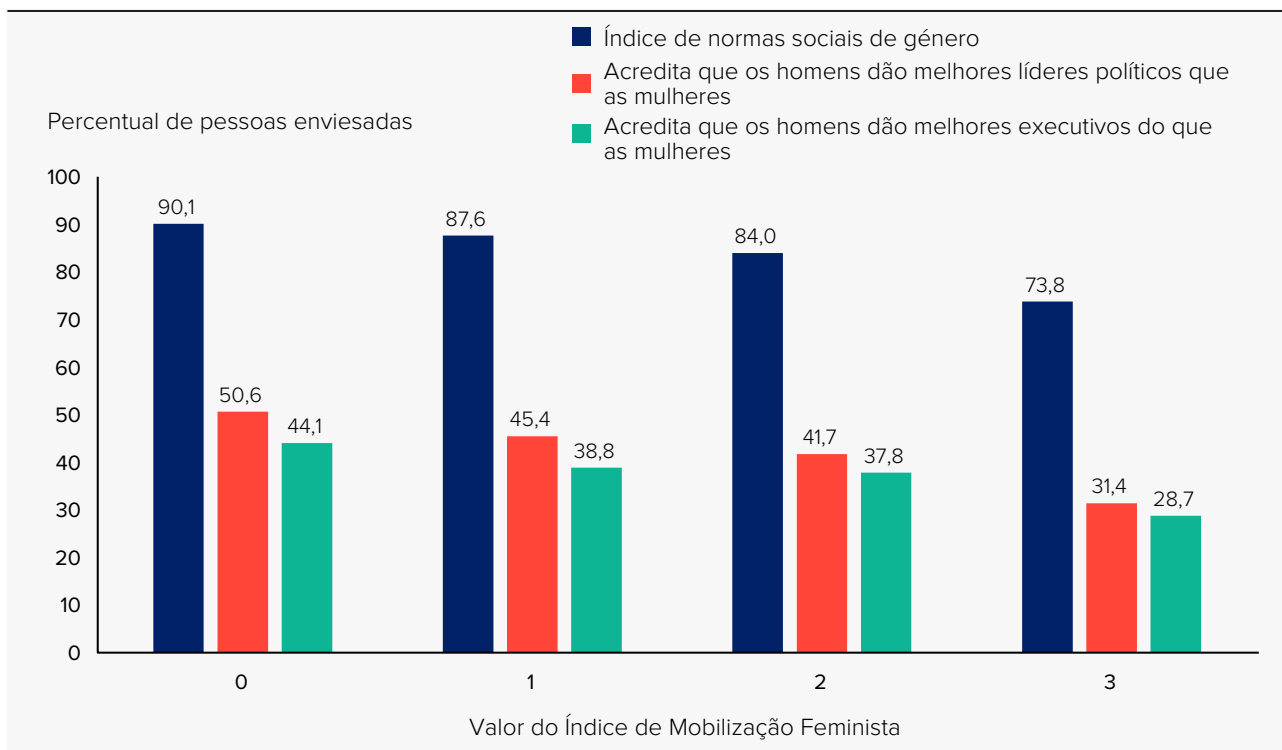
Figura S6.7.1 As mobilizações feministas têm crescido em autonomia e força em todos os grupos do Índice de Desenvolvimento Humano



Nota: O Índice de Mobilização Feminista combina autonomia e força de movimentos usando um código dicotómico: FMI = Existência + (Força*Autonomia). Um país sem qualquer movimento feminista recebe um 0 (FMI = 0 + [0*0] = 0). O índice atribui 1 ponto pela existência de um movimento, pelo que um país com um movimento feminista de qualquer tipo, que não seja forte ou autónomo, recebe um 1 (1 + [1*0] ou 1 + [0*1]). Um país com um movimento feminista forte e autónomo recebe um 2 (1 + [1*1]). Os países com os movimentos autónomos mais fortes recebem um 3 (1 + [2*1] = 3).

Fonte: Forester e outros 2022.

Figura S6.7.2 Os países com menos movimentos feministas têm maiores preconceitos contra a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres



Fonte: PNUD 2020b; Forester e outros 2022.

aparece nas dimensões política e econômica: em países com menos mobilizações feministas, quase 50 por cento das pessoas pensam que os homens são melhores líderes políticos e mais de 40 por cento pensam que são melhores dirigentes de empresas do que as mulheres.

Como estão a mudar os preconceitos contra a igualdade de gênero e capacitação das mulheres?

O Índice das Normas Sociais de Gênero 2022

As desigualdades de gênero persistem, e choques recentes, incluindo desequilíbrios planetários, a pandemia de Covid-19 e crises econômicas, estão a agravar o atual cenário para as mulheres em todo o mundo. O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) revela uma falta de melhoria global nas suas dimensões, com o valor mundial a estagnar em 0,465 nos últimos três anos. De forma alarmante, todas as regiões registaram um declínio no valor do IDG de 2019 a 2020 exceto a Ásia do Sul, que registou um aumento; de 2020 a 2021 todas as regiões exceto os Estados Árabes e a Ásia Oriental e o Pacífico

registaram um declínio.⁷ Embora as mulheres tenham visto alguns progressos nas capacidades básicas, ainda existem desafios em áreas que envolvem maior agência e poder. Em 59 países as mulheres adultas têm um nível de escolaridade mais elevado que os homens adultos. Nesses mesmos países, a diferença de rendimentos entre homens e mulheres é de 39 por cento.⁸ Por detrás destes cálculos, as normas sociais ajudam-nos a compreender estas dinâmicas de desequilíbrios de poder.

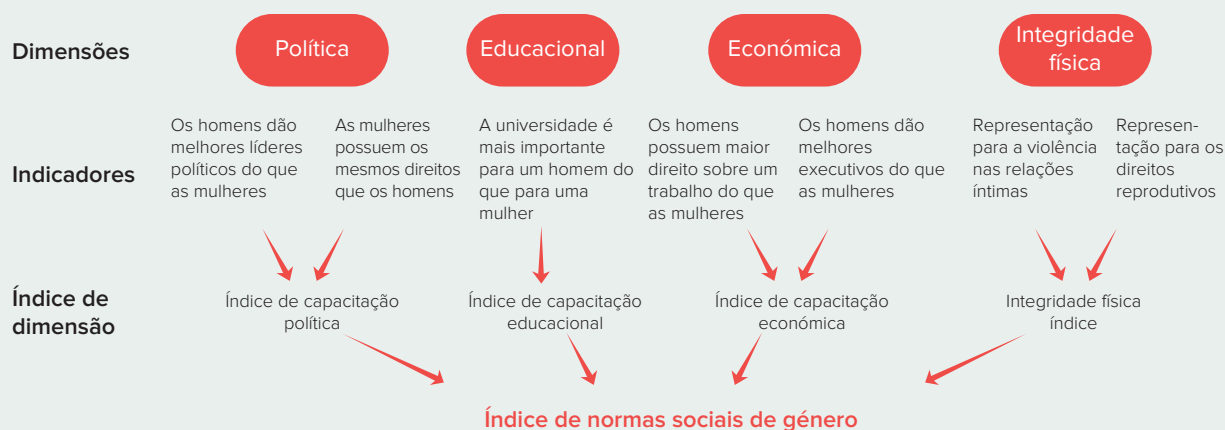
De acordo com o Índice das Normas Sociais de Gênero, 91 por cento dos homens e 88 por cento das mulheres mostram pelo menos um claro preconceito contra a igualdade de gênero em áreas tais como a política, a economia, a educação, a violência entre parceiros íntimos e direitos reprodutivos das mulheres (figura S6.7.3; ver também caixa S6.7.1). Os homens têm um elevado preconceito ao pensar que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres (52,8 por cento) e que os homens deveriam ter mais direito a um emprego do que as mulheres (50,2 por cento). As mulheres apresentam menos preconceitos em todas as dimensões.

Os resultados do Índice das Normas Sociais de Gênero deste ano dão esperança, mostrando uma melhoria desde a primeira vez que foi calculado. Em

Caixa S6.7.1 O Índice de Normas Sociais de Género que mede os desvios, preconceitos e crenças

O Índice das Normas Sociais de Género, introduzido no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019, compreende quatro dimensões: política, educacional, económica e integridade física. É criado com base nas respostas a sete perguntas do Inquérito Mundial de Valores, que são utilizadas para criar sete indicadores (Figura 1 da caixa).

Figura 1 da caixa De que forma as crenças sociais podem dificultar a capacitação do género e das mulheres



Nota: Para mais informações, ver <https://hdr.undp.org/content/2020-gender-social-norms-index-gsni>.

Fonte: Mukhopadhyay, Rivera e Tapia 2019.

Para cada indicador uma variável assume o valor 1 quando um indivíduo tem um preconceito e 0 quando o indivíduo não o tem. O valor do índice central é uma agregação baseada na “abordagem de união”, que mede a percentagem de pessoas com preconceitos, independentemente do seu número. Em muitos casos, pode bastar apenas um preconceito de uma pessoa para bloquear o progresso de uma mulher na sociedade.

O índice deste ano abrange dois conjuntos de países e territórios. O primeiro conjunto consiste em países e territórios com dados para a edição 5 (2005–2009), edição 6 (2010–2014) ou edição 7 (2017–2022) do Inquérito Mundial de Valores (acedido em abril de 2022) e utiliza os dados mais recentes disponíveis. Este conjunto inclui 76 países e territórios, representando mais de 84 por cento da população mundial. O segundo conjunto consiste apenas em países e territórios com dados para a edição 6 e a edição 7. Este conjunto inclui 37 países e territórios, representando mais de 48 por cento da população mundial.

Fonte: Mukhopadhyay, Rivera-Vazquez e Tapia 2019; PNUD 2020b.

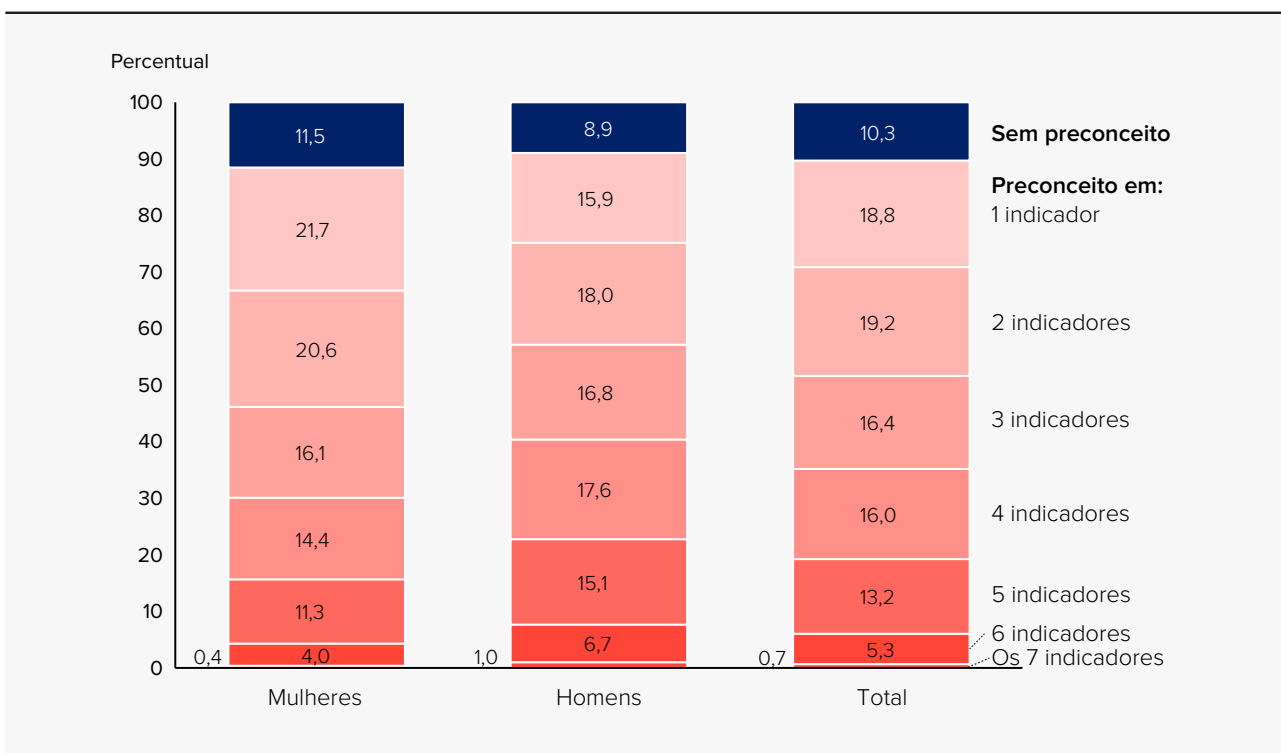
média, os preconceitos contra a igualdade de género e a capacitação das mulheres diminuíram de 2010–2014 para 2017–2022 (tabela S6.7.1).

A maioria dos países e territórios com dados de séries cronológicas mostraram progressos: as mulheres em 23 países e territórios e os homens em 26 países e territórios mostraram um menor preconceito contra a igualdade de género e capacitação das mulheres (figura S6.7.4). O progresso na percentagem de pessoas sem esse tipo de preconceito foi maior na Alemanha, na Nova Zelândia, em Singapura e no Japão. Mas houve inversões em vários países, entre mulheres em 14 países e homens em 11 países. As maiores inversões tiveram lugar na República da Coreia, no México, no Chile e no Iraque.

Expandir o desenvolvimento humano e desenhar a mudança cultural numa sociedade patriarcal

Em conformidade com o quadro de dois níveis apresentado no capítulo 6, os diferentes blocos políticos podem apoiar a tarefa de desafiar as normas sociais de género. Investir em respostas sensíveis às questões de género aos choques, especialmente iniciativas que criam parcerias entre governos e a sociedade civil,⁹ pode ajudar as mulheres a lidar melhor com a incerteza. Reforçar e expandir os sistemas de proteção social para abranger as mulheres pode funcionar como seguro, aumentando o seu poder de negociação a nível do agregado familiar, promovendo a inclusão financeira, apoiando a geração de rendimentos a longo prazo e a construção de agência.¹⁰ Encorajar intervenções inovadoras pode ser um ponto de inflexão para as

Figura S6.7.3 Apenas 10,3 por cento das pessoas em todo o mundo não têm preconceitos de normas sociais de género, incluindo 11,5 por cento de mulheres e 8,9 por cento de homens



Nota: Com base em 76 países e territórios com dados da edição 6 (2010–2014) ou da edição 7 (2017–2022) do Inquérito Mundial de Valores, representando 84 por cento da população mundial. As médias são ponderadas com base na população com idade igual ou superior a 15 anos dos dados sobre a população do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores, acedido em abril de 2022.

Tabela S6.7.1 Percentagem de pessoas com pelo menos um preconceito contra a igualdade de género, 2010–2014 e 2017–2022

Grupo	Percentagem de pessoas		Mudança (pontos percentuais)
	2010–2014	2017–2022	
Mulheres	86,5	84,3	-2,2
Homens	90,5	87,5	-3,1
Total	88,5	85,7	-2,7

Nota: Com base em 37 países e territórios com dados da edição 6 (2010–2014) ou da edição 7 (2017–2022) do Inquérito Mundial de Valores, representando 48 por cento da população mundial. As médias são ponderadas com base na população com idade igual ou superior a 15 anos dos dados da população do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

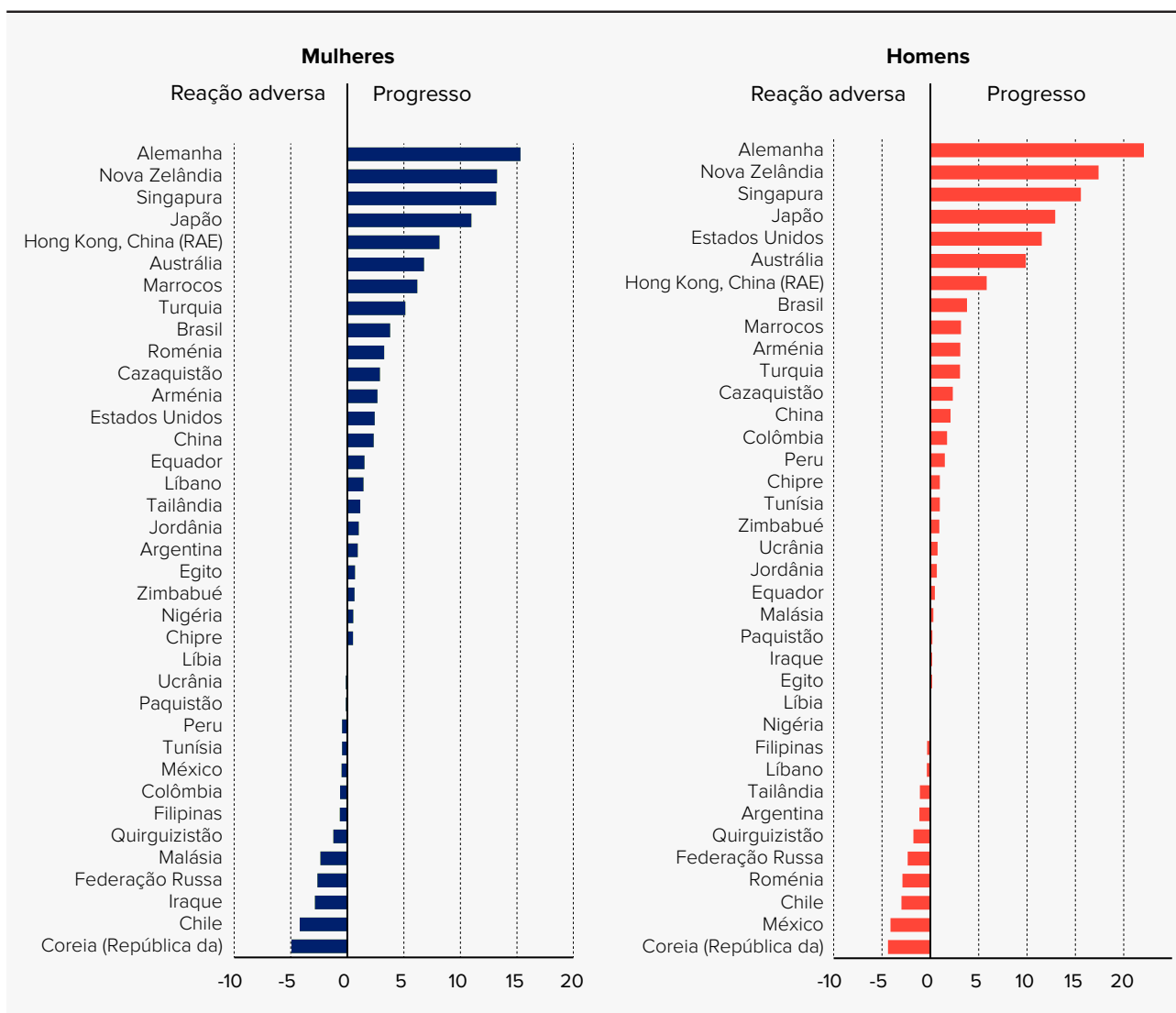
Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores, acedido em abril de 2022.

normas tradicionais: por exemplo, aproveitar as redes sociais para amplificar as mensagens dos movimentos feministas ou incorporar novas narrativas em práticas diárias ou atividades culturais ou artísticas.

O segundo nível que visa os desfasamentos culturais pode ir muito longe na mudança das normas tradicionais de género - por exemplo, através da educação transformadora do género.¹¹ Esta abordagem utiliza todo o sistema educativo (políticas, pedagogias e envolvimento da comunidade) para transformar estereótipos, atitudes e práticas relativas às relações de poder e aos binários de género, elevando a consciência crítica sobre a causa de raiz das desigualdades. Aumentar a representação das mulheres em espaços públicos, instituições, processos de governação e posições de liderança pode alterar estereótipos e apoiar mudanças nas leis e políticas de defesa dos direitos das mulheres. O reconhecimento da relevância da mudança de normas sociais para a igualdade de género ou do direito das mulheres ao corpo e à integridade física pode ajudar a mudar roteiros e narrativas para retratar as mulheres de uma certa forma e a construir esperança.

Os movimentos feministas e as diferentes formas de resistência e ação das mulheres percorreram um longo caminho, por isso, no meio da incerteza, podemos imaginar e construir um futuro feminista. Face à incerteza e aos choques, os defensores e os

Figura S6.7.4 A maioria dos países registou progressos em matéria de preconceito contra a igualdade de género e a capacitação das mulheres entre 2010–2014 e 2017–2022, mas vários países registaram reviravoltas



Nota: Com base em 37 países e territórios com dados da edição 6 (2010–2014) e da edição 7 (2017–2022) do Inquérito Mundial de Valores, representando 48 por cento da população mundial.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores, acedido em abril de 2022.

movimentos sociais podem exigir que os governos e as instituições atuem para evitar aumentos desproporcionados e a intensidade das desigualdades. Organizações de base e a nível comunitário, coletivos feministas, como atores relevantes dentro de movimentos mais amplos, podem ser fontes vitais

de conhecimento, experiência e perspetivas para permitir a transformação. Existe um grande potencial nas intervenções baseadas na comunidade, a par das reformas institucionais, que poderia ser aproveitado para mudar o ponteiro sobre as normas sociais.

NOTAS

1 Weldon e outros 2018.

2 Sahay 2021; ONU Mulheres e PNUD 2022.

3 ONU Mulheres e PNUD 2022, p. 10.

4 Senado da República do Chile 2020.

5 Prange de Oliveira 2021.

6 Jimenez, Harper e George 2021.

-
- 7 O IDG é uma métrica composta da desigualdade de género que utiliza três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Um IDG baixo indica uma desigualdade reduzida entre mulheres e homens, e um GII alto indica uma desigualdade elevada entre mulheres e homens.
-
- 8 Cálculos com base nos dados da tabela 4 no *Anexo Estatísticas*.
-
- 9 ONU Mulheres e PNUD 2022.
-
- 10 Plank, Marcus e Jones 2018.
-
- 11 UNICEF 2021b. A Argentina, a Índia, o Nepal, a Serra Leoa, o Uganda e o Zimbabué já estão a implementar modelos baseados nesta abordagem.
-

Tabela anexa AS6.7.1 Normas Sociais de Género Valores do Índice para o período mais recente disponível (76 países e territórios com dados da vaga 6 ou da vaga 7 e 12 países ou territórios com dados da vaga 5)

País ou território	Período	Índice das Normas Sociais de Género (percentagem de pessoas com pelo menos um preconceito)				Percentagem de pessoas preconceituosas, por dimensão			
		Total	Mulheres	Homens	Pessoas sem preconceito	Político	Educacional	Económico	Integridade física
Países com dados da edição 6 (2010–2014) ou da edição 7 (2017–2022).									
Argélia	2010–2014	98,67	97,47	99,84	1,33	80,08	37,17	74,08	91,83
Andorra	2017–2022	43,13	41,62	44,60	56,87	23,61	2,59	15,84	21,22
Argentina	2017–2022	74,28	72,01	76,70	25,72	33,90	13,56	24,63	59,82
Arménia	2017–2022	92,07	90,46	95,57	7,93	56,09	18,23	67,29	66,64
Austrália	2017–2022	37,01	32,05	43,89	62,99	22,89	2,59	13,29	18,92
Azerbaijão	2010–2014	98,70	97,60	99,80	1,30	83,73	30,24	90,72	70,06
Bangladeche	2017–2022	99,42	99,18	99,66	0,58	66,83	42,83	86,58	87,83
Bielorrússia	2010–2014	90,42	86,81	94,90	9,58	77,85	21,24	58,24	55,50
Bolívia (Estado Plurinacional da)	2017–2022	91,29	90,41	92,19	8,71	37,88	21,67	38,03	82,20
Brasil	2017–2022	86,32	85,97	86,75	13,68	37,80	9,59	30,76	76,73
Canadá	2017–2022	41,14	34,00	47,94	58,86	27,87	7,02	16,25	24,24
Chile	2017–2022	79,90	77,19	82,91	20,10	56,00	23,40	35,70	56,90
China	2017–2022	91,77	89,92	94,01	8,23	57,44	21,05	56,46	74,57
Colômbia	2017–2022	91,18	92,76	89,61	8,82	54,14	18,16	28,16	81,58
Chipre	2017–2022	81,80	78,19	85,68	18,20	47,40	15,50	51,60	60,20
Equador	2017–2022	92,33	91,55	93,19	7,67	51,17	22,08	38,42	81,00
Egito	2017–2022	99,58	99,31	99,84	0,42	86,58	30,00	93,58	90,42
Estónia	2010–2014	78,28	73,73	83,92	21,72	57,53	16,18	45,79	41,55
Etiópia	2017–2022	98,86	98,85	98,87	1,14	44,23	16,02	61,54	95,12
Geórgia	2010–2014	94,68	93,37	96,20	5,32	65,89	18,14	66,97	76,87
Alemanha	2017–2022	40,18	36,18	44,41	59,82	13,15	4,19	15,25	25,46
Gana	2010–2014	98,97	98,83	99,10	1,03	84,47	27,58	76,55	90,34
Grécia	2017–2022	64,92	56,99	73,89	35,08	28,67	7,75	45,75	31,75
Guatemala	2017–2022	89,59	88,94	90,31	10,41	58,75	15,38	28,89	76,32
Haiti	2010–2014	98,95	98,04	99,90	1,05	74,95	59,67	71,84	88,48
Hong Kong, China (RAE)	2017–2022	80,82	78,63	83,40	19,18	50,12	18,46	42,27	59,33
Índia	2010–2014	99,09	98,71	99,39	0,91	64,10	35,24	69,91	92,82
Indonésia	2017–2022	99,66	99,71	99,59	0,34	77,66	43,91	84,28	94,06
Irão (República Islâmica do)	2017–2022	95,53	93,72	97,26	4,47	66,84	46,90	77,45	67,31
Iraque	2017–2022	98,92	98,14	99,67	1,08	83,83	31,50	87,08	87,42
Japão	2017–2022	63,41	61,86	65,42	36,59	34,44	12,49	34,29	30,75
Jordânia	2017–2022	98,50	98,15	98,85	1,50	83,04	24,44	87,45	81,46
Cazaquistão	2017–2022	93,42	91,70	95,49	6,58	65,60	27,82	65,75	74,92
Quénia	2017–2022	95,66	94,69	96,55	4,34	71,41	17,85	50,39	85,47
Coreia (República da)	2017–2022	89,88	86,83	93,08	10,12	72,85	33,73	65,54	59,20
Koweit	2010–2014	98,31	96,72	99,25	1,69	88,10	36,45	77,13	85,80

(continuação)

Tabela anexa AS6.7.1 Normas Sociais de Género Valores do Índice para o período mais recente disponível (76 países e territórios com dados da vaga 6 ou da vaga 7 e 12 países ou territórios com dados da vaga 5) (continuação)

País ou território	Período	Índice das Normas Sociais de Género (percentagem de pessoas com pelo menos um preconceito)				Percentagem de pessoas preconceituosas, por dimensão			
		Total	Mulheres	Homens	Pessoas sem preconceito	Político	Educacional	Económico	Integridade física
Quirguizistão	2017–2022	98,08	97,58	98,91	1,92	77,17	51,83	83,08	90,08
Líbano	2017–2022	95,58	93,17	98,00	4,42	66,83	15,08	67,83	83,83
Líbia	2017–2022	99,67	99,48	99,84	0,33	82,86	30,60	81,61	93,39
Malásia	2017–2022	99,54	99,70	99,39	0,46	91,77	36,10	59,79	84,62
México	2017–2022	90,18	88,81	91,53	9,82	56,98	18,67	32,85	73,18
Mongólia	2017–2022	97,44	97,40	97,47	2,56	74,18	31,62	66,73	80,16
Marrocos	2017–2022	93,67	90,83	96,50	6,33	61,92	20,42	63,42	79,67
Mianmar	2017–2022	99,42	99,67	99,17	0,58	74,50	52,50	89,17	94,42
Países Baixos	2010–2014	44,16	37,82	51,47	55,84	21,29	4,63	13,56	27,92
Nova Zelândia	2017–2022	34,44	31,14	38,41	65,56	14,47	2,65	8,99	20,34
Nicarágua	2017–2022	93,17	92,80	93,55	6,83	44,08	20,92	34,33	86,00
Nigéria	2017–2022	99,51	99,01	100,00	0,49	85,53	41,47	79,30	89,98
Paquistão	2017–2022	99,80	99,79	99,81	0,20	84,56	59,50	91,63	92,23
Palestina, Estado da	2010–2014	98,20	97,46	98,98	1,80	89,30	26,70	79,50	84,00
Peru	2017–2022	89,07	88,68	89,46	10,93	40,07	14,14	32,21	76,79
Filipinas	2017–2022	99,50	99,67	99,33	0,50	75,33	43,50	77,83	92,83
Polónia	2010–2014	81,37	80,19	82,77	18,63	44,31	11,80	42,44	57,04
Catar	2010–2014	99,81	99,83	99,80	0,19	91,51	27,45	81,70	87,55
Roménia	2017–2022	86,63	83,03	92,15	13,37	49,40	19,09	52,51	63,96
Federação Russa	2017–2022	91,44	88,06	96,25	8,56	68,18	26,69	66,52	58,62
Ruanda	2010–2014	99,15	99,22	99,08	0,85	67,78	36,15	65,68	97,64
Sérvia	2017–2022	77,63	70,33	85,60	22,37	42,35	10,42	29,64	57,17
Singapura	2017–2022	77,63	77,02	78,35	22,37	49,35	17,40	37,82	56,56
Eslovénia	2010–2014	61,09	55,36	68,89	38,91	33,58	8,04	25,91	33,68
África do Sul	2010–2014	97,14	96,32	97,96	2,86	75,73	37,69	55,28	89,69
Espanha	2010–2014	53,49	51,89	55,17	46,51	29,52	11,52	20,27	32,04
Suécia	2010–2014	31,76	30,14	33,57	68,24	15,92	2,57	8,87	17,83
Tajiquistão	2017–2022	99,92	99,83	100,00	0,08	78,33	51,67	78,08	97,50
Tailândia	2017–2022	95,47	95,08	95,85	4,53	65,87	31,40	53,80	81,20
Trindade e Tobago	2010–2014	87,39	85,77	89,36	12,61	39,14	5,61	37,74	74,77
Tunísia	2017–2022	96,77	95,22	98,57	3,23	82,95	24,75	71,03	77,24
Turquia	2017–2022	91,64	89,40	93,87	8,36	68,86	32,01	63,98	76,02
Ucrânia	2017–2022	86,11	82,35	91,60	13,89	51,12	23,04	52,60	66,18
Estados Unidos	2017–2022	50,65	51,49	49,93	49,35	34,82	8,59	13,79	31,55
Uruguai	2010–2014	78,60	79,36	77,75	21,40	28,60	9,20	34,30	57,30
Uzbequistão	2010–2014	97,93	97,50	98,62	2,07	78,67	48,60	80,33	84,27
Venezuela (República Bolivariana da)	2017–2022	92,35	91,28	93,52	7,65	55,80	17,90	31,01	80,84

(continuação)

Tabela anexa AS6.7.1 Normas Sociais de Género Valores do Índice para o período mais recente disponível (76 países e territórios com dados da vaga 6 ou da vaga 7 e 12 países ou territórios com dados da vaga 5) (continuação)

País ou território	Período	Índice das Normas Sociais de Género (percentagem de pessoas com pelo menos um preconceito)				Percentagem de pessoas preconceituosas, por dimensão			
		Total	Mulheres	Homens	Pessoas sem preconceito	Político	Educacional	Económico	Integridade física
Vietname	2017–2022	93,75	92,98	94,68	6,25	65,08	27,67	64,33	77,75
Iémen	2010–2014	98,70	97,81	99,60	1,30	87,40	45,30	87,20	85,40
Zimbabué	2017–2022	98,68	98,86	98,50	1,32	61,56	14,24	55,14	95,47
Média global ^a	Ano mais recente disponível	89,70	88,48	91,07	10,30	59,85	27,39	58,74	76,09
Países com dados da onda 5 (2005–2009)									
Bulgária	2005–2009	78,22	69,98	87,99	21,78	53,15	10,79	36,16	44,86
Burquina Fasso	2005–2009	98,57	98,25	98,84	1,43	65,65	33,05	77,12	90,48
Finlândia	2005–2009	52,47	45,71	59,71	47,53	25,15	6,80	23,87	31,16
França	2005–2009	57,24	57,01	57,50	42,76	36,16	6,89	26,07	23,18
Hungria	2005–2009	67,33	63,13	72,13	32,67	42,90	18,67	38,23	33,37
Itália	2005–2009	64,43	60,36	68,51	35,57	17,98	7,81	29,35	47,83
Mali	2005–2009	99,48	99,21	99,74	0,52	81,36	47,39	88,53	91,92
Moldávia (República da)	2005–2009	90,73	89,47	92,12	9,27	60,33	16,73	58,80	67,21
Noruega	2005–2009	42,15	39,92	44,36	57,85	19,51	3,71	21,85	18,15
Suíça	2005–2009	56,89	56,14	57,81	43,11	21,11	8,70	29,01	32,39
Reino Unido	2005–2009	57,73	52,17	63,48	42,27	26,42	6,82	25,17	35,16
Zâmbia	2005–2009	97,07	95,54	98,55	2,93	65,87	23,53	55,33	89,93

a. As médias são ponderadas com base na população com idade igual ou superior a 15, dos dados da população do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas para os 76 países e territórios com dados da edição 6 (2010–2014) ou da edição 7 (2017–2022) do Inquérito Mundial de Valores, que representa 84 por cento da população mundial.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do Inquérito Mundial de Valores, acedido em abril de 2022.

Notas e referências

Notas

SÍNTESE

- 1 Tendo presente a discussão atual sobre a definição do Antropoceno como uma nova época geológica, o Relatório adota a perspetiva que vê no Antropoceno tanto um evento geológico em curso (Bauer e outros 2021.) como um evento histórico. Como Wagner-Pacifi (2017, p. 1) argumenta: “Os acontecimentos históricos provocam uma enorme sensação de incerteza. O mundo parece estar fora de si, e as rotinas diárias são, no mínimo, perturbadas. As pessoas sentem frequentemente uma sensação vertiginosa de que uma nova realidade ou era pode estar em construção, mas é uma sensação que ainda não tem uma forma e uma trajetória claras, ou consequências determinadas. [Os acontecimentos implicam uma] dinâmica complexa de “incógnito” seguida do reconhecimento de um mundo transformado pelos acontecimentos.” Com relevância para a dimensão de incerteza associada ao Antropoceno enfatizada no Relatório, o autor continua: “Crise ambiental planetária é um acontecimento em que o terreno se *torna* o acontecimento.” (Wagner-Pacifi 2017, p. 165).
- 2 ONU 2022c, 2022d.
- 3 Grupo Mundial de Resposta à Crise da ONU sobre Alimentação 2022.
- 4 FAO e outros 2021.
- 5 PNUD 2022b.
- 6 Satake 2014.
- 7 Toor e outros (2021) estimaram que as vacinas referidas no seu estudo evitaram 50 milhões de mortes entre 2000 e 2019. Ver também van Panhuis e outros (2013) para estimativas dos EUA desde o início do século XX.
- 8 Watson e outros 2022.
- 9 Levine e outros 2022.
- 10 Mathieu e outros (2021) com base em dados de O Nosso Mundo em Dados (<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>, acessado em 7 de junho de 2022).
- 11 ONU Mulheres 2021a.
- 12 Haelermans 2022; Saavedra 2021.
- 13 Gill e Saavedra 2022; UNICEF 2020a.
- 14 Reinhart e Graf von Luckner 2022.
- 15 Payne e Bellamy 2014.
- 16 IPBES 2019b; Pörtner e outros 2021.
- 17 Ver PNUD (2020a).
- 18 Jenner 2022.
- 19 Hughes e outros 2018.
- 20 ONU 2021d.
- 21 PIAC 2021.
- 22 Ord 2020. Estamos gratos a Toby Ord por contribuir com o texto para este parágrafo.
- 23 Estas duas dimensões de incerteza fazem eco do enquadramento proveniente das avaliações das implicações das alterações climáticas para a estabilidade financeira (ver, por exemplo, BIS 2021), que distingue entre duas fontes de risco quando se trata da valorização de ativos: riscos físicos e riscos de transição. Os riscos físicos estão associados à forma como os perigos exacerbados pelas alterações climáticas podem baixar o valor dos bens, por exemplo, como as cheias podem baixar o valor das casas localizadas perto do mar ou em zonas propensas a inundações. Os riscos de transição estão associados a alterações na regulamentação ou nos gostos dos consumidores que podem resultar em ativos improdutivos, por exemplo, se as centrais elétricas a carvão forem proibidas ou rejeitadas pelos consumidores, o valor da extração de carvão e das centrais elétricas a carvão pode entrar em colapso. O Capítulo 1 alarga este quadro olhando para lá dos riscos físicos das alterações climáticas, para considerar o conjunto mais vasto de desafios associados ao contexto do Antropoceno, e para lá da transição climática, para considerar o conjunto mais amplo de elementos associados a uma transição necessária para aliviar as pressões planetárias.
- 24 Pinto e outros 2022.
- 25 Ver a discussão no capítulo 2 de Black e outros (2022).
- 26 Diamond 2015; Hyde 2020.
- 27 Boese e outros 2022.
- 28 Østby, Aas Rustad e Arasmith 2021; PNUD 2022b.
- 29 ACNUR 2022c.
- 30 Hinrichs 2021; OIT 2018a.
- 31 Ver PNUD (2019).
- 32 Bollen e outros 2021.
- 33 Por exemplo, Ahir, Bloom e Furceri (2022) construíram um Índice Mundial de Incerteza baseado na análise de texto de relatórios da Economist Intelligence Unit. Verificaram que as preocupações com a incerteza têm vindo a aumentar constantemente desde 2012, com o início da pandemia de Covid-19 a provocar um pico histórico no índice.
- 34 PNUD 2022b.
- 35 PNUD 2019.
- 36 Ver Zuboff (2019).
- 37 Zeifman 2017.
- 38 Demeke e outros 2021; Palozzi, Schettini e Chirico 2020.
- 39 Geraci e outros 2018.
- 40 Ver Polak e Trottier (2020).
- 41 PNUD 2019.
- 42 Connolly e Jackson 2019; Maguen e outros 2009; Nydegger e outros 2019; Osman e Wood 2018.
- 43 OMS 2022a.
- 44 Newson e outros 2021.
- 45 Mesmo antes da pandemia, as mulheres já assumiam a maior parte do trabalho não remunerado de prestação de cuidados e, considerando os indicadores de contenção, passaram a assumir em alguns casos ainda mais responsabilidades a cuidar dos seus filhos, enquanto trabalhavam à distância (Andrew e outros 2020; Power 2020; Seedat e Rondon 2021; ONU Mulheres 2021b).
- 46 Etheridge e Spantig 2020; Hammarberg e outros 2020; ONU Mulheres 2021b; Wade e outros 2021; OMS 2022a; Xue e McMunn 2021.
- 47 Watson e Osberg 2017.
- 48 *The Lancet Global Health* 2020.
- 49 PAHO 2019.
- 50 OMS 2022b.
- 51 Ver Black e outros (2022) para uma análise do nexo de segurança ambiental, incluindo uma elaboração de diferentes tipos de riscos que devem ser geridos em transições justas, com princípios orientadores e recomendações de como o fazer.
- 52 Sonter e outros 2020.
- 53 Kimbrough 2021.
- 54 Folke e outros 2021; Zaremba 2022.
- 55 “As transformações, tal como as adaptações, estão também a ser encaradas, não como eventos discretos, mas sim como cascatas dinâmicas que implicam mudanças multi-dimensionais de regime e mudanças qualitativas associadas nos percursos do desenvolvimento” (Clark e Harley 2020, p. 355).
- 56 Autor, Salomons e Seegmiller 2021.
- 57 Baek e outros 2021; Tunyasuvunakool e outros 2021.
- 58 Hammad, Bacil e Soares 2021.
- 59 Youngs 2020.
- 60 Okonjo-Iweala, Shanmugaratnam e Summers 2021.
- 61 FMI 2021b.
- 62 Segundo a Statista (2022), quase 6,6 mil milhões de assinaturas de smartphones em 2022, cerca de 84 por cento da população mundial. Espera-se que no próximo quinquénio sejam adicionadas mais mil milhões de subscrições.

63	Weiss 2022.
64	Ver de Coning (2018).
65	Clark e Harley 2020, p. 367.
66	IPBES 2019a.
67	Mach e Field 2017; Pereira e outros 2020.
68	Shiller 2019.
69	Hoff e Walsh 2019.
70	Anis e White 2017.
71	Potts e Henderson 2021.
72	Baldassarri e Page 2021.
73	Angelou 1993, p. 65-66.

PARTE I

CAPÍTULO 1

- 1 No início de 2022, o secretário-geral da ONU, António Guterres, alertou os líderes mundiais para a crescente divergência entre os países, provocando uma “receita para a instabilidade” (ONU 2022a), ecoando a necessidade de fortalecer o multilateralismo para enfrentar os maiores desafios da humanidade, tal como foi definido no relatório do secretário-geral. *Our Common Agenda* (UN 2021c).
- 2 Por exemplo, a pandemia de Covid-19 forçou uma inversão sem precedentes do desenvolvimento humano, com reduções na esperança de vida à nascença durante dois anos consecutivos (PNUD 2022b). Cerca de 1,3 milhares de milhões de pessoas vivem em pobreza multidimensional, a partir de 2021 (PNUD e OPHI 2020). E as desigualdades entre grupos e em aspetos importantes do desenvolvimento humano estão a aumentar (PNUD 2019).
- 3 A incerteza foi definida como o tema da década pela diretora-geral do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva (2020): “Se tivesse de identificar um tema no início da nova década, seria o da incerteza, que cada vez é maior.” O Conselho de Segurança das Nações Unidas também identificou o momento presente como de mudança da geopolítica e aumento da instabilidade e tensões globais (2021).
- 4 PNUD 2022b. Para mais provas sobre o descontentamento, ansiedades e sentimentos de insegurança, incluindo em alguns dos países mais ricos do mundo, ver Pinto e outros (2022), Pew Research Center (2021) e PNUD (2022b).
- 5 No presente capítulo e no relatório usa-se o termo “incerteza” para se fazer referência a um conjunto alargado de possíveis resultados futuros que não são previamente conhecidos com certeza. Na economia há uma longa tradição de pensar sobre a incerteza, como nas contribuições de Keynes (1909) e Knight (1921). Hoje, a literatura económica sobre a escolha em momentos de incerteza distingue entre a escolha sob risco (quando há uma distribuição de probabilidades associada a um conjunto de eventos possíveis) e a escolha sob ambiguidade (quando o conjunto de possíveis eventos é conhecido, mas a distribuição de probabilidades é desconhecida). As escolhas sobre a mitigação das alterações climáticas são tipicamente analisadas como escolhas sob risco, dado que um conjunto de resultados possíveis é conhecido e existem diferentes formas de estimar as distribuições de probabilidades associadas

aos mesmos (embora existam divergências sobre o que é distribuição de probabilidade). Neste contexto, as alterações climáticas são uma fonte, ou uma força motriz da incerteza, não porque não sabemos que algo de mau pode acontecer e não podemos estimar a probabilidade de isso acontecer, mas porque os resultados futuros não são certos, e são hoje definidos em termos probabilísticos. Em todo o caso, as nossas próprias ações podem (ainda) ter impacto sobre a evolução das condições ambientais, o que torna os resultados futuros dependentes, entre outros factores, das nossas escolhas. As probabilidades associadas a eventos incertos podem ser estimadas de diferentes formas. Para eventos recorrentes, a frequência de eventos passados é uma abordagem comum, incluindo na indústria seguradora. Para eventos futuros raros ou sem precedentes, modelos de análise e o trabalho de especialistas sugerem a adoção de distribuições associadas a eventos futuros. Quando nenhuma distribuição de probabilidade pode ser derivada para eventos futuros que possam ser especificados, confrontamo-nos com a escolha sob ambiguidade. E, claro, há também a possibilidade de confrontar um evento que nunca foi imaginado. Todas estas possibilidades enquadram-se no amplo tratamento do tema da incerteza neste Relatório.

- 6 Estas duas dimensões de incerteza fazem eco do enquadramento proveniente das avaliações das implicações das alterações climáticas para a estabilidade financeira (ver, por exemplo, BIS 2021), que distingue entre duas fontes de risco quando se trata da valorização de ativos: riscos físicos e riscos de transição. Os riscos físicos estão associados à forma como os perigos exacerbados pelas alterações climáticas podem baixar o valor dos bens, por exemplo, como as cheias podem baixar o valor das casas localizadas perto do mar ou em zonas propensas a inundações. Os riscos de transição estão associados a alterações na regulamentação ou nos gostos dos consumidores que podem resultar em ativos improdutivos, por exemplo, se as centrais elétricas a carvão forem proibidas ou rejeitadas pelos consumidores, o valor da extração de carvão e das centrais elétricas a carvão pode entrar em colapso. Este capítulo alarga este quadro olhando para lá dos riscos físicos das alterações climáticas, para considerar o conjunto mais vasto de desafios associados ao contexto do Antropoceno, e para lá da transição climática, para considerar o conjunto mais amplo de elementos associados a uma transição necessária para aliviar as pressões planetárias.
- 7 Pinto e outros 2022.
- 8 Delgado 2022.
- 9 Ver figura 2.10 no PNUD (2020a).
- 10 Ellis 2022, p. 15.
- 11 Bollen e outros 2021.
- 12 Bollen e outros 2021; Ahir, Bloom e Furceri 2018.
- 13 A análise antecede a pandemia de Covid-19 e, como tal, não reflete quaisquer efeitos da pandemia.
- 14 Dodds e outros 2015.
- 15 Martins e Baumard 2020.
- 16 Fan e outros 2019; Helliwell e outros 2022; Maurer e Holbach 2016.
- 17 Helliwell e outros 2022; Jaidka e outros 2020.

- 18 Por exemplo, Ahir, Bloom e Furceri (2022) construíram um Índice Mundial de Incerteza baseado na análise de texto de relatórios da Economist Intelligence Unit. Verificaram que as preocupações com a incerteza têm vindo a aumentar constantemente desde 2012, com o início da pandemia de Covid-19 a provocar um pico histórico no índice.
- 19 Ayers e outros 2020; Fetzer e outros 2021. Ver também o Computacional Story Lab (sem data).
- 20 Helliwell e outros 2022.
- 21 Jaidka e outros 2020.
- 22 Maurer e Holbach 2016. Ver também o Computacional Story Lab (sem data) sobre a influência dos acontecimentos em expressões de felicidade no Twitter.
- 23 As conclusões são semelhantes a outros estudos que mostram o crescente descontentamento público e uma degradação grave das atitudes sociais em relação à democracia, à ciência e aos governos (EIU 2021; Foa e outros 2020; Instituto para a Economia e a Paz 2020).
- 24 Pinto e outros 2022. Por exemplo, um estudo recente concluiu que a maioria das pessoas em 17 economias avançadas acredita que as crianças que crescem hoje em dia terão uma situação financeira pior do que a dos seus pais (Pew Research Center 2021). No entanto, outros estudos apontam para jovens que têm visões mais otimistas sobre o seu futuro e o futuro do mundo, pelo menos antes da pandemia de Covid-19 (Ipsos e Bill & Melinda Gates Foundation 2018), particularmente os dos países em vias de desenvolvimento (UNICEF 2021a).
- 25 Choi e outros 2022.
- 26 A Organização Gallup 2022.
- 27 A investigação em psicologia mostra que, embora a incerteza em situações controladas - como o jogo - possa ser excitante, a incerteza também é uma das principais causas de stress, especialmente entre aqueles com baixa tolerância à incerteza ou quando ligados a situações em que não podemos confiar em experiências anteriores para informar a tomada de decisões (Grupe e Nitschke 2013; Harvard Medical School 2020; Tanovic, Gee e Joormann 2018).
- 28 Pinto e outros 2022; PNUD 2022b.
- 29 PNUD 2019.
- 30 Banco Mundial 2020a.
- 31 PNUD e OPHI 2020.
- 32 Roser 2021.
- 33 Fleurbaey 2018, p. 42.
- 34 PIAC 2021, 2022b.
- 35 Malhi 2017.
- 36 A adoção de uma nova época pela comunidade estratigráfica continua em consideração (Voosen 2022a). A proposta foi formalmente apresentada por um grupo de trabalho criado para analisar as provas a favor de uma nova época geológica (Zalasiewicz e outros 2017). Recentemente, foi feita uma sugestão para caracterizar o Antropoceno como um evento geológico desdobrado, em vez de uma época geológica com marcadores claros (Bauer e

- outros 2021). Ver o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020 (PNUD 2020a) para uma revisão das provas bem como o debate a partir de múltiplas perspectivas das ciências naturais, das ciências sociais e das humanidades, que o quadro Antropoceno tem motivado.
- 37 PNUD 2020a.
- 38 O argumento de que ter poder sobre algo cria a obrigação de agir (seja para melhorar um resultado ou parar algo que é prejudicial) tem uma longa tradição no pensamento ético. Por exemplo, foi invocado por Buda como o argumento para os humanos não deverem prejudicar a vida não humana. Este exemplo e argumento são extraídos de Sen (2009b).
- 39 Ellis 2021; Ellis e outros 2021.
- 40 Marra e outros 2021.
- 41 Reyers 2017.
- 42 Polasky e outros 2020. Ver também Lenton (2019) e Lovejoy (2019).
- 43 O último relatório do PIAC mostra que é praticamente impossível que a aceleração do aquecimento global desde 1970 tenha uma causa geológica. Sem uma ação severa, espera-se que as emissões induzidas pelo homem aumentem as temperaturas médias em 1,5°C nos próximos 20 anos, com potenciais consequências catastróficas para os seres humanos (PIAC 2021).
- 44 PIAC 2021.
- 45 Elhacham e outros 2020.
- 46 IPBES 2019b; Pörtner e outros 2021.
- 47 PIAC 2022b.
- 48 Carlson e outros 2022.
- 49 Carlson e outros 2022.
- 50 Marani e outros 2021.
- 51 Rohr e outros 2019.
- 52 OMS 2021g.
- 53 Kotz, Wenz e Levermann 2021.
- 54 CUNY Advanced Science Research Center 2021; ver também Vörösmärty e outros 2020.
- 55 Kotz e outros 2021, p. 319.
- 56 Guo e outros 2016.
- 57 Kotz, Wenz e Levermann 2021.
- 58 Guo e outros 2016.
- 59 Kotz e outros 2021.
- 60 Keys e outros 2019.
- 61 As simulações climáticas são suscetíveis à incerteza inerente aos modelos - transversal e intrínseca (Barnett, Brock e Hansen 2020). Algumas das principais fontes de incerteza derivam da evolução das emissões de gases com efeito de estufa – que serão influenciadas pelas escolhas e políticas humanas – e dos ciclos de reação entre diferentes processos do ecossistema (Hausfather e outros 2022). Por exemplo, a aplicação de um imposto sobre o carbono terá impacto no custo do carbono, influenciará o consumo e as escolhas de produção e, em última análise, afetará as emissões. Mas a taxa ideal de tal imposto é difícil de identificar, devido à incerteza sobre o verdadeiro custo social do carbono (Barnett, Brock e Hansen 2020) e se as pessoas aceitarão esse imposto (ver, por exemplo, os protestos do imposto sobre os combustíveis dos “coletes amarelos” em França). Assim, os pressupostos adotados na projeção de temperaturas futuras podem levar a conclusões muito diferentes (Hausfather e outros 2022), e os investigadores têm vindo a alertar para uma nova geração de “modelos quentes” que sobrestimam o aumento da temperatura (Voosen 2022b). As projeções médias provenientes de diferentes modelos são uma das formas de lidar com a incerteza nos modelos, embora os modelos demasiado quentes possam exagerar o impacto das emissões no aquecimento. O último relatório do PIAC apresentou, ao invés disso, resultados modelados de acordo com diferentes níveis de aquecimento, ao ilustrar uma vez mais um vasto leque de resultados possíveis. A incerteza inerente aos modelos climáticos não significa que o aquecimento não é uma realidade; de facto, o último relatório do PIAC demonstra que as temperaturas médias na Terra estão neste momento 1°C acima das sentidas antes da Revolução Industrial, o que, sem qualquer dúvida, é fruto das emissões provocadas pela atividade humana (PIAC 2021). A forma como as emissões poderão evoluir daqui para a frente, bem como o seu impacto nas temperaturas e no planeta, depende apenas de nós.
- 62 Ver, por exemplo, o último relatório do PIAC, que incorpora percepções disciplinares transversais nas avaliações dos riscos das alterações climáticas. Assente num conhecimento da adaptação interdependente das sociedades humanas e ecossistemas, o relatório demonstra que – no contexto das alterações climáticas – as respostas do ser humano às alterações climáticas acrescentam novas dimensões de oportunidade e de risco (PIAC 2022b).
- 63 Dosio e outros 2018.
- 64 A história oferece ensinamentos importantes. Por vezes, a história é invocada como alerta para o mundo atual, apelando a narrativas de ecocídios do passado nas quais o colapso civilizacional foi o resultado da sobreutilização dos recursos naturais. Uma leitura popular desta narrativa foi baseada em Diamond (2005). Ao reconhecer que “[a] principal utilização prática da história é livrar-nos de analogias históricas plausíveis” (James Bryce, citado em Müller 2002, p. 5), uma abordagem mais recente ao registo histórico, tornada possível em parte pelos avanços nas tecnologias que vão desde a observação da Terra à análise de ADN de um passado longínquo, sugere que este testemunho tem sido simplificado em excesso.
- 65 Degroot 2019; Degroot e outros 2021.
- 66 Xu e outros 2020.
- 67 PNUD 2020a.
- 68 PNUD 2022b.
- 69 Chancel e outros 2022.
- 70 Consultar tabela 6.6 em Chancel e outros (2022).
- 71 Chancel e outros 2022.
- 72 Chancel e outros 2022.
- 73 Jafino e outros 2020.
- 74 Por exemplo, a poluição é uma das principais ameaças para a saúde, ao causar uma em cada seis mortes por ano. Tem-se assistido, ao longo do tempo, a uma diminuição das mortes relacionadas com a pobreza e poluição, tal como a morte causada pela ingestão de água contaminada. No entanto, as mortes causadas pela poluição proveniente da industrialização, tal como por químicos tóxicos, aumentou em mais de 60 por cento desde o início do século XXI, o que indica o aparecimento de novas lacunas em matéria de desigualdade ambiental (Fuller e outros, 2022).
- 75 Wing e outros 2022.
- 76 Osman-Elasha n.d.
- 77 Alguns até argumentaram que as dinâmicas desiguais das alterações climáticas justificam a “atribuição de um limite” ao rendimento e riqueza (Robeyns 2019).
- 78 Frank 2020.
- 79 Appadurai 2004.
- 80 La Ferrara 2019; Fruttero, Muller e Calvo-González 2021.
- 81 Conradie e Robeyns 2013.
- 82 Frank 2020.
- 83 Genicot e Ray 2017, 2020.
- 84 Greenaway, Frye e Cruwys 2015.
- 85 Lybbert e Wydick 2018.
- 86 Ord 2020. Estamos gratos a Toby Ord por contribuir com o texto para este parágrafo.
- 87 A ideia tem vindo a ser desenvolvida através de Bostrom (2013), Leslie (1996), Ord (2020), Parfit (1984), Sagan (1983) e Schell (1982).
- 88 Sears 2020.
- 89 Bostrom 2002.
- 90 Bostrom 2002, 2013; Sears 2020.
- 91 Bostrom 2002.
- 92 Sears 2020, 2021.
- 93 The Bulletin Science and Security Board 2021.
- 94 Lenton e outros 2019.
- 95 Boulton, Lenton e Boers 2022; Huntingford e outros 2008.
- 96 Lenton e outros 2019, p. 512.
- 97 Um cenário em que o mundo em geral cumpre os objetivos traçados pelo Acordo de Paris, ao levar a cabo as reformas nacionais de forma contínua e inabalável, colocará diferentes riscos transicionais, quando comparado com um cenário em que as alterações acontecem de forma abrupta. Num cenário adverso, onde as alterações são demasiado tardias ou demasiado súbitas, as incertezas transicionais serão amplificadas, atravessando diferentes áreas da economia e sociedade (Gros e outros, 2016).
- 98 PNUD 2020a.
- 99 Uma das formas de adotar uma perspectiva integrada sobre as múltiplas transições, de modo a aliviar as pressões sobre o planeta e incorporar o papel de alteração tecnológica, é fazer-se valer da abordagem do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020 (UNDP 2020a). Todos os seres vivos que utilizam energia e materiais devolvem-nos à natureza, no entanto, a pegada deixada pelo ser humano excede em muito a de qualquer outra espécie. Durante grande parte da história da humanidade, a utilização da energia e dos materiais não se encontrava muito longe

dos limites do seu metabolismo biológico. Porém, foi só depois da Revolução Industrial que os seres humanos começaram a dominar e a utilizar energia e materiais a uma escala comparável à da biosfera. A investigação socioeconómica oferece uma perspectiva mais profunda a respeito da interação entre a sociedade e a natureza, bem como estuda os fluxos biofísicos que lhes são transversais e como essa relação se desenvolve ao longo do tempo (Haberl e outros 2011). Ao conjugar as disciplinas da economia e sociologia com as ciências da terra e naturais, explora a mutação da matéria e da energia à medida que estas são extraídas e utilizadas pelas sociedades. Os principais avanços tecnológicos na história da humanidade seguiram-se de maior consumo energético e de ciclos de materiais alterados, dando origem a novas ordens sociais e ambientais. Em muitos dos casos, este aumento de energia levou à perturbação do ambiente fruto de uma maior produção de resíduos, inicialmente a uma escala local e agora à escala planetária (Lenton, Pichler e Weisz 2016).

100 PNUD 2020a.

101 Smil 2022.

102 Smil 2022.

103 Bai e outros 2016.

104 Cai 2020.

105 Balta-Ozkan, Watson e Mocca 2015; Gambhir, Green e Pearson 2018.

106 OIT 2018b.

107 Bergant, Mano e Shibata 2022.

108 Bolton, Adrian e Kleinnijenhuis 2022.

109 Lieu e outros 2020.

110 Haberl e outros 2011; Krausmann e outros 2008; PNUD 2020a.

111 O custo médio ponderado normalizado da energia solar fotovoltaica à escala de utilidade diminuiu 85 por cento entre 2010 e 2020; durante o mesmo período, o custo médio ponderado da eletricidade proveniente de projetos eólicos onshore diminuiu 56 por cento (IRENA 2021).

112 AIE 2021c.

113 BP 2020.

114 Graham-Rowe 2011.

115 Rulli e outros 2016.

116 Jeswani, Chilvers e Azapagic 2020.

117 Verdade, Piña e Rosalino 2015.

118 Webb e Coates 2012.

119 Oehlschlaeger, Wang e Sexton 2013.

120 Hertel 2009.

121 Sepulveda e outros 2021.

122 Bolton e outros 2020; NGFS 2019.

123 Campiglio e outros 2018.

124 Casa Branca 2022.

125 NGFS 2021.

126 Erlanger e Sengupta 2021.

127 Peszko e outros 2020.

128 Engebretsen e Anderson 2020.

129 Smith e Brower 2022.

130 Alderman 2021.

131 O setor das energias renováveis emprega de momento 12 milhões de pessoas em todo o

mundo, prevendo-se o crescimento do setor de modo a oferecer 114 milhões de empregos no futuro, assumindo-se que as políticas e compromissos atuais são implementados com sucesso, (IRENA e OIT 2021).

132 Lazer 2021.

133 Hausfather e Forster 2021; AIE 2020a; PNUA 2021.

134 Banco Mundial 2020b.

135 AIE 2022.

136 Timperley 2021.

137 Vinichenko, Cherp e Jewell 2021.

138 Sovacool 2016.

139 Sovacool 2016.

140 Sovacool 2016.

141 Fouquet 2016.

142 Lazard e Youngs 2021. Tanto a agricultura como a mineração, atividades humanas que exercem pressões sobre o planeta, foram associadas a graves questões de direitos humanos em países de baixo e médio rendimento. Por exemplo, aproximadamente 70 por cento do trabalho infantil e aproximadamente 30 por cento das pessoas em condições de escravidão moderna encontram-se na agricultura. Condições de trabalho perigosas, trabalho infantil e outras violações das leis laborais estão associadas à mineração artesanal de vários metais. (Sellare e outros 2022).

143 Sonter e outros 2020.

144 Rehbein e outros 2020.

145 Estas estimativas variam consideravelmente entre estudos, dependendo dos pressupostos modelo das políticas planeadas, tipos de tecnologias, calendário, entre outros. No entanto, mesmo ao abrigo de uma previsão ambiciosa de reutilização e reciclagem, a taxa de mineração terá de aumentar várias vezes (Hund e outros 2020; AIE 2021b; Sovacool e outros 2020).

146 Heffernan 2019.

147 Helmholtz Centre for Ocean Research Kiel 2021.

148 Race 2019.

149 PNUD 2020a.

150 WWF Austrália 2021.

151 Hataway 2017.

152 Circle Economy 2020.

153 MaterialFlows 2022.

154 Bringezu e outros 2017; OCDE 2019a.

155 Circle Economy 2020; Veidis e outros 2022.

156 Elhacham e outros 2020.

157 OCDE 2020a.

158 AIEA 2018.

159 Schlesinger e Bernhardt 2013.

160 Kinzig e Socolow 1994.

161 A eutrofização ocorre quando os níveis de minerais e nutrientes num corpo de água aumentam de forma excessiva. Quando os níveis de nutrientes se encontram demasiado elevados, aparecem as zonas mortas (zonas de baixo oxigénio) em corpos de água (National Geographic 2022).

162 de Raús Maure e outros 2021.

163 O título desta secção foi inspirado em Basu (2021).

164 Russell 2022.

165 Brynjolfsson 2022, p. 282.

166 Autor, Dorn e Hanson (2016) confrontam as narrativas em torno do comércio livre com os impactos assimétricos transversais nos setores e regiões nos Estados Unidos.

167 Hilbert 2022.

168 Evans 2011.

169 Alguns dos autores propõem uma distinção entre risco, incerteza resolúvel e incerteza radical (Kay e King 2020). Nesta abordagem, o risco é visto como uma falha no preenchimento dos elementos centrais da narrativa de referência. A incerteza resolúvel é a incerteza que pode ser resolvida através da pesquisa ou ser representada por uma distribuição de probabilidade de resultados conhecidos. No entanto, no que respeita à incerteza radical não existem meios semelhantes de resolver a incerteza – simplesmente não sabemos.

170 FEM 2020a.

171 Studley 2021.

172 Business of Apps 2022.

173 Hilbert 2022.

174 Jacob e Akpan 2015.

175 Mirchandani 2018; Mutahi e Kimari 2017.

176 Midgley e outros 2021.

177 Neophytou, Manwell e Eikelboom 2021.

178 Brady e outros 2017.

179 Messing e Weisel 2017.

180 Immordino-Yang, Christodoulou e Singh 2012.

181 Levy 2021.

182 Mitchell, Gottfried e Matsa 2015.

183 Kreps 2020.

184 Nowotny 2021.

185 OpenAI e Pilipiszyn 2022.

186 Imperva 2016.

187 Vosoughi, Roy e Aral 2018.

188 O'Neil 2016.

189 Ciancaglini e outros 2020.

190 Hill 2020.

191 de Ágreda 2020.

192 Acemoglu 2021.

193 Meenakshi 2022.

194 Meenakshi 2022.

195 Prabhune 2022.

196 Cyranoski e Ledford 2018.

197 Mehravar e outros 2019.

198 Lanphier e outros 2015.

199 Waltz 2022.

200 Waltz e Nature Biotechnology 2021.

201 Aslam e outros 2022.

202 Selfa, Lindberg e Bain 2021.

203 Stiglitz e Guzman 2021.

204 Polasky e outros 2020.

- 205 Kay e King 2020.
- 206 Klein e Kruglanski 2013; van Baar, Halpern e FeldmanHall 2021.
- 207 Funke, Schularick e Trebesch 2016.
- 208 Boese e outros 2022.
- 209 Boese e outros 2022.
- 210 Boese e outros 2022; International IDEA 2021; Repucci e Slipowitz 2022.
- 211 Stiglitz e Guzman 2021.
- 212 Druckman 2017.
- 213 Pinto e outros 2022.
- 214 Lopes da Silva, Tian e Marksteiner 2021; Petersson e outros 2021.
- 215 PNUD 2022b.
- 216 Aas Rustad 2021; PNUD 2022b.
- 217 Arasmith, Østby e Aas Rustad 2022.
- 218 Collins, Florin e Sachs 2021; Darbyshire 2021.
- 219 Burke, Hsiang e Miguel 2015; Hsiang, Burke e Miguel 2013; Mach e Kraan 2021.
- 220 McCool e outros 2022.
- 221 PNUD 2022b.
- 222 Considere-se o aumento de 20 vezes nos conflitos relacionados com a água desde 1970 (SIPRI 2021) ou as ações de contestação em torno dos recursos minerais (Aas Rustad e outros 2022).
- 223 Lazard 2021.
- 224 PNUD 2021a.
- 225 Keys e outros 2019; Polasky e outros 2020; Wassénius e Crona 2022. Ver também PNUD (2020a).
- 226 Helbing 2013.
- 227 Crona, Folke e Galaz 2021.
- 228 Raymond e outros 2020.
- 229 Stevenson e outros 2022.
- 230 Stevenson e outros 2022.
- 231 Raymond e outros 2020.
- 232 Zscheischler e outros 2020.
- 233 Aguirre-Liguori e outros 2019.
- 234 Anderson e outros 2019; Gaupp e outros 2020; Raymond e outros 2022; Sarhadi e outros 2018; Zscheischler e outros 2020.
- 235 Tigchelaar e outros 2018.
- 236 Quéré e Mayot 2022.
- 237 Com efeito, o trigo, arroz e o milho constituem 51 por cento da dieta global (PNUD 2020a).
- 238 Anderson e outros 2019.
- 239 Hynes e outros 2020.
- 240 Kirby 2022; Krugman 2022; Menker 2022.
- 241 Pomeroy 2022.
- 242 Dryhurst e outros 2020; Hromatko, Tonković e Vranic 2021; Kreps e Kriner 2020.
- 243 A investigação demonstra que a transmissão secundária de agentes patogénicos dos animais para os humanos é provável que tenha levado a muitas pandemias virais desde o início do século XX (Bernstein e outros 2022); A ocorrência de surtos de doença zoonótica capazes de desencadear pandemias tornar-se-á mais frequente nas décadas que se avizinham, dada a crescente interferência por parte do ser humano no ambiente natural (Marani e outros 2021).
- 244 Gill e Saavedra 2022.
- 245 O’Callaghan e Murdock 2021.
- 246 Marshman, Blay-Palmer e Landman 2019.
- 247 PNUD 2022b.
- 248 Alves e Rosa 2007.
- 249 Landrigan e outros 2018.
- 250 Cole, Ozgen e Strobl 2020.
- 251 Gaupp e outros 2020.
- 252 Georgieva, Gopinath e Pazarbasioglu 2022.
- 253 Estudos demonstram um declínio geral da confiança nas instituições, governos e democracia – ver, por exemplo (Foa e outros 2020; PNUD 2022b).
- 254 Boese e outros 2022; International IDEA 2021.
- 255 Okonjo-Iweala, Shanmugaratnam e Summers 2021.
- 256 Por exemplo, em 2018, António Guterres, Secretário-Geral da ONU, alertou os líderes mundiais para uma ordem mundial “cada vez mais caótica” (Nichols 2018). As palavras foram reiteradas na abertura da reunião anual do Fórum Económico Mundial em 2020, onde utilizou duas palavras para descrever o estado do mundo: “incerteza e instabilidade” (FEM 2020b). Em 2022, Guterres fez soar o alarme para a crescente divergência entre países, o que dá azo a instabilidade no seio da ONU (2022a).
- 257 ONU 2021c.
- 258 Georgieva, Gopinath e Pazarbasioglu 2022.
- 259 Ver página 6 e seguintes em Watene (2022).
- 260 Watene 2022.
- 261 Agradecemos a Krushil Watene por estas sugestões.

CAPÍTULO 2

- 1 A angústia é definida por “uma resposta negativa ao stress que, por norma, inclui efeitos negativos e resposta fisiológica: um tipo de stress que tem origem na sobrecarga de pedidos, perdas, ou ameaças percebidas.” Implica “um estado emocional negativo no qual uma qualidade específica da emoção é indeterminada ou não identificável” (Associação Americana de Psicologia 2022).
- 2 Estes conceitos são baseados em Sen (1999).
- 3 Mani e outros 2013; Ridley e outros 2020; OMS 2022b.
- 4 Martha Nussbaum e outros têm argumentado, reiteradamente, que as emoções são fundamentais no que respeita à discussão sobre o desenvolvimento humano. Nussbaum considera as emoções uma das suas dez capacidades fundamentais, apontando para a importância de emoções como o amor, luto, saudade, gratidão e indignação não serem distorcidas por medo ou ansiedade (Nussbaum 2003a). Outros trabalhos importantes incluem Comim (2011), Hirai, Comim e Ikemoto (2016) e Nussbaum (1995, 2003b).
- 5 Pessoa 2019.
- 6 A influência da cultura está enraizada na literatura há décadas. Não só diferentes culturas têm diferentes “caixas de ferramentas” com práticas, competências e estilos que as pessoas utilizam para desenvolver estratégias de ação, mas, mais importante, os padrões de pensamento humano desenvolvem-se em contextos culturais, moldando o funcionamento das nossas mentes. Em tempos conturbados, a cultura também conforma comportamentos humanos, através das ideologias vigentes que as pessoas seguem na determinação das suas ações. (Lamont e outros 2017; Nisbett e Norenzayan 2002; Swidler 1986; Tomasello 2016).
- 7 A literatura constata, por exemplo, que as pessoas receosas têm um maior risco de aversão quando comparadas às pessoas zangadas, que por sua vez tendem a fazer escolhas mais arriscadas (Lerner e Keltner 2001).
- 8 Gordon e Mendes 2021.
- 9 O desenvolvimento humano é o processo através do qual as escolhas das pessoas são alargadas, permitindo a cada um dos indivíduos desenvolver o seu potencial (PNUD 1990).
- 10 O conceito de resiliência é utilizado de diversas formas na literatura da psicologia, no entanto, aqui é utilizado no sentido de imunidade mental, estado no qual as pessoas não desenvolvem distúrbios mentais apesar de enfrentarem stress tóxico (Davydov e outros 2010).
- 11 Brännlund, Strandh e Nilsson 2017.
- 12 Bubonya, Cobb-Clark e Wooden 2017.
- 13 Callander e Schofield 2018.
- 14 Saxena 2018.
- 15 Sen 1979, 1989, 1997a, 1999, 2008.
- 16 McEwen e McEwen 2017.
- 17 Centro para o Desenvolvimento da Criança 2013, 2021; Conselho Científico Nacional para o Desenvolvimento da Criança 2020.
- 18 Centro para o Desenvolvimento da Criança 2021.
- 19 McEwen e McEwen 2017; Conselho Científico Nacional para o Desenvolvimento da Criança 2020.
- 20 Dallman 2010; Danese e Lewis 2017; Danese e outros 2014; Evans e Wachs 2010; Hackett e Steptoe 2017; Hughes e outros 2017; Morris e outros 2019.
- 21 Ignatow 2021.
- 22 A confiança básica diz respeito à confiança que é desenvolvida durante os primeiros 18 meses de vida, quando as necessidades são satisfeitas pelos prestadores de cuidados. O bebé desenvolve confiança em si mesmo, no ambiente e nos que o rodeiam. Esta confiança desenvolve-se ainda mais durante a infância, quando as crianças dependem de modo significativo dos prestadores de cuidados (Erikson 1993).
- 23 Centro para o Desenvolvimento da Criança 2013, 2021; McEwen e McEwen 2017.

- 24 Sobre a autoeficácia percebida, ver Wuepper e Lybbert (2017). Sobre a importância de exemplos a seguir, ver Frye (2019).
- 25 Youssef e outros 2018.
- 26 Diorio e Meaney 2007.
- 27 Robeyns 2017; Ungar e Theron 2020.
- 28 Abordagens baseadas na natureza têm-se mostrado particularmente eficazes (Yiğit-Gençten 2022).
- 29 Crabtree 2022a; Bratman e outros 2019; Soga e outros 2021; Tillmann e outros 2018. Uma vez que esta é uma área nova de investigação, alguns destes estudos apontam para o facto de que é necessária mais investigação de modo a confirmar este efeito e explicar os canais através dos quais funciona.
- 30 Lengfelder 2021. Estas são as capacidades que Martha Nussbaum considera essenciais (Nussbaum 2003a, 2015).
- 31 Ungar e Theron 2020.
- 32 Por exemplo, mais de 55 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com demência, com mais de 10 milhões de novos casos todos os anos. A demência resulta de uma variedade de doenças e lesões que afetam o cérebro. A doença de Alzheimer é a forma mais comum de demência e contribui para cerca de 60-70 por cento dos casos (OMS 2021b).
- 33 PNUD 2020a.
- 34 Berry, Bowen e Kjellstrom 2010; Berry e outros 2018; Cianconi, Betrò e Janiri 2020; Crabtree 2012; Hayes e outros 2018; Padhy e outros 2015; Palinkas e Wong 2020.
- 35 Berry, Bowen e Kjellstrom 2010.
- 36 Cianconi, Betrò e Janiri 2020; Miles-Novelo e Anderson 2019; Padhy e outros 2015.
- 37 Para uma análise detalhada sobre isto – incluindo dois estudos de caso, um na Finlândia e outro em Tuvalu – ver Crabtree (2022b).
- 38 Clayton 2020; Taylor 2020.
- 39 Um inquérito recente que inclui 10.000 jovens, com idades compreendidas entre os 16 e 25 anos, provenientes de 10 países de todo o mundo, revelou que mais de 60 por cento dos jovens estão tristes, receosos ou ansiosos a respeito das alterações climáticas. Muitos sentem que os governos estão a fracassar para com os jovens (65 por cento) ou a mentir sobre o impacto das suas ações na resposta às alterações climáticas (64 por cento). Apenas alguns pensam que os governos atuam em linha com as recomendações provenientes da investigação científica (36 por cento; Thomson 2021).
- 40 Middleton e outros 2020.
- 41 PNUD 2020a.
- 42 Conselho Científico Nacional para o Desenvolvimento da Criança 2020.
- 43 Carter e outros 2011; Hjelm e outros 2017; McLaughlin e outros 2012. Na Nova Zelândia a angústia era mais acentuada em mulheres e raparigas, do que em homens e rapazes, ao passo que nos Estados Unidos a saúde mental dos adolescentes é afetada pela insegurança alimentar, com o efeito a permanecer significativo mesmo após o controlo da pobreza extrema.
- 44 Trudell e outros 2021.
- 45 Cunsolo e Ellis. 2018; Maguire 2020; Middleton e outros 2020; Willox e outros 2013.
- 46 Middleton e outros 2020. As interações entre a biodiversidade e o bem-estar mental permanecem mal compreendidas, com estudos conduzidos entre as populações mais ricas a produzirem resultados mistos e inconclusivos (Hedin e outros 2022; IPBES 2019a; Marselle e outros 2019). Isto sugere que podem existir impactos distintos na perda de biodiversidade em diferentes grupos de pessoas, com certas espécies a serem mais importantes para a identidade de alguns grupos sociais do que outras (IPBES 2019a, p. 323–324; Marselle e outros 2019; ver também Wheeler e outros 2015).
- 47 Altman e Jordan 2018; Ebi e outros 2007; Gentle e Maraseni 2012; Tankari 2018.
- 48 Carlson e outros 2022.
- 49 Czeisler e outros 2020; Gao e outros 2020; OMS 2022a.
- 50 OMS 2022a.
- 51 OMS 2022c.
- 52 Varma e outros 2021. O inquérito incluiu 1 653 participantes de 63 países.
- 53 OIT 2020b; Tamarit e outros 2020; Tang e outros 2021; UNICEF 2020b; Wathelet e outros 2020; OMS 2022a. Ver também Newson e outros (2021), que acompanha os níveis de bem-estar mental na Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos e as significativas populações falantes de inglês da Índia, Singapura e África do Sul entre pessoas com idades compreendidas entre os 19 e 24 anos.
- 54 Newson e outros 2021.
- 55 Mesmo antes da Covid-19, as mulheres já assumiam a maior parte do trabalho não remunerado de cuidados e, considerando os indicadores de contenção para alguns casos, passaram a assumir ainda mais responsabilidades a cuidar dos seus filhos enquanto trabalhavam à distância (Andrew e outros 2020; Power 2020; Seedat e Rondon 2021; ONU Mulheres 2021).
- 56 Etheridge e Spantig 2020; Hammarberg e outros 2020; ONU Mulheres 2021b; Wade e outros 2021; OMS 2022a; Xue e McMunn 2021.
- 57 O inquérito incluiu 6 200 mulheres e 4 000 homens em cerca de 40 países (CARE 2020). As suas conclusões foram secundadas por outro estudo realizado em vários países, no qual se pode ver que as mulheres prestadoras de cuidados a crianças com idades compreendidas entre os 5 e 18 anos na Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos experienciavam maiores níveis de angústia, ansiedade e stress pós-traumático do que os homens prestadores de cuidados (Wade e outros 2021).
- 58 Proto e Quintana-Domeque 2021.
- 59 Bender e Theodossiou 2018; Christian, Hensel e Roth 2019; Hjelm e outros 2017; Johnston, Shields e Suziedelyte 2020; Kopasker, Montagna e Bender 2018; Martin-Carrasco e outros 2016; Ridley e outros 2020.
- 60 Biasi, Dahl e Moser 2021; Ridley e outros 2020.
- 61 Smith e outros 2021.
- 62 Persson e Rossin-Slater 2018; Ridley e outros 2020.
- 63 McEwen e McEwen 2017. Um estudo proveniente do Gana demonstra que, nas regiões produtoras de cacau, as descidas dos preços do cacau por altura do nascimento de uma criança têm efeitos adversos na saúde mental da criança que duram até à adolescência e podem levar a que a criança tenha menos oportunidades económicas (Adhvaryu, Fenske e Nyshadham 2019).
- 64 Diorio e Meaney 2007.
- 65 Conselho Científico Nacional para o Desenvolvimento da Criança 2020.
- 66 Troller-Renfree e outros 2022. Do mesmo modo, outro estudo proveniente do Maláui demonstra como as transferências de dinheiro sem exigências condicionais melhoram a saúde mental entre os jovens, especialmente entre jovens mulheres (Angeles e outros 2019). Num cenário diferente, na Zâmbia, as transferências de dinheiro sem exigências condicionais não reduziram os níveis de stress, embora os níveis de stress estivessem altamente correlacionados com a perceção de insegurança alimentar, que por sua vez foi melhorada fruto do rendimento extra (Hjelm e outros 2017). O efeito positivo das transferências de dinheiro no bem-estar mental também é válido para adultos de países de baixo e médio rendimento (McGuire, Kaiser e Bach-Mortensen 2022).
- 67 Evans e Kim 2012; Evans e Wachs 2010; McEwen e McEwen 2017.
- 68 Wuepper e Lybbert 2017.
- 69 Evans, Li e Whipple 2013.
- 70 Evans, Li e Whipple 2013; O’Rand e Hamill-Luker 2005. Para uma perspetiva mais generalizada, incluindo sobre os efeitos intergeracionais das adversidades, ver Deaton (2003, 2013b), Heckman (2019) e Heckman e Rubinstein (2001).
- 71 PNUD 2019.
- 72 Kopasker, Montagna e Bender 2018.
- 73 Christian, Hensel e Roth 2019. A mitigação dos problemas de saúde mental através de transferências de dinheiro ou de outros programas governamentais foi, de igual forma, observada noutros cenários. Ver nota final n.º 66 sobre estudos de casos africanos e Cooney e Shaefer (2021) para um exemplo proveniente dos Estados Unidos.
- 74 Watson e Osberg 2017.
- 75 Knabe e Rätzel 2011.
- 76 Hussam e outros 2021. Ver também PNUD (2015).
- 77 Mesmo que parte das evidências permaneça contestada, tal como argumentado em O’Donnel e outros (2021).
- 78 Lund e outros 2010. Ao comparar o estatuto socioeconómico dentro dos países, as pessoas em países desenvolvidos com estatuto socioeconómico baixo sofrem mais do ponto de vista psicológico do que as pessoas com um estatuto socioeconómico baixo em países em vias de desenvolvimento. A religião poderá assumir um papel nesta associação, atendendo a que as normas religiosas podem aliviar o fardo da pobreza (Berkessel e outros 2021). Em países cuja

- presença de longa data de igrejas cristãs é notória, uma das diferenças culturais identificadas em relação a outros países foi a menor conformismo e maior individualismo entre as pessoas (Gelfand 2019). Explicações alternativas ou complementares, para além da influência da igreja, são o efeito percebido de desigualdade, comparação social e a pressão exercida pelos pares que provocam, em alguns países desenvolvidos, um fardo psicológico nas populações cujo rendimento é baixo (Wilkinson and Pickett 2009).
- 79 Marmot 2005; Ridley e outros 2020.
- 80 Genicot e Ray 2020; McKenzie, Mohpal e Yang 2021. Ver também PNUD (2019).
- 81 A capacidade de surgir em público sem sentir qualquer vergonha, sugerida inicialmente por Adam Smith, é fundamental para a abordagem ao desenvolvimento humano, sobretudo porque tem impacto na agência – capacidade de agir e operar mudanças (Sen 2005).
- 82 Lundberg, Kristenson e Starrin 2009. Para algumas pessoas, a prosperidade crescente reflete-se no “Sonho Americano”, sinónimo de um nível de vida superior ao dos pais, o que pode ser mais difícil de alcançar agora, quando em comparação com há algumas décadas – sobretudo devido a um desfasamento entre as expectativas baseadas em condições do passado e oportunidades disponíveis no presente (histerese; Lamont 2019). Ver também comentário por Frye (2019). No que respeita ao argumento acerca da histerese, ver Ayala-Hurtado (2021). À luz das enormes incertezas, o entrelaçamento cultural – processo de “reformulação, união e junção criativa de elementos provenientes de repertórios culturais preexistentes, que dão forma à oferta cultural sobre a qual as pessoas se regem para formar as suas mundividências” – poderá ajudar as gerações mais jovens a ultrapassar o desfasamento entre expectativas e realidades e serem capazes de se adaptar e navegar num futuro imprevisível (Zilberstein, Lamont e Sanchez 2021, p. 3).
- 83 Pleeving, Burger e van Exel 2021. Os sistemas educacionais e políticos aparentam desempenhar um papel na relação entre crença, esperança e bem-estar. Case e Deaton (2015, 2020) constatam que as “mortes por desespero” (mortes devido a abuso de substâncias ou suicídio), nos Estados Unidos, aumentaram de forma significativa entre a população branca de meia-idade ativa sem formação académica desde os anos 90. Os autores responsabilizam parcialmente o sistema capitalista por este crescimento da angústia mental. No entanto, partes do seu argumento foram contestadas. O estudo de Ruhm (2018), de diferentes condados nos Estados Unidos, argumenta que o efeito do declínio económico na mortalidade é mínimo.
- 84 Loibl e outros 2021.
- 85 As evidências para os Estados Unidos têm demonstrado, consistentemente, que os licenciados que iniciam as suas vidas profissionais numa recessão ganham menos durante um período que pode ir até 15 anos, comparativamente aos que começam a trabalhar num momento em que a economia se encontra em expansão (Kahn 2010; Oreopoulos, von Wachter e Heisz 2012; Oyer 2006; Wozniak 2010). Este efeito é intensificado para os diplomados do ensino secundário cujos efeitos negativos se estendem para além do rendimento, ao afetar de igual forma a saúde, conduzindo a uma mortalidade mais elevada, comparativamente aos que ingressam na força de trabalho durante períodos de prosperidade (Schwandt e Von Wachter 2019, 2020).
- 86 Por exemplo, um estudo concluiu que, no caso dos jovens que tiveram o azar de sofrer um problema de saúde grave (o estudo considerou apenas o efeito das ascendências paterna), esse problema influenciou negativamente a saúde dos descendentes até aos netos, com uma dimensão tão importante quanto as condições no útero ou o estatuto socioeconómico das crianças (Costa 2021).
- 87 Bianchi, Bianchi e Song 2021. Está também associada a um maior risco de aversão (evidências provenientes do Japão, em Shigeoka 2019), refletindo uma degradação a longo prazo das crenças, fruto de uma expectativa persistente de maior probabilidade de ocorrência de um abalo negativo extremo no futuro, com os custos a longo prazo a revelarem-se muitas vezes superiores aos custos a curto prazo, tipicamente contabilizados quando existem perdas na produção económica (Kozłowski, Veldkamp e Venkateswaran 2020).
- 88 Mani e outros 2013; Ridley e outros 2020.
- 89 Kaur e outros 2021.
- 90 de Bruijn e Antonides 2021; Mani e outros 2013.
- 91 Shah e outros 2018. Para impactos na tomada de decisões económicas baseadas no princípio da escassez, ver Bruijn e Antonides (2021).
- 92 Mehra, Stopnitzky e Alloush 2018.
- 93 Para adultos com doenças físicas crónicas e obesidade, ver Shen, Sambamoorthi e Rust (2008). Para adultos com diabetes, ver Vamos e outros (2009). Para um estudo randomizado-controlado sobre se as intervenções na saúde mental podem reduzir de modo geral as despesas de saúde, ver Weobong e outros (2017).
- 94 Ridley e outros 2020.
- 95 Biasi, Dahl e Moser 2021. Os tratamentos psicológicos demonstraram-se eficazes e são por norma capazes de mitigar este efeito, ao eliminar até um terço da penalização sobre o rendimento. Os benefícios dos tratamentos são mais notórios entre pessoas com um rendimento baixo, o que indica haver potencial para a diminuição da desigualdade de rendimento.
- 96 Alloush 2021.
- 97 ONU 2021a. Alguns exemplos incluem a inteligência artificial – permitiu a utilização de tecnologias de vanguarda, o que melhorou os resultados sanitários através do diagnóstico de várias doenças, salvamento de vidas e aumento da expectativa de vida; tecnologias de aprendizagem digital que reforçam os resultados do ensino, ao fornecer plataformas de aprendizagem virtual e acesso à educação para todos os que possuam conexão à Internet, independentemente da sua localização geográfica, através de tecnologias de inteligência artificial e sistemas alimentados por cadeias de blocos; a prestação de serviços públicos a tornar-se mais responsável, acessível e menos onerosa a nível burocrático; e programas e políticas a tornarem-se mais precisos e flexíveis fruto dos megadados.
- 98 Rotondi e outros 2020.
- 99 OIT 2021b.
- 100 Robinson, Wiborg e Schulz 2018; Robinson e outros 2020a; Robinson e outros 2020b.
- 101 Agrafiotis e outros 2018; Gandhi e outros 2011; Kovacevic e Nikolic 2015; Purplesec 2021; Wang, D’Cruze e Wood 2019.
- 102 Khan 2017.
- 103 Dávideková 2016; Singh e Singh 2019.
- 104 Freed e outros 2017; Kazan 2020.
- 105 Khandii 2019.
- 106 PNUD 2019.
- 107 Greer e outros 2019.
- 108 Embora não exista consenso no que respeita à sua definição, os pensamentos suicidas podem ser entendidos numa aceção lata como “um leque de contemplações, desejos e inquietações acerca da morte e o suicídio” (Harmer e outros 2022, p. 1).
- 109 Stevens, Nurse e Arief 2020.
- 110 Freed e outros 2017.
- 111 Kazan 2020.
- 112 Abi-Jaoude, Naylor e Pignatiello 2020.
- 113 Este tipo de análise não deve ser limitado a medidas dicotómicas tais como o acesso ou não acesso, mas sim considerar diferentes dimensões de desigualdade digital, incluindo desigualdade no equipamento, autonomia na utilização, competência, apoio social e os fins para os quais a tecnologia é utilizada. Uma vez que estas desigualdades se alteram rapidamente, os aspetos institucionais devem ser considerados de modo a compreender os padrões e interações que envolvem o setor privado, escolhas do consumidor e políticas governamentais (DiMaggio e Hargittai 2001).
- 114 Em Wuhan, na China, a utilização frequente das redes sociais, aquando do primeiro surto, foi associada a sintomas de ansiedade (janeiro-fevereiro 2020; Gao e 2020). Outros estudos provenientes de todo o mundo confirmam que informação incorreta ou em excesso pode provocar ansiedade entre os utilizadores das redes sociais (Tasnim, Hossain e Mazumder 2020).
- 115 Bermes 2021.
- 116 Dávideková 2016; Lee e outros 2014; Singh e Singh 2019.
- 117 Abi-Jaoude, Naylor e Pignatiello 2020.
- 118 Awaworyi Churchill e Farrell 2018.
- 119 King e outros 2014.
- 120 Ver OMS (2018).
- 121 Lichtenberg, Stickney e Paulson 2013; Lichtenberg e outros 2016.
- 122 Geraci e outros 2018.
- 123 Geraci e outros 2018.
- 124 Barbosa Neves e outros 2019.
- 125 Amundsen 2021.
- 126 Amundsen 2021.
- 127 OMS 2021a.
- 128 Postmus e outros 2020.
- 129 Benavides, Berry e Mangus 2019; Moulding e outros 2021; Shen e Kusunoki 2019; OMS 2012.
- 130 ONU 2021b.
- 131 Bates 2020b; Walker e outros 2020; OMS 2012; Wörmann e outros 2021.
- 132 Dickerson-Amaya e Coston 2019.
- 133 Bates 2020a; Dickerson-Amaya e Coston 2019; Walker e outros 2020.

- 134 Bates 2020a; Dickerson-Amaya e Coston 2019; Walker e outros 2020.
- 135 Yekefallah e outros 2018.
- 136 Frazão e outros 2014.
- 137 Jones, Hughes e Unterstaller 2001; Kumar e outros 2005; Roberts e outros 1998. Nos Estados Unidos, por exemplo, 69 por cento das mulheres e 34 por cento dos homens que experienciaram, durante as suas vidas, violência física ou sexual com um parceiro íntimo comunicaram sofrer sintomas de TSPT, ter receio, estar preocupados com a segurança, necessidade de cuidados médicos ou de auxílio por parte de quem impõe o cumprimento da lei e faltar pelo menos a um dia de trabalho ou de escola (Smith e outros 2018). Do mesmo modo, um estudo de grupo retrospectivo no Reino Unido concluiu que as mulheres que tinham sido expostas a violência nas relações íntimas tinham até três vezes maior probabilidade de sofrer com distúrbios mentais, quase o dobro da probabilidade de sofrer de ansiedade e três vezes maior probabilidade de sofrer de depressão, comparativamente às mulheres não expostas (Chandan e outros 2020). Do mesmo modo, um inquérito nacional proveniente de El Salvador observou que as mulheres que tinham experienciado violência nas relações íntimas demonstravam prevalência significativamente maior de distúrbios mentais e tendências suicidas, comparativamente às que não o tinham experienciado (Navarro-Mantas, de Lemus e Megías 2021).
- 138 Cimino e outros 2019; Daugherty e outros 2020; Ivany e outros 2018; Smirl e outros 2019.
- 139 Brenisen 2020.
- 140 Greene e outros 2018. Ver também Hornor (2005) e Silva e outros (2019).
- 141 Os dados referem-se ao ano anterior do inquérito (Hillis e outros 2016).
- 142 Freyd 1994. A teoria da traição foi contestada no que respeita aos argumentos relativos ao desenvolvimento de amnésia parcial na sequência de um trauma de traição, por McNally (2007). Para uma resposta, ver Freyd, DePrince e Gleaves (2007).
- 143 Heller e LaPierre 2012; Van der Kolk 2015.
- 144 Ungar e Theron 2020.
- 145 OMS 2021a.
- 146 Petrović, Manley e van Ham 2020.
- 147 Abass e Tucker 2018; Lee e Waite 2018; Papatristou e outros 2019; Petrović, Manley e van Ham 2020; Ruiz e outros 2019; Zhang, Zhou e Kwan 2019.
- 148 Boyle e outros 2019; Izuan e outros 2018; Jonsson, Vartanova e Södergren 2018; Salvatore e Grundy 2021; Satariano 2019.
- 149 Para uma análise detalhada sobre este efeito, ver PNUD (2019).
- 150 Alloush e Bloem 2020. O estudo utilizou um painel de dados provenientes da África do Sul e verificou uma forte ligação entre a exposição a elevados níveis de violência nos bairros e sintomas depressivos, especialmente entre pessoas desfavorecidas a viver em bairros urbanos. Argumenta que a armadilha psicológica da pobreza é desencadeada quando indivíduos com baixos rendimentos vivem em bairros com preços de renda e habitação mais reduzidos, sendo por norma afetados desproporcionalmente pela violência, com consequências prejudiciais na saúde mental e, por conseguinte, na capacidade de trabalhar e gerar rendimento.
- 151 Ver também Fowler e outros (2009) e McCoy, Roy e Raver (2016). Em Bogotá, um evento de crime violento singular próximo de casa habitadas por crianças é associado a alterações das condições de saúde mental das crianças (Cuatras e Leventhal 2020). Este efeito atinge igualmente a saúde mental dos pais, corroborando a literatura citada na primeira secção do capítulo.
- 152 Martínez e Atuesta 2018.
- 153 Connolly e Jackson 2019; Dierkhsing, Sánchez e Gutierrez 2019; Nydegger e outros 2019; Osman e Wood 2018; Whaling e Sharkey 2020.
- 154 ACLED 2021.
- 155 First Post 2020.
- 156 Ni e outros 2020.
- 157 Ni e outros 2020.
- 158 Human Rights Watch 2020a.
- 159 A incidência de conflitos armados, especialmente em países africanos (por exemplo, Etiópia, República Democrática do Congo, Moçambique, Nigéria e Ruanda), aumentou na sequência da derrota do Estado Islâmico tanto no Iraque como na República Árabe da Síria, o que obrigou estes grupos a deslocarem os seus esforços para África (em conjunto com outros grupos jihadistas transfronteiras; Pettersson e Öberg 2020).
- 160 Davies, Pettersson e Öberg 2021. Os dados apenas incluem conflitos com uma média de 25 ou mais mortes relacionadas com a guerra e em que pelo menos uma das partes em conflito é o governo de um Estado.
- 161 OMS 2021f.
- 162 Hoppen e Morina 2019.
- 163 Boelen, de Keijser e Smid 2015.
- 164 Dorison e outros 2020.
- 165 Lafta, Aziz e AlObaidi 2014.
- 166 Al-Nuaimi, Hamad e Lafta 2015.
- 167 Adesina, Adesanya e Olufadewa 2020.
- 168 Adesina, Kanmodi e Merrick 2019.
- 169 Humanitarian Practice Network 2017.
- 170 Dami e outros 2018.
- 171 Dein 2020; Igreja, Kleijn e Richters 2006; Kpobi e Swartz 2019.
- 172 Save the Children 2021; Strømme e outros 2020.
- 173 Pritchard e Choonara 2017.
- 174 Bosqui, Marshoud e Shannon 2017.
- 175 Adesina, Adesanya e Olufadewa 2020.
- 176 Singhal 2019.
- 177 Awaworyi Churchill e outros 2021; Gates e outros 2012; Kadir e outros 2018.
- 178 ACNUR 2022a.
- 179 ACNUR 2022b. Os dados são de 5 de julho de 2022.
- 180 Kadir e outros 2018.
- 181 UNICEF 2022.
- 182 Lengfelder 2021; Shultz e outros 2019.
- 183 Occhipinti e outros 2021.
- 184 National Academies of Sciences 2017.
- 185 Schwandt e outros 2021.
- 186 PNUD 2019; Williams e Sternthal 2010.
- 187 Clark e outros 1999; Pachter e Coll 2009; Straiton, Aambø e Johansen 2019; Szaflarski e Bauldry 2019.
- 188 Para exemplos sobre os refugiados rohingya, ver Riley e outros (2017) e Tay e outros (2019). Nem toda a angústia mental deste grupo minoritário se deve a traumas de perseguição do passado; os contínuos fatores de stress e agressões à dignidade humana em alguns dos campos de refugiados são fatores significativos que influenciam o bem-estar mental e a saúde dos refugiados (Riley e outros 2017). Para exemplos sobre a população yazidi, que sofreram de crimes de guerra conduzidos pelo Estado Islâmico, ver Rovera (2014).
- 189 Bhugra e Becker 2005.
- 190 Heard-Garris e outros 2018.
- 191 Heard-Garris e outros 2018.
- 192 Stojanovski e outros 2018.
- 193 Golembe e outros 2020; Hsieh e Ruther 2016; Khan, Ilcisin e Saxton 2017; Academia Nacional de Ciências 2017.
- 194 The Trevor Project 2021.
- 195 Human Rights Campaign 2018.
- 196 The Trevor Project 2021.
- 197 Lamont 2019; PNUD 2019.
- 198 Occhipinti e outros 2021.
- 199 Ungar e Theron 2020.

CAPÍTULO 3

- 1 As instituições numa aceção lata, tal como proposto por Douglass North para representar as regras formais bem como as normas sociais e expectativas (North 1990), e incluindo acordos sociais que assumem a forma de regulamentação e outras políticas públicas.
- 2 Uma abordagem seria partir dos pressupostos acerca dos comportamentos das pessoas e a definição de um conjunto ideal de instituições que produziriam os resultados pretendidos com base nesses pressupostos comportamentais. “Existe uma longa tradição na análise social e económica de identificação da realização da justiça com o que é considerado a estrutura institucional correta. Existem muitos exemplos excelentes de tal combinação nas instituições, com uma advocacia forte a favor de visões institucionais alternativas de uma sociedade justa. Estes, vão desde a panaceia de mercados livres e de comércio livre incrivelmente eficientes até à Shangri-La dos meios de produção de propriedade social e planeamento central de eficiência mágica. Existem, porém, boas razões sustentadas para pensar que nenhuma destas grandiosas fórmulas institucionais produz tipicamente o que os seus visionários defensores esperam, e que o seu sucesso atual no que respeita a geração de boas realizações sociais está, na sua totalidade, dependente de circunstâncias económicas, políticas e culturais” (Sen 2009b, p. 83). Deste modo,

- esta abordagem, sempre problemática, pode ser especialmente desajustada a novos tempos de incerteza, nos quais está a tomar lugar uma transformação fundamental.
- 3 Sen 2009b.
- 4 Este argumento é baseado em Sen (2009b), no confronto de abordagens contratuais com a justiça, exemplificado por diversas teorias relativas ao contrato social, com uma abordagem assente na escolha social, na qual o mundo é constantemente avaliado e no qual as injustiças são objeto do raciocínio público que determina as instituições e o comportamento.
- 5 O reconhecimento das capacidades não é a única coisa que importa. A cooperação internacional para o desenvolvimento de políticas sociais e económicas concentra-se com frequência num aspeto das capacidades: a privação e desigualdade nas oportunidades que conduzem a resultados em matéria de bem-estar, tais como possuir o rendimento que permite ir ao encontro dos padrões de vida básicos, bem como ser saudável e educado o suficiente de modo a participar na vida económica, social e política. Existe uma boa razão para este foco, na medida em que os pedidos de assistência de outrem ou do estado estão associados à privação destas capacidades. Este foco ganha uma força ainda maior quando se trata de alguém a viver em pobreza extrema ou a sofrer de fome. Os Relatórios de Desenvolvimento Humano têm dado ênfase aos resultados em matéria de bem-estar associados a capacidades básicas nos padrões de vida, saúde ou educação – também inspiração para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH fornece uma ferramenta de comparação e de avaliação do progresso natural do desenvolvimento dos países ao longo do tempo, assente numa maior pluralidade informativa do que sucede quando se recorre aos dados necessariamente mais limitados do rendimento nacional. A inversão nos valores IDH documentada no capítulo 1 demonstra o quanto importante é continuar a perseguir esta ênfase.
- 6 “As possibilidades de influência sobre o comportamento humano através de meios que não os incentivos económicos podem ser muito mais significativas do que é tipicamente pressuposto na literatura económica. A correspondência rígida entre a escolha, preferências e bem-estar que é pressuposta na teoria económica tradicional torna a análise mais simples, mas descarta ao mesmo tempo importantes caminhos de alteração social e económica” (Sen 1973, p. 254).
- 7 Racional entre aspas para assinalar a perspetiva limitada que presume que as pessoas se comportam racionalmente apenas quando o seu comportamento vai ao encontro desses pressupostos. Comportamento que se desvie destes pressupostos não é irracional, apenas não está em conformidade com aqueles pressupostos.
- 8 Em 1955, Herbert Simon (1955, p.99) escreveu: “Em termos gerais, a tarefa é substituir a racionalidade global do homem económico pelo tipo de comportamento racional que é compatível com o acesso a informação e capacidades computacionais, atualmente possuídas pelos organismos, incluindo o homem, no tipo de ambientes em que tais organismos existem.” Daniel Kahneman (2003), um dos principais contribuidores para a ciência comportamental,
- intituiu a revisão das suas contribuições para o campo, reconhecidas com um Prémio Nobel, de “Maps of Bounded Rationality.”
- 9 Embora o modelo económico padrão inclua determinantes sociais (isto é, elementos que são partilhados e não vinculados exclusivamente aos agentes), elas estão tipicamente limitadas quer por preços, quer pelas “regras do jogo”, que poderão ser impostas de modo a limitar a escolha. As regras do jogo são frequentemente equacionadas com as instituições, na aceção lata proposta por North (1990), para representar as regras formais, bem como as normas sociais e expectativas. Fazem parte das crenças individuais que integram a escolha racional. Para uma discussão mais abrangente da (subvalorizada) relevância das crenças, ver Basu (2018). Conforme Hoff e Stiglitz (2016) argumentam, estas determinantes sociais influenciam apenas o conjunto de escolhas disponíveis para os agentes e não quaisquer determinantes sociais da escolha em si.
- 10 Granovetter 1985, 2005. Mais recentemente, Greif e Mokyr (2017, p. 25) argumentaram que as crenças, que Douglass North pressupôs serem individuais, são, na verdade, construídas socialmente sobre a base de normas cognitivas que “resumem as crenças e experiência da sociedade.”
- 11 Estes resultados foram durante muitos anos popularizados entre economistas numa rubrica do *Journal of Economic Perspectives* intitulada “Anomalies”. Numa das contribuições, foi explicada que “a distinção entre a economia e as outras ciências sociais pode ser feita através da crença de que a grande maioria (todos?) dos comportamentos podem ser explicados ao pressupor que os agentes racionais com preferências estáveis e bem definidas, interagem em mercados que se tornam (eventualmente) transparentes. Um resultado empírico qualifica-se como anomalia se for difícil de “racionalizar” ou se forem necessários pressupostos implausíveis de modo a explicá-lo no contexto do paradigma” (Rabin e Thaler 2021, p. 219). Uma das primeiras revisões sobre o impacto de uma compreensão mais complexa da psicologia humana na economia é Rabin (1998). Uma revisão mais recente deste tema foi feita por Thaler (2018). Implicações para a economia do desenvolvimento foram revistas em Banco Mundial (2015), Demerit e Hoff (2018) e Kremer, Rao e Schilbach (2019).
- 12 A [Análise económica] “subestima que [um ser humano] é um animal social e que as suas escolhas não se encontram restritas apenas às suas próprias preferências. Não tenho dificuldades em acreditar que os pássaros, abelhas, cães e gatos revelem as suas preferências através da sua escolha; é com os seres humanos que a proposta não se revela particularmente persuasiva. Um ato de escolha para este animal social é, no seu sentido fundamental, sempre um ato social” (Sen 1973, pp. 252-253).
- 13 Sen 1977.
- 14 Parafraseando de Dawes e Thaler (1988, p. 196).
- 15 Sen 1997b, p. 749.
- 16 Uma alteração nos objetivos desencadeia a reorganização da representação neural de valor, o que explica o comportamento flexível, Castagnetti, Zurita e Martino (2021).
- 17 O que pode ou não ser mediado através do bem-estar.
- 18 Sen 1997b, p. 751. Para a interação entre as narrativas e imperativas e mais argumentação, ver Bénabou, Falk e Tirole (2018).
- 19 Hoff e Stiglitz 2016.
- 20 Parte das evidências interessantes sobre a relevância de pontos de referência provêm dos tempos que os maratonistas levam a terminar o percurso, o que é arredondado de forma significativa (ou seja, às 3 horas, 35 horas e assim por diante; Allen e outros 2017).
- 21 Ao contrário do que é pressuposto na teoria da utilidade esperada, tal como descrito no destaque 3.3 (Tversky e Kahneman 1974).
- 22 A base neural para a aversão à perda está documentada em Tom e outros (2007). Sobre o papel da amígdala no cérebro, ver Martino, Camerer e Adolphs (2010), porém para uma interpretação cuidada de algumas destas evidências, ver Eklund, Nichols e Knutsson (2016).
- 23 Frank 2020.
- 24 Tversky e Kahneman 1974. O ponto de referência que as pessoas usam para fazer estas valorações tanto pode ser baseado em algo que as pessoas realmente têm ou em alguma expectativa sobre o que acreditam que pode ou deve acontecer (Kőszegi e Rabin 2006, 2007).
- 25 Samuelson e Zeckhauser 1988.
- 26 Rabin e Thaler 2001.
- 27 Tversky e Kahneman 1992. Embora as evidências sugiram que a forma como as pessoas obtêm informação sobre as probabilidades é relevante, este comportamento é observado quando as probabilidades são descritas, mas não necessariamente quando adquiridas com a experiência (Hotaling e outros 2019).
- 28 Zelizer 1989, 2017.
- 29 Cohen, Shin e Liu 2019; Collins e outros 2009.
- 30 Com vista a explicar a avaliação de um risco específico isolado de outros riscos, foi proposto um enquadramento rigoroso a par de ensinamentos provenientes da teoria da perspetiva por Benartzi e Thaler (1995) para explicar o quebra-cabeças do prémio da equidade (o facto de que as médias devolvidas em ativos de risco, tais como imóveis e ações, excedem, historicamente, as dos ativos seguros, tais como as obrigações de curto prazo) por muito mais do que a teoria da utilidade esperada poderia prever. Para a regularidade deste diferencial no registo entre países e ao longo do tempo, ver Jordá e outros (2019).
- 31 Bordalo, Gennaioli e Shleifer 2012, 2021.
- 32 O caso foi apresentado muitas vezes e de forma muito convincente, por exemplo, tal como revisto no capítulo 5 do Relatório do Desenvolvimento de 2020 (PNUD 2020a).
- 33 A tendência atual, ao dar-se maior peso aos ganhos prospectivos que estão a chegar mais cedo ao invés de mais tarde (O’Donoghue e Rabin 1999) pode, de igual forma, contribuir para a pausa do agente comportamental.
- 34 Erickson e outros 2020; Oreskes 2019; Oreskes e Conway 2011; Supran e Oreskes 2021.
- 35 Em termos mais gerais, Atkinson e Jacquet (2022) demonstram quantos dos enviesamentos cognitivos ou traços psicológicos, de forma mais abrangente, que são invocados como razões pelas quais as pessoas se opõem à ação contra as alterações climáticas, têm um

- contra-argumento que sugere que estes poderiam de igual forma conduzir a comportamentos que suportariam a ação contra as alterações climáticas. Ver também Berman 2022.
- 36 Farhi e Gabaix 2020.
- 37 Buyalskaya, Gallo e Camerer 2021.
- 38 Para uma revisão da teoria da perspectiva, ver Kahneman e Tversky (2013) e Barberis (2013).
- 39 Alesina e Passarelli 2019.
- 40 Levy 1997.
- 41 Thaler e Sunstein 2003.
- 42 <http://www.shlomobenartzi.com/save-more-tomorrow>.
- 43 Dean e Ortleva 2019.
- 44 E, por outro lado, comportamento apreendido fruto de uma intervenção num domínio pode estender-se a outros, reconhecendo a necessidade de conceber estímulos para cada uma das tendências (Jarvstad 2021).
- 45 Hall e Madsen 2022.
- 46 Kahneman 2011.
- 47 Banerjee e John 2021.
- 48 Hertwig 2017.
- 49 Yan e outros 2020.
- 50 Gigerenzer e Gaissmaier 2011; Mousavi e Gigerenzer 2017.
- 51 Druckman e McDermott 2008; Lerner e Keltner 2001; Meier a publicar.
- 52 Conforme referido por Sen (2009b, p. 50), Adam Smith discutiu de forma extensiva o papel central das emoções em *Theory of Moral Sentiments*, ao argumentar que o raciocínio e o sentimento eram atividades profundamente interligadas. As emoções são por vezes retratadas como “irracionais”, algo que Sen (2009b) rejeita, em consonância com o ponto de vista de Smith. Para a exploração do papel das emoções no comportamento, ver Elster (1998) e Loewenstein (2000).
- 53 LeDoux e Brown 2017.
- 54 Lerner, Small e Loewenstein 2004.
- 55 Dorison e outros 2020.
- 56 Elster 2021a.
- 57 Lynch, Broomhall e Davidson 2019.
- 58 Long e outros 2020.
- 59 Pleeging, Burger e van Exel 2020.
- 60 Ver Bechara, Damasio e Damasio (2000), que sugerem que os processos biorregulatórios – alguns conscientes, outros inconscientes – expressam-se através de emoções, o que torna impossível separar o emocional de outros elementos envolvidos na tomada de decisões.
- 61 Bechara e Damasio 2005.
- 62 Dunn, Dalgleish e Lawrence 2006.
- 63 Blanchette e Richards 2010; FeldmanHall e Chang 2018.
- 64 Dukes e outros 2021.
- 65 Lerner e outros 2015.
- 66 Este exemplo, bem como a discussão neste parágrafo, é proveniente de Sen (2009b).
- 67 Para a revisão que inspirou a discussão nesta secção, ver Bénabou e Tirole (2016).
- 68 Para a valência e valor instrumental do otimismo, a medida em que as pessoas têm expectativas favoráveis generalizadas sobre o futuro, ver Carver, Scheier e Segerstrom (2010).
- 69 Tal como argumentado em Elster (2015).
- 70 Bénabou e Tirole 2016. identificam três mecanismos: ignorância estratégica (por exemplo, ao recusar o despiste à doença de Huntington, apesar de saber que se encontra em situação de risco), negação da realidade (sinais de alerta racionalizados, distorcidos e atenuados de, por exemplo, um colapso do mercado imobiliário antes do inevitável colapso acontecer) e auto-sinalização (obrigar-se a trabalhar embora se sinta doente, de forma a validar a crença de que está tudo bem).
- 71 Kahan 2013; Kahan e outros 2017a, 2017b. Embora a robustez de algumas destas descobertas se encontre sob escrutínio (Tappin, Pennycook e Rand 2020), talvez o ponto mais relevante e decisivo é que conquistas cognitivas mais elevadas não excluem argumentação subjetivamente motivada.
- 72 Christensen e Moynihan 2020.
- 73 Martinez 2022.
- 74 Thaler 2020; Van Bavel e outros 2022.
- 75 Barron, Becker e Huck 2022.
- 76 Bonomi, Gennaioli e Tabellini 2021. No seu relatório empírico sobre os padrões de rendimento e voto, Piketty (2020) demonstra uma mudança em muitos países nas preferências políticas ao longo dos escalões de rendimento, onde a votação baseada na classe ou no rendimento parecem ter dado lugar a padrões de votação, bem como a outras linhas divisórias, tal como a educação (ver também destaque 4.1 no capítulo 4).
- 77 Para o argumento de como as normas epistémicas são normas sociais, ver Henderson (2020). Levy (2022, p. xiii) di-lo de forma sucinta: “[A]queles que alimentam más crenças fazem-no, basicamente, pelo mesmo tipo de razões dos que alimentam boas crenças. Não é por estes serem irracionais e nós não o sermos. Deve-se em grande parte ao facto de nos atermos a fontes fidedignas, ao passo que estes o fazem a fontes não fidedignas. Esta deferência, que pode ser tanto explícita como implícita, é, por si só, racional em ambos os lados. Dado que somos de um ponto de vista epistemológico animais sociais, é em grande parte por deferência que conhecemos o mundo e geramos mais conhecimento.”
- 78 O’Madagain e Tomasello 2022; Tomasello 2018, 2020.
- 79 Levy 2021; Schmelz e Bowles 2022; Scoville e outros 2022.
- 80 Kahan e outros 2017a; Schaffner e Luks 2018.
- 81 Henrich e outros 2022, p. 13.
- 82 Como exemplo de modelos que confrontem escolhas políticas baseadas em interesses e em ideias (assentes em identidades e mundividências), ver Ash, Mukand e Rodrik (2021).
- 83 Estamos agradecidos a Benjamim Enke da Universidade de Harvard por esta sugestão feita através de comunicação direta.
- 84 “Se pretendemos reduzir de forma eficaz a polarização política, é necessário reconhecer os enviesamentos que os nossos cérebros impõem ao descortinar as formas através das quais as instituições mais abrangentes (p. ex., os meios de comunicação social e os sistemas políticos) podem influenciar os nossos pensamentos e sentimentos. [...] Só quando nos apercebermos que somos sujeitos de influências várias e a diferentes níveis, que os nossos cérebros processam de forma ininterrupta como sinónimo de “realidade”, é que iremos ser bem-sucedidos na redução da polarização política” (Moore-Berg e outros 2020, p. 28553).
- 85 Ver, por exemplo, Sharot e Sunstein (2020). Box-Steffensmeier e outros (2022) fornece uma revisão dos resultados emergentes e direções para investigação futura sobre a compreensão do comportamento humano.
- 86 Como Sen (2009a, p. 288) escreveu: “Uma vez que a pertença social (escolhida ou não escolhida) é aceite como parte integral da “identidade geral” de um individual, perde-se algo de significativo. Isto inclui a capacidade de um indivíduo reconhecer facilmente que tem de se decidir relativamente às suas pertenças sociais, o que não compromete a sua própria identidade pessoal.”
- 87 Heinrich e outros (2022) fazem a revisão das evidências acerca dos diferentes enviesamentos cognitivos que atravessam as sociedades, com alguns a desaparecerem ou a inverterem-se, incluindo excesso de confiança, aversão ao risco, falácia do apostador, falácia da mão quente, heurística da representatividade, desconsideração da tendência de regressão, fixação funcional e o efeito de dotação. Uma perspectiva mais matizada é a de que algumas características são universais, variando as suas manifestações de cultura para cultura. Por exemplo, o desconto hiperbólico (maior desconto para curtos espaços de tempo do que para longos) demonstrou estar presente em 53 países, porém com grande heterogeneidade para horizontes temporais mais curtos entre países (Wang, Rieger e Hens 2016). Elas aparentam, de igual forma, variar de pessoa para pessoa, dependendo das medidas de sofisticação analítica e nível de educação (Frederick 2005).
- 88 Mesmo que existam opiniões divergentes sobre o que é e não é universal, ver Cosmides e Tooby (2013), Cosmides, Barrett e Tooby (2010) e Pinker (2010). Para uma descrição evolutiva das origens do desconto hiperbólico (não limitado ao ser humano), ver Dasgupta e Masking (2005). Os argumentos evolutivos psicológicos baseiam-se frequentemente em teorias de racionalidade deslocadas no tempo, o que explica o que é atualmente descrito como um enviesamento cognitivo, que se afasta da escolha racional, fruto da persistência dos traços cognitivos que evoluíram de modo a adaptar-se a ambientes no passado evolutivo. Por exemplo, Jaeger e outros (2020) apresentam evidências que unem a magnitude do efeito de dotação à relevância evolutiva de diferentes itens.
- 89 Henrich 2020. O tipo de norma em questão, quer seja ela injuntiva (comportamento prescritivo) ou descritiva (em que as pessoas seguem o comportamento dos outros), também tem influência sobre o tipo de emoção que tem maior relevância (Elster 2015).
- 90 Frank 1988.
- 91 Almás e outros 2022; Falk e outros 2018; Huppert e outros 2019.
- 92 Para utilizar a expressão de Hoff e Stiglitz (2016). Ver também Hoff e Stiglitz (2016), LeDoux e Brown (2017) e Tyng e outros (2017).
- 93 Alesina e Giuliano 2015.

- 94 Esta descrição é retirada de Acemoglu e Robinson (2021). Contribuições chave para a compreensão de cultura incluem DiMaggio 1997, Patterson 2014 e Swidler 1986. Uma das primeiras descrições de cultura coerente assente nesta perspectiva provém de Geertz (1973). Ver também Amenta e Polletta (2019) e Bonn (2015). O sentimento de identidade de uma pessoa tem implicações comportamentais, um facto que é reconhecido em modelos económicos de identidade tais como os de Akerlof e Kranton (2000), muito embora estes modelos não especifiquem de onde provém a identidade, tal como é reconhecido e explorado em Huettel e Kranton (2012) e Kranton e outros (2020). Esta perspectiva da sociologia oferece uma resposta para a questão relativa a quando e como surge o sentimento de identidade.
- 95 Schilbach, Schofield e Mullainathan 2016; Schofield e Venkataramani 2021.
- 96 Ver Lamont e outros (2017) para uma exploração das implicações desta perspectiva nestes estudos. Com efeito, Lambe e outros (2020) demonstram que as intervenções no desenvolvimento que assentam na compreensão da situação tanto ao nível comportamental como contextual, ao ocorrerem em relação a sistemas socioecológicos complexos que também evoluem ao longo do tempo, são mais bem-sucedidas na construção de uma alteração sólida e duradoura.
- 97 Sanchez, Lamont e Zilberstein 2022.
- 98 Isto inclui Acemoglu (2022), Acemoglu e Robinson (2021, 2022), Acemoglu, Egorov e Sonin (2020) e Lowes e outros (2017).
- 99 Richerson, Gavrilets e de Waal (2021) fornecem uma declaração recente das conquistas e contribuições potenciais desta perspectiva.
- 100 Para uma ilustração das críticas e respostas, ver, por exemplo, Henrich e outros (2016) e Richerson e outros (2016). Ver também Mesoudi (2016, 2021) e Sterelny (2017).
- 101 Apicella, Norenzayan e Henrich 2020; Henrich 2020.
- 102 Uma pequena parte da humanidade tem sido associada ao acrónimo WEIRD – Ocidental, educado, individualista, rico e democrático, em referência à esmagadora sobre-representação de pessoas com estas características em descobertas experimentais no campo da economia comportamental. Por vezes, o comportamento observado em pessoas WEIRD afasta-se do modelo de escolha racional – assim descrito por alguns dos enviaamentos discutidos acima – noutros casos, observa-se uma escolha racional coerente em populações não-WEIRD (Apicella, Norenzayan e Henrich 2020; Henrich 2020; Henrich, Heine e Norenzayan 2010a, 2010b; Muthukrishna e outros 2020).
- 103 Falk e outros 2018.
- 104 Henrich e outros 2022, p. 3. A cultura desenvolve-se e é transmitida através da aprendizagem social e afeta não só a forma como as pessoas resolvem problemas específicos, mas também a forma como concebem o mundo e o que pensam de si próprias. A cultura molda “aspectos nucleares da nossa atenção, percepção, pensamento, memória, raciocínio, motivações, capacidades de mentalização, heurística/enviesamento nas decisões e intuições morais, [...] o que constitui um bom argumento ou evidência sólida” (Henrich e outros 2022, p. 1). Boyd, Richerson e Henrich 2011.
- 105 Gelfand e outros 2011; Jackson, Gelfand e Ember 2020.
- 106 Gelfand e Jackson 2016.
- 107 Morris, Chiu e Liu 2015; Vignoles e outros 2016. A enorme variação nas crenças e valores ocorre mesmo num contexto de cultura partilhada. Com efeito, um conjunto de atributos culturais e os traços psicológicos associados a estes não possuem equivalentes a nível individual (Na e outros 2010). Isto é, mesmo que uma sociedade possa ser associada a um pacote cultural e psicológico caracterizado por, mais traços individualistas e uma outra sociedade possa ser caracterizada por mais traços psicológicos interdependentes, não significa que todas as pessoas que pertencem à primeira sociedade são individualistas e que todos os que pertencem à segunda não o são. Por exemplo, Markus (2016) e Markus e Kitayama (1991) demonstraram que os Estados Unidos são uma cultura individualista, ao valorizar mais a sua independência que o Japão, sendo certo que tal só acontece dentro dos Estados Unidos. Todavia, Grusky, Hall e Markus (2019) descobriram que alguns grupos desfavorecidos nos Estados Unidos se comportam de uma maneira e têm uma noção de identidade que valoriza mais a interdependência que a independência. Lamont (2000) demonstra como diferentes grupos raciais e socioeconómicos provenientes de diferentes países cujos contextos culturais são dominados por perseguições individualistas e materialistas onde estas são significantes de valor culturalmente dominantes, constroem diferentes enquadramentos com o propósito de viver as suas vidas de forma digna.
- 108 Henrich e outros 2016; Kwon, Wormley e Varnum 2021; Varnum e Grossmann 2021.
- 109 Henrich e Muthukrishna 2021; Muthukrishna, Henrich e Slingerland 2021.
- 110 Enke 2019.
- 111 Nunn (2022), que fornece a base para a discussão neste parágrafo.
- 112 Buggie e Durante 2021; Giuliano e Nunn 2020.
- 113 Sen 1997b, p. 749.
- 114 Buchanan 2020.
- 115 Raymond, Kelly e Hennes 2021; Raymond e outros 2014.
- 116 Hauser e outros 2014.
- 117 Gross e Böhm 2020; Gross e Dreu 2019; Gross e outros 2020.
- 118 Barrett e Dannenberg 2012; Dannenberg e Barrett 2018.
- 119 Especialmente o pacote WEIRD, talvez a razão pela qual este foi emulado em muitos contextos diferentes, tal como argumentado em Henrich (2020). Por exemplo, Santos, Varnum e Grossmann (2017) documentam um aumento nas práticas e valores individualistas em 78 países durante aproximadamente os últimos 50 anos.
- 120 Thompson 2021.
- 121 Lübke 2021, p. 153.
- 122 Eom e outros 2016.
- 123 Lu, Jin e English 2021.
- 124 Estamos agradecidos a Ravi Kanbur pela sugestão de utilização do quadro dos “3 I’s”. As instituições podem ser formais – estruturas governamentais, legislação e regulamentação – ou informais – normas sociais, hábitos e costumes – e são por norma entendidas como “regras” ou restrições que orientam o comportamento e proporcionam significado à vida social (Breukers e Wolsink, 2007; Hall 1997; North 1990; Scott 2008). Os interesses podem ser compreendidos à medida que as agendas dos diferentes grupos ou as preferências e o poder são incorporados nos atores políticos. As ideias referem-se ao conhecimento e valores dos atores atendendo ao que é, como é e o que deve ser. (Pomey e outros 2010; Shearer e outros 2016).
- 125 Ash, Mukand e Rodrik 2021.
- 126 Akerlof 2020; Akerlof e Snower 2016; Meckling e Allan 2020; Shiller 2017.
- 127 Mokyr 2013, 2016. Por exemplo, a criação de uma cultura de inovação inspira-se em empreendedores culturais como Francis Bacon e Isaac Newton, responsáveis por criar pontos focais em torno dos quais as pessoas podiam coordenar novas crenças – os pontos focais na teoria dos jogos permitem às pessoas coordenar as suas ações sem necessidade de cooperação. Para um argumento relacionado, baseado na cultura, mas ligeiramente diferente, ver também Mokyr (2013).
- 128 Schill e outros 2019, p. 1075.
- 129 Para modelos de desenvolvimento que podem seguir caminhos diferentes – mais ou menos “verdes” – dependente das “ideias”, numa aceção lata, ver Besley e Persson (2020, 2021) e Persson e Tabellini (2020).
- 130 Schimmelpfennig e outros 2022.
- 131 Hauser e Norton 2017.
- 132 PNUD 2022b.
- 133 Pinto e outros 2022; PNUD 2022b.
- 134 PNUD 2019.
- 135 PNUD 2020a.
- 136 Polasky e outros 2020.
- 137 Hacker 2018c.
- 138 Hogg 2021.
- 139 Sandel 2020.
- 140 Funke, Schularick e Trebesch 2016.
- 141 Ver, por exemplo, Makridis e Rothwell (2020) sobre como a polarização e o partidário influenciaram a eficácia das políticas de saúde pública, e Bruine de Bruin, Saw e Goldman (2020) sobre como as preferências políticas determinaram percepções de risco e vontade de seguir as instruções em matéria de saúde pública nos Estados Unidos durante a pandemia.
- 142 Levy 2022.
- 143 Bordalo, Gennaioli e Shleifer 2012, 2021.
- 144 Do mesmo modo, ao reconhecer que os processos evolutivos podem desempenhar um papel nas alterações comportamentais e instituições, é importante compreender a variação cultural e a alteração, o que não quer dizer que o raciocínio lógico é descartado à medida que esperamos que a seleção faça o seu trabalho. Podemos não ter tempo suficiente para esperar que os processos evolutivos relevantes se desenrolem. Aqui, uma vez mais, temos de pensar no futuro.

- 145 Para utilizar a expressão de Sen (2009b) aquando da discussão sobre como as crenças criadas sob formas “características posicionais” específicas se formam e são difíceis de alterar. O exemplo dado por Sen é o de alguém cuja posição não permite ter o conhecimento de projeções de dependência-distância e quaisquer outras informações sobre a posição geográfica do sol e a lua tal como vistos a partir da Terra, pelo que conclui que ambos são do mesmo tamanho (tal como aparentam ser quando observados a partir da Terra).
- 146 Lees 2022.
- 147 Mernyk e outros 2022.
- 148 Fernbach e Van Boven 2022.
- 149 Fernbach e Van Boven 2022. Ver também, por exemplo, evidências experimentais por Bursztyn, González and Yanagizawa-Drott (2018), que demonstram que os homens na Arábia Saudita tendem a subestimar o apoio à participação da força de trabalho feminina nos países vizinhos e que a disponibilidade de informação sobre o nível real de apoio contribui para mudar atitudes em prol das mulheres que trabalham fora de casa..
- 150 Muthukrishna e Henrich 2016.
- 151 De facto, a diminuição do apoio a processos democráticos referida no capítulo I pode explicar-se pela percepção de que o sistema é injusto e viciado, estabelecido em desfavor do cidadão comum, no qual aqueles processos falham no objetivo de dar expressão a diferentes vozes e resposta às preocupações respectivas. Pinto e outros (2002) registam um crescente descrédito em relação à democracia, a par do aumento das percepções de corrupção e de ineficiência do governo. PNUD (2021b) mostra como a acentuada concentração de poder na América Latina aparenta traduzir-se numa elevada percentagem de pessoas que acredita que os seus países são geridos de acordo com os interesses de uma minoria, ao invés de terem como base os interesses dos cidadãos.
- 152 Estamos agradecidos a Belinda Reyers por sugerir que é útil compreender o que molda o comportamento humano e os múltiplos processos através dos quais esse comportamento se altera e as reformas institucionais interagem e enquadram a incerteza intrínseca que lhe está associada. Porém, isso não é motivo para resignação mas para pensar no futuro, mesmo aceitando que a incerteza não será resolvida. Tal como argumentado no capítulo I, o que é necessário para aliviar as pressões planetárias e navegar por futuros incertos são as alterações transformativas: devemos ir para além das adaptações a condições existentes, caminhando de encontro ao reforço das capacidades transformativas. Capacidades específicas, tais como aprendizagem e reflexão, envolvimento com dinâmicas complexas e diversidade, ao navegar através de escalas e ao responder a processos emergentes, foram consideradas cruciais (Moore e outros 2018). A prática de desenvolvimento existente tem destacado capacidades tais como a tomada de decisões coordenada, ação coletiva, bem como capacidades para inovar e experimentar; e está a explorar o potencial de capacidades transformadoras tais como uma mudança nas atitudes em relação à inovação e alterações nas normas de género culturais, agência e liderança (Reyers e outros 2022). De uma perspectiva planetária, a biosfera global e a diversidade da vida na Terra constituem um aspeto crítico das capacidades de mudança transformadora. A biodiversidade não só mitiga como fornece capacidades

adaptativas de forma a responder à turbulência e incerteza no Antropoceno; representa, de igual modo, uma fonte desvalorizada e subaproveitada de opções, inovação, capacidades e oportunidades para o desenvolvimento humano num futuro incerto. Além disso, a mudança transformadora irá depender, em última instância, das capacidades coletivas para analisar o sistema no seu todo, das suas componentes sociais e ecológicas, das suas dinâmicas e sobretudo das suas capacidades de tornar visível e reinventar interdependências que as relacionem entre si (Moore e outros 2018).

- 153 Tal como argumentado em Cukier, Mayer-Schönberger e de Véricourt (2022).

PARTE II

CAPÍTULO 4

- 1 McCoy, Rahman e Somer 2018.
- 2 van Prooijen 2021, p. 2.
- 3 Iyengar, Sood e Leikes 2012.
- 4 Hobolt, Leeper e Tilley 2021.
- 5 Wilson, Parker e Feinberg 2020.
- 6 Ver, por exemplo, PNUD (2019).
- 7 Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados nos dados provenientes do Inquérito Mundial de Valores, 7.ª edição (Haerpfer e outros 2022) Os dados são médias ponderadas nos países, sendo igualmente feita uma ponderação entre todos os países..
- 8 De facto, o Índice de Paz Positivo, desenvolvido pelo Instituto para a Economia e Paz, documenta um declínio nas atitudes de cooperação social. Este declínio está associado à diminuição da tolerância para com opiniões diferentes, à diminuição da confiança nos governos e à redução da fé nas instituições democráticas (Pinto e outros 2022).
- 9 A agência percecionada é inferior para pessoas a fazer face a uma insegurança elevada do que para pessoas que estão a experienciar uma insegurança inferior. Os resultados são estatisticamente significativos ao nível de 1 por cento para países e territórios com IDH baixo e médio, bem como muito elevado. Os resultados são estatisticamente significativos ao nível de 5 por cento para países e territórios com IDH elevado.
- 10 Por exemplo, pessoas que expressam baixa confiança em pessoas de religiões diferentes têm dez por cento maior probabilidade de os mencionar como vizinhos indesejáveis. Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados nos dados provenientes Inquérito Mundial de Valores, 7.ª edição (Haerpfer e outros 2022)
- 11 Enke 2019; Enke, Rodriguez-Padilla e Zimmermann 2021.
- 12 O nível de confiança em relação a pessoas que conheceram pela primeira vez é maior para pessoas com uma percepção baixa de insegurança humana do que para pessoas com uma percepção muito elevada de insegurança. Os resultados são estatisticamente significativos ao nível de 1 por cento para todos os escalões de rendimento.
- 13 PNUD 2022b.
- 14 von Hippel e Fox 2021.

- 15 A preferência por posições políticas extremas (esquerda e direita) é maior para pessoas com percepção muito elevada de insegurança humana do que para pessoas com baixa percepção de insegurança. Os resultados são estatisticamente significativos ao nível de 1 por cento.
- 16 As preferências por opiniões extremas sobre responsabilidade governamental e responsabilidade individual são significativamente maiores para pessoas com percepção muito elevada de insegurança humana do que para pessoas com baixa percepção de insegurança. Os resultados são estatisticamente significativos ao nível de 1 por cento.
- 17 Como parte desta discussão, as concessões das políticas de segurança social têm sido afetadas em grande escala pela caracterização do perigo moral no campo da literatura económica: a proteção de pessoas contra eventuais riscos pode, na presença de informação assimétrica, fazer aumentar os comportamentos de risco. Pelo menos nos Estados Unidos, isto tem sido um fator que contribui para uma mudança na distribuição dos riscos, aumentando a exposição das pessoas a diferentes tipos de choque. Ver Hacker (2018c).
- 18 Para alguns dos mecanismos, ver Jonas e outros (2014).
- 19 FeldmanHall e Shenhav 2019.
- 20 Kruglanski 1989, p. 13.
- 21 Kruglanski e outros 2022.
- 22 Kruglanski e outros 2014; Webber e outros 2018.
- 23 Hogg 2007, 2021.
- 24 Hogg 2021.
- 25 van Baar, Halpern e FeldmanHall 2021.
- 26 Webber e outros 2020.
- 27 van Prooijen e Krouwel 2019.
- 28 Boxell, Gentzkow e Shapiro 2020; Wilson, Parker e Feinberg 2020.
- 29 Gidron, Adams e Horne 2020; Wilson, Parker e Feinberg 2020. Por exemplo, a primazia da identidade nacional no discurso político tem demonstrado fomentar a polarização entre as pessoas que se opõem à imigração. Ver Wojcieszak e Garrett (2018).
- 30 Banda e Cluverius 2018.
- 31 Graham e Svobik 2020.
- 32 Cheng e outros 2013; Garfield, von Rueden e Hagen 2019; Henrich e Gil-White 2001; Maner e Case 2016; McClanahan, Maner e Cheng 2021. Os dois tipos de liderança são caracterizados por manifestações não-verbais distintas (Witkower e outros 2020). Sobre as diferenças e semelhanças nas características dos líderes nas diferentes culturas, ver Garfield, Syme e Hagen (2020).
- 33 Kakkar e Sivanathan 2017.
- 34 Ronay, Maddux e von Hippel 2020.
- 35 Bursztyn e Yang 2021; Stone 2020.
- 36 Bursztyn e Yang 2021.
- 37 Bursztyn e Yang 2021.
- 38 Ruggeri e outros 2021.
- 39 Enders e Armaly 2018.

40	Dorison, Minson e Rogers 2019.	78	Stoyanovich, Bavel e West 2020.	3	Lehman e outros 2021.
41	Kteily, Hodson e Bruneau 2016; Lees e Cikara 2021.	79	Calo e outros 2021; Tucker e outros 2018.	4	Lewandowsky, Ballard e Pancost 2015.
42	Existem evidências de que “a orientação afetiva negativa em relação a grupos externos faz com que os indivíduos percecionem maiores diferenças ideológicas entre partidos e candidatos independentemente da verdade” (Armaly e Enders 2021, p. 10).	80	Bennett e Livingston 2018.	5	Nowotny 2015.
43	Gelfand 2021; Norris e Inglehart 2016.	81	Whitten-Woodring e outros 2020.	6	Chen e Zhong 2021. Com os próprios códigos morais em potencial evolução, incluindo o que foi descrito como earth altruism (altruísmo para com a terra, em português) por Österblom e Paasche (2021).
44	Bauer e outros 2016.	82	Farrell e Schneier 2019.	7	Barfuss e outros 2020; Santos e Pacheco 2011.
45	Henrich e outros 2019.	83	Keller e outros 2021.	8	Beckert 2020.
46	Durante e outros 2017.	84	Gallotti e outros 2020.	9	Ver Müller (2021) e Przeworski (1991).
47	O enquadramento cultural tightness-looseness (aperto-folga, em tradução livre), como desenvolvido por Gelfand, Nishii e Raver (2006), apresenta o aperto cultural como a presença nas sociedades de normas sociais mais fortes e a sua sanção. Para evidências empíricas de que as normas sociais mais restritas estão associadas a uma maior exposição a ameaças, ver Gelfand e outros (2011).	85	Steenbergen e Colombo 2018.	10	Schipper e outros 2021.
48	Gelfand 2021.	86	Vosoughi, Roy e Aral 2018.	11	Hulme 2020; Lövbrand e outros 2015; Pancost 2017.
49	Roos e outros 2015.	87	Sabin-Miller e Abrams 2020.	12	Barfuss e Mann 2022; Domingos e outros 2020; Santos e Pacheco 2011; Santos, Santos e Pacheco 2008.
50	Gelfand 2021.	88	Stewart e outros 2019.	13	Nightingale e outros 2020.
51	Gidron, Adams e Horne 2020; Stewart, McCarty e Bryson 2020.	89	Huszár e outros 2021.	14	Hoey e Schröder 2022.
52	Stewart, McCarty e Bryson 2020.	90	Barnidge 2018.	15	Nowotny 2015.
53	Basu 2021.	91	Knobloch-Westerwick e outros 2015.	16	Our World in Data 2022.
54	PNUD 2019.	92	Tokita, Guess e Tarnita 2021.	17	Ver Clouston e outros (2016), Cutler, Deaton e Lleras-Muney (2006) e Deaton (2013a).
55	Funke, Schularick e Trebesch 2016.	93	Rathje, Van Bavel e van der Linden 2021.	18	Glied e Lleras-Muney 2008.
56	Silagadze e outros 2022.	94	Tucker e outros 2018.	19	Phelan e Link 2005.
57	Müller 2021, p. 69.	95	Kawakatsu e outros 2021; Vasconcelos e outros 2021.	20	Cutler, Deaton e Lleras-Muney 2006.
58	Müller 2021.	96	Baldassarri e Page 2021.	21	Suárez-Álvarez e López-Menéndez 2022.
59	Lindh e McCall 2020.	97	Somer e McCoy (2018), p. 2, como citado em McCoy, Rahman e Somer (2018).	22	Vickers e Ziebarth 2019.
60	Schäfer e Schwander 2019.	98	McCoy, Rahman e Somer 2018.	23	Basu, Caspi e Hockett 2021.
61	Müller 2021.	99	Somer e McCoy 2018.	24	PNUD 2019.
62	Eeckhout 2021.	100	Golub e Jackson 2012; Sunstein 1999.	25	Basu, Caspi e Hockett 2021.
63	Azar, Marinescu e Steinbaum 2019; Barkai 2020; Benmelech, Bergman e Kim 2022.	101	Somer e McCoy 2018.	26	PNUD 2001.
64	Autor e outros 2020.	102	McCoy, Rahman e Somer 2018.	27	Ver, por exemplo, Coeckelbergh (2011), Haenssigen e Ariana (2018), Oosterlaken (2009), Oosterlaken e Hoven (2012) e Robeyns (2005).
65	Nunn 2022.	103	Orhan 2022.	28	Ver Azhar (2021).
66	Azhar 2021.	104	Levitsky e Zibblatt 2018.	29	Azhar 2021; Brynjolfsson e McAfee 2015.
67	Deuze 2006.	105	Petrarca, Giebler ed Weßels 2022.	30	Azhar 2021.
68	Bak-Coleman e outros 2021.	106	McCoy, Rahman e Somer 2018.	31	Roser 2020.
69	Bak-Coleman e outros 2021.	107	Carothers e O'Donohue 2019; McCoy, Rahman e Somer 2018.	32	Ver Bak-Coleman e Bergstrom (2022).
70	Galesic, Barkoczi e Katsikopoulos 2018; Kao e Couzin 2014.	108	Diamond 2015; Hyde 2020.	33	Jain e outros 2021; Pardi e outros 2018.
71	Barfuss e outros 2020; Dunbar 1992; Henrich 2018.	109	Somer 2005, p.120.	34	IRENA 2020.
72	Galam 2004; Kao e Couzin 2014.	110	Allcott e outros 2020.	35	Roser 2020.
73	Brady e outros 2017; Guriev, Melnikov e Zhuravskaya 2019; Narayanan e outros 2018.	111	Perrings, Hechter e Mamada 2021.	36	Ziegler e Trancik 2021.
74	Vosoughi, Roy e Aral 2018.	112	Vasconcelos e outros 2021.	37	Roser 2020.
75	Bago, Rand e Pennycook 2020; Chittka, Skorupski e Raine 2009.	113	Axelrod, Daymude e Forrest 2021; Somer e McCoy 2018.	38	AIE 2020b.
76	Evans 2008; Nguyen e outros 2014.	114	Macy e outros 2021.	39	Schmidt e outros 2017.
77	Bakshy, Messing e Adamic 2015; Bozdog 2013; Nguyen e outros 2014; Toff e Nielsen 2018.	115	Chen e Zhong 2021.	40	Ziegler e Trancik 2021.
		116	Com base na definição por North (1991).	41	Way e outros 2021.
		117	Nunn 2022.	42	Wurzel e Hsu 2022.
		118	Carver, Scheier e Segerstrom 2010.	43	Gibney 2022.
		119	PNUD 2022b.	44	Degrave e outros 2022.
		120	Stewart, Plotkin e McCarty 2021.	45	AIE 2021d.
		121	Bak-Coleman e outros 2021.	46	AIE 2020b.
		122	Bak-Coleman e outros 2021.	47	Gallagher e Franco Maldonado 2020.
		123	Para uma consideração detalhada das oportunidades de melhoria dos sistemas de informação, ver Bak-Coleman (2022).	48	AIE 2020a.

CAPÍTULO 5

1 PIAC 2022b.

2 Moore e outros 2022.

- 49 Este guia inclui 11 níveis de prontidão tecnológica, que podem ser resumidos em categorias mais abrangentes de prontidão: plenamente desenvolvida, adoção precoce, demonstração e protótipo. A tecnologia plenamente desenvolvida já atingiu uma implantação considerável, pelo que são esperadas apenas inovações incrementais. A adoção precoce da tecnologia significa que alguns dos modelos chegaram aos mercados e que é necessário apoio político para a expansão respetiva. Existem modelos em competição a serem validados na fase de demonstração e de protótipo. A energia offshore, energia eólica, baterias elétricas e as bombas de calor são exemplos. Exemplos de modelos de demonstração são a captura de carbono em fornos de cimento, amónia e metanol baseados em hidrogénio eletrolítico e navios de grande dimensão e de longa distância alimentados por bateria elétrica. Os modelos protótipo encontram-se na fase protótipo de uma determinada escala. Embarcações movidas a amónia, produção de aço de baseado em hidrogénio eletrolítico e captura direta do ar são exemplos de protótipos de grande dimensão. Aeronaves alimentadas por bateria elétrica e eletrificação direta da siderurgia primária são exemplos de protótipos de pequena dimensão. As tecnologias em fase de conceção acabam de ser formuladas, porém precisam de ser validadas. Baterias lítio-ar e craqueamento eletrificado para a produção de olefinas são exemplos.
- 50 Brynjolfsson 2022.
- 51 Tal como discutido no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 (PNUD 2019).
- 52 Dean 2022.
- 53 Dean 2022.
- 54 Callaway e outros 2022.
- 55 Brynjolfsson 2022.
- 56 Furman e Seamans 2018.
- 57 Alonso e outros 2020; Furman e Seamans 2018.
- 58 ver Frank e outros (2019) e Genz (2022).
- 59 Brynjolfsson 2022; Malone, Rus e Laubacher 2020.
- 60 Acemoglu e Restrepo 2019; Autor, Salomons e Seegmiller 2021.
- 61 Autor, Salomons e Seegmiller 2021.
- 62 Preston 2018.
- 63 Meng e Ellis 2020; Academia Nacional de Engenharia e Conselho 2013.
- 64 June e outros 2018.
- 65 Collins e Curiel 2021; Katz e outros 2018.
- 66 Trosset e Carbonell 2015.
- 67 Rogers e Oldroyd 2014; Wurtzel e outros 2019.
- 68 Lorenzo e outros 2018.
- 69 Redford e outros 2014.
- 70 Royal Society 2019; Schmidt 2010.
- 71 Evans 2021.
- 72 Acemoglu e Restrepo 2020; Eeckhout 2021; Korinek e Stiglitz 2021.
- 73 As ameaças associadas à proliferação de tecnologias digitais também é abordada de forma aprofundada no PNUD (2022b).
- 74 Funtowicz e Ravetz 1993.
- 75 Khushf 2006.
- 76 Jasanoff e Hurlbut 2018; Scheufele e outros 2021; Yu, Xue e Barrangou 2021.
- 77 Basu, Caspi e Hockett 2021.
- 78 Ver caixa 1.1 em PNUD (2022b). Ver também Abdalla e outros (2020).
- 79 Ver o Painel Independente para a Preparação e Resposta à Pandemia (2021).
- 80 Ver PNUD (2022b).
- 81 Ver Martínez-Franzoni e Sánchez-Ancochea (2022b).
- 82 Martínez Franzoni e Sánchez-Ancochea 2022b.
- 83 Baker 2021.
- 84 Dolgin 2021b.
- 85 Bown 2021.
- 86 Kupferschmidt 2020.
- 87 Bryan, Lemus e Marshall 2020.
- 88 Knowledge Portal on Innovation and Access to Medicines (<https://www.knowledgeportal.org/covid19-r-d-funding>). Ver também McCarthy (2021).
- 89 Ball 2020; Dolgin 2021a.
- 90 Gentilini e outros 2021.
- 91 FMI 2021a.
- 92 OIT 2021c.
- 93 Fang, Kennedy e Resnick 2020.
- 94 Gentilini 2021.
- 95 Gentilini e outros 2021.
- 96 Gentilini e outros 2021.
- 97 Fajardo-Gonzalez e Sandoval 2021.
- 98 Associação Internacional da Segurança Social 2021.
- 99 Fang, Kennedy e Resnick 2020.
- 100 Gentilini e outros 2021.
- 101 Heymann e outros 2020; OCDE 2020b.
- 102 ONU 2020a.
- 103 Barrero, Bloom e Davis 2021.
- 104 Buell e outros 2021; Sampi e Jooste 2020.
- 105 Fetzer e outros 2020.
- 106 Imperial College London 2020b.
- 107 Imperial College London 2020a.
- 108 Levy e Savulescu 2021.
-
- CAPÍTULO 6**
- 1 Retirado do Tesouro de Sua Majestade (2021).
- 2 Dasgupta 2021, p. 6.
- 3 Dasgupta 2021, p. 33.
- 4 Dasgupta 2021, p. 6.
- 5 Citado em Nunn (2022), p. 31.
- 6 PNUD 2020a.
- 7 PNUD 2020a.
- 8 Nowotny 2015, p. 16–17.
- 9 Nunn (2021) definiu a função em que a transmissão cultural de conhecimento depende da inclusão, criatividade e solidariedade de forma a produzir (Payne e Wagner 2019; Pigiucci 2008) respostas a novos cenários e circunstâncias (Schimmelpfennig e outros 2022).
- 10 A resiliência da comunidade desempenha um papel fundamental perante choques. Neste contexto, a resiliência da comunidade pode ser entendida como a existência, desenvolvimento e envolvimento de recursos da comunidade utilizados pelos respetivos membros com o objetivo de conseguir prosperar num ambiente caracterizado pela mudança, incerteza, imprevisibilidade e surpresa.
- 11 Resultados de um estudo de caso proveniente de uma investigação transversal e longitudinal revelam que a organização da comunidade eleva o empoderamento psicológico e envolvimento cívico ao longo do tempo (Speer, Christens e Peterson 2021).
- 12 Miranda e Snower 2022.
- 13 PNUD 2015.
- 14 PNUD 2022b.
- 15 Florini, LaForge e Sharma 2022.
- 16 Okonjo-Iweala, Shanmugaratnam e Summers 2021.
- 17 Okonjo-Iweala, Shanmugaratnam e Summers 2021.
- 18 FMI 2021b.
- 19 FMI 2021b.
- 20 Tais disposições dependem, na prática, da eficácia das produções de tomada e implementação de decisões importantes em toda a sociedade – numa só palavra, governação (Florini, LaForge e Sharma 2022). A governação é o processo através do qual os atores - estado ou não estado - interagem para conceber e implementar políticas no seio de um conjunto de regras formais e informais que moldam ou que são moldadas pelo poder (Banco Mundial 2017b). Existem muitos impedimentos à governação, desde a distorção de informação por poderosos interesses económicos que diluem o apoio a políticas públicas que variam desde o controlo do consumo de tabaco até à mitigação das alterações climáticas (como revisto no capítulo 3) ou à corrupção. Evidências empíricas demonstram que a corrupção e má governação estão correlacionadas com baixo crescimento económico, investimento e receitas fiscais (Cerra e outros 2021). E os governos que são capturados por interesses pessoais são suscetíveis a recuos nas mudanças sociais necessárias, em vez de as provocar. (Steinberger 2018).
- 21 Florini, LaForge e Sharma 2022.
- 22 Snower 2020.
- 23 Mach e Field 2017.
- 24 Florini, LaForge e Sharma 2022.
- 25 Fuentes-Nieva 2022.
- 26 O apoio às práticas dos povos indígenas que sustentam a biodiversidade é fundamental, sobretudo porque as terras que estes gerem – cerca de 25 por cento da superfície terrestre mundial – albergam, segundo as estimativas,

80 por cento da biodiversidade global (PNUD 2020a).	individuais e destacar similitudes entre as diferentes religiões. ACDH e Equitas – International Centre for Human Rights Education 2022.	e permitam a defesa e valorização da sua saúde, bem-estar e dignidade. desenvolver relações sociais e sexuais respeitadas; considerar como é que as suas escolhas afetam o seu próprio bem-estar e o dos outros; bem como compreender e assegurar a proteção dos seus direitos ao longo das suas vidas” (UNESCO 2018, p. 16).
27 PNUD 2020a.	56 De Coning 2020b.	88 Goldfarb e Lieberman 2021.
28 McGregor 2009; Whyte 2013.	57 De Coning 2020b.	89 Klugman e outros 2014.
29 McCrea, Walton e Leonard 2014.	58 De Coning 2020a.	90 Algan, Cahuc e Shleifer 2013.
30 Fishback 2022.	59 Zraly e Nyirazinyoye 2010.	91 Marcus 2018.
31 Este parágrafo é baseado em Fishback (2022).	60 Burnet 2021.	92 Rao 2019.
32 Upper 2017.	61 Pode ser encontrado no PNUD um guia prático para a integração do programa de saúde mental nos processos de construção da paz. (2022a).	93 UNESCO 2017.
33 Zurbrügg 2022.	62 Fransen e outros 2021.	94 Aksoy e outros 2020.
34 Edwards 2021; Upper 2017; Zurbrügg 2022.	63 Zurbrügg e outros 2004.	95 Ritchie 2021.
35 FMI 2017.	64 De Moor 2013; Denning e Yeholkovsky 2008.	96 Hulme 2020, p. 311.
36 FMI 2017.	65 Joshi e Yenneti 2020.	97 Green, Wilke e Cooper 2020.
37 Cicchiello e outros 2021; Huambachano 2018.	66 Juris 2004.	98 Anis e White 2017.
38 Demirguc-Kunt e outros 2022.	67 Almeida 2019.	99 Lamont 2019. No que respeita a controvérsia em torno do conceito de esperança, ver Schlosser (2013).
39 Kasman, Heuberger e Hammond 2018.	68 Badarne 2008.	100 Potts e Henderson 2021.
40 Hanna e Olken 2018; Ravallion 2017.	69 Rajan 2021.	101 Fokum, Fonjong e Adams 2020.
41 Molina e Ortiz-Juarez 2020; Yang e outros 2016.	70 A recombinação tem muito mais potencial para impulsionar a inovação do que a melhoria incremental ou a sorte (Schimmelpfennig e outros 2022).	102 Okeja e Watene 2020; Watene 2022; Watene e Palmer 2020.
42 Ruckert, Huynh e Labonté 2018.	71 Roll 2021.	103 “As Gerações Roubadas referem-se àquelas crianças Aborígenes e descendentes das Ilhas do Estreito de Torres, que foram retiradas, de forma sistemática, das suas famílias ao abrigo de políticas governamentais enraizadas na ideologia assimilacionista” (Quayle e Sonn 2019, p. 47).
43 Hanna e Olken 2018.	72 Samji e Kapoor 2022.	104 Aboriginal and Torres Strait Islander Healing Foundation Development Team 2009.
44 Korinek e Stiglitz 2021.	73 A abordagem “Adaptação Iterativa Orientada por Problemas”, introduzida em Andrews, Pritchett e Woocock (2013), foca-se na resolução de problemas de desempenho local ao criar um ambiente que encoraja o desvio e experimentação, através de modelos de aprendizagem experimental, como incluir ciclos de retroação na conceção e implementação do projeto, não só avaliação ex post.	105 Quayle e Sonn 2019.
45 Coote and Percy 2020; Gough 2021.	74 Funda Wande 2021; Samji e Kapoor 2022.	106 Collier e outros 2021.
46 PNUD 2022b.	75 Besley e Persson 2021, 2022.	107 Bal 2021.
47 Gough 2019.	76 Besley e Persson 2021.	
48 Dein 2020; Igreja, Kleijn e Richters 2006; Kpobi e Swartz 2019. O apoio ao rendimento demonstrou uma diminuição significativa da angústia mental de crianças e jovens a viver no agregado familiar. (Angeles e outros 2019; Costello e outros 2003)	77 Besley e Persson 2021.	
49 UNESCO 2021.	78 PNUD 2022b.	
50 Pinto Benítez e outros 2014.	79 Andrighetto e Vriens 2022.	
51 UNESCO 2021.	80 Andrighetto e Vriens 2022; Szekely e outros 2021.	
52 Criar confiança é uma componente essencial do relatório do Secretário-Geral da ONU <i>Our Common Agenda</i> (ONU 2021c). De acordo com aquele relatório, “chegou o momento de renovar o contrato social entre os governos, as pessoas e no seio das sociedades” (p. 4). Os mecanismos para a reconstrução da confiança e adoção de uma visão compreensiva dos direitos humanos incluem, de igual forma, acordos de governação atualizados de modo a proporcionar bens públicos superiores, cobertura de cuidados de saúde, educação, competências, trabalho e habitação decentes, bem como o acesso universal à internet até 2030 como um direito humano básico.	81 Ver Nunn (2022).	
53 Mach e Field 2017; ACDH e a Heinrich Böll Foundation 2018.	82 Bruneau e outros 2021.	
54 ACDH 2019.	83 Amsalem, Merkley e Loewen 2022.	
55 O Centre For Human Rights Education em Lahore, no Paquistão, criou espaços para a discussão sobre a relevância da tolerância religiosa e respeito. Rwaradaria Tehreek (Movimento para o Pluralismo) está a utilizar as redes sociais de forma inovadora e a dar sessões de formação para a partilha de histórias	84 Lamont a publicar.	
	85 A cultura está diretamente ligada a três formas de equidade: identificacional, distributiva e processual (PNUD 2020a).	
	86 PNUD 2020a.	
	87 “Um processo baseado num programa de ensino e de aprendizagem sobre os aspetos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Tem como objetivo munir as crianças e jovens de conhecimentos, competências, atitudes e valores que os capacitem	

Referências

- Aall, P., e Crocker, C. A. 2019.** "Building Resilience and Social Cohesion in Conflict." *Global Policy* 10: 68–75.
- Aas Rustad, S. 2021.** "Conflict Trends." Contribuição para a caixa de referência do Relatório Especial sobre a Segurança Humana de 2022, PNUD-GRDH, Nova Iorque.
- Aas Rustad, S., Reagan, R., Bruch, C., Dupuy, K., Mwesigye, F., McNeish, J.-A., e VanDeveer, S. 2022.** "Green Curses Renewable Energy and Conflict in Africa." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD-GRDH, Nova Iorque.
- Abass, Z. I., e Tucker, R. 2018.** "Residential Satisfaction in Low-Density Australian Suburbs: The Impact of Social and Physical Context on Neighbourhood Contentment." *Journal of Environmental Psychology* 56: 36–45.
- Abdalla, S. M., Maani, N., Ettman, C. K., e Galea, S. 2020.** "Claiming Health as a Public Good in the Post-Covid-19 Era." *Development* 63(2): 200–204.
- Abdoul-Azize, H. T., e El Gamil, R. 2021.** "Social Protection as a Key Tool in Crisis Management: Learnt Lessons from the Covid-19 Pandemic." *Global Social Welfare* 8(1): 107–116.
- Abi Rafeh, L. 2020.** "For Arab Women and Girls, the Crisis Is Just Beginning." *Al Jazeera*, 4 de maio.
- Abi-Jaoude, E., Naylor, K. T., e Pignatiello, A. 2020.** "Smartphones, Social Media Use and Youth Mental Health." *Canadian Medical Association Journal* 192(6): 136–141.
- Aboriginal and Torres Strait Islander Healing Foundation Development Team. 2009.** *Voices from the Campfires: Establishing the Aboriginal and Torres Strait Islander Healing Foundation: Report*. Canberra: Department of Families, Housing, Community Services and Indigenous Affairs.
- Acemoglu, D. 2021.** "Harms of AI." Documento de trabalho NBER 29247, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Acemoglu, D. 2022.** "Obedience in the Labour Market and Social Mobility: A Socioeconomic Approach." *Economica* 89(S1) S2–37.
- Acemoglu, D., e Restrepo, P. 2019.** "Automation and New Tasks: How Technology Displaces and Reinstates Labor." *Journal of Economic Perspectives* 33(2): 3–30.
- Acemoglu, D., e Restrepo, P. 2020.** "The Wrong Kind of A.I.? Artificial Intelligence and the Future of Labour Demand." *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, Cambridge Political Economy Society* 13(1): 25–35.
- Acemoglu, D., e Robinson, J. A. 2021.** "Culture, Institutions and Social Equilibria: A Framework." Documento de trabalho NBER 28832, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Acemoglu, D., e Robinson, J. 2022.** "Non-Modernization: Power–Culture Trajectories and the Dynamics of Political Institutions." *Annual Review of Political Science* 25(1): 323–339.
- Acemoglu, D., Egorov, G., e Sonin, K. 2020.** "Institutional Change and Institutional Persistence." Documento de trabalho NBER 27852, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Acharya, A. K., e Sanchez, M. L. M. 2018.** "Trafficking of Women in US-Mexican Border Cities: An Analysis on the Physical and Mental Health Condition of Victims." *Journal of Trafficking and Human Exploitation* 2(1): 1–17.
- ACLED (Armed Conflict Location and Event Data Project). 2019.** "Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED) Codebook." https://acleddata.com/acleddataneu/wp-content/uploads/dlm_uploads/2019/01/ACLED_Codebook_2019FINAL.docx.pdf.
- ACLED (Armed Conflict Location and Event Data Project). 2021.** "Data Export Tool." <https://acleddata.com/data-export-tool/>. Acedido em 5 de outubro de 2021.
- ADB (Banco Asiático de Desenvolvimento). 2016.** *Social Protection for Informal Workers in Asia*. Manila.
- Adesina, M., Adesanya, T., e Olufadewa, I. 2020.** "Mental Health and Conflict in Nigeria: An Overview." *European Journal of Environment and Public Health* 4(1): 1–4.
- Adesina, M. A., Kanmodi, K. K., e Merrick, J. 2019.** *The Boko Haram Terror: Adversary to the Wellbeing of Nigerian Kids*. Nova Iorque: Nova Science.
- Adhvaryu, A., Fenske, J., e Nyshadham, A. 2019.** "Early Life Circumstance and Adult Mental Health." *Journal of Political Economy* 127(4): 1516–1549.
- Adler, P. S., Goldoftas, B., e Levine, D. I. 1999.** "Flexibility Versus Efficiency? A Case Study of Model Changeovers in the Toyota Production System." *Organization Science* 10(1): 43–68.
- União Africana. 2015.** *Agenda 2063: The Africa We Want*. Addis Ababa. https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf.
- Agrafiotis, I., Nurse, J. R., Goldsmith, M., Creese, S., e Upton, D. 2018.** "A Taxonomy of Cyber-Harms: Defining the Impacts of Cyber-Attacks and Understanding How They Propagate." *Journal of Cybersecurity* 4(1): 1–15.
- Aguirre-Liguori, J. A., Ramírez-Barahona, S., Tiffin, P., e Eguiarte, L. E. 2019.** "Climate Change Is Predicted to Disrupt Patterns of Local Adaptation in Wild and Cultivated Maize." *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 286(1906): 20190486.
- Ahir, H., Bloom, N., e Furceri, D. 2018.** "The World Uncertainty Index." <https://ssrn.com/abstract=3275033>.
- Ahir, H., Bloom, N., e Furceri, D. 2022.** "The World Uncertainty Index." Documento de trabalho NBER 29763, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Ahmed, S. 2013.** *The Cultural Politics of Emotion*. Londres: Routledge.
- Akerlof, G. A. 2020.** "Sins of Omission and the Practice of Economics." *Journal of Economic Literature* 58(2): 405–418.
- Akerlof, G. A., e Kranton, R. E. 2000.** "Economics and Identity." *The Quarterly Journal of Economics* 115(3): 715–753.
- Akerlof, G. A., e Snower, D. J. 2016.** "Bread and Bullets." *Journal of Economic Behavior & Organization (Part B)* 126: 58–71.
- Aksoy, C. G., Carpenter, C. S., De Haas, R., e Tran, K. D. 2020.** "Do Laws Shape Attitudes? Evidence from Same-Sex Relationship Recognition Policies in Europe." *European Economic Review* 124: 103399.
- Al-Ali, N. 2020.** "Covid-19 and Feminism in the Global South: Challenges, Initiatives and Dilemmas." *European Journal of Women's Studies* 27(4): 333–347.
- Alderman, L. 2021.** "Europe Fears That Rising Cost of Climate Action Is Stirring Anger." *New York Times*, 1 de novembro.
- Alesina, A., e Giuliano, P. 2015.** "Culture and Institutions." *Journal of Economic Literature* 53(4): 898–944.
- Alesina, A., e Passarelli, F. 2019.** "Loss Aversion in Politics." *American Journal of Political Science* 63(4): 936–947.
- Alexander, P., Rounsevell, M. D. A., Dislich, C., Dodson, J. R., Engström, K., e Moran, D. 2015.** "Drivers for Global Agricultural Land Use Change: The Nexus of Diet, Population, Yield and Bioenergy." *Global Environmental Change* 35: 138–147.
- Algan, Y., Cahuc, P., e Shleifer, A. 2013.** "Teaching Practices and Social Capital." *American Economic Journal: Applied Economics* 5(3): 189–210.
- Allcott, H., Boxell, L., Conway, J., Gentzkow, M., Thaler, M., e Yang, D. 2020.** "Polarization and Public Health: Partisan Differences in Social Distancing During the

- Coronavirus Pandemic." *Journal of Public Economics* 191: 104254.
- Allen, E. J., Dechow, P. M., Pope, D. G., e Wu, G. 2017.** "Reference-Dependent Preferences: Evidence from Marathon Runners." *Management Science* 63(6): 1657–1672.
- Alloush, M. 2021.** "Income, Psychological Well-Being, and the Dynamics of Poverty." http://barrett.dyson.cornell.edu/NEUDC/paper_73.pdf. Acedido em 27 de agosto de 2021.
- Alloush, M., e Bloem, J. R. 2020.** "Neighborhood Violence, Poverty, and Psychological Well-Being." Documento apresentado na reunião anual de 2020 da Agricultural and Applied Economics Association, 26–28 de julho, Kansas City, MO. <https://ideas.repec.org/p/ags/aaea20/304341.html>. Acedido em 22 de setembro de 2021.
- Almås, I., Cappelen, A. W., Sørensen, E. Ø., e Tungodden, B. 2022.** "Global Evidence on the Selfish Rich Inequality Hypothesis." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(3): e2109690119.
- Almeida, P. 2019.** *Social Movements: The Structure of Collective Mobilization*. Oakland, CA: University of California Press.
- Al-Nuaimi, M. A., Hamad, R. A., e Lafta, R. K. 2015.** "Effects of Witnessing or Exposure to Community Violence on Mental Health of Iraqi Men." *Qatar Medical Journal* 2015(1): 10.
- Alonso, C., Berg, A., Kothari, S., Papageorgiou, C., e Rehman, S. 2020.** "Will the AI Revolution Cause a Great Divergence?" Documento de trabalho FMI 2020/184, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Altman, J., e Jordan, K. 2018.** "Impact of Climate Change on Indigenous Australians: Submission to the Garnaut Climate Change Review." <https://caep.cass.anu.edu.au/research/publications/impact-climate-change-indigenous-australians-submission-garnaut-climate-change>. Acedido em 10 de agosto de 2022.
- Alvarado, R., Minoletti, A., González, F. T., Küstner, B. M., Madariaga, C., e Sepúlveda, R. 2012.** "Development of Community Care for People with Schizophrenia in Chile." *International Journal of Mental Health* 41(1): 48–61.
- Alves, R., e Rosa, I. M. 2007.** "Biodiversity, Traditional Medicine and Public Health: Where Do They Meet?" *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine* 3(1): 1–9.
- Amenta, E., e Polletta, F. 2019.** "The Cultural Impacts of Social Movements." *Annual Review of Sociology* 45: 279–299.
- Associação Psiquiátrica Americana. 2013.** *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. Quinta Edição. Washington, DC: American Psychiatric Publisher.
- Associação Americana de Psicologia. 2022.** "Distress." Em *APA Dictionary of Psychology*. <https://dictionary.apa.org/distress>. Acedido em 1 de junho de 2022.
- Amsalem, E., Merkley, E., e Loewen, P. J. 2022.** "Does Talking to the Other Side Reduce Inter-Party Hostility? Evidence from Three Studies." *Political Communication* 39(1): 61–78.
- Amundsen, D. 2021.** "Digital Technologies as a Panacea for Social Isolation and Loneliness among Older Adults: An Intervention Model for Flourishing and Well-being: Visual Technologies as a Panacea for Social Isolation." *Video Journal of Education and Pedagogy* 5(1): 1–14.
- Anderson, E. 2018.** "Policy Entrepreneurs and the Origins of the Regulatory Welfare State: Child Labor Reform in Nineteenth-Century Europe." *American Sociological Review* 83(1): 173–211.
- Anderson, E. 2021.** *Agents of Reform: Child Labor and the Origins of the Welfare State*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Anderson, M. K. 2005.** *Tending the Wild: Native American Knowledge and the Management of California's Natural Resources*. Oakland, CA: University of California Press.
- Anderson, W., Seager, R., Baethgen, W., Cane, M., e You, L. 2019.** "Synchronous Crop Failures and Climate-Forced Production Variability." *Science Advances* 5(7): eaaw1976.
- Andreano, M. S., Benedetti, R., Piersimoni, F., e Savigio, G. 2021.** "Mapping Poverty of Latin American and Caribbean Countries from Heaven through Night-Light Satellite Images." *Social Indicators Research* 156(2): 533–562.
- Andrew, A., Cattan, S., Costa Dias, M., Farquharson, C., Kraftman, L., Krutikova, S., Phimister, A., e Sevilla, A. 2020.** "The Gendered Division of Paid and Domestic Work under Lockdown." Documento de discussão 13500, IZA – Institute of Labor Economics, Bona, Alemanha. <https://ftp.iza.org/dp13500.pdf>
- Andrews, M., Pritchett, L., e Woolcock, M. 2013.** "Escaping Capability Traps through Problem Driven Iterative Adaptation (PDIA)." *World Development* 51: 234–244.
- Andrighetto, G., e Vriens, E. 2022.** "A Research Agenda for the Study of Social Norm Change." *Philosophical Transactions of the Royal Society A* 380(2227): 20200411.
- Angeles, G., de Hoop, J., Handa, S., Kilburn, K., Milazzo, A., Peterman, A., e Malawi Social Cash Transfer Evaluation Team. 2019.** "Government of Malawi's Unconditional Cash Transfer Improves Youth Mental Health." *Social Science & Medicine* 225: 108–119.
- Angelou, M. 1993.** *Wouldn't Take Nothing for My Journey Now*. Nova Iorque: Random House.
- Anis, F., e White, J. 2017.** "The Meena Communicative Initiative in Bangladesh." Em Plows, V., e Whitburn, B., (eds.), *Inclusive Education: Making Sense of Everyday Practice*. Roterdão, Países Baixos: Sense Publishers.
- Apicella, C., Norenzayan, A., e Henrich, J. 2020.** "Beyond WEIRD: A Review of the Last Decade and a Look Ahead to the Global Laboratory of the Future." *Evolution and Human Behavior* 41(5): 319–329.
- Apolinário-Hagen, J. 2017.** "Current Perspectives on E-Mental-Health Self-Help Treatments: Exploring the 'Black Box' of Public Views, Perceptions, and Attitudes toward the Digitalization of Mental Health Care." Em Menvielle, L., Audrain-Pontevia, A.-F., e Menvielle, W., (eds.), *The Digitization of Healthcare: New Challenges and Opportunities*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Appadurai, A. 2004.** "The Capacity to Aspire: Culture and the Terms of Recognition." Em Rao, V., e Walton, M., (eds.), *Culture and Public Action*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Arasmith, A., Østby, G., e Aas Rustad, S. 2022.** "Patterns and Trends of Conflict-Affected Populations, 1990–2020: Advancing a New Measurement Framework." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Arato, A., Cohen, J. L., e von Busekist, A. 2018.** *Forms of Pluralism and Democratic Constitutionalism*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Aref-Adib, G., e Hassiotis, A. 2021.** "Frontline 2020: The New Age for Telemental Health." *The Lancet Psychiatry* 8(1): 3–4.
- Arkes, H. R., Gigerenzer, G., e Hertwig, R. 2016.** "How Bad Is Incoherence?" *Decision* 3(1): 20–39.
- Armaly, M., e Enders, A. 2021.** "The Role of Affective Orientations in Promoting Perceived Polarization." *Political Science Research and Methods* 9(3): 615–626.
- Arnall, A., Oswald, K., Davies, M., Mitchell, T., e Coirolo, C. 2010.** "Adaptive Social Protection: Mapping the Evidence and Policy Context in the Agriculture Sector in South Asia." *IDS Working Papers* 2010(345): 1–92.
- Ash, E., Mukand, S., e Rodrik, D. 2021.** "Economic Interests, Worldviews, and Identities: Theory and Evidence on Ideational Politics." Documento de trabalho NBER 29474, Agência Nacional de Investigação Econômica, Cambridge, MA.
- Aslam, S., Gul, N., Aslam, S., e Eslamian, S. 2022.** "Biotechnology and Flood-Resistant Rice." Em Eslamian, S., e Eslamian, F., (eds.), *Flood Handbook*. Boca Raton, FL: CRC Press.
- Atkinson, Q. D., e Jacquet, J. 2022.** "Challenging the Idea That Humans Are Not Designed to Solve Climate Change." *Perspectives on Psychological Science* 17(3): 619–630.
- Autor, D. H., Dorn, D., e Hanson, G. H. 2016.** "The China Shock: Learning from Labor-Market Adjustment to Large Changes in Trade." *Annual Review of Economics* 8(1): 205–240.
- Autor, D., Dorn, D., Katz, L., Patterson, C., e Reenen, J. V. 2020.** "The Fall of the Labor Share and the Rise of Superstar Firms." *The Quarterly Journal of Economics* 135(2): 645–709.
- Autor, D., Salomons, A., e Seegmiller, B. 2021.** "New Frontiers: The Origins and Content of New Work, 1940–2018." Documento de trabalho, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA.
- Awaworyi Churchill, S., e Farrell, L. 2018.** "The Impact of Gambling on Depression: New Evidence from England and Scotland." *Economic Modelling* 68: 475–483.
- Awaworyi Churchill, S., Munyanyi, M. E., Smyth, R., e Trinh, T.-A. 2021.** "Early Life Shocks and Entrepreneurship: Evidence from the Vietnam War." *Journal of Business Research* 124: 506–518.
- Axelrod, R., Daymude, J. J., e Forrest, S. 2021.** "Preventing Extreme Polarization of Political Attitudes."

Proceedings of the National Academy of Sciences 118(50): e2102139118.

Ayala-Hurtado, E. 2021. "Narrative Continuity/Rupture: Projected Professional Futures Amid Pervasive Employment Precarity." *Work and Occupations* 49(1): 45–78.

Ayers, J. W., Leas, E. C., Johnson, D. C., Poliak, A., Althouse, B. M., Dredze, M., e Nobles, A. L. 2020. "Internet Searches for Acute Anxiety During the Early Stages of the Covid-19 Pandemic." *JAMA Internal Medicine* 180(12): 1706–1707.

Azar, J., Marinescu, I., e Steinbaum, M. 2019. "Measuring Labor Market Power Two Ways." *AEA Papers and Proceedings* 109: 317–321.

Azhar, A. 2021. *The Exponential Age: How Accelerating Technology Is Transforming Business, Politics and Society*. Nova Iorque, NY: Diversion Books.

Bachelet, M. 2022. "Human Rights and Democracy in the Digital Age." Gabinete do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Genebra. <https://www.ohchr.org/en/statements/2022/04/human-rights-and-democracy-digital-age>. Acedido em 25 de agosto de 2022.

Badarne, M.-O. 2008. "'Flower by Flower, We Make a Garden': Palestinian Women Organising for Economic Justice." *Gender & Development* 16(3): 509–521.

Bae, H., Kim, D., e Park, Y. C. 2016. "Dissociation Predicts Treatment Response in Eye-Movement Desensitization and Reprocessing for Posttraumatic Stress Disorder." *Journal of Trauma & Dissociation* 17(1): 112–130.

Baek, M., DiMaio, F., Anishchenko, I., Dauparas, J., Ovchinnikov, S., Lee, G. R., Wang, J., e outros. 2021. "Accurate Prediction of Protein Structures and Interactions Using a Three-Track Neural Network." *Science* 373(6557): 871–876.

Bago, B., Rand, D., e Pennycook, G. 2020. "Fake News, Fast and Slow: Deliberation Reduces Belief in False (but Not True) News Headlines." *Journal of Experimental Psychology: General* 149(8): 1608–1613.

Bahadur, A. V., Peters, K., Wilkinson, E., Pichon, F., Gray, K., e Tanner, T. 2015. "The 3As: Tracking Resilience across BRACED." Documento de trabalho, Building Resistance and Adaptation to Climate Extremes and Disasters, Londres.

Bai, X., Van Der Leeuw, S., O'Brien, K., Berkhout, F., Biermann, F., Brondizio, E. S., Cudennec, C., e outros. 2016. "Plausible and Desirable Futures in the Anthropocene: A New Research Agenda." *Global Environmental Change* 39(2016): 351–362.

Bak-Coleman, J. 2022. "Promoting Sustainability and Equity in Global Social Systems." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD–GRDH, Nova Iorque.

Bak-Coleman, J., e Bergstrom, C. 2022. "A High-Speed Scientific Hive Mind Emerged from the Covid Pandemic." *Scientific American* 326(3): 34–36.

Bak-Coleman, J. B., Alfano, M., Barfuss, W., Bergstrom, C. T., Centeno, M. A., Couzin, I. D., Donges, J. F., e outros. 2021. "Stewardship of Global Collective

Behavior." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(27): e2025764118.

Baker, S. 2021. "The Coronavirus Vaccines Have Shattered Expectations." *Axios*, 8 de fevereiro.

Bakshy, E., Messing, S., e Adamic, L. A. 2015. "Exposure to Ideologically Diverse News and Opinion on Facebook." *Science* 348: 1130–1132.

Bal, M. 2021. "Youth Engagement in Participatory Budgeting. Case Study of Kutná Hora (2019–2020)." *Slovak Journal of Public Policy and Public Administration* 8(2).

Baldassarri, D., e Page, S. E. 2021. "The Emergence and Perils of Polarization." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2116863118.

Ball, P. 2020. "The Lightning-Fast Quest for Covid Vaccines – and What It Means for Other Diseases." *Nature* 589: 16–18.

Balta-Ozkan, N., Watson, T., e Mocca, E. 2015. "Spatially Uneven Development and Low Carbon Transitions: Insights from Urban and Regional Planning." *Energy Policy* 85: 500–510.

Banaszak, L. A., e Ondercin, H. L. 2016. "Public Opinion as a Movement Outcome: The Case of the US Women's Movement." *Mobilization: An International Quarterly* 21(3): 361–378.

Banda, K. K., e Cluverius, J. 2018. "Elite Polarization, Party Extremity, and Affective Polarization." *Electoral Studies* 56: 90–101.

Banerjee, S., e John, P. 2021. "Nudge Plus: Incorporating Reflection into Behavioral Public Policy." *Behavioural Public Policy*: 1–16.

Barberis, N. C. 2013. "Thirty Years of Prospect Theory in Economics: A Review and Assessment." *Journal of Economic Perspectives* 27(1): 173–196.

Barbosa Neves, B., Franz, R., Judges, R., Beermann, C., e Baecker, R. 2019. "Can Digital Technology Enhance Social Connectedness among Older Adults? A Feasibility Study." *Journal of Applied Gerontology* 38(1): 49–72.

Barfuss, W., e Mann, R. P. 2022. "Modeling the Effects of Environmental and Perceptual Uncertainty Using Deterministic Reinforcement Learning Dynamics with Partial Observability." *Physical Review E* 105(3): 034409.

Barfuss, W., Donges, J. F., Vasconcelos, V. V., Kurths, J., e Levin, S. A. 2020. "Caring for the Future Can Turn Tragedy into Comedy for Long-Term Collective Action under Risk of Collapse." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(23): 12915–12922.

Barkai, S. 2020. "Declining Labor and Capital Shares." *The Journal of Finance* 75(2): 2421–2463.

Barlow, J., França, F., Gardner, T. A., Hicks, C. C., Lennox, G. D., Berenguer, E., Castello, L., e outros. 2018. "The Future of Hyperdiverse Tropical Ecosystems." *Nature* 559(7715): 517–526.

Barnett, M., Brock, W., e Hansen, L. P. 2020. "Pricing Uncertainty Induced by Climate Change." *The Review of Financial Studies* 33(3): 1024–1066.

Barnidge, M. 2018. "Social Affect and Political Disagreement on Social Media." *Social Media+ Society* 4(3): 2056305118797721.

Barrero, J. M., Bloom, N., e Davis, S. J. 2021. "Internet Access and Its Implications for Productivity, Inequality, and Resilience." Documento de trabalho NBER 29102, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.

Barrett, S., e Dannenberg, A. 2012. "Climate Negotiations under Scientific Uncertainty." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 109(43): 17372–17376.

Barro, R. J., e Lee, J. W. 2018. Dataset of Educational Attainment, Revisão de junho de 2018. <http://www.barrolee.com>. Acedido em 7 de abril de 2022.

Barron, K., Becker, A., e Huck, S. 2022. "Motivated Political Reasoning: The Emergence of Belief-Value Constellations." Documento por publicar.

Basu, K. 2018. *The Republic of Beliefs: A New Approach to Law and Economics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Basu, K. 2021. "The Ground Beneath Our Feet." *Oxford Review of Economic Policy* 37(4): 783–793.

Basu, K. 2022. "Why Have Leaders at All? Hume and Hobbes, with a Dash of Nash." *Homo Oeconomicus*.

Basu, K., Caspi, A., e Hockett, R. 2021. "Markets and Regulation in the Age of Big Tech." *Capitalism and Society* 15(1).

Bate, S., Bevan, H., e Robert, G. 2004. "Towards a Million Change Agents. A Review of the Social Movements Literature: Implications for Large Scale Change in the NHS." NHS Modernisation Agency.

Bates, E. A. 2020a. "No One Would Ever Believe Me: An Exploration of the Impact of Intimate Partner Violence Victimization on Men." *Psychology of Men & Masculinities* 21(4): 497–507.

Bates, E. A. 2020b. "Walking on Egg Shells: A Qualitative Examination of Men's Experiences of Intimate Partner Violence." *Psychology of Men & Masculinities* 21(1): 13–24.

Bauer, A. M., Edgeworth, M., Edwards, L. E., Ellis, E. C., Gibbard, P., e Merritts, D. J. 2021. "Anthropocene: Event or Epoch?" *Nature* 597(7876): 332.

Bauer, M., Blattman, C., Chytilová, J., Henrich, J., Miguel, E., e Mitts, T. 2016. "Can War Foster Cooperation?" *Journal of Economic Perspectives* 30(3): 249–274.

BBC News. 2021. "Haiti President's Assassination: What We Know So Far." *BBC News*, 12 de julho.

Bechara, A., e Damasio, A. R. 2005. "The Somatic Marker Hypothesis: A Neural Theory of Economic Decision." *Games and Economic Behavior* 52(2): 336–372.

Bechara, A., Damasio, H., e Damasio, A. R. 2000. "Emotion, Decision Making and the Orbitofrontal Cortex." *Cerebral Cortex* 10(3): 295–307.

Becker, G. S. 1976. *The Economic Approach to Human Behavior*. Chicago, IL: Chicago University Press.

- Beckert, J. 2020.** "The Exhausted Futures of Neoliberalism: From Promissory Legitimacy to Social Anomy." *Journal of Cultural Economy* 13(3): 318–330.
- Bedi, T., Coudouel, A., e Simler, K. 2007.** *More Than a Pretty Picture: Using Poverty Maps to Design Better Policies and Interventions*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Begley, C. 2021.** *The Next Apocalypse: The Art and Science of Survival*. Nova Iorque: Basic Books.
- Béland, D., e Cox, R. H. 2016.** "Ideas as Coalition Magnets: Coalition Building, Policy Entrepreneurs, and Power Relations." *Journal of European Public Policy* 23(3): 428–445.
- Bénabou, R., e Tirole, J. 2016.** "Mindful Economics: The Production, Consumption, and Value of Beliefs." *Journal of Economic Perspectives* 30(3): 141–164.
- Bénabou, R., Falk, A., e Tirole, J. 2018.** "Narratives, Imperatives, and Moral Reasoning." Documento de trabalho NBER 24798, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Benartzi, S., e Thaler, R. H. 1995.** "Myopic Loss Aversion and the Equity Premium Puzzle." *The Quarterly Journal of Economics* 110(1): 73–92.
- Benavides, M. O., Berry, O. O., e Mangus, M. 2019.** "Intimate Partner Violence: A Guide for Psychiatrists Treating IPV Survivors." Associação Psiquiátrica Americana. <https://www.psychiatry.org/psychiatrists/cultural-competency/education/intimate-partner-violence>. Acedido em 28 de agosto de 2021.
- Bender, K. A., e Theodossiou, I. 2018.** "The Unintended Consequences of Flexicurity: The Health Consequences of Flexible Employment." *Review of Income and Wealth* 64(4): 777–799.
- Bendik-Keymer, J. D. 2016.** "Goodness Itself Must Change" – Anthropomy in an Age of Socially-Caused, Planetary Environmental Change." *Ethics & Bioethics* 6(3–4): 187–202.
- Benjamin, D. J. 2019.** "Errors in Probabilistic Reasoning and Judgment Biases." Em Bernheim, B. D., DellaVigna, S., e Laibson, D., (eds.), *Handbook of Behavioral Economics: Applications and Foundations 1*. Amsterdão: North-Holland Publishing Company.
- Benjet, C., Sampson, L., Yu, S., Kessler, R., Zaslavsky, A., Evans-Lacko, S., Martins, S., e outros. 2019.** "Associations between Neighborhood-Level Violence and Individual Mental Disorders: Results from the World Mental Health Surveys in Five Latin American Cities." *Psychiatry Research* 282: 2–22.
- Benmelech, E., Bergman, N., e Kim, H. 2022.** "Strong Employers and Weak Employees: How Does Employer Concentration Affect Wages?" *Journal of Human Resources* 57(S): S200–S250.
- Bennett, W. L., e Livingston, S. 2018.** "The Disinformation Order: Disruptive Communication and the Decline of Democratic Institutions." *European Journal of Communication* 33(2): 122–139.
- Bergant, K., Mano, R., e Shibata, I. 2022.** "From Polluting to Green Jobs: A Seamless Transition in the US?" Documento de trabalho 2022/129, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2022/07/01/From-Polluting-to-Green-Jobs-A-Seamless-Transition-in-the-US-520244>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Berger, P. 1976.** "Pontchartrain and the Grain Trade During the Famine of 1693." *The Journal of Modern History* 48(S4): 37–86.
- Berkessel, J. B., Gebauer, J. E., Joshanloo, M., Bleidorn, W., Rentfrow, P. J., Potter, J., e Gosling, S. D. 2021.** "National Religiosity Eases the Psychological Burden of Poverty." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(39): 1–6.
- Berman, E. P. 2022.** "Thinking Like an Economist." Em *Thinking Like an Economist*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bermes, A. 2021.** "Information Overload and Fake News Sharing: A Transactional Stress Perspective Exploring the Mitigating Role of Consumers' Resilience During Covid-19." *Journal of Retailing and Consumer Services* 61: 1–10.
- Bernstein, A. S., Ando, A. W., Loch-Temzelides, T., Vale, M. M., Li, B. V., Li, H., Busch, J., e outros. 2022.** "The Costs and Benefits of Primary Prevention of Zoonotic Pandemics." *Science Advances* 8(5): eabl4183.
- Berry, H. L., Bowen, K., e Kjellstrom, T. 2010.** "Climate Change and Mental Health: A Causal Pathways Framework." *International Journal of Public Health* 55(2): 123–132.
- Berry, H. L., Waite, T. D., Dear, K. B., Capon, A. G., e Murray, V. 2018.** "The Case for Systems Thinking About Climate Change and Mental Health." *Nature Climate Change* 8(4): 282–290.
- Besley, T. J., e Persson, T. 2020.** "Escaping the Climate Trap? Values, Technologies, and Politics." Documento por publicar.
- Besley, T. J., e Persson, T. 2021.** "Science as Civil Society: Implications for a Green Transition." Documento de discussão CEPR DP16840, Centre for Economic Policy Research, Londres.
- Besley, T. J., e Persson, T. 2022.** "The Political Economics of Green Transitions." Documento de discussão CEPR DP17242, Centre for Economic Policy Research, Londres.
- Bhugra, D., e Becker, M. A. 2005.** "Migration, Cultural Bereavement and Cultural Identity." *World Psychiatry* 4(1): 18–24.
- Bianchi, F., Bianchi, G., e Song, D. 2021.** "The Long-Term Impact of the Covid-19 Unemployment Shock on Life Expectancy and Mortality Rates." Documento de trabalho NBER 28304, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Biasi, B., Dahl, M. S., e Moser, P. 2021.** "Career Effects of Mental Health." Documento de trabalho NBER 29031, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Bilgrami, A. 2020.** *Nature and Value*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- BIS (Banco de Pagamentos Internacionais). 2021.** *Climate-Related Financial Risks—Measurement Methodologies*. Basel, Suíça.
- Black, R., Busby, J., Dabelko, G. D., de Coning, C., Maalim, H., McAllister, C., Ndiloseh, M. e outros. 2022.** *Environment of Peace: Security in a New Era of Risk*. Estocolmo, Instituto de Investigação para a Paz Internacional de Estocolmo.
- Blanchette, I., e Richards, A. 2010.** "The Influence of Affect on Higher Level Cognition: A Review of Research on Interpretation, Judgement, Decision Making and Reasoning." *Cognition and Emotion* 24(4): 561–595.
- Block, M., Á González, Reyes Morales, H., Cahuana Hurtado, L., Baladrán, A., e Méndez, E. 2020.** "Mexico: Health System Review." *Health Systems in Transition* 22(2): 1–222.
- Blofield, M., Giamb Bruno, C., e Pribble, J. 2021.** "Breadth and Sufficiency of Cash Transfer Responses in Ten Latin American Countries During the First 12 Months of the Covid-19 Pandemic." Documento de trabalho Commitment to Equity 114, Tulane University, Department of Economics, New Orleans, LA.
- Blumer, H. 1951.** "Collective Behavior." *New Outline of the Principles of Sociology*: 166–222.
- Blumer, H. 1995.** "Social Movements." Em Lyman, S.M., (ed.), *Social Movements: Main Trends of the Modern World*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Blyth, M. 2013.** *Austerity: The History of a Dangerous Idea*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Boelen, P. A., de Keijser, J., e Smid, G. 2015.** "Cognitive–Behavioral Variables Mediate the Impact of Violent Loss on Post-Loss Psychopathology." *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy* 7(4): 382–390.
- Boese, V. A., Alizada, N., Lundstedt, M., Morrison, K., Natsika, N., Sato, Y., Tai, H., e Lindberg, S. I. 2022.** *Democracy Report 2022: Autocratization Changing Nature?* Gothenburg, Suécia: Varieties of Democracy Institute at the University of Gothenburg.
- Bollen, J., Ten Thij, M., Breithaupt, F., Barron, A. T., Rutter, L. A., Lorenzo-Luaces, L., e Scheffer, M. 2021.** "Historical Language Records Reveal a Surge of Cognitive Distortions in Recent Decades." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(30): e2102061118.
- Bolt, J., e van Zanden, J. 2020.** "Maddison Style Estimates of the Evolution of the World Economy: A New 2020 Update." Documento de trabalho Maddison-Project WP-15, The Maddison Project, Groningen, Países Baixos.
- Bolton, P., Adrian, T., e Kleijnjehuis, A. 2022.** "The Great Carbon Arbitrage." Documento de trabalho FMI 2022/102, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Bolton, P., Despress, M., da Silva, L., Samama, F., e Svartzman, R. 2020.** *The Green Swan—Central Banking and Financial Stability in the Age of Climate Change*. Basileia, Suíça, Banco de Pagamentos Internacionais.
- Bonn, G. 2015.** "Primary Process Emotion, Identity, and Culture: Cultural Identification's Roots in Basic Motivation." *Frontiers in Psychology* 6: 218.
- Bonomi, G., Gennaioli, N., e Tabellini, G. 2021.** "Identity, Beliefs, and Political Conflict." *The Quarterly Journal of Economics* 136(4): 2371–2411.

- Bordalo, P., Gennaioli, N., e Shleifer, A. 2012.** "Salience Theory of Choice under Risk." *The Quarterly Journal of Economics* 127(3): 1243–1285.
- Bordalo, P., Gennaioli, N., e Shleifer, A. 2021.** "Salience." Documento de trabalho NBER 29274, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Bosi, L., Giugni, M., e Uba, K. 2016.** "The Consequences of Social Movements: Tacking Stock and Looking Forward." In Bosi, L., Giugni, M., e Uba, K., (eds.), *The Consequences of Social Movements*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Bosqui, T. J., Marshoud, B., e Shannon, C. 2017.** "Attachment Insecurity, Posttraumatic Stress, and Hostility in Adolescents Exposed to Armed Conflict." *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology* 23(4): 372–382.
- Bostrom, N. 2002.** "Existential Risks: Analyzing Human Extinction Scenarios and Related Hazards." *Journal of Evolution and Technology* 9(1): 1–31.
- Bostrom, N. 2013.** "Existential Risk Prevention as Global Priority." *Global Policy* 4(1): 15–31.
- Boulton, C. A., Lenton, T. M., e Boers, N. 2022.** "Pronounced Loss of Amazon Rainforest Resilience since the Early 2000s." *Nature Climate Change* 12(3): 271–278.
- Bowen, T., Del Ninno, C., Andrews, C., Coll-Black, S., Johnson, K., Kawasoe, Y., Kryeziu, A., e outros. 2020.** *Adaptive Social Protection: Building Resilience to Shocks*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Bowles, S., e Carlin, W. 2021.** "Shrinking Capitalism: Components of a New Political Economy Paradigm." *Oxford Review of Economic Policy* 37(4): 794–810.
- Bown, C. P. B., Thomas J. 2021.** "How Covid-19 Vaccine Supply Chains Emerged in the Midst of a Pandemic." Documento de trabalho PIIE 21–12, Peterson Institute for International Economics, Washington, DC.
- Boxell, L., Gentzkow, M., e Shapiro, J. M. 2020.** "Cross-Country Trends in Affective Polarization." Documento de trabalho NBER 26669, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Box-Steffensmeier, J. M., Burgess, J., Corbetta, M., Crawford, K., Duflo, E., Fogarty, L., Gopnik, A., e outros. 2022.** "The Future of Human Behaviour Research." *Nature Human Behaviour* 6(1): 15–24.
- Boyd, D., e Keene, S. 2021.** "Human Rights-Based Approaches to Conserving Biodiversity: Equitable, Effective and Imperative." Dossier de política 1. Gabinete do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Genebra. <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Environment/SREnvironment/policy-briefing-1.pdf>.
- Boyd, R., Richerson, P. J., e Henrich, J. 2011.** "The Cultural Niche: Why Social Learning Is Essential for Human Adaptation." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 108(Supplement 2): 10918–10925.
- Boyle, M. H., Georgiades, K., Duncan, L., Wang, L., Comeau, J., e 2014 Ontario Child Health Study Team. 2019.** "Poverty, Neighbourhood Antisocial Behaviour, and Children's Mental Health Problems: Findings from the 2014 Ontario Child Health Study." *The Canadian Journal of Psychiatry* 64(4): 285–293.
- Bozdag, E. 2013.** "Bias in Algorithmic Filtering and Personalization." *Ethics and Information Technology* 15: 209–227.
- BP. 2020.** *Energy Outlook: 2020 Edition*. Londres
- Bradt Möller, M., Grimm, S., e Riel-Salvatore, J. 2017.** "Resilience Theory in Archaeological Practice—an Annotated Review." *Quaternary International* 446: 3–16.
- Brady, W. J., Wills, J. A., Jost, J. T., Tucker, J. A., e Van Bavel, J. J. 2017.** "Emotion Shapes the Diffusion of Moralized Content in Social Networks." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(28): 7313–7318.
- Brannen, S., Haig, C., e Schmidt, K. 2020.** "The Age of Mass Protests: Understanding an Escalating Global Trend." Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Washington, DC.
- Brännlund, A., Strandh, M., e Nilsson, K. 2017.** "Mental-Health and Educational Achievement: The Link between Poor Mental-Health and Upper Secondary School Completion and Grades." *Journal of Mental Health* 26(4): 318–325.
- Bratman, G. N., Anderson, C. B., Berman, M. G., Cochran, B., De Vries, S., Flanders, J., Folke, C., e outros. 2019.** "Nature and Mental Health: An Ecosystem Service Perspective." *Science Advances* 5(7).
- Brenisen, W. 2020.** "Loss of Agency: How Domestic Violence Impacts Mental Health." Women's Advocates, Saint Paul, MN. <https://www.wadvocates.org/2020/05/26/loss-of-agency-how-domestic-violence-impacts-mental-health/>. Acedido em 30 de agosto de 2021.
- Brennan, G., e Sayre-McCord, G. 2018.** "On 'Cooperation'." *Analyse & Kritik* 40(1): 107–130.
- Breukers, S., e Wolsink, M. 2007.** "Wind Power Implementation in Changing Institutional Landscapes: An International Comparison." *Energy Policy* 35(5): 2737–2750.
- Brierley, C., Manning, K., e Maslin, M. 2018.** "Pastoralism May Have Delayed the End of the Green Sahara." *Nature Communications* 9(1): 1–9.
- Bringezu, S., Ramaswami, A., Schandl, H., O'Brien, M., Pelton, R., Acquatella, J., Ayuk, E., e outros. 2017.** "Assessing Global Resource Use: A System Approach to Resource Efficiency and Pollution Reduction." Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Painel Internacional de Recursos, Nairobi.
- Brook, T. 2010.** *The Troubled Empire: China in the Yuan and Ming Dynasties*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Brooke, J. 2015.** *Climate Change and the Course of Global History: A Rough Journey*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Brown, R. P., e Gerberg, P. L. 2005.** "Sudarshan Kriya Yogic Breathing in the Treatment of Stress, Anxiety, and Depression: Part I—Neurophysiologic Model." *Journal of Alternative & Complementary Medicine* 11(1): 189–201.
- Bruine de Bruin, W., Saw, H.-W., e Goldman, D. P. 2020.** "Political Polarization in US Residents' Covid-19 Risk Perceptions, Policy Preferences, and Protective Behaviors." *Journal of Risk and Uncertainty* 61(2): 177–194.
- Bruneau, E., Hameiri, B., Moore-Berg, S. L., e Kteily, N. 2021.** "Intergroup Contact Reduces Dehumanization and Meta-Dehumanization: Cross-Sectional, Longitudinal, and Quasi-Experimental Evidence from 16 Samples in Five Countries." *Personality and Social Psychology Bulletin* 47(6): 906–920.
- Bryan, K., Lemus, J., e Marshall, G. 2020.** "Crises and the Direction of Innovation." <https://ssrn.com/abstract=3587973>.
- Brynjolfsson, E. 2022.** "The Turing Trap: The Promise & Peril of Human-Like Artificial Intelligence." *Daedalus* (Spring 2022).
- Brynjolfsson, E., e McAfee, A. 2015.** "Moore's Law and the Second Half of the Chessboard." Em *The Second Machine Age: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Bubonya, M., Cobb-Clark, D. A., e Wooden, M. 2017.** "Mental Health and Productivity at Work: Does What You Do Matter?" *Labour Economics* 46: 150–165.
- Buchanan, A. 2020.** *Our Moral Fate: Evolution and the Escape from Tribalism*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Buchanan, A., e Powell, R. 2018.** *The Evolution of Moral Progress: A Biocultural Theory*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Buckley, B. M., Anchukaitis, K. J., Penny, D., Fletcher, R., Cook, E. R., Sano, M., Nam L. C., e outros. 2010.** "Climate as a Contributing Factor in the Demise of Angkor, Cambodia." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 107(15): 6748–6752.
- Buell, B., Cherif, R., Chen, C., Seo, H.-J., Tang, J., e Wendt, N. 2021.** "Impact of Covid-19: Nowcasting and Big Data to Track Economic Activity in Sub-Saharan Africa." Documento de trabalho 2021/124. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Buggle, J. C., e Durante, R. 2021.** "Climate Risk, Cooperation and the Co-Evolution of Culture and Institutions." *The Economic Journal* 131(637): 1947–1987.
- Burke, M., Hsiang, S. M., e Miguel, E. 2015.** "Climate and Conflict." *Annual Review of Economics* 7(1): 577–617.
- Burnet, J. E. 2021.** "Transitional Justice as Interruption: Adaptive Peacebuilding and Resilience in Rwanda." Em Clark, J. N., e Ungar, M., (eds.), *Resilience, Adaptive Peacebuilding and Transitional Justice: How Societies Recover after Collective Violence*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Bursztyn, L., e Yang, D. 2021.** "Misperceptions About Others." University of Chicago, Becker Friedman Institute for Economics.
- Bursztyn, L., González, A. L., e Yanagizawa-Drott, D. 2018.** "Misperceived Social Norms: Female Labor Force Participation in Saudi Arabia." Documento de trabalho NBER 24736, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Business of Apps. 2022.** "Dating App Revenue and Usage Statistics 2022." <https://www.businessofapps.com/data/dating-app-market/>. Acedido em 8 de agosto de 2022.

- Butler, L. D., Waelde, L. C., Hastings, T. A., Chen, X. H., Symons, B., Marshall, J., Kaufman, A., e outros. 2008. "Meditation with Yoga, Group Therapy with Hypnosis, and Psychoeducation for Long-Term Depressed Mood: A Randomized Pilot Trial." *Journal of Clinical Psychology* 64(7): 806–820.
- Buyalskaya, A., Gallo, M., e Camerer, C. F. 2021. "The Golden Age of Social Science." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(5): e2002923118.
- Cai, Y. 2020. "The Role of Uncertainty in Controlling Climate Change." *arXiv preprint arXiv:2003.01615*.
- Callander, E. J., e Schofield, D. J. 2018. "Psychological Distress Increases the Risk of Falling into Poverty Amongst Older Australians: The Overlooked Costs-of-Illness." *BioMedCentral Psychology* 6(1): 1–9.
- Callaway, F., Jain, Y. R., Opheusden, B. v., Das, P., Iwama, G., Gul, S., Krueger, P. M., e outros. 2022. "Leveraging Artificial Intelligence to Improve People's Planning Strategies." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(12).
- Calo, R., Coward, C., Spiro, E., Starbird, K., e West, J. 2021. "How Do You Solve a Problem Like Misinformation?" *Science Advances* 7(50).
- Campbell, B. 2016. *The Great Transition: Climate, Disease and Society in the Late-Medieval World*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Campbell, B. 2017. "Global Climates, the 1257 Mega-Eruptions of Samalas Volcano, Indonesia, and the English Food Crisis of 1258." *Transactions of the Royal Historical Society* 27: 87–121.
- Campiglio, E., Dafermos, Y., Monnin, P., Ryan-Collins, J., Schotten, G., e Tanaka, M. 2018. "Climate Change Challenges for Central Banks and Financial Regulators." *Nature Climate Change* 8(6): 462–468.
- CARE (Cooperative for Cooperative for Assistance and Relief Everywhere). 2019. "Strengthening Resilience and Promoting Inclusive Governance Program (STRENPO)." Genebra. <https://careclimatechange.org/wp-content/uploads/2019/03/Leaflet-STRENPO.pdf>.
- CARE (Cooperative for Cooperative for Assistance and Relief Everywhere). 2020. "She Told Us So. Rapid Gender Analysis: Filling the Data Gap to Build Back Equal." https://www.care.org/wp-content/uploads/2020/09/RGA_SheToldUsSo_9.18.20.pdf.
- Carlson, C. J., Albery, G. F., Merow, C., Trisos, C. H., Zipfel, C. M., Eskew, E. A., Olival, K. J., e outros. 2022. "Climate Change Increases Cross-Species Viral Transmission Risk." *Nature* 607: 555–562.
- Carothers, T., e O'Donohue, A., (eds.). 2019. *Democracies Divided, the Global Challenge of Political Polarization*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Carter, B., Roelen, K., Enfield, S., e Avis, W. 2019. "Social Protection: Topic Guide." K4D Emerging Issues Report, Institute of Development Studies, Brighton, UK.
- Carter, K. N., Kruse, K., Blakely, T., e Collings, S. 2011. "The Association of Food Security with Psychological Distress in New Zealand and Any Gender Differences." *Social Science & Medicine* 72(9): 1463–1471.
- Carver, C. S., Scheier, M. F., e Segerstrom, S. C. 2010. "Optimism." *Clinical Psychology Review* 30(7): 879–889.
- Case, A., e Deaton, A. 2015. "Rising Morbidity and Mortality in Midlife among White Non-Hispanic Americans in the 21st Century." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 112(49): 15078–15083.
- Case, A., e Deaton, A. 2020. *Deaths of Despair and the Future of Capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Castegnetti, G., Zurita, M., e Martino, B. D. 2021. "How Usefulness Shapes Neural Representations During Goal-Directed Behavior." *Science Advances* 7(15): eabd5363.
- Center on the Developing Child. 2013. "Early Childhood Mental Health. Inbrief." <https://www.developingchild.harvard.edu>. Acedido em 29 de janeiro de 2021.
- Center on the Developing Child. 2021. "Brain Architecture." <https://developingchild.harvard.edu/science/key-concepts/brain-architecture/>. Acedido em 29 de janeiro de 2021.
- Cerra, V., Eichengreen, B., El-Ganainy, A., e Schindler, M. 2021. *How to Achieve Inclusive Growth*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., e Zucman, G. 2022. *World Inequality Report 2022*. Paris: Laboratório Municipal da Desigualdade, Escola de Economia de Paris.
- Chandan, J. S., Thomas, T., Bradbury-Jones, C., Russell, R., Bandyopadhyay, S., Nirantharakumar, K., e Taylor, J. 2020. "Female Survivors of Intimate Partner Violence and Risk of Depression, Anxiety and Serious Mental Illness." *The British Journal of Psychiatry* 217(4): 562–567.
- Chen, Y., e Zhong, S. 2021. "Uncertainty Motivates Morality: Evidence and Theory." <https://ssrn.com/abstract=3737959>.
- Cheng, J. T., Tracy, J. L., Foulsham, T., Kingstone, A., e Henrich, J. 2013. "Two Ways to the Top: Evidence That Dominance and Prestige Are Distinct yet Viable Avenues to Social Rank and Influence." *Journal of Personality and Social Psychology* 104(1): 103–125.
- Chittka, L., Skorupski, P., e Raine, N. 2009. "Speed–Accuracy Tradeoffs in Animal Decision Making." *Trends in Ecology & Evolution* 24(7): 400–407.
- Choi, V. K., Shrestha, S., Pan, X., e Gelfand, M. J. 2022. "When Danger Strikes: A Linguistic Tool for Tracking America's Collective Response to Threats." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(4): e2113891119.
- Christensen, J., e Moynihan, D. P. 2020. "Motivated Reasoning and Policy Information: Politicians Are More Resistant to Debiasing Interventions Than the General Public." *Behavioural Public Policy*: 1–22.
- Christian, C., Hensel, L., e Roth, C. 2019. "Income Shocks and Suicides: Causal Evidence from Indonesia." *Review of Economics and Statistics* 101(5): 905–920.
- Christiansen, J. 2009. "Four Stages of Social Movements." EBSCO Research Starters 1248.
- Chung, M. G., e Liu, J. 2022. "International Food Trade Benefits Biodiversity and Food Security in Low-Income Countries." *Nature Food* 3(5): 349–355.
- Ciancaglini, V., Gibson, C., Sancho, D., McCarthy, O., Eira, M., Amann, P., e Klayn, A. 2020. "Malicious Uses and Abuses of Artificial Intelligence." Trend Micro Research, European Union Agency for Law Enforcement Cooperation, Haia, Países Baixos.
- Cianconi, P., Betrò, S., e Janiri, L. 2020. "The Impact of Climate Change on Mental Health: A Systematic Descriptive Review." *Frontiers in Psychiatry* 11: 74–90.
- Cicchello, A. F., Kazemikhasragh, A., Monferrá, S., e Girón, A. 2021. "Financial Inclusion and Development in the Least Developed Countries in Asia and Africa." *Journal of Innovation and Entrepreneurship* 10(1): 1–13.
- Cimino, A. N., Yi, G., Patch, M., Alter, Y., Campbell, J. C., Gundersen, K. K., Tang, J. T., Tsuyuki, K., e Stockman, J. K. 2019. "The Effect of Intimate Partner Violence and Probable Traumatic Brain Injury on Mental Health Outcomes for Black Women." *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma* 28(6): 714–731.
- Circle Economy. 2020. *The Circularity Gap Report*. Amsterdão.
- Clark, R., Anderson, N. B., Clark, V. R., e Williams, D. R. 1999. "Racism as a Stressor for African Americans: A Biopsychosocial Model." *American Psychologist* 54(10): 805–816.
- Clark, W. C. e Harley, A. G. 2020. "Sustainability Science: Toward a Synthesis." *Annual Review of Environment and Resources* 45(1): 331–386.
- Claussen, M., Dallmeyer, A., e Bader, J. 2017. "Theory and Modeling of the African Humid Period and the Green Sahara." *Oxford Research Encyclopedia of Climate Science*.
- Clayton, S. 2020. "Climate Anxiety: Psychological Responses to Climate Change." *Journal of Anxiety Disorders* 74: 102263.
- Clouston, S., Rubin, M., Phelan, J., e Link, B. 2016. "A Social History of Disease: Contextualizing the Rise and Fall of Social Inequalities in Cause-Specific Mortality." *Demography* 53(5): 1631–1656.
- Cockrill, K., e Biggs, A. 2018. "Can Stories Reduce Abortion Stigma? Findings from a Longitudinal Cohort Study." *Culture, Health & Sexuality* 20(3): 335–350.
- Coeckelbergh, M. 2011. "Human Development or Human Enhancement? A Methodological Reflection on Capabilities and the Evaluation of Information Technologies." *Ethics and Information Technology* 13(2): 81–92.
- Cohen, D., Shin, F., e Liu, X. 2019. "Meanings and Functions of Money in Different Cultural Milieus." *Annual Review of Psychology* 70(1): 475–497.
- Cohen, J., Ericson, K. M., Laibson, D., e White, J. M. 2020. "Measuring Time Preferences." *Journal of Economic Literature* 58(2): 299–347.
- Colander, D., e Roland, K. 2014. *Complexity and the Art of Public Policy: Solving Society's Problems from the Bottom Up*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

- Cole, M. A., Ozgen, C., e Strobl, E. 2020.** "Air Pollution Exposure and Covid-19 in Dutch Municipalities." *Environmental and Resource Economics* 76(4): 581–610.
- Collier, P., Coyle, D., Mayer, C., e Wolf, M. 2021.** "Capitalism: What Has Gone Wrong, What Needs to Change, and How It Can Be Fixed." *Oxford Review of Economic Policy* 37(4): 637–649.
- Collins, A., Florin, M.-V., e Sachs, R. 2021.** "Risk Governance and the Low-Carbon Transition." École Polytechnique Fédérale de Lausanne, International Risk Governance Center, Lausanne, Suíça.
- Collins, D., Morduch, J., Rutherford, S., e Ruthven, O. 2009.** *Portfolios of the Poor*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Collins, L. T., e Curiel, D. 2021.** "Synthetic Biology Approaches for Engineering Next-Generation Adenoviral Gene Therapies." *ACS Nano* 5(9): 13970–13979.
- Comim, F. 2011.** "Developing Children's Capabilities: The Role of Emotions and Parenting Style." Em Biggeri, M., Ballet, J., e Comim, F., (eds.), *Children and the Capability Approach*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Computational Story Lab. n.d.** "Average Happiness for Twitter, Hedonometer." https://hedonometer.org/timeseries/en_all/?from=2020-01-01&to=2020-12-31. Acedido em 4 de maio de 2022.
- Connolly, E. J., e Jackson, D. B. 2019.** "Adolescent Gang Membership and Adverse Behavioral, Mental Health, and Physical Health Outcomes in Young Adulthood: A within-Family Analysis." *Criminal Justice and Behavior* 46(11): 1566–1586.
- Conradie, I., e Robeyns, I. 2013.** "Aspirations and Human Development Interventions." *Journal of Human Development and Capabilities* 14(4): 559–580.
- Contraloría General de la República de Costa Rica. 2020.** "Informe De Auditoría Operativa Sobre La Eficacia Y Eficiencia Del Bono Proteger Implementado Por El Ministerio De Trabajo Y Seguridad Social Y El Instituto Mixto De Ayuda Social Ante La Emergencia Sanitaria Provocada Por La Enfermedad Covid-19." Área de Fiscalización de Servicios Sociales, San José.
- Cook, E. R., Woodhouse, C. A., Eakin, C. M., Meko, D. M., e Stahle, D. W. 2004.** "Long-Term Aridity Changes in the Western United States." *Science* 306(5698): 1015–1018.
- Cooney, P., e Shafer, H. L. 2021.** "Material Hardship and Mental Health Following the Covid-19 Relief Bill and American Rescue Plan Act. Poverty Solutions." University of Michigan, Ann Arbor, MI. <http://sites.fordschool.umich.edu/poverty2021/files/2021/05/PovertySolutions-Hardship-After-COVID-19-Relief-Bill-PolicyBrief-r1.pdf>.
- Coote, A., e Percy, A. 2020.** *The Case for Universal Basic Services*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Cosmides, L., e Tooby, J. 2013.** "Evolutionary Psychology: New Perspectives on Cognition and Motivation." *Annual Review of Psychology* 64(1): 201–229.
- Cosmides, L., Barrett, H. C., e Tooby, J. 2010.** "Adaptive Specializations, Social Exchange, and the Evolution of Human Intelligence." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 107(supplement 2): 9007–9014.
- Costa, D. 2021.** "Health Shocks of the Father and Longevity of the Children's Children." Documento de trabalho NBER 29553, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Costello, E. J., Compton, S. N., Keeler, G., e Angold, A. 2003.** "Relationships between Poverty and Psychopathology: A Natural Experiment." *JAMA* 290(15): 2023–2029.
- Coyle, D. 2021.** *Cogs and Monsters: What Economics Is, and What It Should Be*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Crabtree, A. 2012.** "Climate Change and Mental Health Following Flood Disasters in Developing Countries, a Review of the Epidemiological Literature: What Do We Know, What Is Being Recommended." *Australasian Journal of Disaster and Trauma Studies* 1: 21–30.
- Crabtree, A. 2022a.** "The Anthropocene, Nature-Based Security and Mental Health." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Crabtree, A. 2022b.** "Looking Forward: Eco-Emotions, Planetary Pressures and Nature-Based Human Development." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Crona, B., Folke, C., e Galaz, V. 2021.** "The Anthropocene Reality of Financial Risk." *One Earth* 4(5): 618–628.
- Crutchfield, L. R. 2018.** *How Change Happens: Why Some Social Movements Succeed While Others Don't*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Crutzen, P. J., e Stoermer, E. F. 2000.** "The Anthropocene." *Global Change Newsletter* 41: 17–18.
- Cruz, M. S., Silva, E. S., Jakaite, Z., Krenzinger, M., Valiati, L., Gonçalves, D., Ribeiro, E., Heritage, P., e Priebe, S. 2021.** "Experience of Neighbourhood Violence and Mental Distress in Brazilian Favelas: A Cross-Sectional Household Survey." *The Lancet Regional Health-Americas* 4: 1–8.
- Cuatas, J., e Leventhal, T. 2020.** "Exposure to Community Violence and Children's Mental Health: A Quasi-Experimental Examination." *Social Science & Medicine* 246: 2–41.
- Cui, J., Chang, H., Burr, G. S., Zhao, X., e Jiang, B. 2019.** "Climatic Change and the Rise of the Manchu from Northeast China During AD 1600–1650." *Climatic Change* 156(3): 405–423.
- Cukier, K., Mayer-Schönberger, V., e de Véricourt, F. 2022.** *Framers: Human Advantage in an Age of Technology and Turmoil*. Londres: Penguin.
- Cunsolo, A., e Ellis, N. R. 2018.** "Ecological Grief as a Mental Health Response to Climate Change-Related Loss." *Nature Climate Change* 8(4): 275–281.
- Cunsolo, A., Harper, S. L., Ford, J. D., Edge, V. L., Landman, K., Houle, K., Blake, S., e Wolfrey, C. 2013.** "Climate Change and Mental Health: An Exploratory Case Study from Rigolet, Nunatsiavut, Canada." *Climatic Change* 121(2): 255–270.
- CUNY Advanced Science Research Center. 2021.** "Green and Gray Infrastructure-Dependent Pathways for Human Development: Contemporary State and Analytics, Project Report." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Curtis, D. R., e Dijkman, J. 2019.** "The Escape from Famine in the Northern Netherlands: A Reconsideration Using the 1690s Harvest Failures and a Broader Northwest European Perspective." *The Seventeenth Century* 34(2): 229–258.
- Curtis, P. G., Slay, C. M., Harris, N. L., Tyukavina, A., e Hansen, M. C. 2018.** "Classifying Drivers of Global Forest Loss." *Science* 361(6407): 1108–1111.
- Cutler, D., Deaton, A., e Lleras-Muney, A. 2006.** "The Determinants of Mortality." *Journal of Economic Perspectives* 20(3): 97–120.
- Cyranski, D., e Ledford, H. 2018.** "Genome-Edited Baby Claim Provokes International Outcry." *Nature* 563(7731): 607–609.
- Czeisler, M. É., Lane, R. I., Petrosky, E., Wiley, J. F., Christensen, A., Njai, R., Weaver, M. D., e outros. 2020.** "Mental Health, Substance Use, and Suicidal Ideation During the Covid-19 Pandemic—United States, June 24–30, 2020." *Morbidity and Mortality Weekly Report* 69(32): 1049.
- D'Acunto, F., Hoang, D., Paloviita, M., e Weber, M. 2021.** "Human Frictions in the Transmission of Economic Policies." Documento de trabalho NBER 29279, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Dallman, M. F. 2010.** "Stress-Induced Obesity and the Emotional Nervous System." *Trends in Endocrinology & Metabolism* 21(3): 159–165.
- Dami, B., James, A., Zubairu, D., Karick, H., e Dakwak, S. 2018.** "Combat Exposure and PTSD among Military Combatants in North East Nigeria." *Journal of Psychology & Clinical Psychiatry* 9(4): 400–404.
- Danese, A., e Lewis, S. J. 2017.** "Psychoneuroimmunology of Early-Life Stress: The Hidden Wounds of Childhood Trauma?" *Neuropsychopharmacology* 42(1): 99–114.
- Danese, A., Dove, R., Belsky, D., Henchy, J., Williams, B., Ambler, A., e Arseneault, L. 2014.** "Leptin Deficiency in Maltreated Children." *Translational Psychiatry* 4(9): e446.
- Dannenberg, A., e Barrett, S. 2018.** "Cooperating to Avoid Catastrophe." *Nature Human Behaviour* 2(7): 435–437.
- Darbyshire, E., e Weir, D. 2021.** "How Does War Contribute to Climate Change?" Blogue Conflict and Environment Observatory, 14 de junho. <https://ceobs.org/how-does-war-contribute-to-climate-change/>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Darwall, S. 2009.** *The Second-Person Standpoint*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Dasgupta, P. 2021.** *The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review*. Londres: Tesouro de Sua Majestade.
- Dasgupta, P., e Maskin, E. 2005.** "Uncertainty and Hyperbolic Discounting." *American Economic Review* 95(4): 1290–1299.

- Daugherty, J. C., Verdejo-Román, J., Pérez-García, M., e Hidalgo-Ruzzante, N. 2020.** "Structural Brain Alterations in Female Survivors of Intimate Partner Violence." *Journal of Interpersonal Violence* 37(7–8): 1–34.
- Dávideková, M. 2016.** "Digitalization of Society: Smartphone—a Threat?" Documento apresentado na Conferência Internacional de Investigação sobre Desafios de Gestão no século XXI, 12 de abril, Bratislava. http://www.cutn.sk/Library/proceedings/mch_2016/editovane_prispevky/30_Davidekova.pdf.
- Davies, M., Béné, C., Arnall, A., Tanner, T., Newsham, A., e Coirolo, C. 2013.** "Promoting Resilient Livelihoods through Adaptive Social Protection: Lessons from 124 Programmes in South Asia." *Development Policy Review* 31(1): 27–58.
- Davies, S., Pettersson, T., e Öberg, M. 2022.** "Organized violence 1989-2021 and drone warfare." *Journal of Peace Research* 59(4).
- Davis, M. 2002.** *Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World*. Nova Iorque: Verso Books.
- Davydov, D. M., Stewart, R., Ritchie, K., e Chaudieu, I. 2010.** "Resilience and Mental Health." *Clinical Psychology Review* 30(5): 479–495.
- Dawes, R. M., e Thaler, R. H. 1988.** "Anomalies: Cooperation." *Journal of Economic Perspectives* 2(3): 187–197.
- de Ágreda, Á. G. 2020.** "Ethics of Autonomous Weapons Systems and Its Applicability to Any Ai Systems." *Telecommunications Policy* 44(6): 101953.
- de Bruijn, E.-J., e Antonides, G. 2021.** "Poverty and Economic Decision Making: A Review of Scarcity Theory." *Theory and Decision* 92: 1–33.
- De Coning, C. 2018.** "Adaptive Peacebuilding." *International Affairs* 94(2): 301–317.
- De Coning, C. 2020a.** "Adaptive Peace Operations: Navigating the Complexity of Influencing Societal Change without Causing Harm." *International Peacekeeping* 27(5): 836–858.
- De Coning, C. 2020b.** "The Six Principles of Adaptive Peacebuilding." *Conflict Trends* 2020(1): 3–10.
- De Moor, A. 2013.** "Creativity Meets Rationale: Collaboration Patterns for Social Innovation." *Creativity and Rationale*: 1–29.
- de Raús Maure, E., Terauchi, G., Ishizaka, J., Clinton, N., e DeWitt, M. 2021.** "Globally Consistent Assessment of Coastal Eutrophication." *Nature Communications* 12(1): 1–9.
- de Souza, J. G., Robinson, M., Maezumi, S. Y., Capriles, J., Hoggarth, J. A., Lombardo, U., Novello, V. F., e outros. 2019.** "Climate Change and Cultural Resilience in Late Pre-Columbian Amazonia." *Nature Ecology & Evolution* 3(7): 1007–1017.
- Dean, J. A. 2022.** "A Golden Decade of Deep Learning: Computing Systems & Applications." *Daedalus* (Spring 2022).
- Dean, M., e Ortoleva, P. 2019.** "The Empirical Relationship between Nonstandard Economic Behaviors." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(33): 16262–16267.
- Deaton, A. 2003.** "Health, Inequality, and Economic Development." *Journal of Economic Literature* 41(1): 113–158.
- Deaton, A. 2013a.** *The Great Escape: Health, Wealth, and the Origins of Inequality*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Deaton, A. 2013b.** "What Does the Empirical Evidence Tell Us About the Injustice of Health Inequalities." Em Eyal, N., Hurst, S. A., Norheim, O. F., e D. Wikler, (eds.), *Inequalities in Health: Concepts Measures, and Ethics*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Deb, J. 2020.** "Cooperation and Community Responsibility." *Journal of Political Economy* 128(5): 1976–2009.
- Decker, M. 2009.** *Tilling the Hateful Earth: Agricultural Production and Trade in the Late Antique East*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- DeFries, R. 2020.** *What Would Nature Do? A Guide for Our Uncertain Times*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- DeFronzo, J., e Gill, J. 2020.** *Social Problems and Social Movements*. Londres: Rowman & Littlefield Publishers.
- Degrave, J., Felici, F., Buchli, J., Neunert, M., Tracey, B., Carpanese, F., Ewalds, T., e outros. 2022.** "Magnetic Control of Tokamak Plasmas through Deep Reinforcement Learning." *Nature* 602(7897): 414–419.
- Degroot, D. 2018.** *The Frigid Golden Age: Climate Change, the Little Ice Age, and the Dutch Republic, 1560–1720*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Degroot, D. 2019.** "Little Ice Age Lessons." <https://aeon.co/essays/the-little-ice-age-is-a-history-of-resilience-and-surprises>. Acedido em 20 de março de 2022.
- Degroot, D., Anchukaitis, K., Bauch, M., Burnham, J., Carnegy, F., Cui, J., de Luna, K., e outros. 2021.** "Towards a Rigorous Understanding of Societal Responses to Climate Change." *Nature* 591(7851): 539–550.
- Dein, S. 2020.** "Religious Healing and Mental Health." *Mental Health, Religion & Culture* 23(8): 657–665.
- Delgado, C. 2022.** "War in the Breadbasket: The Ripple Effects on Food Insecurity and Conflict Risk Beyond Ukraine." Blogue WritePeace, 1 de abril. <https://www.sipri.org/commentary/blog/2022/war-breadbasket-ripple-effects-food-insecurity-and-conflict-risk-beyond-ukraine>. Acedido em 28 de abril de 2022.
- Demeke, H. B., Merali, S., Marks, S., Pao, L. Z., Romero, L., Sandhu, P., Clark, H., e outros. 2021.** "Trends in Use of Telehealth among Health Centers During the Covid-19 Pandemic – United States, June 26 – November 6, 2020." *Morbidity and Mortality Weekly Report* 70(7): 240–244.
- Demeritt, A., e Hoff, K. 2018.** "The Making of Behavioral Development Economics." *History of Political Economy* 50(5): 303–322.
- Demirgüç-Kunt, A., Klapper, L., Singer, D., e Ansar, S. 2022.** *The Global Findex Database 2021*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Denning, P. J., e Yeholkovsky, P. 2008.** "Getting to 'We.'" *Communications of the ACM* 51(4): 19–24.
- De-Shalit, A. 1995.** *Why Posterity Matters*. Abingdon, Reino Unido: Routledge.
- Desiderio, M. V. 2016.** "Integrating Refugees into Host Country Labor Markets: Challenges and Policy Options." Migration Policy Institute, Washington, DC.
- Deuze, M. 2006.** "Participation, Remediation, Bricolage: Considering Principal Components of a Digital Culture." *The Information Society* 22(2): 63–75.
- Devroey, J., P., 2003.** *Économie Rurale Et Société Dans L'europe Franque (Vie-Ixe Siècles)*. Paris: Belin.
- Di Domenico, G., Sit, J., Ishizaka, A., e Nunan, D. 2021.** "Fake News, Social Media and Marketing: A Systematic Review." *Journal of Business Research* 124: 329–341.
- Diamond, J. 2005.** *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*. Nova Iorque: Penguin.
- Diamond, L. 2015.** "Facing up to the Democratic Recession." *Journal of Democracy* 26(1): 141–155.
- Díaz, S., Settele, J., Brondizio, E. S., Ngo, H. T., Agard, J., Arneth, A., Balvanera, P., e outros. 2019.** "Pervasive Human-Driven Decline of Life on Earth Points to the Need for Transformative Change." *Science* 366(6471): eaax3100.
- Díaz-Bonilla, E., Piñeiro, V., De Salvo, C. P., e Laborde Debucquet, D. 2021.** "Haiti: The Impact of Covid-19 and Preliminary Policy Implications: Interim Report." Documento de trabalho ALC 18. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- Dickerson-Amaya, N., e Coston, B. M. 2019.** "Invisibility Is Not Invincibility: The Impact of Intimate Partner Violence on Gay, Bisexual, and Straight Men's Mental Health." *American Journal of Men's Health* 13(3): 1–12.
- Dierkhising, C. B., Sánchez, J. A., e Gutierrez, L. 2019.** "It Changed My Life": Traumatic Loss, Behavioral Health, and Turning Points among Gang-Involved and Justice-Involved Youth." *Journal of Interpersonal Violence* 36(17): 8027–8049.
- DiMaggio, P. 1997.** "Culture and Cognition." *Annual Review of Sociology* 23(1): 263–287.
- DiMaggio, P., e Hargittai, E. 2001.** "From the 'Digital Divide' to 'Digital Inequality': Studying Internet Use as Penetration Increases." Documento de trabalho 15, Princeton University, Woodrow Wilson School, Center for Arts and Cultural Policy Studies, Princeton, NJ. https://digital.inclusion.typepad.com/digital_inclusion/documentos/digitalinequality.pdf.
- Diorio, J., e Meaney, M. J. 2007.** "Maternal Programming of Defensive Responses through Sustained Effects on Gene Expression." *Journal of Psychiatry and Neuroscience* 32(4): 275–284.
- Dodds, P. S., Clark, E. M., Desu, S., Frank, M. R., Reagan, A. J., Williams, J. R., Mitchell, L., e outros. 2015.** "Human Language Reveals a Universal Positivity Bias." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 112(8): 2389–2394.

- Doel, R. E. 2003.** "Constituting the Postwar Earth Sciences: The Military's Influence on the Environmental Sciences in the USA after 1945." *Social Studies of Science* 33(5): 635–666.
- Dolgin, E. 2021a.** "How Covid Unlocked the Power of RNA Vaccines." *Nature* 589(7841): 189–192.
- Dolgin, E. 2021b.** "The Tangled History of mRNA Vaccines." *Nature* 597(7876): 318–324.
- Doll, C. H., Muller, J.-P., e Elvidge, C. D. 2000.** "Night-Time Imagery as a Tool for Global Mapping of Socio-economic Parameters and Greenhouse Gas Emissions." *AMBIO: A Journal of the Human Environment* 29(3): 157–162.
- Domingos, E. F., Grujić, J., Burguillo, J. C., Kirchs- teiger, G., Santos, F. C., e Lenaerts, T. 2020.** "Timing Uncertainty in Collective Risk Dilemmas Encourages Group Reciprocation and Polarization." *iScience* 23(12): 101752.
- Dorison, C. A., Minson, J. A., e Rogers, T. 2019.** "Se- lective Exposure Partly Relies on Faulty Affective Fore- casts." *Cognition* 188: 98–107.
- Dorison, C. A., Wang, K., Rees, V. W., Kawachi, I., Eri- cson, K. M., e Lerner, J. S. 2020.** "Sadness, but Not All Negative Emotions, Heightens Addictive Substance Use." *Proceedings of the National Academy of Scien- ces* 117(2): 943–949.
- Dosio, A., Mentaschi, L., Fischer, E. M., e Wyser, K. 2018.** "Extreme Heat Waves under 1.5 C and 2 C Glo- bal Warming." *Environmental Research Letters* 13(5): 054006.
- Drèze, J., e Sen, A. 1989.** *Hunger and Public Action*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Druckman, J. N. 2017.** "The Crisis of Politicization wi- thin and Beyond Science." *Nature Human Behaviour* 1(9): 615–617.
- Druckman, J. N., e McDermott, R. 2008.** "Emotion and the Framing of Risky Choice." *Political Behavior* 30(3): 297–321.
- Dryhurst, S., Schneider, C. R., Kerr, J., Freeman, A. L., Recchia, G., Van Der Bles, A. M., Spiegelhalter, D., e Van Der Linden, S. 2020.** "Risk Perceptions of Covid-19 around the World." *Journal of Risk Research* 23(7–8): 994–1006.
- Dukes, D., Abrams, K., Adolphs, R., Ahmed, M. E., Beatty, A., Berridge, K. C., Broomhall, S., e outros. 2021.** "The Rise of Affectivism." *Nature Human Beha- viour* 5(7): 816–820.
- Dunbar, R. I. M. 1992.** "Neocortex Size as a Constraint on Group Size in Primates." *Journal of Human Evolu- tion* 22(6): 469–493.
- Dunn, B. D., Dalgleish, T., e Lawrence, A. D. 2006.** "The Somatic Marker Hypothesis: A Critical Evalua- tion." *Neuroscience & Biobehavioral Reviews* 30(2): 239–271.
- Durand, M., Fitoussi, J.-P., e Stiglitz, J. E. 2018.** *For Good Measure: Advancing Research on Well-Being Metrics Beyond GDP*. Paris: Organização para a Co- opeação e o Desenvolvimento Económico.
- Durante, F., Fiske, S. T., Gelfand, M. J., Crippa, F., Suttora, C., Stillwell, A., Asbrock, F., e outros. 2017.** "Ambivalent Stereotypes Link to Peace, Conflict, and Inequality across 38 Nations." *Proceedings of the Na- tional Academy of Sciences* 114(4): 669–674.
- Ebi, K. L., Woodruff, R., von Hildebrand, A., e Cor- valan, C. 2007.** "Climate Change-Related Health Im- pacts in the Hindu Kush–Himalayas." *EcoHealth* 4(3): 264–270.
- EcoPeace Middle East. n.d.** "EcoPeace Middle East." ht- tps://ecopeace.org. Acedido em 29 de outubro de 2021.
- Edwards, P. N. 2012.** "Entangled Histories: Climate Science and Nuclear Weapons Research." *Bulletin of the Atomic Scientists* 68(4): 28–40.
- Edwards, S. 2021.** "Macroprudential Policies and the Covid-19 Pandemic: Risks and Challenges for Emerging Markets." Documento de trabalho NBER 29441, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Eeckhout, J. 2021.** *The Profit Paradox: How Thriving Firms Threaten the Future of Work*. Princeton, NJ: Prin- ceton University Press.
- EIU (Economist Intelligence Unit). 2021.** *Democracy Index 2020: In Sickness and in Health?* Londres.
- Eklund, A., Nichols, T. E., e Knutsson, H. 2016.** "Clus- ter Failure: Why fMRI Inferences for Spatial Extent Have Inflated False-Positive Rates." *Proceedings of the Na- tional Academy of Sciences* 113(28): 7900–7905.
- Elhacham, E., Ben-Uri, L., Grozovski, J., Bar-On, Y. M., e Milo, R. 2020.** "Global Human-Made Mass Ex- ceeds All Living Biomass." *Nature* 588(7838): 442–444.
- Ellis, E. 2022.** "Anthropocene Opportunities: Guiding the Evolution of Social-Ecological Development." Documen- to de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Ellis, E. C. 2019.** "Sharing the Land between Nature and People." *Science* 364(6447): 1226–1228.
- Ellis, E. C. 2021.** "Land Use and Ecological Change: A 12,000-Year History." *Annual Review of Environment and Resources* 46(1): 1–33.
- Ellis, E. C., Gauthier, N., Goldewijk, K. K., Bird, R. B., Boivin, N., Diaz, S., Fuller, D. Q., e outros. 2021.** "Peo- ple Have Shaped Most of Terrestrial Nature for at Least 12,000 Years." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(17): e2023483118.
- Elster, J. 1998.** "Emotions and Economic Theory." *Jour- nal of Economic Literature* 36(1): 47–74.
- Elster, J. 2015.** *Explaining Social Behavior: More Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Nova Iorque: Cambr- idge University Press.
- Elster, J. 2021a.** "Enthusiasm and Anger in History." *In- quiry* 64(3): 249–307.
- Elster, J. 2021b.** *France before 1789. The Unraveling of an Absolutist Regime* Princeton, NJ: Princeton Uni- versity Press.
- Enders, A. M., e Armaly, M. T. 2018.** "The Differential Effects of Actual and Perceived Polarization." *Political Behavior* 41: 815–839.
- Engebretsen, R., e Anderson, C. 2020.** "The Impact of Coronavirus (Covid-19) and the Global Oil Price Shock on the Fiscal Position of Oil-Exporting Developing Countries." Organização para a Cooperação e o De- senvolvimento Económico, Paris.
- Enke, B. 2019.** "Kinship, Cooperation, and the Evolu- tion of Moral Systems." *The Quarterly Journal of Eco- nomics* 134(2): 953–1019.
- Enke, B., e Graeber, T. 2019.** "Cognitive Uncertainty." Documento de trabalho NBER 26518, Agência Nacio- nal de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Enke, B., e Graeber, T. 2021.** "Cognitive Uncertainty in Intertemporal Choice." Documento de trabalho NBER 29577, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Enke, B., Rodriguez-Padilla, R., e Zimmermann, F. 2021.** "Moral Universalism: Measurement and Economic Relevance." *Management Science* 68(5): 3590–3603.
- Eom, K., Kim, H. S., Sherman, D. K., e Ishii, K. 2016.** "Cultural Variability in the Link between Environmental Concern and Support for Environmental Action." *Psy- chological Science* 27(10): 1331–1339.
- Epeli Hao ofa. 2008.** *We Are the Ocean: Selected Works*. Honolulu, HI: University of Hawaii Press.
- Epstein, S., R., 2006.** *Freedom and Growth: The Rise of States and Markets in Europe, 1300–1750*. Abing- don, Reino Unido: Routledge.
- Erev, I., Wallsten, T. S., e Budescu, D. V. 1994.** "Si- multaneous Over- and Underconfidence: The Role of Error in Judgment Processes." *Psychological Review* 101(3): 519–527.
- Erickson, P., Asselt, H. v., Koplow, D., Lazarus, M., Newell, P., Oreskes, N., e Supran, G. 2020.** "Why Fos- sil Fuel Producer Subsidies Matter." *Nature* 578(7793): E1–E4.
- Eriksen, S., Schipper, E. L. F., Scoville-Simonds, M., Vincent, K., Adam, H. N., Brooks, N., Harding, B., e outros. 2021.** "Adaptation Interventions and Their Ef- fect on Vulnerability in Developing Countries: Help, Hindrance or Irrelevance?" *World Development* 141: 105383.
- Erikson, E. 1993.** *Childhood and Society*. Nova Iorque e Londres: WW Norton & Company.
- Erlanger, S., e Sengupta, S. 2021.** "Europe Unveils Plan to Shift from Fossil Fuels, Setting up Potential Trade Spats." *New York Times*, 14 de julho.
- Etheridge, B., e Spantig, L. 2020.** "The Gen- der Gap in Mental Well-Being During the Co- vid-19 Outbreak: Evidence from the Uk." Série de documentos de trabalho do ISER 2020-08, Ins- tituto de Investigação Social e Económica, Col- chester, Reino Unido. [https://lisaspantig.com/wp- content/uploads/UK_gendergap_covidecon.pdf](https://lisaspantig.com/wp-content/uploads/UK_gendergap_covidecon.pdf).
- Comissão Europeia. 2021.** "Proposal for a Regula- tion of the European Parliament and of the Council on Ensuring a Level Playing Field for Sustainable Air Transport." 2021/0205(COD). Comissão Europeia, Bru- xelas. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/ HTML/?uri=CELEX:52021PC0561&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:52021PC0561&from=EN).

- Comissão Europeia. 2022.** "Digital Services Act: Commission Welcomes Political Agreement on Rules Ensuring a Safe and Accountable Online Environment." https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_2545. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Parlamento Europeu, Conselho Europeu, Comité Económico e Social Europeu, Comité das Regiões Europeu. 2018.** "Action Plan against Disinformation." https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/eu-communication-disinformation-euco-05122018_en.pdf.
- Evans, D. 2011.** "The Internet of Things: How the Next Evolution of the Internet Is Changing Everything." White Paper, CISCO, San Jose, CA.
- Evans, G. W., e Kim, P. 2012.** "Childhood Poverty and Young Adults' Allostatic Load: The Mediating Role of Childhood Cumulative Risk Exposure." *Psychological Science* 23(9): 979–983.
- Evans, G. W., e Wachs, T. D. 2010.** *Chaos and Its Influence on Children's Development. An Ecological Perspective*. Washington: DC: Associação Americana de Psicologia.
- Evans, G. W., Li, D., e Whipple, S. S. 2013.** "Cumulative Risk and Child Development." *Psychological Bulletin* 139(6): 1342–1396.
- Evans, J. A. 2008.** "Electronic Publication and the Narrowing of Science and Scholarship." *Science* 321: 395–399.
- Evans, J. 2021.** "Setting Ethical Limits on Human Gene Editing after the Fall of the Somatic/Germine Barrier." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(22): e2004837117.
- Fajardo-Gonzalez, J., e Sandoval, C. E. 2021.** "Income Support Programs and Covid-19 in Developing Countries." Documento de trabalho Development Futures Series, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Global Policy Network, Nova Iorque.
- Falk, A., Becker, A., Dohmen, T., Enke, B., Huffman, D., e Sunde, U. 2018.** "Global Evidence on Economic Preferences." *The Quarterly Journal of Economics* 133(4): 1645–1692.
- Fan, R., Varol, O., Varamesh, A., Barron, A., van de Leemput, I. A., Scheffer, M., e Bollen, J. 2019.** "The Minute-Scale Dynamics of Online Emotions Reveal the Effects of Affect Labeling." *Nature Human Behaviour* 3(1): 92–100.
- Fang, P., Kennedy, A., e Resnick, D. 2020.** "Scaling up and Sustaining Social Protection under Covid-19." COVID-19 Policy Response Portal Project Note 3, International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). 2017.** FAOSTAT. <https://www.fao.org/faostat/en/#home>. Acedido em 21 de julho de 2022.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). 2021.** "Haiti: Response Overview." Office of Emergencies and Resilience, Roma. <https://www.fao.org/publications/card/en/c/CB5697EN>.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente). 2020.** *The State of the World's Forests 2020: Forests, Biodiversity and People*. Roma.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola), UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância), PAM (Programa Alimentar Mundial) e OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021.** *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: Transforming Food Systems for Affordable Healthy Diets*. Roma.
- Farhi, E., e Gabaix, X. 2020.** "Optimal Taxation with Behavioral Agents." *American Economic Review* 110(1): 298–336.
- Farrell, H., e Schneier, B. 2019.** "Democracy's Dilemma." *Boston Review*. <https://bostonreview.net/forum/forum-henry-farrell-bruce-schneier-democracy-dilemma/>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- FeldmanHall, O., e Chang, L. J. 2018.** "Social Learning: Emotions Aid in Optimizing Goal-Directed Social Behavior." Em Morris, R., Bornstein, A., e Shenhav, A., (eds.), *Goal-Directed Decision Making*. Cambridge, MA: Academic Press.
- FeldmanHall, O., e Shenhav, A. 2019.** "Resolving Uncertainty in a Social World." *Nature Human Behaviour* 3: 426–435.
- Fernbach, P. M., e Van Boven, L. 2022.** "False Polarization: Cognitive Mechanisms and Potential Solutions." *Current Opinion in Psychology* 43: 1-6.
- Freee, M. M. 1992.** "The Political Context of Rationality: Rational Choice Theory and Resource Mobilization." Em Morris A. D., e McClurg Mueller, C., (eds.), *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Ferreira, F. H. G. 2021.** "Inequality in the Time of Covid-19." *Finance & Development*, Junho de 2021.
- Ferreira, J., Lennox, G. D., Gardner, T. A., Thomson, J. R., Berenguer, E., Lees, A. C., Mac Nally, R., e outros. 2018.** "Carbon-Focused Conservation May Fail to Protect the Most Biodiverse Tropical Forests." *Nature Climate Change* 8(8): 744–749.
- Fetzer, T., Hensel, L., Hermle, J., e Roth, C. 2021.** "Coronavirus Perceptions and Economic Anxiety." *Review of Economics and Statistics* 103(5): 968–978.
- Fetzer, T. R., Witte, M., Hensel, L., Jachimowicz, J., Haushofer, J., Ivchenko, A., Caria, S., e outros. 2020.** "Global Behaviors and Perceptions at the Onset of the Covid-19 Pandemic." Documento de trabalho NBER 27082, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- FEWS NET (Rede de Sistemas de Aviso Prévio Contra Fome). 2021a.** "Haiti. Food Security Outlook: February to September 2021." Washington, DC. <https://fews.net/central-america-and-caribbean/haiti>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- FEWS NET (Rede de Sistemas de Aviso Prévio Contra Fome). 2021b.** "Haiti. Food Security Outlook: June 2021-January 2022." Washington, DC. <https://fews.net/central-america-and-caribbean/haiti>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- First Post. 2020.** "Mental Health in a Time of National Turmoil: Amid CAA Protests, Building Resilience Is Key to Healing from Trauma." <https://www.firstpost.com/> india/mental-health-in-a-time-of-national-turmoil-amid-cao-protests-building-resilience-is-key-to-healing-from-trauma-7861341.html. Acedido em 27 de setembro de 2021.
- Fischhoff, B., e Bruine De Bruin, W. 1999.** "Fifty–Fifty=50%?" *Journal of Behavioral Decision Making* 12(2): 149–163.
- Fishback, P. V. 2022.** "Safety Nets and Social Welfare Expenditures in World Economic History." Documento de trabalho NBER 30067, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Fishkin, J., Siu, A., Diamond, L., e Bradburn, N. 2021.** "Is Deliberation an Antidote to Extreme Partisan Polarization? Reflections on 'America in One Room'." *American Political Science Review* 115(4): 1464–1481.
- Flam, H. 1990.** "Emotional 'Man': I. The Emotional 'Man' and the Problem of Collective Action." *International Sociology* 5(1): 39–56.
- Fleurbaey, M. 2018.** *A Manifesto for Social Progress: Ideas for a Better Society*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Fligstein, N., e McAdam, D. 2012.** *A Theory of Fields*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Florini, A. 2013.** *The Coming Democracy: New Rules for Running a New World*. Washington, DC: Island Press.
- Florini, A., LaForge, G., e Sharma, S. 2022.** "Governance for Systemic and Transformational Change: Redesigning Governance for the Anthropocene." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD–GRDH, Nova Iorque.
- Foa, R. S., Klassen, A., Slade, M., Rand, A., e Collins, R. 2020.** *The Global Satisfaction with Democracy Report 2020*. Cambridge, Reino Unido: University of Cambridge, Bennett Institute for Public Policy.
- Fokum, Y. V., Fonjong, L. N., e Adams, M. J. 2020.** "Increasing Women's Representation in the Cameroon Parliament: Do Numbers Really Matter?" *Women's Studies International Forum* 80: 102369.
- Folke, C., Polasky, S., Rockström, J., Galaz, V., Westley, F., Lamont, M., Scheffer, M. e outros. 2021.** "Our Future in the Anthropocene Biosphere." *Ambio* 50(4): 834–869.
- Forester, S., Kelly-Thompson, K., Lusvardi, A., e Welton, L. S. 2022.** "New Dimensions of Global Feminist Influence: Tracking Feminist Mobilization Worldwide, 1975–2015." *International Studies Quarterly* 66(1) sqab093. <https://doi.org/10.1093/isq/sqab093>.
- Fouquet, R. 2016.** "Historical Energy Transitions: Speed, Prices and System Transformation." *Energy Research & Social Science* 22: 7–12.
- Fowler, P. J., Tompsett, C. J., Braciszewski, J. M., Jacques-Tiura, A. J., e Baites, B. B. 2009.** "Community Violence: A Meta-Analysis on the Effect of Exposure and Mental Health Outcomes of Children and Adolescents." *Development and Psychopathology* 21(1): 227–259.
- Frank, M. R., Autor, D., Bessen, J. E., Brynjolfsson, E., Cebrian, M., Deming, D. J., Feldman, M., e outros. 2019.** "Toward Understanding the Impact of Artificial

- Intelligence on Labor." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 116(14): 6531–6539.
- Frank, R. H. 1988.** *Passions within Reason: The Strategic Role of the Emotions*. Nova Iorque: WW Norton & Co.
- Frank, R. H. 2020.** *Under the Influence: Putting Peer Pressure to Work*. Princeton NJ: Princeton University Press.
- Frankel, T., Mucha, L., e Sadof, K. 2018.** "The Hidden Costs of Cobalt Mining." *The Washington Post*, 28 de fevereiro.
- Fransen, J., Peralta, D. O., Vanelli, F., Edelenbos, J., e Olivera, B. C. 2021.** "The Emergence of Urban Community Resilience Initiatives During the Covid-19 Pandemic: An International Exploratory Study." *The European Journal of Development Research*: 1–23.
- Frazão, S. L., Silva, M. S., Norton, P., e Magalhães, T. 2014.** "Domestic Violence against Elderly with Disability." *Journal of Forensic and Legal Medicine* 28: 19–24.
- Frederick, S. 2005.** "Cognitive Reflection and Decision Making." *Journal of Economic Perspectives* 19(4): 25–42.
- Freed, D., Palmer, J., Minchala, D. E., Levy, K., Ristenpart, T., e Dell, N. 2017.** "Digital Technologies and Intimate Partner Violence: A Qualitative Analysis with Multiple Stakeholders." *Proceedings of the Association for Computing Machines on Human-Computer Interaction* 1(CSCW): 1–22.
- Freedom House. 2021.** "Freedom in the World 2021: Haiti." Washington, DC. <https://freedomhouse.org/country/haiti/freedom-world/2021>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Freyd, J. J. 1994.** "Betrayal Trauma: Traumatic Amnesia as an Adaptive Response to Childhood Abuse." *Ethics & Behavior* 4(4): 307–329.
- Freyd, J. J., DePrince, A. P., e Gleaves, D. H. 2007.** "The State of Betrayal Trauma Theory: Reply to McNally—Conceptual Issues, and Future Directions." *Memory* 15(3): 295–311.
- Fruttero, A., Muller, N., e Calvo-González, Ó. 2021.** "The Power and Roots of Aspirations: A Survey of the Empirical Evidence." Documento de trabalho de investigação de políticas 9729, Banco Mundial, Washington, DC.
- Frye, M. 2019.** "The Myth of Agency and the Misattribution of Blame in Collective Imaginaries of the Future." *The British Journal of Sociology* 70(3): 721–730.
- Fuentes-Nieva, R. 2022.** "The Rise and Fall of Liberal Democracy (and the Spiders of Inequality)." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Fujita, Y., e Sabogal, A. 2021.** "Perspective of Localization of Aid During Covid-19: Reflecting on the Tensions between the Top-Down and Bottom-up Responses to the Health Emergency in Haiti." Documento de trabalho ISS Series/General Series 673, Erasmus University Rotterdam, International Institute of Social Studies, Haia, Países Baixos.
- Fuller, R., Landrigan, P. J., Balakrishnan, K., Bathan, G., Bose-O'Reilly, S., Brauer, M., Caravanos, J., e outros. 2022.** "Pollution and Health: A Progress Update." *The Lancet Planetary Health*.
- Funda Wande. 2021.** "Funda Wande Appoints Nangamso Mtsatse as New CEO." 6 de julho.
- Funke, M., Schularick, M., e Trebesch, C. 2016.** "Going to Extremes: Politics after Financial Crises, 1870–2014." *European Economic Review* 88: 227–260.
- Funtowicz, S., e Ravetz, J. 1993.** "Science for the Post-Normal Age." *Futures* 25(7): 739–755.
- Furman, J., e Seamans, R. 2018.** "AI and the Economy." Documento de trabalho NBER 24689, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Gabriel, M., Curtiss, J., Hofmann, S. G., e Khalsa, S. B. S. 2018.** "Kundalini Yoga for Generalized Anxiety Disorder: An Exploration of Treatment Efficacy and Possible Mechanisms." *International Journal of Yoga Therapy* 28(1): 97–105.
- Gal, D., e Rucker, D. D. 2018.** "The Loss of Loss Aversion: Will It Loom Larger Than Its Gain?" *Journal of Consumer Psychology* 28(3): 497–516.
- Galam, S. 2004.** "Contrarian Deterministic Effects on Opinion Dynamics: The Hung Elections Scenario." *Physica A: Statistical Mechanics and its Applications* 333: 453–460.
- Galesic, M., Barkoczi, D., e Katsikopoulos, K. 2018.** "Smaller Crowds Outperform Larger Crowds and Individuals in Realistic Task Conditions." *Decision* 5(1): 1–15.
- Gallagher, K., e Franco Maldonado, C. 2020.** "The Role of IMF in the Fight against Covid-19: The IMF Covid-19 Recovery Index." *Covid Economics* 42: 112–142.
- Gallotti, R., Valle, F., Castaldo, N., Sacco, P., e Domenico, M. D. 2020.** "Assessing the Risks of 'Infodemics' in Response to Covid-19 Epidemics." *Nature Human Behaviour* 4: 1285–1293.
- The Gallup Organization. 2022.** *Gallup Global Emotions 2022*. Washington, DC.
- Gambhir, A., Green, F., e Pearson, P. J. 2018.** "Towards a Just and Equitable Low-Carbon Energy Transition." Documento da sessão de informação do Instituto Grantham 26. Imperial College London, Londres.
- Gandhi, R., Sharma, A., Mahoney, W., Sousan, W., Zhu, Q., e Laplante, P. 2011.** "Dimensions of Cyber-Attacks: Cultural, Social, Economic, and Political." *IEEE Technology and Society Magazine* 30(1): 28–38.
- Gao, J., Zheng, P., Jia, Y., Chen, H., Mao, Y., Chen, S., Wang, Y., e outros. 2020.** "Mental Health Problems and Social Media Exposure During Covid-19 Outbreak." *PLOS ONE* 15(4).
- Gardiner, S. E. a publicar.** *The Oxford Handbook of Intergenerational Ethics*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Garfield, Z. H., Syme, K. L., e Hagen, E. H. 2020.** "Universal and Variable Leadership Dimensions across Human Societies." *Evolution and Human Behavior* 41(5): 397–414.
- Garfield, Z. H., von Rueden, C., e Hagen, E. H. 2019.** "The Evolutionary Anthropology of Political Leadership." *The Leadership Quarterly* 30(1): 59–80.
- Garretson, J., e Suhay, E. 2016.** "Scientific Communication About Biological Influences on Homosexuality and the Politics of Gay Rights." *Political Research Quarterly* 69(1): 17–29.
- Garrett, S. B. 2016.** "Foundations of the Cultural Repertoire: Education and Social Network Effects among Expectant Mothers." *Poetics* 55: 19–35.
- Gates, S., Hegre, H., Nygård, H. M., e Strand, H. 2012.** "Development Consequences of Armed Conflict." *World Development* 40(9): 1713–1722.
- Gaupp, F., Hall, J., Hochrainer-Stigler, S., e Dadson, S. 2020.** "Changing Risks of Simultaneous Global Breadbasket Failure." *Nature Climate Change* 10(1): 54–57.
- Geertz, C. 1973.** *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books.
- Gelfand, M. J. 2019.** "Explaining the Puzzle of Human Diversity." *Science* 366(6466): 686–687.
- Gelfand, M. J. 2021.** "Cultural Evolutionary Mismatches in Response to Collective Threat." *Current Directions in Psychological Science* 30(5): 401–409.
- Gelfand, M. J., e Jackson, J. C. 2016.** "From One Mind to Many: The Emerging Science of Cultural Norms." *Current Opinion in Psychology* 8: 175–181.
- Gelfand, M. J., Nishii, L. H., e Raver, J. L. 2006.** "On the Nature and Importance of Cultural Tightness-Looseness." *Journal of Applied Psychology* 91(6): 1225–1244.
- Gelfand, M. J., Raver, J. L., Nishii, L., Leslie, L. M., Lun, J., Lim, B. C., Duan, L., e outros. 2011.** "Differences between Tight and Loose Cultures: A 33-Nation Study." *Science* 332(6033): 1100–1104.
- Genicot, G., e Ray, D. 2017.** "Aspirations and Inequality." *Econometrica* 85(2): 489–519.
- Genicot, G., e Ray, D. 2020.** "Aspirations and Economic Behavior." *Annual Review of Economics* 12(1): 715–746.
- Gentilini, U. 2021.** "A Game Changer for Social Protection? Six Reflections on Covid-19 and the Future of Cash Transfers." Let's Talk Development [blogue], 11 de janeiro. <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/game-changer-social-protection-six-reflections-covid-19-and-future-cash-transfers>. Acedido em 5 de outubro de 2021.
- Gentilini, U., Almenfi, M., Blomquist, J., Dale, P., Giuffra, L. D. I. F., Desai, V., Fontenez, M. B., e outros. 2021.** "Social Protection and Jobs Responses to Covid-19: A Real-Time Review of Country Measures." Banco Mundial, Washington, DC.
- Gentle, P., e Maraseni, T. N. 2012.** "Climate Change, Poverty and Livelihoods: Adaptation Practices by Rural Mountain Communities in Nepal." *Environmental Science & Policy* 21: 24–34.
- Genz, S. 2022.** "The Nuanced Relationship between Cutting-Edge Technologies and Jobs: Evidence from Germany." Policy Brief, Brookings Institution, Center on Regulation and Markets, Washington, DC.
- Georgieva, K. 2020.** "The Financial Sector in the 2020s: Building a More Inclusive System in the New Decade."

Speech at the Pearson Institute for International Economics, 17 de janeiro, Washington, DC. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2020/01/17/sp01172019-the-financial-sector-in-the-2020s>. Acedido em 31 de março de 2022.

Georgieva, K., Gopinath, G., e Pazarbasioglu, C. 2022. "Why We Must Resist Geoeconomic Fragmentation—and How." IMFBlog, 22 de maio. <https://blogs.imf.org/2022/05/22/why-we-must-resist-geoeconomic-fragmentation-and-how/>. Acedido em 1 de junho de 2022.

Geraci, A., Nardotto, M., Reggiani, T., e Sabatini, F. 2018. "Broadband Internet and Social Capital." Documento de discussão 11855, IZA – Institute of Labor Economics, Bona, Alemanha. <https://ftp.iza.org/dp11855.pdf>.

Gethin, A., Martínez-Toledano, C., e Piketty, T. 2021. *Political Cleavages and Social Inequalities*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Gezie, L. D., Yalew, A. W., Gete, Y. K., Azale, T., Brand, T., e Zeeb, H. 2018. "Socio-Economic, Trafficking Exposures and Mental Health Symptoms of Human Trafficking Returnees in Ethiopia: Using a Generalized Structural Equation Modelling." *International Journal of Mental Health Systems* 12(1): 1–13.

Gibney, E. 2022. "Nuclear-Fusion Reactor Smashes Energy Record." *Nature* 602: 371.

Gidron, N., Adams, J., e Horne, W. 2020. *American Affective Polarization in Comparative Perspective*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

Gigerenzer, G., e Gaissmaier, W. 2011. "Heuristic Decision Making." *Annual Review of Psychology* 62(1): 451–482.

Gill, I., e Saavedra, J. 2022. "We Are Losing a Generation. The Devastating Impacts of Covid-19." Voice [blog], 1 de fevereiro. <https://blogs.worldbank.org/voices/we-are-losing-generation-devastating-impacts-covid-19>. Acedido em 6 de maio de 2022.

Gill, J., e DeFronzo, J. 2009. "A Comparative Framework for the Analysis of International Student Movements." *Social Movement Studies* 8(3): 203–224.

Gill, R. B. 2000. *The Great Maya Droughts: Water, Life, and Death*. Albuquerque, NM: University of New Mexico Press.

Giuliano, P., e Nunn, N. 2020. "Understanding Cultural Persistence and Change." *The Review of Economic Studies* 88(4): 1541–1581.

Glied, S., e Lleras-Muney, A. 2008. "Technological Innovation and Inequality in Health." *Demography* 45(3): 741–761.

Goffman, E. 1963. *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. Nova Iorque: Simon and Schuster.

Goldfarb, E. S., e Lieberman, L. D. 2021. "Three Decades of Research: The Case for Comprehensive Sex Education." *Journal of Adolescent Health* 68(1): 13–27.

Goldman-Mellor, S., Margerison-Zilko, C., Allen, K., e Cerda, M. 2016. "Perceived and Objectively-Measured Neighborhood Violence and Adolescent Psychological Distress." *Journal of Urban Health* 93(5): 758–769.

Golembe, J., Leyendecker, B., Maalej, N., Gundlach, A., e Busch, J. 2020. "Experiences of Minority Stress and Mental Health Burdens of Newly Arrived LGBTQ+ Refugees in Germany." *Sexuality Research and Social Policy*: 1–11.

Golub, B., e Jackson, M. O. 2012. "How Homophily Affects the Speed of Learning and Best-Response Dynamics." *The Quarterly Journal of Economics* 127(3): 1287–1338.

Goodwin, J., e Jasper, J. M. 2006. "Emotions and Social Movements." Em Stets, J. E., e Turner, J. H., (eds.), *Handbook of the Sociology of Emotions*. Boston, MA: Springer.

Goodwin, J., Jasper, J., e Polletta, F. 2000. "The Return of the Repressed: The Fall and Rise of Emotions in Social Movement Theory." *Mobilization: An International Quarterly* 5(1): 65–83.

Gordon, A. M., e Mendes, W. B. 2021. "A Large-Scale Study of Stress, Emotions, and Blood Pressure in Daily Life Using a Digital Platform." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(31): e2105573118.

Goubert, P. 1982. *Beauvais Et Le Beauvaisis De 1600 À 1730: Contribution À L'histoire Sociale De La France Du XVIIIe Siècle*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, Ed Sorbonne.

Gough, I. 2019. "Universal Basic Services: A Theoretical and Moral Framework." *The Political Quarterly* 90(3): 534–542.

Gough, I. 2021. "Move the Debate from Universal Basic Income to Universal Basic Services." Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Inclusive Policy Lab.

Gould, C. C. 2018. "Solidarity and the Problem of Structural Injustice in Healthcare." *Bioethics* 32(9): 541–552.

Graham, M. H., e Svolic, M. W. 2020. "Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States." *American Political Science Review* 114(2): 392–409.

Graham-Rowe, D. 2011. "Agriculture: Beyond Food Versus Fuel." *Nature* 474(7352): S6–S8.

Granovetter, M. 1985. "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness." *American Journal of Sociology* 91(3): 481–510.

Granovetter, M. 2005. "The Impact of Social Structure on Economic Outcomes." *Journal of Economic Perspectives* 19(1): 33–50.

Green, D. P., Wilke, A. M., e Cooper, J. 2020. "Countering Violence against Women by Encouraging Disclosure: A Mass Media Experiment in Rural Uganda." *Comparative Political Studies* 53(14): 2283–2320.

Greenaway, K. H., Frye, M., e Cruwys, T. 2015. "When Aspirations Exceed Expectations: Quixotic Hope Increases Depression among Students." *PLOS ONE* 10(9): e0135477.

Greene, C. A., Chan, G., McCarthy, K. J., Wakschlag, L. S., e Briggs-Gowan, M. J. 2018. "Psychological and Physical Intimate Partner Violence and Young Children's Mental Health: The Role of Maternal

Posttraumatic Stress Symptoms and Parenting Behaviors." *Child Abuse & Neglect* 77: 168–179.

Greer, B., Robotham, D., Simblett, S., Curtis, H., Griffiths, H., e Wykes, T. 2019. "Digital Exclusion among Mental Health Service Users: Qualitative Investigation." *Journal of Medical Internet Research* 21(1): 1–10.

Greif, A., e Mokyr, J. 2017. "Cognitive Rules, Institutions, and Economic Growth: Douglass North and Beyond." *Journal of Institutional Economics* 13(1): 25–52.

Grix, M., e McKibbin, P. 2015. *Needs and Well-Being*. Londres: Routledge.

Grix, M., e Watene, K. 2022. "Communities and Climate Change: Why Practices and Practitioners Matter." *Ethics and International Affairs* 36(2): 215–230.

Gronholm, P. C., Henderson, C., Deb, T., e Thornicroft, G. 2017. "Interventions to Reduce Discrimination and Stigma: The State of the Art." *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology* 52(3): 249–258.

Gros, D., Lane, P. R., Langfield, S., Matikainen, S., Pagano, M., Schoenmaker, D., e Suarez, J. 2016. "Too Late, Too Sudden: Transition to a Low-Carbon Economy and Systemic Risk." Relatório do Advisory Scientific Committee 6, European Systemic Risk Board, Frankfurt, Alemanha.

Gross, J., e Böhm, R. 2020. "Voluntary Restrictions on Self-Reliance Increase Cooperation and Mitigate Wealth Inequality." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(46): 29202–29211.

Gross, J., e Dreu, C. K. W. D. 2019. "Individual Solutions to Shared Problems Create a Modern Tragedy of the Commons." *Science Advances* 5(4): eaau7296.

Gross, J., Veistola, S., De Dreu, C. K. W., e Van Dijk, E. 2020. "Self-Reliance Crowds out Group Cooperation and Increases Wealth Inequality." *Nature Communications* 11(1): 5161.

Grupe, D. W., e Nitschke, J. B. 2013. "Uncertainty and Anticipation in Anxiety: An Integrated Neurobiological and Psychological Perspective." *Nature Reviews Neuroscience* 14(7): 488–501.

Grusky, D. B., Hall, P. A., e Markus, H. R. 2019. "The Rise of Opportunity Markets: How Did It Happen & What Can We Do?" *Daedalus* 148(3): 19–45.

Guillet, S., Corona, C., Stoffel, M., Khodri, M., Lavigne, F., Ortega, P., Eckert, N., e outros. 2017. "Climate Response to the Samalás Volcanic Eruption in 1257 Revealed by Proxy Records." *Nature Geoscience* 10(2): 123–128.

Guo, Y., Gasparrini, A., Armstrong, B. G., Tawatsupa, B., Tobias, A., Lavigne, E., Coelho, M. d. S. Z. S., e outros. 2016. "Temperature Variability and Mortality: A Multi-Country Study." *Environmental Health Perspectives* 124(10): 1554–1559.

Gurie, S., Melnikov, N., e Zhuravskaya, E. 2019. "3G Internet and Confidence in Government." Documento de discussão CEPR 14022, Center for Economic and Policy Research, Washington, DC.

Gutiérrez, K. D., e Rogoff, B. 2003. "Cultural Ways of Learning: Individual Traits or Repertoires of Practice." *Educational Researcher* 32(5): 19–25.

- Haberl, H., Fischer-Kowalski, M., Krausmann, F., Martinez-Alier, J., e Winiwarter, V. 2011.** "A Socio-Metabolic Transition Towards Sustainability? Challenges for Another Great Transformation." *Sustainable Development* 19(1): 1–14.
- Hacker, J. 2018a.** "Economic Insecurity." Em Stiglitz, J., Fitoussi, J. e Durand, M., (eds.), *For Good Measure: Advancing Research on Well-Being Metrics Beyond GDP*. Paris: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.
- Hacker, J. 2018b.** *The Great Risk Shift: The New Economic Insecurity and the Decline of the American Dream*. Segunda Edição. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Hacker, J. 2018c.** "The Great Risk Shift." Em Grusky, D., e Hill, J., (eds.), *Inequality in the 21st Century*. Abingdon, Reino Unido: Routledge.
- Hackett, R. A., e Steptoe, A. 2017.** "Type 2 Diabetes Mellitus and Psychological Stress—a Modifiable Risk Factor." *Nature Reviews Endocrinology* 13(9): 547–560.
- Haelermans, C., Korthals, R., Jacobs, M., de Leeuw, S., Vermeulen, S., van Vugt, L., Aarts, B., e outros. 2022.** "Sharp Increase in Inequality in Education in Times of the Covid-19 Pandemic." *PLOS ONE* 17(2): e0261114.
- Haeflner, R., Johnson, B., e Jones, E. 2012.** "Lifestyle Movements: Exploring the Intersection of Lifestyle and Social Movements." *Social Movement Studies* 11(1): 1–20.
- Haenssger, M. J., e Ariana, P. 2018.** "The Place of Technology in the Capability Approach." *Oxford Development Studies* 46(1): 98–112.
- Haerpfer, C., Inglehart, R., Moreno, A., Welzel, C., Kizilova, K., Diez-Medrano, J., Lagos, M., e outros, (eds.). 2022.** "World Values Survey: Round Seven – Country-Pooled Datafile." Madrid, Espanha, e Viena, Áustria: JD Systems Institute & World Values Survey Association Secretariat.
- Haider, L. J., Schlüter, M., Folke, C., e Reyers, B. 2021.** "Rethinking Resilience and Development: A Coevolutionary Perspective." *Ambio* 50: 1304–1312.
- Hale, T., Angrist, N., Goldszmidt, R., Kira, B., Petherick, A., Phillips, T., Webster, S., e outros. 2021.** "A Global Panel Database of Pandemic Policies (Oxford Covid-19 Government Response Tracker)." *Nature Human Behaviour* 5(4): 529–538.
- Hall, J. D., e Madsen, J. M. 2022.** "Can Behavioral Interventions Be Too Salient? Evidence from Traffic Safety Messages." *Science* 376(6591): eabm3427.
- Hall, P. 1997.** "The Role of Interests, Institutions and Ideas in the Comparative Political Economy of Industrialized Countries." Em Lichbach, M. I., e Zuckerman, A. S., (eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Hammad, M., Bacil, F. e Soares, F. V. 2021.** *Next Practices – Innovations in the COVID-19 Social Protection Responses and Beyond*. Relatório de Investigação 60. Nova Iorque e Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.
- Hammarberg, K., Tran, T., Kirkman, M., e Fisher, J. 2020.** "Sex and Age Differences in Clinically Significant Symptoms of Depression and Anxiety among People in Australia in the First Month of Covid-19 Restrictions: A National Survey." *The BMJ* 10(11): e042696.
- Hanna, R., e Olken, B. A. 2018.** "Universal Basic Incomes Versus Targeted Transfers: Anti-Poverty Programs in Developing Countries." *Journal of Economic Perspectives* 32(4): 201–26.
- Harmer, B., Lee, S., TvH, D., e Saadabadi, A. 2022.** *Suicidal Ideation*. Treasure Island, FL: StatPearls Publishing. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33351435/>. Acedido em 2 de junho de 2022.
- Harper, G., Sommerville, R., Kendrick, E., Driscoll, L., Slater, P., Stolkin, R., Walton, A., e outros. 2019.** "Recycling Lithium-Ion Batteries from Electric Vehicles." *Nature* 575(7781): 75–86.
- Harvard Medical School. 2020.** "Understanding the Stress Response." *Harvard Health Publishing*, 6 de julho. <https://www.health.harvard.edu/staying-healthy/understanding-the-stress-response>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Hataway, J. 2017.** "More Than 8.3 Billion Tons of Plastics Made: Most Has Now Been Discarded." *ScienceDaily*, 19 de julho.
- Hauser, O. P., e Norton, M. I. 2017.** "(Mis) Perceptions of Inequality." *Current Opinion in Psychology* 18: 21–25.
- Hauser, O. P., Rand, D. G., Peysakhovich, A., e Nowak, M. A. 2014.** "Cooperating with the Future." *Nature* 511(7508): 220–223.
- Hausfather, Z., e Forster, P. 2021.** "Analysis: Do COP26 Promises Keep Global Warming Below 2C?" *Carbon Brief*, 10 de novembro. <https://www.carbonbrief.org/analysis-do-cop26-promises-keep-global-warming-below-2c/>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Hausfather, Z., Marvel, K., Schimdt, G. A., Nielsen-Gamon, J. W., e Zelinka, M. 2022.** "Climate Simulations: Recognize the 'Hot Model' Problem." *Nature* 605: 26–29.
- Hayes, K., Blashki, G., Wiseman, J., Burke, S., e Reifels, L. 2018.** "Climate Change and Mental Health: Risks, Impacts and Priority Actions." *International Journal of Mental Health Systems* 12(1): 1–12.
- Head, A., Manguin, M., Tran, N., e Blumenstock, J. E. 2017.** "Can Human Development Be Measured with Satellite Imagery?" ICTD '17: Proceedings of the Ninth International Conference on Information and Communication Technologies and Development 8: 1–11.
- Headey, D., e Fan, S. 2010.** "Reflections on the Global Food Crisis: How Did It Happen? How Has It Hurt? And How Can We Prevent the Next One?" Monografia de Investigação 165, Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares, Washington, DC.
- Heard-Garris, N. J., Cale, M., Camaj, L., Hamati, M. C., e Dominguez, T. P. 2018.** "Transmitting Trauma: A Systematic Review of Vicarious Racism and Child Health." *Social Science & Medicine* 199: 230–240.
- Heckman, J. J. 2019.** "Cognitive Skills Are Not Enough." <https://heckmanequation.org/resource/> cognitive-skills-are-not-enough/. Acedido em 3 de outubro de 2019.
- Heckman, J. J., e Rubinstein, Y. 2001.** "The Importance of Noncognitive Skills: Lessons from the GED Testing Program." *American Economic Review* 91(2): 145–149.
- Hedin, M., Hahs, A. K., Mata, L., e Lee, K. 2022.** "Connecting Biodiversity with Mental Health and Wellbeing—A Review of Methods and Disciplinary Perspectives." *Frontiers in Ecology and Evolution*: 10: 865727.
- Heffernan, O. 2019.** "Seabed Mining Is Coming—Bringing Mineral Riches and Fears of Epic Extinctions." *Nature* 571(7766): 465–469.
- Helbing, D. 2013.** "Globally Networked Risks and How to Respond." *Nature* 497(7447): 51–59.
- Heller, L., e LaPierre, A. 2012.** *Healing Developmental Trauma: How Early Trauma Affects Self-Regulation, Self-Image, and the Capacity for Relationship*. Berkeley, CA: North Atlantic Books.
- Helliwell, J. F., Layard, R., Sachs, J. D., De Neve, J.-E., Aknin, L. B., e Wang, S. 2022.** *World Happiness Report 2022*. Nova Iorque: Sustainable Development Solutions Network.
- Helmholtz Centre for Ocean Research Kiel. 2021.** "DISCOL – a DIS-Turbance and re-COL-onization Experiment." <https://www.discol.de/>. Acedido em 1 de outubro de 2021.
- Henderson, D. 2020.** "Are Epistemic Norms Fundamentally Social Norms?" *Episteme* 17(3): 281–300.
- Henrich, J. 2018.** *The Secret of Our Success: How Culture Is Driving Human Evolution, Domesticating Our Species, and Making Us Smarter*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Henrich, J. 2020.** *The WEIRDEST People in the World: How the West Became Psychologically Peculiar and Particularly Prosperous*. Nova Iorque: Farrar, Straus, and Giroux.
- Henrich, J., e Gil-White, F. J. 2001.** "The Evolution of Prestige: Freely Conferred Deference as a Mechanism for Enhancing the Benefits of Cultural Transmission." *Evolution and Human Behavior* 22(3): 165–196.
- Henrich, J., e Muthukrishna, M. 2021.** "The Origins and Psychology of Human Cooperation." *Annual Review of Psychology* 72(1): 207–240.
- Henrich, J., Bauer, M., Cassar, A., Chytilová, J., e Purzycki, B. G. 2019.** "War Increases Religiosity." *Nature Human Behaviour* 3(2): 129–135.
- Henrich, J., Blasi, D. E., Curtin, C. M., Davis, H. E., Hong, Z., Kelly, D., e Kroupin, I. 2022.** "A Cultural Species and Its Cognitive Phenotypes: Implications for Philosophy." *Review of Philosophy and Psychology*.
- Henrich, J., Boyd, R., Derex, M., Kline, M. A., Mesoudi, A., Muthukrishna, M., Powell, A. T., e outros. 2016.** "Understanding Cumulative Cultural Evolution." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 113(44): E6724–E6725.
- Henrich, J., Heine, S. J., e Norenzayan, A. 2010a.** "Beyond WEIRD: Towards a Broad-Based Behavioral

- Science." *Behavioral and Brain Sciences* 33(2–3): 111–135.
- Henrich, J., Heine, S. J., e Norenzayan, A. 2010b.** "Most People Are Not WEIRD." *Nature* 466(7302): 29.
- Herman, J. L. 1992.** *Trauma and Recovery: The Aftermath of Violence—from Domestic Abuse to Political Terror*. Nova Iorque: Basic Books.
- Hertel, T. 2009.** "Analyzing the Global Poverty Impacts of Biofuel Mandates." GTAP Resource 2999, Global Trade Analysis Project, West Lafayette, IN.
- Hertwig, R. 2017.** "When to Consider Boosting: Some Rules for Policy-Makers." *Behavioural Public Policy* 1(2): 143–161.
- Hewlett, S. A., Marshall, M., e Sherbin, L. 2013.** "How Diversity Can Drive Innovation." *Harvard Business Review* 91(12): 30.
- Heymann, J., Raub, A., Waisath, W., McCormack, M., Weistroffer, R., Moreno, G., Wong, E., e Earle, A. 2020.** "Protecting Health During Covid-19 and Beyond: A Global Examination of Paid Sick Leave Design in 193 Countries." *Global Public Health* 15(7): 925–934.
- High Ambition Coalition for Nature and People. 2022.** "HAC for Nature and People." <https://www.hacfornatureandpeople.org/>. Acedido em 13 de abril de 2022.
- Hilbert, M. 2022.** "Digital Technology and Social Change: The Digital Transformation of Society from a Historical Perspective." *Dialogues in Clinical Neuroscience*.
- Hill, K. 2020.** "Another Arrest, and Jail Time, Due to a Bad Facial Recognition Match." *The New York Times*, 29 de dezembro.
- Hillis, S., Mercy, J., Amobi, A., e Kress, H. 2016.** "Global Prevalence of Past-Year Violence against Children: A Systematic Review and Minimum Estimates." *Pediatrics* 137(3): e20154079.
- Hinrichs, K. 2021.** "Recent Pension Reforms in Europe: More Challenges, New Directions. An Overview." *Social Policy & Administration* 55(3): 409–422.
- Hirai, T., Comim, F., e Ikemoto, Y. 2016.** "Happiness and Human Development: A Capability Perspective." *Journal of International Development* 28(7): 1155–1169.
- Hjelm, L., Handa, S., de Hoop, J., Palermo, T., Zambia, C., e Teams, M. E. 2017.** "Poverty and Perceived Stress: Evidence from Two Unconditional Cash Transfer Programs in Zambia." *Social Science & Medicine* 177: 110–117.
- Tesouro de Sua Majestade. 2021.** "Nature Is a Blind Spot in Economics That We Ignore at Our Peril, Says Dasgupta Review." Londres.
- Hobolt, S. B., Leeper, T. J., e Tilley, J. 2021.** "Divided by the Vote: Affective Polarization in the Wake of the Brexit Referendum." *British Journal of Political Science* 51(4): 1476–1493.
- Hodder, C. 2021.** "Climate Change and Security in the United Nations Assistance Mission to Somalia." Dossier de política Climate-Fragility, Climate Security Expert Network, Adelphi Research, Berlin.
- Hoey, J., e Schröder, T. 2022.** "Disruption of Social Orders in Societal Transitions as Affective Control of Uncertainty." *American Behavioral Scientist*.
- Hoff, K., e Stiglitz, J. E. 2016.** "Striving for Balance in Economics: Towards a Theory of the Social Determination of Behavior." *Journal of Economic Behavior & Organization* 126: 25–57.
- Hoff, K., e Walsh, J. S. 2019.** "The Third Function of Law Is to Transform Cultural Categories." Documento de trabalho de investigação de políticas 8954, Banco Mundial, Washington, DC.
- Hogg, M. A. 2007.** "Uncertainty–Identity Theory." *Advances in Experimental Social Psychology* 39: 69–126.
- Hogg, M. A. 2021.** "Self-Uncertainty and Group Identification: Consequences for Social Identity, Group Behavior, Intergroup Relations, and Society." Em Gawronski, B., (ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol. 64. Amsterdão: Elsevier.
- Holst, C., Sukums, F., Radovanovic, D., Ngowi, B., Noll, J., e Winkler, A. S. 2020.** "Sub-Saharan Africa—the New Breeding Ground for Global Digital Health." *The Lancet Digital Health* 2(4): 160–162.
- Hooli, L. J. 2016.** "Resilience of the Poorest: Coping Strategies and Indigenous Knowledge of Living with the Floods in Northern Namibia." *Regional Environmental Change* 16(3): 695–707.
- Hoppen, T. H., e Morina, N. 2019.** "The Prevalence of PTSD and Major Depression in the Global Population of Adult War Survivors: A Meta-Analytically Informed Estimate in Absolute Numbers." *European Journal of Psychotraumatology* 10(1): 2–13.
- Horn, J. 2020.** "Decolonising Emotional Well-Being and Mental Health in Development: African Feminist Innovations." *Gender & Development* 28(1): 85–98.
- Honor, G. 2005.** "Domestic Violence and Children." *Journal of Pediatric Health Care* 19(4): 206–212.
- Hosonuma, N., Herold, M., De Sy, V., De Fries, R. S., Brockhaus, M., Verchot, L., Angelsen, A., e Romijn, E. 2012.** "An Assessment of Deforestation and Forest Degradation Drivers in Developing Countries." *Environmental Research Letters* 7(4): 044009.
- Hotaling, J. M., Jarvstad, A., Donkin, C., e Newell, B. R. 2019.** "How to Change the Weight of Rare Events in Decisions from Experience." *Psychological Science* 30(12): 1767–1779.
- Hromatko, I., Tonković, M., e Vranic, A. 2021.** "Trust in Science, Perceived Vulnerability to Disease, and Adherence to Pharmacological and Non-Pharmacological Covid-19 Recommendations." *Frontiers in Psychology* 12: 1425.
- Hsiang, S. M., Burke, M., e Miguel, E. 2013.** "Quantifying the Influence of Climate on Human Conflict." *Science* 341(6151): 1235367.
- Hsieh, N., e Ruther, M. 2016.** "Sexual Minority Health and Health Risk Factors: Intersection Effects of Gender, Race, and Sexual Identity." *American Journal of Preventive Medicine* 50(6): 746–755.
- Huambachano, M. 2018.** "Enacting Food Sovereignty in Aotearoa New Zealand and Peru: Revitalizing Indigenous Knowledge, Food Practices and Ecological Philosophies." *Agroecology and Sustainable Food Systems* 42(9): 1003–1028.
- Huambachano, M. 2020.** "Indigenous Good Living Philosophies and Regenerative Food Systems in Aotearoa New Zealand and Peru." Em Duncan, J., Carolan, M. S., e Wiskerke, J. S., (eds.), *Routledge Handbook of Sustainable and Regenerative Food Systems*. Londres: Routledge.
- Huettel, S. A., e Kranton, R. E. 2012.** "Identity Economics and the Brain: Uncovering the Mechanisms of Social Conflict." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 367(1589): 680–691.
- Hughes, K., Bellis, M. A., Hardcastle, K. A., Sethi, D., Butchart, A., Mikton, C., Jones, L., e Dunne, M. P. 2017.** "The Effect of Multiple Adverse Childhood Experiences on Health: A Systematic Review and Meta-Analysis." *The Lancet Public Health* 2(8): 356–366.
- Hughes, T. P., Anderson, K. D., Connolly, S. R., Heron, S. F., Kerry, J. T., Lough, J. M., Baird, A. H. e outros. 2018.** "Spatial and Temporal Patterns of Mass Bleaching of Corals in the Anthropocene." *Science* 359(6371): 80–83.
- Hulme, M. 2020.** "One Earth, Many Futures, No Destination." *One Earth* 2(4): 309–311.
- Human Rights Campaign. 2018.** *LGBTQ Youth Report 2018*. Washington, DC. <https://assets2.hrc.org/files/assets/resources/2018-YouthReport-NoVid.pdf>.
- Observatório da UE para os Direitos Humanos. 2017.** "Qatar: New Law Gives Domestic Workers Labor Rights, Needs Enforcement Mechanisms." 24 de agosto. <https://www.hrw.org/news/2017/08/24/qatar-new-law-gives-domestic-workers-labor-rights>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Observatório da UE para os Direitos Humanos. 2020a.** "Syria: Protesters Describe Beatings, Arrests." <https://www.hrw.org/news/2020/06/28/syria-protesters-describe-beatings-arrests>. Acedido em 27 de setembro de 2021.
- Observatório da UE para os Direitos Humanos. 2020b.** "Transgender, Third Gender, No Gender: Parte I 8 de setembro." <https://www.hrw.org/news/2020/09/08/transgender-third-gender-no-gender-part-i>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Observatório da UE para os Direitos Humanos. 2021.** "'People Can't Be Fit into Boxes': Thailand's Need for Legal Gender Recognition." 15 de dezembro. <https://www.hrw.org/report/2021/12/15/people-cant-be-fit-boxes/thailands-need-legal-gender-recognition>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Humanitarian Practice Network. 2017.** "Sexual Violence and the Boko Haram Crisis in North-East Nigeria." <https://odihpn.org/publication/sexual-violence-and-the-boko-haram-crisis-in-north-east-nigeria/>. Acedido em 16 de março de 2021.
- Hund, K., La Porta, D., Fabregas, T., Laing, T., e Dexhage, J. 2020.** *Minerals for Climate Action: The Mineral Intensity of the Clean Energy Transition*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Huntingford, C., Fisher, R. A., Mercado, L., Booth, B. B., Sitch, S., Harris, P. P., Cox, P. M., e outros. 2008.** "Towards Quantifying Uncertainty in Predictions of Amazon 'Dieback'." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 363(1498): 1857–1864.

- Huppert, E., Cowell, J. M., Cheng, Y., Contreras-Ibáñez, C., Gomez-Sicard, N., Gonzalez-Gadea, M. L., Huepe, D., e outros. 2019.** "The Development of Children's Preferences for Equality and Equity across 13 Individualistic and Collectivist Cultures." *Developmental Science* 22(2): e12729.
- Hussam, R. N., Kelley, E. M., Lane, G. V., e Zahra, F. T. 2021.** "The Psychosocial Value of Employment." Documento de trabalho NBER 28924, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Huszár, F., Ktena, S. I., O'Brien, C., Belli, L., Schlaikjer, A., e Hardt, M. 2021.** "Algorithmic Amplification of Politics on Twitter." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(1): e2025334119.
- Hyde, S. D. 2020.** "Democracy's Backsliding in the International Environment." *Science* 369(6508): 1192-1196.
- Hynes, W., Trump, B., Love, P., e Linkov, I. 2020.** "Bouncing Forward: A Resilience Approach to Dealing with Covid-19 and Future Systemic Shocks." *Environment Systems and Decisions* 40(2): 174-184.
- Hyniy, M., Umubyeyi, B., Gasanganwa, M. C., Bohr, Y., McGrath, S., Umuziga, P., e Mukarusanga, B. 2015.** "Community Resilience and Community Interventions for Post-Natal Depression: Reflecting on Maternal Mental Health in Rwanda." Em Khanlou, N., e Pilkington, F. B., (eds.), *Women's Mental Health*. Nova Iorque: Springer.
- AIEA (Agência Internacional da Energia Atômica). 2018.** *Status and Trends in Spent Fuel and Radioactive Waste Management*. Viena.
- ICAO (International Council on Civil Aviation). 2019.** "CORSIA Eligible Fuels." CORSIA at a Glance Series, International Civil Aviation Organization, Montreal, Canadá. <https://www.icao.int/environmental-protection/CORSIA/Documents/CORSIA%20Leaflets/CorsiaLeaflet-EN-9-WEB.pdf>.
- CIVC (Comité Internacional da Cruz Vermelha). 2020.** "South Sudan: Depression, Anxiety Common as Huge Gaps Remain in Mental Health Care." <https://www.icrc.org/en/document/mental-health-south-sudan>. Acedido em 18 de março de 2021.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2014.** *Africa Energy Outlook: A Focus on Energy Prospects in Sub-Saharan Africa*. World Energy Outlook Special Report. Paris. <https://www.icafrica.org/en/knowledge-hub/article/africa-energy-outlook-a-focus-on-energy-prospects-in-sub-saharan-africa-263>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2019.** *Africa Energy Outlook 2019*. World Energy Outlook Special Report. Paris. <https://www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2019>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2020a.** "ETP Clean Energy Technology Guide." <https://www.iea.org/articles/etp-clean-energy-technology-guide>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2020b.** *Energy Technology Perspectives 2020: Special Report on Clean Energy Innovation. Accelerating Technology Progress for a Sustainable Future*. Paris.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2020c.** *World Energy Outlook 2020*. Paris.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2021a.** *Net Zero by 2050: A Roadmap for the Global Energy Sector*. Paris.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2021b.** "The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions." Em *World Energy Outlook Special Report*. Paris.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2021c.** "World Energy Balances: Síntese." Paris.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2021d.** *Global Energy Review 2021*. Paris.
- AIE (Agência Internacional de Energia). 2022.** IEA Fossil Fuel Subsidies Database. <https://www.iea.org/data-and-statistics/data-product/fossil-fuel-subsidies-database#-subsidiaries-database>. Acedido em 21 de julho de 2022.
- IEP (Instituto para a Economia e a Paz). 2020.** *Positive Peace Report 2020: Analysing the Factors That Sustain Peace*. Sydney, Austrália.
- IEP (Instituto para a Economia e a Paz). 2021.** *Ecological Threat Report 2021: Understanding Ecological Threats, Resilience and Peace*. Sydney, Austrália.
- Iglesias-Rios, L., Harlow, S. D., Burgard, S. A., Kiss, L., e Zimmerman, C. 2018.** "Mental Health, Violence and Psychological Coercion among Female and Male Trafficking Survivors in the Greater Mekong Sub-Region: A Cross-Sectional Study." *BioMed Central Psychology* 6(1): 1-15.
- Ignatow, G. 2021.** "Cognitive Sociology after Relational Biology 1." Sociological Forum, Wiley Online Library. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/socf.12764>. Acedido em 24 de março de 2022.
- Igreja, V., Kleijn, W., e Richters, A. 2006.** "When the War Was over, Little Changed: Women's Posttraumatic Suffering after the War in Mozambique." *The Journal of Nervous and Mental Disease* 194(7): 502-509.
- IHME (Institute for Health Metrics and Evaluation). 2021.** "Global Health Data Exchange." <http://ghdx.healthdata.org/gbd-results-tool>. Acedido em 6 de julho de 2021.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2018a.** "Social Protection for Older Persons: Policy Trends and Statistics 2017-19." Social Protection Policy Paper 17. Genebra.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2018b.** *World Employment and Social Outlook 2018: Greening with Jobs*. Genebra.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2020a.** "Extending Social Protection to Informal Workers in the Covid-19 Crisis: Country Responses and Policy Considerations." Social Protection Spotlight, Genebra.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2020b.** *Youth and Covid-19: Impacts on Jobs, Education, Rights and Mental Wellbeing*. Genebra. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/ed_emp/documents/publication/wcms_753026.pdf.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2021a.** "Labour Force Participation Rate by Sex and Age (%) - Annual." https://www.ilo.org/shinyapps/bulkexplorer0/?lang=en&segment=indicator&id=EAP_DWAP_SEX_AGE_RT_A. Acedido em 13 de setembro de 2021.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2021b.** *The Role of Digital Labour Platforms in Transforming the World of Work*. https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2021/WCMS_771749/lang-en/index.htm. Acedido em 30 de junho de 2021.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2021c.** *World Social Protection Report 2020-22: Social Protection at the Crossroads — in Pursuit of a Better Future*. Genebra.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2017.** "State-Contingent Debt Instruments for Sovereigns." Documento de orientação, Washington, DC.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2021a.** "Fiscal Monitor April 2021." Washington, DC.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2021b.** "Fiscal Monitor October 2021: Strengthening the Credibility of Public Finances." Washington, DC.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2021c.** Base de dados World Economic Outlook. <http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October>. Acedido em 21 de abril de 2022.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2022.** Base de dados World Economic Outlook. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April>. Acedido em 21 de abril de 2022.
- Immordino-Yang, M. H., Christodoulou, J. A., e Singh, V. 2012.** "Rest Is Not Idleness: Implications of the Brain's Default Mode for Human Development and Education." *Perspectives on Psychological Science* 7(4): 352-364.
- Imperial College London. 2020a.** "Covid-19: Insights on Face Mask Use: Global Review." Institute for Global Health Innovation, Londres.
- Imperial College London. 2020b.** "Covid-19: Physical Distancing, Perceptions of Vulnerability and Severity." Institute for Global Health Innovation, Londres.
- Imperva. 2016.** "Bot Traffic Report 2016." <https://www.imperva.com/blog/bot-traffic-report-2016/>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- The Independent Panel for Pandemic Preparedness and Response. 2021.** *Covid-19: Make It the Last Pandemic*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- International IDEA (Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral). 2021.** *The Global State of Democracy 2021: Building Resilience in a Pandemic Era*. Estocolmo.
- International Rivers Network. 2011.** "The Myitsone Dam on the Irrawaddy River: A Briefing." <https://archive.internationalrivers.org/resources/the-myitsone-dam-on-the-irrawaddy-river-a-briefing-3931>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- IPBES (Plataforma Intergovernamental Científica e Política sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecossistêmicos). 2019a.** *Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*. Bona, Alemanha. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3831673>.
- IPBES (Plataforma Intergovernamental Científica e Política sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecossistêmicos). 2019b.** *Summary for Policymakers of the Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services of the Intergovernmental Science-Policy*

Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. Bona, Alemanha.

PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2019. *Global Warming of 1.5°C: An IPCC Special Report on the Impacts of Global Warming of 1.5°C above Pre-Industrial Levels and Related Global Greenhouse Gas Emission Pathways, in the Context of Strengthening the Global Response to the Threat of Climate Change, Sustainable Development, and Efforts to Eradicate Poverty.* Genebra.

PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2021. *Climate Change 2021: The Physical Science Basis: Summary for Policymakers.* Genebra.

PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2022a. "Annex I: Glossary." Em Masson-Delmotte, V., Zhai, P., Pörtner, H.-O., Roberts, D., Skea, J., Shukla, P. R., Pirani, A., e outros, (eds.), *Global Warming of 1.5°C: IPCC Special Report on Impacts of Global Warming of 1.5°C above Pre-Industrial Levels in Context of Strengthening Response to Climate Change, Sustainable Development, and Efforts to Eradicate Poverty.* Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2022b. "Summary for Policymakers" In *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability.* Genebra: Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Terceiro Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. Genebra.

Ipsos and Bill & Melinda Gates Foundation. 2018. "Goalkeepers Global Youth Outlook Poll." Washington DC. <https://www.ipsos.com/en-us/news-polls/Gates-goalkeepers-youth-optimism>. Acedido em 25 de agosto de 2022.

IRENA (Agência Internacional para as Energias Renováveis) 2020. *Renewable Power Generation Costs in 2019.* Abu Dhabi.

IRENA (Agência Internacional para as Energias Renováveis). 2021. *World Energy Transitions Outlook: 1.5°C Pathway.* Abu Dhabi.

IRENA (Agência Internacional para as Energias Renováveis) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2021. *Renewable Energy and Jobs – Annual Review 2021.* Abu Dabi e Genebra.

AISS (Associação Internacional de Segurança Social). 2021. "Beyond Covid-19: Towards Inclusive and Resilient Social Protection Systems." <https://www.issa.int/analysis/beyond-covid-19-towards-inclusive-and-resilient-social-protection-systems>. Acedido em 25 de agosto de 2022.

UIT (União Internacional das Telecomunicações). 2021. "How Covid-19 Accelerated Digital Healthcare." <https://www.itu.int/en/myitu/News/2021/04/07/07/25/COVID-accelerating-digital-healthcare>. Acedido em 27 de setembro de 2021.

Ivany, A. S., Bullock, L., Schminkey, D., Wells, K., Sharps, P., e Kools, S. 2018. "Living in Fear and Prioritizing Safety: Exploring Women's Lives after Traumatic Brain Injury from Intimate Partner Violence." *Qualitative Health Research* 28(11): 1708–1718.

Iyengar, S., Sood, G., e Lelkes, Y. 2012. "Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization." *Public Opinion Quarterly* 76(3): 405–431.

Izdebski, A., Mordechai, L., e White, S. 2018. "The Social Burden of Resilience: A Historical Perspective." *Human Ecology* 46(3): 291–303.

Izdebski, A., Pickett, J., Roberts, N., e Waliszewski, T. 2016. "The Environmental, Archaeological and Historical Evidence for Regional Climatic Changes and Their Societal Impacts in the Eastern Mediterranean in Late Antiquity." *Quaternary Science Reviews* 136: 189–208.

Izuan, A. Z., Azhar, S. S., Tan, M. K. S., e Syed-Sharizman, S. A. R. 2018. "Neighbourhood Influences and Its Association with the Mental Health of Adolescents in Kuala Lumpur, Malaysia." *Asian Journal of Psychiatry* 38: 35–41.

Jabko, N. 2013. "The Political Appeal of Austerity." *Comparative European Politics* 11(6): 705–712.

Jackson, J. C., Gelfand, M., e Ember, C. R. 2020. "A Global Analysis of Cultural Tightness in Non-Industrial Societies." *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 287(1930): 20201036.

Jackson, M. 2020. *Where to Next? Decolonisation and the Stories of the Land.* Wellington: Bridgett Williams Books.

Jacob, J., e Akpan, I. 2015. "Silencing Boko Haram: Mobile Phone Blackout and Counterinsurgency in Nigeria's Northeast Region." *Stability: International Journal of Security and Development* 4(1).

Jaeger, C. B., Brosnan, S. F., Levin, D. T., e Jones, O. D. 2020. "Predicting Variation in Endowment Effect Magnitudes." *Evolution and Human Behavior* 41(3): 253–259.

Jafino, B. A., Walsh, B., Rozenberg, J., e Hallegatte, S. 2020. "Revised Estimates of the Impact of Climate Change on Extreme Poverty by 2030." Documento de trabalho de investigação de políticas 9417, Banco Mundial, Washington, DC.

Jaidka, K., Giorgi, S., Schwartz, H. A., Kern, M. L., Ungar, L. H., e Eichstaedt, J. C. 2020. "Estimating Geographic Subjective Well-Being from Twitter: A Comparison of Dictionary and Data-Driven Language Methods." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(19): 10165–10171.

Jain, S., Venkataraman, A., Wechsler, M., e Peppas, N. 2021. "Messenger RNA-Based Vaccines: Past, Present, and Future Directions in the Context of the Covid-19 Pandemic." *Advanced Drug Delivery Reviews* 179(114000).

James, P., e Van Seters, P. 2014. *Globalization and Politics. Volume II. Global Social Movements and Global Civil Society.* Washington, DC: Sage.

Jaramillo, C. F. 2022. "Education Is One of the Most Powerful Tools against Racism in Latin America." Latin America and the Caribbean [blogue], 23 de março. <https://blogs.worldbank.org/latinamerica/education-one-most-powerful-tools-against-racism-latin-america>. Acedido em 24 de junho de 2022.

Jarvstad, A. 2021. "Beyond Nudging: Generalisable and Transferable Learning in Human Decision-Making." *PsyArXiv*. 4 de março. <https://doi.org/10.31234/osf.io/9q6xk>.

Jasanoff, S., e Hurlbut, B. 2018. "A Global Observatory for Gene Editing." *Nature* 555: 435–437.

Jasper, J. M. 2011. "Emotions and Social Movements: Twenty Years of Theory and Research." *Annual Review of Sociology* 37: 285–303.

Jasper, J. M. 2021. "Fear of the Angry Mob." *Dynamics of Asymmetric Conflict* 14(2): 121–137.

Jenkins, J. C., Wallace, M., e Fullerton, A. S. 2008. "A Social Movement Society?: A Cross-National Analysis of Protest Potential." *International Journal of Sociology* 38(3): 12–35.

Jenner, L. C., Rotchell, J. M., Bennett, R. T., Cowen, M., Tentzeris, V. e Sadofsky, L. R. 2022. "Detection of Microplastics in Human Lung Tissue Using μ FTIR Spectroscopy." *Science of the Total Environment* 831: 154907.

Jeswani, H. K., Chilvers, A., e Azapagic, A. 2020. "Environmental Sustainability of Biofuels: A Review." *Proceedings of the Royal Society A* 476(2243): 20200351.

Jetten, J., Haslam, C., Haslam, S. A., e Branscombe, N. R. 2009. "The Social Cure." *Scientific American Mind* 20(5): 26–33.

Jimenez, D., Harper, C., e George, R. 2021. "Mobilising for Change: How Women's Social Movements Are Transforming Gender Norms." Relatório ALIGN, Overseas Development Institute, Londres.

Johnston, D. W., Shields, M. A., e Suziedelyte, A. 2020. "Macroeconomic Shocks, Job Security, and Health: Evidence from the Mining Industry." *American Journal of Health Economics* 6(3): 348–371.

Johnston, H., Larana, E., e Gusfield, J. R. 1994. "Identities, Grievances, and New Social Movements." Em Laraña, E., Johnston, H., e Gusfield, J. R., (eds.), *New Social Movements: From Ideology to Identity.* Filadélfia, PA: Temple University Press.

Jonas, E., McGregor, I., Klackl, J., Agroskin, D., Fritzsche, I., Holbrook, C., Nash, K., e outros. 2014. "Threat and Defense: From Anxiety to Approach." Em Olson, J. M., e Zanna, M. P., (eds.), *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol. 49. Amsterdão: Elsevier.

Jones, L., Hughes, M., e Unterstaller, U. 2001. "Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD) in Victims of Domestic Violence: A Review of the Research." *Trauma, Violence, & Abuse* 2(2): 99–119.

Jonsson, K. R., Vartanova, I., e Södergren, M. 2018. "Ethnic Variations in Mental Health among 10–15-Year-Olds Living in England and Wales: The Impact of Neighbourhood Characteristics and Parental Behaviour." *Health & Place* 51: 189–199.

Jordà, Ò., Knoll, K., Kuvshinov, D., Schularick, M., e Taylor, A. M. 2019. "The Rate of Return on Everything, 1870–2015." *The Quarterly Journal of Economics* 134(3): 1225–1298.

Joshi, G., e Yenneti, K. 2020. "Community Solar Energy Initiatives in India: A Pathway for Addressing Energy Poverty and Sustainability?" *Energy and Buildings* 210: 109736.

June, C., O'Connor, R., Kawalekar, O., Ghassemi, S., e Milone, M. C. 2018. "Car T Cell Immunotherapy for Human Cancer." *Science* 359(6382): 1361–1365.

- Juris, J. S. 2004.** "Networked Social Movements: Global Movements for Global Justice." Em Castells, M., (ed.), *The Network Society: A Cross-Cultural Perspective*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Kadir, A., Shenoda, S., Pitterman, S., e Goldhagen, J. 2018.** "The Effects of Armed Conflict on Children." *Pediatrics* 142(6).
- Kahan, D. M. 2013.** "Ideology, Motivated Reasoning, and Cognitive Reflection: An Experimental Study." *Judgment and Decision Making* 8: 407–424.
- Kahan, D. M., Landrum, A., Carpenter, K., Helft, L., e Hall Jamieson, K. 2017a.** "Science Curiosity and Political Information Processing." *Political Psychology* 38(S1): 179–199.
- Kahan, D. M., Peters, E., Dawson, E. C., e Slovic, P. 2017b.** "Motivated Numeracy and Enlightened Self-Government." *Behavioural Public Policy* 1(1): 54–86.
- Kahn, L. B. 2010.** "The Long-Term Labor Market Consequences of Graduating from College in a Bad Economy." *Labour Economics* 17(2): 303–316.
- Kahneman, D. 2003.** "Maps of Bounded Rationality: Psychology for Behavioral Economics." *American Economic Review* 93(5): 1449–1475.
- Kahneman, D. 2011.** *Thinking, Fast and Slow*. Nova Iorque: Farrar, Strauss and Giroux.
- Kahneman, D., e Tversky, A. 1979.** "Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk." *Econometrica* 47(2): 263–291.
- Kahneman, D., e Tversky, A. 2013.** "Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk." *Handbook of the Fundamentals of Financial Decision Making: Part I*. Singapore: World Scientific.
- Kakkar, H., e Sivanathan, N. 2017.** "When the Appeal of a Dominant Leader Is Greater Than a Prestige Leader." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(26): 6734–6739.
- Kao, A., e Couzin, I. 2014.** "Decision Accuracy in Complex Environments Is Often Maximized by Small Group Sizes." *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences* 281(20133305).
- Kapur, V., e Boulton, A. 2021.** "Covid-19 Accelerates the Adoption of Telemedicine in Asia-Pacific Countries." Bain & Company. <https://www.bain.com/insights/covid-19-accelerates-the-adoption-of-telemedicine-in-asia-pacific-countries/>. Acedido em 27 de setembro de 2021.
- Kasman, M., Heuberger, B., e Hammond, R. A. 2018.** "A Review of Large Scale Youth Financial Literacy Education Policies and Programs." The Brookings Institution, Washington, DC.
- Katz, L., Chen, Y. Y., Gonzalez, R., Peterson, T. C., Zhao, H., e Baltz, R. H. 2018.** "Synthetic Biology Advances and Applications in the Biotechnology Industry: A Perspective." *Journal of Industrial Microbiology and Biotechnology*, 45(7): 449–461.
- Kaur, S., Mullainathan, S., Oh, S., e Schilbach, F. 2021.** "Do Financial Concerns Make Workers Less Productive?" Documento de trabalho NBER 28338, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Kawakatsu, M., Lelkes, Y., Levin, S. A., e Tarnita, C. E. 2021.** "Interindividual Cooperation Mediated by Paritanship Complicates Madison's Cure for 'Mischiefs of Faction'." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102148118.
- Kay, J., e King, M. 2020.** *Radical Uncertainty: Decision-Making Beyond the Numbers*. Nova Iorque: WW Norton & Company.
- Kazan, H. 2020.** Cyber Bullying and Violence Literacy in the Context of Digitalization." Em *Handbook of Research on Multidisciplinary Approaches to Literacy in the Digital Age*. Hershey, PA: IGI Global. <https://www.igi-global.com/chapter/cyber-bullying-and-violence-literacy-in-the-context-of-digitalization/240423>. Acedido em 6 de outubro de 2021.
- Kearns, A., e Whitley, E. 2019.** "Associations of Internet Access with Social Integration, Wellbeing and Physical Activity among Adults in Deprived Communities: Evidence from a Household Survey." *BioMed Central Public Health* 19(1): 1–15.
- Keenan, R. J., Reams, G. A., Achard, F., de Freitas, J. V., Grainger, A., e Lindquist, E. 2015.** "Dynamics of Global Forest Area: Results from the FAO Global Forest Resources Assessment 2015." *Forest Ecology and Management* 352: 9–20.
- Kelbessa, W. 2022.** "Environmental Ethics and Policy." Série de documentos de trabalho Reimagining the Human-Environment Relationship, Universidade das Nações Unidas – Programa das Nações Unidas para o Ambiente. Nova Iorque.
- Keller, F. B., Schoch, D., Stier, S., e Yang, J. 2021.** "Political Astroturfing on Twitter: How to Coordinate a Disinformation Campaign." *Political Communication* 37(2): 256–280.
- Keynes, J. M. 1909.** "A Treatise on Probability." *Dia-mond* 3(2): 12.
- Keys, P. W., Galaz, V., Dyer, M., Matthews, N., Folke, C., Nyström, M., e Cornell, S. E. 2019.** "Anthropocene Risk." *Nature Sustainability* 2(8): 667–673.
- Khadgi, A. 2021.** "A Group of Activists Strives to End Forced Imposition of the Third Gender Label." *The Katmandu Post*, 22 de outubro.
- Khamis, S. 2019.** "Arab Women's Feminism(S), Resistance(S), and Activism(S) within and Beyond the "Arab Spring": Potentials, Limitations, and Future Prospects." Em Oren, T., e Press, A. L., (eds.), *The Routledge Handbook of Contemporary Feminism*. Londres: Routledge.
- Khan, L. M. 2017.** "The Ideological Roots of America's Market Power Problem." *The Yale Law Journal Forum* 127: 960–979.
- Khan, M., Ilcisin, M., e Saxton, K. 2017.** "Multifactorial Discrimination as a Fundamental Cause of Mental Health Inequities." *International Journal for Equity in Health* 16(1): 1–12.
- Khandii, O. 2019.** "Social Threats in the Digitalization of Economy and Society." SHS Web of Conferences 67, 06023. https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/abs/2019/08/shsconf_NTI-UkrSURT2019_06023/shsconf_NTI-UkrSURT2019_06023.html. Acedido em 6 de outubro de 2021.
- Khaw, M. W., Glimcher, P. W., e Louie, K. 2017.** "Normalized Value Coding Explains Dynamic Adaptation in the Human Valuation Process." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(48): 12696–12701.
- Khaw, M. W., Li, Z., e Woodford, M. 2021.** "Cognitive Imprecision and Small-Stakes Risk Aversion." *The Review of Economic Studies* 88(4): 1979–2013.
- Khushf, G. 2006.** "An Ethic for Enhancing Human Performance through Integrative Technologies." Em Bainbridge, W., e Roco, M., (eds.), *Managing Nano-Bio-Info-Cogno Innovations: Converging Technologies in Society*. Dordrecht, Países Baixos: Springer.
- Kimbrough, K. 2021.** "These Are the Sectors Where Green Jobs Are Growing in Demand." <https://www.weforum.org/agenda/2021/09/sectors-where-green-jobs-are-growing-in-demand/>. Acedido em 24 de agosto de 2022.
- Kimmerer, R. W. 2013.** *Braiding Sweetgrass: Indigenous Wisdom, Scientific Knowledge and the Teachings of Plants*. Minneapolis, MN: Milkweed Editions.
- King, D. L., Delfabbro, P. H., Kaptis, D., e Zwaans, T. 2014.** "Adolescent Simulated Gambling Via Digital and Social Media: An Emerging Problem." *Computers in Human Behavior* 31: 305–313.
- Kingdon, J. W. 1984.** *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Boston, MA: Little, Brown.
- Kinzig, A. P., e Socolow, R. H. 1994.** "Human Impacts on the Nitrogen Cycle." *Physics Today* 47(11).
- Kirby, J. 2022.** "Why Grain Can't Get out of Ukraine." *Vox*, 20 de junho.
- Klein, K. M., e Kruglanski, A. W. 2013.** "Commitment and Extremism: A Goal Systemic Analysis." *Journal of Social Issues* 69(3): 419–435.
- Klugman, J., Hanmer, L., Twigg, S., Hasan, T., McCleary-Sills, J., e Santamaria, J. 2014.** *Voice and Agency: Empowering Women and Girls for Shared Prosperity*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Knabe, A., e Rätzl, S. 2011.** "Scarring or Scaring? The Psychological Impact of Past Unemployment and Future Unemployment Risk." *Economica* 78(310): 283–293.
- Knight, F. H. 1921.** *Risk, Uncertainty and Profit*. Boston, MA: Houghton Mifflin.
- Knobloch-Westerwick, S., Mothes, C., Johnson, B. K., Westerwick, A., e Donsbach, W. 2015.** "Political Online Information Searching in Germany and the United States: Confirmation Bias, Source Credibility, and Attitude Impacts." *Journal of Communication* 65(3): 489–511.
- Knol, E., e Ijssennagger, N. 2017.** "Origin of the Dutch Coastal Landscape: Long-Term Landscape Evolution of the Netherlands During the Holocene." Em Hines, J., e Ijssennagger, N., (eds.), *Frisians and Their North Sea Neighbours: From the Fifth Century to the Viking Age*. Woodbridge, Reino Unido: Boydell.
- Knowledge Portal on Innovation and Access to Medicines. 2021.** "Covid-19 Vaccine R&D Investments." <https://www.knowledgeportalia.org/covid19-r-d-funding>. Acedido em 5 de outubro de 2021.

- Kohrt, B. A., Asher, L., Bhardwaj, A., Fazel, M., Jordans, M. J., Mutamba, B. B., Nadkarni, A., e outros. 2018. "The Role of Communities in Mental Health Care in Low- and Middle-Income Countries: A Meta-Review of Components and Competencies." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 15(6): 1279–1299.
- Koonin, L. M., Hoots, B., Tsang, C. A., Leroy, Z., Farris, K., Jolly, B., Antall, P., e outros. 2020. "Trends in the Use of Telehealth During the Emergence of the Covid-19 Pandemic—United States, January–March 2020." *Morbidity and Mortality Weekly Report* 69(43): 1595–1599.
- Kopasker, D., Montagna, C., e Bender, K. A. 2018. "Economic Insecurity: A Socioeconomic Determinant of Mental Health." *Social Science & Medicine-Population Health* 6: 184–194.
- Korinek, A., e Stiglitz, J. E. 2021. "Covid-19 Driven Advances in Automation and Artificial Intelligence Risk Exacerbating Economic Inequality." *The BMJ* 372: n367.
- Kőszegi, B., e Rabin, M. 2006. "A Model of Reference-Dependent Preferences." *The Quarterly Journal of Economics* 121(4): 1133–1165.
- Kőszegi, B., e Rabin, M. 2007. "Reference-Dependent Risk Attitudes." *American Economic Review* 97(4): 1047–1073.
- Kotz, M., Wenz, L., e Levermann, A. 2021. "Footprint of Greenhouse Forcing in Daily Temperature Variability." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(32): e2103294118.
- Kotz, M., Wenz, L., Stechemesser, A., Kalkuhl, M., e Levermann, A. 2021. "Day-to-Day Temperature Variability Reduces Economic Growth." *Nature Climate Change* 11(4): 319–325.
- Kovacevic, A., e Nikolic, D. 2015. "Cyber Attacks on Critical Infrastructure: Review and Challenges." Em Portela, I. M., e Cruz-Cunha, M. M., (eds.), *Handbook of Research on Digital Crime, Cyberspace Security, and Information Assurance*. Hershey, PA: IGI Global.
- Kozłowski, J., Veldkamp, L., e Venkateswaran, V. 2020. "Scarring Body and Mind: The Long-Term Belief-Scarring Effects of Covid-19." Documento de trabalho NBER 27439, Agência Nacional de Investigação Econômica, Cambridge, MA.
- Kpobi, L., e Swartz, L. 2019. "Indigenous and Faith Healing for Mental Health in Ghana: An Examination of the Literature on Reported Beliefs, Practices and Use of Alternative Mental Health Care in Ghana." *African Journal of Primary Health Care & Family Medicine* 11(1): 1–5.
- Krampe, F. 2021. "Why United Nations Peace Operations Cannot Ignore Climate Change." Instituto de Investigação para a Paz Internacional de Estocolmo, Estocolmo. <https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2021/why-united-nations-peace-operations-cannot-ignore-climate-change>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Kranton, R., Pease, M., Sanders, S., e Huettel, S. 2020. "Deconstructing Bias in Social Preferences Reveals Groupy and Not-Groupy Behavior." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(35): 21185–21193.
- Krausmann, F., Fischer-Kowalski, M., Schandl, H., e Eisenmenger, N. 2008. "The Global Sociometabolic Transition: Past and Present Metabolic Profiles and Their Future Trajectories." *Journal of Industrial Ecology* 12(5–6): 637–656.
- Kremer, M., Rao, G., e Schilbach, F. 2019. "Behavioral Development Economics." Em Bernheim, B. D., DellaVigna, S., e Laibson, D., (eds.), *Handbook of Behavioral Economics: Applications and Foundations 1*. Amsterdão: North-Holland.
- Kreps, S. 2020. "The Role of Technology in Online Misinformation." The Brookings Institution, Washington, DC.
- Kreps, S. E., e Kriner, D. L. 2020. "Model Uncertainty, Political Contestation, and Public Trust in Science: Evidence from the Covid-19 Pandemic." *Science Advances* 6(43): eabd4563.
- Kristensen, H., e Korda, M. 2021. "World Nuclear Forces." Em *SIPRI Yearbook 2021: Armaments, Disarmament and International Security*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Kruglanski, A. W. 1989. "The Psychology of Being 'Right': The Problem of Accuracy in Social Perception and Cognition." *Psychological Bulletin* 106(3): 395–409.
- Kruglanski, A. W., Gelfand, M. J., Bélanger, J. J., Sheveland, A., Hetiarachchi, M., e Gunaratna, R. 2014. "The Psychology of Radicalization and Deradicalization: How Significance Quest Impacts Violent Extremism." *Political Psychology* 35: 69–93.
- Kruglanski, A. W., Molinaro, E., Jasko, K., Webber, D., Leander, N. P., e Pierro, A. 2022. "Significance-Quest Theory." *Perspectives on Psychological Science*: 17(4): 1050–1071.
- Krugman, P. 2022. "Food, Fertilizer and the Future." *New York Times*, 26 de abril.
- Kteily, N., Hodson, G., e Bruneau, E. 2016. "They See Us as Less Than Human: Metadehumanization Predicts Intergroup Conflict Via Reciprocal Dehumanization." *Journal of Personality and Social Psychology* 110(3): 343–370.
- Kumar, S., Jeyaseelan, L., Suresh, S., e Ahuja, R. C. 2005. "Domestic Violence and Its Mental Health Correlates in Indian Women." *The British Journal of Psychiatry* 187(1): 62–67.
- Kupers, R., e Wilkinson, A. 2014. *The Essence of Scenarios*. Amsterdão: Amsterdam University Press.
- Kupferschmidt, K. 2020. "A Completely New Culture of Doing Research.' Coronavirus Outbreak Changes How Scientists Communicate." *ScienceInsider*, 26 de fevereiro. <https://www.science.org/content/article/completely-new-culture-doing-research-coronavirus-outbreak-changes-how-scientists>. Acedido em 1 de junho de 2022.
- Kwon, J. Y., Wormley, A. S., e Varnum, M. E. W. 2021. "Changing Cultures, Changing Brains: A Framework for Integrating Cultural Neuroscience and Cultural Change Research." *Biological Psychology* 162: 108087.
- La Ferrara, E. 2019. "Presidential Address: Aspirations, Social Norms, and Development." *Journal of the European Economic Association* 17(6): 1687–1722.
- Lachvier, M. 1991. *Les Années De Misère: La Famine Au Temps Du Grand Roi, 1680–1720*. Paris: Fayard.
- Lade, S. J., Haider, L. J., Engström, G., e Schlüter, M. 2017. "Resilience Offers Escape from Trapped Thinking on Poverty Alleviation." *Science Advances* 3(5): e1603043.
- Lafta, R. K., Aziz, Z. S., e AlOubaidi, A. 2014. "Posttraumatic Stress Disorder (PTSD) among Male Adolescents in Baghdad." *Journal of Psychological Abnormalities* 3(3): 1–5.
- Laibson, D. 1997. "Golden Eggs and Hyperbolic Discounting." *The Quarterly Journal of Economics* 112(2): 443–477.
- Lambe, F., Ran, Y., Jürisoo, M., Holmlid, S., Muhoza, C., Johnson, O., e Osborne, M. 2020. "Embracing Complexity: A Transdisciplinary Conceptual Framework for Understanding Behavior Change in the Context of Development-Focused Interventions." *World Development* 126: 104703.
- Lambin, E. F., Gibbs, H. K., Heilmayr, R., Carlson, K. M., Fleck, L. C., Garrett, R. D., le Polain de Waroux, Y., e outros. 2018. "The Role of Supply-Chain Initiatives in Reducing Deforestation." *Nature Climate Change* 8(2): 109–116.
- Lamont, M. 2000. *The Dignity of Working Men: Morality and the Boundaries of Race, Class, and Immigration*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Lamont, M. 2018. "Addressing Recognition Gaps: Destigmatization and the Reduction of Inequality." *American Sociological Review* 83(3): 419–444.
- Lamont, M. 2019. "From 'Having' to 'Being': Self-Worth and the Current Crisis of American Society." *The British Journal of Sociology* 70(3): 660–707.
- Lamont, M. a publicar. *Who Matters: How to Redefine Worth in Our Divided World*. Nova Iorque: Simon and Schuster.
- Lamont, M., Adler, L., Park, B. Y., e Xiang, X. 2017. "Bridging Cultural Sociology and Cognitive Psychology in Three Contemporary Research Programmes." *Nature Human Behaviour* 1(12): 866–872.
- The Lancet Global Health*. 2020. "Editorial: Mental Health Matters." *The Lancet Global Health* 8(11): E1352.
- Landrigan, P. J., Fuller, R., Acosta, N. J., Adeyi, O., Arnold, R., Baldé, A. B., Bertollini, R., e outros. 2018. "The Lancet Commission on Pollution and Health." *The Lancet* 391(10119): 462–512.
- Lanphier, E., Urnov, F., Haecker, S. E., Werner, M., e Smolenski, J. 2015. "Don't Edit the Human Germ Line." *Nature* 519(7544): 410–411.
- Lavigne, F., Degeai, J.-P., Komorowski, J.-C., Guillet, S., Robert, V., Lahitte, P., Oppenheimer, C., e outros. 2013. "Source of the Great Ad 1257 Mystery Eruption Unveiled, Samalas Volcano, Rinjani Volcanic Complex, Indonesia." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 110(42): 16742–16747.
- Lazard, O. 2021. "The Power of Soil: How Our Precarious Climate Shaped the Arab Spring." *Middle East Eye*, 1 de janeiro.

- Lazard, O., e Youngs, R., (eds.). 2021.** *The EU and Climate Security: Toward Ecological Diplomacy*. Carnegie Europe, Open Society European Policy Institute, Brussels.
- Lazer, L. 2021.** "A Just Transition to a Zero-Carbon World Is Possible. Here's How." Insights, World Resources Institute, Washington, DC. <https://www.wri.org/insights/just-transition-zero-carbon-world-possible-heres-how>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Leach, M., Meyers, B., Bai, X., Brondizio, E. S., Cook, C., Díaz, S., Espindola, G., e outros. 2018.** "Equity and Sustainability in the Anthropocene: A Social–Ecological Systems Perspective on Their Intertwined Futures." *Global Sustainability* 1(e13): 1–13.
- Lear, J. 2006.** *Radical Hope: Ethics in the Face of Cultural Devastation*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Lebling, K., Ge, M., Levin, K., Waite, R., Friedrich, J., Elliott, C., Chan, C., e outros. 2020.** *State of Climate Action: Assessing Progress toward 2030 and 2050*. Washington, DC: World Resource Institute.
- Lèbre, É., Stringer, M., Svobodova, K., Owen, J. R., Kemp, D., Côte, C., Arratia-Solar, A., e Valenta, R. K. 2020.** "The Social and Environmental Complexities of Extracting Energy Transition Metals." *Nature Communications* 11(1): 1–8.
- LeDoux, J. E., e Brown, R. 2017.** "A Higher-Order Theory of Emotional Consciousness." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114(10): E2016–E2025.
- Lee, H., Ahn, H., Choi, S., e Choi, W. 2014.** "The SAMS: Smartphone Addiction Management System and Verification." *Journal of Medical Systems* 38(1): 1–10.
- Lee, H., e Waite, L. J. 2018.** "Cognition in Context: The Role of Objective and Subjective Measures of Neighborhood and Household in Cognitive Functioning in Later Life." *The Gerontologist* 58(1): 159–169.
- Lee, S. 2020.** "Environment and Wellbeing." *New Left Review* 123.
- Lee, S. H., Ripke, S., Neale, B. M., Faraone, S. V., Purcell, S. M., Perlis, R. H., Mowry, B. J., e outros. 2013.** "Genetic Relationship between Five Psychiatric Disorders Estimated from Genome-Wide Snps." *Nature Genetics* 45(9): 984–995.
- Lees, J. 2022.** "Political Violence and Inaccurate Metaperceptions." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(19): e2204045119.
- Lees, J., e Cikara, M. 2021.** "Understanding and Combating Misperceived Polarization." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 376(1822).
- Lehman, C., Loberg, S., Wilson, M., e Gorham, E. 2021.** "Ecology of the Anthropocene Signals Hope for Consciously Managing the Planetary Ecosystem." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(28).
- Lengfelder, C. 2021.** "Displaced, Traumatized and Human Development Deprived: The Psychology of Impaired Capabilities." Documento de trabalho. https://www.researchgate.net/profile/Christina-Lengfelder-3/publication/354006655_Displaced_traumatized_and_human_development_deprived_The_psychology_of_impaired_capabilities/links/611e7be1169a1a01031200c4/Displaced-traumatized-and-human-development-deprived-The-psychology-of-impaired-capabilities.pdf.
- Lenton, T. M. 2019.** "Biodiversity and Global Change: From Creator to Victim." Em Dasgupta, P., Raven, P. H. and Mcivor, A. L., (eds.), *Biological Extinction: New Perspectives*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Lenton, T. M., Pichler, P.-P., e Weisz, H. 2016.** "Revolutions in Energy Input and Material Cycling in Earth History and Human History." *Earth System Dynamics* 7(2): 353–370.
- Lenton, T. M., Rockström, J., Gaffney, O., Rahmsdorf, S., Richardson, K., Steffen, W., e Schellnhuber, H. J. 2019.** "Climate Tipping Points—Too Risky to Bet Against." *Nature* 575: 592–595.
- Leonard, A., Ahsan, A., Charbonnier, F., e Hirmer, S. 2022.** "The Resource Curse in Renewable Energy: A Framework for Risk Assessment." *Energy Strategy Reviews* 41: 100841.
- Lerner, J. S., e Keltner, D. 2001.** "Fear, Anger, and Risk." *Journal of Personality and Social Psychology* 81(1): 146.
- Lerner, J. S., Li, Y., Valdesolo, P., e Kassam, K. S. 2015.** "Emotion and Decision Making." *Annual Review of Psychology* 66(1): 799–823.
- Lerner, J. S., Small, D. A., e Loewenstein, G. 2004.** "Heart Strings and Purse Strings: Carryover Effects of Emotions on Economic Decisions." *Psychological Science* 15(5): 337–341.
- Leslie, J. 1996.** *The End of the World: The Science and Ethics of Human Extinction*. Abingdon, Reino Unido: Routledge.
- Levin, A. T., Owusu-Boaitey, N., Pugh, S., Fosdick, B. K., Zwi, A. B., Malani, A., Soman, S. e outros. 2022.** "Assessing the Burden of Covid-19 in Developing Countries: Systematic Review, Meta-Analysis and Public Policy Implications." *BMJ Global Health* 7(5): e008477.
- Levine, P. A. 2008.** *Healing Trauma: A Pioneering Program for Restoring the Wisdom of the Body*. Louisville, KY: Sounds True.
- Levine, P. A. 2010.** *In an Unspoken Voice: How the Body Releases Trauma and Restores Goodness*. Berkeley, CA: North Atlantic Books.
- Levine, P. A., e Frederick, A. 1997.** *Waking the Tiger: Healing Trauma: The Innate Capacity to Transform Overwhelming Experiences*. Berkeley, CA: North Atlantic Books.
- Levine, R. 2019.** "Closing the Gap between Social Movements and Policy Change." Hewlett Foundation. <https://hewlett.org/closing-the-gap-between-social-movements-and-policy-change/>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Levitsky, S., e Ziblatt, D. 2018.** *How Democracies Die*. Nova Iorque: Broadway Books.
- Levy, J. S. 1997.** "Prospect Theory, Rational Choice, and International Relations." *International Studies Quarterly* 41(1): 87–112.
- Levy, N. 2021.** "Echoes of Covid Misinformation." *Philosophical Psychology*: 1–18.
- Levy, N. 2022.** *Bad Beliefs: Why They Happen to Good People*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Levy, N., e Savulescu, J. 2021.** "After the Pandemic: New Responsibilities." *Public Health Ethics* 14(2): 120–133.
- Levy, R. e. 2021.** "Social Media, News Consumption, and Polarization: Evidence from a Field Experiment." *American Economic Review* 111(3): 831–870.
- Lewandowsky, S., Ballard, T., e Pancost, R. D. 2015.** "Uncertainty as Knowledge." *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences* 373(2055): 20140462.
- Lichtenberg, P. A., Stickney, L., e Paulson, D. 2013.** "Is Psychological Vulnerability Related to the Experience of Fraud in Older Adults?" *Clinical Gerontologist* 36(2): 132–146.
- Lichtenberg, P. A., Sugarman, M. A., Paulson, D., Ficker, L. J., e Rahman-Filipiak, A. 2016.** "Psychological and Functional Vulnerability Predicts Fraud Cases in Older Adults: Results of a Longitudinal Study." *Clinical Gerontologist* 39(1): 48–63.
- Lieberman, B., e Gordon, E. 2018.** *Alterações Climáticas na História da Humanidade: Prehistory to the Present*. Londres: Bloomsbury.
- Lieu, J., Hanger-Kopp, S., van Vliet, O., e Sorman, A. H. 2020.** "Assessing Risks of Low-Carbon Transition Pathways." *Environmental Innovation and Societal Transitions* 35: 261–270.
- Lindbeck, A., Nyberg, S., e Weibull, J. 1999.** "Social Norms and Economic Incentives in the Welfare State." *Quarterly Journal of Economics* 114(1): 1–35.
- Lindh, A., e McCall, L. 2020.** "Class Position and Political Opinion in Rich Democracies." *Annual Review of Sociology* 46: 419–441.
- Loewenstein, G. 2000.** "Emotions in Economic Theory and Economic Behavior." *American Economic Review* 90(2): 426–432.
- Loibl, C., Drost, M. A., Huisman, M., Suanet, B., de Bruin, W. B., McNair, S., e Summers, B. 2021.** "Worry About Debt Is Related to Social Loneliness in Older Adults in the Netherlands." *Ageing & Society*: 1–23.
- Long, K. N. G., Kim, E. S., Chen, Y., Wilson, M. F., Worthington Jr., E. L., e VanderWeele, T. J. 2020.** "The Role of Hope in Subsequent Health and Well-Being for Older Adults: An Outcome-Wide Longitudinal Approach." *Global Epidemiology* 2: 100018.
- Lopes da Silva, D., Tian, N., e Marksteiner, A. 2021.** "Trends in World Military Expenditure." Instituto Internacional de Estocolmo para a Investigação sobre a Paz, Estocolmo. https://sipri.org/sites/default/files/2021-04/fs_2104_millex_0.pdf.
- Lorenzo, V. d., Prather, K. L., Chen, G.-Q., O'Day, E., Kamke, C. v., Oyarzún, D. A., Hosta-Rigau, L., e outros. 2018.** "The Power of Synthetic Biology for Bioproduction, Remediation and Pollution Control." *EMBO REPORTS* 19(4): e45658.
- Lough, B. J., Carroll, M., Bannister, T., e Borromeo, K. 2018.** *State of the World's Volunteerism Report 2018*:

The Thread That Binds: Volunteerism and Community Resilience. Bona, Alemanha. United Nations Volunteers programme.

Löwbrand, E., Beck, S., Chilvers, J., Forsyth, T., Hebrán, J., Hulme, M., Lidskog, R., e Vasileiadou, E. 2015. "Who Speaks for the Future of Earth? How Critical Social Science Can Extend the Conversation on the Anthropocene." *Global Environmental Change* 32: 211–218.

Lovejoy, T. E. H., Lee. 2019. *Biodiversity and Climate Change: Transforming the Biosphere.* New Haven, CT: Yale University Press.

Lowes, S., Nunn, N., Robinson, J. A., e Weigel, J. L. 2017. "The Evolution of Culture and Institutions: Evidence from the Kuba Kingdom." *Econometrica* 85(4): 1065–1091.

Lu, J. G., Jin, P., e English, A. S. 2021. "Collectivism Predicts Mask Use During Covid-19." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(23): e2021793118.

Lübke, C. 2021. "Socioeconomic Roots of Climate Change Denial and Uncertainty among the European Population." *European Sociological Review* 38(1): 153–168.

Lund, C., Breen, A., Flisher, A. J., Kakuma, R., Corrigall, J., Joska, J. A., Swartz, L., e Patel, V. 2010. "Poverty and Common Mental Disorders in Low and Middle Income Countries: A Systematic Review." *Social Science & Medicine* 71(3): 517–528.

Lundberg, J., Kristenson, M., e Starrin, B. 2009. "Status Incongruence Revisited: Associations with Shame and Mental Wellbeing." *Sociology of Health & Illness* 31(4): 478–493.

Lustig, N., Martinez Pabon, V., Neidhöfer, G., e Tommasi, M. 2019. "Short and Long-Run Distributional Impacts of Covid-19 in Latin America." Documento de trabalho Commitment to Equity 96, Tulane University, Department of Economics, New Orleans, LA.

Lybbert, T. J., e Wydick, B. 2018. "Poverty, Aspirations, and the Economics of Hope." *Economic Development and Cultural Change* 66(4): 709–753.

Lynch, A., Broomhall, S., e Davidson, J. 2019. *A Cultural History of the Emotions.* Nova lorque: Bloomsbury Academic.

Lyver, P., Timoti, P., Jones, C., Richardson, S., Tahiri, B., e Greenhalgh, S. 2017. "An Indigenous Community-Based Monitoring System for Assessing Forest Health in New Zealand." *Biodiversity and Conservation* 26(13): 3183–3212.

Mace, G. M., Reyers, B., Alkemade, R., Biggs, R., Chapin, F. S., Cornell, S. E., Díaz, S., e outros. 2014. "Approaches to Defining a Planetary Boundary for Biodiversity." *Global Environmental Change* 28: 289–297.

Mach, K. J., e Field, C. B. 2017. "Toward the Next Generation of Assessment." *Annual Review of Environment and Resources* 42: 569–597.

Mach, K. J., e Kraan, C. M. 2021. "Science–Policy Dimensions of Research on Climate Change and Conflict." *Journal of Peace Research* 58(1): 168–176.

Macy, M. W., Ma, M., Tabin, D. R., Gao, J., e Szymanski, B. K. 2021. "Polarization and Tipping

Points." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102144118.

Maffi, L. 2005. "Linguistic, Cultural, and Biological Diversity." *Annual Review of Anthropology* 34(1): 599–617.

Maguen, S., Metzler, T. J., Litz, B. T., Seal, K. H., Knight, S. J., e Marmar, C. R. 2009. "The Impact of Killing in War on Mental Health Symptoms and Related Functioning." *Journal of Traumatic Stress* 22(5): 435–443.

Maguire, G. 2020. "Human Erosion: Indigenous Peoples and Well-Being in the Anthropocene." *Irish Studies in International Affairs* 31: 113–130.

Makridis, C., e Rothwell, J. T. 2020. "The Real Cost of Political Polarization: Evidence from the Covid-19 Pandemic." <https://ssrn.com/abstract=3638373>.

Malhi, Y. 2017. "The Concept of the Anthropocene." *Annual Review of Environment and Resources* 42(1): 77–104.

Malone, T., Rus, D., e Laubacher, R. 2020. "Artificial Intelligence and the Future of Work." Research Brief 17, Massachusetts Institute of Technology, Work of the Future, Cambridge, MA.

Månberger, A., e Stenqvist, B. 2018. "Global Metal Flows in the Renewable Energy Transition: Exploring the Effects of Substitutes, Technological Mix and Development." *Energy Policy* 119: 226–241.

Maner, J. K., e Case, C. R. 2016. "Dominance and Prestige: Dual Strategies for Navigating Social Hierarchies." Em Olson, J. M., e Zanna, M. P., (eds.), *Advances in Experimental Social Psychology*, Vol. 54. Amsterdão: Elsevier.

Mani, A., Mullainathan, S., Shafir, E., e Zhao, J. 2013. "Poverty Impedes Cognitive Function." *Science* 341(6149): 976–980.

Manning, J. G., Ludlow, F., Stine, A. R., Boos, W. R., Sigl, M., e Marlon, J. R. 2017. "Volcanic Suppression of Nile Summer Flooding Triggers Revolt and Constrains Interstate Conflict in Ancient Egypt." *Nature Communications* 8(1): 900.

Mansbridge, J., e Flaster, K. 2007. "The Cultural Politics of Everyday Discourse: The Case of 'Male Chauvinist'." *Critical Sociology* 33(4): 627–660.

Marani, M., Katul, G. G., Pan, W. K., e Parolari, A. J. 2021. "Intensity and Frequency of Extreme Novel Epidemics." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(35): e2105482118.

Marcus, R. 2018. "Education and Gender Norm Change." Relatório ALIGN, Overseas Development Institute, Londres. https://www.alignplatform.org/sites/default/files/2018-12/align_education_thematic_guide_-_formatted_v4.pdf.

Markus, H. R. 2016. "What Moves People to Action? Culture and Motivation." *Current Opinion in Psychology* 8: 161–166.

Markus, H. R., e Kitayama, S. 1991. "Culture and the Self: Implications for Cognition, Emotion, and Motivation." *Psychological Review* 98(2): 224.

Marmot, M. 2005. "Social Determinants of Health Inequalities." *The Lancet* 365(9464): 1099–1104.

Marra, F., Armon, M., Adam, O., Zoccatelli, D., Gazal, O., Garfinkel, C. I., Rostkier-Edelstein, D., e outros. 2021. "Toward Narrowing Uncertainty in Future Projections of Local Extreme Precipitation." *Geophysical Research Letters* 48(5): e2020GL091823.

Marselle, M. R., Martens, D., Dallimer, M., e Irvine, K. N. 2019. "Review of the Mental Health and Well-Being Benefits of Biodiversity." Em Marselle, M., Stadler, J., Korn, H., Irvine, K., e Bonn, A., (eds.), *Biodiversity and Health in the Face of Climate Change.* Cham, Switzerland: Springer.

Marshman, J., Blay-Palmer, A., e Landman, K. 2019. "Anthropocene Crisis: Climate Change, Pollinators, and Food Security." *Environments* 6(2): 22

Martin-Carrasco, M., Evans-Lacko, S., Dom, G., Christodoulou, N. G., Samochowiec, J., González-Fraile, E., Bienkowski, P., e outros. 2016. "EPA Guidance on Mental Health and Economic Crises in Europe." *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience* 266(2): 89–124.

Martinez A., C. 2022. "What Makes Hate a Unique Emotion – and Why That Matters." *Psyche*. <https://psyche.co/ideas/what-makes-hate-a-unique-emotion-and-why-that-matters>. Acedido em 25 de agosto de 2022.

Martínez Franzoni, J., e Sánchez-Ancochea, D. 2016. *The Quest for Universal Social Policy in the South: Actors, Ideas and Architectures.* Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

Martínez Franzoni, J., e Sánchez-Ancochea, D. 2022a. "A Lost Opportunity to Build Social Protection for All? Scenarios Following Emergency Cash Transfers in Central America." United Nations Research Institute for Social Development, Geneva.

Martínez Franzoni, J., e Sánchez-Ancochea, D. 2022b. "The Pandemic as an Opportunity? A Call for a Contextual Approach." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD–GRDH, Nova lorque.

Martínez, I. F., e Atuesta, L. H. 2018. "Mourning Our Dead: The Impact of Mexico's War on Drugs on Citizens' Depressive Symptoms." *International Journal of Drug Policy* 60: 65–73.

Martino, B. D., Camerer, C. F., e Adolphs, R. 2010. "Amygdala Damage Eliminates Monetary Loss Aversion." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 107(8): 3788–3792.

Martins, M. d. J. D., e Baumard, N. 2020. "The Rise of Prosociality in Fiction Preceded Democratic Revolutions in Early Modern Europe." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(46): 28684–28691.

Masco, J. 2010. "Bad Weather: On Planetary Crisis." *Social Studies of Science* 40(1): 7–40.

Mas-Colell, A., Whinston, M. D., e Green, J. R. 1995. *Microeconomic Theory.* Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

MaterialFlows. 2022. <http://www.materialflows.net/>. Acedido em 13 de junho de 2022.

Mather, A. S. 1992. "The Forest Transition." *Area* 24: 367–379.

Mathieu, E., Ritchie, H., Ortiz-Ospina, E., Roser, M., Hasell, J., Appel, C., Giattino, C. e Rodés-Guirao, L.

- 2021.** "A Global Database of Covid-19 Vaccinations." *Nature Human Behavior* 5: 947–953.
- Mattingly, H. H., e Emonet, T. 2022.** "Collective Behavior and Nongenetic Inheritance Allow Bacterial Populations to Adapt to Changing Environments." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(26): e2117377119.
- Maurer, M., e Holbach, T. 2016.** "Taking Online Search Queries as an Indicator of the Public Agenda: The Role of Public Uncertainty." *Journalism & Mass Communication Quarterly* 93(3): 572–586.
- Mauss, A. L. 1975.** *Social Problems as Social Movements*. Filadélfia, PA: Lippincott.
- McCarthy, N. 2021.** "Which Companies Received the Most Covid-19 Vaccine R&D Funding?" [Infographic]. *Forbes*, 6 de maio.
- McClanahan, K. J., Maner, J. K., e Cheng, J. T. 2021.** "Two Ways to Stay at the Top: Prestige and Dominance Are Both Viable Strategies for Gaining and Maintaining Social Rank over Time." *Personality and Social Psychology Bulletin*.
- McCool, W. C., Coddling, B. F., Vernon, K. B., Wilson, K. M., Yaworsky, P. M., Marwan, N., e Kennett, D. J. 2022.** "Climate Change Induced Population Pressure Drives High Rates of Lethal Violence in the Prehispanic Central Andes." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(17): e2117556119.
- McCoy, D. C., Roy, A. L., e Raver, C. C. 2016.** "Neighborhood Crime as a Predictor of Individual Differences in Emotional Processing and Regulation." *Developmental Science* 19(1): 164–174.
- McCoy, J., Rahman, T., e Somer, M. 2018.** "Polarization and the Global Crisis of Democracy: Common Patterns, Dynamics, and Pernicious Consequences for Democratic Polities." *American Behavioral Scientist* 62(1): 16–42.
- McCrea, R., Walton, A., e Leonard, R. 2014.** "A Conceptual Framework for Investigating Community Well-being and Resilience." *Rural Society* 23(3): 270–282.
- McEwen, C. A., e McEwen, B. S. 2017.** "Social Structure, Adversity, Toxic Stress, and Intergenerational Poverty: An Early Childhood Model." *Annual Review of Sociology* 43: 445–472.
- McGregor, D. 2009.** "Honouring Our Relations: An Anishnaabe Perspective." Em Agyeman, J., Cole, P., Haluza-DeLay, R., e O'Riley, P., (eds.), *Speaking for Ourselves: Environmental Justice in Canada*. Vancouver, Canadá: University of British Columbia Press.
- McGuire, J., Kaiser, C., e Bach-Mortensen, A. M. 2022.** "A Systematic Review and Meta-Analysis of the Impact of Cash Transfers on Subjective Well-Being and Mental Health in Low-and Middle-Income Countries." *Nature Human Behaviour*: 1–12.
- McKenzie, D., Mohpal, A., e Yang, D. 2021.** "Aspirations and Financial Decisions: Experimental Evidence from the Philippines." Documento de trabalho de investigação de políticas 9586, Banco Mundial, Washington, DC. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/475171615987748251/pdf/Aspirations-and-Financial-Decisions-Experimental-Evidence-from-the-Philippines.pdf>.
- McLaughlin, K. A., Green, J. G., Alegría, M., Costello, E. J., Gruber, M. J., Sampson, N. A., e Kessler, R. C. 2012.** "Food Insecurity and Mental Disorders in a National Sample of US Adolescents." *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry* 51(12): 1293–1303.
- McMillen, C. 2006.** *Pandemics: A Very Short Introduction*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- McNally, R. J. 2007.** "Betrayal Trauma Theory: A Critical Appraisal." *Memory* 15(3): 280–294.
- Meckling, J., e Allan, B. B. 2020.** "The Evolution of Ideas in Global Climate Policy." *Nature Climate Change* 10(5): 434–438.
- Mehra, S., Stopnitzky, Y., e Alloush, M. 2018.** "Economic Shocks and Personality Traits of the Ultra-Poor." <http://www.yanivstopnitzky.com/wp-content/uploads/2019/03/Personality.pdf>.
- Mehravar, M., Shirazi, A., Nazari, M., e Banan, M. 2019.** "Mosaicism in CRISPR/Cas9-Mediated Genome Editing." *Developmental Biology* 445(2): 156–162.
- Meier, A. N. 2022.** "Emotions and Risk Attitudes." *American Economic Journal: Applied Economics* 14(3): 527–558.
- Meinshausen, M., Lewis, J., McGlade, C., Gütschow, J., Nicholls, Z., Burdon, R., Cozzi, L., e Hackmann, B. 2022.** "Realization of Paris Agreement Pledges May Limit Warming Just Below 2°C." *Nature* 604(7905): 304–309.
- Meng, F., e Ellis, T. 2020.** "The Second Decade of Synthetic Biology: 2010–2020." *Nature Communications* 11.
- Menker, S. 2022.** "Putin's War Has Started a Global Food Crisis." *The New York Times*, 5 de abril.
- Mental Health Foundation. 2021.** "Digital Mental Health." <https://www.mentalhealth.org.uk/a-to-z/d/digital-mental-health>. Acedido em 28 de maio de 2021.
- Mernyk, J. S., Pink, S. L., Druckman, J. N., e Willer, R. 2022.** "Correcting Inaccurate Metaperceptions Reduces Americans' Support for Partisan Violence." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(16): e2116851119.
- Mesoudi, A. 2016.** "Cultural Evolution: A Review of Theory, Findings and Controversies." *Evolutionary Biology* 43(4): 481–497.
- Mesoudi, A. 2021.** "Cultural Selection and Biased Transformation: Two Dynamics of Cultural Evolution." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 376(1828): 20200053.
- Messing, S., e Weisel, R. 2017.** *Partisan Conflict and Congressional Outreach*. Washington, DC: Pew Research Center.
- Meta. 2022.** "Transparency Center: False News." <https://transparency.fb.com/de-de/policies/community-standards/false-news/>. Acedido em 26 de agosto de 2022.
- Meyfroidt, P., e Lambin, E. F. 2011.** "Global Forest Transition: Prospects for an End to Deforestation." *Annual Review of Environment and Resources* 36: 343–371.
- Meyfroidt, P., Roy Chowdhury, R., de Bremond, A., Ellis, E. C., Erb, K. H., Filatova, T., Garrett, R. D., e outros. 2018.** "Middle-Range Theories of Land System Change." *Global Environmental Change* 53: 52–67.
- MHIN (Mental Health Innovation Network). 2022.** "BasicNeeds Mental Health and Development Model." <https://www.mhinnovation.net/innovations/basicneeds-mental-health-and-development-model>. Acedido em 8 de abril de 2022.
- Middleton, J., Cunsolo, A., Jones-Bitton, A., Wright, C. J., e Harper, S. L. 2020.** "Indigenous Mental Health in a Changing Climate: A Systematic Scoping Review of the Global Literature." *Environmental Research Letters* 15(5).
- Midgley, C., Thai, S., Lockwood, P., Kovacheff, C., e Page-Gould, E. 2021.** "When Every Day Is a High School Reunion: Social Media Comparisons and Self-Esteem." *Journal of Personality and Social Psychology* 121(2): 285–307.
- Miles-Novelo, A., e Anderson, C. A. 2019.** "Climate Change and Psychology: Effects of Rapid Global Warming on Violence and Aggression." *Current Climate Change Reports* 5(1): 36–46.
- Mintrom, M. 1997.** "Policy Entrepreneurs and the Diffusion of Innovation." *American Journal of Political Science* 41(3): 738–770.
- Miodunka, P. 2020.** "A City Is Not an Island: Early Modern Krakow and Natural Resources." Em Izdebski, A., e Szymka, R., (eds.), *Kraków. An Ecobiography*. Pittsburgh, PA: Pittsburgh University Press.
- Miranda, K. L. d., and Snower, D. J. 2022.** "The Societal Responses to Covid-19: Evidence from the G7 Countries." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(25): e2117155119.
- Mirchandani, M. 2018.** "Digital Hatred, Real Violence: Majoritarian Radicalisation and Social Media in India." Documento de trabalho ocasional ORF 167, Observer Research Foundation, Nova Deli.
- Mitchell, A., Gottfried, J., Barthel, M., e Shearer, E. 2016.** *The Modern News Consumer: News Attitudes and Practices in the Digital Era*. Washington, DC: Pew Research Center.
- Mitchell, A., Gottfried, J., e Matsa, K. E. 2015.** "Millennials and Political News: The Local TV for the Next Generation." Pew Research Center, Washington, DC.
- Mitchell, T. 2005.** "The Work of Economics: How a Discipline Makes Its World." *European Journal of Sociology / Archives Européennes de Sociologie / Europäisches Archiv für Soziologie* 46(2): 297–320.
- Mobjörk, M., Krampe, F., e Tarif, K. 2021.** "Pathways of Climate Insecurity: Guidance for Policymakers." Instituto de Investigação para a Paz Internacional de Estocolmo, Estocolmo. <https://www.sipri.org/publications/2020/sipri-policy-briefs/pathways-climate-insecurity-guidance-policymakers>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Moehler, M. 2019.** "Diversity, Stability, and Social Contract Theory." *Philosophical Studies* 176(12): 3285–3301.
- Moghadam, V. M. 2022.** "Institutional Changes and Women's Citizenship in the Maghreb: Toward a New Gender Regime?" In Hirschmann, N. J. and Thomas, D.

- A., (eds.), *Citizenship on the Edge: Sex/Gender/Race*. Filadélfia, PA: University of Pennsylvania Press.
- Mohan, N. 2021.** "Perspective: Tackling Misinformation on YouTube." Blogue Oficial YouTub, 25 de agosto. <https://blog.youtube/inside-youtube/tackling-misinfo/>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Mokyr, J. 2013.** "Cultural Entrepreneurs and the Origins of Modern Economic Growth." *Scandinavian Economic History Review* 61(1): 1–33.
- Mokyr, J. 2016.** *A Culture of Growth*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Molina, G. G., e Ortiz-Juarez, E. 2020.** "Temporary Basic Income: Protecting Poor and Vulnerable People in Developing Countries." Documento de trabalho Transitions Series, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Global Policy Network, Nova Iorque.
- Moody-Adams, M. M. 1999.** "The Idea of Moral Progress." *Metaphilosophy* 30(3): 168–185.
- Moore, F. C., Lacasse, K., Mach, K. J., Shin, Y. A., Gross, L. J., e Beckage, B. 2022.** "Determinants of Emissions Pathways in the Coupled Climate–Social System." *Nature* 603(7899): 103–111.
- Moore, M.-L., Olsson, P., Nilsson, W., Rose, L., e Westley, F. R. 2018.** "Navigating Emergence and System Reflexivity as Key Transformative Capacities." *Ecology and Society* 23(2): 38.
- Moore, M.-L., Tjornbo, O., Enfors, E., Knapp, C., Hodbod, J., Baggio, J. A., Norström, A., e outros. 2014.** "Studying the Complexity of Change: Toward an Analytical Framework for Understanding Deliberate Social-Ecological Transformations." *Ecology and Society* 19(4): 54.
- Moore-Berg, S. L., Parelman, J. M., Lelkes, Y., e Falk, E. B. 2020.** "Neural Polarization and Routes to Depolarization." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(46): 28552–28554.
- Morris, G., Berk, M., Maes, M., Carvalho, A. F., e Puri, B. K. 2019.** "Socioeconomic Deprivation, Adverse Childhood Experiences and Medical Disorders in Adulthood: Mechanisms and Associations." *Molecular Neurobiology* 56(8): 5866–5890.
- Morris, M. W., Chiu, C.-y., and Liu, Z. 2015.** "Polycultural Psychology." *Annual Review of Psychology* 66(1): 631–659.
- Morse, I. 2021.** "A Dead Battery Dilemma." *Science* 372(6544): 780–783.
- Moulding, N., Franzway, S., Wendt, S., Zufferey, C., e Chung, D. 2021.** "Rethinking Women's Mental Health after Intimate Partner Violence." *Violence Against Women* 27(8): 1064–1090.
- Mousavi, S., e Gigerenzer, G. 2017.** "Heuristics Are Tools for Uncertainty." *Homo Oeconomicus* 34(4): 361–379.
- Mukhopadhyay, T., Rivera-Vazquez, C., e Tapia, H. 2019.** "Gender Inequality and Multidimensional Social Norms." Documento de trabalho, PNUD-GRDH, Nova Iorque.
- Muldoon, R., Lisciandra, C., Colyvan, M., Martini, C., Sillari, G., e Sprenger, J. 2014.** "Disagreement Behind the Veil of Ignorance." *Philosophical Studies* 170(3): 377–394.
- Mulgan, T. 2018.** "Answering to Future People: Responsibility for Climate Change in a Breaking World." *Journal of Applied Philosophy* 35(3): 532–548.
- Mulgan, T. a publicar.** "From Brad to Worse: Rule-Consequentialism and Undesirable Futures." *Ratio*.
- Mulgan, T., Enright, S., Grix, M., Jayasuriya, U., Ka 'ili, T. O., Lear, A. M., Mähina, A. N. M., e outros. 2021.** "Charting Just Futures for Aotearoa New Zealand: Philosophy for and Beyond the Covid-19 Pandemic." *Journal of the Royal Society of New Zealand* 51: S167–S178.
- Müller, J. W. e. 2002.** *Memory and Power in Post-War Europe: Studies in the Presence of the Past*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Müller, J.-W. 2021.** *Democracy Rules*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux.
- Mumey, A., Sardana, S., Richardson-Vejlgaard, R., e Akinsulure-Smith, A. M. 2020.** "Mental Health Needs of Sex Trafficking Survivors in New York City: Reflections on Exploitation, Coping, and Recovery." *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy* 13(2): 185–192.
- Mutahi, P., e Kimari, B. 2017.** "The Impact of Social Media and Digital Technology on Electoral Violence in Kenya." Documento de trabalho IDS 493, Institute of Development Studies, Brighton, UK.
- Muthukrishna, M., e Henrich, J. 2016.** "Innovation in the Collective Brain." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 371(1690): 20150192.
- Muthukrishna, M., Bell, A. V., Henrich, J., Curtin, C. M., Gedranovich, A., McInerney, J., e Thue, B. 2020.** "Beyond Western, Educated, Industrial, Rich, and Democratic (WEIRD) Psychology: Measuring and Mapping Scales of Cultural and Psychological Distance." *Psychological Science* 31(6): 678–701.
- Muthukrishna, M., Henrich, J., e Slingerland, E. 2021.** "Psychology as a Historical Science." *Annual Review of Psychology* 72(1): 717–749.
- Mutu, M., e McCully, M. 2003.** *Te Whanau Moana I Nga Kaupapa Me Nga Tikanga: Customs and Protocols [the Customs and Protocols of Te Whanau Moana]*. Auckland: Reed.
- Na, J., Grossmann, I., Varnum, M. E. W., Kitayama, S., Gonzalez, R., e Nisbett, R. E. 2010.** "Cultural Differences Are Not Always Reducible to Individual Differences." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 107(14): 6192–6197.
- Narayanan, V., Barash, V., Kelly, J., Kollanyi, B., Neudert, L.-M., e Howard, P. 2018.** "Polarization, Partisanship and Junk News Consumption over Social Media in the US." COMPROM Data Memo 2018.1, University of Oxford, Oxford Internet Institute, Program on Democracy and Technology, Oxford, UK.
- National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. 2017.** *Communities in Action: Pathways to Health Equity*. Washington, DC: The National Academies Press. <https://www.nap.edu/download/24624>. Acedido em 8 de abril de 2021.
- National Academy of Engineering and National Research Council. 2013.** *Positioning Synthetic Biology to Meet the Challenges of the 21st Century: Summary Report of a Six Academies Symposium Series*. Washington, DC: The National Academies Press.
- National Geographic. 2022.** "Dead Zone." Resource Library. <https://education.nationalgeographic.org/resource/dead-zone>. Acedido em 18 de julho de 2022.
- National Scientific Council on the Developing Child. 2020.** "Connecting the Brain to the Rest of the Body: Early Childhood Development and Lifelong Health Are Deeply Intertwined." Documento de trabalho 15, Harvard University, Center on the Developing Child, Cambridge, MA. <https://www.developingchild.harvard.edu>. Acedido em 29 de janeiro de 2021.
- Navarro-Mantas, L., de Lemus, S., e Megías, J. L. 2021.** "Mental Health Consequences of Intimate Partner Violence against Women in El Salvador." *Violence Against Women* 27(15–16): 2927–2944.
- Nel, E., e Binns, T. 2000.** "Rural Self-Reliance Strategies in South Africa: Community Initiatives and External Support in the Former Black Homelands." *Journal of Rural Studies* 16(3): 367–377.
- Neophytou, E., Manwell, L. A., e Eikelboom, R. 2021.** "Effects of Excessive Screen Time on Neurodevelopment, Learning, Memory, Mental Health, and Neurodegeneration: A Scoping Review." *International Journal of Mental Health and Addiction* 19(3): 724–744.
- Newman, N., Fletcher, R., Robertson, C. T., Eddy, K., e Kleis Nielsen, R. 2022.** *Digital News Report 2022*. Oxford, Reino Unido: University of Oxford, Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Newson, J., Pastukh, V., Sukhoi, O., Taylor, J., e Thiagarajan, T. 2021.** *Mental State of the World 2020*. Sapiens Labs. <https://sapienslabs.org/wp-content/uploads/2021/03/Mental-State-of-the-World-Report-2020-1.pdf>.
- NGFS (Network for Greening the Financial System). 2019.** "A Call for Action: Climate Change as a Source of Financial Risk." Londres.
- NGFS (Network for Greening the Financial System). 2021.** "Network for Greening the Financial System." <https://www.ngfs.net/en>. Acedido em 1 de outubro de 2021.
- Nguyen, T., Hui, P.-M., Harper, M., Terveen, L., e Konstan, J. A. 2014.** "Exploring the Filter Bubble: The Effect of Using Recommender Systems on Content Diversity." Documento apresentado na 23.ª Conferência Internacional Conference sobre a World Wide Web, 7 de abril, Seoul.
- Ni, M. Y., Yao, X. I., Leung, K. S., Yau, C., Leung, C. M., Lun, P., Flores, F. P., e outros. 2020.** "Depression and Post-Traumatic Stress During Major Social Unrest in Hong Kong: A 10-Year Prospective Cohort Study." *The Lancet* 395(10220): 273–284.
- Nichols, M. 2018.** "U.N. Chief Warns Leaders of 'Increasingly Chaotic' World Order." Reuters, 25 de setembro. <https://www.reuters.com/article/us-un-assembly-guterres-idUSKCN1M51SZ>. Acedido em 4 de maio de 2022.
- Nightingale, A. J., Eriksen, S., Taylor, M., Forsyth, T., Pelling, M., Newsham, A., Boyd, E., e outros. 2020.** "Beyond Technical Fixes: Climate Solutions and the

Great Derangement." *Climate and Development* 12(4): 343–352.

Nisbett, R., e Norenzayan, A. 2002. "Culture and Cognition." Em Thompson-Schill, S. L., (ed.), *Stevens' Handbook of Experimental Psychology Vol. 3*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, Inc.

Njwambe, A., Cocks, M., e Vetter, S. 2019. "Ekhayeni: Rural–Urban Migration, Belonging and Landscapes of Home in South Africa." *Journal of Southern African Studies* 45(2): 413–431.

Norris, P., e Inglehart, R. 2016. "Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash." *Harvard JFK School of Government Faculty Working Papers Series*: 1–52.

North, D. C. 1990. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

North, D. C. 1991. "Institutions." *Journal of Economic Perspectives* 5(1): 97–112.

Nowotny, H. 2015. *The Cunning of Uncertainty*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Nowotny, H. 2021. *In AI We Trust: Power, Illusion and Control of Predictive Algorithms*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Nunn, N. 2021. "History as Evolution." Em Bisin, A., e Federico, G., (eds.), *The Handbook of Historical Economics*. Londres: Elsevier.

Nunn, N. 2022. "On the Dynamics of Human Behavior: The Past, Present, and Future of Culture, Conflict, and Cooperation." Documento de trabalho NBER 29804, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.

Nussbaum, M. C. 1995. "Emotions and Women's Capabilities." Em Nussbaum, M. C., e Glover, J., (eds.), *Women, Culture and Development: A Study of Human Capabilities*. Oxford, Reino Unido: UNU-Wider Studies in Development Economics, Oxford University Press.

Nussbaum, M. C. 2003a. "Capabilities as Fundamental Entitlements: Sen and Social Justice." *Feminist Economics* 9(2–3): 33–59.

Nussbaum, M. C. 2003b. *Upheavals of Thought: The Intelligence of Emotions*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

Nussbaum, M. C. 2015. "Philosophy and Economics in the Capabilities Approach: An Essential Dialogue." *Journal of Human Development and Capabilities* 16(1): 1–14.

Nydegger, L. A., Quinn, K., Walsh, J. L., Pacella-La-Barbara, M. L., e Dickson-Gomez, J. 2019. "Polytraumatization, Mental Health, and Delinquency among Adolescent Gang Members." *Journal of Traumatic Stress* 32(6): 890–898.

O'Callaghan, B., e Murdock, E. 2021. "Are We Building Back Better? Evidence from 2020 and Pathways for Inclusive Green Recovery Spending." Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Nairobi. <https://www.unep.org/resources/publication/are-we-building-back-better-evidence-2020-and-pathways-inclusive-green>. Acedido em 25 de agosto de 2022.

O'Donnell, M., Dev, A. S., Antonoplis, S., Baum, S. M., Benedetti, A. H., Brown, N. D., Carrillo, B., e outros. 2021. "Empirical Audit and Review and an Assessment of Evidentiary Value in Research on the Psychological Consequences of Scarcity." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(44).

O'Donoghue, T., e Rabin, M. 1999. "Doing It Now or Later." *American Economic Review* 89(1): 103–124.

O'Madagain, C., e Tomasello, M. 2022. "Shared Intentionality, Reason-Giving and the Evolution of Human Culture." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 377(1843): 20200320.

O'Neil, C. 2016. *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. Nova Iorque: Crown.

O'Rand, A. M., e Hamil-Luker, J. 2005. "Processes of Cumulative Adversity: Childhood Disadvantage and Increased Risk of Heart Attack across the Life Course." *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences* 60(2): 117–S124.

Occhipinti, J.-A., Skinner, A., Doraiswamy, P. M., Fox, C., Herrman, H., Saxena, S., London, E., e outros. 2021. "Mental Health: Build Predictive Models to Steer Policy." *Nature* 597: 633–636. <https://www.nature.com/articles/d41586-021-02581-9>. Acedido em 20 de outubro de 2021.

Ochab, E. 2020. "Are These Tech Companies Complicit in Human Rights Abuses of Child Cobalt Miners in Congo?" *Forbes*, 13 Jan.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2019a. *Global Material Resources Outlook to 2060*. Paris.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2019b. *OECD Employment Outlook 2019: The Future of Work*. Paris.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2020a. *Management and Disposal of High-Level Radioactive Waste: Global Progress and Solutions*. Paris.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2020b. "Paid Sick Leave to Protect Income, Health and Jobs through the Covid-19 Crisis." Paris.

Oehlschlaeger, M. A., Wang, H., e Sexton, M. N. 2013. "Prospects for Biofuels: A Review." *Journal of Thermal Science and Engineering Applications* 5(2): 021006.

ACDH (Gabinete do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem). 2019. *Born Free and Equal: Sexual Orientation and Gender Identity in International Human Rights Law*. 2.ª Edição. Genebra.

ACDH (Gabinete do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos) e Equitas – International Centre for Human Rights Education. 2022. *Bridging Our Diversities: A Compendium of Good Practices in Human Rights Education*. Genebra e Montréal, Canadá.

ACDH (Gabinete do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem) e Heinrich Böll Foundation. 2018. *The Other Infrastructure Gap: Sustainability, Human Rights and Environmental Perspectives*. Genebra e Berlim.

Oinonen, M., Alenius, T., Arppe, L., Bocherens, H., Etu-Sihvola, H., Helama, S., Huhtamaa, H., e outros. 2020. "Buried in Water, Burdened by Nature—Resilience Carried the Iron Age People through Fimbulvinter." *PLOS ONE* 15(4): e0231787.

Okeja, U. B., e Watene, K. 2020. "Reimagining Justice: Options in African Philosophy." *Ethical Perspectives* 27(1).

Okonjo-Iweala, N., Shanmugaratnam, T., e Summers, L. H. 2021. "Rethinking Multilateralism for a Pandemic Era." *Finance & Development*, dezembro: 4-9.

Olsson, P., Moore, M.-L., Westley, F. R., e McCarthy, D. D. P. 2017. "The Concept of the Anthropocene as a Game-Changer: A New Context for Social Innovation and Transformations to Sustainability." *Ecology and Society* 22(2): 31.

Oosterlaken, I. 2009. "Design for Development: A Capability Approach." *Design Issues* 25(4): 91–102.

Oosterlaken, I., e Hoven, J., (eds.) 2012. *The Capability Approach, Technology and Design*. Dodrecht, Países Baixos: Springer.

OpenAI and Pilipiszyn, A. 2022. "GPT-3 Powers the Next Generation of Apps." <https://openai.com/blog/gpt-3-apps/>. Acedido em 10 de junho de 2022.

The Open-ended Working Group on the Post-2020 Global Biodiversity Framework. 2022. "Preparation of the Post-2020 Global Biodiversity Framework—Draft Recommendation Submitted by the Co-Chairs." Genebra. <https://www.cbd.int/doc/c/c949/b2cc/a311c0c411d3a81134e2c7f3/wg2020-03-l-02-en.pdf>.

Ord, T. 2020. *The Precipice: Existential Risk and the Future of Humanity*. Abingdon, Reino Unido: Bloomsbury.

Oreopoulos, P., von Wachter, T., e Heisz, A. 2012. "The Short- and Long-Term Career Effects of Graduating in a Recession." *American Economic Journal: Applied Economics* 4(1): 1–29.

Oreskes, N. 2019. *Why Trust Science*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Oreskes, N., e Conway, E. M. 2011. *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*. Nova Iorque: Bloomsbury Press.

Orhan, Y. E. 2022. "The Relationship between Affective Polarization and Democratic Backsliding: Comparative Evidence." *Democratization* 29(4): 714–735.

Osman, M. B., Tierney, J. E., Zhu, J., Tardif, R., Hakim, G. J., King, J., e Poulsen, C. J. 2021. "Globally Resolved Surface Temperatures since the Last Glacial Maximum." *Nature* 599(7884): 239–244.

Osman, S., e Wood, J. 2018. "Gang Membership, Mental Illness, and Negative Emotionality: A Systematic Review of the Literature." *International Journal of Forensic Mental Health* 17(3): 223–246.

Osman-Elasha, B. n.d. "Women...In the Shadow of Climate Change." UN Chronicle. <https://www.un.org/en/chronicle/article/women-in-shadow-climate-change>. Acedido em 8 de maio de 2022.

- Østby, G., Aas Rustad, S., e Arasmith, A. 2021.** "Children Affected by Armed Conflict 1990 - 2020." *Conflict Trends* 4, Instituto de Investigação para a Paz Oslo, Oslo.
- Österblom, H., e Paasche, Ø. 2021.** "Earth Altruism." *One Earth* 4(10): 1386–1397.
- Ottisova, L., Smith, P., Shetty, H., Stahl, D., Downs, J., e Oram, S. 2018.** "Psychological Consequences of Child Trafficking: An Historical Cohort Study of Trafficked Children in Contact with Secondary Mental Health Services." *PLOS ONE* 13(3): 1–14.
- Our World in Data. 2022.** "Coronavirus (Covid-19) Vaccinations." <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>. Acedido em 21 de junho de 2022.
- Oyer, P. 2006.** "Initial Labor Market Conditions and Long-Term Outcomes for Economists." *Journal of Economic Perspectives* 20(3): 143–160.
- Pachter, L. M., e Coll, C. G. 2009.** "Racism and Child Health: A Review of the Literature and Future Directions." *Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics* 30(3): 255–263.
- Padhy, S. K., Sarkar, S., Panigrahi, M., e Paul, S. 2015.** "Mental Health Effects of Climate Change." *Indian Journal of Occupational and Environmental Medicine* 19(1): 3–7.
- PAHO (Organização Pan-Americana da Saúde). 2019.** "Mental Health Problems Are the Leading Cause of Disability Worldwide, Say Experts at PAHO Directing Council Side Event." https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=15481:mental-health-problems-are-the-leading-cause-of-disability-worldwide-say-experts-at-paho-directing-council-side-event&Itemid=72565&lang=en. Acedido em 25 de junho de 2022.
- Palinkas, L. A., e Wong, M. 2020.** "Global Climate Change and Mental Health." *Current Opinion in Psychology* 32: 12–16.
- Palozzi, G., Schettini, I., e Chirico, A. 2020.** "Enhancing the Sustainable Goal of Access to Healthcare: Findings from a Literature Review on Telemedicine Employment in Rural Areas." *Sustainability* 12(8): 3318.
- Pancost, R. D. 2017.** "Climate Change Narratives." *Nature Geoscience* 10(7): 466–468.
- Papachristou, E., Flouri, E., Kokosi, T., e Francesconi, M. 2019.** "Main and Interactive Effects of Inflammation and Perceived Neighbourhood Cohesion on Psychological Distress: Results from a Population-Based Study in the UK." *Quality of Life Research* 28(8): 2147–2157.
- Pardi, N., Hogan, M., Porter, F., e Weissman, D. 2018.** "mRNA Vaccines – a New Era in Vaccinology." *Nature Reviews Drug Discovery* 17: 261–279.
- Parfit, D. 1984.** *Reasons and Persons*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Parker, G. 2013.** *Global Crisis: War, Climatic Change, and Catastrophe in the Seventeenth Century*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Parlement Français. 1840.** "Rapport par M. Le Baron Ch. Dupin." *Chambre des Pairs*, Paris.
- Patterson, O. 2014.** "Making Sense of Culture." *Annual Review of Sociology* 40(1): 1–30.
- Pavel, C. C., Laca-Arántegui, R., Marmier, A., Schüler, D., Tzimas, E., Buchert, M., Jenseit, W., e Blagoeva, D. 2017.** "Substitution Strategies for Reducing the Use of Rare Earths in Wind Turbines." *Resources Policy* 52: 349–357.
- Payne, B., e Bellamy, R. 2014.** "Novel Respiratory Viruses: What Should the Clinician Be Alert For?" *Clinical Medicine* 14(6): s12–s16.
- Payne, J. L., e Wagner, A. 2019.** "The Causes of Evolvability and Their Evolution." *Nature Reviews Genetics* 20(1): 24–38.
- Pereira, H. M., Navarro, L. M., e Martins, I. S. 2012.** "Global Biodiversity Change: The Bad, the Good, and the Unknown." *Annual Review of Environment and Resources* 37: 25–50.
- Pereira, L., Frantzeskaki, N., Hebinck, A., Charli-Joseph, L., Drimie, S., Dyer, M., Eakin, H., e outros. 2020.** "Transformative Spaces in the Making: Key Lessons from Nine Cases in the Global South." *Sustainability Science* 15(1): 161–178.
- Perlman, A. 2016.** "The Precarity and Politics of Media Advocacy Work." In Curtin, M., e Sanson, K., (eds.), *Precarious Creativity: Global Media, Local Labor*. Oakland, CA: University of California Press.
- Perrings, C., Hechter, M., e Mamada, R. 2021.** "National Polarization and International Agreements." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102145118.
- Persson, P., e Rossin-Slater, M. 2018.** "Family Ruptures, Stress, and the Mental Health of the Next Generation." *American Economic Review* 108(4–5): 1214–1252.
- Persson, T., e Tabellini, G. 2020.** "Culture, Institutions and Policy." <https://ssrn.com/abstract=3680457>.
- Pessoa, L. 2019.** "Embracing Integration and Complexity: Placing Emotion within a Science of Brain and Behaviour." *Cognition and Emotion* 33(1): 55–60.
- Peszko, G., Van Der Mensbrugge, D., Golub, A., Ward, J., Marijs, C., Schopp, A., Rogers, J., e Midgley, A. 2020.** *Diversification and Cooperation in a Decarbonizing World: Climate Strategies for Fossil Fuel-Dependent Countries*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Petrarca, C. S., Giebler, H., e Weßels, B. 2022.** "Support for Insider Parties: The Role of Political Trust in a Longitudinal-Comparative Perspective." *Party Politics* 28(2): 329–341.
- Petrović, A., Manley, D., e van Ham, M. 2020.** "Freedom from the Tyranny of Neighbourhood: Rethinking Sociospatial Context Effects." *Progress in Human Geography* 44(6): 1103–1123.
- Pettersson, T., e Öberg, M. 2020.** "Organized Violence, 1989–2019." *Journal of Peace Research* 57(4): 597–613.
- Pettersson, T., Davies, S., Deniz, A., Engström, G., Hawach, N., Höglbladh, S., Sollenberg, M., e Öberg, M. 2021.** "Organized Violence 1989–2020, with a Special Emphasis on Syria." *Journal of Peace Research* 58(4): 809–825.
- Pew Research Center. 2021.** *Economic Attitudes Improve in Many Nations Even as Pandemic Endures—But Majorities Say Next Generation Will Be Worse Off Financially*. Washington, DC.
- Phelan, J., e Link, B. 2005.** "Controlling Disease and Creating Disparities: A Fundamental Cause Perspective." *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences* 60(Special Issue 2): S27–S33.
- Phillips, F., Chang, J., e Su, Y.-S. 2019.** "When Do Efficiency and Flexibility Determine a Firm's Performance? A Simulation Study." *Journal of Innovation & Knowledge* 4(2): 88–96.
- Pierson, P. 1994.** *Dismantling the Welfare State*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Pigliucci, M. 2008.** "Is Evolvability Evolvable?" *Nature Reviews Genetics* 9(1): 75–82.
- Piketty, T. 2020.** *Capital and Ideology*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Pimm, S. 2022.** "We Can Have Biodiversity and Eat Too." *Nature Food* 3(5): 310–311.
- Pinker, S. 2010.** "The Cognitive Niche: Coevolution of Intelligence, Sociality, and Language." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 107(Supplement 2): 8993–8999.
- Pinto Benítez, M. C., Blanco Escobar, J. A., Cortéz Arévalo, G. A., Marroquín Jiménez, W. A., e Romero Martínez, L. H. 2014.** "Evaluación Del Sistema Integrado De Escuela Inclusiva De Tiempo Pleno Implementado Por El Ministerio De Educación De El Salvador." *Universidad Tecnológica de El Salvador, San Salvador*.
- Pinto, P., Hammond, D., Killelea, S., e Etchell, A. 2022.** "The Paradox of Progress with Polarisation". Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD—GRDH, Nova Iorque.
- Plank, G., Marcus, R., e Jones, N. 2018.** "Social Protection and Gender Norm Change." Relatório ALIGN, Overseas Development Institute, Londres.
- Pleeging, E., Burger, M., e van Exel, J. 2021.** "Hope Mediates the Relation between Income and Subjective Well-Being." *Journal of Happiness Studies* 22(5): 2075–2102.
- Pleyers, G. 2020.** "The Pandemic Is a Battlefield. Social Movements in the Covid-19 Lockdown." *Journal of Civil Society* 16(4): 295–312.
- Polak, S., e Trottier, D., (eds.) 2020.** *Violence and Trolling on Social Media: History, Affect, and Effects of Online Vi-triol*. Amsterdão: Amsterdam University Press B.V.
- Polasky, S., Crépin, A.-S., Biggs, R., Carpenter, S. R., Folke, C., Peterson, G., Scheffer, M., e outros. 2020.** "Corridors of Clarity: Four Principles to Overcome Uncertainty Paralysis in the Anthropocene." *BioScience* 70(12): 1139–1144.
- Polletta, F., e Jasper, J. M. 2001.** "Collective Identity and Social Movements." *Annual Review of Sociology* 27: 283–305.
- Pomeroy, R. 2022.** "How the Ukraine War Is Driving up Food and Energy Prices for the World." *World Economic Forum Podcast*, 25 de março. <https://www.weforum>.

org/agenda/2022/03/ukraine-energy-and-food-radio-davos/. Acedido em 6 de maio de 2022.

Pomey, M.-P., Morgan, S., Church, J., Forest, P.-G., Lavis, J. N., McIntosh, T., Smith, N., e outros. 2010. "Do Provincial Drug Benefit Initiatives Create an Effective Policy Lab? The Evidence from Canada." *Journal of Health Politics, Policy and Law* 35(5): 705–742.

Pörtner, H. O., Scholes, R. J., Agard, J., Archer, E., Arneeth, A., Bai, X., Barnes, D., e outros. 2021. "IPBES-IPCC Co-Sponsored Workshop Report on Biodiversity and Climate Change." Plataforma Intergovernamental Científica e Política sobre a Biodiversidade e os Serviços Ecossistêmicos, Bona, Alemanha, e Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas, Geneva. https://ipbes.net/sites/default/files/2021-06/20210609_workshop_report_embargo_3pm_CEST_10_june_0.pdf.

Postmus, J. L., Hoge, G. L., Breckenridge, J., Sharp-Jeffs, N., e Chung, D. 2020. "Economic Abuse as an Invisible Form of Domestic Violence: A Multicountry Review." *Trauma, Violence, & Abuse* 21(2): 261–283.

Potts, L. C., e Henderson, C. 2021. "Evaluation of Anti-Stigma Social Marketing Campaigns in Ghana and Kenya: Time to Change Global." *BMC Public Health* 21: 886.

Power, K. 2020. "The Covid-19 Pandemic Has Increased the Care Burden of Women and Families." *Sustainability: Science, Practice and Policy* 16(1): 67–73.

Prabhune, M. 2022. "Diseases CRISPR Could Cure: Latest Updates on Research Studies and Human Trials." *Synthesgo*, 23 de março.

Prange de Oliveira, S. 2021. "Brazil: Policy Effort on Violence against Women and Children/Domestic Violence before and since Covid-19." Documento de trabalho GIGA 1. German Institute for Global and Area Studies, Hamburgo, Alemanha.

Preston, C. 2018. *The Synthetic Age: Outdesigning Evolution, Resurrecting Species, and Reengineering Our World*. Cambridge, MA: MIT Press.

Pribble, J. 2013. *Welfare and Party Politics in Latin America*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

Pritchard, E., e Choonara, I. 2017. "Armed Conflict and Child Mental Health." *BioMedical Journal Paediatrics Open* 1(1): 1–2.

Proto, E., e Quintana-Domeque, C. 2021. "Covid-19 and Mental Health Deterioration by Ethnicity and Gender in the UK." *PLOS ONE* 16(1): 1–16.

Przeworski, A. 1991. *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

Purplesec. 2021. "2020 Cyber Security Statistics." <https://purplesec.us/resources/cyber-security-statistics/>. Acedido em 5 de março de 2021.

Purves, K. L., Coleman, J. R., Meier, S. M., Rayner, C., Davis, K. A., Cheesman, R., Bækvad-Hansen, M., e outros. 2020. "A Major Role for Common Genetic Variation in Anxiety Disorders." *Molecular Psychiatry* 25(12): 3292–3303.

Qi, B., Wang, X., e Sutton, P. 2021. "Can Nighttime Satellite Imagery Inform Our Understanding of Education Inequality?" *Remote Sensing* 13(5): 843.

Quayle, A. F., e Sonn, C. C. 2019. "Amplifying the Voices of Indigenous Elders through Community Arts and Narrative Inquiry: Stories of Oppression, Psychosocial Suffering, and Survival." *American Journal of Community Psychology* 64(1–2): 46–58.

Quérel, C. L., e Mayot, N. 2022. "Climate Change and Biospheric Output." *Science* 375(6585): 1091–1092.

Rabin, M. 1998. "Psychology and Economics." *Journal of Economic Literature* 36(1): 11–46.

Rabin, M., e Thaler, R. H. 2001. "Anomalies: Risk Aversion." *Journal of Economic Perspectives* 15(1): 219–232.

Race, N. S. 2019. "Sustainable Space Mining." *Nature Astronomy* 3: 465.

Rajan, R. 2021. "Communities, the State, and Markets: The Case for Inclusive Localism." *Oxford Review of Economic Policy* 37(4): 811–823.

Ramankutty, N., Mehrabi, Z., Waha, K., Jarvis, L., Kremen, C., Herrero, M., e Rieseberg, L. H. 2018. "Trends in Global Agricultural Land Use: Implications for Environmental Health and Food Security." *Annual Review of Plant Biology* 69(1): 789–815.

Rao, G. 2019. "Familiarity Does Not Breed Contempt: Generosity, Discrimination, and Diversity in Delhi Schools." *American Economic Review* 109(3): 774–809.

Rathje, S., Van Bavel, J. J., e van der Linden, S. 2021. "Out-Group Animosity Drives Engagement on Social Media." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(26).

Ravallion, M. 2017. "Interventions against Poverty in Poor Places." WIDER Annual Lecture, World Institute of Development Economics, Helsinque.

Rawls, J. 1971. *A Theory of Justice*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

Raymond, C., Horton, R. M., Zscheischler, J., Martius, O., AghaKouchak, A., Balch, J., Bowen, S. G., e outros. 2020. "Understanding and Managing Connected Extreme Events." *Nature Climate Change* 10(7): 611–621.

Raymond, C., Suarez-Gutierrez, L., Kornhuber, K., Pascolini-Campbell, M., Sillmann, J., e Waliser, D. E. 2022. "Increasing Spatiotemporal Proximity of Heat and Precipitation Extremes in a Warming World Quantified by a Large Model Ensemble." *Environmental Research Letters* 17(3): 035005.

Raymond, L., Kelly, D., e Hennes, E. P. 2021. "Norm-Based Governance for Severe Collective Action Problems: Lessons from Climate Change and Covid-19." *Perspectives on Politics*: 1–14.

Raymond, L., Weldon, S. L., Kelly, D., Arriaga, X. B., e Clark, A. M. 2014. "Making Change: Norm-Based Strategies for Institutional Change to Address Intractable Problems." *Political Research Quarterly* 67(1): 197–211.

Razavi, S. 2006. "Islamic Politics, Human Rights and Women's Claims for Equality in Iran." *Third World Quarterly* 27(7): 1223–1237.

Razavi, S., Behrendt, C., Bierbaum, M., Orton, I., e Tessier, L. 2020. "Reinvigorating the Social Contract and Strengthening Social Cohesion: Social Protection Responses to Covid-19." *International Social Security Review* 73(3): 55–80.

Redford, K., Adams, W., Carlson, R., Mace, G., e Caccarelli, B. 2014. "Synthetic Biology and the Conservation of Biodiversity." *Oryx* 48(3): 330–336.

Rehbein, J. A., Watson, J. E., Lane, J. L., Sonter, L. J., Venter, O., Atkinson, S. C., e Allan, J. R. 2020. "Renewable Energy Development Threatens Many Globally Important Biodiversity Areas." *Global Change Biology* 26(5): 3040–3051.

Reinhart, C., e Graf von Luckner, C. 2022. "The Return of Global Inflation." Voices from the Third World [blog], 14 de fevereiro. <https://blogs.worldbank.org/voices/return-global-inflation>. Acedido em 24 de agosto de 2022.

Repucci, S., e Slipowitz, A. 2022. *Freedom in the World 2022: The Global Expansion of Authoritarian Rule*. Washington, DC: Freedom House. https://freedomhouse.org/sites/default/files/2022-02/FIW_2022_PDF_Booklet_Digital_Final_Web.pdf.

Reyers, B. 2017. "Resilience Thinking: Science for Uncertain Futures." *Re.Think*, 26 de janeiro. <https://rethink.earth/resilience-thinking-science-for-uncertain-futures/>. Acedido em 25 de agosto de 2022.

Reyers, B., Moore, M.-L., Haider, L. J., e Schlüter, M. 2022. "The Contributions of Resilience to Reshaping Sustainable Development." *Nature Sustainability*: 1–8.

Ricciardi, W., Pita Barros, P., Bourek, A., Brouwer, W., Kelsey, T., e Lehtonen, L. 2019. "How to Govern the Digital Transformation of Health Services." *European Journal of Public Health* 29(3): 7–12.

Richerson, P. J., Gavrillets, S., e de Waal, F. B. M. 2021. "Modern Theories of Human Evolution Fore-shadowed by Darwin's Descent of Man." *Science* 372(6544): eaba3776.

Richerson, P., Baldini, R., Bell, A. V., Demps, K., Frost, K., Hillis, V., Mathew, S., e outros. 2016. "Cultural Group Selection Plays an Essential Role in Explaining Human Cooperation: A Sketch of the Evidence." *Behavioral and Brain Sciences* 39: e30.

Ridley, M. W., Rao, G., Schilbach, F., e Patel, V. H. 2020. "Poverty, Depression, and Anxiety: Causal Evidence and Mechanisms." *Science* 370(6522): 282–284.

Riede, F. 2008. "The Laacher See-Eruption (12,920 BP) and Material Culture Change at the End of the Allerød in Northern Europe." *Journal of Archaeological Science* 35(3): 591–599.

Rights and Resources Initiative. 2020. "Rights-Based Conservation: The Path to Preserving Earth's Biological and Cultural Diversity?" Relatório Técnico, Rights and Resources Initiative, Washington, DC.

Riley, A., Varner, A., Ventevogel, P., Taimur Hasan, M., e Welton-Mitchell, C. 2017. "Daily Stressors, Trauma Exposure, and Mental Health among Stateless Rohingya Refugees in Bangladesh." *Transcultural Psychiatry* 54(3): 304–331.

- Ritchie, J. 2021.** "Movement from the Margins to Global Recognition: Climate Change Activism by Young People and in Particular Indigenous Youth." *International Studies in Sociology of Education* 30(1–2): 53–72.
- Roberts, G. L., Lawrence, J. M., Williams, G. M., e Raphael, B. 1998.** "The Impact of Domestic Violence on Women's Mental Health." *Australian and New Zealand Journal of Public Health* 22(7): 796–801.
- Robeyns, I. 2017.** *Wellbeing, Freedom and Social Justice: The Capability Approach Re-Examined*. Cambridge, Reino Unido: Open Book Publishers.
- Robeyns, I. 2019.** "What, If Anything, Is Wrong with Extreme Wealth?" *Journal of Human Development and Capabilities* 20(3): 251–266.
- Robinson, L., Schulz, J., Blank, G., Ragnedda, M., Ono, H., Hogan, B., Mesch, G. S., e outros. 2020a.** "Digital Inequalities 2.0: Legacy Inequalities in the Information Age." *First Monday* 25(7).
- Robinson, L., Schulz, J., Dunn, H. S., Casilli, A. A., Tubaro, P., Carvath, R., Chen, W., e outros. 2020b.** "Digital Inequalities 3.0: Emergent Inequalities in the Information Age." *First Monday* 25(7): ff10.5210/fm.v25i7.10842. <https://dspace.uni.lodz.pl/bitstream/handle/11089/32152/Digital%20inequalities%2020.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.
- Robinson, L., Wiborg, Ø., e Schulz, J. 2018.** "Interlocking Inequalities: Digital Stratification Meets Academic Stratification." *The American Behavioral Scientist* 62(9): 1251–1272.
- Rocha, J. C., Peterson, G. D., e Biggs, R. 2015.** "Regime Shifts in the Anthropocene: Drivers, Risks, and Resilience." *PLOS ONE* 10(8): e0134639.
- Rodenburg, R., Benjamin, A., de Roos, C., Meijer, A. M., e Stams, G. J. 2009.** "Efficacy of EMDR in Children: A Meta-Analysis." *Clinical Psychology Review* 29(7): 599–606.
- Rogers, C., e Oldroyd, G. 2014.** "Synthetic Biology Approaches to Engineering the Nitrogen Symbiosis in Cereals." *Journal of Experimental Botany* 65(8): 1939–1946.
- Rohde, N., Tang, K. K., Osberg, L., e Rao, D. P. 2017.** "Is It Vulnerability or Economic Insecurity That Matters for Health?" *Journal of Economic Behavior & Organization* 134: 307–319.
- Rohr, J. R., Barrett, C. B., Civitello, D. J., Craft, M. E., Delius, B., DeLeo, G. A., Hudson, P. J., e outros. 2019.** "Emerging Human Infectious Diseases and the Links to Global Food Production." *Nature Sustainability* 2(6): 445–456.
- Roll, M. 2021.** "Institutional Change through Development Assistance: The Comparative Advantages of Political and Adaptive Approaches." Documento de discussão 28/2021, German Institute of Development and Sustainability, Bonn, Alemanha.
- Ronay, R., Maddux, W. W., e von Hippel, W. 2020.** "Inequality Rules: Resource Distribution and the Evolution of Dominance- and Prestige-Based Leadership." *The Leadership Quarterly* 31(2): 101246.
- Roos, P., Gelfand, M., Nau, D., e Lun, J. 2015.** "Social Threat and Cultural Variation in the Strength of Social Norms: An Evolutionary Basis." *Organizational Behavior and Human Decision Processes* 129: 14–23.
- Roser, M. 2020.** "Why Did Renewables Become So Cheap So Fast?" <https://ourworldindata.org/cheap-renewables-growth>. Acedido em 9 de maio de 2022.
- Roser, M. 2021.** "Child Mortality: An Everyday Tragedy of Enormous Scale That We Can Make Progress against - We Live in a World in Which 10 Children Die Every Minute." Our World in Data. <https://ourworldindata.org/child-mortality-big-problem-in-brief>. Acedido em 7 de junho de 2022.
- Rotondi, V., Kashyap, R., Pesando, L. M., Spinelli, S., e Billari, F. C. 2020.** "Leveraging Mobile Phones to Attain Sustainable Development." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(24): 13413–13420.
- Rovera, D. 2014.** "Rovera, Escape from Hell: Torture and Sexual Slavery in Islamic State Captivity in Iraq." Amnistia Internacional. <https://www.amnesty.org/en/documents/mde14/021/2014/en/>. Acedido em 7 de outubro de 2021.
- The Royal Society. 2019.** "Sustainable Synthetic Carbon Based Fuels for Transport." Dossier de política. Londres.
- Ruckert, A., Huynh, C., e Labonté, R. 2018.** "Reducing Health Inequities: Is Universal Basic Income the Way Forward?" *Journal of Public Health* 40(1): 3–7.
- Rudel, T. K., Meyfroidt, P., Chazdon, R., Bongers, F., Sloan, S., Grau, H. R., Van Holt, T., e Schneider, L. 2020.** "Whither the Forest Transition? Climate Change, Policy Responses, and Redistributed Forests in the Twenty-First Century." *Ambio* 49(1): 74–84.
- Ruggeri, K., Večkalov, B., Bojanić, L., Andersen, T., Ashcroft-Jones, S., Néliða Ayacaxli, Barea-Arroyo, P., e outros. 2021.** "The General Fault in Our Fault Lines." *Nature Human Behaviour* 5: 1369–1380.
- Ruhm, C. J. 2018.** "Deaths of Despair or Drug Problems?" Documento de trabalho NBER 24188, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Ruiz, C., Hernández-Fernaud, E., Rolo-González, G., e Hernández, B. 2019.** "Neighborhoods' Evaluation: Influence on Well-Being Variables." *Frontiers in Psychology* 10: 1736.
- Rulli, M., Bellomi, D., Cazzoli, A., De Carolis, G., e D'Odorico, P. 2016.** "The Water-Land-Food Nexus of First-Generation Biofuels." *Scientific Reports* 6(22521): 1–10.
- Russell, S. 2022.** "If We Succeed." *Dædalus* 151(2): 43–57.
- Ministério da Saúde do Ruanda. 2018.** "Fourth Health Sector Strategic Plan July 2018-June 2024." Ministério da Saúde do Ruanda, Kigali. https://www.childrenanddaids.org/sites/default/files/2018-05/Rwanda_Nat%20Health%20Sector%20Plan_2018-2024.pdf.
- Ryfe, D. M. 2005.** "Does Deliberative Democracy Work?" *Annual Review of Political Science* 8: 49–71.
- Saavedra, J. 2021.** "A Silent and Unequal Education Crisis: And the Seeds for Its Solution." Education for Global Development [blogue], 5 de janeiro. <https://blogs.worldbank.org/education/silent-and-unequal-education-crisis-and-seeds-its-solution>. Acedido em 24 de agosto de 2022.
- Sabin-Miller, D., e Abrams, D. M. 2020.** "When Pull Turns to Shove: A Continuous-Time Model for Opinion Dynamics." *Physical Review Research* 2(043001).
- Saeed, S. A., Antonacci, D. J., e Bloch, R. M. 2010.** "Exercise, Yoga, and Meditation for Depressive and Anxiety Disorders." *American Family Physician* 81(8): 981–986.
- Sagan, C. 1983.** "Nuclear War and Climatic Catastrophe: Some Policy Implications." *Foreign Affairs* 62(2): 257–292.
- Sagan, C. 1994.** *Pale Blue Dot: A Vision of the Human Future in Space*. Nova Iorque: Random House.
- Sahay, A. 2021.** "The Silenced Women: What Works in Encouraging Women to Report Cases of Gender-Based Violence?" Let's Talk Development [blogue], 26 de março. <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/silenced-women-what-works-encouraging-women-report-cases-gender-based-violence>. Acedido em 26 de março de 2021.
- Salvatore, M. A., e Grundy, E. 2021.** "Area Deprivation, Perceived Neighbourhood Cohesion and Mental Health at Older Ages: A Cross Lagged Analysis of UK Longitudinal Data." *Health & Place* 67: 102470.
- Samji, S., e Kapoor, M. 2022.** "Funda Wande through the Lens of PDIA: Showcasing a Flexible and Iterative Learning Approach to Improving Educational Outcomes." RISE Insight 2022/036. https://doi.org/10.35489/BSG-RISE-RI_2022/036.
- Sampi, J., e Jooste, C. 2020.** "Nowcasting Economic Activity in Times of Covid-19: An Approximation from the Google Community Mobility Report." Documento de trabalho de investigação de políticas 9247, Banco Mundial, Washington, DC.
- Samuelson, W., e Zeckhauser, R. 1988.** "Status Quo Bias in Decision Making." *Journal of Risk and Uncertainty* 1(1): 7–59.
- Sanchez, M., Lamont, M., e Zilberstein, S. 2022.** "How American College Students Understand Social Resilience and Navigate Towards the Future During Covid and the Movement for Racial Justice." *Social Science & Medicine* 301: 114890.
- Sandel, M. J. 2020.** *The Tyranny of Merit: What's Become of the Common Good?* Londres: Penguin.
- Sanderson, E. W., Walston, J., e Robinson, J. G. 2018.** "From Bottleneck to Breakthrough: Urbanization and the Future of Biodiversity Conservation." *Bioscience* 68(6): 412–426.
- Santos, F. C., e Pacheco, J. M. 2011.** "Risk of Collective Failure Provides an Escape from the Tragedy of the Commons." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 108(26): 10421–10425.
- Santos, F. C., Santos, M. D., e Pacheco, J. M. 2008.** "Social Diversity Promotes the Emergence of Cooperation in Public Goods Games." *Nature* 454(7201): 213–216.
- Santos, H. C., Varnum, M. E. W., e Grossmann, I. 2017.** "Global Increases in Individualism." *Psychological Science* 28(9): 1228–1239.

- Sarhadi, A., Ausin, M. C., Wiper, M. P., Touma, D., e Dikkenbaugh, N. S. 2018.** "Multidimensional Risk in a Nonstationary Climate: Joint Probability of Increasingly Severe Warm and Dry Conditions." *Science Advances* 4(11): eaau3487.
- Sarku, R. 2022.** "Deciding Just Transformations under Uncertainty for Digital Farming in Africa for Tomorrow, Today." Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD-GRDH, Nova Iorque.
- Satake, K. 2014.** "Advances in Earthquake and Tsunami Sciences and Disaster Risk Reduction since the 2004 Indian Ocean Tsunami." *Geoscience Letters* 1: 15.
- Satariano, B. 2019.** "Diverse Socioeconomic Processes Influencing Health and Wellbeing across Generations in Deprived Neighbourhoods in Malta." *Social Science & Medicine* 232: 453–459.
- Save the Children. 2021.** "The Number of Children Living in Deadliest War Zones Rises Nearly 20% to Highest in over a Decade." <https://www.savethechildren.net/news/number-children-living-deadliest-war-zones-rises-nearly-20-highest-over-decade-%E2%80%9393-save-children>. Acedido em 21 de junho de 2022.
- Saxena, S. 2018.** "Excess Mortality among People with Mental Disorders: A Public Health Priority." *The Lancet Public Health* 3(6): e264–e265.
- Schäfer, A., e Schwander, H. 2019.** "Don't Play If You Can't Win": Does Economic Inequality Undermine Political Equality?" *European Political Science Review* 11(3): 395–413.
- Schaffner, B. F., e Luks, S. 2018.** "Misinformation or Expressive Responding? What an Inauguration Crowd Can Tell Us About the Source of Political Misinformation in Surveys." *Public Opinion Quarterly* 82(1): 135–147.
- Scheffer, M., van de Leemput, I., Weinans, E., e Bollen, J. 2021.** "The Rise and Fall of Rationality in Language." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(51): e2107848118.
- Scheffer, M., van de Leemput, I., Weinans, E., e Bollen, J. 2022.** "Reply to Sun: Making Sense of Language Change." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(26): e2206616119.
- Scheffler, S. 2013.** *Death and the Afterlife*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Schell, J. 1982.** *The Fate of the Earth*. Nova Iorque: Knopf.
- Scheufele, D. A., Krause, N., Freiling, I., e Brossard, D. 2021.** "What We Know About Effective Public Engagement on CRISPR and Beyond." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(22): e2004835117.
- Schilbach, F., Schofield, H., e Mullainathan, S. 2016.** "The Psychological Lives of the Poor." *American Economic Review* 106(5): 435–440.
- Schill, C., Anderies, J. M., Lindahl, T., Folke, C., Polasky, S., Cárdenas, J. C., Crépin, A.-S., e outros. 2019.** "A More Dynamic Understanding of Human Behaviour for the Anthropocene." *Nature Sustainability* 2(12): 1075–1082.
- Schilling, J., Locham, R., e Scheffran, J. 2018.** "A Local to Global Perspective on Oil and Wind Exploitation, Resource Governance and Conflict in Northern Kenya." *Conflict, Security & Development* 18(6): 571–600.
- Schimmelpfennig, R., Razek, L., Schnell, E., e Muthukrishna, M. 2022.** "Paradox of Diversity in the Collective Brain." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 377(1843): 20200316.
- Schipper, E. L. F., Eriksen, S. E., Fernandez Carril, L. R., Glavovic, B. C., e Shawoo, Z. 2021.** "Turbulent Transformation: Abrupt Societal Disruption and Climate Resilient Development." *Climate and Development* 13(6): 467–474.
- Schlesinger, W., e Bernhardt, E. 2013.** *Biogeochemistry: An Analysis of Global Change*. Waltham, MA: Elsevier, Academic Press.
- Schlosser, J. A. 2013.** "'Hope, Danger's Comforter': Thucydides, Hope, Politics." *The Journal of Politics* 75(1): 169–182.
- Schmelz, K., e Bowles, S. 2022.** "Opposition to Voluntary and Mandated Covid-19 Vaccination as a Dynamic Process: Evidence and Policy Implications of Changing Beliefs." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(13): e2118721119.
- Schmidt, C. 2010.** "Synthetic Biology: Environmental Health Implications of a New Field." *Environmental Health Perspectives* 118(3): 118–123.
- Schmidt, O., Hawkes, A., Gambhir, A., e Staffell, I. 2017.** "The Future Cost of Electrical Energy Storage Based on Experience Rates." *Nature Energy* 2: 17110.
- Schofield, H., e Venkataramani, A. S. 2021.** "Poverty-Related Bandwidth Constraints Reduce the Value of Consumption." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(35): e2102794118.
- Schui, F. 2014.** *Austerity: The Great Failure*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Schwandt, H., e Von Wachter, T. 2019.** "Unlucky Cohorts: Estimating the Long-Term Effects of Entering the Labor Market in a Recession in Large Cross-Sectional Data Sets." *Journal of Labor Economics* 37(1): 161–198.
- Schwandt, H., e Von Wachter, T. 2020.** "Socioeconomic Decline and Death: Midlife Impacts of Graduating in a Recession." Documento de trabalho NBER 26638, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Schwandt, H., Currie, J., Bär, M., Banks, J., Bertoli, P., Bütikofer, A., Cattan, S., e outros. 2021.** "Inequality in Mortality between Black and White Americans by Age, Place, and Cause and in Comparison to Europe, 1990 to 2018." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(40): e2104684118.
- Schwarzmueller, F., e Kastner, T. 2022.** "Agricultural Trade and Its Impacts on Cropland Use and the Global Loss of Species Habitat." *Sustainability Science*.
- Science and Security Board. 2021.** "2021 Doomsday Clock Statement: It Is 100 Seconds to Midnight." Boletim de Atomic Scientists. <https://thebulletin.org/doomsday-clock/>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Scott, R. 2008.** *Institutions and Organizations*, 3.ª Edição. Londres: Sage Publications.
- Scoville, C., McCumber, A., Amironesei, R., e Jeon, J. 2022.** "Mask Refusal Backlash: The Politicization of Face Masks in the American Public Sphere During the Early Stages of the Covid-19 Pandemic." *Socius* 8: 23780231221093158.
- Searcey, D., Lipton, E., e Gilbertson, A. 2021.** "Hunt for the 'Blood Diamond of Batteries' Impedes Green Energy Push." *New York Times*, 29 de novembro.
- Sears, N. A. 2020.** "Existential Security: Towards a Security Framework for the Survival of Humanity." *Global Policy* 11(2): 255–266.
- Sears, N. A. 2021.** "International Politics in the Age of Existential Threats." *Journal of Global Security Studies* 6(3): ogaa027.
- Seedat, S., e Rondon, M. 2021.** "Women's Wellbeing and the Burden of Unpaid Work." *The BMJ* 374: n1972.
- Selee, A., e Bolter, J. 2022.** "Colombia's Open-Door Policy: An Innovative Approach to Displacement?" *International Migration* 60(1): 113–131.
- Selfa, T., Lindberg, S., e Bain, C. 2021.** "Governing Gene Editing in Agriculture and Food in the United States: Tensions, Contestations, and Realignment." *Elementa: Science of Anthropocene* 9(1): 00153.
- Sellare, J., Börner, J., Brugger, F., Garrett, R., Günther, I., Meemken, E.-M., Pelli, E. M., e outros. 2022.** "Six Research Priorities to Support Corporate Due-Diligence Policies." *Nature* 606: 861–863.
- Sen, A. 1973.** "Behaviour and the Concept of Preference." *Economica* 40(159): 241–259.
- Sen, A. 1977.** "Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory." *Philosophy & Public Affairs* 6(4): 317–344.
- Sen, A. 1979.** "Equality of What?" *The Tanner Lecture on Human Values* 1.
- Sen, A. 1985.** "Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984." *The Journal of Philosophy* 82(4): 169–221.
- Sen, A. 1989.** "Development as Capability Expansion." *Journal of Development Planning* 19: 41–58.
- Sen, A. 1993.** "Internal Consistency of Choice." *Econometrica* 61(3): 495–521.
- Sen, A. 1997a.** "Human Capital and Human Capability." Em Fukuda-Parr, S., e Shiva Kumar, A. K., (eds.), *Readings in Human Development*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Sen, A. 1997b.** "Maximization and the Act of Choice." *Econometrica* 65(4): 745–779.
- Sen, A. 1999.** *Development as Freedom*. Nova Iorque: Knopf.
- Sen, A. 2002.** *Rationality and Freedom*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Sen, A. 2005.** "Human Rights and Capabilities." *Journal of Human Development* 6(2): 151–166.
- Sen, A. 2008.** "The Idea of Justice." *Journal of Human Development* 9(3): 331–342.

- Sen, A. 2009a.** "The Fog of Identity." *Politics, Philosophy & Economics* 8(3): 285–288.
- Sen, A. 2009b.** *The Idea of Justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Senado da República do Chile. 2020.** "Agenda De Género Covid-19: Plantean Prioridades a La Ministra De La Mujer Y Equidad De Género." Santiago.
- Sepulveda, N. A., Jenkins, J. D., Edington, A., Mallapragada, D. S., e Lester, R. K. 2021.** "The Design Space for Long-Duration Energy Storage in Decarbonized Power Systems." *Nature Energy* 6(5): 506–516.
- Shah, A. K., Zhao, J., Mullainathan, S., e Shafir, E. 2018.** "Money in the Mental Lives of the Poor." *Social Cognition* 36(1): 4–19.
- Shapiro, F. 1996.** "Eye Movement Desensitization and Reprocessing (EMDR): Evaluation of Controlled PTSD Research." *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry* 27(3): 209–218.
- Sharot, T., e Sunstein, C. R. 2020.** "How People Decide What They Want to Know." *Nature Human Behaviour* 4(1): 14–19.
- She is a Revolution. 2020.** "The Remarkable Contributions of Girls and Women During the Covid-19 Pandemic." Iraqi Civil Society Solidarity Initiative, 25 de março. <https://www.iraqicivilsociety.org/archives/11408>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Shearer, J. C., Abelson, J., Kouyaté, B., Lavis, J. N., e Walt, G. 2016.** "Why Do Policies Change? Institutions, Interests, Ideas and Networks in Three Cases of Policy Reform." *Health Policy and Planning* 31(9): 1200–1211.
- Sheingate, A. D. 2003.** "Political Entrepreneurship, Institutional Change, and American Political Development." *Studies in American Political Development* 17(2): 185–203.
- Shen, C., Sambamoorthi, U., e Rust, G. 2008.** "Co-Occurring Mental Illness and Health Care Utilization and Expenditures in Adults with Obesity and Chronic Physical Illness." *Disease Management* 11(3): 153–160.
- Shen, S., e Kusunoki, Y. 2019.** "Intimate Partner Violence and Psychological Distress among Emerging Adult Women: A Bidirectional Relationship." *Journal of Women's Health* 28(8): 1060–1067.
- Sherman, L., Proctor, J., Druckenmiller, H., Tapia, H., e Hsiang, S. 2022.** "Estimating the United Nations Human Development Index at High-Resolution Using Satellite Imagery." Documento de trabalho por publicar.
- Shi, L., Romić, I., Ma, Y., Wang, Z., Podobnik, B., Stanley, H. E., Holme, P., e Jusup, M. 2020.** "Freedom of Choice Adds Value to Public Goods." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(30): 17516–17521.
- Shigeoka, H. 2019.** "Long-Term Consequences of Growing up in a Recession on Risk Preferences." Documento de trabalho NBER 26352, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Shiller, R. J. 2017.** "Narrative Economics." *American Economic Review* 107(4): 967–1004.
- Shiller, R. J. 2019.** "Narrative Economics." Cowles Foundation Documento de discussão 2069, Yale University, Cowles Foundation for Research in Economics, New Haven, CT.
- Shultz, J. M., Rechkemmer, A., Rai, A., e McManus, K. T. 2019.** "Public Health and Mental Health Implications of Environmentally Induced Forced Migration." *Disaster Medicine and Public Health Preparedness* 13(2): 116–122.
- Silagadze, N., Christensen, H. S., Sirén, R., e Grönlund, K. 2022.** "Perceptions of Inequality and Political Participation: The Moderating Role of Ideology." *Political Studies Review*. 14789299221082037.
- Silva, E. P., Ludermir, A. B., Lima, M. C., Eickmann, S. H., e Emond, A. 2019.** "Mental Health of Children Exposed to Intimate Partner Violence against Their Mother: A Longitudinal Study from Brazil." *Child Abuse & Neglect* 92: 1–11.
- Silver, S. M., Rogers, S., e Russell, M. 2008.** "Eye Movement Desensitization and Reprocessing (EMDR) in the Treatment of War Veterans." *Journal of Clinical Psychology* 64(8): 947–957.
- Simon, H. A. 1955.** "A Behavioral Model of Rational Choice." *The Quarterly Journal of Economics* 69(1): 99–118.
- Singh, A. K., e Singh, P. K. 2019.** "Digital Addiction: A Conceptual Overview." *Library Philosophy and Practice*.
- Singh, N. N., Lancioni, G. E., Winton, A. S., Adkins, A. D., Wahler, R. G., Sabaawi, M., e Singh, J. 2007.** "Individuals with Mental Illness Can Control Their Aggressive Behavior through Mindfulness Training." *Behavior Modification* 31(3): 313–328.
- Singhal, S. 2019.** "Early Life Shocks and Mental Health: The Long-Term Effect of War in Vietnam." *Journal of Development Economics* 141: 102244.
- SIPRI (Instituto Internacional de Estocolmo para a Investigação sobre a Paz). 2021.** *Anthropocene (in) Security: Reflections on Collective Survival 50 Years after the Stockholm Conference*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Skinner, H., Biscope, S., e Poland, B. 2003.** "Quality of Internet Access: Barrier Behind Internet Use Statistics." *Social Science & Medicine* 57(5): 875–880.
- Smil, V. 2022.** *How the World Really Works: The Science Behind How We Got Here and Where We're Going*. Londres: Viking.
- Smirl, J. D., Jones, K. E., Copeland, P., Khatra, O., Taylor, E. H., e Van Donkelaar, P. 2019.** "Characterizing Symptoms of Traumatic Brain Injury in Survivors of Intimate Partner Violence." *Brain Injury* 33(12): 1529–1538.
- Smith, C., e Brower, D. 2022.** "Petrol Prices in US Hit \$5 a Gallon as Inflation Picks Up." *Financial Times*, 11 de junho.
- Smith, E., Ali, D., Wilkerson, B., Dawson, W. D., Sobowale, K., Reynolds, C., Berk, M., e outros. 2021.** "A Brain Capital Grand Strategy: Toward Economic Reimagination." *Molecular Psychiatry* 26(1): 3–22.
- Smith, J. C. 1975.** "Meditation as Psychotherapy: A Review of the Literature." *Psychological Bulletin* 82(4): 558–564.
- Smith, S. G., Zhang, X., Basile, K. C., Merrick, M. T., Wang, J., Kresnow, M.-j., and Chen, J. 2018.** *National Intimate Partner and Sexual Violence Survey: 2015 Data Brief—Updated Release*. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control.
- Smith, S. L., Kayiteshonga, Y., Misago, C. N., Iyamuremye, J. D., Dusabeyezu, J. d. A., Mohand, A. A., Osrow, R. A., e outros. 2017.** "Integrating Mental Health Care into Primary Care: The Case of One Rural District in Rwanda." *Intervention* 15(2): 136–150.
- Smits, J., e Permanyer, I. 2019.** "The Subnational Human Development Database." *Scientific Data* 6: 190038.
- Snow, D. A., e Benford, R. D. 1988.** "Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization." *International Social Movement Research* 1(1): 197–217.
- Snow, D. A., Soule, S. A., Kriesi, H., e McCammon, H. J., (eds.). 2018.** *The Wiley Blackwell Companion to Social Movements*. Malden, MA: Blackwell Publishing Ltd.
- Snowder, D. 2020.** "The Socio-Economics of Pandemics Policy." IZA Policy Paper 162, Institute of Labor Economics, Bonn, Germany.
- Snyder-Beattie, A. E., Ord, T., e Bonsall, M. B. 2019.** "An Upper Bound for the Background Rate of Human Extinction." *Scientific Reports* 9(1): 1–9.
- Soens, T. 2018.** "Resilient Societies, Vulnerable People: Coping with North Sea Floods before 1800." *Past & Present* 241(1): 143–177.
- Soens, T. 2020.** *Resilience in Historical Disaster Studies: Pitfalls and Opportunities*. Nova Iorque: Springer VS.
- Soga, M., Evans, M. J., Tsuchiya, K., e Fukano, Y. 2021.** "A Room with a Green View: The Importance of Nearby Nature for Mental Health During the Covid-19 Pandemic." *Ecological Applications* 31(2): e2248.
- Somer, M. 2005.** "Failures of the Discourse of Ethnicity: Turkey, Kurds, and the Emerging Iraq." *Security Dialogue* 36: 109–128.
- Somer, M., e McCoy, J. 2018.** "Déjà Vu? Polarization and Endangered Democracies in the 21st Century." *American Behavioral Scientist* 62(1): 3–15.
- Sonter, L. J., Dade, M. C., Watson, J. E. M., e Valenta, R. K. 2020.** "Renewable Energy Production Will Exacerbate Mining Threats to Biodiversity." *Nature Communications* 11(1): 1–6.
- Sovacool, B. K. 2016.** "How Long Will It Take? Conceptualizing the Temporal Dynamics of Energy Transitions." *Energy Research & Social Science* 13: 202–215.
- Sovacool, B. K., Ali, S. H., Bazilian, M., Radley, B., Nemery, B., Okatz, J., e Mulvaney, D. 2020.** "Sustainable Minerals and Metals for a Low-Carbon Future." *Science* 367(6473): 30–33.
- Speer, P. W., Christens, B. D., e Peterson, N. A. 2021.** "Participation in Community Organizing: Cross-Sectional and Longitudinal Analyses of Impacts on Sociopolitical Development." *Journal of Community Psychology* 49(8): 3194–3214.
- Statista. 2022.** "Number of Smartphone Subscriptions Worldwide from 2016 to 2027." <https://www.statista.com>.

com/statistics/330695/number-of-smartphone-users-worldwide/. Acedido em 13 de julho de 2022.

Steenbergen, M., e Colombo, C. 2018. "Heuristics in Political Behavior." Em Mintz, A., e Terris, L., (eds.), *The Oxford Handbook of Behavioral Political Science*. Oxford, Reino Unido: Oxford Handbooks Online.

Steffen, W., Grinevald, J., Crutzen, P., e McNeill, J. 2011. "The Anthropocene: Conceptual and Historical Perspectives." *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences* 369(1938): 842–867.

Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E. M., Biggs, R., e outros. 2015. "Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet." *Science* 347(6223).

Steinberger, J. 2018. "Climate Breakdown, Capitalism and Democracy." *Medium*, 13 de outubro. <https://jksteinberger.medium.com/climate-breakdown-capitalism-and-democracy-e11b16c7d9ef>. Acedido em 25 de agosto de 2022.

Sterelny, K. 2017. "Cultural Evolution in California and Paris." *Studies in History and Philosophy of Science Part C: Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences* 62: 42–50.

Stevens, F., Nurse, J. R., e Arief, B. 2020. "Cyber Stalking, Cyber Harassment, and Adult Mental Health: A Systematic Review." *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking* 24(6): 367–376.

Stevenson, S., Coats, S., Touma, D., Cole, J., Lehner, F., Fasullo, J., e Otto-Bliesner, B. 2022. "Twenty-First Century Hydroclimate: A Continually Changing Baseline, with More Frequent Extremes." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(12): e2108124119.

Stewart, A. J., McCarty, N., e Bryson, J. J. 2020. "Polarization under Rising Inequality and Economic Decline." *Science Advances* 6(50).

Stewart, A. J., Plotkin, J. B., e McCarty, N. 2021. "Inequality, Identity, and Partisanship: How Redistribution Can Stem the Tide of Mass Polarization." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102140118.

Stewart, A., Mosleh, M., Diakonova, M., Arechar, A., Rand, D., e Plotkin, J. 2019. "Information Gerrymandering and Undemocratic Decisions." *Nature* 573(117–121).

Stiglitz, J. E., e Guzman, M. M. 2021. "Economic Fluctuations and Pseudo-Wealth." *Industrial and Corporate Change* 30(2): 297–315.

Stiglitz, J. E., Fitoussi, J.-P., e Durand, M. 2018. *Beyond GDP: Measuring What Counts for Economic and Social Performance*. Paris: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

Stojanovski, K., Zhou, S., King, E., Gjorgjiovaska, J., e Mihajlov, A. 2018. "An Application of the Minority Stress Model in a Non-Western Context: Discrimination and Mental Health among Sexual and Gender Minorities in Macedonia." *Sexuality Research and Social Policy* 15(3): 367–376.

Stone, D. 2011. *Policy Paradox. The Art of Political Decision Making*. Nova Iorque: WW. Norton & Company.

Stone, D. F. 2020. "Just a Big Misunderstanding? Bias and Bayesian Affective Polarization." *International Economic Review* 61(1): 189–217.

Stoyanovich, J., Bavel, J. J. V., e West, T. V. 2020. "The Imperative of Interpretable Machines." *Nature Machine Intelligence* 2: 197–199.

Straiton, M. L., Aambø, A. K., e Johansen, R. 2019. "Perceived Discrimination, Health and Mental Health among Immigrants in Norway: The Role of Moderating Factors." *BMC Public Health* 19(1): 1–13.

Strassburg, B. B. N., Iribarrem, A., Beyer, H. L., Cordeiro, C. L., Crouzeilles, R., Jakovac, C. C., Braga Junqueira, A., e outros. 2020. "Global Priority Areas for Ecosystem Restoration." *Nature* 586(7831): 724–729.

Strømme, A., Sapiezynska, E., Fylkesnes, G. K., Sa-larkia, K., e Edwards, J. 2020. *Stop the War on Children 2020: Gender Matters*. Londres: Save the Children International.

Studley, M. 2021. "Onshoring through Automation; Perpetuating Inequality?" *Frontiers in Robotics and AI* 8: 185.

Suárez-Álvarez, A., e López-Menéndez, A. 2022. "Is Covid-19 Vaccine Inequality Undermining the Recovery from the Covid-19 Pandemic?" *Journal of Global Health* 12: 05020.

Sun, K. 2022. "Colloquialization as a Key Factor in Historical Changes of Rational and Emotional Words." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(26): e2205563119.

Sunstein, C. R. 1999. *The Law of Group Polarization*. Chicago, IL: University of Chicago Law School.

Supran, G., e Oreskes, N. 2021. "Rhetoric and Frame Analysis of ExxonMobil's Climate Change Communications." *One Earth* 4(5): 696–719.

Swidler, A. 1986. "Culture in Action: Symbols and Strategies." *American Sociological Review* 51(2): 273–286.

Swidler, A. 2013. *Talk of Love: How Culture Matters*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Swinkels, M. 2020. "How Ideas Matter in Public Policy: A Review of Concepts, Mechanisms, and Methods." *International Review of Public Policy* 2(3): 281–316.

Szafarski, M., e Bauldry, S. 2019. "The Effects of Perceived Discrimination on Immigrant and Refugee Physical and Mental Health." Em Frank, R., (ed.), *Immigration and Health*. Advances in Medical Sociology Vol. 19. Bingley, UK: Emerald Publishing Limited.

Szekely, A., Lipari, F., Antonioni, A., Paolucci, M., Sánchez, A., Tummolini, L., e Andrighetto, G. 2021. "Evidence from a Long-Term Experiment That Collective Risks Change Social Norms and Promote Cooperation." *Nature Communications* 12(1): 1–7.

Táiwò, O. O. 2022. *Reconsidering Reparations*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

Tamarit, A., de la Barrera, U., Mónaco, E., Schoeps, K., e Castilla, I. M. 2020. "Psychological Impact of Covid-19 Pandemic in Spanish Adolescents: Risk and Protective Factors of Emotional Symptoms." *Revista de Psicología Clínica con Niños y Adolescentes* 7(3): 73–80.

Tang, S., Xiang, M., Cheung, T., e Xiang, Y.-T. 2021. "Mental Health and Its Correlates among Children and Adolescents During Covid-19 School Closure: The Importance of Parent-Child Discussion." *Journal of Affective Disorders* 279: 353–360.

Tankari, M. 2018. "Rainfall Variability and Farm Households Food Insecurity in Burkina Faso: The Nonfarm Enterprises as Coping Strategy." *Food Security*: 1–12.

Tanovic, E., Gee, D. G., e Joormann, J. 2018. "Intolerance of Uncertainty: Neural and Psychophysiological Correlates of the Perception of Uncertainty as Threatening." *Clinical Psychology Review* 60: 87–99.

Tappin, B. M., Pennycook, G., e Rand, D. G. 2020. "Rethinking the Link between Cognitive Sophistication and Politically Motivated Reasoning." *Journal of Experimental Psychology: General*, 150(6): 1095–1114.

Tasnim, S., Hossain, M. M., e Mazumder, H. 2020. "Impact of Rumors and Misinformation on Covid-19 in Social Media." *Journal of Preventive Medicine and Public Health* 53(3): 171–174.

Tauli-Corpuz, V., Alcorno, J., e Molnar, A. 2018. "Cornered by Protected Areas: Replacing 'Fortress' Conservation with Rights-Based Approaches Helps Bring Justice for Indigenous Peoples and Local Communities, Reduces Conflict, and Enables Cost-Effective Conservation and Climate Action." Rights and Resources Initiative, Washington, DC.

Tay, A., Riley, A., Islam, R., Welton-Mitchell, C., Duchesne, B., Waters, V., Varner, A., e outros. 2019. "The Culture, Mental Health and Psychosocial Wellbeing of Rohingya Refugees: A Systematic Review." *Epidemiology and Psychiatric Sciences* 28(5): 489–494.

Taylor, P., e Keeter, S. 2010. "Millennials: Confident. Connected. Open to Change." Pew Research Center, Washington, DC.

Taylor, S. 2020. "Anxiety Disorders, Climate Change, and the Challenges Ahead: Introduction to the Special Issue." *Journal of Anxiety Disorders* 76: 102313.

Tetlock, P. E., e Gardner, D. 2015. *Superforecasting: The Art and Science of Prediction*. Nova Iorque: Crown.

Thaler, M. 2020. "The Fake News Effect: Experimentally Identifying Motivated Reasoning Using Trust in News." *arXiv preprint arXiv:2012.01663*.

Thaler, R. 1980. "Toward a Positive Theory of Consumer Choice." *Journal of Economic Behavior & Organization* 1(1): 39–60.

Thaler, R. H. 2018. "From Cashews to Nudges: The Evolution of Behavioral Economics." *American Economic Review* 108(6): 1265–1287.

Thaler, R. H., e Sunstein, C. R. 2003. "Libertarian Paternalism." *American Economic Review* 93(2): 175–179.

Thiery, W., Lange, S., Rogelj, J., Schleussner, C.-F., Gudmundsson, L., Seneviratne, S. I., Andrijevic, M., e outros. 2021. "Intergenerational Inequities in Exposure to Climate Extremes." *Science* 374(6564): 158–160.

Thompson, K. L., Hill, C., Ojeda, J., Ban, N. C., e Picard, C. R. 2020. "Indigenous Food Harvesting as Social–Ecological Monitoring: A Case Study with the Gitga'at First Nation." *People and Nature* 2(4): 1085–1099.

- Thompson, R. 2011.** "Radicalization and the Use of Social Media." *Journal of Strategic Security* 4(4): 167–190.
- Thompson, T. 2021.** "Young People's Climate Anxiety Revealed in Landmark Survey." *Nature* 597(7878): 605. <https://www.nature.com/articles/d41586-021-02582-8>. Acedido em 20 de outubro de 2021.
- Thrasher, J., e Vallier, K. 2015.** "The Fragility of Consensus: Public Reason, Diversity and Stability." *European Journal of Philosophy* 23(4): 933–954.
- Tierney, J. E., Poulsen, C. J., Montañez, I. P., Bhattacharya, T., Feng, R., Ford, H. L., Hönlisch, B., e outros. 2020.** "Past Climates Inform Our Future." *Science* 370(6517).
- Tigchelaar, M., Battisti, D. S., Naylor, R. L., e Ray, D. K. 2018.** "Future Warming Increases Probability of Globally Synchronized Maize Production Shocks." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(26): 6644–6649.
- Tillmann, S., Tobin, D., Avison, W., e Gilliland, J. 2018.** "Mental Health Benefits of Interactions with Nature in Children and Teenagers: A Systematic Review." *Journal of Epidemiol Community Health* 72(10): 958–966.
- Tilly, C. 1977.** *From Mobilization to Revolution*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Timmermann, A., e Friedrich, T. 2016.** "Late Pleistocene Climate Drivers of Early Human Migration." *Nature* 538(7623): 92–95.
- Timperley, J. 2021.** "The Fight to End Fossil-Fuel Subsidies." *Nature*: 403–405.
- Toff, B., e Nielsen, R. K. 2018.** "I Just Google It: Folk Theories of Distributed Discovery." *Journal of Communication* 68(3): 636–657.
- Tokita, C. K., Guess, A. M., e Tarnita, C. E. 2021.** "Polarized Information Ecosystems Can Reorganize Social Networks Via Information Cascades." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102147118.
- Tom, S. M., Fox, C. R., Trepel, C., e Poldrack, R. A. 2007.** "The Neural Basis of Loss Aversion in Decision-Making under Risk." *Science* 315(5811): 515–518.
- Tomasello, M. 2016.** "The Ontogeny of Cultural Learning." *Current Opinion in Psychology* 8: 1–4.
- Tomasello, M. 2018.** "How Children Come to Understand False Beliefs: A Shared Intentionality Account." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(34): 8491–8498.
- Tomasello, M. 2020.** "The Ontogenetic Foundations of Epistemic Norms." *Episteme* 17(3): 301–315.
- Toor, J., Echeverria-Londono, S., Li, X., Abbas, K., Carter, E. D., Clapham, H. E., Clark, A., e outros. 2021.** "Lives Saved with Vaccination for 10 Pathogens across 112 Countries in a Pre-Covid-19 World." *Elife* 10.
- The Trevor Project. 2021.** "National Survey on LGBTQ Youth Mental Health." <https://www.thetrevorproject.org/survey-2021/>. Acedido em 9 de julho de 2021.
- Troller-Renfree, S. V., Costanzo, M. A., Duncan, G. J., Magnuson, K., Gennetian, L. A., Yoshikawa, H., Halpern-Meekin, S., e outros. 2022.** "The Impact of a Poverty Reduction Intervention on Infant Brain Activity." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(5): e2115649119.
- Trosset, J.-Y., e Carbonell, P. 2015.** "Synthetic Biology for Pharmaceutical Drug Discovery." *Drug Development, Design and Therapy* 9: 6285–6302.
- Trudell, J. P., Burnet, M. L., Ziegler, B. R., e Luginaah, I. 2021.** "The Impact of Food Insecurity on Mental Health in Africa: A Systematic Review." *Social Science & Medicine* 278: 113953.
- Tucker, J. A., Guess, A., Barberá, P., Vaccari, C., Siegel, A., Sanovich, S., Stukal, D., e Nyhan, B. 2018.** "Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation: A Review of the Scientific Literature." <https://ssrn.com/abstract=3144139>.
- Tunyasuvunakool, K., Adler, J., Wu, Z., Green, T., Zielinski, M., Židek, A., Bridgland, A., e outros. 2021.** "Highly Accurate Protein Structure Prediction for the Human Proteome." *Nature* 596(7873): 590–596.
- Tvauri, A. 2014.** "The Impact of the Climate Catastrophe of 536–537 AD in Estonia and Neighbouring Areas." *Estonian Journal of Archaeology* 18(1): 30.
- Tversky, A., e Kahneman, D. 1974.** "Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases." *Science* 185(4157): 1124–1131.
- Tversky, A., e Kahneman, D. 1991.** "Loss Aversion in Riskless Choice: A Reference-Dependent Model." *The Quarterly Journal of Economics* 106(4): 1039–1061.
- Tversky, A., e Kahneman, D. 1992.** "Advances in Prospect Theory: Cumulative Representation of Uncertainty." *Journal of Risk and Uncertainty* 5(4): 297–323.
- Tyng, C. M., Amin, H. U., Saad, M. N., e Malik, A. S. 2017.** "The Influences of Emotion on Learning and Memory." *Frontiers in Psychology* 8: 1454.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 1972.** *Report of the United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm 5–16 de junho de 1972*. Nova Iorque.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2013.** "Quality Education Can Help Prevent Racism and Xenophobia – UN Expert." UN News, 14 de junho. <https://news.un.org/en/story/2013/06/442302-quality-education-can-help-prevent-racism-and-xenophobia-un-expert>. Acedido em 24 de junho de 2022.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2020a.** "E-Government Survey 2020." Nova Iorque.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2020b.** "Peacebuilding and Sustaining Peace." Relatório do Secretário-Geral, A/74/976-S/2020/773, Nova Iorque.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2020c.** *Report of the Secretary General: Roadmap for Digital Cooperation*. Nairobi.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2021a.** "The Impact of Digital Technologies." <https://www.un.org/en/un75/impact-digital-technologies>. Acedido em 27 de maio de 2021.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2021b.** "What Is Domestic Abuse?" <https://www.un.org/en/coronavirus/what-is-domestic-abuse>. Acedido em 28 de agosto de 2021.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2021c.** *Our Common Agenda: Report of the Secretary-General*. Nova Iorque. https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/assets/pdf/Common_Agenda_Report_English.pdf.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2021d.** "Secretary-General's Statement on the IPCC Working Group 1 Report on the Physical Science Basis of the Sixth Assessment." 9 de agosto. <https://www.un.org/sg/en/content/secretary-generals-statement-the-ipcc-working-group-1-report-the-physical-science-basis-of-the-sixth-assessment>. Acedido em 24 de agosto de 2022.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2022a.** "Secretary General's Remarks to the General Assembly on His Priorities for 2022." <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2022-01-21/secretary-generals-remarks-the-general-assembly-his-priorities-for-2022-bilingual-delivered-scroll-down-for-all-english-and-all-french>. Acedido em 1 de abril de 2022.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2022b.** "Social Media Poses 'Existential Threat' to Traditional, Trustworthy News: UNESCO." 10 de março. <https://news.un.org/en/story/2022/03/1113702>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2022c.** "Secretary-General's Remarks at the Launch of the Second Brief by the Global Crisis Response Group." 8 de junho. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2022-06-08/secretary-generals-remarks-the-launch-of-the-second-brief-the-global-crisis-response-group>. Acedido em 24 de agosto de 2022.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2022d.** "Secretary-General's Remarks to the Global Food Security Call to Action Ministerial [as Delivered]." 18 de maio. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2022-05-18/secretary-generals-remarks-the-global-food-security-call-action-ministerial-delivered>. Acedido em 24 de agosto de 2022.
- Grupo Mundial de Resposta à Crise da ONU sobre Alimentação, Energia e Finanças. 2022.** "Global Impact of the War in Ukraine: Billions of People Face the Greatest Cost-of-Living Crisis in a Generation." Dossier 2, Nova Iorque.
- UN OCHA (Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas). 2020.** "Haiti: Tropical Storm Laura Situation Report 4." Port-au-Prince. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/tropical_storm_laura_sitrep4_-_ocha_haiti_-_eng_-_final.pdf.
- ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres). 2021a.** *Measuring the Shadow Pandemic: Violence against Women During Covid-19*. Nova Iorque.
- ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres). 2021b.** "Surveys Show That Covid-19 Has Gendered Effects in Asia and the Pacific." <https://data.unwomen.org/resources/surveys-show-covid-19-has-gendered-effects-asia-and-pacific>. Acedido em 1 de outubro de 2021.
- ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2022.** *Government Responses to Covid-19: Lessons on Gender Equality for a World in Turmoil*. Nova Iorque.
- ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres), OIT (Organização Internacional do Trabalho),**

OIM (Organização Internacional para as Migrações) e AIW (Arab Institute for Women) 2021. “Migrant Workers’ Rights and Women’s Rights: Women Migrant Domestic Workers in Lebanon: A Gender Perspective.” Nova Iorque.

DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2022a. *World Economic Situation and Prospects 2022*. Nova Iorque. <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-2022/>. Acedido em 4 de maio de 2022.

DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2022b. *World Population Prospects: The 2022 Revision*. Nova Iorque. <https://population.un.org/wpp/>. Acedido em 11 de julho de 2022.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 1990. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1990: Concept and Measurement of Human Development*. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2001. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001: Making New Technologies Work for Human Development*. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2015. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: Work for Human Development*. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2019. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019: Além do Rendimento, Além das Médias, Além do Presente: Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI*. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2020a. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: A Próxima Fronteira: O desenvolvimento humano e o Antropoceno*. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2020b. *Tackling Social Norms, a Game Changer for Gender Inequalities*. Human Development Perspectives. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2021a. *Climate Finance for Sustaining Peace: Making Climate Finance Work for Conflict-Affected and Fragile Contexts*. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2021b. *Trapped: High Inequality and Low Growth in Latin America and the Caribbean, Regional Human Development Report 2021*. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2022a. “Integrating Mental Health and Psychosocial Support into Peacebuilding.” Guidance Note. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2022b. *New Threats to Human Security in the Anthropocene: Demanding Greater Solidarity*. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2022c. *Arab Human Development Report 2022 Expanding Opportunities for an Inclusive and Resilient Recovery in the Post-Covid Era*. Nova Iorque.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e OPHI (Iniciativa para a Pobreza e Desenvolvimento Humano de Oxford) 2020. *2020 Global Multidimensional Poverty Index: Charting Pathways*

out of Multidimensional Poverty: Achieving the SDGs. Nova Iorque.

PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente). 2021. *Emissions Gap Report 2021: The Heat Is on – a World of Climate Promises Not yet Delivered*. Nairobi.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2017. “Preventing Violent Extremism.” <https://en.unesco.org/preventingviolentextremism>. Acedido em 25 de agosto de 2022.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2018. “International Technical Guidance on Sexuality Education: An Evidence-Informed Approach.” Paris.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2021. “Políticas De Educación Inclusiva.” Estudios sobre políticas educativas en América Latina. Santiago.

Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2022. UIS Developer Portal, Bulk Data Download Service. <https://apiportal.uis.unesco.org/bdds>. Acedido em 28 de abril de 2022.

UNFPA (United Nations Population Fund). 2021. “The State of World Population 2021.” [Data file.] https://www.unfpa.org/modules/custom/unfpa_global_sowp_portal/data-file/SWOP-Data-2021.xlsx. Acedido em 13 de setembro de 2021.

Ungar, M., e Theron, L. 2020. “Resilience and Mental Health: How Multisystemic Processes Contribute to Positive Outcomes.” *The Lancet Psychiatry* 7(5): 441–448.

ACNUR (Agência das Nações Unidas para os Refugiados). 2021. *Global Trends: Forced Displacement in 2020*. Copenhaga.

ACNUR (Agência das Nações Unidas para os Refugiados). 2022a. “Figures at a Glance.” <https://www.unhcr.org/en-us/figures-at-a-glance.html>. Acedido em 16 de junho de 2022.

ACNUR (Agência das Nações Unidas para os Refugiados). 2022b. “Ukraine Emergency.” <https://www.unhcr.org/en-us/ukraine-emergency.html>. Acedido em 25 de julho de 2022.

ACNUR (Agência das Nações Unidas para os Refugiados). 2022c. “ACNUR: Ukraine Other Conflicts Push Forcibly Displaced Total over 100 Million for the First Time.” Comunicado de imprensa, 23 de maio. <https://www.unhcr.org/news/press/2022/5/628a389e4/unhcr-ukraine-other-conflicts-push-forcibly-displaced-total-100-million.html>. Acedido em 25 de julho de 2022.

UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância). 2020a. “Averting a Lost Covid Generation: A Six Point Plan to Respond, Recover and Reimagine a Post-Pandemic World for Every Child.” Nova Iorque.

UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância). 2020b. “The Impact of Covid-19 on the Mental Health of Adolescents and Youth.” <https://www.unicef.org/lac/en/impact-covid-19-mental-health-adolescents-and-youth>. Acedido em 19 de abril de 2021.

UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância). 2021a. “The Changing Childhood Project.” Nova Iorque.

UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância). 2021b. “Gender Transformative Education: Reimagining Education for a More Just and Inclusive World.” Nova Iorque.

UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância). 2021c. *The State of the World’s Children 2021: On My Mind: Promoting, Protecting and Caring for Children’s Mental Health*. Nova Iorque. <https://www.unicef.org/reports/state-worlds-children-2021>. Acedido em 21 de outubro de 2021.

UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância). 2022. “Nearly 37 Million Children Displaced Worldwide – Highest Number Ever Recorded.” <https://www.unicef.org/press-releases/nearly-37-million-children-displaced-worldwide-highest-number-ever-recorded>. Acedido em 21 de junho de 2022.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. 1992. “The Responsibility of the Security Council in the Maintenance of International Peace and Security.” Conselho de Segurança da ONU, Nova Iorque.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. 2021. “Risk of Instability, Tension Growing, Amid Glaring Inequalities in Global Covid-19 Recovery, Top United Nations Officials Warn Security Council.” SC/14422, Nova Iorque. <https://www.un.org/press/en/2021/sc14422.doc.htm>. Acedido em 25 de agosto de 2022.

GNUAD (Gabinete das Nações Unidas para os Assuntos de Desarmamento). 2018. *Securing Our Common Future: An Agenda for Disarmament*. Nova Iorque.

UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). 2021. “Human Trafficking.” <https://www.unodc.org/unodc/en/human-trafficking/human-trafficking.html>. Acedido em 24 de setembro de 2021.

UNSD (Divisão de Estatística das Nações Unidas). 2022. National Accounts Main Aggregates Database. <http://unsstats.un.org/unsd/snaama>. Acedido em 27 de abril de 2022.

Upper, C. 2017. “Macroprudential Frameworks, Implementation and Relationship with Other Policies-Overview.” BPI Documento 94, Banco de Pagamentos Internacionais, Basileia, Suíça.

Urbisz Golkowska, K. 2014. “Arab Women in the Gulf and the Narrative of Change: The Case of Qatar.” *International Studies* 16(1): 51–64.

USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). 2020. “Climate Risks to Resilience Food Security in Bureau for Humanitarian Assistance Geographies Haiti.” Climate Risk Profile. Washington, DC.

Vamos, E. P., Mucsi, I., Keszei, A., Kopp, M. S., e Novak, M. 2009. “Comorbid Depression Is Associated with Increased Healthcare Utilization and Lost Productivity in Persons with Diabetes: A Large Nationally Representative Hungarian Population Survey.” *Psychosomatic Medicine* 71(5): 501–507.

van Baar, J. M., Halpern, D. J., e FeldmanHall, O. 2021. “Intolerance of Uncertainty Modulates Brain-to-Brain Synchrony During Politically Polarized Perception.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(20): e2022491118.

Van Bavel, B., Curtis, D., Dijkman, J., Hannaford, M., De Keyser, M., Van Onacker, E., e Soens, T. 2020. *Disasters and History: The Vulnerability and Resilience of Past Societies*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

- Van Bavel, J. J., Cichocka, A., Capraro, V., Sjästad, H., Nezlek, J. B., Pavlović, T., Alfano, M., e outros. 2022. "National Identity Predicts Public Health Support During a Global Pandemic." *Nature Communications* 13(1): 517.
- van den Berg, D. P., de Bont, P. A., van der Vleugel, B. M., de Roos, C., de Jongh, A., Van Minnen, A., e van der Gaag, M. 2015. "Prolonged Exposure Vs Eye Movement Desensitization and Reprocessing Vs Waiting List for Posttraumatic Stress Disorder in Patients with a Psychotic Disorder: A Randomized Clinical Trial." *JAMA Psychiatry* 72(3): 259–267.
- Van der Kolk, B. A. 2015. *The Body Keeps the Score: Brain, Mind, and Body in the Healing of Trauma*. Nova lorque: Penguin Books.
- Van der Kolk, B. A., e Ffiser, R. 1995. "Dissociation and the Fragmentary Nature of Traumatic Memories: Overview and Exploratory Study." *Journal of Traumatic Stress* 8(4): 505–525.
- Van der Kolk, B. A., Roth, S., Pelcovitz, D., Sunday, S., e Spinazzola, J. 2005. "Disorders of Extreme Stress: The Empirical Foundation of a Complex Adaptation to Trauma." *Journal of Traumatic Stress: Official Publication of The International Society for Traumatic Stress Studies* 18(5): 389–399.
- van der Kolk, B. A., Spinazzola, J., Blaustein, M. E., Hopper, J. W., Hopper, E. K., Korn, D. L., e Simpson, W. B. 2007. "A Randomized Clinical Trial of Eye Movement Desensitization and Reprocessing (EMDR), Fluoxetine, and Pill Placebo in the Treatment of Posttraumatic Stress Disorder: Treatment Effects and Long-Term Maintenance." *Journal of Clinical Psychiatry* 68(1): 37–46.
- van der Lugt, M. 2022. "Look on the Dark Side." <https://aeon.co/essays/in-these-dark-times-the-virtue-we-need-is-hopeful-pessimism>. Acedido em 18 de julho de 2022.
- van Munster, R., e Sylvest, C. 2021. "Nuclear Weapons, Extinction, and the Anthropocene: Reappraising Jonathan Schell." *Review of International Studies* 47(3): 294–310.
- van Panhuis, W. G., Grefenstette, J., Jung, S. Y., Chok, N. S., Cross, A., Eng, H., Lee, B. Y., e outros. 2013. "Contagious Diseases in the United States from 1888 to the Present." *New England Journal of Medicine* 369(22): 2152–2158.
- van Prooijen, J.-W. 2021. "The Psychology of Political Polarization: An Introduction." Em *The Psychology of Political Polarization*. Nova lorque: Routledge.
- van Prooijen, J.-W., e Krouwel, A. P. 2019. "Psychological Features of Extreme Political Ideologies." *Current Directions in Psychological Science* 28(2): 159–163.
- Vanderschraaf, P. 2019. *Strategic Justice: Convention and Problems of Balancing Divergent Interests*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Varma, P., Junge, M., Meaklim, H., e Jackson, M. L. 2021. "Younger People Are More Vulnerable to Stress, Anxiety and Depression During Covid-19 Pandemic: A Global Cross-Sectional Survey." *Progress in Neuro-Psychopharmacology and Biological Psychiatry* 109.
- Varnum, M. E. W., e Grossmann, I. 2021. "The Psychology of Cultural Change: Introduction to the Special Issue." *American Psychologist* 76(6): 833–837.
- Vasconcelos, V. V., Constantino, S. M., Dannenberg, A., Lumkowsky, M., Weber, E., e Levin, S. 2021. "Segregation and Clustering of Preferences Erode Socially Beneficial Coordination." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2102153118.
- Veidis, E. M., LaBeaud, A. D., Phillips, A. A., e Barry, M. 2022. "Tackling the Ubiquity of Plastic Waste for Human and Planetary Health." *The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene* 106(1): 12–14.
- Verdade, L. M., Piña, C. I., e Rosalino, L. M. 2015. "Biofuels and Biodiversity: Challenges and Opportunities." *Environmental Development* 15: 64–78.
- Vickers, C., e Ziebarth, N. 2019. "Lessons for Today from Past Periods of Rapid Technological Change." Documento de referência para *World Economic and Social Survey 2018*. Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, Nova lorque.
- Vignoles, V. L., Owe, E., Becker, M., Smith, P. B., Easterbrook, M. J., Brown, R., González, R., e outros. 2016. "Beyond the 'East-West' Dichotomy: Global Variation in Cultural Models of Selfhood." *Journal of Experimental Psychology: General* 145(8): 966–1000.
- Vinichenko, V., Cherp, A., e Jewell, J. 2021. "Historical Precedents and Feasibility of Rapid Coal and Gas Decline Required for the 1.5° C Target." *One Earth* 4(10): 1477–1490.
- Viscusi, W. K. 1985. "A Bayesian Perspective on Biases in Risk Perception." *Economics Letters* 17(1): 59–62.
- Viscusi, W. K. 1989. "Prospective Reference Theory: Toward an Explanation of the Paradoxes." *Journal of Risk and Uncertainty* 2(3): 235–263.
- von Grebmer, K., Bernstein, J., Wiemers, M., Schiffer, T., Hanano, A., Towey, O., Ni Chéilleachair, R., e outros. 2021. *Global Hunger Index 2021: Hunger and Food Systems in Conflict Settings*. Bonn, Alemanha, e Dublin: Welthungerhilfe.
- von Hippel, W., e Fox, N. 2021. "The Evolution of Extremism." Em Kruglanski, A. W., Kopetz, C., e Szumowska, E., (eds.), *The Psychology of Extremism: A Motivational Perspective*. Nova lorque: Routledge.
- Voosen, P. 2022a. "Bogs, Lakebeds, and Sea Floors Compete to Become Anthropocene's 'Golden Spike'." *Science* 376(6593): 562–563.
- Voosen, P. 2022b. "Use of 'Too Hot' Climate Models Exaggerates Impacts of Global Warming." *Science*, 4 de maio.
- Vörösmärty, C., Green, P., Walsh, K., Corsi, F., e Cak, A. 2020. "CUNY UNDP Sustainable Solutions for Human Development." City University of New York, The Graduate Center, Advanced Science Resource Center. Documento de referência para o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022, PNUD–GRDH, Nova lorque.
- Vos, P. 2015. *Origin of the Dutch Coastal Landscape: Long-Term Landscape Evolution of the Netherlands During the Holocene*. Kooiweg, The Netherlands: Barkhuis.
- Vosoughi, S., Roy, D., e Aral, S. 2018. "The Spread of True and False News Online." *Science* 359(6380): 1146–1151.
- Vu, T. V. 2022. "Linking LGBT Inclusion and National Innovative Capacity." *Social Indicators Research* 159(1): 191–214.
- Wade, M., Prime, H., Johnson, D., May, S. S., Jenkins, J. M., e Browne, D. T. 2021. "The Disparate Impact of Covid-19 on the Mental Health of Female and Male Caregivers." *Social Science & Medicine* 275: 113801.
- Wagner-Pacifi, R. 2017. *What Is an Event?* Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Walicki, N., Ioannides, M. J., e Tilt, B. 2017. "Dams and Displacement - an Introduction." Série de Estudos de Caso - Dam Displacement, Centro de Monitorização de Deslocados Internos (IDMC), Genebra.
- Walker, A., Lyall, K., Silva, D., Craigie, G., Mayshak, R., Costa, B., Hyder, S., e Bentley, A. 2020. "Male Victims of Female-Perpetrated Intimate Partner Violence, Help-Seeking, and Reporting Behaviors: A Qualitative Study." *Psychology of Men & Masculinities* 21(2): 213–223.
- Waltz, E. 2022. "GABA-Enriched Tomato Is First CRISPR-Edited Food to Enter Market." *Nature Biotechnology* 40(1): 9–11.
- Waltz, E., e Nature Biotechnology. 2021. "CRISPR-Edited Tomatoes Are Supposed to Help You Chill Out." *Scientific American*, 24 de dezembro.
- Wang, M., Rieger, M. O., e Hens, T. 2016. "How Time Preferences Differ: Evidence from 53 Countries." *Journal of Economic Psychology* 52: 115–135.
- Wang, P., D'Cruxe, H., e Wood, D. 2019. "Economic Costs and Impacts of Business Data Breaches." *Issues in Information Systems* 20(2): 162–171.
- Wassénus, E., e Crona, B. I. 2022. "Adapting Risk Assessments for a Complex Future." *One Earth* 5(1): 35–43.
- Waszak, P. M., Kasprzycka-Waszak, W., e Kubanek, A. 2018. "The Spread of Medical Fake News in Social Media—the Pilot Quantitative Study." *Health Policy and Technology* 7(2): 115–118.
- Watene, K. 2022. "Indigenous Philosophy and Intergenerational Justice." Série de documentos de trabalho Reimagining the Human-Environment Relationship, Universidade das Nações Unidas – Programa das Nações Unidas para o Ambiente. Nova lorque.
- Watene, K. a publicar. "Kaitiakitanga: Māori Philosophy and Intergenerational Justice." Em Gardiner, S. E., (ed.), *The Oxford Handbook of Intergenerational Ethics*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Watene, K., e Palmer, E. 2020. *Reconciliation, Transitional and Indigenous Justice*. Nova lorque: Routledge.
- Wathelet, M., Duhem, S., Vaiva, G., Baubet, T., Habran, E., Veerapa, E., Debien, C., e outros. 2020. "Factors Associated with Mental Health Disorders among University Students in France Confined During the Covid-19 Pandemic." *Journal of the American Medical Association Network Open* 3(10): 1–13.
- Watson, B., e Osberg, L. 2017. "Healing and/or Breaking? The Mental Health Implications of Repeated Economic Insecurity." *Social Science & Medicine* 188: 119–127.
- Watson, O. J., Barnsley, G., Toor, J., Hogan, A. B., Winskill, P., e Ghani, A. C. 2022. "Global Impact of the First Year of Covid-19 Vaccination: A Mathematical Modelling Study." *The Lancet Infectious Diseases*.

- Way, R., Ives, M., Mealy, P., e Farmer, J. D. 2021. "Empirically Grounded Technology Forecasts and the Energy Transition." Documento de trabalho INET Oxford 2021–01, University of Oxford, Institute for New Economic Thinking at the Oxford Martin School, Oxford, UK.
- CMAD (Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento). 1987. *Our Common Future*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Webb, A., e Coates, D. 2012. "Biofuels and Biodiversity." CBD Technical Series 65, Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montreal.
- Webber, D., Babush, M., Schori-Eyal, N., Vazeou-Nieuwenhuis, A., Hettiarachchi, M., Bélanger, J. J., Moyano, M., e outros. 2018. "The Road to Extremism: Field and Experimental Evidence That Significance Loss-Induced Need for Closure Fosters Radicalization." *Journal of Personality and Social Psychology* 114(2): 270–285.
- Webber, D., Kruglanski, A., Molinaro, E., e Jasko, K. 2020. "Ideologies That Justify Political Violence." *Current Opinion in Behavioral Sciences* 34: 107–111.
- FEM (Fórum Económico Mundial). 2020a. *The Future of Jobs Report 2020*. Genebra.
- FEM (Fórum Económico Mundial). 2020b. "Uncertainty and Instability: The World in Two Words, Says UN Secretary-General." Comunicado de imprensa, 24 de janeiro. <https://www.weforum.org/press/2020/01/uncertainty-and-instability-the-world-in-two-words-says-un-secretary-general>. Acedido em 18 de julho de 2022.
- FEM (Fórum Económico Mundial). 2022. *Global Gender Gap Report 2022: Insight Report*. Genebra.
- Wehi, P. M., Scott, N. J., Beckwith, J., Rodgers, R. P., Gillies, T., Van Uitregt, V., e Watene, K. 2021a. "A Short Scan of Māori Journeys to Antarctica." *Journal of the Royal Society of New Zealand*: 1–12.
- Wehi, P. M., van Uitregt, V., Scott, N. J., Gillies, T., Beckwith, J., Rodgers, R. P., e Watene, K. 2021b. "Transforming Antarctic Management and Policy with an Indigenous Māori Lens." *Nature Ecology & Evolution* 5(8): 1055–1059.
- Weisburd, D., Cave, B., Nelson, M., White, C., Haviland, A., Ready, J., Lawton, B., e Sikkema, K. 2018. "Mean Streets and Mental Health: Depression and Post-Traumatic Stress Disorder at Crime Hot Spots." *American Journal of Community Psychology* 61(3–4): 285–295.
- Weiss, B. 2022. "Why the Past 10 Years of American Life Have Been Uniquely Stupid." *The Atlantic*, 11 de abril.
- Weiss, H. 2017. *Megadrought, Collapse, and Causality*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Weldon, L., Forester, S., Kaitlin, K.-T., e Amber, L. 2018. "Handmaidens or Heroes? Feminist Mobilization as a Force for Economic Justice." Documento de trabalho 2, Simon Fraser University, Feminist Mobilization and Empowerment Project, Burnaby, Canada.
- Weobong, B., Weiss, H. A., McDaid, D., Singla, D. R., Hollon, S. D., Nadkarni, A., Park, A.-L., e outros. 2017. "Sustained Effectiveness and Cost-Effectiveness of the Healthy Activity Programme, a Brief Psychological Treatment for Depression Delivered by Lay Counsellors in Primary Care: 12-Month Follow-up of a Randomised Controlled Trial." *PLOS Medicine* 14(9): 1–13.
- Whaling, K. M., e Sharkey, J. 2020. "Differences in Prevalence Rates of Hopelessness and Suicidal Ideation among Adolescents by Gang Membership and Latinx Identity." *Child and Adolescent Social Work Journal* 37(5): 557–569.
- Wheeler, B. W., Lovell, R., Higgins, S. L., White, M. P., Alcock, I., Osborne, N. J., Husk, K., e outros. 2015. "Beyond Greenspace: An Ecological Study of Population General Health and Indicators of Natural Environment Type and Quality." *International Journal of Health Geographics* 14(1): 1–17.
- The White House. 2022. "Executive Order on Climate-Related Financial Risk." <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2021/05/20/executive-order-on-climate-related-financial-risk/>. Acedido em 10 de maio de 2022.
- Whitten-Woodring, J., Kleinberg, M. S., Thawngmung, A., e Thitsar, M. T. 2020. "Poison If You Don't Know How to Use It: Facebook, Democracy, and Human Rights in Myanmar." *The International Journal of Press/Politics* 25(3): 407–425.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2012. "Understanding and Addressing Violence against Women: Intimate Partner Violence." <https://apps.who.int/iris/handle/10665/77432>. Acedido em 21 de setembro de 2021.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2016. "Global Health Observatory (Gho) Data: Telehealth." <https://www.who.int/data/gho>. Acedido em 5 de junho de 2021.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2017. "Mental Health of Older Adults." <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-of-older-adults>. Acedido em 10 de março de 2021.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2018. "Addictive Behaviours: Gaming Disorder." <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/addictive-behaviours-gaming-disorder>. Acedido em 26 de 2021.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021a. "Definition and Typology of Violence. Violence Prevention Alliance." <https://www.who.int/groups/violence-prevention-alliance/approach>. Acedido em 29 de abril de 2022.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021b. "Dementia." <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/dementia>. Acedido em 7 de abril de 2022.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021c. "Depression." <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/depression>. Acedido em 10 de março de 2021.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021d. "Fact Sheet Suicide." <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acedido em 25 de junho de 2021.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021e. "The Global Health Observatory." <https://www.who.int/data/gho/>. Acedido em 23 de setembro de 2021.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021f. "Mental Health." https://www.who.int/health-topics/mental-health#tab=tab_1. Acedido em 10 de março de 2021.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2021g. "Climate Change and Health." <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>. Acedido em 4 de maio de 2022.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2022a. "Mental Health and Covid-19: Early Evidence of the Pandemic's Impact." Dossier científico. https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Sci_Brief-Mental_health-2022.1. Acedido em 3 de março de 2022.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2022b. "Mental Health: Strengthening Our Response." <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acedido em 26 de julho de 2022.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2022c. *World Mental Health Report: Transforming Mental Health for All*. Genebra. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>. Acedido em 22 de junho de 2022.
- Whyte, K. P. 2013. "Justice Forward: Tribes, Climate Adaptation and Responsibility." Em Koppel Maldonado, J., Colombi, B. and Pandya, R., (eds.), *Climate Change and Indigenous Peoples in the United States*. Nova Iorque: Springer.
- Whyte, K. P. 2017. "Our Ancestors' Dystopia Now: Indigenous Conservation and the Anthropocene." Em Heise, U., Christensen, J., e Niemann, M., (eds.), *The Routledge Companion to the Environmental Humanities*. Abingdon, Reino Unido: Routledge.
- Wilkinson, R., e Pickett, K. 2009. *The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger*. Nova Iorque: Bloomsbury Publishing USA.
- Williams, D. R., e Sternthal, M. 2010. "Understanding Racial-Ethnic Disparities in Health: Sociological Contributions." *Journal of Health and Social Behavior* 51(1_suppl): S15–S27.
- Willis, M. M., e Schor, J. B. 2012. "Does Changing a Light Bulb Lead to Changing the World? Political Action and the Conscious Consumer." *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 644(1): 160–190.
- Wilson, A. E., Parker, V. A., e Feinberg, M. 2020. "Polarization in the Contemporary Political and Media Landscape." *Current Opinion in Behavioral Sciences* 34: 223–228.
- Wing, O. E., Lehman, W., Bates, P. D., Sampson, C. C., Quinn, N., Smith, A. M., Neal, J. C., e outros. 2022. "Inequitable Patterns of US Flood Risk in the Anthropocene." *Nature Climate Change* 12(2): 156–162.
- Winthrop, R. 2020. "Learning to Live Together: How Education Can Help Fight Systemic Racism." *Education Plus Development [blogue]*, 5 de junho. <https://www.brookings.edu/blog/education-plus-development/2020/06/05/learning-to-live-together-how-education-can-help-fight-systemic-racism/>. Acedido em 24 de junho de 2022.
- Witkower, Z., Tracy, J. L., Cheng, J. T., e Henrich, J. 2020. "Two Signals of Social Rank: Prestige and Dominance Are Associated with Distinct Nonverbal Displays." *Journal of Personality and Social Psychology* 118(1): 89–120.
- Witze, A. 2020. "How a Small Nuclear War Would Transform the Entire Planet." *Nature* 579(7797): 485–488.
- Wojcieszak, M., e Garrett, R. K. 2018. "Social Identity, Selective Exposure, and Affective Polarization: How Priming National Identity Shapes Attitudes toward Immigrants Via News Selection." *Human Communication Research* 44(3): 247–273.

- Wojcieszak, M., e Warner, B. R. 2020. "Can Interparty Contact Reduce Affective Polarization? A Systematic Test of Different Forms of Intergroup Contact." *Political Communication* 37(6): 789–811.
- Wolff, S., Schrammeijer, E. A., Schulp, C. J. E., e Verburg, P. H. 2018. "Meeting Global Land Restoration and Protection Targets: What Would the World Look Like in 2050?" *Global Environmental Change* 52: 259–272.
- Grupo de Trabalho sobre o 'Antropoceno' (Subcomissão sobre Estratigrafia Quaternária). 2019. "Results of Binding Vote by AWG, Released 21st May 2019." <http://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene/>. Acedido em 3 de maio de 2022.
- Banco Mundial. 2015. *World Development Report 2015: Mind, Society, and Behavior*. Washington, DC.
- Banco Mundial. 2017a. "Pastoralism & Stability in the Sahel and Horn of Africa (Passha)—P153713." Washington, DC. <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P153713>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Banco Mundial. 2017b. *World Development Report 2017: Governance and the Law*. Washington, DC.
- Banco Mundial. 2020a. *Poverty and Shared Prosperity 2020: Reversals of Fortune*. Washington, DC.
- Banco Mundial. 2020b. *State and Trends of Carbon Pricing 2020*. Washington, DC.
- Banco Mundial. 2022a. "Regional Pastoral Livelihoods Resilience Project—P129408." Washington, DC.
- Banco Mundial. 2022b. "Regional Sahel Pastoralism Support Project—P147674." Washington, DC. <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P147674>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Banco Mundial. 2022c. Base de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial. Washington, DC.
- Wörmann, X., Wilmes, S., Seifert, D., e Anders, S. 2021. "Males as Victims of Intimate Partner Violence—Results from a Clinical-Forensic Medical Examination Centre." *International Journal of Legal Medicine*: 1–9.
- Worster, D. 1985. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Wozniak, A. 2010. "Are College Graduates More Responsive to Distant Labor Market Opportunities?" *Journal of Human Resources* 45(4): 944–970.
- Wuepper, D., e Lybbert, T. J. 2017. "Perceived Self-Efficacy, Poverty, and Economic Development." *Annual Review of Resource Economics* 9: 383–404.
- Wurtzel, E., Vickers, C., Hanson, A. D., Millar, H., Cooper, M., Voss-Fels, K., Nikel, P., e Erb, T. 2019. "Revolutionizing Agriculture with Synthetic Biology." *Nature Plants* 5(5): 1207–1210.
- Wurzel, S., e Hsu, S. 2022. "Progress toward Fusion Energy Breakeven and Gain as Measured against the Lawson Criterion." *Physics of Plasmas* 29(062103).
- WWF (Fundo Mundial para a Natureza). 2020. *Living Planet Report 2020: Bending the Curve of Biodiversity Loss*. Gland, Suíça: WWF.
- WWF (Fundo Mundial para a Natureza) Austrália. 2021. "The Lifecycle of Plastics." <https://www.wwf.org.au/news/blogs/the-lifecycle-of-plastics>. Acedido em 10 de maio de 2022.
- Xiang, Y., Graeber, T., Enke, B., e Gershman, S. J. 2021. "Confidence and Central Tendency in Perceptual Judgment." *Attention, Perception, & Psychophysics* 83(7): 3024–3034.
- Xu, C., Kohler, T. A., Lenton, T. M., Svenning, J.-C., e Scheffer, M. 2020. "Future of the Human Climate Niche." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 117(21): 11350–11355.
- Xue, B., e McMunn, A. 2021. "Gender Differences in Unpaid Care Work and Psychological Distress in the UK Covid-19 Lockdown." *PLOS ONE* 16(3).
- Yan, B., Zhang, X., Wu, L., Zhu, H., e Chen, B. 2020. "Why Do Countries Respond Differently to Covid-19? A Comparative Study of Sweden, China, France, and Japan." *The American Review of Public Administration* 50(6–7): 762–769.
- Yang, S., Keller, F. B., e Zheng, L. 2016. *Social Network Analysis: Methods and Examples*. Washington, DC: Sage Publications.
- Yang, W., Roig, M., Jimenez, M., Perry, J., e Shepherd, A. 2016. *Report on the World Social Situation: Leaving No One Behind: The Imperative of Inclusive Development*. Nova Iorque: Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas.
- Yekefallah, M., Imani, S., Borji, M., Sadighpour, M., Gheitarani, B., Kheradmand, M., e Ghahari, S. 2018. "Comparison of Depression and General Health among Victims of Domestic Violence among the Elderly and Their Peers in Savojbolagh-Iran." *Community Health* 5(2): 132–140.
- Yığıt-Gençten, V. 2022. "Nature-Based Learning Settings and the Transition to Formal Schooling." *Handbook of Research on Innovative Approaches to Early Childhood Development and School Readiness*. Hershey, PA: IGI Global.
- Youngs, R. 2020. "Introduction." Em *Global Civil Society in the Shadow of Coronavirus*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace.
- Youssef, N. A., Lockwood, L., Su, S., Hao, G., e Rutten, B. P. 2018. "The Effects of Trauma, with or without PTSD, on the Transgenerational DNA Methylation Alterations in Human Offsprings." *Brain Sciences* 8(5): 83–99.
- Yu, H., Xue, L., e Barrangou, R. 2021. "Toward Inclusive Global Governance of Human Genome Editing." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(47): e2118540118.
- Zalasiewicz, J., Waters, C. N., Summerhayes, C. P., Wolfe, A. P., Barnosky, A. D., Cearreta, A., Crutzen, P., e outros. 2017. "The Working Group on the Anthropocene: Summary of Evidence and Interim Recommendations." *Anthropocene* 19: 55–60.
- Zald, M. N., Morrill, C., e Rao, H. 2005. "The Impact of Social Movements on Organizations." Em Davis, G. F., McAdam, D., Scott, W.R., e Zald, M. N., (eds.), *Social Movements and Organization Theory* Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Zappia, N., A., 2014. *Traders and Raiders: The Indigenous World of the Colorado Basin, 1540–1859*. Chapel Hill, NC: UNC Press Books.
- Zaremba, H. 2022. "John Kerry: Green Transition Will Be Bigger Than the Industrial Revolution." *Oilprice.com*. <https://oilprice.com/Energy/Energy-General/John-Kerry-Green-Transition-Will-Be-Bigger-Than-The-Industrial-Revolution.html>. Acedido em 24 de agosto de 2022.
- Zeifman, I. 2017. "Bot Traffic Report 2016." <https://www.imperva.com/blog/bot-traffic-report-2016/>. Acedido em 8 de junho de 2022.
- Zelizer, V. A. 1989. "The Social Meaning of Money: 'Special Monies.'" *American Journal of Sociology* 95(2): 342–377.
- Zelizer, V. A. 2017. *The Social Meaning of Money: Pin Money, Paychecks, Poor Relief, and Other Currencies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Zhang, L., Zhou, S., e Kwan, M.-P. 2019. "A Comparative Analysis of the Impacts of Objective Versus Subjective Neighborhood Environment on Physical, Mental, and Social Health." *Health & Place* 59: 102170.
- Ziegler, M., e Trancik, J. 2021. "Re-Examining Rates of Lithium-Ion Battery Technology Improvement and Cost Decline." *Energy & Environmental Science* 4.
- Zilberstein, S., Lamont, M., e Sanchez, M. 2021. "Enabling Hope in a Better Future: Braiding Cultural Repertoires When Facing Uncertainty." Documento apresentado na 33.^a reunião anual da Society for the Advancement of Socio-Economics, 5 de julho.
- Zoellick, R. 2008. "World Bank Chief: Biofuels Boosting Food Prices." Radiodifusão, 11 de abril, Rádio Pública Nacional dos EUA. <https://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=89545855&t=1643790563262&t=1643790801947>. Acedido em 25 de agosto de 2022.
- Zraly, M., e Nyirazinyoye, L. 2010. "Don't Let the Suffering Make You Fade Away: An Ethnographic Study of Resilience among Survivors of Genocide-Rape in Southern Rwanda." *Social Science & Medicine* 70(10): 1656–1664.
- Zscheischler, J., Martius, O., Westra, S., Bevacqua, E., Raymond, C., Horton, R. M., van den Hurk, B., e outros. 2020. "A Typology of Compound Weather and Climate Events." *Nature Reviews Earth & Environment* 1(7): 333–347.
- Zuboff, S. 2019. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. Nova Iorque: PublicAffairs.
- Zurbrügg, C., Drescher, S., Patel, A., e Sharatchandra, H. 2004. "Decentralised Composting of Urban Waste—an Overview of Community and Private Initiatives in Indian Cities." *Waste Management* 24(7): 655–662.
- Zurbrügg, F. 2022. "Macroprudential Policy Beyond the Pandemic: Taking Stock and Looking Ahead." Banco de Pagamentos Internacionais, Centro Internacional de Estudos Monetários e Bancários, Basileia, Suíça.

Anexo estadístico

Anexo estatístico

GUIA DO LEITOR 267

ÍNDICES COMPÓSITOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

1	Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	272
2	Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990-2021	277
3	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	281
4	Índice de Desenvolvimento Humano por Género	286
5	Índice de Desigualdade de Género	291
6	Índice de Pobreza Multidimensional: países em vias de desenvolvimento	296
7	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta	299

REGIÕES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO 304

REFERÊNCIAS ESTATÍSTICAS 305

Guia do leitor

As tabelas estatísticas deste anexo apresentam uma visão geral dos principais aspectos do desenvolvimento humano. As sete tabelas contêm o agrupamento dos índices compósitos de desenvolvimento humano e a estimativa dos seus componentes feita pelo Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH). A sexta tabela, sobre a pobreza multidimensional, foi produzida em parceria com a Iniciativa pela Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford.

As tabelas 1 a 7 estão incluídas no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021/2022. Os cinco painéis do desenvolvimento humano previamente incluídos como parte do Relatório estão agora publicados *online*. O conjunto das sete tabelas estatísticas e dos cinco painéis está disponível para transferência em <https://hdr.undp.org/human-development-report-2021-22>. Salvo indicação em contrário, as tabelas utilizam os dados de que o GRDH dispõe desde 30 de abril de 2022. Todos os índices e indicadores, em conjunto com as notas técnicas sobre o cálculo dos índices compósitos e a informação adicional relativa às fontes, estão disponíveis em <https://hdr.undp.org/data-center>.

Os países e territórios estão classificados pelos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2021. Uma análise à robustez e fiabilidade dos dados recolhidos demonstra que, para a maioria dos países, as diferenças no IDH não são estatisticamente significativas na quarta casa decimal. Por este motivo, os países com o mesmo valor no IDH nas três casas decimais são apresentados na mesma posição.

Fontes e definições

Salvo indicação em contrário, o GRDH utiliza os dados de agências internacionais com o mandato, os meios e a competência para recolher dados nacionais sobre indicadores específicos.

A definição dos indicadores e fontes dos componentes de dados originais são fornecidos no final de cada tabela, incluindo todos os detalhes de cada fonte em *Referências estatísticas*.

Atualizações da metodologia

O Relatório de 2021/2022 mantém todos os índices compósitos da família dos índices de desenvolvimento humano - o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG), o Índice de Desigualdade de Género (IDG), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP). A metodologia utilizada para calcular os índices é a mesma que a utilizada no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020. Para mais detalhes, ver *Notas técnicas 1 a 6* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf.

Comparações ao longo do tempo e entre edições

Uma vez que as agências nacionais e internacionais estão continuamente a melhorar as suas séries de dados, os valores apresentados neste relatório, incluindo os valores e classificações do IDH, não são comparáveis com os publicados em edições anteriores. Para comparar valores do IDH entre anos e países, consultar a tabela 2, que apresenta tendências utilizando dados consistentes, ou visitar a página <https://hdr.undp.org/data-center>, que apresenta dados interpolados consistentes.

Discrepâncias entre as estimativas nacionais e internacionais

Os dados nacionais e internacionais podem divergir, tendo em conta que as agências internacionais, procurando harmonizar os dados nacionais através de uma metodologia consistente para permitir a comparabilidade entre países, produzem ocasionalmente estimativas para os dados em falta. Em outros casos, as agências internacionais podem não ter acesso aos dados nacionais mais recentes. Quando o GRDH toma consciência das discrepâncias, leva-as ao conhecimento das autoridades de dados nacionais e internacionais.

Agrupamentos de países e agregados

As tabelas apresentam agregados ponderados para vários agrupamentos de países. Em geral, um agregado apenas é apresentado quando os dados estão disponíveis para pelo menos metade dos países e representam pelo menos dois terços da população desse agrupamento. Os agregados para cada agrupamento abrangem apenas os países para os quais existem dados.

Classificação do desenvolvimento humano

As classificações do IDH baseiam-se nos critérios-limite fixos, que derivam dos quartis de distribuição dos indicadores dos componentes. Os critérios-limite são de um IDH inferior a 0,550 para o desenvolvimento humano baixo, de 0,550 a 0,699 para o desenvolvimento humano médio, de 0,700 a 0,799 para o desenvolvimento humano elevado e de 0,800 ou mais para o desenvolvimento humano muito elevado.

Agrupamentos regionais

Os agrupamentos regionais baseiam-se nas classificações regionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os países menos desenvolvidos e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento estão referidos de acordo com as classificações da ONU (ver <https://www.un.org/ohrlls/>).

Países em vias de desenvolvimento

Os agregados para os países em vias de desenvolvimento baseiam-se nas informações de todos os países em vias de desenvolvimento que fazem parte de um agrupamento regional.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

Dos 38 membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, 33 são considerados países desenvolvidos e cinco (Costa Rica, Chile, Colômbia, México e Turquia) são considerados países em vias de desenvolvimento. Os agregados referem-se a todos os países do grupo para o qual estão disponíveis os dados.

Notas sobre os países

Os dados relativos à China não incluem a Região Administrativa Especial Chinesa de Hong Kong, a Região Administrativa Especial Chinesa de Macau, nem a Província Chinesa de Taiwan.

Chéquia é o nome abreviado para República Checa desde 2 de maio de 2016.

Reino de Essuatíni é desde 1 de junho de 2018 o nome do país anteriormente conhecido como Suazilândia.

República da Macedónia do Norte (forma abreviada: Macedónia do Norte) é desde 14 de fevereiro de 2019 o nome do país anteriormente conhecido como República Jugoslava da Macedónia.

Türkiye (Turquia) é desde 1 de junho de 2022 o nome do país anteriormente conhecido como Turkey (Turquia).

Símbolos

Um traço entre dois anos, como em 2010-2021, indica que os dados dizem respeito ao ano mais recente disponível durante o período especificado. As taxas de crescimento são geralmente taxas anuais médias de crescimento entre o primeiro e o último ano do período indicado.

Os seguintes símbolos são utilizados nas tabelas:

..	Não disponível
o ou o,o	Nulo ou irrelevante
—	Não aplicável

Agradecimentos quanto aos dados estatísticos

Os índices compósitos e demais recursos estatísticos do Relatório provêm de uma grande variedade dos mais respeitados fornecedores de dados internacionais nas respectivas áreas de especialização. O GRDH está particularmente grato ao Eurostat; ao Global Carbon Project (Projeto Global de Carbono); à ICF Macro; à Organização Internacional do Trabalho; ao Fundo Monetário Internacional; à União Interparlamentar; ao Luxembourg Income Study; ao Grupo Interagencial das Nações Unidas para Estimativa de Mortalidade Infantil; à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico; à Base de Dados Socioeconómicos para a América Latina e Caraíbas; ao Fundo das Nações Unidas para a Infância; ao Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas; ao Instituto de Estatística da UNESCO; ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; à Divisão Estatística das Nações Unidas; ao Banco Mundial; e à World Inequality Database. A base de dados internacional da educação mantida por Robert Barro (Universidade de Harvard) e Jong-Wha Lee (Universidade da Coreia) foi outra fonte valiosa para o cálculo dos índices do Relatório.

Tabelas estatísticas

As sete tabelas contêm os seis índices compósitos de desenvolvimento humano e seus componentes. Desde o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010, foram calculados quatro índices compósitos de desenvolvimento humano: o IDH, o IDHAD, o IDG e o IPM para países em vias de desenvolvimento. O Relatório de 2014 introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG), que compara o IDH calculado separadamente para mulheres e homens. O Relatório de 2020 introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta

(IDHP), que ajusta o IDH considerando a pressão humana excessiva sobre o planeta.

No que concerne a indicadores de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais ou passíveis de ser utilizados na monitorização do progresso rumo a objetivos específicos, os cabeçalhos da tabela incluem os objetivos e metas relevantes.

A Tabela 1, “Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes”, classifica os países pelo valor do IDH até 2021 e detalha os valores dos três componentes do IDH: longevidade, educação (com dois indicadores) e rendimentos *per capita*. Além disso, evidencia a diferença de classificações pelo valor do IDH e do rendimento nacional bruto *per capita*, bem como a classificação do IDH de 2020, calculado utilizando os dados históricos revistos mais recentemente, disponíveis em 2022.

A Tabela 2, “Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990-2021”, apresenta uma sucessão cronológica de valores do IDH que permite comparar os valores de 2021 com os dos anos anteriores. Esta tabela utiliza os dados históricos revistos mais recentemente, disponíveis em 2022, sendo que se aplica a mesma metodologia para calcular os valores do IDH de 2021. Inclui ainda as alterações na classificação do IDH nos últimos seis anos e a taxa média anual de crescimento do IDH ao longo de quatro intervalos de tempo: 1990-2000, 2000-2010, 2010-2021 e 1990-2021.

A Tabela 3, “Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade”, contém duas medidas relacionadas entre si para aferir a desigualdade, o IDHAD e a perda global no IDH devido à desigualdade. O IDHAD projeta-se para lá dos resultados médios de um país em matéria de longevidade, educação e rendimentos para mostrar de que forma é que esses resultados se distribuem entre os seus residentes. O valor do IDHAD pode ser interpretado como o nível do desenvolvimento humano tendo em conta a desigualdade. A diferença relativa entre os valores do IDHAD e do IDH retrata a perda devida à

desigualdade na distribuição do IDH dentro do país. Esta tabela apresenta o coeficiente da desigualdade humana, que consiste na média não ponderada das desigualdades nas três dimensões, e mostra as diferenças de cada país na classificação do IDHAD e do IDH. Um valor negativo significa que ter em conta a desigualdade reduz a posição de um país no IDH. A tabela também apresenta a parcela de rendimentos dos 40 percentis mais pobres, dos 10 percentis mais ricos e do ponto percentual mais rico da população, bem como o coeficiente de Gini.

A Tabela 4, “Índice de Desenvolvimento Humano por Género”, mede as disparidades do IDH por género. Contém valores do IDH estimados separadamente para mulheres e homens, cujo rácio é o valor do IDHG. Quanto mais perto este rácio se encontra de um, menor é a diferença entre homens e mulheres. São igualmente apresentados por género os valores para os três componentes do IDH: longevidade, educação (com dois indicadores) e rendimento *per capita*. A tabela inclui cinco agrupamentos de países por desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH.

A Tabela 5, “Índice de Desigualdade de Género”, apresenta uma avaliação compósita da desigualdade de género utilizando três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Os indicadores de saúde reprodutiva são a taxa de mortalidade materna e a taxa de natalidade na adolescência. Os indicadores de capacitação são a percentagem de assentos parlamentares detidos por mulheres e a percentagem da população com pelo menos algum nível de educação secundária por sexo. O indicador do mercado de trabalho é a participação na força de trabalho por sexo. Um IDG baixo indica uma reduzida desigualdade entre mulheres e homens, e vice-versa.

A Tabela 6, “Índice de Pobreza Multidimensional”, capta as privações múltiplas enfrentadas pelas pessoas nos países em vias de desenvolvimento no que diz respeito à saúde, educação e nível de vida. O IPM mostra tanto a incidência de pobreza multidimensional não referente aos rendimentos (uma contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional) como a respetiva intensidade (a pontuação média de privação experimentada por pessoas multidimensionalmente pobres). Com base em limiares de pontuação de privação, as pessoas são classificadas como multidimensionalmente pobres, em pobreza multidimensional grave ou vulneráveis à pobreza multidimensional. Esta tabela inclui a contribuição da privação em cada dimensão para a pobreza multidimensional global e apresenta ainda medidas de pobreza monetária, população a viver abaixo do limiar nacional de pobreza e população a viver com menos de 1,90 \$, em termos de paridade do poder de compra por dia.

A Tabela 7, “Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta”, ajusta o IDH às pressões planetárias na era do Antropoceno, de forma a refletir uma preocupação pela desigualdade intergeracional, semelhante à adequação do IDH ajustado à desigualdade, motivada por uma preocupação pela desigualdade intergeracional. O valor do IDHP pode ser interpretado como o nível de desenvolvimento humano ajustado pelas emissões de dióxido de carbono por pessoa (com base na produção) e pela pegada material por pessoa com o objetivo de apurar a existência de uma pressão humana excessiva sobre o planeta. A tabela apresenta a diferença relativa entre os valores do IDHP e do IDH, assim como a diferença de classificação de cada país no IDH e no IDHP. Um valor negativo significa que a classificação de um país no IDH diminui ao serem consideradas as pressões planetárias.

ANEXO

Índices compósitos de desenvolvimento humano

TABELA 1

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3	ODS 4.3	ODS 4.4	ODS 8.5	RNB <i>per capita</i> deduzida a classificação do IDH	Classificação do IDH	
		Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) <i>per capita</i>			
		Valor	(anos)	(anos)	(2017 PPC \$)			
	2021	2021	2021 ^a	2021 ^a	2021	2021 ^b	2020	
Desenvolvimento humano muito elevado								
1	Suíça	0,962	84,0	16,5	13,9	66.933	5	3
2	Noruega	0,961	83,2	18,2 ^c	13,0	64.660	6	1
3	Islândia	0,959	82,7	19,2 ^c	13,8	55.782	11	2
4	Hong Kong, China (RAE)	0,952	85,5 ^d	17,3	12,2	62.607	6	4
5	Austrália	0,951	84,5	21,1 ^c	12,7	49.238	18	5
6	Dinamarca	0,948	81,4	18,7 ^c	13,0	60.365	6	5
7	Suécia	0,947	83,0	19,4 ^c	12,6	54.489	9	9
8	Irlanda	0,945	82,0	18,9 ^c	11,6 ^e	76.169 ^f	-3	8
9	Alemanha	0,942	80,6	17,0	14,1 ^e	54.534	6	7
10	Países Baixos	0,941	81,7	18,7 ^{ce}	12,6	55.979	3	10
11	Finlândia	0,940	82,0	19,1 ^c	12,9	49.452	11	12
12	Singapura	0,939	82,8	16,5	11,9	90.919 ^f	-10	10
13	Bélgica	0,937	81,9	19,6 ^c	12,4	52.293	7	16
13	Nova Zelândia	0,937	82,5	20,3 ^c	12,9	44.057	16	13
15	Canadá	0,936	82,7	16,4	13,8 ^e	46.808	9	15
16	Listenstaine	0,935	83,3	15,2	12,5 ^a	146.830 ^h	-15	14
17	Luxemburgo	0,930	82,6	14,4	13,0 ⁱ	84.649 ^f	-13	17
18	Reino Unido	0,929	80,7	17,3	13,4	45.225	9	17
19	Japão	0,925	84,8	15,2 ^e	13,4	42.274	12	19
19	Coreia (República da)	0,925	83,7	16,5	12,5 ^e	44.501	9	20
21	Estados Unidos	0,921	77,2	16,3	13,7	64.765	-14	21
22	Israel	0,919	82,3	16,1	13,3 ^e	41.524	10	22
23	Malta	0,918	83,8	16,8	12,2	38.884	12	26
23	Eslovênia	0,918	80,7	17,7	12,8	39.746	10	23
25	Áustria	0,916	81,6	16,0	12,3	53.619	-8	23
26	Emirados Árabes Unidos	0,911	78,7	15,7	12,7	62.574	-15	25
27	Espanha	0,905	83,0	17,9	10,6	38.354	10	27
28	França	0,903	82,5	15,8	11,6	45.937	-2	28
29	Chipre	0,896	81,2	15,6	12,4	38.188	9	29
30	Itália	0,895	82,9	16,2	10,7	42.840	0	32
31	Estônia	0,890	77,1	15,9	13,5	38.048	8	30
32	Chéquia	0,889	77,7	16,2	12,9	38.745	4	30
33	Grécia	0,887	80,1	20,0 ^c	11,4	29.002	17	33
34	Polónia	0,876	76,5	16,0	13,2	33.034	8	36
35	Barém	0,875	78,8	16,3	11,0	39.497	-1	35
35	Lituânia	0,875	73,7	16,3	13,5	37.931	5	34
35	Arábia Saudita	0,875	76,9	16,1	11,3	46.112	-10	38
38	Portugal	0,866	81,0	16,9	9,6	33.155	3	39
39	Letónia	0,863	73,6	16,2	13,3	32.803	4	37
40	Andorra	0,858	80,4	13,3 ^j	10,6 ^e	51.167 ^k	-19	45
40	Croácia	0,858	77,6	15,1	12,2 ^e	30.132	8	41
42	Chile	0,855	78,9	16,7	10,9 ^e	24.563	14	43
42	Catar	0,855	79,3	12,6	10,0 ^e	87.134 ^f	-39	42
44	São Marino	0,853	80,9	12,3	10,8	52.654	-25	46
45	Eslováquia	0,848	74,9	14,5	12,9	30.690	1	40
46	Hungria	0,846	74,5	15,0 ^e	12,2	32.789	-2	44
47	Argentina	0,842	75,4	17,9	11,1 ^e	20.925	17	47
48	Turquia	0,838	76,0	18,3 ^c	8,6	31.033	-3	48
49	Montenegro	0,832	76,3	15,1	12,2 ^e	20.839	16	52
50	Koweit	0,831	78,7	15,3 ^e	7,3 ^e	52.920	-32	54
51	Brunei Darussalã	0,829	74,6	14,0	9,2	64.490	-42	49
52	Federação Russa	0,822	69,4	15,8	12,8 ⁱ	27.166	-1	49
53	Roménia	0,821	74,2	14,2	11,3	30.027	-4	53
54	Omã	0,816	72,5	14,6	11,7	27.054	-2	51
55	Bahamas	0,812	71,6	12,9 ^j	12,6 ^e	30.486	-8	58
56	Cazaquistão	0,811	69,4	15,8	12,3 ^e	23.943	1	59
57	Trindade e Tobago	0,810	73,0	14,5 ^m	11,6 ^e	23.392	1	56
58	Costa Rica	0,809	77,0	16,5	8,8	19.974	8	57
58	Uruguai	0,809	75,4	16,8	9,0	21.269	5	55
60	Bielorrússia	0,808	72,4	15,2	12,1	18.849	8	60
61	Panamá	0,805	76,2	13,1 ^e	10,5	26.957	-8	67

Continuação -

TABELA 1

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3	ODS 4.3	ODS 4.4	ODS 8.5	RNB <i>per capita</i> deduzida a classificação do IDH	Classificação do IDH	
		Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) <i>per capita</i>			
		Valor	(anos)	(anos)	(2017 PPC \$)			
	2021	2021	2021 ^a	2021 ^a	2021	2021 ^a	2020	
62	Malásia	0,803	74,9	13,3	10,6	26.658	-8	61
63	Geórgia	0,802	71,7	15,6	12,8	14.664	17	64
63	Maurícia	0,802	73,6	15,2 ^e	10,4 ^e	22.025	-1	62
63	Sérvia	0,802	74,2	14,4	11,4	19.123	4	62
66	Tailândia	0,800	78,7	15,9 ^m	8,7	17.030	6	64
Desenvolvimento humano elevado								
67	Albânia	0,796	76,5	14,4	11,3 ^e	14.131	17	68
68	Bulgária	0,795	71,8	13,9	11,4	23.079	-8	64
68	Granada	0,795	74,9	18,7 ^{c,e}	9,0 ⁱ	13.484	18	70
70	Barbados	0,790	77,6	15,7 ^e	9,9 ^a	12.306	26	71
71	Antígua e Barbuda	0,788	78,5	14,2 ^e	9,3 ⁱ	16.792	2	71
72	Seicheles	0,785	71,3	13,9	10,3	25.831	-17	69
73	Sri Lanca	0,782	76,4	14,1 ^e	10,8	12.578	21	75
74	Bósnia-Herzegovina	0,780	75,3	13,8 ^j	10,5	15.242	4	73
75	São Cristóvão e Neves	0,777	71,7	15,4 ^e	8,7 ⁱ	23.358	-16	76
76	Irão (República Islâmica do)	0,774	73,9	14,6	10,6 ^a	13.001	15	77
77	Ucrânia	0,773	71,6	15,0 ^e	11,1 ^a	13.256	11	78
78	Macedónia do Norte	0,770	73,8	13,6 ^e	10,2	15.918	-3	79
79	China	0,768	78,2	14,2 ^e	7,6 ^a	17.504	-8	82
80	República Dominicana	0,767	72,6	14,5 ^e	9,3 ^a	17.990	-11	82
80	Moldávia (República da)	0,767	68,8	14,4	11,8	14.875	-1	81
80	Palau	0,767	66,0	15,8 ^e	12,5 ^a	13.819	5	80
83	Cuba	0,764	73,7	14,4	12,5 ^a	7.879 ^a	37	73
84	Peru	0,762	72,4	15,4 ^e	9,9 ^a	12.246	13	85
85	Arménia	0,759	72,0	13,1	11,3	13.158	4	87
86	México	0,758	70,2	14,9	9,2	17.896	-16	88
87	Brasil	0,754	72,8	15,6	8,1 ^a	14.370	-5	86
88	Colômbia	0,752	72,8	14,4	8,9	14.384	-7	88
89	São Vicente e Granadinas	0,751	69,6	14,7 ^e	10,8	11.961	11	82
90	Maldivas	0,747	79,9	12,6	7,3	15.448	-14	97
91	Argélia	0,745	76,4	14,6 ^m	8,1 ^a	10.800	13	96
91	Azerbaijão	0,745	69,4	13,5	10,5	14.257	-8	100
91	Tonga	0,745	71,0	16,0	11,4 ^a	6.822	34	90
91	Turquemenistão	0,745	69,3	13,2	11,3	13.021	-1	93
95	Equador	0,740	73,7	14,6	8,8	10.312	11	99
96	Mongólia	0,739	71,0	15,0	9,4	10.588	9	90
97	Egito	0,731	70,2	13,8 ^e	9,6 ^a	11.732	4	97
97	Tunísia	0,731	73,8	15,4 ^e	7,4 ^a	10.258	10	94
99	Ilhas Fiji	0,730	67,1	14,7 ^e	10,9 ^a	9.980	9	94
99	Suriname	0,730	70,3	13,0 ^m	9,8 ^m	12.672	-6	92
101	Uzbequistão	0,727	70,9	12,5	11,9	7.917	18	107
102	Domínica	0,720	72,8	13,3 ^e	8,1 ⁱ	11.488	0	106
102	Jordânia	0,720	74,3	10,6	10,4	9.924	8	104
104	Líbia	0,718	71,9	12,9 ⁱ	7,6 ⁱ	15.336	-27	117
105	Paraguai	0,717	70,3	13,0 ^o	8,9	12.349	-10	100
106	Palestina, Estado da	0,715	73,5	13,4	9,9	6.583	21	109
106	Santa Lúcia	0,715	71,1	12,9	8,5	12.048	-7	104
108	Guiana	0,714	65,7	12,5 ^e	8,6	22.465	-47	107
109	África do Sul	0,713	62,3	13,6	11,4	12.948	-17	102
110	Jamaica	0,709	70,5	13,4 ^m	9,2 ^a	8.834	4	110
111	Samoa	0,707	72,8	12,4	11,4	5.308	24	112
112	Gabão	0,706	65,8	13,0 ⁱ	9,4	13.367	-25	113
112	Líbano	0,706	75,0	11,3 ^p	8,7 ⁱ	9.526	-1	103
114	Indonésia	0,705	67,6	13,7 ^e	8,6	11.466	-11	116
115	Vietname	0,703	73,6	13,0 ^s	8,4	7.867	6	113
Desenvolvimento humano médio								
116	Filipinas	0,699	69,3	13,1	9,0	8.920	-3	113
117	Botsuana	0,693	61,1	12,3 ^e	10,3	16.198	-43	110
118	Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,692	63,6	14,9	9,8	8.111	0	119
118	Quirguizistão	0,692	70,0	13,2	11,4 ^a	4.566	26	121
120	Venezuela (República Bolivariana da)	0,691	70,6	12,8 ^p	11,1 ^a	4.811 ⁱ	20	118
121	Iraque	0,686	70,4	12,1 ^s	7,9 ^m	9.977	-12	122

Continuação -

TABELA 1

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3	ODS 4.3	ODS 4.4	ODS 8.5	RNB <i>per capita</i> deduzida a classificação do IDH	Classificação do IDH	
		Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) <i>per capita</i>			
		Valor	(anos)	(anos)	(2017 PPC \$)			
	2021	2021	2021 ^a	2021 ^a	2021	2021 ^b	2020	
122	Tajiquistão	0,685	71,6	11,7 ^e	11,3 ^a	4.548	23	126
123	Belize	0,683	70,5	13,0	8,8	6.309	6	120
123	Marrocos	0,683	74,0	14,2	5,9	7.303	1	122
125	El Salvador	0,675	70,7	12,7 ^o	7,2	8.296	-8	124
126	Nicarágua	0,667	73,8	12,6 ^o	7,1	5.625	6	129
127	Butão	0,666	71,8	13,2 ^e	5,2 ^e	9.438	-15	125
128	Cabo Verde	0,662	74,1	12,6 ^o	6,3 ^p	6.230	2	127
129	Bangladeche	0,661	72,4	12,4	7,4	5.472	4	128
130	Tuvalu	0,641	64,5	9,4 ^o	10,6	6.351	-2	131
131	Ilhas Marshall	0,639	65,3	10,2	10,9	4.620	12	131
132	Índia	0,633	67,2	11,9	6,7 ⁿ	6.590	-6	130
133	Gana	0,632	63,8	12,0	8,3 ⁿ	5.745	-2	135
134	Micronésia (Estados Federados da)	0,628	70,7	11,5 ^l	7,8 ^l	3.696	22	136
135	Guatemala	0,627	69,2	10,6	5,7	8.723	-20	133
136	Quiribati	0,624	67,4	11,8	8,0 ^s	4.063	14	137
137	Honduras	0,621	70,1	10,1 ^o	7,1	5.298	-1	138
138	São Tomé e Príncipe	0,618	67,6	13,4	6,2 ^m	4.021	13	139
139	Namíbia	0,615	59,3	11,9 ^u	7,2 ⁿ	8.634	-23	134
140	República Democrática Popular do Laos	0,607	68,1	10,1	5,4	7.700	-18	142
140	Timor-Leste	0,607	67,7	12,6 ^p	5,4	4.461	7	140
140	Vanuatu	0,607	70,4	11,5 ^o	7,1 ^v	3.085	23	142
143	Nepal	0,602	68,4	12,9	5,1 ⁿ	3.877	10	144
144	Essuatíni (Reino de)	0,597	57,1	13,7 ^o	5,6	7.679	-21	141
145	Guiné Equatorial	0,596	60,6	9,7 ^l	5,9 ^l	12.074	-47	147
146	Camboja	0,593	69,6	11,5 ^m	5,1	4.079	3	148
146	Zimbabué	0,593	59,3	12,1 ^e	8,7 ^e	3.810	9	145
148	Angola	0,586	61,6	12,2	5,4	5.466	-14	149
149	Mianmar	0,585	65,7	10,9 ^o	6,4	3.851	5	145
150	República Árabe da Síria	0,577	72,1	9,2	5,1 ^l	4.192 ^x	-2	152
151	Camarões	0,576	60,3	13,1 ^o	6,2 ⁿ	3.621	6	150
152	Quênia	0,575	61,4	10,7 ^u	6,7	4.474	-6	150
153	Congo	0,571	63,5	12,3 ^e	6,2	2.889	11	153
154	Zâmbia	0,565	61,2	10,9 ^m	7,2 ⁿ	3.218	7	154
155	Ilhas Salomão	0,564	70,3	10,3 ^e	5,7 ^s	2.482	13	155
156	Comores	0,558	63,4	11,9 ^o	5,1 ^l	3.142	6	156
156	Papua-Nova Guiné	0,558	65,4	10,4 ^u	4,7	4.009	-4	157
158	Mauritânia	0,556	64,4	9,4	4,9 ⁿ	5.075	-20	158
159	Costa do Marfim	0,550	58,6	10,7	5,2 ⁿ	5.217	22	159
Desenvolvimento humano baixo								
160	Tanzânia (República Unida da)	0,549	66,2	9,2	6,4 ^e	2.664	7	160
161	Paquistão	0,544	66,1	8,7	4,5	4.624	-19	161
162	Toço	0,539	61,6	13,0 ^o	5,0 ⁿ	2.167	12	163
163	Haiti	0,535	63,2	9,7 ^o	5,6	2.848	2	162
163	Nigéria	0,535	52,7	10,1 ^u	7,2 ^m	4.790	22	163
165	Ruanda	0,534	66,1	11,2	4,4 ^e	2.210	6	165
166	Benim	0,525	59,8	10,8	4,3 ⁿ	3.409	-7	166
166	Uganda	0,525	62,7	10,1 ^u	5,7 ⁿ	2.181	6	166
168	Lesoto	0,514	53,1	12,0 ^o	6,0 ⁿ	2.700	-2	168
169	Maláui	0,512	62,9	12,7 ^o	4,5 ⁿ	1.466	13	169
170	Senegal	0,511	67,1	9,0	2,9 ^e	3.344	-10	170
171	Jibuti	0,509	62,3	7,4 ^o	4,1 ^l	5.025	-32	171
172	Sudão	0,508	65,3	7,9 ^o	3,8	3.575	-14	171
173	Madagáscar	0,501	64,5	10,1 ^o	5,1 ^u	1.484	8	173
174	Gâmbia	0,500	62,1	9,4 ^u	4,6	2.172	-1	173
175	Etiópia	0,498	65,0	9,7 ^o	3,2	2.361	-5	175
176	Eritreia	0,492	66,5	8,1 ^e	4,9 ^v	1.729 ^z	3	176
177	Guiné-Bissau	0,483	59,7	10,6 ^m	3,6	1.908	0	177
178	Libéria	0,481	60,7	10,4	5,1	1.289	7	179
179	Congo (República Democrática do)	0,479	59,2	9,8 ^o	7,0 ^m	1.076	9	180
180	Afeganistão	0,478	62,0	10,3 ^e	3,0	1.824	-2	177
181	Serra Leoa	0,477	60,1	9,6 ^m	4,6 ⁿ	1.622	-1	181

Continuação -

TABELA 1

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 3	ODS 4.3	ODS 4.4	ODS 8.5	RNB <i>per capita</i> deduzida a classificação do IDH	Classificação do IDH
		Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade previstos	Média de anos de escolaridade	Rendimento nacional bruto (RNB) <i>per capita</i>		
		Valor	(anos)	(anos)	(2017 PPC \$)		
	2021	2021	2021 ^a	2021 ^a	2021	2021 ^b	2020
182 Guiné	0,465	58,9	9,8 ^e	2,2 ^a	2.481	-13	182
183 Iémen	0,455	63,8	9,1	3,2 ^v	1.314	1	183
184 Burquina Fasso	0,449	59,3	9,1	2,1 ^a	2.118	-8	185
185 Moçambique	0,446	59,3	10,2 ^e	3,2 ^a	1.198	2	184
186 Mali	0,428	58,9	7,4 ^e	2,3	2.133	-11	186
187 Burundi	0,426	61,7	10,7 ^e	3,1 ^a	732	4	187
188 República Centro-Africana	0,404	53,9	8,0 ^e	4,3	966	1	188
189 Níger	0,400	61,6	7,0 ^e	2,1 ^a	1.240	-3	189
190 Chade	0,394	52,5	8,0 ^e	2,6 ⁱⁱ	1.364	-7	190
191 Sudão do Sul	0,385	55,0	5,5 ^e	5,7	768 ^{aa}	-1	191
Outros países ou territórios							
Coreia (República Popular Democrática da)	..	73,3	10,8 ^p
Mónaco	..	85,9
Nauru	..	63,6	11,7 ^e	..	17.730
Somália	..	55,3	1.018
Agrupamentos por IDH							
Desenvolvimento humano muito elevado	0,896	78,5	16,5	12,3	43.752	-	-
Desenvolvimento humano elevado	0,754	74,7	14,2	8,3	15.167	-	-
Desenvolvimento humano médio	0,636	67,4	11,9	6,9	6.353	-	-
Desenvolvimento humano baixo	0,518	61,3	9,5	4,9	3.009	-	-
Países em vias de desenvolvimento	0,685	69,9	12,3	7,5	10.704	-	-
Regiões							
Estados Árabes	0,708	70,9	12,4	8,0	13.501	-	-
Ásia Oriental e Pacífico	0,749	75,6	13,8	7,8	15.580	-	-
Europa e Ásia Central	0,796	72,9	15,4	10,6	19.352	-	-
América Latina e Caraíbas	0,754	72,1	14,8	9,0	14.521	-	-
Ásia do Sul	0,632	67,9	11,6	6,7	6.481	-	-
África Subsaariana	0,547	60,1	10,3	6,0	3.699	-	-
Países menos desenvolvidos	0,540	64,2	10,2	5,2	2.881	-	-
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,730	70,3	12,4	9,1	16.782	-	-
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,899	79,0	16,5	12,3	45.087	-	-
Mundo	0,732	71,4	12,8	8,6	16.752	-	-

TABELA 1

Notas	
a	Dados referentes a 2021 ou ao ano mais recente para o qual estão disponíveis.
b	Com base nos países para os quais foi calculado o valor do Índice de Desenvolvimento Humano.
c	No cálculo do valor do IDH, os anos previstos de escolaridade têm como limite os 18 anos.
d	No cálculo do valor do IDH, a esperança de vida à nascença tem como limite os 85 anos.
e	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
f	No cálculo do valor do IDH, o RNB <i>per capita</i> tem como limite os 75.000 dólares.
g	Atualizado pelo GRDH com base em dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico durante vários anos.
h	Estimado utilizando a taxa de paridade do poder de compra (PPC) e a taxa de crescimento projetada da Suíça.
i	Atualizado pelo GRDH com base nos dados da OCDE (2022) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
j	Com base em dados do Instituto Nacional de Estatística.
k	Estimado utilizando a taxa de PPC de Espanha.
l	Com base na regressão entre países.
m	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2022) e dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) relativos a vários anos.
n	Atualizado pelo GRDH com base nos dados de Barro e Lee (2018) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
o	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do CEDLAS e do Banco Mundial (2022) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
p	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO relativo a vários anos.
q	Estimativa do GRDH baseada na regressão entre países e na taxa de crescimento projetada pelo DAESNU (2022b).
r	Atualizado pelo GRDH com base nas projeções de Barro e Lee (2018).
s	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a vários anos.
t	FMI (2021) e DAESNU (2022b).
u	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro relativos a vários anos e do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
v	Com base nas projeções de Barro e Lee (2018).
w	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro para vários anos.
x	Estimativa do GRDH baseada em dados do DAESNU (2022b), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2022) e do Banco Mundial (2022).

y	Estimativa do GRDH baseada na regressão entre países e nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
z	Estimativa do GRDH baseada nos dados do FMI (2022), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2022) e do Banco Mundial (2022).
aa	Estimativa do GRDH baseada nos dados do FMI (2022) e da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2022).

Definições

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede os resultados médios em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf.

Esperança de vida à nascença: Número de anos que um recém-nascido poderá esperar viver se os padrões prevalentes de taxas de mortalidade por idade no momento do nascimento permanecerem os mesmos durante toda a vida do recém-nascido.

Anos de escolaridade previstos: Número de anos de escolaridade que uma criança em idade escolar pode esperar alcançar se os padrões predominantes de taxas de inscrição específicas da idade persistirem ao longo da vida da criança.

Média de anos de escolaridade: Número médio de anos de educação obtidos por pessoas com 25 anos ou mais, convertidos a partir dos níveis de escolaridade, utilizando as durações oficiais de cada nível.

Rendimento nacional bruto (RNB) *per capita*: Rendimento agregado de uma economia gerado pela sua produção e posse de fatores de produção, deduzidos os rendimentos pagos pela utilização de fatores de produção pertencentes ao resto do mundo, convertidos em dólares internacionais utilizando taxas de PPC, divididos pela população residente a 30 de junho de cada ano.

RNB *per capita* deduzida a classificação do IDH: Diferença na classificação segundo o RNB *per capita* e o valor do IDH. Um valor negativo significa que o país se encontra mais bem classificado pelo valor do RNB do que pelo valor do IDH.

Classificação do IDH para 2020: Classificação pelo valor do IDH para 2020, calculado utilizando os dados revistos mais recentemente, disponíveis em 2022, que foram utilizados para calcular os valores do IDH para 2020.

Fontes de dados principais

Colunas 1 e 7: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2022), do DAESNU (2022a), do Instituto de Estatística da UNESCO (2022), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2022) e do Banco Mundial (2022).

Coluna 2: DAESNU 2022a.

Coluna 3: CEDLAS e Banco Mundial (2022), Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro, Instituto de Estatística da UNESCO (2022) e Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.

Coluna 4: Barro e Lee (2018), Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro, OCDE (2022), Instituto de Estatística da UNESCO (2022) e Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.

Coluna 5: FMI (2022), DAESNU (2022b), Divisão Estatística das Nações Unidas (2022) e Banco Mundial (2022).

Coluna 6: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 5.

Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990–2021

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)									Alterações na classificação do IDH	Crescimento médio anual do IDH			
	Valor										Crescimento médio anual do IDH (%)			
	1990	2000	2010	2015	2018	2019	2020	2021	2015-2021*		1990-2000	2000-2010	2010-2021	1990-2021
Desenvolvimento humano muito elevado														
1 Suíça	0,851	0,887	0,942	0,954	0,959	0,962	0,956	0,962	0,962	0	0,42	0,60	0,19	0,40
2 Noruega	0,838	0,913	0,941	0,953	0,962	0,961	0,959	0,961	0,961	0	0,86	0,30	0,19	0,44
3 Islândia	0,811	0,871	0,902	0,945	0,959	0,960	0,957	0,959	0,959	0	0,72	0,35	0,56	0,54
4 Hong Kong, China (RAE)	0,788	0,851	0,907	0,935	0,949	0,952	0,949	0,952	0,952	3	0,77	0,64	0,44	0,61
5 Austrália	0,865	0,896	0,923	0,933	0,941	0,941	0,947	0,951	0,951	3	0,35	0,30	0,27	0,31
6 Dinamarca	0,834	0,889	0,913	0,936	0,942	0,946	0,947	0,948	0,948	0	0,64	0,27	0,34	0,41
7 Suécia	0,810	0,904	0,910	0,937	0,942	0,947	0,942	0,947	0,947	-2	1,10	0,07	0,36	0,51
8 Irlanda	0,737	0,847	0,904	0,925	0,937	0,942	0,943	0,945	0,945	6	1,40	0,65	0,40	0,81
9 Alemanha	0,829	0,889	0,926	0,938	0,945	0,948	0,944	0,942	0,942	-5	0,70	0,41	0,16	0,41
10 Países Baixos	0,847	0,893	0,917	0,932	0,939	0,943	0,939	0,941	0,941	-1	0,53	0,27	0,24	0,34
11 Finlândia	0,814	0,891	0,911	0,930	0,936	0,939	0,938	0,940	0,940	0	0,91	0,22	0,29	0,47
12 Singapura	0,727	0,831	0,910	0,930	0,940	0,943	0,939	0,939	0,939	-1	1,35	0,91	0,29	0,83
13 Bélgica	0,816	0,887	0,912	0,924	0,933	0,936	0,928	0,937	0,937	2	0,84	0,28	0,25	0,45
13 Nova Zelândia	0,806	0,887	0,922	0,931	0,936	0,937	0,936	0,937	0,937	-3	0,96	0,39	0,15	0,49
15 Canadá	0,860	0,890	0,911	0,926	0,933	0,937	0,931	0,936	0,936	-2	0,34	0,23	0,25	0,27
16 Listenstaine	..	0,873	0,913	0,924	0,928	0,940	0,933	0,935	0,935	-1	..	0,45	0,22	..
17 Luxemburgo	0,786	0,864	0,912	0,915	0,922	0,927	0,924	0,930	0,930	3	0,95	0,54	0,18	0,54
18 Reino Unido	0,804	0,862	0,912	0,924	0,929	0,935	0,924	0,929	0,929	-3	0,70	0,57	0,17	0,47
19 Japão	0,845	0,877	0,898	0,918	0,923	0,924	0,923	0,925	0,925	0	0,37	0,24	0,27	0,29
19 Coreia (República da)	0,737	0,825	0,890	0,909	0,919	0,923	0,922	0,925	0,925	3	1,13	0,76	0,35	0,74
21 Estados Unidos	0,872	0,891	0,911	0,920	0,927	0,930	0,920	0,921	0,921	-3	0,22	0,22	0,10	0,18
22 Israel	0,787	0,844	0,894	0,909	0,919	0,921	0,917	0,919	0,919	0	0,70	0,58	0,25	0,50
23 Malta	0,730	0,779	0,861	0,889	0,910	0,915	0,911	0,918	0,918	4	0,65	1,01	0,58	0,74
23 Eslovênia	..	0,821	0,890	0,903	0,917	0,921	0,913	0,918	0,918	1	..	0,81	0,28	..
25 Áustria	0,825	0,871	0,902	0,910	0,917	0,919	0,913	0,916	0,916	-4	0,54	0,35	0,14	0,34
26 Emirados Árabes Unidos	0,728	0,796	0,835	0,865	0,909	0,920	0,912	0,911	0,911	9	0,90	0,48	0,80	0,73
27 Espanha	0,757	0,825	0,868	0,889	0,901	0,908	0,899	0,905	0,905	0	0,86	0,51	0,38	0,58
28 França	0,791	0,844	0,877	0,892	0,901	0,905	0,898	0,903	0,903	-3	0,65	0,38	0,27	0,43
29 Chipre	0,716	0,797	0,857	0,871	0,892	0,897	0,894	0,896	0,896	3	1,08	0,73	0,41	0,73
30 Itália	0,778	0,841	0,882	0,882	0,893	0,897	0,889	0,895	0,895	-1	0,78	0,48	0,13	0,45
31 Estónia	0,732	0,787	0,861	0,882	0,891	0,896	0,892	0,890	0,890	-2	0,73	0,90	0,30	0,63
32 Chéquia	0,742	0,808	0,870	0,891	0,894	0,897	0,892	0,889	0,889	-6	0,86	0,74	0,20	0,58
33 Grécia	0,759	0,810	0,869	0,880	0,886	0,889	0,886	0,887	0,887	-2	0,65	0,71	0,19	0,50
34 Polónia	0,716	0,793	0,841	0,868	0,877	0,881	0,876	0,876	0,876	-1	1,03	0,59	0,37	0,65
35 Barém	0,742	0,798	0,808	0,858	0,879	0,882	0,877	0,875	0,875	3	0,73	0,12	0,73	0,53
35 Lituânia	0,734	0,766	0,842	0,862	0,880	0,884	0,879	0,875	0,875	1	0,43	0,95	0,35	0,57
35 Arábia Saudita	0,678	0,737	0,816	0,859	0,865	0,873	0,870	0,875	0,875	2	0,84	1,02	0,64	0,83
38 Portugal	0,701	0,791	0,829	0,850	0,860	0,867	0,863	0,866	0,866	2	1,22	0,47	0,40	0,68
39 Letónia	0,730	0,756	0,824	0,850	0,866	0,871	0,871	0,863	0,863	1	0,35	0,87	0,42	0,54
40 Andorra	..	0,818	0,848	0,867	0,872	0,873	0,848	0,858	0,858	-6	..	0,36	0,11	..
40 Croácia	..	0,759	0,821	0,843	0,856	0,861	0,855	0,858	0,858	5	..	0,79	0,40	..
42 Chile	0,706	0,763	0,813	0,846	0,856	0,861	0,852	0,855	0,855	1	0,78	0,64	0,46	0,62
42 Catar	0,758	0,801	0,834	0,846	0,853	0,859	0,854	0,855	0,855	1	0,55	0,40	0,23	0,39
44 São Marino	0,860	0,862	0,845	0,853	0,853
45 Eslováquia	0,692	0,763	0,840	0,851	0,859	0,862	0,857	0,848	0,848	-5	0,98	0,97	0,09	0,66
46 Hungria	0,720	0,773	0,828	0,838	0,849	0,853	0,849	0,846	0,846	1	0,71	0,69	0,20	0,52
47 Argentina	0,723	0,779	0,834	0,848	0,850	0,852	0,840	0,842	0,842	-4	0,75	0,68	0,09	0,49
48 Turquia	0,600	0,670	0,749	0,817	0,839	0,842	0,833	0,838	0,838	6	1,11	1,12	1,03	1,08
49 Montenegro	0,808	0,822	0,834	0,837	0,826	0,832	0,832	3	0,27	..
50 Koweit	0,718	0,787	0,813	0,830	0,836	0,839	0,822	0,831	0,831	-1	0,92	0,33	0,20	0,47
51 Brunei Darussalã	0,770	0,808	0,828	0,836	0,830	0,830	0,830	0,829	0,829	-3	0,48	0,24	0,01	0,24
52 Federação Russa	0,743	0,732	0,796	0,824	0,841	0,845	0,830	0,822	0,822	-2	-0,15	0,84	0,29	0,33
53 Roménia	0,703	0,715	0,807	0,813	0,827	0,832	0,824	0,821	0,821	3	0,17	1,22	0,16	0,50
54 Omã	..	0,705	0,788	0,823	0,834	0,839	0,827	0,816	0,816	-3	..	1,12	0,32	..
55 Bahamas	..	0,799	0,812	0,820	0,827	0,816	0,815	0,812	0,812	-2	..	0,16	0,00	..
56 Cazaquistão	0,673	0,680	0,767	0,805	0,814	0,819	0,814	0,811	0,811	4	0,10	1,21	0,51	0,60
57 Trindade e Tobago	0,660	0,712	0,790	0,816	0,815	0,821	0,818	0,810	0,810	-2	0,76	1,04	0,23	0,66
58 Costa Rica	0,660	0,710	0,772	0,798	0,811	0,819	0,816	0,809	0,809	4	0,73	0,84	0,43	0,66
58 Uruguai	0,701	0,753	0,787	0,811	0,819	0,821	0,821	0,809	0,809	0	0,72	0,44	0,25	0,46
60 Bielorrússia	..	0,712	0,790	0,812	0,818	0,817	0,807	0,808	0,808	-3	..	1,04	0,21	..

Continuação -

TABELA 2

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)									Alterações na classificação do IDH	Crescimento médio anual do IDH			
	Valor										Crescimento médio anual do IDH (%)			
	1990	2000	2010	2015	2018	2019	2020	2021	2015-2021 ^a		1990-2000	2000-2010	2010-2021	1990-2021
61 Panamá	0,669	0,721	0,773	0,800	0,814	0,817	0,801	0,805	0	0,75	0,70	0,37	0,60	
62 Malásia	0,640	0,721	0,769	0,797	0,807	0,810	0,806	0,803	1	1,20	0,65	0,39	0,73	
63 Geórgia	..	0,702	0,759	0,790	0,804	0,810	0,802	0,802	7	..	0,78	0,50	..	
63 Maurícia	0,626	0,681	0,755	0,795	0,811	0,817	0,804	0,802	2	0,85	1,04	0,55	0,80	
63 Sérvia	..	0,690	0,767	0,794	0,808	0,811	0,804	0,802	4	..	1,06	0,41	..	
66 Tailândia	0,576	0,653	0,737	0,781	0,795	0,804	0,802	0,800	6	1,26	1,22	0,75	1,07	
Desenvolvimento humano elevado														
67 Albânia	0,647	0,677	0,754	0,795	0,806	0,810	0,794	0,796	-2	0,45	1,08	0,49	0,67	
68 Bulgária	0,684	0,725	0,790	0,809	0,809	0,810	0,802	0,795	-9	0,58	0,86	0,06	0,49	
68 Granada	0,782	0,790	0,797	0,800	0,792	0,795	2	0,15	..	
70 Barbados	0,725	0,756	0,788	0,791	0,797	0,799	0,788	0,790	-2	0,42	0,42	0,02	0,28	
71 Antígua e Barbuda	0,790	0,791	0,798	0,800	0,788	0,788	-3	-0,02	..	
72 Seicheles	..	0,744	0,776	0,796	0,800	0,802	0,793	0,785	-8	..	0,42	0,10	..	
73 Sri Lanka	0,636	0,688	0,737	0,764	0,776	0,778	0,780	0,782	9	0,79	0,69	0,54	0,67	
74 Bósnia-Herzegovina	..	0,667	0,725	0,761	0,776	0,783	0,781	0,780	10	..	0,84	0,67	..	
75 São Cristóvão e Neves	0,759	0,772	0,779	0,783	0,779	0,777	2	0,21	..	
76 Irão (República Islâmica do)	0,601	0,685	0,745	0,776	0,787	0,783	0,777	0,774	-2	1,32	0,84	0,35	0,82	
77 Ucrânia	0,729	0,700	0,764	0,774	0,783	0,786	0,775	0,773	-2	-0,41	0,88	0,11	0,19	
78 Macedónia do Norte	..	0,675	0,738	0,762	0,779	0,784	0,774	0,770	5	..	0,90	0,39	..	
79 China	0,484	0,584	0,691	0,733	0,755	0,762	0,764	0,768	19	1,90	1,70	0,97	1,50	
80 República Dominicana	0,577	0,646	0,708	0,736	0,764	0,771	0,764	0,767	16	1,14	0,92	0,73	0,92	
80 Moldávia (República da)	0,653	0,641	0,730	0,749	0,768	0,774	0,766	0,767	9	-0,19	1,31	0,45	0,52	
80 Palau	..	0,739	0,773	0,780	0,778	0,776	0,773	0,767	-7	..	0,45	-0,07	..	
83 Cuba	0,680	0,693	0,780	0,773	0,783	0,788	0,781	0,764	-7	0,19	1,19	-0,19	0,38	
84 Peru	0,621	0,676	0,725	0,759	0,776	0,780	0,762	0,762	1	0,85	0,70	0,45	0,66	
85 Arménia	0,656	0,662	0,746	0,766	0,771	0,778	0,757	0,759	-5	0,09	1,20	0,16	0,47	
86 México	0,662	0,709	0,746	0,768	0,777	0,779	0,756	0,758	-8	0,69	0,51	0,15	0,44	
87 Brasil	0,610	0,679	0,723	0,753	0,764	0,766	0,758	0,754	1	1,08	0,63	0,38	0,69	
88 Colômbia	0,610	0,666	0,726	0,754	0,763	0,768	0,756	0,752	-1	0,88	0,87	0,32	0,68	
89 São Vicente e Granadinas	..	0,683	0,734	0,759	0,775	0,769	0,764	0,751	-4	..	0,72	0,21	..	
90 Maldivas	..	0,628	0,688	0,736	0,750	0,755	0,734	0,747	6	..	0,92	0,75	..	
91 Argélia	0,591	0,649	0,721	0,740	0,745	0,748	0,736	0,745	2	0,94	1,06	0,30	0,75	
91 Azerbaijão	..	0,622	0,727	0,748	0,757	0,761	0,730	0,745	-1	..	1,57	0,22	..	
91 Tonga	0,645	0,685	0,713	0,730	0,742	0,744	0,745	0,745	10	0,60	0,40	0,40	0,47	
91 Turquemenistão	0,711	0,740	0,746	0,742	0,741	0,745	2	0,43	..	
95 Equador	0,651	0,687	0,736	0,765	0,762	0,760	0,731	0,740	-14	0,54	0,69	0,05	0,41	
96 Mongólia	0,579	0,598	0,701	0,732	0,743	0,746	0,745	0,739	4	0,32	1,60	0,48	0,79	
97 Egito	0,572	0,633	0,675	0,706	0,729	0,735	0,734	0,731	13	1,02	0,64	0,73	0,79	
97 Tunísia	0,576	0,658	0,720	0,733	0,743	0,745	0,737	0,731	1	1,34	0,90	0,14	0,77	
99 Ilhas Fiji	0,642	0,681	0,714	0,729	0,745	0,746	0,737	0,730	3	0,59	0,47	0,20	0,42	
99 Suriname	0,723	0,744	0,755	0,755	0,743	0,730	-7	0,09	..	
101 Uzbequistão	..	0,607	0,673	0,701	0,720	0,726	0,721	0,727	11	..	1,04	0,70	..	
102 Domínica	..	0,695	0,711	0,700	0,726	0,729	0,722	0,720	11	..	0,23	0,11	..	
102 Jordânia	0,622	0,678	0,725	0,718	0,723	0,727	0,723	0,720	2	0,87	0,67	-0,06	0,47	
104 Líbia	0,666	0,712	0,739	0,699	0,722	0,722	0,703	0,718	10	0,67	0,37	-0,26	0,24	
105 Paraguai	0,595	0,649	0,685	0,723	0,727	0,732	0,730	0,717	-2	0,87	0,54	0,42	0,60	
106 Palestina, Estado da	0,687	0,710	0,723	0,727	0,716	0,715	2	0,36	..	
106 Santa Lúcia	0,690	0,698	0,728	0,737	0,746	0,735	0,723	0,715	-11	0,12	0,42	-0,16	0,11	
108 Guiana	0,509	0,577	0,656	0,684	0,701	0,708	0,721	0,714	12	1,26	1,29	0,77	1,10	
109 África do Sul	0,632	0,633	0,675	0,716	0,726	0,736	0,727	0,713	-4	0,02	0,64	0,50	0,39	
110 Jamaica	0,659	0,664	0,704	0,713	0,716	0,719	0,713	0,709	-3	0,08	0,59	0,06	0,24	
111 Samoa	..	0,683	0,713	0,716	0,716	0,715	0,712	0,707	-6	..	0,43	-0,08	..	
112 Gabão	0,610	0,635	0,664	0,699	0,706	0,709	0,710	0,706	2	0,40	0,45	0,56	0,47	
112 Líbano	0,770	0,746	0,750	0,745	0,726	0,706	-21	-0,79	..	
114 Indonésia	0,526	0,595	0,664	0,695	0,710	0,716	0,709	0,705	3	1,24	1,10	0,55	0,95	
115 Vietname	0,482	0,588	0,663	0,684	0,697	0,703	0,710	0,703	5	2,01	1,21	0,53	1,22	
Desenvolvimento humano médio														
116 Filipinas	0,598	0,633	0,674	0,698	0,710	0,718	0,710	0,699	0	0,57	0,63	0,33	0,50	
117 Botsuana	0,586	0,585	0,660	0,702	0,716	0,717	0,713	0,693	-6	-0,02	1,21	0,44	0,54	
118 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,550	0,632	0,662	0,690	0,714	0,717	0,694	0,692	0	1,40	0,46	0,40	0,74	
118 Quirguizistão	0,638	0,621	0,664	0,690	0,698	0,698	0,689	0,692	0	-0,27	0,67	0,38	0,26	
120 Venezuela (República Bolivariana da)	0,659	0,684	0,755	0,767	0,738	0,721	0,695	0,691	-41	0,37	0,99	-0,80	0,15	

Continuação -

TABELA 2

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)									Alterações na classificação do IDH	Crescimento médio anual do IDH			
	Valor										Crescimento médio anual do IDH (%)			
	1990	2000	2010	2015	2018	2019	2020	2021	2015-2021*	1990-2000	2000-2010	2010-2021	1990-2021	
121 Iraque	0,528	0,589	0,640	0,675	0,692	0,696	0,679	0,686	1	1,10	0,83	0,63	0,85	
122 Tajiquistão	0,628	0,560	0,636	0,657	0,671	0,676	0,664	0,685	3	-1,14	1,28	0,68	0,28	
123 Belize	0,593	0,640	0,707	0,708	0,706	0,705	0,690	0,683	-14	0,77	1,00	-0,31	0,46	
123 Marrocos	0,447	0,521	0,603	0,654	0,676	0,682	0,679	0,683	3	1,54	1,47	1,14	1,38	
125 El Salvador	0,525	0,617	0,659	0,668	0,680	0,683	0,672	0,675	-2	1,63	0,66	0,22	0,81	
126 Nicarágua	0,490	0,566	0,614	0,647	0,662	0,664	0,654	0,667	1	1,45	0,82	0,76	1,00	
127 Butão	0,581	0,627	0,658	0,671	0,668	0,666	6	1,25	..	
128 Cabo Verde	..	0,569	0,644	0,663	0,673	0,676	0,662	0,662	-4	..	1,25	0,25	..	
129 Bangladeche	0,397	0,485	0,553	0,602	0,635	0,644	0,655	0,661	11	2,02	1,32	1,64	1,66	
130 Tuvalu	0,559	0,597	0,616	0,643	0,642	0,635	0,639	0,641	-2	0,66	0,31	0,36	0,44	
131 Ilhas Marshall	0,638	0,639	0,640	0,639	0,639	-1	
132 Índia	0,434	0,491	0,575	0,629	0,645	0,645	0,642	0,633	-1	1,24	1,59	0,88	1,22	
133 Gana	0,460	0,507	0,574	0,607	0,620	0,631	0,632	0,632	5	0,98	1,25	0,88	1,03	
134 Micronésia (Estados Federados da)	..	0,572	0,625	0,626	0,633	0,633	0,629	0,628	0	..	0,89	0,04	..	
135 Guatemala	0,484	0,550	0,605	0,639	0,640	0,642	0,635	0,627	-6	1,29	0,96	0,33	0,84	
136 Quiribati	..	0,549	0,589	0,622	0,622	0,630	0,623	0,624	-1	..	0,71	0,53	..	
137 Honduras	0,516	0,556	0,597	0,613	0,617	0,632	0,621	0,621	0	0,75	0,71	0,36	0,60	
138 São Tomé e Príncipe	0,485	0,501	0,554	0,596	0,617	0,622	0,619	0,618	4	0,33	1,01	1,00	0,78	
139 Namíbia	0,579	0,546	0,585	0,628	0,636	0,639	0,633	0,615	-7	-0,59	0,69	0,46	0,19	
140 República Democrática Popular do Laos	0,405	0,470	0,551	0,599	0,607	0,610	0,608	0,607	1	1,50	1,60	0,88	1,31	
140 Timor-Leste	0,619	0,614	0,605	0,614	0,614	0,607	-4	-0,18	..	
140 Vanuatu	0,591	0,595	0,603	0,611	0,608	0,607	3	0,24	..	
143 Nepal	0,399	0,467	0,543	0,579	0,601	0,611	0,604	0,602	4	1,59	1,52	0,94	1,34	
144 Essuatíni (Reino de)	0,545	0,471	0,503	0,575	0,607	0,615	0,610	0,597	4	-1,45	0,66	1,57	0,29	
145 Guiné Equatorial	..	0,512	0,579	0,603	0,601	0,605	0,599	0,596	-6	..	1,24	0,26	..	
146 Camboja	0,378	0,425	0,540	0,574	0,591	0,598	0,596	0,593	3	1,18	2,42	0,85	1,46	
146 Zimbabué	0,509	0,452	0,512	0,582	0,602	0,601	0,600	0,593	-1	-1,18	1,25	1,34	0,49	
148 Angola	..	0,375	0,510	0,582	0,595	0,595	0,590	0,586	-3	..	3,12	1,27	..	
149 Mianmar	0,333	0,410	0,510	0,562	0,590	0,598	0,600	0,585	1	2,10	2,21	1,26	1,83	
150 República Árabe da Síria	0,562	0,587	0,660	0,556	0,580	0,584	0,577	0,577	5	0,44	1,18	-1,21	0,09	
151 Camarões	0,452	0,442	0,513	0,560	0,577	0,583	0,578	0,576	2	-0,22	1,50	1,06	0,79	
152 Quênia	0,474	0,481	0,545	0,561	0,577	0,581	0,578	0,575	0	0,15	1,26	0,49	0,63	
153 Congo	0,522	0,491	0,561	0,590	0,578	0,570	0,574	0,571	-9	-0,61	1,34	0,16	0,29	
154 Zâmbia	0,412	0,418	0,529	0,562	0,572	0,575	0,570	0,565	-4	0,14	2,38	0,60	1,02	
155 Ilhas Salomão	..	0,486	0,550	0,559	0,566	0,567	0,565	0,564	-1	..	1,24	0,23	..	
156 Comores	..	0,464	0,520	0,544	0,557	0,560	0,562	0,558	0	..	1,15	0,64	..	
156 Papua-Nova Guiné	0,370	0,447	0,499	0,541	0,554	0,560	0,560	0,558	2	1,91	1,11	1,02	1,33	
158 Mauritània	0,397	0,465	0,510	0,544	0,556	0,563	0,556	0,556	-2	1,59	0,93	0,79	1,09	
159 Costa do Marfim	0,427	0,457	0,473	0,513	0,542	0,550	0,551	0,550	8	0,68	0,34	1,38	0,82	
Desenvolvimento humano baixo														
160 Tanzânia (República Unida da)	0,371	0,398	0,493	0,520	0,538	0,548	0,548	0,549	2	0,70	2,16	0,98	1,27	
161 Paquistão	0,400	0,441	0,505	0,534	0,545	0,546	0,543	0,544	-2	0,98	1,36	0,68	1,00	
162 Togo	0,410	0,446	0,477	0,514	0,528	0,535	0,535	0,539	4	0,85	0,67	1,12	0,89	
163 Haiti	0,429	0,470	0,433	0,529	0,541	0,543	0,540	0,535	-3	0,92	-0,82	1,94	0,71	
163 Nigéria	0,482	0,516	0,531	0,538	0,535	0,535	1	0,95	..	
165 Ruanda	0,319	0,340	0,489	0,515	0,528	0,534	0,532	0,534	0	0,64	3,70	0,80	1,68	
166 Benim	0,359	0,416	0,492	0,529	0,530	0,530	0,524	0,525	-6	1,48	1,69	0,59	1,23	
166 Uganda	0,329	0,394	0,502	0,517	0,522	0,525	0,524	0,525	-3	1,82	2,45	0,41	1,52	
168 Lesoto	0,479	0,452	0,467	0,503	0,522	0,524	0,521	0,514	3	-0,58	0,33	0,88	0,23	
169 Maláui	0,303	0,374	0,456	0,491	0,510	0,519	0,516	0,512	4	2,13	2,00	1,06	1,71	
170 Senegal	0,373	0,388	0,468	0,505	0,512	0,513	0,513	0,511	-1	0,40	1,89	0,80	1,02	
171 Jibuti	..	0,361	0,458	0,493	0,506	0,512	0,510	0,509	1	..	2,41	0,96	..	
172 Sudão	0,336	0,424	0,486	0,508	0,514	0,514	0,510	0,508	-4	2,35	1,37	0,40	1,34	
173 Madagáscar	..	0,443	0,492	0,504	0,507	0,510	0,501	0,501	-3	..	1,05	0,16	..	
174 Gâmbia	0,343	0,404	0,460	0,478	0,495	0,503	0,501	0,500	1	1,65	1,31	0,76	1,22	
175 Etiópia	..	0,287	0,412	0,460	0,489	0,498	0,498	0,498	6	..	3,68	1,74	..	
176 Eritreia	0,463	0,483	0,493	0,495	0,494	0,492	-2	0,55	..	
177 Guiné-Bissau	0,443	0,472	0,482	0,490	0,483	0,483	2	0,79	..	
178 Libéria	..	0,438	0,460	0,473	0,483	0,484	0,480	0,481	0	..	0,49	0,41	..	
179 Congo (República Democrática do)	0,386	0,376	0,429	0,463	0,480	0,482	0,479	0,479	1	-0,26	1,33	1,01	0,70	
180 Afeganistão	0,273	0,335	0,448	0,478	0,483	0,488	0,483	0,478	-5	2,07	2,95	0,59	1,82	

Continuação -

TABELA 2

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)									Alterações na classificação do IDH	Crescimento médio anual do IDH			
	Valor										Crescimento médio anual do IDH (%)			
	1990	2000	2010	2015	2018	2019	2020	2021	2015-2021 ^a	1990-2000	2000-2010	2010-2021	1990-2021	
181 Serra Leoa	0,312	0,318	0,427	0,453	0,470	0,480	0,475	0,477	1	0,19	2,99	1,01	1,38	
182 Guiné	0,269	0,345	0,415	0,440	0,462	0,467	0,466	0,465	1	2,52	1,86	1,04	1,78	
183 Iémen	0,383	0,450	0,510	0,477	0,459	0,461	0,460	0,455	-6	1,63	1,26	-1,03	0,56	
184 Burquina Fasso	..	0,296	0,372	0,418	0,449	0,452	0,449	0,449	2	..	2,31	1,72	..	
185 Moçambique	0,238	0,303	0,402	0,440	0,451	0,456	0,453	0,446	-2	2,44	2,87	0,95	2,05	
186 Mali	0,237	0,317	0,404	0,416	0,430	0,433	0,427	0,428	1	2,95	2,45	0,53	1,92	
187 Burundi	0,290	0,297	0,405	0,428	0,428	0,431	0,426	0,426	-2	0,24	3,15	0,46	1,25	
188 República Centro-Africana	0,338	0,329	0,372	0,384	0,405	0,411	0,407	0,404	2	-0,27	1,24	0,75	0,58	
189 Níger	0,216	0,262	0,338	0,376	0,399	0,406	0,401	0,400	2	1,95	2,58	1,54	2,01	
190 Chade	..	0,291	0,362	0,389	0,398	0,403	0,397	0,394	-1	..	2,21	0,77	..	
191 Sudão do Sul	0,430	0,412	0,395	0,393	0,386	0,385	-3	-1,00	..	
Outros países ou territórios														
Coreia (República Popular Democrática da)	
Mónaco	
Nauru	
Somália	
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	0,784	0,826	0,868	0,889	0,898	0,902	0,895	0,896	-	0,52	0,50	0,29	0,43	
Desenvolvimento humano elevado	0,557	0,625	0,700	0,734	0,751	0,756	0,753	0,754	-	1,16	1,14	0,68	0,98	
Desenvolvimento humano médio	0,453	0,506	0,582	0,627	0,643	0,645	0,642	0,636	-	1,11	1,41	0,81	1,10	
Desenvolvimento humano baixo	0,356 ^b	0,399	0,477	0,506	0,518	0,522	0,519	0,518	-	1,15	1,80	0,75	1,22	
Países em vias de desenvolvimento	0,513	0,569	0,638	0,673	0,687	0,691	0,687	0,685	-	1,04	1,15	0,65	0,94	
Regiões														
Estados Árabes	0,555	0,618	0,676	0,697	0,711	0,715	0,708	0,708	-	1,08	0,90	0,42	0,79	
Ásia Oriental e Pacífico	0,507	0,592	0,684	0,722	0,741	0,748	0,748	0,749	-	1,56	1,45	0,83	1,27	
Europa e Ásia Central	0,664	0,681	0,746	0,783	0,798	0,802	0,793	0,796	-	0,25	0,92	0,59	0,59	
América Latina e Caraíbas	0,633	0,689	0,733	0,758	0,766	0,768	0,755	0,754	-	0,85	0,62	0,26	0,57	
Ásia do Sul	0,442	0,500	0,576	0,623	0,640	0,641	0,638	0,632	-	1,24	1,43	0,85	1,16	
África Subariana	0,407 ^b	0,430	0,503	0,534	0,547	0,552	0,549	0,547	-	0,55	1,58	0,77	0,96	
Países menos desenvolvidos	0,357	0,408	0,487	0,520	0,537	0,542	0,542	0,540	-	1,34	1,79	0,94	1,34	
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,601	0,649	0,693	0,723	0,734	0,738	0,732	0,730	-	0,77	0,66	0,47	0,63	
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,795	0,840	0,875	0,893	0,901	0,905	0,897	0,899	-	0,55	0,41	0,25	0,40	
Mundo	0,601	0,645	0,697	0,724	0,736	0,739	0,735	0,732	-	0,71	0,78	0,45	0,64	

Notas

Para a comparabilidade do IDH entre anos e países, utilizar esta tabela ou os dados interpolados em <https://hdr.undp.org/data-center>, que apresenta tendências utilizando dados consistentes.

- a Um valor positivo indica uma melhoria na classificação.
- b Valor relatado com regras de agregação flexíveis. Para informações sobre as regras de agregação, consultar o *Guia do leitor*.

Definições

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede os resultados médios em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf.

Crescimento médio anual do IDH: Um crescimento anual atenuado do IDH num determinado período, calculado como a taxa de crescimento anual combinada.

Fontes de dados principais

Colunas 1–8: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2022), do DAESNU (2022a), do Instituto de Estatística da UNESCO (2022), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2022) e do Banco Mundial (2022).

Coluna 9: Cálculos baseados nos dados das colunas 4 e 8.

Colunas 10–13: Cálculos baseados nos dados das colunas 1, 2, 3 e 8.

TABELA 3

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade												ODS 10.1			Coeficiente de Gini	
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)	Perda global ^P (%)		Diferença da classificação do IDH ^B		Coeficiente da desigualdade humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^C	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento ^D	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	Parcelas de rendimentos detidas pelos (%)			
	Valor	Valor	Valor	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	40 percentis mais pobres	10 percentis mais ricos	Ponto percentual mais rico		
	2021	2021	2021	2021	2021 ^F	2021	2021 ^F	2021	2021 ^F	2021	2021 ^F	2021	2010-2021 ^F	2010-2021 ^F	2021		2010-2021 ^F
Desenvolvimento humano muito elevado																	
1 Suíça	0,962	0,894	7,1	-3	6,9	3,1	0,954	2,0	0,902	15,6	0,830	19,9	25,8	11,5	33,1		
2 Noruega	0,961	0,908	5,5	0	5,4	2,5	0,948	2,3	0,912	11,4	0,866	22,9	22,4	8,9	27,7		
3 Islândia	0,959	0,915	4,6	2	4,6	2,0	0,945	2,2	0,938	9,5	0,864	23,9	22,1	8,8	26,1		
4 Hong Kong, China (RAE)	0,952	0,828	13,0	-19	12,4	2,1	0,979	9,7	0,802	25,6	0,724	17,9	..		
5 Austrália	0,951	0,876	7,9	-6	7,6	2,7	0,966	3,1	0,896	17,1	0,776	19,5	26,6	11,3	34,3		
6 Dinamarca	0,948	0,898	5,3	3	5,2	3,0	0,916	2,5	0,909	10,1	0,870	23,5	23,5	12,9	27,7		
7 Suécia	0,947	0,885	6,5	0	6,4	2,6	0,944	3,9	0,885	12,8	0,830	21,9	22,7	10,5	29,3		
8 Irlanda	0,945	0,886	6,2	2	6,2	2,8	0,927	3,4	0,856	12,3	0,877	21,8	25,1	11,8	30,6		
9 Alemanha	0,942	0,883	6,3	1	6,2	3,4	0,901	2,7	0,917	12,5	0,833	20,8	25,1	12,8	31,7		
10 Países Baixos	0,941	0,878	6,7	1	6,7	3,3	0,917	4,9	0,875	11,9	0,842	22,3	23,9	6,9	29,2		
11 Finlândia	0,940	0,890	5,3	6	5,2	2,8	0,928	2,4	0,907	10,5	0,839	23,1	23,0	10,9	27,7		
12 Singapura	0,939	0,817	13,0	-15	12,4	2,3	0,944	10,0	0,771	25,0	0,750	14,2	..		
13 Bélgica	0,937	0,874	6,7	1	6,6	3,6	0,918	5,9	0,859	10,3	0,848	23,2	22,3	8,6	27,2		
13 Nova Zelândia	0,937	0,865	7,7	0	7,5	4,2	0,921	1,8	0,914	16,4	0,768	11,9	..		
15 Canadá	0,936	0,860	8,1	1	7,9	4,1	0,924	2,5	0,893	17,1	0,770	19,5	25,3	13,9	33,3		
16 Listenstaine	0,935	4,7	0,927		
17 Luxemburgo	0,930	0,850	8,6	0	8,4	3,9	0,926	4,7	0,794	16,7	0,833	19,1	25,8	10,4	34,2		
18 Reino Unido	0,929	0,850	8,5	1	8,2	3,9	0,898	2,8	0,901	18,0	0,758	18,6	26,7	12,7	35,1		
19 Japão	0,925	0,850	8,1	2	7,9	2,5	0,972	4,5	0,829	16,7	0,761	20,5	26,4	13,1	32,9		
19 Coreia (República da)	0,925	0,838	9,4	-3	9,3	2,8	0,952	8,8	0,799	16,1	0,773	20,5	24,0	14,7	31,4		
21 Estados Unidos	0,921	0,819	11,1	-5	10,6	5,9	0,828	2,7	0,883	23,2	0,751	15,3	30,8	19,1	41,5		
22 Israel	0,919	0,815	11,3	-8	10,9	3,2	0,927	6,3	0,835	23,1	0,700	16,1	27,6	16,6	38,6		
23 Malta	0,918	0,849	7,5	2	7,4	3,2	0,950	5,2	0,829	13,9	0,776	21,2	24,8	9,1	31,0		
23 Eslovénia	0,918	0,878	4,4	13	4,4	2,7	0,908	2,1	0,898	8,3	0,829	24,8	20,7	8,0	24,4		
25 Áustria	0,916	0,851	7,1	9	6,9	3,3	0,917	2,5	0,832	14,9	0,808	21,2	23,2	10,1	30,2		
26 Emirados Árabes Unidos	0,911	4,5	0,862	12,6	0,751	23,0	20,0	15,8	26,0		
27 Espanha	0,905	0,788	12,9	-12	12,6	2,9	0,941	15,7	0,717	19,3	0,725	18,5	24,9	12,4	34,3		
28 França	0,903	0,825	8,6	2	8,5	3,8	0,925	7,7	0,762	13,9	0,797	20,9	26,7	9,8	32,4		
29 Chipre	0,896	0,819	8,6	2	8,4	2,6	0,917	9,5	0,768	13,0	0,781	21,3	25,5	11,5	31,2		
30 Itália	0,895	0,791	11,6	-7	11,2	2,7	0,940	10,1	0,727	20,9	0,724	18,3	25,9	8,7	35,2		
31 Estónia	0,890	0,829	6,9	7	6,6	2,9	0,853	2,0	0,876	15,0	0,763	21,0	23,3	11,8	30,8		
32 Chéquia	0,889	0,850	4,4	14	4,4	3,1	0,860	1,3	0,868	8,8	0,821	24,6	21,5	10,0	25,3		
33 Grécia	0,887	0,791	10,8	-4	10,7	3,6	0,891	11,7	0,777	16,6	0,714	19,6	24,9	10,8	33,1		
34 Polónia	0,876	0,816	6,8	4	6,8	3,9	0,834	4,5	0,845	12,1	0,770	21,5	24,0	14,9	30,2		
35 Barém	0,875	4,5	0,863	12,6	0,718	25,1	..		
35 Lituânia	0,875	0,800	8,6	2	8,3	4,3	0,791	3,6	0,870	17,1	0,744	19,0	27,5	11,0	35,3		
35 Arábia Saudita	0,875	5,1	0,831	18,1	0,676	21,0	..		
38 Portugal	0,866	0,773	10,7	-4	10,6	3,2	0,909	13,1	0,685	15,5	0,741	20,4	26,0	9,6	32,8		
39 Letónia	0,863	0,792	8,2	2	8,0	4,2	0,790	2,2	0,872	17,5	0,722	19,3	26,6	9,1	34,5		
40 Andorra	0,858	5,3	0,880	10,0	0,649		
40 Croácia	0,858	0,797	7,1	4	7,0	3,8	0,853	4,2	0,791	13,0	0,751	21,7	22,2	10,2	28,9		
42 Chile	0,855	0,722	15,6	-8	15,0	4,9	0,862	11,7	0,732	28,3	0,596	15,0	35,8	27,1	44,9		
42 Catar	0,855	3,9	0,877	11,2	0,607	23,6	..		
44 São Marino	0,853	2,8	0,910	5,6	0,662		
45 Eslováquia	0,848	0,803	5,3	8	5,2	4,7	0,805	1,7	0,819	9,1	0,787	24,9	18,8	7,0	23,2		
46 Hungria	0,846	0,792	6,4	6	6,4	4,0	0,806	2,9	0,802	12,3	0,767	21,4	23,3	12,3	30,0		
47 Argentina	0,842	0,720	14,5	-6	13,8	7,6	0,787	5,8	0,818	28,1	0,580	14,3	30,3	21,7	42,3		
48 Turquia	0,838	0,717	14,4	-7	14,2	5,9	0,811	13,6	0,680	23,1	0,667	15,5	31,6	18,8	41,9		
49 Montenegro	0,832	0,756	9,1	2	9,0	2,3	0,847	7,8	0,760	16,9	0,670	16,8	26,0	9,7	36,8		
50 Koweit	0,831	5,6	0,853	22,1	0,522	19,4	..		
51 Brunei Darussalã	0,829	7,5	0,778	13,6	..		
52 Federação Russa	0,822	0,751	8,6	1	8,4	5,5	0,718	2,0	0,846	17,6	0,697	19,1	29,0	21,0	36,0		
53 Roménia	0,821	0,733	10,7	1	10,4	4,9	0,793	5,4	0,729	20,9	0,682	17,8	24,5	14,4	34,8		
54 Omã	0,816	0,708	13,2	-7	13,0	7,1	0,751	11,9	0,698	20,1	0,676	19,6	..		
55 Bahamas	0,812	8,7	0,724	6,9	0,726	20,8	..		
56 Cazaquistão	0,811	0,755	6,9	5	6,9	7,3	0,704	3,2	0,823	10,3	0,742	23,3	23,4	15,4	27,8		

Continuação -

TABELA 3

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	ODS 10.1												Parcelas de rendimentos detidas pelos	Coeficiente de Gini		
		Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)				Coeficiente da desigualdade humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação*	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento*	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	Parcelas de rendimentos detidas pelos				
		Valor	Valor	Perda global ^b (%)	Diferença da classificação do IDH ^b								(%)			Valor	(%)
		2021	2021	2021	2021	2021	2021 ^c	2021	2021 ^c	2021	2021 ^c	2021	2010-2021 ^c			2010-2021 ^c	2021
57	Trindade e Tobago	0,810	10,9	0,726	20,8	..	
58	Costa Rica	0,809	0,664	17,9	-17	17,0	5,9	0,826	11,6	0,666	33,4	0,533	12,1	37,0	19,1	49,3	
58	Uruguai	0,809	0,710	12,2	-3	11,8	5,4	0,807	6,5	0,717	23,5	0,619	16,0	29,9	14,7	40,2	
60	Bielorrússia	0,808	0,765	5,3	10	5,3	3,3	0,780	2,8	0,803	9,6	0,715	24,8	20,7	9,9	24,4	
61	Panamá	0,805	0,640	20,5	-19	19,6	10,9	0,771	11,4	0,633	36,6	0,536	11,7	38,0	20,8	49,8	
62	Malásia	0,803	6,0	0,794	12,1	0,638	15,9	31,3	14,9	41,1	
63	Geórgia	0,802	0,706	12,0	-2	11,4	6,6	0,743	2,8	0,836	24,9	0,566	19,0	26,2	21,1	34,5	
63	Maurícia	0,802	0,666	17,0	-11	16,9	10,6	0,736	21,9	0,601	18,2	0,667	18,8	29,9	15,9	36,8	
63	Sérvia	0,802	0,720	10,2	5	9,9	4,1	0,799	7,2	0,723	18,5	0,647	18,9	26,0	10,9	34,5	
66	Tailândia	0,800	0,686	14,3	-2	14,2	6,9	0,841	16,8	0,608	18,8	0,630	19,0	27,0	17,8	35,0	
Desenvolvimento humano elevado																	
67	Albânia	0,796	0,710	10,8	5	10,8	6,8	0,810	12,3	0,682	13,2	0,649	21,0	23,8	8,9	30,8	
68	Bulgária	0,795	0,701	11,8	2	11,4	5,2	0,756	5,9	0,721	23,0	0,633	16,7	31,4	18,3	40,3	
68	Granada	0,795	9,6	0,764	
70	Barbados	0,790	0,657	16,8	-9	15,7	8,0	0,815	5,5	0,722	33,6	0,483	
71	Antígua e Barbuda	0,788	4,7	0,857	
72	Seicheles	0,785	0,661	15,8	-7	15,1	9,4	0,715	6,7	0,681	29,3	0,593	19,6	23,9	20,6	32,1	
73	Sri Lanca	0,782	0,676	13,6	-2	13,2	5,2	0,823	12,0	0,663	22,4	0,567	17,9	32,6	20,6	39,3	
74	Bósnia-Herzegovina	0,780	0,677	13,2	0	13,0	4,0	0,817	14,8	0,626	20,2	0,606	19,8	25,1	8,9	33,0	
75	São Cristóvão e Neves	0,777	8,0	0,732	
76	Irão (República Islâmica do)	0,774	0,686	11,4	5	11,1	8,5	0,758	5,0	0,723	19,7	0,590	16,3	31,7	18,2	40,9	
77	Ucrânia	0,773	0,726	6,1	18	6,0	5,8	0,748	3,6	0,758	8,5	0,675	24,3	21,8	9,5	25,6	
78	Macedónia do Norte	0,770	0,686	10,9	7	10,6	4,4	0,792	8,4	0,659	19,2	0,619	18,5	23,0	6,5	33,0	
79	China	0,768	0,651	15,2	-3	14,8	5,3	0,848	11,7	0,573	27,4	0,567	17,4	29,5	14,0	38,2	
80	República Dominicana	0,767	0,618	19,4	-9	19,4	17,6	0,667	15,0	0,605	25,6	0,583	16,9	30,5	20,8	39,6	
80	Moldávia (República da)	0,767	0,711	7,3	16	7,3	8,9	0,685	2,6	0,775	10,4	0,677	24,1	22,0	9,8	26,0	
80	Palau	0,767	12,5	0,620	2,2	0,836	
83	Cuba	0,764	4,6	0,788	9,1	0,743	16,7	..	
84	Peru	0,762	0,635	16,7	-3	16,4	8,6	0,736	14,3	0,649	26,3	0,535	14,4	32,9	21,2	43,8	
85	Arménia	0,759	0,688	9,4	13	9,1	7,0	0,744	2,9	0,720	17,4	0,609	24,5	21,5	15,4	25,2	
86	México	0,758	0,621	18,1	-3	17,6	9,5	0,699	13,5	0,623	29,8	0,550	14,3	35,5	28,4	45,4	
87	Brasil	0,754	0,576	23,6	-20	22,3	10,0	0,730	15,7	0,594	41,3	0,440	13,2	39,4	25,7	48,9	
88	Colômbia	0,752	0,589	21,7	-14	20,6	9,4	0,737	14,6	0,595	37,7	0,468	10,2	42,2	19,9	54,2	
89	São Vicente e Granadinas	0,751	9,1	0,694	9,2	0,698	
90	Maldivas	0,747	0,594	20,5	-9	19,8	4,1	0,884	29,3	0,421	25,8	0,565	22,1	23,3	13,3	29,3	
91	Argélia	0,745	0,598	19,7	-7	19,1	12,4	0,760	33,3	0,451	11,5	0,626	23,1	22,9	9,9	27,6	
91	Azerbaijão	0,745	0,685	8,1	14	7,9	11,3	0,673	3,6	0,700	8,9	0,683	14,3	..	
91	Tonga	0,745	0,666	10,6	11	10,4	8,7	0,716	4,3	0,790	18,2	0,522	18,2	29,7	..	37,6	
91	Turquemenistão	0,745	0,619	16,9	0	16,4	20,0	0,607	2,9	0,720	26,2	0,543	19,9	..	
95	Equador	0,740	0,604	18,4	0	17,8	8,9	0,752	13,4	0,606	31,1	0,483	13,0	36,0	13,7	47,3	
96	Mongólia	0,739	0,644	12,9	10	12,7	9,3	0,711	11,9	0,643	16,9	0,585	20,2	25,7	16,5	32,7	
97	Egito	0,731	0,519	29,0	-21	28,0	10,7	0,690	36,9	0,443	36,5	0,457	21,8	26,9	19,9	31,5	
97	Tunísia	0,731	0,588	19,6	-7	19,2	10,0	0,745	30,7	0,469	16,9	0,581	20,1	25,6	10,9	32,8	
99	Ilhas Fiji	0,730	15,2	0,614	2,6	0,753	21,3	24,2	..	30,7	
99	Suriname	0,730	0,532	27,1	-18	25,3	11,0	0,688	18,4	0,562	46,7	0,390	20,8	..	
101	Uzbequistão	0,727	8,5	0,716	0,6	0,739	16,9	..	
102	Dominica	0,720	9,0	0,740	
102	Jordânia	0,720	0,617	14,3	7	14,2	9,3	0,757	15,4	0,545	17,9	0,570	20,3	27,5	17,5	33,7	
104	Líbia	0,718	7,8	0,736	13,6	..	
105	Paraguai	0,717	0,582	18,8	-6	18,3	11,4	0,685	13,2	0,570	30,4	0,506	14,9	33,3	20,8	43,5	
106	Palestina, Estado da	0,715	0,584	18,3	-4	17,6	10,2	0,738	11,0	0,625	31,6	0,432	19,2	25,2	17,9	33,7	
106	Santa Lúcia	0,715	0,559	21,8	-8	21,3	9,3	0,713	27,3	0,467	27,4	0,525	11,0	38,6	..	51,2	
108	Guiana	0,714	0,591	17,2	3	17,1	15,8	0,592	10,4	0,568	25,1	0,613	20,8	..	
109	África do Sul	0,713	0,471	33,9	22	31,1	18,9	0,529	17,3	0,627	57,0	0,316	7,2	50,5	21,9	63,0	
110	Jamaica	0,709	0,591	16,6	5	15,7	8,7	0,709	6,5	0,633	32,0	0,461	20,8	..	
111	Samoa	0,707	0,613	13,3	13	13,1	10,4	0,727	7,0	0,674	21,9	0,469	17,9	31,3	..	38,7	
112	Gabão	0,706	0,554	21,5	-3	21,5	19,7	0,566	23,5	0,517	21,2	0,583	16,8	27,7	11,0	38,0	

Continuação -

TABELA 3

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Perda global ^P (%)	Diferença da classificação do IDH ^B	Coeficiente da desigualdade humana	Desigualdade na esperança de vida (%)	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade		Índice de educação ajustado à desigualdade		Desigualdade no rendimento ^A	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	ODS 10.1				Coeficiente de Gini		
		Valor	Valor					Valor	Valor	Valor	Valor			Valor	Valor	Parcelas de rendimentos detidas pelos (%)				
																40 percentis mais pobres	10 percentis mais ricos		Ponto percentual mais rico	2010-2021 ^F
112 Líbano	0,706	5,6	0,800	6,2	0,567	20,6	24,8	21,0	31,8					
114 Indonésia	0,705	0,585	17,0	4	16,9	13,2	0,635	17,3	0,552	20,1	0,572	18,1	29,6	18,3	37,3					
115 Vietname	0,703	0,602	14,4	14	14,3	13,1	0,717	15,3	0,541	14,6	0,563	18,6	27,5	16,2	35,7					
Desenvolvimento humano médio																				
116 Filipinas	0,699	0,574	17,9	2	17,5	14,4	0,649	10,1	0,597	28,1	0,488	16,1	33,5	16,9	42,3					
117 Botsuana	0,693	21,6	0,496	23,3	0,526	10,9	41,5	22,7	53,3					
118 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,692	0,549	20,7	-1	20,5	18,0	0,550	16,5	0,620	26,9	0,486	14,5	32,6	20,8	43,6					
118 Quirguizistão	0,692	0,627	9,4	23	9,2	10,5	0,688	3,4	0,721	13,8	0,497	22,5	24,0	18,4	29,0					
120 Venezuela (República Bolivariana da)	0,691	0,592	14,3	14	14,2	12,8	0,678	8,7	0,663	21,0	0,462	20,8 ^I	..					
121 Iraque	0,686	0,554	19,2	4	18,8	14,0	0,667	29,7	0,421	12,7	0,607	21,9	23,7	20,7	29,5					
122 Tajiquistão	0,685	0,599	12,6	19	12,3	16,5	0,663	6,0	0,659	14,5	0,493	19,4	26,4	14,9	34,0					
123 Belize	0,683	0,535	21,7	1	20,7	9,2	0,705	14,8	0,559	37,9	0,389	20,8	..					
123 Marrocos	0,683	0,504	26,2	-4	25,1	10,9	0,741	41,9	0,343	22,5	0,502	17,4	31,9	15,1	39,5					
125 El Salvador	0,675	0,548	18,8	5	18,6	9,5	0,706	23,8	0,450	22,5	0,517	17,1	29,8	14,5	38,8					
126 Nicarágua	0,667	0,516	22,6	1	22,1	9,9	0,747	25,8	0,437	30,7	0,422	14,3	37,2	20,8	46,2					
127 Butão	0,666	0,471	29,3	-6	27,7	14,9	0,678	48,2	0,279	20,0	0,550	17,5	27,9	14,2	37,4					
128 Cabo Verde	0,662	8,8	0,758	27,4	0,405	15,4	32,3	13,9	42,4					
129 Bangladeche	0,661	0,503	23,9	0	23,1	15,5	0,681	37,3	0,371	16,6	0,504	21,0	26,8	16,3	32,4					
130 Tuvalu	0,641	0,541	15,6	8	15,5	14,4	0,587	9,2	0,557	22,9	0,483	17,4	30,8	..	39,1					
131 Ilhas Marshall	0,639	17,5	0,575	4,8	0,616	18,9	27,5	..	35,5					
132 Índia	0,633	0,475	25,0	-2	24,4	16,9	0,604	36,9	0,348	19,4	0,510	19,8	30,1	21,7	35,7					
133 Gana	0,632	0,458	27,5	-6	27,3	22,8	0,520	35,1	0,397	24,1	0,464	14,3	32,2	15,2	43,5					
134 Micronésia (Estados Federados da)	0,628	13,9	0,672	26,4	0,401	16,2	29,7	..	40,1					
135 Guatemala	0,627	0,460	26,6	-3	26,1	13,9	0,652	35,0	0,314	29,6	0,475	13,1	38,1	20,8	48,3					
136 Quiribati	0,624	0,516	17,3	8	17,2	22,5	0,566	9,6	0,537	19,4	0,451	23,0	22,9	..	27,8					
137 Honduras	0,621	0,479	22,9	4	22,2	10,1	0,693	21,6	0,406	34,9	0,390	11,6	34,6	20,8	48,2					
138 São Tomé e Príncipe	0,618	0,503	18,6	7	18,4	10,4	0,656	18,7	0,470	26,2	0,412	16,8	32,9	9,0	40,7					
139 Namíbia	0,615	0,402	34,6	-10	32,8	19,9	0,484	25,0	0,428	53,6	0,313	8,6	47,3	21,6	59,1					
140 República Democrática Popular do Laos	0,607	0,459	24,4	1	24,2	20,6	0,587	31,3	0,316	20,6	0,521	17,8	31,2	20,1	38,8					
140 Timor-Leste	0,607	0,440	27,5	-3	26,2	20,2	0,586	44,9	0,293	13,6	0,496	22,8	24,0	15,7	28,7					
140 Vanuatu	0,607	14,0	0,667	19,7	0,416	19,9	24,7	..	32,3					
143 Nepal	0,602	0,449	25,4	0	24,3	15,5	0,630	41,1	0,311	16,3	0,462	20,4	26,4	13,9	32,8					
144 Essuatíni (Reino de)	0,597	0,424	29,0	-3	28,6	23,8	0,435	24,1	0,431	37,9	0,407	10,5	42,7	19,3	54,6					
145 Guiné Equatorial	0,596	30,1	0,437	17,6	..					
146 Camboja	0,593	0,479	19,2	11	19,0	15,4	0,646	27,3	0,355	14,3	0,480	18,6	..					
146 Zimbabué	0,593	0,458	22,8	4	22,5	24,0	0,459	14,6	0,535	28,8	0,392	15,1	34,8	21,1	50,3					
148 Angola	0,586	0,407	30,5	-2	30,4	28,2	0,460	34,2	0,341	28,9	0,430	11,5	39,6	26,0	51,3					
149 Mianmar	0,585	21,2	0,554	26,9	0,377	21,9	25,5	17,1	30,7					
150 República Árabe da Síria	0,577	13,0	0,697	21,2	..					
151 Camarões	0,576	0,393	31,8	-6	31,7	28,5	0,444	31,7	0,389	35,0	0,352	13,0	35,0	15,9	46,6					
152 Quênia	0,575	0,426	25,9	3	25,7	21,0	0,503	22,9	0,400	33,1	0,384	16,5	31,6	15,2	40,8					
153 Congo	0,571	0,432	24,3	5	24,3	21,0	0,529	20,9	0,433	31,0	0,351	12,4	37,9	20,5	48,9					
154 Zâmbia	0,565	0,390	31,0	-4	30,1	25,1	0,475	20,4	0,432	44,8	0,289	8,9	44,4	23,2	57,1					
155 Ilhas Salomão	0,564	12,1	0,681	18,4	29,2	..	37,1					
156 Comores	0,558	0,310	44,4	-21	43,1	25,6	0,497	47,6	0,262	56,0	0,229	13,6	33,7	14,2	45,3					
156 Papua-Nova Guiné	0,558	0,397	28,9	0	28,5	20,9	0,552	35,7	0,287	28,9	0,396	15,1 ^A	31,0 ^A	16,7	41,9 ^A					
158 Mauritània	0,556	0,389	30,0	-2	29,0	25,7	0,507	44,0	0,238	17,3	0,490	19,9	24,9	10,8	32,6					
159 Costa do Marfim	0,550	0,358	34,9	-8	34,3	30,4	0,414	45,6	0,256	27,0	0,436	18,0	29,0	21,0	37,2					
Desenvolvimento humano baixo																				
160 Tanzânia (República Unida da)	0,549	0,418	23,9	8	23,7	21,7	0,556	27,0	0,342	22,4	0,385	17,4	33,1	18,2	40,5					
161 Paquistão	0,544	0,380	30,1	0	29,2	26,9	0,518	43,5	0,221	17,2	0,479	22,7	25,5	16,8	29,6					
162 Togo	0,539	0,372	31,0	-1	30,8	27,7	0,463	37,7	0,328	26,9	0,340	15,7	32,9	13,9	42,4					
163 Haiti	0,535	0,327	38,9	-12	38,1	26,6	0,488	37,3	0,285	50,4	0,251	15,8	31,2	20,8	41,1					
163 Nigéria	0,535	0,341	36,3	-7	36,0	39,6	0,304	40,4	0,310	28,1	0,421	18,7	26,7	11,6	35,1					
165 Ruanda	0,534	0,402	24,7	11	24,6	19,4	0,571	27,4	0,334	27,2	0,340	15,8	35,6	19,9	43,7					

Continuação -

TABELA 3

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)											ODS 10.1			Coeficiente de Gini
		IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)				Coeficiente da desigualdade humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação*	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento*	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	Parcelas de rendimentos detidas pelos			
		Valor	Valor	Perda global ^b (%)	Diferença da classificação do IDH ^b								Desigualdade na educação*		Desigualdade no rendimento*	
						2021	2021	2021	2021	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	
166 Benim	0,525	0,334	36,4	-7	36,1	32,7	0,413	43,7	0,249	32,0	0,363	18,1	29,9	17,5	37,8	
166 Uganda	0,525	0,396	24,6	9	24,4	20,4	0,523	27,9	0,341	24,9	0,350	16,1	34,5	17,1	42,7	
168 Lesoto	0,514	0,372	27,6	5	27,4	33,0	0,341	19,6	0,430	29,6	0,351	13,5	32,9	14,5	44,9	
169 Maláui	0,512	0,377	26,4	7	26,3	19,7	0,530	28,0	0,361	31,3	0,279	17,9	31,0	28,0	38,5	
170 Senegal	0,511	0,354	30,7	2	29,5	18,1	0,593	47,1	0,183	23,4	0,406	18,0	30,5	13,2	38,1	
171 Jibuti	0,509	25,7	0,484	27,7	0,428	15,8	32,3	15,9	41,6	
172 Sudão	0,508	0,336	33,9	-1	33,5	25,0	0,522	42,5	0,200	33,0	0,362	19,9	27,8	15,4	34,2	
173 Madagáscar	0,501	0,367	26,7	7	26,9	23,7	0,522	29,3	0,320	27,6	0,295	15,7	33,5	15,2	42,6	
174 Gâmbia	0,500	0,348	30,4	4	29,3	23,3	0,496	47,0	0,221	17,5	0,384	19,0	28,7	13,6	35,9	
175 Etiópia	0,498	0,363	27,1	8	26,0	23,1	0,532	42,8	0,214	12,1	0,420	19,4	28,5	13,8	35,0	
176 Eritreia	0,492	20,3	0,571	13,8	..	
177 Guiné-Bissau	0,483	0,306	36,6	-5	36,5	29,5	0,430	42,1	0,240	37,9	0,277	19,4	27,6	17,1	34,8	
178 Libéria	0,481	0,330	31,4	2	30,7	30,1	0,438	42,1	0,266	19,7	0,310	18,8	27,1	12,2	35,3	
179 Congo (República Democrática do)	0,479	0,341	28,8	7	28,7	31,7	0,412	26,8	0,371	27,6	0,260	15,5	32,0	14,6	42,1	
180 Afeganistão	0,478	26,2	0,477	45,4	0,210	15,3	..	
181 Serra Leoa	0,477	0,309	35,2	0	34,2	35,1	0,400	47,5	0,220	19,9	0,337	19,6	29,4	15,0	35,7	
182 Guiné	0,465	0,299	35,7	-4	34,3	35,1	0,389	50,1	0,172	17,8	0,399	21,6	23,1	12,5	29,6	
183 Iémen	0,455	0,307	32,5	1	31,5	26,7	0,493	46,1	0,194	21,8	0,304	18,8	29,4	24,7	36,7	
184 Burquina Fasso	0,449	0,315	29,8	5	29,3	31,4	0,415	39,2	0,197	17,3	0,381	14,1	37,5	14,6	47,3	
185 Moçambique	0,446	0,300	32,7	0	32,4	28,3	0,434	40,5	0,232	28,4	0,269	11,8	45,5	31,1	54,0	
186 Mali	0,428	0,291	32,0	-2	31,1	32,8	0,403	43,9	0,159	16,6	0,386	18,7	28,2	9,7	36,1	
187 Burundi	0,426	0,302	29,1	3	28,7	25,6	0,477	39,5	0,243	20,9	0,238	17,9	31,0	14,7	38,6	
188 República Centro-Africana	0,404	0,240	40,6	-3	40,1	36,0	0,334	35,2	0,238	49,2	0,174	10,3 ^h	46,2 ^h	31,0	56,2 ^h	
189 Níger	0,400	0,292	27,0	2	26,7	28,7	0,456	35,0	0,172	16,4	0,318	19,0	31,1	11,6	37,3	
190 Chade	0,394	0,251	36,3	1	36,0	38,6	0,307	42,9	0,176	26,5	0,290	18,2	29,7	15,7	37,5	
191 Sudão do Sul	0,385	0,245	36,4	1	36,3	37,0	0,339	39,6	0,208	32,3	0,209	12,5 ^g	33,2 ⁱ	15,5	44,1	
Outros países ou territórios																
.. Coreia (República Popular Democrática da)	11,0	0,730	14,8	..	
.. Mónaco	3,4	0,966	
.. Nauru	13,5	0,581	19,4	27,3	..	34,8	
.. Somália	38,3	0,335	24,4	0,265	12,4	36,8	
Agrupamentos por IDH																
Desenvolvimento humano muito elevado	0,896	0,805	10,2	-	9,9	4,7	0,858	6,3	0,814	18,8	0,746	18,4	27,6	15,8	-	
Desenvolvimento humano elevado	0,754	0,627	16,8	-	16,5	8,0	0,774	13,9	0,579	27,5	0,550	17,0	31,0	16,8	-	
Desenvolvimento humano médio	0,636	0,481	24,4	-	24,0	17,3	0,604	33,6	0,372	21,0	0,496	19,0	30,3	20,3	-	
Desenvolvimento humano baixo	0,518	0,359	30,7	-	30,3	28,9	0,452	38,9	0,260	23,1	0,395	18,6	29,5	15,8	-	
Países em vias de desenvolvimento	0,685	0,538	21,5	-	21,4	14,9	0,653	25,0	0,445	24,2	0,535	18,0	30,4	17,9	-	
Regiões																
Estados Árabes	0,708	0,534	24,6	-	24,2	14,1	0,672	33,1	0,408	25,3	0,553	20,8	26,6	17,9	-	
Ásia Oriental e Pacífico	0,749	0,630	15,9	-	15,5	7,9	0,788	13,4	0,559	25,4	0,569	17,6	29,5	15,1	-	
Europa e Ásia Central	0,796	0,714	10,3	-	10,3	7,3	0,754	7,0	0,726	16,5	0,664	19,7	26,7	15,3	-	
América Latina e Caraíbas	0,754	0,601	20,3	-	19,6	10,1	0,721	14,8	0,605	33,9	0,497	13,6	36,7	23,7	-	
Ásia do Sul	0,632	0,476	24,7	-	24,3	17,6	0,606	36,2	0,347	18,9	0,511	20,1	29,3	20,3	-	
África Subsariana	0,547	0,383	30,0	-	29,9	28,3	0,442	34,3	0,319	27,1	0,397	16,2	32,6	16,2	-	
Países menos desenvolvidos	0,540	0,390	27,8	-	27,6	24,2	0,516	36,1	0,292	22,5	0,393	17,9	30,9	16,9	-	
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,730	0,557	23,7	-	23,3	15,0	0,658	22,1	0,505	32,9	0,519	18,3	-	
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,899	0,800	11,0	-	10,6	4,9	0,863	6,7	0,808	20,4	0,735	17,7	28,8	16,2	-	
Mundo	0,732	0,590	19,4	-	19,4	13,2	0,686	21,7	0,503	23,2	0,594	18,1	29,9	17,4	-	

Notas	Definições	Fontes de dados principais
a	<p>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede os resultados médios em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a <i>Nota técnica 1</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf.</p>	<p>Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2022), do DAESNU (2022a), do Instituto de Estatística da UNESCO (2022), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2022) e do Banco Mundial (2022).</p>
b	<p>IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD): O valor do IDH ajustado à desigualdade nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para saber mais sobre o cálculo do IDHAD, consultar a <i>Nota técnica 2</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf.</p>	<p>Coluna 2: Calculado como a média geométrica dos valores do índice de esperança de vida ajustado à desigualdade, do índice de educação ajustado à desigualdade e do índice de rendimento ajustado à desigualdade, utilizando a metodologia descrita na <i>Nota Técnica 2</i> (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf).</p>
c	<p>Perda global: Diferença percentual entre o valor do IDHAD e o valor do IDH.</p>	<p>Coluna 3: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 2.</p>
d	<p>Diferença da classificação do IDH: Diferença nas classificações do IDHAD e do IDH.</p>	<p>Coluna 4: Cálculos baseados nos valores de IDHAD e nas classificações de IDH recalculadas dos países para os quais é calculado um valor de IDHAD.</p>
e	<p>Coefficiente da desigualdade humana: Desigualdade média nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano.</p>	<p>Coluna 5: Calculado como a média aritmética dos valores do índice de esperança de vida ajustado à desigualdade, do índice de educação ajustado à desigualdade e do índice de rendimento ajustado à desigualdade, utilizando a metodologia descrita na <i>Nota Técnica 2</i> (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf).</p>
f	<p>Desigualdade na esperança de vida: Desigualdade na distribuição da esperança de vida prevista com base nos dados das tabelas de esperança de vida, estimadas utilizando o índice de desigualdade de Atkinson.</p>	<p>Coluna 6: Calculado com base nas tabelas de esperança de vida completas do DAESNU (2022a).</p>
g	<p>Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade: Valor do índice de esperança de vida do IDH ajustado pela desigualdade na distribuição da duração de vida esperada com base nos dados das tabelas de esperança de vida listadas em Fontes de dados principais.</p>	<p>Coluna 7: Calculado com base na desigualdade na esperança de vida e no índice de esperança de vida do IDH.</p>
h	<p>Desigualdade na educação: Desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade com base em dados de inquéritos às famílias, estimados utilizando o índice de desigualdade de Atkinson.</p>	<p>Colunas 8 e 10: Calculado com base nos dados do Center for Distributive, Labor and Social Studies [Centro de Estudos distributivos, trabalhistas e sociais] e da base de dados socioeconômicos do Banco Mundial para a América Latina e Caraíbas; Estatística da União Europeia sobre Rendimento e Condições de Vida do Eurostat; dos inquéritos Macro Demográficos e de Saúde da ICF Macro; da base de dados do Luxembourg Income Study; dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância; do Instituto de Estatística da UNESCO; da base de dados do Banco Mundial sobre Distribuição Internacional de Rendimento; e da base de dados do Banco Mundial sobre Distribuição Internacional de Rendimento utilizando a metodologia descrita na <i>Nota técnica 2</i> (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf).</p>
	<p>Índice de educação ajustado à desigualdade: Valor do índice de educação do IDH ajustado pela desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade com base em dados de inquéritos às famílias listados em Fontes de dados principais.</p>	<p>Coluna 9: Calculado com base na desigualdade na educação e no índice de educação do IDH.</p>
	<p>Desigualdade no rendimento: Desigualdade na distribuição do rendimento com base em dados de inquéritos às famílias, estimados utilizando o índice de desigualdade de Atkinson.</p>	<p>Coluna 11: Calculado com base na desigualdade no rendimento e no índice do rendimento do IDH.</p>
	<p>Índice de rendimento ajustado à desigualdade: Valor do índice de rendimento do IDH ajustado pela desigualdade na distribuição do rendimento com base em dados de inquéritos às famílias listados em Fontes de dados principais.</p>	<p>Colunas 12, 13 e 15: Banco Mundial (2022).</p>
	<p>Parcelas de rendimentos: Percentagem do rendimento (ou do consumo) atribuída aos subgrupos da população indicados.</p>	<p>Coluna 14: World Inequality Database (2022).</p>
	<p>Parcela de rendimentos detida pelo ponto percentual mais rico: Percentagem do rendimento nacional antes da dedução de impostos detida pelo 1% mais rico da população. O rendimento nacional antes da dedução de impostos é a soma de todos os fluxos de rendimentos pessoais antes da dedução de impostos que revertem para os proprietários dos fatores de produção, trabalho e capital antes de se ter em conta o sistema fiscal/de transferência e depois de se ter em conta o sistema de pensões.</p>	
	<p>Coefficiente de Gini: Indicador do desvio na distribuição do rendimento entre os indivíduos e as famílias num país face a uma distribuição totalmente equitativa. Um valor de 0 representa a igualdade absoluta e um valor de 100 a desigualdade absoluta.</p>	

TABELA 4

Índice de Desenvolvimento Humano por Género

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desenvolvimento Humano		ODS 3 Esperança de vida à nascença		ODS 4.3 Anos de escolaridade previstos		ODS 4.4 Média de anos de escolaridade		ODS 8.5 Rendimento nacional bruto estimado per capita ^a		
	Valor	Grupo ^b	Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(2017 PPC \$)		
			Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021 ^c	2021 ^c	2021 ^c	2021 ^c	2021	2021	
Desenvolvimento humano muito elevado													
1	Suíça	0,967	2	0,944	0,976	85,9	82,0	16,4	16,6	13,5	14,2	54.597	79.451 ^d
2	Noruega	0,983	1	0,950	0,966	84,9	81,6	18,9 ^e	17,5	13,1	12,9	54.699	74.445
3	Islândia	0,976	1	0,947	0,971	84,2	81,2	20,3 ^e	18,1 ^f	13,9	13,7	47.136	64.004
4	Hong Kong, China (RAE)	0,976	1	0,941	0,964	88,3 ^g	82,7 ^h	17,6	17,0	11,8	12,7	51.735	75.307 ^d
5	Austrália	0,968	2	0,932	0,963	85,8	83,2 ^h	21,8 ^e	20,3 ^f	12,8	12,6	37.486	61.161
6	Dinamarca	0,980	1	0,937	0,957	83,3	79,5	19,3 ^e	18,1 ^f	13,2	12,8	49.876	70.961
7	Suécia	0,988	1	0,941	0,952	84,9	81,1	20,5 ^e	18,3 ^f	12,8	12,4	49.580	59.326
8	Irlanda	0,987	1	0,934	0,947	83,8	80,2	19,2 ^e	18,6 ^f	11,8 ^f	11,4 ^f	61.104	91.506 ^d
9	Alemanha	0,978	1	0,931	0,952	83,2	78,1	17,0	17,0	13,8 ^f	14,3 ^f	46.150	63.143
10	Países Baixos	0,968	2	0,925	0,956	83,4	80,0	19,0 ^{ej}	18,4 ^{fi}	12,4	12,8	46.301	65.778
11	Finlândia	0,989	1	0,934	0,945	84,7	79,3	19,9 ^e	18,3 ^f	13,0	12,7	41.698	57.394
12	Singapura	0,992	1	0,935	0,943	84,9	80,6	16,7	16,4	11,6	12,3	75.094 ^j	105.348 ^d
13	Bélgica	0,978	1	0,925	0,946	84,3	79,4	20,7 ^e	18,5 ^f	12,3	12,4	42.533	62.295
13	Nova Zelândia	0,975	1	0,925	0,948	84,3	80,6	20,8 ^e	19,7 ^f	12,9	13,0	36.864	51.377
15	Canadá	0,988	1	0,929	0,941	84,7	80,6	16,9	15,9	13,9 ^f	13,7 ^f	38.652	55.065
16	Listenstaine	85,4	81,1	14,2	16,2
17	Luxemburgo	0,993	1	0,925	0,931	84,8	80,4	14,4	14,4	13,0 ^k	13,0 ^f	70.117	98.991 ^d
18	Reino Unido	0,987	1	0,922	0,934	82,8	78,7	17,8	16,8	13,4	13,4	37.374	53.265
19	Japão	0,970	2	0,908	0,936	87,7 ^g	81,8	15,2 ^f	15,2 ^f	13,3	13,4	30.621	54.597
19	Coreia (República da)	0,944	3	0,894	0,947	86,8	80,4	16,1	16,9	11,9 ^f	13,2 ^f	29.300	59.737
21	Estados Unidos	1,001	1	0,920	0,919	80,2	74,3	16,9	15,6	13,7	13,6	51.539	78.238 ^d
22	Israel	0,992	1	0,915	0,922	84,3	80,2	16,7	15,4	13,4 ^f	13,3 ^f	34.960	48.126
23	Malta	0,980	1	0,907	0,925	86,1	81,4	17,4	16,3	12,0	12,4	30.282	46.821
23	Eslovénia	0,999	1	0,915	0,916	83,8	77,6	18,4 ^e	16,9	12,8	12,8	33.038	46.386
25	Áustria	0,980	1	0,906	0,924	84,1	79,0	16,4	15,6	12,0	12,6	43.414	64.148
26	Emirados Árabes Unidos	0,953	2	0,877	0,921	80,9	77,2	16,5	15,2	12,5	12,8	28.921	77.318 ^d
27	Espanha	0,986	1	0,896	0,909	85,8	80,2	18,4 ^e	17,4	10,5	10,7	31.213	45.784
28	França	0,990	1	0,898	0,907	85,5	79,4	16,2	15,5	11,4	11,8	38.403	53.988
29	Chipre	0,972	2	0,882	0,907	83,2	79,2	15,7	15,6	12,4	12,5	30.617	45.735
30	Itália	0,970	2	0,879	0,906	85,1	80,5	16,6	15,9	10,6	10,9	31.100	55.187
31	Estónia	1,021	1	0,898	0,879	81,2	72,8	16,8	15,1	13,8	13,3	30.995	45.866
32	Chéquia	0,989	1	0,884	0,893	80,9	74,7	16,8	15,7	12,7	13,0	30.455	47.289
33	Grécia	0,969	2	0,872	0,900	82,9	77,5	20,1 ^e	20,0 ^f	11,1	11,7	22.890	35.368
34	Polónia	1,008	1	0,878	0,872	80,4	72,6	16,8	15,3	13,3	13,0	25.261	41.336
35	Barém	0,927	3	0,829	0,894	80,0	77,8	17,0	15,9	10,8	11,2	16.786	53.359
35	Lituânia	1,030	2	0,888	0,862	78,8	68,8	16,7	15,9	13,6	13,4	33.891	42.500
35	Arábia Saudita	0,917	4	0,826	0,901	78,8	75,6	16,2	16,1	10,7	11,7	20.678	64.708
38	Portugal	0,994	1	0,863	0,867	84,1	77,8	17,0	16,7	9,6	9,5	28.713	38.127
39	Letónia	1,025	1	0,873	0,852	77,8	69,2	16,8	15,6	13,6	12,9	27.882	38.506
40	Andorra	84,3	77,2	10,5 ^f	10,6 ^f
40	Croácia	0,995	1	0,855	0,859	81,1	74,2	15,9	14,4	11,9 ^f	12,5 ^f	23.888	36.713
42	Chile	0,967	2	0,838	0,867	81,4	76,5	17,0	16,5	10,8 ^f	11,0 ^f	17.553	31.677
42	Catar	1,019	1	0,866	0,850	80,9	78,3	14,5	12,1	11,6 ^f	9,6 ^f	42.101	104.066 ^d
44	São Marino	83,5	78,4	11,8	12,8	10,9	10,7
45	Eslováquia	0,999	1	0,847	0,848	78,4	71,5	15,0	14,0	12,9	13,0	24.849	36.813
46	Hungria	0,987	1	0,840	0,851	77,9	71,1	15,3 ^f	14,8 ^f	12,1	12,4	25.909	40.262
47	Argentina	0,997	1	0,833	0,836	78,6	72,2	19,2 ^e	16,6	11,4 ^f	10,9 ^f	15.581	26.376
48	Turquia	0,937	3	0,806	0,860	79,1	73,0	17,9	18,8 ^f	7,9	9,4	19.079	42.929
49	Montenegro	0,981	1	0,823	0,840	79,8	73,0	15,6	14,6	11,8 ^f	12,6 ^f	15.935	26.001
50	Koweit	1,009	1	0,831	0,824	81,5	77,2	17,0 ^f	13,9 ^f	8,1 ^f	6,9 ^f	28.086	68.827
51	Brunei Darussalã	0,984	1	0,819	0,833	76,9	72,6	14,4	13,5	9,2 ^f	9,2	47.579	80.261 ^d
52	Federação Russa	1,016	1	0,828	0,815	74,8	64,2	16,0	15,6	12,8 ^k	12,8 ^k	21.857	33.288
53	Roménia	0,994	1	0,819	0,823	77,9	70,6	14,7	13,8	11,0	11,6	24.554	35.874
54	Omã	0,900	4	0,752	0,835	74,7	71,0	15,0	14,5	12,1	11,4	7.169	39.717
55	Bahamas	75,1	68,1	12,7 ^f	12,6 ^f	25.897	35.495
56	Cazaquistão	0,998	1	0,809	0,811	73,1	65,5	16,0	15,5	12,4 ^f	12,3 ^f	18.976	29.305
57	Trindade e Tobago	0,985	1	0,801	0,814	76,4	69,7	14,8 ^m	14,2 ^m	11,7 ^f	11,5 ^f	16.794	30.166
58	Costa Rica	0,996	1	0,806	0,810	79,8	74,4	17,1	16,0	8,9	8,7	16.568	23.376
58	Uruguai	1,022	1	0,812	0,795	79,3	71,7	17,3 ⁿ	15,4 ⁿ	9,3	8,7	17.125	25.680

Continuação -

TABELA 4

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desenvolvimento Humano		ODS 3		ODS 4.3		ODS 4.4		ODS 8.5	
	Valor		Valor		Esperança de vida à nascença		Anos de escolaridade previstos		Média de anos de escolaridade		Rendimento nacional bruto estimado per capita ^a	
	Valor	Grupo ^b	Feminino	Masculino	(anos)		(anos)		(anos)		(2017 PPC \$)	
	2021	2021	2021	2021	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
60 Bielorrússia	1,011	1	0,812	0,803	77,7	67,3	15,3	15,0	12,2	12,1	15.158	23.165
61 Panamá	1,017	1	0,812	0,798	79,6	73,0	13,6 ⁱ	12,5 ⁱ	10,8	10,3	23.380	30.531
62 Malásia	0,982	1	0,794	0,809	77,4	72,7	13,8	12,9	10,6	10,7	20.672	32.380
63 Geórgia	1,007	1	0,803	0,798	76,7	66,8	15,9	15,2	12,9	12,8	11.285	18.472
63 Maurícia	0,973	2	0,789	0,811	76,8	70,4	15,9 ⁱ	14,5 ⁱ	10,0 ⁱ	10,9 ⁱ	15.016	29.221
63 Sérvia	0,982	1	0,794	0,808	77,2	71,2	15,0	13,9	11,0	11,8	15.306	23.270
66 Tailândia	1,012	1	0,805	0,796	83,0	74,5	16,2 ^m	15,6 ^m	8,6	8,8	15.457	18.694
Desenvolvimento humano elevado												
67 Albânia	1,007	1	0,799	0,794	79,2	74,1	15,3	13,7	11,7 ⁱ	10,9 ⁱ	11.637	16.630
68 Bulgária	0,995	1	0,792	0,796	75,5	68,4	14,2	13,6	11,5	11,3	18.109	28.357
68 Granada	77,9	72,2	19,3 ^{ej}	18,1 ^{lj}
70 Barbados	1,034	2	0,799	0,773	79,4	75,6	17,7 ⁱ	13,8 ⁱ	10,3 ^o	9,1 ^o	10.235	14.555
71 Antígua e Barbuda	80,9	75,8	15,2 ⁱ	13,2 ⁱ
72 Seicheles	75,7	67,7	15,1	12,9	10,2	10,4
73 Sri Lanka	0,949	3	0,755	0,795	79,5	73,1	14,5 ⁱ	13,8 ⁱ	10,8	10,8	7.005	18.573
74 Bósnia-Herzegovina	0,940	3	0,754	0,802	77,5	73,1	14,1 ^p	13,5 ^p	9,8	11,4	10.709	19.917
75 São Cristóvão e Neves	75,3	68,3	16,0 ⁱ	14,9 ⁱ
76 Irão (República Islâmica do)	0,880	5	0,704	0,800	76,8	71,2	14,7	14,5	10,6 ⁱ	10,7 ⁱ	3.767	22.041
77 Ucrânia	1,012	1	0,776	0,766	76,7	66,5	15,0 ⁱ	14,9 ⁱ	11,5 ^o	10,7 ^o	10.370	16.605
78 Macedónia do Norte	0,945	3	0,746	0,789	76,2	71,7	13,9 ⁱ	13,4 ⁱ	9,7	10,8	11.147	20.716
79 China	0,984	1	0,761	0,773	81,2	75,5	14,8 ⁱ	13,7 ⁱ	7,3 ^o	7,9 ^o	13.980	20.883
80 República Dominicana	1,014	1	0,772	0,761	76,3	69,3	15,4 ⁱ	13,6 ⁱ	9,6 ⁿ	9,0 ⁿ	13.695	22.248
80 Moldávia (República da)	1,010	1	0,771	0,763	73,5	64,4	14,8	14,1	11,9	11,8	12.087	17.961
80 Palau	70,6	62,4	16,0 ⁱ	15,5 ⁱ
83 Cuba	0,961	2	0,745	0,775	76,4	71,2	15,1	13,8	12,6 ⁱ	12,4 ⁱ	5.103	10.693
84 Peru	0,950	2	0,742	0,781	74,7	70,1	15,2 ⁱ	15,5 ⁱ	9,3 ⁱ	10,5 ⁱ	9.813	14.727
85 Arménia	1,001	1	0,757	0,756	77,4	66,6	13,8	12,5	11,3	11,3	8.736	18.558
86 México	0,989	1	0,753	0,761	74,9	66,1	15,2	14,5	9,1	9,4	12.456	23.600
87 Brasil	0,994	1	0,750	0,755	76,0	69,6	16,0	15,2	8,3 ⁱ	7,9 ⁱ	10.903	17.960
88 Colômbia	0,984	1	0,744	0,756	76,4	69,4	14,7	14,2	9,0	8,7	10.281	18.599
89 São Vicente e Granadinas	0,970	2	0,739	0,761	72,4	67,4	14,9 ⁱ	14,5 ⁱ	10,9	10,7	8.720	15.075
90 Maldivas	0,925	3	0,709	0,766	81,0	79,1	14,2	11,9	7,1	7,5	6.359	22.119
91 Argélia	0,880	5	0,680	0,773	78,0	74,9	15,3 ^m	14,0 ^m	7,7 ⁱ	8,4 ⁱ	3.550	17.787
91 Azerbaijão	0,974	2	0,734	0,753	73,3	65,6	13,6	13,4	10,2	10,9	10.536	18.076
91 Tonga	0,965	2	0,728	0,754	73,7	68,4	16,3 ⁱ	15,7 ⁱ	11,5 ^o	11,2 ^o	4.842	8.845
91 Turquemenistão	0,956	2	0,726	0,760	72,7	65,9	13,0	13,4	10,9	11,6	9.227	16.884
95 Equador	0,980	1	0,731	0,745	77,5	70,3	14,9	14,3	8,8	8,8	7.451	13.180
96 Mongólia	1,031	2	0,749	0,726	75,7	66,5	15,6	14,4	9,9	8,8	8.541	12.666
97 Egito	0,882	5	0,666	0,755	72,6	67,9	13,8 ⁱ	13,7 ⁱ	9,8 ⁱ	9,4 ⁱ	3.536	19.741
97 Tunísia	0,931	3	0,697	0,748	77,1	70,7	16,5 ⁱ	14,5 ⁱ	6,9 ⁱ	8,0 ⁱ	4.870	15.778
99 Ilhas Fiji	0,931	3	0,698	0,750	68,9	65,4	15,0 ⁱ	14,5 ⁱ	11,0 ⁱ	10,8 ⁱ	5.664	14.270
99 Suriname	1,001	1	0,728	0,727	73,6	67,2	14,2 ^m	11,9 ^m	9,9 ^m	9,6 ^m	8.866	16.506
101 Uzbequistão	0,944	3	0,703	0,744	73,4	68,3	12,4	12,6	11,7	12,1	5.427	10.403
102 Domínica	76,3	69,7	14,6 ⁱ	12,2 ⁱ
102 Jordânia	0,887	5	0,663	0,748	76,8	72,1	10,8	10,5	10,1	10,8	3.778	15.631
104 Líbia	0,975	1	0,708	0,726	74,4	69,6	13,1 ^q	12,6 ^q	8,5 ⁱ	7,2 ⁱ	9.570	20.960
105 Paraguai	0,990	1	0,713	0,720	73,4	67,4	13,6 ⁿ	12,4 ⁿ	8,9	8,9	9.410	15.265
106 Palestina, Estado da	0,891	5	0,655	0,735	75,9	71,1	14,3	12,5	9,9	10,0	2.250	10.937
106 Santa Lúcia	1,011	1	0,719	0,711	74,7	67,8	13,4	12,4	8,8	8,3	9.991	14.147
108 Guiana	0,978	1	0,704	0,720	69,1	62,5	12,8 ⁱ	12,2 ⁱ	8,7	8,5	14.735	30.534
109 África do Sul	0,944	3	0,686	0,727	65,0	59,5	14,0	13,3	9,7	12,2	9.935	16.129
110 Jamaica	0,990	1	0,704	0,711	72,5	68,5	13,7 ^m	13,1 ⁱ	9,7 ⁱ	8,5 ⁱ	6.982	10.715
111 Samoa	0,957	2	0,685	0,716	75,5	70,3	13,0	11,9	11,8	11,0	3.223	7.312
112 Gabão	0,908	4	0,667	0,735	68,5	63,5	12,6 ^q	13,4 ^q	7,8 ^s	10,5 ^s	9.376	17.212
112 Líbano	0,882	5	0,650	0,737	77,3	72,8	11,1 ⁱ	11,5 ⁱ	8,5 ^q	8,9 ^q	3.815	15.586
114 Indonésia	0,941	3	0,681	0,723	69,7	65,5	13,8 ⁱ	13,7 ⁱ	8,2	8,9	7.906	14.976
115 Vietname	1,002	1	0,704	0,702	78,2	69,1	13,2 ^u	12,7 ^u	8,0	8,7	6.932	8.826
Desenvolvimento humano médio												
116 Filipinas	0,990	1	0,695	0,702	71,5	67,2	13,5	12,8	9,2	8,7	7.487	10.311
117 Botsuana	0,981	1	0,686	0,700	63,6	58,7	12,4 ⁱ	12,2 ⁱ	10,3	10,4	13.839	18.618
118 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,964	2	0,680	0,705	66,8	60,9	14,9	15,0	9,2	10,5	6.856	9.359

Continuação -

TABELA 4

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero		Índice de Desenvolvimento Humano		ODS 3		ODS 4.3		ODS 4.4		ODS 8.5		
	Valor		Valor		Esperança de vida à nascença		Anos de escolaridade previstos		Média de anos de escolaridade		Rendimento nacional bruto estimado per capita ^a		
	Valor	Grupo ^b	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
	2021	2021	2021	2021	(anos)	(anos)	(anos)	(anos)	(anos)	(anos)	(2017 PPC \$)	2021	
118	Quirguizistão	0,966	2	0,675	0,698	74,4	65,8	13,4	13,0	11,6 ^o	11,1 ^o	2.863	6.331
120	Venezuela (República Bolivariana da)	0,983	1	0,679	0,691	75,2	66,3	13,8 ^l	11,8 ^l	11,4 ^l	10,8 ^l	2.866	6.796
121	Iraque	0,803	5	0,585	0,728	72,4	68,2	11,5 ^u	12,7 ^u	7,2 ^m	8,4 ^m	2.184	17.748
122	Tajiquistão	0,909	4	0,648	0,713	73,7	69,6	11,2 ^l	12,1 ^l	10,9 ^o	11,8 ^o	2.980	6.096
123	Belize	0,975	1	0,672	0,689	74,3	67,1	13,3	12,7	9,0	8,7	4.249	8.345
123	Marrocos	0,861	5	0,621	0,722	76,4	71,9	13,9	14,4	5,0	6,9	3.194	11.356
125	El Salvador	0,964	2	0,660	0,685	75,1	66,1	12,7 ⁿ	12,6 ⁿ	6,8	7,6	5.824	11.015
126	Nicarágua	0,956	2	0,648	0,678	76,8	70,8	12,7 ^l	12,6 ⁿ	7,4	6,8	3.646	7.661
127	Butão	0,937	3	0,641	0,684	73,8	70,1	13,6 ^l	12,8 ^l	4,5 ^l	5,8 ^l	6.671	11.896
128	Cabo Verde	0,981	1	0,653	0,666	78,5	69,6	12,8 ^l	12,3 ^l	6,0 ^l	6,6 ^l	4.682	7.796
129	Bangladeche	0,898	5	0,617	0,688	74,3	70,6	13,0	11,9	6,8	8,0	2.811	8.176
130	Tuvalu	69,1	60,8	9,5 ^l	9,3 ^l	10,4	10,8
131	Ilhas Marshall	67,2	63,7	10,4	10,1	10,7	11,1
132	Índia	0,849	5	0,567	0,668	68,9	65,8	11,9	11,8	6,3 ^o	7,2 ^o	2.277	10.633
133	Gana	0,946	3	0,614	0,649	66,0	61,6	12,1	12,0	7,8 ^o	9,0 ^o	4.723	6.771
134	Micronésia (Estados Federados da)	74,6	67,1
135	Guatemala	0,917	4	0,596	0,650	72,7	66,0	10,5	10,6	5,2	6,2	4.909	12.614
136	Quiribati	69,1	65,5	12,4	11,3
137	Honduras	0,960	2	0,607	0,633	72,5	67,9	10,4 ⁿ	9,9 ⁿ	6,8	7,4	4.271	6.304
138	São Tomé e Príncipe	0,907	4	0,584	0,643	70,4	65,2	13,5	13,3	5,6 ^m	6,8 ^m	2.415	5.635
139	Namíbia	1,004	1	0,616	0,613	63,0	55,7	11,9 ^v	11,9 ^v	7,5 ^o	6,9 ^o	7.271	10.094
140	República Democrática Popular do Laos	0,949	3	0,591	0,623	70,1	66,2	9,9	10,3	5,0	5,8	6.757	8.627
140	Timor-Leste	0,917	4	0,580	0,633	69,5	66,1	12,2 ^l	13,0 ^l	4,7	6,2	3.642	5.248
140	Vanuatu	72,9	68,4	11,4 ^l	11,7 ^l	2.354	3.809
143	Nepal	0,942	3	0,584	0,621	70,4	66,6	12,9	12,8	4,2 ^o	6,2 ^o	3.677	4.095
144	Essuatíni (Reino de)	0,986	1	0,593	0,601	61,2	53,4	13,2 ^l	14,2 ^l	5,7	5,5	6.384	8.993
145	Guiné Equatorial	62,7	58,8	4,2 ^p	7,6 ^p	8.351	15.399
146	Camboja	0,926	3	0,570	0,615	72,3	66,8	11,0 ^w	11,9 ^w	4,4	5,9	3.464	4.706
146	Zimbabué	0,961	2	0,580	0,604	62,0	56,2	12,0 ^l	12,3 ^l	8,3 ^l	9,2 ^l	3.286	4.397
148	Angola	0,903	4	0,557	0,617	64,3	59,0	11,5	12,9	4,2	6,9	4.751	6.197
149	Mianmar	0,944	3	0,565	0,599	69,0	62,5	11,1 ^l	10,7 ^l	6,1	6,7	2.619	5.093
150	República Árabe da Síria	0,825	5	0,503	0,610	75,2	69,1	9,1	9,2	4,6 ⁿ	5,6 ⁿ	1.285	7.088
151	Camarões	0,885	5	0,540	0,610	62,0	58,7	12,4 ^l	13,8 ^l	4,8 ^o	7,5 ^o	2.981	4.264
152	Quênia	0,941	3	0,557	0,592	64,1	58,9	10,3 ^l	11,1 ^l	6,1	7,3	3.873	5.084
153	Congo	0,934	3	0,552	0,590	64,9	62,1	12,2 ^l	12,4 ^l	5,6	6,8	2.532	3.247
154	Zâmbia	0,965	2	0,554	0,574	63,9	58,5	10,9 ^w	11,0 ^w	7,2 ^o	7,2 ^o	2.615	3.837
155	Ilhas Salomão	72,0	68,9	10,8 ^l	9,9 ^l	2.173	2.777
156	Comores	0,891	5	0,522	0,585	65,8	61,2	12,2 ^l	11,7 ^l	4,0 ⁿ	6,0 ⁿ	2.014	4.260
156	Papua-Nova Guiné	0,931	3	0,538	0,578	68,4	62,9	9,8 ^v	10,9 ^v	4,1	5,4	3.543	4.445
158	Mauritânia	0,890	5	0,518	0,582	66,1	62,7	9,6	9,2	4,6 ^o	5,3 ^o	2.604	7.650
159	Costa do Marfim	0,887	5	0,516	0,581	59,9	57,4	10,0	11,3	4,7 ^o	5,7 ^o	3.763	6.643
Desenvolvimento humano baixo													
160	Tanzânia (República Unida da)	0,943	3	0,532	0,565	68,3	64,2	9,3	9,1	5,9 ^l	6,9 ^l	2.247	3.092
161	Paquistão	0,810	5	0,471	0,582	68,6	63,8	8,1	9,2	3,9	5,0	1.569	7.620
162	Togo	0,849	5	0,497	0,586	62,4	60,8	12,2 ^l	14,3 ^l	3,4 ^o	6,8 ^o	1.885	2.446
163	Haiti	0,898	5	0,506	0,564	66,1	60,4	9,0 ^l	10,4 ^l	4,6	6,8	2.408	3.295
163	Nigéria	0,863	5	0,495	0,574	53,1	52,3	9,6 ^v	10,8 ^v	6,1 ^w	8,2 ^w	3.759	5.800
165	Ruanda	0,954	2	0,521	0,547	68,2	63,8	11,2	11,2	4,0 ^l	4,9 ^l	1.990	2.440
166	Benim	0,880	5	0,491	0,558	61,4	58,2	9,9	11,6	3,3 ^o	5,4 ^o	2.998	3.819
166	Uganda	0,927	3	0,505	0,545	64,9	60,4	10,2 ^v	10,1 ^v	4,9 ^o	6,7 ^o	1.877	2.492
168	Lesoto	0,985	1	0,511	0,519	55,9	50,4	12,4 ^l	11,7 ^l	6,6 ^o	6,0 ^o	2.107	3.310
169	Maláui	0,968	2	0,502	0,519	66,5	59,5	12,8 ^l	12,5 ^l	4,1 ^o	4,7 ^o	1.232	1.713
170	Senegal	0,874	5	0,475	0,543	69,3	64,8	9,5	8,5	1,6 ^l	4,5 ^l	2.258	4.468
171	Jibuti	65,0	59,7	7,5 ^l	7,4 ^l	2.179	7.911
172	Sudão	0,870	5	0,466	0,535	67,9	62,7	7,7 ^l	8,1 ^l	3,4	4,2	1.833	5.320
173	Madagáscar	0,956	2	0,490	0,512	66,9	62,2	10,2 ^l	10,1 ^l	4,9 ^v	5,3 ^v	1.284	1.682
174	Gâmbia	0,924	4	0,481	0,520	63,5	60,7	10,3 ^v	8,5 ^v	3,8	5,6	1.649	2.701
175	Etiópia	0,921	4	0,478	0,519	68,3	61,9	9,8 ^l	9,6 ^l	2,2	4,2	1.944	2.774
176	Eritreia	68,7	64,3	7,5 ^l	8,6 ^l	1.387	2.079
177	Guiné-Bissau	0,867	5	0,448	0,517	61,8	57,4	10,0 ^l	11,2 ^l	2,4	4,9	1.561	2.264

Continuação -

TABELA 4

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desenvolvimento Humano		ODS 3 Esperança de vida à nascença		ODS 4.3 Anos de escolaridade previstos		ODS 4.4 Média de anos de escolaridade		ODS 8.5 Rendimento nacional bruto estimado <i>per capita</i> ^a	
	Valor	Grupo ^b	Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(2017 PPC \$)	
			Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021 ^c	2021 ^c	2021 ^c	2021 ^c	2021	2021
178 Libéria	0,871	5	0,447	0,513	62,1	59,4	10,1	10,8	3,9	6,3	1.062	1.518
179 Congo (República Democrática do)	0,885	5	0,449	0,507	61,5	57,0	9,6 ⁱ	10,1 ⁱ	5,6 ^m	8,5 ^m	896	1.259
180 Afeganistão	0,681	5	0,365	0,536	65,3	58,9	7,7 ⁱ	12,7 ⁱ	2,3	3,4	533	3.089
181 Serra Leoa	0,893	5	0,452	0,506	61,4	58,8	9,6 ⁱ	9,9 ⁱ	3,5 ^o	5,8 ^o	1.453	1.789
182 Guiné	0,850	5	0,426	0,501	60,1	57,6	8,6 ⁱ	11,0 ⁱ	1,3 ⁱ	3,2 ⁱ	2.320	2.645
183 Iémen	0,496	5	0,263	0,529	67,1	60,6	7,7	10,5	2,9 ^a	5,1 ^a	176	2.428
184 Burkina Fasso	0,903	4	0,425	0,471	61,0	57,5	9,1	9,2	1,6 ⁱ	2,7 ⁱ	1.659	2.580
185 Moçambique	0,922	4	0,428	0,464	62,4	56,2	9,8 ⁱ	10,7 ⁱ	2,4 ⁱ	4,1 ⁱ	1.096	1.304
186 Mali	0,887	5	0,399	0,450	60,3	57,6	6,8 ⁱ	7,9 ⁱ	2,4	2,2	1.483	2.770
187 Burundi	0,935	3	0,412	0,441	63,6	59,7	10,9 ⁱ	10,5 ⁱ	2,5	3,9 ⁱ	668	797
188 República Centro-Africana	0,810	5	0,359	0,443	56,3	51,6	6,7 ⁱ	9,4 ⁱ	3,1	5,6	770	1.162
189 Níger	0,835	5	0,364	0,436	62,8	60,4	6,3 ⁱ	7,6 ⁱ	1,7 ^o	2,8 ^o	936	1.535
190 Chade	0,770	5	0,339	0,441	54,3	50,8	6,6 ⁱ	9,5 ⁱ	1,5 ^v	3,7 ^v	965	1.760
191 Sudão do Sul	0,843	5	0,348	0,413	56,5	53,4	4,5 ⁱ	6,6 ⁱ	4,8	6,2	664	873
Outros países ou territórios												
Coreia (República Popular Democrática da)	75,7	70,8	10,4 ^l	11,1 ^l
Mónaco	87,7 ^q	84,3 ^h
Nauru	67,3	60,3	13,1 ⁱ	10,4 ^l
Somália	57,4	53,2	545	1.489
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	0,986	-	0,889	0,901	81,6	75,6	16,9	16,1	12,2	12,4	33.849	53.887
Desenvolvimento humano elevado	0,973	-	0,742	0,763	77,7	71,9	14,6	13,8	8,1	8,5	11.187	19.089
Desenvolvimento humano médio	0,880	-	0,586	0,666	69,4	65,6	12,0	11,9	6,5	7,4	2.912	9.668
Desenvolvimento humano baixo	0,864	-	0,477	0,552	63,4	59,3	9,0	9,9	4,1	5,7	1.907	4.107
Países em vias de desenvolvimento	0,937	-	0,660	0,704	72,3	67,6	12,3	12,3	7,2	7,9	7.097	14.230
Regiões												
Estados Árabes	0,871	-	0,645	0,741	73,1	68,9	12,2	12,5	7,6	8,6	4.745	21.667
Ásia Oriental e Pacífico	0,978	-	0,740	0,756	78,5	72,9	14,2	13,4	7,6	8,1	12.357	18.711
Europa e Ásia Central	0,961	-	0,778	0,810	76,4	69,4	15,3	15,6	10,4	10,8	13.162	25.834
América Latina e Caraíbas	0,986	-	0,747	0,757	75,6	68,8	15,2	14,4	9,0	9,0	10.667	18.486
Ásia do Sul	0,852	-	0,568	0,667	69,8	66,1	11,5	11,6	6,3	7,3	2.352	10.426
África Subariana	0,907	-	0,519	0,572	62,1	58,2	10,0	10,6	5,1	6,9	2.970	4.429
Países menos desenvolvidos	0,894	-	0,508	0,568	66,6	61,9	10,0	10,4	4,5	6,0	1.993	3.777
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,962	-	0,715	0,743	73,1	67,8	12,5	12,4	8,9	9,4	12.634	20.928
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,985	-	0,891	0,905	82,0	76,1	16,8	16,1	12,2	12,4	35.117	55.363
Mundo	0,958	-	0,715	0,747	74,0	68,9	12,9	12,7	8,4	8,9	12.241	21.210

Notas	
a	Como não estão disponíveis dados desagregados de rendimentos, os dados são grosseiramente estimados. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Género, consultar as <i>Definições</i> e a <i>Nota técnica 3</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf .
b	Os países estão classificados em cinco grupos, tendo em conta o desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH.
c	Dados referentes a 2021 ou ao ano mais recente para o qual estão disponíveis.
d	No cálculo do valor do IDH masculino, o rendimento nacional bruto <i>per capita</i> é limitado a 75.000 dólares.
e	No cálculo do valor do IDH feminino, os anos previstos de escolaridade são limitados a 18 anos.
f	No cálculo do valor do IDH masculino, os anos previstos de escolaridade são limitados a 18 anos.
g	No cálculo do valor do IDH feminino, a esperança de vida à nascença é limitada aos 87,5 anos.
h	No cálculo do valor do IDH masculino, a esperança de vida à nascença é limitada aos 82,5 anos.
i	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
j	No cálculo do valor do IDH feminino, o rendimento nacional bruto <i>per capita</i> é limitado a 75.000 dólares.
e	Atualizado pelo GRDH com base nos dados da OCDE (2022) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
l	Estimativa do GRDH com base nos dados de Robert Barro e Jong-Wha Lee, dos Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Instituto de Estatística da UNESCO.
m	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2022) e dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a vários anos.
n	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do CEDLA e do Banco Mundial (2022) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
o	Atualizado pelo GRDH com base nos dados de Barro e Lee (2018) e do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
p	Com base em dados do Instituto Nacional de Estatística.
q	Com base na regressão das condições em cada país.
r	Atualizado pelo GRDH com base nas projeções de Barro e Lee (2018).
s	Atualizado pelo GRDH com base nos dados de Barro e Lee (2018) e dos Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro relativos a vários anos.
t	Atualizado pelo GRDH com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO relativos a vários anos.
u	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a vários anos.

v	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro relativos a vários anos e do Instituto de Estatística da UNESCO (2022).
w	Atualizado pelo GRDH com base nos dados dos Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro para vários anos.
x	Com base nas projeções de Barro e Lee (2018).

Definições

Índice de Desenvolvimento Humano por Género: Valores do rácio feminino/masculino do IDH. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Género, consultar a *Nota técnica 3* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf.

Grupos do Índice de Desenvolvimento Humano por Género: Os países estão classificados em cinco grupos, tendo em conta o desvio absoluto da paridade de género nos valores do IDH. Grupo 1: países com uma igualdade elevada entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto inferior a 2,5%; Grupo 2: países com uma igualdade média-alta entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 2,5% e 5%; Grupo 3: países com uma igualdade média entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 5% e 7,5%; Grupo 4: países com uma igualdade média-baixa entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 7,5% e 10%; Grupo 5: países com uma igualdade reduzida entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto superior a 10%.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede os resultados médios em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf.

Esperança de vida à nascença: Número de anos que um recém-nascido poderá esperar viver se os padrões prevalentes de taxas de mortalidade por idade no momento do nascimento permanecerem os mesmos durante toda a vida do recém-nascido.

Anos de escolaridade previstos: Número de anos de escolaridade que uma criança em idade escolar pode esperar alcançar se os padrões predominantes de taxas de inscrição específicas da idade persistirem ao longo da vida da criança.

Média de anos de escolaridade: Número médio de anos de educação obtidos por pessoas com 25 anos ou mais, convertidos a partir dos níveis de escolaridade, utilizando as durações oficiais de cada nível.

Rendimento nacional bruto estimado *per capita*: Derivado do rácio entre salários femininos e masculinos, quotas femininas e masculinas da população economicamente ativa e rendimento nacional bruto (em termos de paridade do poder de compra em 2017). Para saber mais, consultar a *Nota técnica 3* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf for details.

Fontes de dados principais

Coluna 1: Cálculos baseados nos dados das colunas 3 e 4.

Coluna 2: Cálculos baseados nos dados da coluna 1.

Colunas 3 e 4: Cálculos do GRDH baseados nos dados de Barro e Lee (2018), OIT (2022), FMI (2022), DAESNU (2022a), Instituto de Estatística da UNESCO (2022), Divisão Estatística das Nações Unidas (2022) e Banco Mundial (2022).

Colunas 5 e 6: DAESNU (2022a).

Colunas 7 e 8: CEDLAS e Banco Mundial (2022), Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro, Instituto de Estatística da UNESCO (2022) e Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.

Colunas 9 e 10: Barro e Lee (2018), Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro, OCDE (2022), Instituto de Estatística da UNESCO (2022) e Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.

Colunas 11 e 12: Cálculos do GRDH baseados na OIT (2022), FMI (2022), DAESNU (2022a), Divisão Estatística das Nações Unidas (2022) e Banco Mundial (2022).

Índice de Desigualdade de Género

Índice de Desigualdade de Género	ODS 3.1		ODS 3.7		ODS 5.5	ODS 4.4		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Taxa de mortalidade materna		Taxa de natalidade na adolescência		Percentagem de assentos no parlamento	População com frequência de ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Valor	Classificação	(mortes por 100.000 nados-vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)	(% detida por mulheres)	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
CLASSIFICAÇÃO DO IDH	2021	2021	2017	2021	2021	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Desenvolvimento humano muito elevado									
1 Suíça	0,018	3	5	2,2	39,8	96,9	97,5	61,7	72,7
2 Noruega	0,016	2	2	2,3	45,0	99,1	99,3	60,3	72,0
3 Islândia	0,043	8	4	5,4	47,6	99,8	99,7	61,7	70,5
4 Hong Kong, China (RAE)	1,6	..	77,1	83,4	53,5	65,8
5 Austrália	0,073	19	6	8,1	37,9	94,6	94,4	61,1	70,5
6 Dinamarca	0,013	1	4	1,9	39,7	95,1	95,2	57,7	66,7
7 Suécia	0,023	4	4	3,3	47,0	91,8	92,2	61,7	68,0
8 Irlanda	0,074	21	5	5,9	27,3	88,1 ^c	86,0 ^c	56,5	68,6
9 Alemanha	0,073	19	7	7,5	34,8	96,1 ^c	96,5 ^c	56,8	66,0
10 Países Baixos	0,025	5	5	2,8	39,1	89,8	92,7	62,4	71,3
11 Finlândia	0,033	6	3	4,2	46,0	99,0	98,5	56,5	64,0
12 Singapura	0,040	7	8	2,6	29,8	80,5	85,9	59,4	76,8
13 Bélgica	0,048	10	5	5,3	42,9	87,2	89,7	49,8	58,8
13 Nova Zelândia	0,088	25	9	12,6	49,2	82,0	81,8	65,1	75,3
15 Canadá	0,069	17	10	7,0	34,4	100,0 ^d	100,0 ^d	60,8	69,7
16 Listenstaine	3,0	28,0
17 Luxemburgo	0,044	9	5	4,3	35,0	100,0 ^e	100,0 ^e	58,5	65,5
18 Reino Unido	0,098	27	7	10,5	31,1	99,8	99,8	58,0	67,1
19 Japão	0,083	22	5	2,9	14,2	95,9	92,7	53,3	71,0
19 Coreia (República da)	0,067	15	11	2,2	19,0	83,1 ^c	93,1 ^c	53,4	72,4
21 Estados Unidos	0,179	44	19	16,0	27,0	96,5	96,4	55,2	66,4
22 Israel	0,083	22	3	7,6	28,3	91,6 ^c	93,7 ^c	58,5	66,1
23 Malta	0,167	42	6	11,5	13,4	82,2	88,1	53,1	71,4
23 Eslovénia	0,071	18	7	4,5	21,5	97,6	98,7	53,8	62,2
25 Áustria	0,053	12	5	5,5	39,3	100,0 ^d	100,0 ^d	55,5	66,3
26 Emirados Árabes Unidos	0,049	11	3	3,1	50,0	82,0	85,6	46,5	88,0
27 Espanha	0,057	14	4	6,3	42,3	78,5	83,2	52,7	62,4
28 França	0,083	22	8	9,5	37,8	83,5	87,9	51,9	59,7
29 Chipre	0,123	35	6	6,8	14,3	81,1	84,8	56,6	68,8
30 Itália	0,056	13	2	4,0	35,3	78,6	86,1	39,9	57,6
31 Estónia	0,100	28	9	8,8	25,7	97,6	98,1	57,5	70,2
32 Chéquia	0,120	34	3	9,7	22,1	99,8	99,8	51,7	68,1
33 Grécia	0,119	32	3	8,5	21,7	69,9	77,8	43,3	58,1
34 Polónia	0,109	31	2	9,7	27,5	86,5	90,7	49,2	65,5
35 Barém	0,181	46	14	8,7	18,8	79,9	83,1	42,4	83,5
35 Lituânia	0,105	30	8	10,4	27,7	95,5	97,9	57,3	67,9
35 Arábia Saudita	0,247	59	17	11,9	19,9	71,3	80,9	30,9	80,1
38 Portugal	0,067	15	8	7,4	40,0	59,7	61,9	54,0	62,2
39 Letónia	0,151	40	19	11,2	29,0	99,3 ^c	99,3 ^c	54,5	66,8
40 Andorra	5,9	46,4	70,7 ^c	72,4 ^c
40 Croácia	0,093	26	8	8,6	31,1	97,0 ^c	100,0 ^c	45,9	58,8
42 Chile	0,187	47	13	24,1	32,7	80,3 ^c	83,5 ^c	44,2	65,5
42 Catar	0,220	54	9	7,1	4,4	79,8 ^c	69,6 ^c	57,2	95,5
44 São Marino	3,8	33,3	81,8	84,3
45 Eslováquia	0,180	45	5	26,3	22,7	98,9	99,2	54,7	66,4
46 Hungria	0,221	55	12	22,1	13,1	97,6	98,8	52,1	67,2
47 Argentina	0,287	69	39	39,1	44,4	71,0 ^f	71,4 ^f	50,0	71,6
48 Turquia	0,272	65	17	16,9	17,3	56,3	75,9	31,8	69,4
49 Montenegro	0,119	32	6	10,4	24,7	92,3 ^c	99,2 ^c	47,8	62,0
50 Koweit	0,305	74	12	5,6	1,5	60,9 ^c	55,2 ^c	47,4	83,8
51 Brunei Darussalá	0,259	61	31	10,0	9,1	70,4	71,2	54,1	72,3
52 Federação Russa	0,203	50	17	15,0	16,5	92,8 ^e	95,9 ^e	54,5	69,7
53 Roménia	0,282	67	19	36,4	18,5	88,8	93,7	42,8	62,3
54 Omã	0,300	72	19	9,9	9,9	96,6	99,9	28,7	85,0
55 Bahamas	0,329	78	70	25,7	20,0	87,0 ^c	89,9 ^c	65,6	71,5

Continuação -

TABELA 5

Índice de Desigualdade de Género	ODS 3.1		ODS 3.7		ODS 5.5	ODS 4.4		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Taxa de mortalidade materna		Taxa de natalidade na adolescência		Porcentagem de assentos no parlamento	População com frequência de ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Valor	Classificação	(nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)		(% detida por mulheres)	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
CLASSIFICAÇÃO DO IDH	2021	2021	2017	2021	2021	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
56 Cazaquistão	0,161	41	10	21,9	24,5	99,8 ^c	100,0 ^c	63,3	75,5
57 Trindade e Tobago	0,344	81	67	38,1	32,4	84,8 ^d	80,6 ^d	46,7	68,0
58 Costa Rica	0,256	60	27	37,1	45,6	56,2	54,5	47,5	71,1
58 Uruguai	0,235	58	17	36,2	26,2	59,6	55,5	54,8	69,3
60 Bielorrússia	0,104	29	2	11,9	34,7	97,5	99,0	57,3	71,4
61 Panamá	0,392	96	52	69,9	22,5	70,2	68,7	50,4	72,6
62 Malásia	0,228	57	29	9,3	14,9	75,0	78,4	51,2	77,6
63 Geórgia	0,280	66	25	31,7	19,3	97,1	98,3	51,0	68,0
63 Maurícia	0,347	82	61	24,6	20,0	64,4 ^c	70,8 ^c	43,4	70,4
63 Sérvia	0,131	36	12	14,9	39,2	88,6	95,3	46,6	62,3
66 Tailândia	0,333	79	37	32,7	13,9	47,6	51,7	59,0	75,0
Desenvolvimento humano elevado									
67 Albânia	0,144	39	15	14,5	35,7	95,4 ⁱ	93,0 ^d	50,7	66,2
68 Bulgária	0,210	52	10	38,6	23,8	94,9	96,5	49,1	62,6
68 Granada	25	32,7	32,1
70 Barbados	0,268	64	27	42,3	29,4	95,4 ^d	86,0 ^d	56,1	63,7
71 Antígua e Barbuda	42	33,1	31,4
72 Seicheles	53	53,4	22,9
73 Sri Lanca	0,383	92	36	15,7	5,4	84,0	84,2	30,9	68,5
74 Bósnia-Herzegovina	0,136	38	10	9,9	24,6	82,7	94,0	32,3	52,4
75 São Cristóvão e Neves	38,2	25,0
76 Irão (República Islâmica do)	0,459	115	16	30,2	5,6	71,6 ^c	76,0 ^c	14,4	68,1
77 Ucrânia	0,200	49	19	15,6	20,8	96,2 ^d	95,8 ^f	48,1	63,6
78 Macedónia do Norte	0,134	37	7	16,4	41,7	61,9	75,1	42,4	63,4
79 China	0,192	48	29	11,0	24,9	78,3 ^d	85,4 ^d	61,6	74,3
80 República Dominicana	0,429	106	95	65,6	25,7	77,4 ^c	76,9 ^c	49,6	75,2
80 Moldávia (República da)	0,205	51	19	27,8	39,6	96,1	98,0	33,9	43,9
80 Palau	42,5	6,9	96,9	97,3
83 Cuba	0,303	73	36	48,8	53,4	89,5 ^c	91,9 ^c	40,3	68,5
84 Peru	0,380	90	88	56,8	40,0	59,3 ^c	69,9 ^c	66,1	81,9
85 Arménia	0,216	53	26	18,5	33,6	96,0	97,1	42,7	63,0
86 México	0,309	75	33	54,4	49,8	65,1	66,7	43,8	75,4
87 Brasil	0,390	94	60	45,2	14,8	62,4 ^c	59,1 ^c	49,1	68,2
88 Colômbia	0,424	102	83	59,0	19,6	58,9	56,5	52,2	78,0
89 São Vicente e Granadinas	0,390	94	68	47,9	18,2	44,1	39,6	52,9	74,1
90 Maldivas	0,348	83	53	7,3	4,6	46,4 ^d	41,5 ^d	34,3	67,5
91 Argélia	0,499	126	112	11,7	7,5	46,0 ^c	56,9 ^c	15,7	64,5
91 Azerbaijão	0,294	70	26	40,1	18,2	93,6	97,6	60,4	67,3
91 Tonga	0,631	160	52	19,0	0,0 ^g	93,5 ^d	93,1 ^d	37,3	55,3
91 Turquemenistão	0,177	43	7	21,8	25,0	93,5	92,2	36,5	55,6
95 Equador	0,362	85	59	63,2	39,4	53,0	52,0	53,3	76,5
96 Mongólia	0,313	76	45	26,7	17,1	79,3	73,0	51,5	66,6
97 Egito	0,443	109	37	44,8	22,9	81,6 ^c	76,6 ^c	15,4	67,1
97 Tunísia	0,259	61	43	6,7	26,3	42,9 ^c	51,8 ^c	25,5	67,2
99 Ilhas Fiji	0,318	77	34	26,8	21,6	90,2 ^d	87,9 ^d	37,7	75,3
99 Suriname	0,427	105	120	56,1	29,4	69,9 ^h	70,7 ^h	43,4	65,1
101 Uzbequistão	0,227	56	29	15,9	28,7	99,9	100,0	44,9	70,9
102 Domínica	38,5	34,4
102 Jordânia	0,471	118	46	25,4	11,8	77,4	84,2	13,5	62,3
104 Líbia	0,259	61	72	6,9	16,0	70,5 ⁱ	45,1 ⁱ	34,1	61,0
105 Paraguai	0,445	111	84	70,3	16,8	52,5	54,0	59,6	84,2
106 Palestina, Estado da	27	43,5	..	67,9	67,6	16,7	66,3
106 Santa Lúcia	0,381	91	117	36,9	24,1	49,9	43,8	63,2	73,2
108 Guiana	0,454	114	169	66,6	35,7	69,5	62,2	40,3	64,1
109 África do Sul	0,405	97	119	61,2	46,0 ^j	68,9	87,7	46,2	59,9
110 Jamaica	0,335	80	80	32,8	31,0	74,3 ^d	66,4 ^d	56,1	70,0
111 Samoa	0,418	99	43	43,6	7,8	79,1 ^k	71,6 ^k	30,7	54,2

Continuação -

TABELA 5

Índice de Desigualdade de Gênero	ODS 3.1		ODS 3.7		ODS 5.5	ODS 4.4		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Taxa de mortalidade materna		Taxa de natalidade na adolescência		Porcentagem de assentos no parlamento	População com frequência de ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Valor	Classificação	(mortes por 100.000 nados-vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)	(% detida por mulheres)	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
CLASSIFICAÇÃO DO IDH	2021	2021	2017	2021	2021	2021 ^b	2021 ^b	2021	2021
112 Gabão	0,541	140	252	91,2	18,7	67,2 ⁱ	84,0 ⁱ	39,1	57,0
112 Líbano	0,432	108	29	20,3	4,7	54,3 ^k	55,6 ^k	20,8	64,3
114 Indonésia	0,444	110	177	33,9	21,0	51,0	58,2	53,7	81,7
115 Vietname	0,296	71	43	34,6	30,3	61,3	69,6	69,6	79,4
Desenvolvimento humano médio									
116 Filipinas	0,419	101	121	48,2	28,0	73,4	69,1	43,8	68,3
117 Botsuana	0,468	117	144	49,3	10,8	91,3	91,8	56,3	65,1
118 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,418	99	155	63,8	48,2	60,1	69,7	68,3	83,8
118 Quirguizistão	0,370	87	60	34,7	20,5	100,0 ^d	99,8 ^d	42,1	71,7
120 Venezuela (República Bolivariana da)	0,492	123	125	82,7	22,2	79,8 ^d	75,4 ^d	34,3	67,8
121 Iraque	0,558	145	79	62,2	28,9	42,0 ^h	52,9 ^h	11,1	71,8
122 Tajiquistão	0,285	68	17	45,4	23,4	93,5 ^d	94,6 ^d	30,2	50,5
123 Belize	0,364	86	36	57,1	19,6	54,5	49,8	46,9	76,8
123 Marrocos	0,425	104	70	25,9	20,4	30,9	37,1	22,0	66,0
125 El Salvador	0,376	88	46	55,9	27,4	42,7	51,4	43,6	72,6
126 Nicarágua	0,424	102	98	85,6	50,5	51,2	49,7	46,8	81,3
127 Butão	0,415	98	183	19,0	16,7	23,6	32,3	51,6	67,4
128 Cabo Verde	0,349	84	58	55,2	38,9	28,8 ^m	31,2 ^m	46,9	61,7
129 Bangladeche	0,530	131	173	75,5	20,9	50,6	58,5	34,9	78,8
130 Tuvalu	33,1	6,3	60,0	60,7
131 Ilhas Marshall	58,0	6,1	91,6	92,5
132 Índia	0,490	122	133 ⁿ	17,2	13,4	41,8 ^d	53,8 ^d	19,2	70,1
133 Gana	0,529	130	308	64,2	14,5	58,0 ^d	73,2 ^d	64,5	72,2
134 Micronésia (Estados Federados da)	88	35,8	7,1
135 Guatemala	0,481	121	95	64,1	19,4	29,5	35,8	37,4	80,3
136 Quiribati	92	40,5	6,7
137 Honduras	0,431	107	65	72,0	27,3	35,8	44,8	42,3	78,9
138 São Tomé e Príncipe	0,494	124	130	79,4	23,6	39,9 ^h	48,4 ^h	37,1	69,9
139 Namíbia	0,445	111	195	64,9	35,6	41,5 ^d	44,1 ^d	54,5	62,2
140 República Democrática Popular do Laos	0,478	120	185	73,2	22,0	37,7	47,7	74,8	78,1
140 Timor-Leste	0,378	89	142	33,9	38,5	33,7	41,8	61,0	72,2
140 Vanuatu	72	64,1	0,0 ^q	59,7	78,0
143 Nepal	0,452	113	186	63,8	33,6	28,8 ^d	44,7 ^d	78,7	80,8
144 Essuatíni (Reino de)	0,540	138	437	69,9	18,4	34,0	36,2	45,6	53,6
145 Guiné Equatorial	301	139,7	20,3	49,9	58,5
146 Camboja	0,461	116	160	45,5	19,8	18,3	31,7	74,0	85,9
146 Zimbabué	0,532	134	458	94,3	34,6	61,8 ^c	72,4 ^c	79,3	88,9
148 Angola	0,537	136	241	138,4	29,5	28,2	51,5	74,0	79,1
149 Mianmar	0,498	125	250	33,0	15,0	38,5	47,8	41,0	70,0
150 República Árabe da Síria	0,477	119	31	38,7	11,2	37,1 ^o	43,4 ^o	15,7	70,8
151 Camarões	0,565	148	529	110,4	31,1	36,8 ^d	55,0 ^d	70,2	80,7
152 Quênia	0,506	128	342	64,2	23,2	31,1 ^d	37,7 ^d	71,0	75,6
153 Congo	0,564	147	378	103,6	13,6	48,0	52,0	65,1	67,6
154 Zâmbia	0,540	138	213	117,0	15,1	47,1 ^d	56,8 ^d	69,2	77,8
155 Ilhas Salomão	104	60,3	8,0	83,1	87,4
156 Comores	273	58,2	16,7	32,1	54,5
156 Papua-Nova Guiné	0,725	169	145	55,3	0,0 ^q	10,8	15,5	46,3	48,1
158 Maurítânia	0,632	161	766	78,0	20,3	14,5 ^d	21,9 ^d	27,4	62,2
159 Costa do Marfim	0,613	155	617	105,0	15,6	23,9 ^d	32,2 ^d	45,9	64,9
Desenvolvimento humano baixo									
160 Tanzânia (República Unida da)	0,560	146	524	123,7	36,9	13,0 ^c	19,1 ^c	79,5	87,1
161 Paquistão	0,534	135	140	42,3	19,9	22,1	28,7	20,7	78,1
162 Togo	0,580	149	396	77,9	18,7	13,9 ^d	42,3 ^d	55,5	59,4
163 Haiti	0,635	163	480	52,5	2,7 ^p	27,9	41,0	60,7	68,9
163 Nigéria	0,680	168	917	101,7	4,5	40,4 ^q	55,3 ^q	47,9	59,6
165 Ruanda	0,388	93	248	32,4	55,7	11,4 ^c	16,3 ^c	82,5	82,2

Continuação -

TABELA 5

Índice de Desigualdade de Gênero	ODS 3.1		ODS 3.7		ODS 5.5	ODS 4.4		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Taxa de mortalidade materna		Taxa de natalidade na adolescência		Porcentagem de assentos no parlamento	População com frequência de ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho ^a	
	Valor	Classificação	(nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos)		(% detida por mulheres)	(% idade 25 e mais velhos)		(% idade 15 e mais velhos)	
CLASSIFICAÇÃO DO IDH	2021	2021	2017	2021	2021	2021 ^b	2021 ^b	2021	2021
166 Benim	0,602	152	397	92,3	8,4	21,1 ^d	34,4 ^d	69,3	72,6
166 Uganda	0,530	131	375	107,9	33,8	29,3	36,3	64,2	71,3
168 Lesoto	0,557	144	544	89,6	22,9	27,2 ^f	24,6 ^f	56,1	71,3
169 Maláui	0,554	142	349	117,9	22,9	21,3 ^d	28,4 ^d	71,6	80,0
170 Senegal	0,530	131	315	66,5	43,0	11,1 ^e	30,9 ^c	33,5	56,7
171 Jibuti	248	22,7	26,2	17,2	44,1
172 Sudão	0,553	141	295	79,9	31,0 ^f	16,4	20,1	28,7	67,8
173 Madagáscar	0,556	143	335	119,4	17,2	27,3 ^s	29,8 ^s	81,5	87,6
174 Gâmbia	0,611	153	597	63,2	8,6	29,9	43,2	48,9	66,3
175 Etiópia	0,520	129	401	69,2	39,5	9,1	20,1	72,3	84,7
176 Eritreia	480	64,4	22,0 ^p	70,2	83,6
177 Guiné-Bissau	0,627	159	667	87,5	13,7	9,8	22,8	63,9	78,4
178 Libéria	0,648	164	661	123,4	9,7	20,8	39,2	69,8	79,7
179 Congo (República Democrática do)	0,601	151	473	109,0	14,3	40,3 ^h	69,1 ^h	61,2	69,1
180 Afeganistão	0,678	167	638	82,6	27,2	6,4	14,9	14,8	66,5
181 Serra Leoa	0,633	162	1.120	100,9	12,3	34,7 ^d	51,5 ^d	56,1	55,9
182 Guiné	0,621	157	576	114,8	16,7 ⁱ	7,2 ^c	19,7 ^c	62,1	62,2
183 Iémen	0,820	170	164	54,4	0,3	22,4	37,5	6,0	67,6
184 Burquina Fasso	0,621	157	320	110,5	6,3	11,3 ^e	17,1 ^c	57,2	72,7
185 Moçambique	0,537	136	289	165,8	42,4	10,8 ^e	20,2 ^c	77,7	78,9
186 Mali	0,613	155	562	150,1	27,3	8,0	15,5	57,7	79,7
187 Burundi	0,505	127	548	53,6	38,9	7,8 ^e	13,0 ^c	79,0	77,4
188 República Centro-Africana	0,672	166	829	160,5	12,9	13,9	31,6	63,3	79,5
189 Níger	0,611	153	509	170,5	25,9	9,2 ^d	15,2 ^d	61,7	84,3
190 Chade	0,652	165	1.140	138,3	32,3	7,7 ^s	24,4 ^s	46,9	69,9
191 Sudão do Sul	0,587	150	1.150	99,2	32,3	26,5	36,4	70,4	73,6
Outros países ou territórios									
Coreia (República Popular Democrática da)	89	2,3	17,6	77,2	86,1
Mónaco	7,2	33,3
Nauru	72,5	10,5
Somália	829	118,0	24,6	20,9	47,0
Agrupamentos por IDH									
Desenvolvimento humano muito elevado	0,155	-	15	14,1	29,1	87,0	89,4	52,6	68,4
Desenvolvimento humano elevado	0,329	-	62	28,0	25,8	72,7	78,0	53,6	73,5
Desenvolvimento humano médio	0,494	-	175	38,1	21,8	44,0	54,2	28,8	71,3
Desenvolvimento humano baixo	0,577	-	499	89,5	24,3	22,8	34,1	49,3	73,2
Países em vias de desenvolvimento	0,487	-	247	46,5	23,9	56,9	64,7	44,4	72,8
Regiões									
Estados Árabes	0,536	-	150	45,3	18,3	53,8	60,4	19,3	69,5
Ásia Oriental e Pacífico	0,337	-	82	21,6	20,9	71,4	78,2	59,7	75,2
Europa e Ásia Central	0,227	-	20	20,1	26,1	83,4	89,7	42,9	67,0
América Latina e Caraíbas	0,381	-	75	53,4	33,2	63,2	63,2	48,6	72,7
Ásia do Sul	0,508	-	153	28,9	17,6	42,2	52,8	21,6	71,6
África Subsaariana	0,569	-	536	100,9	25,7	31,1	44,3	62,1	72,3
Países menos desenvolvidos	0,562	-	417	93,7	24,7	27,5	38,7	54,6	75,8
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,461	-	212	50,9	26,7	62,1	65,7	50,4	68,7
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,185	-	18	19,2	32,4	86,7	89,1	51,8	67,8
Mundo	0,465	-	225	42,5	25,9	64,2	70,3	46,2	71,7

Notas	Definições	Fontes de dados principais
a		Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados nos dados das colunas 3 a 9.
b	Índice de Desigualdade de Gênero: Uma avaliação composta que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Desigualdade de Gênero, consultar a <i>Nota técnica 4</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf .	Coluna 2: Cálculos baseados nos dados da coluna 1.
c	Taxa de mortalidade materna: Número de mortes devidas a causas relacionadas com a gravidez por 100.000 nascidos-vivos.	Coluna 3: OMS, UNICEF, FNUAP, Grupo do Banco Mundial e Divisão de População das Nações Unidas (2019).
d	Taxa de natalidade na adolescência: Número de nascimentos por 1.000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos.	Coluna 4: DAESNU (2022a).
e	Porcentagem de assentos no parlamento: Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional, expressa em percentagem do total de assentos. Para países com um sistema legislativo bicameral, a percentagem de assentos é calculada com base em ambas as câmaras.	Coluna 5: UIP 2022.
f	População com frequência de ensino secundário: Percentagem da população com 25 anos ou mais que atingiu (mas não necessariamente completou) um nível secundário de educação.	Colunas 6 e 7: Barro e Lee (2018), Inquéritos Demográficos e de Saúde da ICF Macro, OCDE (2022), Instituto de Estatística da UNESCO (2022) e Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.
g	Taxa de participação na força de trabalho: Proporção da população em idade ativa (15 anos ou mais) que se envolve no mercado de trabalho, trabalhando ou procurando ativamente trabalho, expressa como uma percentagem da população em idade ativa.	Colunas 8 e 9: OIT (2022).
h		
i		
j		
k		
l		
m		
n		
o		
p		
q		
r		
s		
t		

TABELA 6

Índice de Pobreza Multidimensional: países em vias de desenvolvimento

País	Ano e inquérito ^b	Índice de Pobreza Multidimensional ^a	População em pobreza multidimensional ^a							Contribuição da privação em dimensão para a pobreza multidimensional global ^a			População a viver abaixo do limiar de pobreza monetária (%)	
			Contagem de pessoas		Intensidade da privação	Desigualdade entre as pessoas pobres	População em pobreza multidimensional grave	População vulnerável à pobreza multidimensional ^a	Saúde	Educação	Nível de vida	Limiar nacional de pobreza	PPC 1,90 \$ por dia	
			(milhares)	(%)										Saúde
			Valor	(%)	Valor	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	2009-2019 ^c	2009-2019 ^c	
Estimativas baseadas em inquéritos para 2015-2020														
Afganistão	2015/2016 ^d	0,272 ^d	55,9 ^d	19.783 ^d	21.269 ^d	48,6 ^d	0,020 ^d	24,9 ^d	18,1 ^d	10,0 ^d	45,0 ^d	45,0 ^d	54,5	..
Albânia	2017/2018 ^d	0,003	0,7	20	20	39,1	.. ^e	0,1	5,0	28,3	55,1	16,7	14,3	1,3
Argélia	2018/2019 ^m	0,005	1,4	594	594	39,2	0,007	0,2	3,6	31,2	49,3	19,5	5,5	0,4
Angola	2015/2016 ^d	0,282	51,1	14.740	16.264	55,3	0,024	32,5	15,5	21,2	32,1	46,8	32,3	49,9
Arménia	2015/2016 ^d	0,001 ^f	0,2 ^f	6 ^f	6 ^f	36,2 ^f	.. ^e	0,0 ^f	2,8 ^f	33,1 ^f	36,8 ^f	30,1 ^f	26,4	1,1
Bangladeche	2019 ^m	0,104	24,6	40.176	40.176	42,2	0,010	6,5	18,2	17,3	37,6	45,1	24,3	14,3
Belize	2015/2016 ^m	0,017	4,3	16	17	39,8	0,007	0,6	8,4	39,5	20,9	39,6
Benim	2017/2018 ^d	0,368	66,8	7.672	7.883	55,0	0,025	40,9	14,7	20,8	36,3	42,9	38,5	49,6
Bolívia (Estado Plurinacional da)	2016 ⁿ	0,038	9,1	1.000	1.043	41,7	0,008	1,9	12,1	18,7	31,5	49,8	37,2	3,2
Botsuana	2015/2016 ^h	0,073 ^g	17,2 ^g	372 ^g	397 ^g	42,2 ^g	0,008 ^g	3,5 ^g	19,7 ^g	30,3 ^g	16,5 ^g	53,2 ^g	19,3	14,5
Brasil	2015 ^{nh}	0,016 ^{dhj}	3,8 ^{dhj}	7.856 ^{dhj}	8.108 ^{dhj}	42,5 ^{dhj}	0,008 ^{dhj}	0,9 ^{dhj}	6,2 ^{dhj}	49,8 ^{dhj}	22,9 ^{dhj}	27,3 ^{dhj}	..	4,6
Burundi	2016/2017 ^b	0,409 ⁱ	75,1 ⁱ	8.131 ⁱ	8.659 ⁱ	54,4 ⁱ	0,022 ⁱ	46,1 ⁱ	15,8 ⁱ	23,8 ⁱ	27,2 ⁱ	49,0 ⁱ	64,9	72,8
Camarões	2018 ^o	0,232	43,6	10.992	11.280	53,2	0,026	24,6	17,6	25,2	27,6	47,1	37,5	26,0
República Centro-Africana	2018/2019 ^m	0,461	80,4	3.816	3.816	57,4	0,025	55,8	12,9	20,2	27,8	52,0
Chade	2019 ^m	0,517	84,2	13.423	13.423	61,4	0,024	64,6	10,7	19,1	36,6	44,3	42,3	38,1
Colômbia	2015/2016 ^d	0,020 ^d	4,8 ^d	2.335 ^d	2.440 ^d	40,6 ^d	0,009 ^d	0,8 ^d	6,2 ^d	12,0 ^d	39,5 ^d	48,5 ^d	35,7	4,9
Congo	2014/2015 ^m	0,112	24,3	1.178	1.306	46,0	0,013	9,4	21,3	23,4	20,2	56,4	40,9	39,6
Congo (República Democrática do)	2017/2018 ^m	0,331	64,5	54.239	55.996	51,3	0,020	36,8	17,4	23,1	19,9	57,0	63,9	77,2
Costa Rica	2018 ^m	0,002 ^{ij}	0,5 ^{ij}	27 ^{ij}	27 ^{ij}	37,1 ^{ij}	.. ^e	0,0 ^{ij}	2,4 ^{ij}	40,5 ^{ij}	41,0 ^{ij}	18,5 ^{ij}	21,0	1,0
Costa do Marfim	2016 ^m	0,236	46,1	10.975	11.847	51,2	0,019	24,5	17,6	19,6	40,4	40,0	39,5	29,8
Cuba	2019 ^m	0,003 ^l	0,7 ^l	80 ^l	80 ^l	38,1 ^l	.. ^e	0,1 ^l	2,7 ^l	10,1 ^l	39,8 ^l	50,1 ^l
Etiópia	2019 ^b	0,367	68,7	77.039	77.039	53,3	0,022	41,9	18,4	14,0	31,5	54,5	23,5	30,8
Gâmbia	2018 ^m	0,204	41,6	948	977	49,0	0,018	18,8	22,9	29,5	34,6	35,9	48,6	10,3
Geórgia	2018 ^m	0,001 ⁱ	0,3 ⁱ	14 ⁱ	14 ⁱ	36,6 ⁱ	.. ^e	0,0 ⁱ	2,1 ⁱ	47,1 ⁱ	23,8 ⁱ	29,1 ⁱ	19,5	3,8
Gana	2017/2018 ^m	0,111	24,6	7.334	7.494	45,1	0,014	8,4	20,1	23,6	30,5	45,9	23,4	12,7
Guatemala	2014/2015 ^b	0,134	28,9	4.694	5.078	46,2	0,013	11,2	21,1	26,3	35,0	38,7	59,3	8,8
Guiné	2018 ^o	0,373	66,2	8.220	8.456	56,4	0,025	43,5	16,4	21,4	38,4	40,3	43,7	36,1
Guiné-Bissau	2018/2019 ^m	0,341	64,4	1.237	1.237	52,9	0,021	35,9	20,0	19,1	35,0	45,8	69,3	68,4
Guiana	2019/2020 ^m	0,007	1,7	13	13	38,8	0,006	0,2	6,5	29,2	23,0	47,7
Haiti	2016/2017 ^b	0,200	41,3	4.532	4.648	48,4	0,019	18,5	21,8	18,5	24,6	57,0	58,5	24,5
Índia	2015/2016 ^d	0,123	27,9	369.643	381.336	43,9	0,014	8,8	19,3	31,9	23,4	44,8	21,9	22,5
Indonésia	2017 ^b	0,014 ^d	3,6 ^d	9.578 ^d	9.794 ^d	38,7 ^d	0,006 ^d	0,4 ^d	4,7 ^d	34,7 ^d	26,8 ^d	38,5 ^d	9,4	2,7
Iraque	2018 ^m	0,033	8,6	3.319	3.395	37,9	0,005	1,3	5,2	33,1	60,9	6,0	18,9	1,7
Jordânia	2017/2018 ^d	0,002	0,4	43	44	35,4	.. ^e	0,0	0,7	37,5	53,5	9,0	15,7	0,1
Cazaquistão	2015 ^m	0,002 ^{lf}	0,5 ^{lf}	80 ^{lf}	84 ^{lf}	35,6 ^{lf}	.. ^e	0,0 ^{lf}	1,8 ^{lf}	90,4 ^{lf}	3,1 ^{lf}	6,4 ^{lf}	4,3	0,0
Quiribati	2018/2019 ^m	0,080	19,8	23	23	40,5	0,006	3,5	30,2	30,3	12,1	57,6
Quirguistão	2018 ^m	0,001	0,4	25	25	36,3	.. ^e	0,0	5,2	64,6	17,9	17,5	20,1	0,6
República Democrática Popular do Laos	2017 ^m	0,108	23,1	1.604	1.654	47,0	0,016	9,6	21,2	21,5	39,7	38,8	18,3	10,0
Lesoto	2018 ^m	0,084 ^j	19,6 ^j	413 ^j	417 ^j	43,0 ^j	0,009 ^j	5,0 ^j	28,6 ^j	21,9 ^j	18,1 ^j	60,0 ^j	49,7	27,2
Libéria	2019/2020 ^b	0,259	52,3	2.646	2.583	49,6	0,018	24,9	23,3	19,7	28,6	51,7	50,9	44,4
Madagáscar	2018 ^m	0,384	69,1	18.142	18.630	55,6	0,023	45,5	14,3	15,5	33,1	51,5	70,7	78,8
Maláui	2015/2016 ^b	0,252 ^l	54,2 ^l	9.333 ^l	10.106 ^l	46,5 ^l	0,013 ^l	19,8 ^l	27,4 ^l	22,0 ^l	22,4 ^l	55,6 ^l	51,5	69,2
Maldivas	2016/2017 ^d	0,003	0,8	4	4	34,4	.. ^e	0,0	4,8	80,7	15,1	4,2	8,2	0,0
Mali	2018 ^b	0,376	68,3	13.036	13.433	55,0	0,022	44,7	15,3	19,6	41,2	39,3	42,1	50,3
Mauritânia	2015 ^m	0,261	50,6	2.046	2.288	51,5	0,019	26,3	18,6	20,2	33,1	46,6	31,0	6,0
México	2016 ^{kk}	0,026 ^l	6,6 ^l	8.097 ^l	8.375 ^l	39,0 ^l	0,008 ^l	1,0 ^l	4,7 ^l	68,1 ^l	13,7 ^l	18,2 ^l	41,9	1,7
Mongólia	2018 ^m	0,028 ^m	7,3 ^m	230 ^m	234 ^m	38,8 ^m	0,004 ^m	0,8 ^m	15,5 ^m	21,1 ^m	26,8 ^m	52,1 ^m	28,4	0,5
Montenegro	2018 ^m	0,005	1,2	8	8	39,6	.. ^e	0,1	2,9	58,5	22,3	19,2	24,5	2,5
Marrocos	2017/2018 ^p	0,027 ⁿ	6,4 ⁿ	2.291 ⁿ	2.319 ⁿ	42,0 ⁿ	0,012 ⁿ	1,4 ^d	10,9 ⁿ	24,4 ⁿ	46,8 ⁿ	28,8 ⁿ	4,8	0,9
Mianmar	2015/2016 ^b	0,176	38,3	20.325	20.708	45,9	0,015	13,8	21,9	18,5	32,3	49,2	24,8	1,4
Nepal	2019 ^m	0,074	17,5	5.008	5.008	42,5	0,010	4,9	17,8	23,2	33,9	43,0	25,2	15,0
Nigéria	2018 ^b	0,254	46,4	90.919	93.281	54,8	0,029	26,8	19,2	30,9	28,2	40,9	40,1	39,1
Macedónia do Norte	2018/2019 ^m	0,001	0,4	8	8	38,2	.. ^e	0,1	2,2	29,6	52,6	17,8	21,6	3,4
Paquistão	2017/2018 ^d	0,198	38,3	81.352	83.014	51,7	0,023	21,5	12,9	27,6	41,3	31,1	24,3	4,4
Palestina, Estado da	2019/2020 ^m	0,002	0,6	29	28	35,0	.. ^e	0,0	1,3	62,9	31,0	6,1	29,2	0,8
Papua-Nova Guiné	2016/2018 ^d	0,263 ^d	56,6 ^d	4.874 ^d	4.970 ^d	46,5 ^d	0,016 ^d	25,8 ^d	25,3 ^d	4,6 ^d	30,1 ^d	65,3 ^d	39,9	38,0
Paraguai	2016 ^m	0,019	4,5	305	317	41,9	0,013	1,0	7,2	14,3	38,9	46,8	23,5	0,9

Continuação -

TABELA 6

País	Ano e inquérito ^b	Índice de Pobreza Multidimensional ^a	População em pobreza multidimensional ^a										Contribuição da privação em dimensão para a pobreza multidimensional global ^a			População a viver abaixo do limiar de pobreza monetária (%)	
			Contagem de pessoas			Intensidade da privação	Desigualdade entre as pessoas pobres	População em pobreza multidimensional grave	População vulnerável à pobreza multidimensional ^a	Saúde	Educação	Nível de vida	Limiar nacional de pobreza	PPC 1,90 \$ por dia			
			No ano do inquérito		Valor										Saúde	Educação	Nível de vida
			2009-2020	Valor		(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	2009-2019 ^c	2009-2019 ^c					
Peru	2018 ^M	0,029	7,4	2.358	2.397	39,6	0,007	1,1	9,6	15,7	31,1	53,2	20,2	2,2			
Filipinas	2017 ^D	0,024 ^d	5,8 ^d	6.096 ^d	6.266 ^d	41,8 ^d	0,010 ^d	1,3 ^d	7,3 ^d	20,3 ^d	31,0 ^d	48,7 ^d	16,7	2,7			
Ruanda	2014/2015 ^D	0,259 ^f	54,4 ^f	6.184 ^f	6.869 ^f	47,5 ^f	0,013 ^f	22,2 ^f	25,8 ^f	13,6 ^f	30,5 ^f	55,9 ^f	38,2	56,5			
São Tomé e Príncipe	2019 ^M	0,048	11,7	25	25	40,9	0,007	2,1	17,0	18,7	36,6	44,6	66,7	35,6			
Senegal	2019 ^D	0,263	50,8	8.284	8.284	51,7	0,019	27,7	18,2	20,7	48,4	30,9	46,7	38,5			
Sérvia	2019 ^M	0,000 ^{lo}	0,1 ^{lo}	10 ^{lo}	10 ^{lo}	38,1 ^{lo}	.. ^e	0,0 ^{lo}	2,1 ^{lo}	30,9 ^{lo}	40,1 ^{lo}	29,0 ^{lo}	23,2	5,4			
Seicheles	2019 N	0,003 ^{lp}	0,9 ^{lp}	1 ^{lp}	1 ^{lp}	34,2 ^{lp}	.. ^e	0,0 ^{lp}	0,4 ^{lp}	66,8 ^{lp}	32,1 ^{lp}	1,1 ^{lp}	25,3	0,5			
Serra Leoa	2019 ^D	0,293	59,2	4.627	4.627	49,5	0,019	28,0	21,3	23,0	24,1	53,0	56,8	43,0			
África do Sul	2016 ^D	0,025	6,3	3.517	3.664	39,8	0,005	0,9	12,2	39,5	13,1	47,4	55,5	18,7			
Sri Lanca	2016 ^M	0,011	2,9	614	623	38,3	0,004	0,3	14,3	32,5	24,4	43,0	4,1	0,9			
Suriname	2018 M	0,011	2,9	16	17	39,4	0,007	0,4	4,0	20,4	43,8	35,8			
Tajiquistão	2017 ^D	0,029	7,4	661	694	39,0	0,004	0,7	20,1	47,8	26,5	25,8	26,3	4,1			
Tanzânia (República Unida da)	2015/2016 ^D	0,284 ^f	57,1 ^f	30.274 ^f	33.102 ^f	49,8 ^f	0,016 ^f	27,5 ^f	23,4 ^f	22,5 ^f	22,3 ^f	55,2 ^f	26,4	49,4			
Tailândia	2019 ^M	0,002 ⁱ	0,6 ⁱ	402 ⁱ	402 ⁱ	36,7 ⁱ	0,003 ⁱ	0,0 ⁱ	6,1 ⁱ	38,3 ⁱ	45,1 ⁱ	16,7 ⁱ	9,9	0,1			
Timor-Leste	2016 ^D	0,222 ^f	48,3 ^f	588 ^f	624 ^f	45,9 ^f	0,014 ^f	17,4 ^f	26,8 ^f	29,3 ^f	23,1 ^f	47,6 ^f	41,8	22,0			
Togo	2017 ^M	0,180	37,6	2.896	3.040	47,8	0,016	15,2	23,8	20,9	28,1	50,9	55,1	51,1			
Tonga	2019 ^M	0,003	0,9	1	1	38,1	.. ^e	0,0	6,4	38,2	40,7	21,1	22,5	1,0			
Tunísia	2018 M	0,003	0,8	92	93	36,5	.. ^e	0,1	2,4	24,4	61,6	14,0	15,2	0,2			
Turquemenistão	2019 ^M	0,001 ^j	0,2 ^j	15 ^j	15 ^j	34,0 ^j	.. ^e	0,0 ^j	0,3 ^j	82,4 ^j	15,5 ^j	2,1 ^j			
Uganda	2016 ^D	0,281 ^f	57,2 ^f	22.667 ^f	25.308 ^f	49,2 ^f	0,017 ^f	25,7 ^f	23,6 ^f	24,0 ^f	21,6 ^f	54,5 ^f	21,4	41,3			
Zâmbia	2018 ^D	0,232	47,9	8.313	8.557	48,4	0,015	21,0	23,9	21,5	25,0	53,5	54,4	58,7			
Zimbabué	2019 ^M	0,110	25,8	3.779	3.779	42,6	0,009	6,8	26,3	23,6	17,3	59,2	38,3	39,5			
Estimativas baseadas em inquéritos para 2009-2014																	
Barbados	2012 ^M	0,009 ⁱ	2,5 ⁱ	7 ⁱ	7 ⁱ	34,2 ⁱ	.. ^e	0,0 ⁱ	0,5 ⁱ	96,0 ⁱ	0,7 ⁱ	3,3 ⁱ			
Butão	2010 ^M	0,175 ⁱ	37,3 ⁱ	256 ⁱ	285 ⁱ	46,8 ⁱ	0,016 ⁱ	14,7 ⁱ	17,7 ⁱ	24,2 ⁱ	36,6 ⁱ	39,2 ⁱ	8,2	1,5			
Bósnia-Herzegovina	2011/2012 ^M	0,008 ⁱ	2,2 ⁱ	79 ⁱ	72 ⁱ	37,9 ⁱ	0,002 ⁱ	0,1 ⁱ	4,1 ⁱ	79,7 ⁱ	7,2 ⁱ	13,1 ⁱ	16,9	0,1			
Burquina Fasso	2010 ^D	0,523 ^f	84,2 ^f	13.138 ^f	17.109 ^f	62,2 ^f	0,027 ^f	65,3 ^f	7,2 ^f	20,5 ^f	40,4 ^f	39,1 ^f	41,4	43,8			
Camboja	2014 ^D	0,170	37,2	5.680	6.131	45,8	0,015	13,2	21,1	21,8	31,7	46,6	17,7	..			
China	2014 ^{Mq}	0,016 ^{cs}	3,9 ^{cs}	54.369 ^{cs}	55.703 ^{cs}	41,4 ^{cs}	0,005 ^{cs}	0,3 ^{cs}	17,4 ^{cs}	35,2 ^{cs}	39,2 ^{cs}	25,6 ^{cs}	0,6	0,5			
Comores	2012 ^D	0,181	37,3	270	317	48,5	0,020	16,1	22,3	20,8	31,6	47,6	42,4	19,1			
República Dominicana	2014 ^M	0,015 ^d	3,9 ^d	394 ^d	417 ^d	38,9 ^d	0,006 ^d	0,5 ^d	5,2 ^d	29,1 ^d	35,8 ^d	35,0 ^d	21,0	0,6			
Equador	2013/2014 ^M	0,018 ⁱ	4,6 ⁱ	730 ⁱ	795 ⁱ	39,9 ⁱ	0,007 ⁱ	0,8 ⁱ	7,6 ⁱ	40,4 ⁱ	23,6 ⁱ	35,9 ⁱ	25,0	3,6			
Egito	2014 ^D	0,020 ^{jt}	5,2 ^{jt}	4.737 ^{jt}	5.259 ^{jt}	37,6 ^{jt}	0,004 ^{jt}	0,6 ^{jt}	6,1 ^{jt}	40,0 ^{jt}	53,1 ^{jt}	6,9 ^{jt}	32,5	3,8			
El Salvador	2014 ^M	0,032	7,9	495	507	41,3	0,009	1,7	9,9	15,5	43,4	41,1	22,8	1,3			
Essuatíni (Reino de)	2014 ^M	0,081	19,2	210	221	42,3	0,009	4,4	20,9	29,3	17,9	52,8	58,9	29,2			
Gabão	2012 ^D	0,070 ^f	15,6 ^f	273 ^f	339 ^f	44,7 ^f	0,013 ^f	5,1 ^f	18,4 ^f	32,7 ^f	21,4 ^f	46,0 ^f	33,4	3,4			
Honduras	2011/2012 ^D	0,093 ^{kt}	20,0 ^{kt}	1.727 ^{kt}	1.948 ^{kt}	46,5 ^{kt}	0,013 ^{kt}	6,9 ^{kt}	22,2 ^{kt}	19,5 ^{kt}	32,5 ^{kt}	48,0 ^{kt}	48,3	14,8			
Jamaica	2014 ^M	0,018 ⁱ	4,7 ⁱ	135 ⁱ	138 ⁱ	38,7 ⁱ	.. ^e	0,8 ⁱ	6,4 ⁱ	42,1 ⁱ	17,5 ⁱ	40,4 ⁱ	19,9	..			
Quênia	2014 ^D	0,171 ^f	37,5 ^f	17.502 ^f	19.703 ^f	45,6 ^f	0,014 ^f	12,4 ^f	35,8 ^f	23,5 ^f	15,0 ^f	61,5 ^f	36,1	37,1			
Líbia	2014 ^P	0,007	2,0	127	135	37,1	0,003	0,1	11,4	39,0	48,6	12,4			
Moldávia (República da)	2012 ^M	0,004	0,9	38	38	37,4	.. ^e	0,1	3,7	9,2	42,4	48,4	7,3	0,0			
Moçambique	2011 ^D	0,417 ^f	73,1 ^f	17.690 ^f	22.209 ^f	57,0 ^f	0,023 ^f	49,9 ^f	13,3 ^f	18,0 ^f	32,1 ^f	49,9 ^f	46,1	63,7			
Namíbia	2013 ^D	0,185 ^f	40,9 ^f	913 ^f	1.020 ^f	45,2 ^f	0,013 ^f	13,1 ^f	19,2 ^f	31,6 ^f	13,9 ^f	54,4 ^f	17,4	13,8			
Nicarágua	2011/2012 ^D	0,074 ^f	16,5 ^f	985 ^f	1.077 ^f	45,3 ^f	0,013 ^f	5,6 ^f	13,4 ^f	11,5 ^f	36,2 ^f	52,3 ^f	24,9	3,4			
Níger	2012 ^D	0,601 ^f	91,0 ^f	16.189 ^f	21.206 ^f	66,1 ^f	0,026 ^f	76,3 ^f	4,9 ^f	21,4 ^f	36,7 ^f	41,8 ^f	40,8	45,4			
Santa Lúcia	2012 ^M	0,007 ⁱ	1,9 ⁱ	3 ⁱ	4 ⁱ	37,5 ⁱ	.. ^e	0,0 ⁱ	1,6 ⁱ	69,5 ⁱ	7,5 ⁱ	23,0 ⁱ	25,0	4,6			
Sudão do Sul	2010 ^M	0,580	91,9	8.735	10.162	63,2	0,023	74,3	6,3	14,0	39,6	46,5	76,4	76,4			
Sudão	2014 ^M	0,279	52,3	19.873	22.403	53,4	0,023	30,9	17,7	21,1	29,2	49,8	46,5	12,2			
República Árabe da Síria	2009 ^P	0,029 ⁱ	7,4 ⁱ	1.568 ⁱ	1.262 ⁱ	38,9 ⁱ	0,006 ⁱ	1,2 ⁱ	7,8 ⁱ	40,8 ⁱ	49,0 ⁱ	10,2 ⁱ			
Trindade e Tobago	2011 ^M	0,002 ⁱ	0,6 ⁱ	9 ⁱ	9 ⁱ	38,0 ⁱ	.. ^e	0,1 ⁱ	3,7 ⁱ	45,5 ⁱ	34,0 ⁱ	20,5 ⁱ			
Ucrânia	2012 ^M	0,001 ^{dt}	0,2 ^{dt}	111 ^{dt}	107 ^{dt}	34,4 ^{dt}	.. ^e	0,0 ^{dt}	0,4 ^{dt}	60,5 ^{dt}	28,4 ^{dt}	11,2 ^{dt}	1,1	0,0			
Vietname	2013/2014 ^M	0,019 ^d	4,9 ^d	4.490 ^d	4.722 ^d	39,5 ^d	0,010 ^d	0,7 ^d	5,6 ^d	15,2 ^d	42,6 ^d	42,2 ^d	6,7	1,8			
Iémen	2013 ^D	0,245 ^f	48,5 ^f	12.188 ^f	14.134 ^f	50,6 ^f	0,021 ^f	24,3 ^f	22,3 ^f	29,0 ^f	30,4 ^f	40,6 ^f	48,6	18,3			
Países em vias de desenvolvimento	-	0,105	21,7	1229179	1287528	48,6	0,017	9,5	15,2	25,6	29,7	44,7	20,2	14,8			
Regiões																	
Estados Árabes	-	0,071	14,5	44.861	49.666	48,7	0,018	6,5	8,9	26,3	34,6	39,1	26,1	4,9			
Ásia Oriental e Pacífico	-	0,023	5,4	108.260	111.232	42,5	0,009	1,0	14,5	27,6	35,5	36,9	4,3	1,2			
Europa e Ásia Central	-	0,004	1,0	1.074	1.101	38,0	0,004	0,1	3,2	52,8	24,8	22,4	9,8	1,1			
América Latina e Caraíbas	-	0,030	6,9	35.814	37.463	42,8	0,011	1,8	7,3	36,3	26,3	37,4	36,9	4,2			
Ásia do Sul	-	0,131	29,0	516.834	531.715	45,2	0,015	10,2	18,3	29,0	28,6	42,3	22,9	19,2			
África Subariana	-	0,286	53,4	522.337	556.351	53,5	0,022	30,8	18,8	21,9	29,5	48,6	41,1	43,7			

TABELA 6 / ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL: PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

TABELA 6

Notas	
a	As comparações entre países devem ter em conta o ano do inquérito e as definições e omissões do indicador. Nos casos em que falta um indicador, a ponderação dos indicadores disponíveis foi ajustada para totalizar 100 por cento. Para saber mais, consultar a Nota técnica em https://hdr.undp.org/system/files/documents//mpi-2021technicalnotespdf.pdf .
d	<i>D</i> indica que os dados provêm de Inquéritos sobre Demografia e Saúde, <i>M</i> indica que os dados provêm de Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos, <i>N</i> indica que os dados provêm de inquéritos nacionais e <i>P</i> indica que os dados provêm do Inquérito Pan-árabe sobre População e Saúde Familiar (consultar a lista de inquéritos nacionais em https://hdr.undp.org/mpi-2021-faqs).
c	Dados relativos ao ano mais recente disponível durante o período especificado.
d	Falta o indicador sobre nutrição.
e	O valor não é relatado porque se baseia num pequeno número de pessoas multidimensionalmente pobres.
f	Estimativa revista.
g	Captura apenas mortes de crianças menores de 5 anos que morreram no último quinquénio e mortes de crianças dos 12 aos 18 anos que aconteceram nos últimos dois anos.
h	A metodologia foi ajustada para ter em conta o indicador em falta sobre a nutrição e o indicador incompleto sobre a mortalidade infantil (o inquérito não recolheu a data das mortes infantis).
i	Tem em conta as mortes infantis ocorridas em qualquer momento, dado que o inquérito não recolheu a data das mortes infantis.
j	Falta o indicador sobre combustível para cozinhar.
k	As estimativas do Índice de Pobreza Multidimensional baseiam-se no Inquérito Nacional sobre Saúde e Nutrição de 2016. As estimativas baseadas no Inquérito de Grupo para Indicadores Múltiplos de 2015 são de 0,010 para o valor do Índice de Pobreza Multidimensional, de 2,6 para a contagem de pessoas (%) em situação de pobreza multidimensional, de 3.207.000 para a contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional no ano do inquérito, de 3.317.000 para a contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional projetada para 2019, de 40,2 para a intensidade da privação, de 0,4 para a população em situação de pobreza multidimensional grave (%), de 6,1 para a população vulnerável à pobreza multidimensional (%), de 39,9 para a contribuição das privações de saúde (%), de 23,8 para a contribuição das privações de educação (%) e de 36,3 para a contribuição das privações de padrões de vida (%).
l	Falta o indicador sobre mortalidade infantil.
m	O indicador sobre saneamento obedece à classificação nacional, na qual as latrinas convencionais com lajes se consideram não melhoradas.
n	Na sequência do relatório nacional, as latrinas são consideradas uma fonte melhorada para o indicador saneamento.

o Dada a elevada proporção de crianças excluídas dos indicadores nutricionais devido à não realização de medições, as estimativas baseadas no Inquérito de Grupos de Indicadores Múltiplos de 2019 da Sérvia devem ser interpretadas com cautela. O tamanho da amostra não ponderada utilizada para o cálculo da pobreza multidimensional é de 82,8%.

p Falta o indicador sobre frequência escolar.

q Com base na versão dos dados acedida em 7 de junho de 2016.

r Dadas as informações disponíveis nos dados, a mortalidade infantil foi calculada com base nas mortes ocorridas entre os inquéritos, ou seja, entre 2012 e 2014. As mortes infantis comunicadas por um homem adulto do agregado familiar foram tidas em conta, uma vez que a data da morte foi comunicada.

s Falta o indicador sobre habitação.

t Falta o indicador sobre eletricidade.

Definições

Índice de Pobreza Multidimensional: Proporção da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional, consultar a Nota técnica em <https://hdr.undp.org/system/files/documents//mpi2021technicalnotespdf.pdf>.

Contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional: População com uma pontuação de privação de, pelo menos, 33%. Expressa em percentagem da população no ano do inquérito, número de pessoas multidimensionalmente pobres no ano do inquérito e número projetado de pessoas multidimensionalmente pobres em 2019.

Intensidade da privação da pobreza multidimensional: A pontuação média de privações sentidas pelas pessoas em estado de pobreza multidimensional.

Desigualdade entre as pessoas pobres: Variação da pontuação de privação individual das pessoas pobres. Calcula-se subtraindo a pontuação de privação de cada pessoa multidimensionalmente pobre da intensidade, ajustando as diferenças e dividindo a soma dos quadrados ponderados pelo número de pessoas multidimensionalmente pobres.

População em pobreza multidimensional grave: Percentagem da população em pobreza multidimensional grave, ou seja, aqueles com uma pontuação de privação de 50% ou mais.

População vulnerável à pobreza multidimensional: Percentagem da população em risco de sofrer privações múltiplas, ou seja, aqueles com uma pontuação de privação de 20 a 33 por cento.

Contribuição da privação em dimensão para a pobreza multidimensional global: Percentagem do Índice de Pobreza Multidimensional atribuída às privações em cada dimensão.

População a viver abaixo do limiar nacional de pobreza: Percentagem da população que vive abaixo do limiar nacional de pobreza, que é o limiar de pobreza considerado apropriado para um país pelas suas autoridades. As estimativas nacionais baseiam-se em estimativas de subgrupos ponderados pela população a partir de inquérito às famílias.

População que vive abaixo de PPC de 1,90 \$ por dia: Percentagem da população que vive abaixo do limiar internacional de pobreza de 1,90 \$ (em termos de paridade de poder de compra [PPC]) por dia.

Fontes de dados principais

Coluna 1: Referente ao ano e ao inquérito cujos dados foram utilizados para calcular o valor do Índice de Pobreza Multidimensional do país e os seus componentes.

Colunas 2–12: Cálculos do GRDH e OPHI baseados em dados sobre as privações dos agregados familiares em termos de saúde, educação e nível de vida, a partir de vários inquéritos às famílias enumeradas na coluna 1, utilizando a metodologia descrita na Nota técnica (disponível em <https://hdr.undp.org/system/files/documents//mpi2021technicalnotespdf.pdf>). As colunas 4 e 5 utilizam também dados populacionais do DAESNU (2019).

Colunas 13 e 14: Banco Mundial (2021).

TABELA 7

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)				Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	ODS 9.4		ODS 8.4, 12.2	
		Valor	Valor	Diferença do valor do IDH* (%)	Diferença da classificação do IDH*		Emissões de dióxido de carbono per capita (produção)	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	Pegada material per capita	Índice de pegada material
Desenvolvimento humano muito elevado										
1	Suíça	0,962	0,796	17,3	-7	0,828	3,7	0,946	31,1	0,710
2	Noruega	0,961	0,734	23,6	-34	0,764	7,6	0,889	38,8	0,639
3	Islândia	0,959	0,633	34,0	-91	0,660	8,6	0,875	59,6	0,445
4	Hong Kong, China (RAE)	0,952	4,2	0,939
5	Austrália	0,951	0,637	33,0	-87	0,670	15,4	0,776	46,8	0,564
6	Dinamarca	0,948	0,803	15,3	0	0,847	4,5	0,934	25,9	0,759
7	Suécia	0,947	0,803	15,2	1	0,848	3,8	0,944	26,7	0,751
8	Irlanda	0,945	0,682	27,8	-58	0,722	6,8	0,902	49,3	0,542
9	Alemanha	0,942	0,804	14,6	4	0,854	7,7	0,888	19,4	0,819
10	Países Baixos	0,941	0,745	20,8	-18	0,791	8,1	0,883	32,3	0,700
11	Finlândia	0,940	0,731	22,2	-28	0,777	7,1	0,897	36,7	0,658
12	Singapura	0,939	0,665	29,2	-61	0,709	7,8	0,887	50,4	0,531
13	Bélgica	0,937	0,742	20,8	-17	0,792	7,2	0,895	33,5	0,689
13	Nova Zelândia	0,937	0,756	19,3	-6	0,807	6,9	0,899	30,7	0,714
15	Canadá	0,936	0,687	26,6	-46	0,734	14,2	0,793	35,1	0,674
16	Listenstaine	0,935	3,7	0,946
17	Luxemburgo	0,930	0,645	30,6	-73	0,693	13,1	0,810	45,5	0,577
18	Reino Unido	0,929	0,819	11,8	15	0,882	4,9	0,929	17,9	0,834
19	Japão	0,925	0,792	14,4	8	0,856	8,1	0,881	18,2	0,831
19	Coreia (República da)	0,925	0,752	18,7	-4	0,813	11,7	0,830	22,0	0,795
21	Estados Unidos	0,921	0,698	24,2	-36	0,758	14,2	0,793	29,7	0,724
22	Israel	0,919	0,744	19,0	-8	0,809	6,5	0,905	30,8	0,714
23	Malta	0,918	0,720	21,6	22	0,784	3,6	0,947	40,7	0,621
23	Eslovênia	0,918	0,769	16,2	8	0,838	6,0	0,912	25,4	0,764
25	Áustria	0,916	0,766	16,4	9	0,836	6,7	0,902	24,6	0,771
26	Emirados Árabes Unidos	0,911	0,518	43,1	-105	0,569	15,2	0,779	69,0	0,358
27	Espanha	0,905	0,819	9,5	24	0,905	4,5	0,935	13,5	0,875
28	França	0,903	0,803	11,1	21	0,890	4,2	0,938	17,1	0,841
29	Chipre	0,896	0,708	21,0	22	0,791	5,4	0,922	36,6	0,659
30	Itália	0,895	0,813	9,2	25	0,908	5,0	0,927	11,9	0,890
31	Estônia	0,890	0,684	23,1	-34	0,768	7,9	0,885	37,5	0,651
32	Chéquia	0,889	0,748	15,9	6	0,841	8,2	0,880	21,3	0,802
33	Grécia	0,887	0,792	10,7	22	0,893	5,0	0,927	15,2	0,859
34	Polónia	0,876	0,753	14,0	12	0,859	7,9	0,885	17,9	0,834
35	Barém	0,875	0,647	26,1	-51	0,740	20,5	0,701	23,8	0,778
35	Lituânia	0,875	0,679	22,4	-34	0,776	5,1	0,926	40,1	0,626
35	Arábia Saudita	0,875	0,638	27,1	-57	0,729	18,0	0,739	30,0	0,720
38	Portugal	0,866	0,792	8,5	27	0,914	4,0	0,942	12,3	0,886
39	Letónia	0,863	0,716	17,0	-8	0,829	3,6	0,948	31,0	0,711
40	Andorra	0,858	6,0	0,912
40	Croácia	0,858	0,764	11,0	23	0,890	4,1	0,940	17,1	0,841
42	Chile	0,855	0,775	9,4	27	0,906	4,2	0,938	13,5	0,874
42	Catar	0,855	0,491	42,6	-96	0,574	37,0	0,461	33,7	0,686
44	São Marino	0,853
45	Eslováquia	0,848	0,738	13,0	8	0,870	5,6	0,918	19,1	0,822
46	Hungria	0,846	0,755	10,8	23	0,893	5,0	0,927	15,3	0,858
47	Argentina	0,842	0,759	9,9	26	0,901	3,5	0,949	15,8	0,853
48	Turquia	0,838	0,741	11,6	14	0,885	4,7	0,932	17,5	0,837
49	Montenegro	0,832	3,7	0,946
50	Koweit	0,831	0,452	45,6	-100	0,544	20,8	0,697	65,3	0,392
51	Brunei Darussalã	0,829	0,358	56,8	-109	0,432	23,2	0,662	85,7	0,202
52	Federação Russa	0,822	0,721	12,3	7	0,877	10,8	0,843	9,5	0,912
53	Roménia	0,821	0,738	10,1	15	0,898	3,7	0,946	16,0	0,851
54	Omã	0,816	0,710	13,0	1	0,870	12,2	0,823	8,9	0,917
55	Bahamas	0,812	0,634	21,9	-43	0,781	5,9	0,913	37,8	0,648
56	Cazaquistão	0,811	0,590	27,3	-52	0,727	15,5	0,774	34,4	0,680
57	Trindade e Tobago	0,810	25,4	0,631
58	Costa Rica	0,809	0,746	7,8	26	0,922	1,6	0,977	14,4	0,866

Continuação -

TABELA 7

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)				Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	ODS 9.4		ODS 8.4, 12.2					
		Valor	Valor	Diferença do valor do IDH* (%)	Diferença da classificação do IDH*		Emissões de dióxido de carbono <i>per capita</i> (produção)	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	Pegada material <i>per capita</i>	Índice de pegada material				
											2020		2019	
											Valor	(toneladas)	Valor	(toneladas)
2021	2021	2021	2021	2021	2020	2020	2019	2019						
58	Uruguaí	0,809	0,733	9,4	15	0,906	1,7	0,976	17,5	0,837				
60	Bielorrússia	0,808	0,751	7,1	32	0,930	6,1	0,912	5,6	0,948				
61	Panamá	0,805	0,740	8,1	24	0,919	2,5	0,964	13,5	0,875				
62	Malásia	0,803	0,681	15,2	-10	0,848	8,4	0,877	19,6	0,818				
63	Geórgia	0,802	0,749	6,6	34	0,934	2,5	0,964	10,4	0,904				
63	Maurícia	0,802	3,1	0,954				
63	Sérvia	0,802	0,715	10,8	11	0,891	4,9	0,928	15,7	0,854				
66	Taiilândia	0,800	0,735	8,1	24	0,918	3,7	0,946	11,8	0,891				
Desenvolvimento humano elevado														
67	Albânia	0,796	0,739	7,2	28	0,928	1,6	0,977	13,0	0,879				
68	Bulgária	0,795	0,708	10,9	12	0,891	5,4	0,922	15,0	0,860				
68	Granada	0,795	2,6	0,962				
70	Barbados	0,790	3,8	0,945				
71	Antígua e Barbuda	0,788	4,4	0,936				
72	Seicheles	0,785	5,0	0,927				
73	Sri Lanca	0,782	0,761	2,7	46	0,973	1,0	0,986	4,4	0,959				
74	Bósnia-Herzegovina	0,780	0,691	11,4	6	0,885	6,5	0,905	14,4	0,866				
75	São Cristóvão e Neves	0,777	4,0	0,942				
76	Irão (República Islâmica do)	0,774	0,677	12,5	-4	0,874	8,9	0,871	13,2	0,877				
77	Ucrânia	0,773	0,703	9,1	11	0,909	4,9	0,929	11,9	0,889				
78	Macedónia do Norte	0,770	0,707	8,2	15	0,918	3,4	0,950	12,3	0,886				
79	China	0,768	0,648	15,6	-14	0,844	7,4	0,892	22,0	0,796				
80	República Dominicana	0,767	0,719	6,3	24	0,937	2,6	0,963	9,5	0,911				
80	Moldávia (República da)	0,767	0,748	2,5	44	0,975	1,3	0,981	3,4	0,968				
80	Palau	0,767	12,1	0,824				
83	Cuba	0,764	0,721	5,6	30	0,944	1,8	0,974	9,2	0,914				
84	Peru	0,762	0,721	5,4	31	0,946	1,4	0,980	9,4	0,912				
85	Arménia	0,759	0,727	4,2	33	0,958	2,0	0,971	6,0	0,945				
86	México	0,758	0,704	7,1	21	0,929	2,8	0,960	10,9	0,899				
87	Brasil	0,754	0,676	10,3	5	0,896	2,2	0,968	18,9	0,824				
88	Colômbia	0,752	0,711	5,5	28	0,945	1,8	0,975	9,1	0,915				
89	São Vicente e Granadinas	0,751	1,9	0,973				
90	Maldivas	0,747	3,3	0,952				
91	Argélia	0,745	0,687	7,8	16	0,922	3,5	0,949	11,2	0,896				
91	Azerbaijão	0,745	0,688	7,7	18	0,924	3,7	0,946	10,6	0,902				
91	Tonga	0,745	1,4	0,980				
91	Turquemenistão	0,745	0,632	15,2	-20	0,848	12,5	0,818	13,1	0,878				
95	Equador	0,740	0,704	4,9	27	0,951	1,8	0,974	7,7	0,928				
96	Mongólia	0,739	0,557	24,6	-35	0,754	27,0	0,607	10,6	0,901				
97	Egito	0,731	0,692	5,3	25	0,947	2,1	0,970	8,2	0,923				
97	Tunísia	0,731	0,687	6,0	21	0,940	2,4	0,965	9,2	0,915				
99	Ilhas Fiji	0,730	1,6	0,977				
99	Suriname	0,730	3,8	0,945				
101	Uzbequistão	0,727	0,688	5,4	25	0,947	3,4	0,951	6,1	0,943				
102	Domínica	0,720	1,9	0,972				
102	Jordânia	0,720	0,683	5,1	20	0,949	2,5	0,964	7,0	0,935				
104	Líbia	0,718	0,626	12,8	-12	0,871	7,4	0,893	16,1	0,850				
105	Paraguai	0,717	0,648	9,6	5	0,904	1,1	0,985	18,9	0,824				
106	Palestina, Estado da	0,715	0,6	0,992				
106	Santa Lúcia	0,715	2,4	0,965				
108	Guiana	0,714	2,8	0,959				
109	África do Sul	0,713	0,648	9,1	6	0,909	7,6	0,889	7,6	0,930				
110	Jamaica	0,709	0,663	6,5	14	0,935	2,5	0,963	10,0	0,907				
111	Samoa	0,707	1,2	0,982				
112	Gabão	0,706	0,666	5,7	18	0,943	1,9	0,972	9,2	0,915				
112	Líbano	0,706	0,646	8,5	2	0,915	3,8	0,945	12,4	0,885				
114	Indonésia	0,705	0,672	4,7	21	0,953	2,2	0,969	6,8	0,937				
115	Vietname	0,703	0,662	5,8	17	0,941	2,6	0,962	8,5	0,921				

Continuação -

TABELA 7

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)			Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	ODS 9.4 Emissões de dióxido de carbono <i>per capita</i> (produção)	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	ODS 8.4, 12.2 Pegada material <i>per capita</i>	Índice de pegada material
	Valor	Valor	Diferença do valor do IDH* (%)	Diferença da classificação do IDH*	Valor	(toneladas)	Valor	(toneladas)	Valor
	2021	2021	2021	2021	2021	2020	2020	2019	2019
Desenvolvimento humano médio									
116 Filipinas	0,699	0,664	5,0	20	0,950	1,2	0,982	8,8	0,918
117 Botsuana	0,693	0,633	8,7	0	0,914	2,8	0,960	14,2	0,868
118 Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,692	0,647	6,5	11	0,934	1,8	0,974	11,3	0,895
118 Quirguizistão	0,692	0,658	4,9	18	0,951	1,8	0,974	7,8	0,927
120 Venezuela (República Bolivariana da)	0,691	0,645	6,7	9	0,934	3,0	0,957	9,6	0,911
121 Iraque	0,686	0,622	9,3	0	0,907	5,2	0,924	11,9	0,889
122 Tajiquistão	0,685	0,662	3,4	24	0,966	1,0	0,986	5,8	0,946
123 Belize	0,683	0,637	6,7	9	0,933	1,5	0,979	12,2	0,886
123 Marrocos	0,683	0,652	4,5	22	0,955	1,7	0,975	7,0	0,935
125 El Salvador	0,675	0,652	3,4	24	0,966	0,9	0,986	5,9	0,945
126 Nicarágua	0,667	0,647	3,0	19	0,969	0,8	0,989	5,4	0,950
127 Butão	0,666	0,553	17,0	-13	0,831	2,5	0,964	32,4	0,698
128 Cabo Verde	0,662	1,0	0,986
129 Bangladesh	0,661	0,649	1,8	25	0,982	0,6	0,992	2,9	0,973
130 Tuvalu	0,641	0,6	0,991
131 Ilhas Marshall	0,639	2,6	0,963
132 Índia	0,633	0,609	3,8	6	0,963	1,8	0,974	5,2	0,951
133 Gana	0,632	0,618	2,2	8	0,978	0,5	0,993	3,9	0,964
134 Micronésia (Estados Federados da)	0,628	1,3	0,981
135 Guatemala	0,627	0,601	4,1	7	0,959	1,1	0,985	7,2	0,933
136 Quiribati	0,624	0,6	0,992
137 Honduras	0,621	0,599	3,5	7	0,965	1,0	0,986	6,1	0,944
138 São Tomé e Príncipe	0,618	0,5	0,993
139 Namíbia	0,615	0,574	6,7	2	0,933	1,5	0,978	11,9	0,889
140 República Democrática Popular do Laos	0,607	0,559	7,9	-3	0,921	4,7	0,932	9,6	0,910
140 Timor-Leste	0,607	0,4	0,994
140 Vanuatu	0,607	0,6	0,991
143 Nepal	0,602	0,584	3,0	7	0,970	0,6	0,992	5,6	0,948
144 Essuatíni (Reino de)	0,597	0,8	0,988
145 Guiné Equatorial	0,596	0,520	12,8	-14	0,873	7,3	0,894	15,9	0,852
146 Camboja	0,593	0,573	3,4	5	0,967	0,9	0,987	5,7	0,947
146 Zimbabué	0,593	0,587	1,0	10	0,989	0,7	0,990	1,2	0,989
148 Angola	0,586	0,577	1,5	10	0,985	0,7	0,990	2,2	0,980
149 Mianmar	0,585	0,577	1,4	11	0,986	0,7	0,990	2,1	0,981
150 República Árabe da Síria	0,577	0,565	2,1	7	0,978	1,7	0,975	1,9	0,982
151 Camarões	0,576	0,569	1,2	9	0,988	0,3	0,996	2,1	0,980
152 Quênia	0,575	0,561	2,4	7	0,976	0,3	0,996	4,6	0,957
153 Congo	0,571	0,564	1,2	9	0,987	0,6	0,992	1,9	0,982
154 Zâmbia	0,565	0,557	1,4	7	0,986	0,4	0,995	2,4	0,978
155 Ilhas Salomão	0,564	0,4	0,994
156 Comores	0,558	0,3	0,996
156 Papua-Nova Guiné	0,558	0,541	3,0	4	0,970	0,7	0,989	5,2	0,951
158 Mauritânia	0,556	0,533	4,1	3	0,959	0,7	0,989	7,8	0,928
159 Costa do Marfim	0,550	0,540	1,8	5	0,982	0,4	0,994	3,3	0,970
Desenvolvimento humano baixo									
160 Tanzânia (República Unida da)	0,549	0,544	0,9	8	0,991	0,2	0,997	1,6	0,985
161 Paquistão	0,544	0,531	2,4	5	0,976	1,1	0,985	3,5	0,968
162 Togo	0,539	0,528	2,0	4	0,979	0,3	0,996	4,1	0,961
163 Haiti	0,535	0,528	1,3	5	0,987	0,3	0,996	2,4	0,978
163 Nigéria	0,535	0,524	2,1	3	0,979	0,6	0,991	3,6	0,966
165 Ruanda	0,534	0,529	0,9	8	0,990	0,1	0,999	2,0	0,981
166 Benim	0,525	0,515	1,9	2	0,980	0,6	0,992	3,4	0,968
166 Uganda	0,525	0,520	1,0	5	0,990	0,1	0,998	1,9	0,982
168 Lesoto	0,514	1,0	0,985
169 Maláui	0,512	0,508	0,8	3	0,992	0,1	0,999	1,7	0,984
170 Senegal	0,511	0,499	2,3	3	0,976	0,6	0,991	4,1	0,962
171 Jibuti	0,509	0,470	7,7	-7	0,924	0,4	0,995	15,9	0,852

Continuação -

TABELA 7

CLASSIFICAÇÃO DO IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP)			Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta	ODS 9.4 Emissões de dióxido de carbono <i>per capita</i> (produção)	Índice de emissões (produção) de dióxido de carbono	ODS 8.4, 12.2 Pegada material <i>per capita</i>	
	Valor	Valor	Diferença do valor do IDH* (%)	Diferença da classificação do IDH*	Valor	Valor	Pegada material <i>per capita</i>	Índice de pegada material	
	2021	2021	2021	2021	2021	2020	2019	2019	
172 Sudão	0,508	0,480	5,5	-1	0,945	0,4	0,994	11,3	0,895
173 Madagascar	0,501	0,497	0,8	5	0,992	0,1	0,998	1,5	0,986
174 Gâmbia	0,500	0,490	2,0	3	0,981	0,2	0,997	3,8	0,965
175 Etiópia	0,498	0,496	0,4	6	0,997	0,1	0,998	0,5	0,996
176 Eritreia	0,492	0,483	1,8	4	0,982	0,2	0,997	3,5	0,968
177 Guiné-Bissau	0,483	0,1	0,998
178 Libéria	0,481	0,474	1,5	3	0,986	0,2	0,997	2,7	0,975
179 Congo (República Democrática do)	0,479	0,473	1,3	2	0,987	0,0	1,000	2,8	0,974
180 Afeganistão	0,478	0,474	0,8	5	0,991	0,3	0,995	1,4	0,987
181 Serra Leoa	0,477	0,472	1,0	3	0,989	0,1	0,998	2,1	0,980
182 Guiné	0,465	0,454	2,4	2	0,976	0,3	0,996	4,8	0,956
183 Iémen	0,455	0,448	1,5	1	0,984	0,3	0,995	2,9	0,973
184 Burquina Fasso	0,449	0,442	1,6	1	0,985	0,2	0,997	3,0	0,972
185 Moçambique	0,446	0,441	1,1	1	0,988	0,2	0,997	2,2	0,980
186 Mali	0,428	0,418	2,3	0	0,978	0,2	0,998	4,6	0,957
187 Burundi	0,426	0,422	0,9	2	0,992	0,1	0,999	1,7	0,984
188 República Centro-Africana	0,404	0,401	0,7	1	0,992	0,0	0,999	1,6	0,985
189 Níger	0,400	0,392	2,0	1	0,980	0,1	0,999	4,2	0,961
190 Chade	0,394	0,379	3,8	1	0,961	0,1	0,999	8,3	0,923
191 Sudão do Sul	0,385	0,376	2,3	1	0,977	0,1	0,998	4,8	0,956
Outros países ou territórios									
.. Coreia (República Popular Democrática da)	0,988	1,1	0,983	0,8	0,993
.. Mónaco
.. Nauru	5,2	0,924
.. Somália	0,983	0,0	0,999	3,5	0,967
Agrupamentos por IDH									
Desenvolvimento humano muito elevado	0,896	0,747	16,6	-	0,833	9,0	0,869	21,6	0,799
Desenvolvimento humano elevado	0,754	0,667	11,5	-	0,884	5,4	0,922	16,5	0,846
Desenvolvimento humano médio	0,636	0,613	3,6	-	0,964	1,5	0,978	5,3	0,951
Desenvolvimento humano baixo	0,518	0,509	1,7	-	0,982	0,4	0,994	3,1	0,971
Países em vias de desenvolvimento	0,685	0,636	7,2	-	0,928	3,3	0,952	10,5	0,902
Regiões									
Estados Árabes	0,708	0,646	8,8	-	0,912	4,3	0,937	12,3	0,885
Ásia Oriental e Pacífico	0,749	0,657	12,3	-	0,877	5,8	0,916	17,4	0,838
Europa e Ásia Central	0,796	0,713	10,4	-	0,896	5,2	0,924	14,1	0,869
América Latina e Caraíbas	0,754	0,695	7,8	-	0,921	2,3	0,966	13,3	0,876
Ásia do Sul	0,632	0,609	3,6	-	0,963	1,8	0,973	5,1	0,952
África Subsaariana	0,547	0,536	2,0	-	0,980	0,7	0,989	3,2	0,971
Países menos desenvolvidos	0,540	0,531	1,7	-	0,983	0,3	0,995	3,1	0,972
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,730	-	..	3,0	0,957
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,899	0,755	16,0	-	0,840	8,2	0,881	21,5	0,799
Mundo	0,732	0,667	8,9	-	0,912	4,3	0,937	12,4	0,885

Notas	Definições	Fontes de dados principais
<p>a Com base nos países para os quais foi calculado o valor do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta.</p>	<p>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede os resultados médios em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a <i>Nota técnica 1</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf.</p> <p>IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP): Valor do IDH ajustado em função do nível de emissões de dióxido de carbono e da pegada material <i>per capita</i>, de modo a ter em conta a pressão humana excessiva sobre o planeta. Deve ser encarado como um incentivo à transformação. Para saber mais sobre o cálculo do IDHP, consultar a <i>Nota técnica 6</i> em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2022_technical_notes.pdf.</p> <p>Diferença do valor do IDH: Diferença percentual entre o valor do IDHP e o valor do IDH.</p> <p>Diferença da classificação do IDH: Diferença nas classificações do IDHP e do IDH.</p> <p>Fator de correção relativo às pressões sobre o planeta: Média aritmética do índice de emissões de dióxido de carbono e do índice de pegada material. Um valor elevado significa uma menor pressão sobre o planeta.</p> <p>Emissões de dióxido de carbono <i>per capita</i> (produção): Emissões de dióxido de carbono resultantes de atividades humanas (utilização de carvão, petróleo e gás para combustão e processos industriais, queima de gás e produção de cimento), divididas pela população total residente a 30 de junho de cada ano. Os valores representam emissões territoriais, o que significa que as emissões são atribuídas ao país em que ocorrem fisicamente.</p> <p>Índice de emissões de dióxido de carbono (produção): Emissões de dióxido de carbono <i>per capita</i> (com base na produção) expressas como um índice, utilizando um valor mínimo de 0 e um valor máximo de 68,72 toneladas <i>per capita</i>. Um valor elevado significa uma menor pressão sobre o planeta.</p> <p>Pegada material <i>per capita</i>: A atribuição da extração global de material à procura interna final de um país, dividida pela população residente a 30 de junho de cada ano. A pegada material total é a soma da pegada material para biomassa, combustíveis fósseis, minérios metálicos e minérios não metálicos, calculada como a matéria-prima equivalente das importações acrescida da extração interna em território nacional, deduzida a matéria-prima equivalente das exportações. A pegada material <i>per capita</i> descreve a utilização média de materiais correspondente à procura final.</p> <p>Índice de pegada material: Pegada material <i>per capita</i> expressa como um índice, utilizando um valor mínimo de 0 e um valor máximo de 107,42 toneladas <i>per capita</i>. Um valor elevado significa uma menor pressão sobre o planeta.</p>	<p>Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2022), do DAESNU (2022a), do Instituto de Estatística da UNESCO (2022), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2022) e do Banco Mundial (2022).</p> <p>Coluna 2: Calculado como o produto do IDH pelo fator de correção apresentado na coluna 5.</p> <p>Coluna 3: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 2.</p> <p>Coluna 4: Cálculos baseados nos valores de IDHP e nas classificações de IDH recalculadas dos países para os quais é calculado um valor de IDHP.</p> <p>Coluna 5: Cálculos baseados nos dados das colunas 7 e 9.</p> <p>Coluna 6: Projeto Global de Carbono (2022).</p> <p>Coluna 7: Cálculos baseados nos dados da coluna 6.</p> <p>Coluna 8: Programa das Nações Unidas para o Ambiente (2022).</p> <p>Coluna 9: Cálculos baseados nos dados da coluna 8.</p>

Regiões em vias de desenvolvimento

Estados Árabes (20 países ou territórios)

Argélia, Barém, Jibuti, Egito, Iraque, Jordânia, Koweit, Líbano, Líbia, Marrocos, Estado da Palestina, Omã, Catar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, República Árabe da Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, Iémen

Ásia Oriental e Pacífico (26 países)

Brunei Darussalã, Camboja, China, Fiji, Indonésia, Quiribati, República Popular Democrática da Coreia, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Ilhas Marshall, Estados Federados da Micronésia, Mongólia, Mianmar, Nauru, Palau, Papua-Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Singapura, Ilhas Salomão, Tailândia, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Vietname

Europa e Ásia Central (17 países)

Albânia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Geórgia, Cazaquistão, Quirguizistão, República da Moldávia, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia, Tajiquistão, Turquia, Turquemenistão, Ucrânia, Uzbequistão

América Latina e Caraíbas (33 países)

Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Domínica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai, República Bolivariana da Venezuela

Ásia do Sul (9 países)

Afeganistão, Bangladeche, Butão, Índia, República Islâmica do Irão, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanca

África Subsariana (46 países)

Angola, Benim, Botsuana, Burquina Fasso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Eritreia, Reino de Essuatíni, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Maláui, Mali, Mauritânia, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seicheles, Serra Leoa, África do Sul, Sudão do Sul, República Unida da Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué

Nota: Todos os países integrados na lista das regiões em vias de desenvolvimento estão incluídos em agregados para países em vias de desenvolvimento. Os países incluídos nos agregados para países menos desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento seguem a classificação da ONU, que se encontra disponível em <https://www.un.org/ohrlls/>. Os países incluídos nos agregados para a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico estão elencados em <http://www.oecd.org/about/membersandpartners/list-oecd-member-countries.htm>.

Referências estatísticas

Nota: As referências estatísticas reportam-se ao material estatístico apresentado neste Anexo Estatístico e no conjunto completo de tabelas estatísticas afixadas em <https://hdr.undp.org/human-development-report-2021-22>.

Barro, R. J., e J.-W. Lee. 2018. Dataset of Educational Attainment, Revisão de junho de 2018. <http://www.barrolee.com>. Acedido em 7 de abril de 2022.

CEDLAS (Centro de Estudos distributivos, trabalhistas e sociais) e Banco Mundial. 2022. Base de Dados Socioeconômicos para a América Latina e as Caraíbas. <https://www.cedlas.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas>. Acedido em 7 de abril de 2022.

Eurostat. 2021. Estatísticas da União Europeia sobre o Rendimento e as Condições de Vida. EUSILC UDB 2021 – versão de novembro de 2021. Bruxelas. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/microdata/european-union-statistics-on-income-and-living-conditions>. Acedido em 8 de abril de 2022.

Projeto Global de Carbono. 2022. Global Carbon Atlas. <https://www.globalcarbonproject.org/>. Acedido em 23 de junho de 2022.

ICF Macro. Vários anos. Inquéritos Demográficos e de Saúde. <https://dhsprogram.com>. Acedido em 6 de maio de 2022.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2022. Base de dados ILOSTAT. <https://ilostat.ilo.org/data/>. Acedido em 14 de abril de 2022.

FMI (Fundo Monetário Internacional). 2021. World Economic Outlook database. Washington, DC. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October>. Acedido em 21 de abril de 2022.

FMI (Fundo Monetário Internacional). 2022. World Economic Outlook database. Washington, DC. <http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April>. Acedido em 21 de abril de 2022.

UIP (União Interparlamentar). 2022. Base de dados Parline: Percentagem mensal de mulheres nos parlamentos nacionais. <https://data.ipu.org/women-ranking>. Acedido em 14 de abril de 2022.

LIS (Luxembourg Income Study). 2022. Luxembourg Income Study Project. <https://www.lisdatacenter.org/dados-acesso>. Acedido em 31 de março de 2022.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). 2022. *OECD.Stat*. <https://stats.oecd.org>. Acedido em 7 de abril de 2022.

DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2019. *World Population Prospects: The 2019 Revision*. Rev 1. Nova Iorque. <https://population.un.org/wpp/>. Acedido em 8 de julho de 2021.

DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2022a. *World Population Prospects: The 2022 Revision*. Nova Iorque. <https://population.un.org/wpp/>. Acedido em 11 de julho de 2022.

DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2022b. *World Economic Situation and Prospects 2022*. <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-2022/>. Acedido em 4 de maio de 2022.

PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente). 2022. World Environment Situation Room, Data downloader. <https://wesr.unep.org/downloader>. Acedido em 23 de junho de 2022.

Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2022. UIS Developer Portal, Bulk Data Download Service. <https://apiportal.uis.unesco.org/bdds>. Acedido em 28 de abril de 2022.

UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância). Vários anos. Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos. Nova Iorque. <http://mics.unicef.org>. Acedido em 11 de março de 2022.

Divisão de Estatística das Nações Unidas. 2022. National Accounts Main Aggregates Database. <http://unstats.un.org/unsd/snaama>. Acedido em 27 de abril de 2022.

Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Grupo do Banco Mundial e Divisão da População das Nações Unidas. 2019. *Trends in Maternal Mortality: 2000 to 2017: Estimativa de OMS, UNICEF, FNUAP, Grupo do Banco Mundial e Divisão de População das Nações Unidas*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/327595>. Acedido em 7 de abril de 2022.

Banco Mundial. 2021. Base de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 8 de julho de 2021.

Banco Mundial. 2022. Base de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 28 de abril de 2022.

World Inequality Database. 2022. World Inequality Database. <http://wid.world>. Acedido em 6 de julho de 2022.

CHAVE PARA AS CLASSIFICAÇÕES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2021

Afganistão	180	República Dominicana	80	Libéria	178	Santa Lúcia	106
Albânia	67	Equador	95	Libia	104	São Vicente e Granadinas	89
Argélia	91	Egito	97	Listenstaine	16	Samoa	111
Andorra	40	El Salvador	125	Lituânia	35	São Marino	44
Angola	148	Guiné Equatorial	145	Luxemburgo	17	São Tomé e Príncipe	138
Antígua e Barbuda	71	Eritreia	176	Madagáscar	173	Arábia Saudita	35
Argentina	47	Estónia	31	Malauí	169	Senegal	170
Arménia	85	Essuatini (Reino de)	144	Malásia	62	Sérvia	63
Austrália	5	Etiópia	175	Maldivas	90	Seicheles	72
Áustria	25	Ilhas Fiji	99	Mali	186	Serra Leoa	181
Azerbaijão	91	Finlândia	11	Malta	23	Singapura	12
Bahamas	55	França	28	Ilhas Marshall	131	Eslováquia	45
Barém	35	Gabão	112	Mauritânia	158	Eslovénia	23
Bangladeche	129	Gâmbia	174	Maurícia	63	Ilhas Salomão	155
Barbados	70	Geórgia	63	México	86	Somália	
Bielorrússia	60	Alemanha	9	Micronésia (Estados Federados da)	134	África do Sul	109
Bélgica	13	Gana	133	Moldávia (República da)	80	Sudão do Sul	191
Belize	123	Grécia	33	Mónaco		Espanha	27
Benim	166	Granada	68	Mongólia	96	Sri Lanca	73
Butão	127	Guatemala	135	Montenegro	49	Sudão	172
Bolívia (Estado Plurinacional da)	118	Guiné	182	Marrocos	123	Suriname	99
Bósnia-Herzegovina	74	Guiné-Bissau	177	Moçambique	185	Suécia	7
Botsuana	117	Guiana	108	Mianmar	149	Suíça	1
Brasil	87	Haiti	163	Namíbia	139	República Árabe da Síria	150
Brunei Darussalá	51	Honduras	137	Nauru		Tajiquistão	122
Bulgária	68	Hong Kong, China (RAE)	4	Nepal	143	Tanzânia (República Unida da)	160
Burquina Fasso	184	Hungria	46	Países Baixos	10	Tailândia	66
Burundi	187	Islândia	3	Nova Zelândia	13	Timor-Leste	140
Cabo Verde	128	Índia	132	Nicarágua	126	Togo	162
Camboja	146	Indonésia	114	Níger	189	Tonga	91
Camarões	151	Irão (República Islâmica do)	76	Nigéria	163	Trindade e Tobago	57
Canadá	15	Iraque	121	Macedónia do Norte	78	Tunísia	97
República Centro-Africana	188	Irlanda	8	Noruega	2	Turquia	48
Chade	190	Israel	22	Omã	54	Turquemenistão	91
Chile	42	Itália	30	Paquistão	161	Tuvalu	130
China	79	Jamaica	110	Palau	80	Uganda	166
Colômbia	88	Japão	19	Palestina (Estado da)	106	Ucrânia	77
Comores	156	Jordânia	102	Panamá	61	Emirados Árabes Unidos	26
Congo	153	Cazaquistão	56	Papua-Nova Guiné	156	Reino Unido	18
Congo (República Democrática do)	179	Quénia	152	Paraguai	105	Estados Unidos	21
Costa Rica	58	Quiribáti	136	Peru	84	Uruguai	58
Costa do Marfim	159	Coreia (República Popular Democrática da)		Filipinas	116	Usbequistão	101
Croácia	40	Coreia (República da)	19	Polónia	34	Vanuatu	140
Cuba	83	Koweit	50	Portugal	38	Venezuela (República Bolivariana da)	120
Chipre	29	Quirguizistão	118	Catar	42	Vietname	115
Chéquia	32	República Democrática Popular do Laos	140	Roménia	53	Iémen	183
Dinamarca	6	Letónia	39	Federação Russa	52	Zâmbia	154
Jibuti	171	Libano	112	Ruanda	165	Zimbabué	146
Dominica	102	Lesoto	168	São Cristóvão e Neves	75		



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
One United Nations Plaza
New York, NY 10017
www.undp.org

ISBN: 9789211264517

Vivemos num mundo onde as preocupações são a nota dominante. A pandemia Covid-19 em curso, que provocou retrocessos no desenvolvimento humano em quase todos os países, continua a produzir variantes de forma imprevisível. A guerra na Ucrânia e noutras locais veio aumentar o sofrimento humano. As temperaturas recorde, os incêndios, as tempestades e as inundações cada vez mais frequentes fazem soar o alarme dos sistemas planetários em crescente desequilíbrio. Juntos, alimentam a crise de custo de vida sentida em todo o globo, criando um cenário de tempos incertos e vidas instáveis.

A incerteza não é algo de novo, mas, atualmente, as suas dimensões assumem formas novas e ameaçadoras. Um novo “complexo de incerteza”, nunca antes visto na história da humanidade, está a emergir. Na sua fundação, três linhas voláteis e interativas: as pressões planetárias desestabilizadoras e as desigualdades da era do Antropoceno; a procura por amplas transformações sociais para aliviar essas pressões; e a polarização generalizada e intensificada.

Este novo complexo de incerteza e as subsequentes crises que origina estão a impedir o desenvolvimento humano e a inquietar vidas em todo o mundo. No rescaldo da pandemia, e pela primeira vez, o valor global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) diminuiu, realidade que se verificou em dois anos consecutivos. Muitos países sofreram uma queda contínua do IDH em 2021 e, mesmo antes da pandemia, a sensação de insegurança estava a aumentar de forma generalizada. Muitas pessoas sentem-se distantes dos seus sistemas políticos e, marcando outro retrocesso, o recuo democrático tem-se agravado.

Há perigo nas novas incertezas, na insegurança, na polarização e na demagogia que atinge diversos países, mas também há uma promessa, uma oportunidade de redefinirmos o futuro, para renovarmos e adaptarmos as instituições, para criarmos novas histórias sobre quem somos e aquilo que valorizamos. Este é o caminho de esperança para o futuro, o caminho a seguir se quisermos prosperar num mundo em mutação.